UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Marina Garcia de Oliveira

**Muitos barões para poucos marqueses:
a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado
(1840-1889)**

Versão original

São Paulo

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Marina Garcia de Oliveira

**Muitos barões para poucos marqueses:
a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado
(1840-1889)**

Versão original

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora.

Orientadora: Prof^a Dr^a Monica Duarte Dantas

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
 Serviço de Biblioteca e Documentação
 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Oliveira, Marina Garcia de
 Q48m Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889) / Marina Garcia de Oliveira ; orientadora Monica Duarte Dantas. - São Paulo, 2018.
 393 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História do Brasil. 2. Segundo Reinado (1840-1889). 3. Nobreza. 4. Poder Executivo. I. Dantas, Monica Duarte, orient. II. Título.

OLIVEIRA, Marina Garcia de, **Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889)**. São Paulo, 2018. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em História Social.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Prof (a) Dr (a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof (a) Dr (a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof (a) Dr (a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof (a) Dr (a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof (a) Dr (a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À minha mãe,

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao financiamento do CNPq que tornou possível a realização desta pesquisa. Agradeço também a todas as outras instituições que, de alguma forma, contribuíram para o desenrolar desta pesquisa. Um agradecimento muito especial à Biblioteca Nacional que, graças à sua inestimável Hemeroteca Digital e ao trabalho de seus funcionários na alimentação do banco de dados, tornou possível a pesquisa sobre os nobres, muitos deles “ilustres desconhecidos” que materializaram esta tese. Sem a Hemeroteca Digital e seu maravilhoso sistema de busca, esta tese não teria se concretizado.

Agradeço também a todos os funcionários das bibliotecas da FFLCH, do IEB, do Arquivo Nacional (RJ), do Arquivo do Estado de São Paulo, do Arquivo do IHGB, do Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis e do AEL da UNICAMP. Agradeço também aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de História da FFLCH-USP e a todos os demais que, de alguma forma, auxiliaram a minha trajetória acadêmica desde que ingressei na USP em 2005.

Agradeço a todos os professores que atuaram em vida escolar e universitária. Esta tese apresentada aqui é fruto de um trabalho iniciado anos atrás e traz saberes ensinados por professores que marcaram a minha vida. Hoje, sou capaz de reconhecer com tranquilidade o tamanho da responsabilidade que é ser professor. A todos eles, sem exceção, minha gratidão.

Agradeço a orientadora desta tese, Monica Duarte Dantas, que me acompanha desde os anos finais da graduação. Agradeço todos os comentários e sugestões para que esta tese nascesse. Agradeço também pelas horas passadas juntas, pelas experiências compartilhadas e pelos ensinamentos e aprendizados. Meu muito obrigada por tudo que vivemos juntas e pela sua orientação para que esta tese chegasse ao fim. Um fim que é também um começo para que outros caminhos sejam trilhados e que outras pesquisas sejam realizadas, para compreendermos melhor as entranhas do Estado brasileiro e da história desse país.

Agradeço também às professoras Gabriela Nunes Ferreira e Lilia Schwarz pelas sugestões e orientações realizadas durante o exame de de qualificação.

Sou muito grata a meus amigos que acompanharam os rumos desta pesquisa e da minha vida. Agradeço ao Daniel Mota pelas longas e fundamentais conversas sobre a

vida, sobre o cotidiano, sobre o Brasil e sobre as expectativas e incertezas em relação ao futuro. Agradeço também à Gabrieli Simões, companheira de ofício, pelos cafés, pelas conversas, pelo estímulo e apoio para que esta pesquisa se concretizasse. Agradeço ao Leonardo dos Reis Gandia pela sincera amizade e pelas experiências compartilhadas. Agradeço também à Vivian Chieregatti Costa por todas as conversas, pelas alegrias e angústias compartilhadas, mas, sobretudo, pelo bom humor e otimismo por me ouvir, além é claro, por toda a ajuda prestada para que esta pesquisa chegasse aqui. Ajuda historiográfica e emocional.

Um agradecimento muito especial ao Filipe Nicoletti Ribeiro pela sua amizade ao longo desses anos, pela sua inestimável ajuda na redação dos últimos capítulos desta tese e pela sua prontidão em ajudar e trocar ideias. A qualidade de sua leitura e as informações compartilhadas alimentaram meu ânimo para chegar até o final do Império.

Agradeço também a todas as crianças que fazem parte da minha vida, alimentando minha esperança em relação ao futuro e à humanidade, fazendo perguntas em relação ao passado, ao presente e ao futuro, sempre tentando entender o Brasil contemporâneo, mas, principalmente, por fazerem de mim uma pessoa melhor. A todas elas, meu muito obrigada!! E, nominalmente, agradeço ao Vinicius, o mais novo membro da família, nascido quando eu terminava minha dissertação. Muito obrigada pela companhia, pelas brincadeiras, pela diversão, pelos infindáveis passeios no universo do “faz de conta” e pela doçura de ser sua tia. Na sua inocência, ele me faz reforçar a crença na humanidade e em um futuro melhor para todos.

Agradeço à minha família, meu porto seguro, por tudo! Agradeço à minha mãe, um exemplo de força e coragem, por ter me ensinado desde sempre em suas ações a importância, entre outros, da liberdade, da igualdade, da justiça, da ética e do afeto. Todos esses ensinamentos estão presentes nas minhas ações cotidianas e fazem de mim quem eu sou. A ela, dedico esta tese. Agradeço às minhas irmãs, Carol e Camila, pela companhia, pelas risadas, pelas conversas e pelo incentivo à “historiadora preferida”. Agradeço à Thaisa pela companhia, pela amizade e pelas curiosidades sobre o andamento desta tese e sobre o cenário nacional. Agradeço à minha avó Alayde pelas histórias contadas de tempos passados que reforçam a importância do trabalho do historiador, afinal tudo e todos têm História.

Resumo

Esta tese se propõe a analisar a concessão de títulos de nobreza ao longo do Segundo Reinado (1840 - 1889) no Brasil. Neste período, foram concedidos 1138 títulos de nobreza, dos quais 762 títulos eram baronatos. A nobreza obedecia às normas da Constituição de 1824, ou seja, era uma nobreza honorífica, não hereditária e desprovida de mercês e privilégios. Assim, esta tese apresenta as inúmeras transformações pelas quais passou a nobreza imperial, tanto no que se refere à quantidade de títulos ofertados e à hierarquia destes títulos, quanto ao perfil dos titulados e as justificativas que nortearam tais concessões. Considerando também que a oferta de títulos de nobreza era uma prerrogativa do Poder Executivo, esta tese contempla o modo como as diferentes conjunturas política e econômica, vivenciadas por cada um dos gabinetes ministeriais, ao longo de todo esse período, interferiram na concessão de títulos, tanto para angariar apoio do alto escalão da política, quanto para agraciar figuras locais, afetadas pelas medidas tomadas pelo governo imperial. Dentro desta temática, lança luz também sobre uso dos títulos de nobreza em momentos específicos do Segundo Reinado, como a Conciliação, a Guerra do Paraguai e sobre os debates para a emancipação escrava, contribuindo para compreender como os últimos gabinetes do Império utilizaram as nobilitações como estratégia para ampliarem suas bases de apoio locais e assim darem andamento às discussões em voga naquela circunstância. Finalmente, esta tese também demonstra uma prática que, embora fosse menos comum, era reveladora dos enfrentamentos vividos pelos gabinetes, justamente a não aceitação de um título de nobreza, procurando enquadrar tal decisão em um cenário político mais amplo, de tal modo que aquele que não aceitou o título ofertado continuou a ocupar os cargos ligados à monarquia.

Palavras-chave: Títulos de nobreza, Brasil, Segundo Reinado, Política, Poder Executivo

E-mail da autora: marinagarciadeoliveira@gmail.com

Abstract

The purpose of this thesis is to examine the granting of titles of nobility along the Second Reign (1840 - 1889) in Brazil. In this period, 1138 titles of nobility were granted, out of which 762 were Baron's titles. The nobility abided by the provisions of the Constitution of 1824, i.e., it was an honorary nonhereditary title of nobility, devoid of bounties and privileges. Thus, this thesis presents the countless transformations through which the imperial nobility went, regarding the number of titles offered and their hierarchy, as well as the holder profile and the justifications that guided such concessions. Considering that the provision of titles of nobility was a prerogative of the Executive Power, this thesis examines how the different political and economic scenarios experienced by each ministerial office throughout this period interfered in the granting of titles as a way to obtain support from the highest levels of politics, as well as to reward local figures affected by the measures taken by the imperial government. Within this theme, it also sheds light on the use of titles of nobility in specific moments of the Second Reign, such as the Conciliation, the Paraguay War and regarding the discussions on slave emancipation, contributing to understand how the last offices of the Reign used nobilitation as a strategy to broaden their local support bases and thus make progress with the ongoing debates at the time. Finally, this thesis also demonstrates a less common practice which revealed the confrontations experienced by offices, precisely the non-acceptance of a title of nobility, seeking to place such decision in a broader political scenario, so that those who did not accept the title offered continued to occupy positions linked to the monarchy.

Keywords: Titles of nobility, Brazil, Second Reign, Politics, Executive Power

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo 1: Um novo imperador, um outro olhar para os títulos de nobreza: a política da nobilitação da Maioridade até a Conciliação (1840 a 1857).....	24
1.1. Muitos barões, poucos marqueses.....	28
1.2. Uma nova política, um diferente uso dos títulos de nobreza.....	88
Capítulo 2: Entre as províncias do Norte e a região do Prata: a política de nobilitação de 1857 a 1871	123
2.1. Da Conciliação à Liga Progressista: diferentes usos dos títulos nobiliárquicos	126
2.2. A Liga Progressista, o Prata e os primeiros anos da Guerra do Paraguai	159
2.3. Fim da Guerra do Paraguai: gabinetes Itaboraí e São Vicente	190
2.4. O impacto da guerra na titulação	207
Capítulo 3: Entre a vaidade e o mérito: os titulados nas duas últimas décadas do Império do Brasil (1871-1885).....	212
3.1. Gabinetes Rio Branco e Caxias (1871-1878)	214
3.2. Gabinetes liberais: de Sinimbu a Saraiva (1878 a 1885).....	256
Capítulo 4: Um novo uso dos títulos nobiliárquicos: os últimos anos da monarquia e o aumento na concessão de títulos de nobreza (1885 – 1889)	304
4.1. A volta dos conservadores: os últimos anos da monarquia	305
4.2. A volta dos liberais e o fim do império	340
Considerações finais	361
Fontes consultadas:	368
Bibliografia:.....	380

Introdução

Uma semana depois, Virgília perguntou ao Lobo Neves, a sorrir, quando ele seria ministro.

- Pela minha vontade, já; pela dos outros, daqui a um ano.

Virgília replicou:

- Promete que algum dia me fará baronesa?

- Marquesa, porque eu serei marquês.

[Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 54]

Ouvindo as ambições políticas de seu pretendente e futuro marido, Virgília questionava-o sobre a possibilidade de se tornar baronesa, ou seja, de fazer parte da nobreza imperial, ainda que agraciada com o título hierarquicamente mais baixo¹. Lobo Neves, desejando ocupar uma pasta no ministério e possivelmente ciente de que o título de barão era baixo demais na escala nobiliárquica, ambicionava para si e prometia à sua futura esposa um título de marquês, o segundo mais elevado hierarquicamente.

Ao longo de todo o Império (1822-1889), apenas 47 títulos de marquês foram ofertados, sendo 27 deles concedidos por d. Pedro I (1822-1831) e outros 20 por d. Pedro II (1840-1889), de tal modo que foram poucas as pessoas, no Segundo Reinado, que tiveram o privilégio de serem nobilitadas com um título dessa grandeza. Por outro lado, os dois imperadores ofertaram 800 baronatos, sendo, tão somente, 38 por d. Pedro I e 762 por Pedro II, ou seja, a pretensão de Virgília estava mais próxima da realidade vivida pelos contemporâneos do Segundo Reinado².

Contudo, Lobo Neves, conjecturando sobre sua eventual nomeação para presidente de província, disse a Virgília que, mesmo sendo um cargo distante, não poderia recusar a nomeação, já que “Não posso recusar o que me pedem; é até conveniência nossa, do nosso futuro, dos teus braços, meu amor, porque eu prometi que serias marquesa, e nem baronesa estás. Dirás que sou ambicioso? Sou-o deveras, mas é preciso que me não

¹ Vale lembrar que, em ordem crescente de hierarquia, os títulos nobiliárquicos eram barão, barão com honras de grandeza, visconde, visconde com honras de grandeza, conde, marquês e duque. De acordo com Roderick Barman, a grandeza no título concedia ao agraciado o direito de freqüentar a Corte. Os agraciados com títulos de conde, marquês e duque eram automaticamente frequentadores do Paço, por outro lado somente os barões e viscondes que recebessem as honras de grandeza poderiam ter esse mesmo privilégio. Roderick J. Barman, *Citizen Emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. California: Stanford University Press, 1999, p. 11-12. Roderick Barman, “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial”, in *Mensário do Arquivo Nacional*. Ano 4 – Nº 6 – 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p. 8.

² Diante desses números bastante discrepantes, essa tese se propõe a analisar a política de concessão de títulos de nobreza que vigorou ao longo do Segundo Reinado, com o propósito de compreender quem eram as pessoas que tinham tido a honra de serem agraciadas com um título de marquês, e, quem eram, de fato, a maioria dos barões, que espaços eles ocupavam e que trajetória nobiliárquica tinham tido.

ponhas um peso nas asas da ambição”³. Ou seja, na sua concepção de nobreza, era necessário prestar algum serviço para obter alguma recompensa, inclusive um baronato.

Ainda que a nobilitação por serviços prestados, especialmente se entendida como a concessão de títulos a figuras ligadas a política tenha existido no Segundo Reinado, nobilitações também foram feitas com base em outras razões. Desde a Maioridade de Pedro II, em 1840, o Império conheceu uma forma de se relacionar com os títulos de nobreza diferente daquela usada por seu pai, Pedro I, e por seu avô, d. João VI. Esses dois, como demonstrado em minha dissertação, utilizaram a nobilitação como recurso para garantir apoio político, cooptar novas bases políticas, de modo a conseguir ampliar sua base política. Diante desse propósito, foi possível perceber uma grande quantidade de títulos ofertados a pessoas vinculadas aos altos escalões da política, tanto portuguesa (no caso de d. João VI), quanto brasileira (no caso de Pedro I), preocupando-se os monarcas em agraciar indivíduos que poderiam, de alguma maneira, assegurar a continuidade de suas políticas⁴.

Evidente que as características dos títulos ofertados por esses monarcas também possuíam diferenças. A nobreza, durante o reinado de d. João, possuía características ligadas ao Antigo Regime, como a existência de títulos confirmados pelo monarca, ou seja, que poderiam ser herdados pelos filhos do titular, de títulos acompanhados de rendimentos financeiros e de títulos ofertados a bebês e a crianças muito pequenas, claramente, uma recompensa à sua família e não aos seus próprios feitos.

Já a nobreza do Primeiro Reinado, se possuía uma característica da nobreza do Antigo Regime, como a manutenção do assentamento pago pelo Conselho da Fazenda a alguns titulares agraciados com títulos elevados, também procurou seguir o determinado pela Constituição de 1824, isto é, títulos não hereditários e desprovidos de privilégios, exceto aqueles beneficiados com o referido assentamento. Houve uma preocupação efetiva da parte do imperador em utilizar os títulos de nobreza como instrumento para angariar apoio para a consecução da sua política.

Após a abdicação de d. Pedro I, em 07 de abril de 1831, a concessão de títulos de nobreza foi suspensa, o Conselho da Fazenda foi extinto e os morgados e bens vinculados

³ Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, in *Obra Completa*. vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, capítulo 78. Essa versão está disponível no site <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000215.pdf> - acesso em 02/11/2018.

⁴ As análises aqui presentes sobre o Período Joanino, o Primeiro Reinado e o Período Regencial foram extraídas de minha dissertação de mestrado, Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2013.

foram abolidos, de tal modo que, tão logo a Maioridade do herdeiro do trono, Pedro II, se concretizasse, a nobreza imperial passaria a estar completamente de acordo com a Constituição de 1824, e, portanto, diferente daquela que a antecedeu entre 1808 e 1831. O que talvez ninguém esperasse era que a nobreza mudasse tanto e tão rapidamente.

Já em 18 de julho de 1841, durante a cerimônia de coroação de Pedro II, a lista de nobilitações igualava políticos e militares já conhecidos a outros em início de carreira e incluía pessoas distantes do alto escalão da política. A lista, como será explorado no primeiro capítulo, teve grande repercussão entre os contemporâneos, inclusive no Senado. Mereceu, à época, destaque o fato do ex-regente e também militar Francisco de Lima e Silva, ter declinado o título de barão de Barra Grande. Esse episódio foi o primeiro indicativo das mudanças que estavam por vir, tanto no que se refere à hierarquia dos títulos ofertados, quanto ao perfil dos nobilitados.

Dando sequência às mudanças ocorridas na nobreza imperial, os anos subsequentes à ascensão de d. Pedro II ao trono foram marcados pelo reduzido número de títulos ofertados e pelo evidente predomínio da nobilitação de figuras distantes dos círculos da política imperial. Há que se destacar que a historiografia que abordou a temática da oferta de títulos de nobreza mencionava a nobilitação de fazendeiros, porém sendo esta uma característica dos anos finais da monarquia brasileira. Contudo, o que a presente pesquisa encontrou, na verdade, foi a contínua nobilitação de fazendeiros, havendo em determinados momentos, como os anos finais do Império, um maior número de títulos ofertados a este grupo econômico, sem que isto possa ser interpretado como uma exceção frente ao perfil dos titulados dos anos anteriores.

Além da constante presença de fazendeiros no rol de nobilitados ao longo de todo o Segundo Reinado, salta aos olhos a diferença no uso político que foi feito dos títulos de nobreza por d. Pedro II em comparação a seu pai, d. Pedro I. Enquanto d. Pedro I priorizou a nobilitação de políticos do alto escalão, d. Pedro II, de acordo com seus biógrafos, delegou esta incumbência aos seus ministros. Não que altas figuras tenham sido deixadas de lado, mas percebe-se uma concentração na oferta de tais títulos em período mais específicos, como, por exemplo, durante o Gabinete da Conciliação, quando da viagem do imperador às Províncias do Norte, durante a Guerra do Paraguai e durante o Gabinete Rio Branco. Todas essas situações serão abordadas com mais vagar nos capítulos desta tese.

Finalmente, a mudança no significado de ser nobre no Império do Brasil foi outra alteração promovida por d. Pedro II e seus ministros. Isso se manifestou tanto no

alargamento do perfil de pessoas que poderiam ser (e foram) nobilitadas, quanto na oferta do mais baixo título de nobreza, o baronato, a pessoas com trajetórias completamente diferentes, mas que foram iguais ao ingressarem na nobiliarquia imperial. Tais mudanças viabilizaram também novas ocorrências de recusa de títulos.

Prática rara até o início dos anos 1870, as recusas de títulos se tornaram mais frequentes à medida que a crise política se intensificava. Protagonizada por políticos do alto escalão, como João Maurício Wanderley, José Tomás Nabuco de Araújo, Antonio Paulino Limpo de Abreu, Paulino José Soares de Sousa Junior e Antônio Prado, tal atitude não representou o afastamento desses indivíduos dos círculos políticos, tampouco dos cargos de nomeação central. Essas negativas chamam a atenção por terem ocorrido em um período em que a nobilitação de políticos estava longe de ser predominante e, quando ocorria, cabia ao imperador e a seus ministros enfrentarem os dissabores provocados por essa ação.

Diante dessa caracterização da nobreza brasileira oitocentista, retomando algumas ideias já mencionadas, é ainda mais evidente a diferença em relação à nobreza europeia do Antigo Regime. Em uma monarquia de Antigo Regime, os títulos de nobreza ocupavam um espaço central na política do monarca por serem uma distinção honorífica acompanhada, em geral, por mercês pecuniárias e propriedades fundiárias. Além disso, ser agraciado com um título de nobreza representava o direito de pertencer à Corte, isto é, de freqüentar círculos sociais próximos ao monarca, sendo que o grau de proximidade com o monarca, bem como a função a ser desempenhada, determinadas pelo grau do título de nobreza possuído pelo agraciado. Ao estudar a Corte francesa, Norbert Elias percebeu a existência de uma sociedade hierarquizada a partir das distinções recebidas pelos nobres e tendo no centro dessa estrutura o próprio monarca⁵.

Embora tal interpretação não possa ser transplantada integralmente para outras monarquias, é possível utilizá-la tanto para delimitar, quanto para lançar novas questões acerca do significado da nobilitação. Especificamente sobre a monarquia brasileira oitocentista, essa estrutura de Antigo Regime não foi transposta em sua totalidade, o que

⁵ Norbert Elias, *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. Especificamente sobre Portugal, consultar Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003, e Francisco de Vasconcelos, *A nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, s/d.

suscita questões a respeito de quais elementos permaneceram no Estado liberal e por que a concessão de títulos foi mantida no Império do Brasil.

Apesar dessa aparente contradição, já que a nobreza remetia a uma sociedade com privilégios, enquanto que o liberalismo defendia a ausência de privilégios (como previsto no parágrafo XVI do artigo 179 da Constituição de 1824), tal prática, ao menos no que tange à sua feição meramente honorífica, não impunha de fato, qualquer antinomia em relação a um Estado de cariz liberal. Tanto assim que, para Eul-Soo Pang, a nobreza brasileira era individual, sendo um dos critérios para a concessão de títulos o mérito individual, o que estaria em consonância com o ideal liberal⁶.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, no pós-independência, com a formação de um Estado liberal no Brasil, algumas práticas herdadas de séculos anteriores foram alteradas, incluindo-se nesse rol os títulos de nobreza, justamente por terem ficado desprovidos de mercês e privilégios. Assim, a nobreza brasileira do Segundo Reinado⁷ possuía características caras ao liberalismo, ou seja, era individual, assentada no mérito e desprovida de quaisquer privilégios, fossem eles financeiros ou fundiários⁸.

Ainda de acordo com esse historiador, logo após a outorga da Constituição em 1824, d. Pedro I necessitava de “adeptos ou até cúmplices”, praticando uma larga concessão de títulos nobiliárquicos. Havia também entre os brasileiros aqueles que queriam ver o novo país “adornado de ouropéis nobiliárquicos”, tal qual as antigas monarquias européias. Contudo, essa nova nobreza era bastante distinta da nobreza portuguesa, que contemplava um grupo de fidalgos assentados na tradição, marcados pelas suas prerrogativas e privilégios, ao contrário do que ocorria no Brasil, onde a rápida

⁶ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988, p. 2.

⁷ Há que se ressaltar que a nobreza do Segundo Reinado era essencialmente diferente da nobreza que a antecedeu, seja do Primeiro Reinado, seja do Período Joanino, por ser herdeira das transformações aprovadas pela Regência, isto é, a abolição de morgados e bens vinculados, e a extinção do Conselho da Fazenda, abolindo, portanto, o rendimento financeiro pago a alguns dos titulados sob a forma de assentamento. Assim, a nobreza do Segundo Reinado passava a ser tal qual a prevista na Constituição de 25 de março de 1824. Consultar Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, especialmente o terceiro capítulo, “Da Abdicação à Maioridade: a política em torno dos títulos de nobreza”.

⁸ Sérgio Buarque de Holanda, *A Herança Colonial – Sua Desagregação*, in idem, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II: O Brasil Monárquico, volume 1: O Processo de Emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Vale ressaltar que a manutenção da nobreza no Império do Brasil não foi a única instituição, aparentemente, estranha ao liberalismo. A manutenção da escravidão também foi tema de intensos debates sobre a possibilidade de ser compatível com um Estado liberal. Para uma interpretação recente a respeito do par escravidão-liberalismo, consultar Tâmis Parron, *A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

multiplicação dessa “nobreza de emergência” não contribuía para o prestígio dessas mercês⁹.

Dando sequência a essa interpretação sobre a nobreza do Primeiro Reinado, Roderick Barman destaca que, ao longo desse período, d. Pedro I utilizou os títulos de nobreza como um reconhecimento para aqueles que desejava incluir na “elite dominante”, sendo que “sua disposição de conferir títulos nos graus mais elevados, também é sinal da importância que a nobreza tinha para o imperador”, mas também um sinal da necessidade de apoio que o primeiro imperador precisava para sua política, especialmente, dentro do Conselho de Estado e do Senado. Barman também pondera que o vínculo entre os nobilitados e Pedro I era tão forte, que, após a Abdicação, uma das primeiras medidas da Regência foi contrária à nobreza¹⁰, isto é, proibiu-se que os regentes concedessem títulos de nobreza.

Apesar dessa proibição, tal logo d. Pedro II foi declarado apto para governar, a concessão de títulos foi restaurada e houve um amplo predomínio de baronatos. Sérgio Buarque explica que isso pode ter sido uma estratégia para “[...] serem poupados os melindres de fidalgos de mais alta prosápia, que gostariam de guardar só para si os velhos e ilustres títulos, largando os de menor estimação para uma aristocracia improvisada e sem raízes, verdadeira caricatura da nobreza de linhagem”. Assim, frente a essa especificidade da nobreza brasileira, os baronatos seriam mais adequados do que os títulos nobiliárquicos mais elevados¹¹.

Sobre a grande quantidade de barões no império, José Murilo de Carvalho compreende que o título de barão era, normalmente, concedido aos proprietários rurais, o que os incluía na elite política, mas não na vida política, “assim é que, apesar de os barões constituírem 77% dos titulares de D. Pedro II, eles representavam apenas 14% dos ministros do 2º Reinado que possuíam títulos”¹². Aqui, vale destacar que, como será demonstrado nesta tese, a larga concessão de baronatos foi uma constante ao longo do Segundo Reinado.

Já Raymundo Faoro ponderou que o uso dos títulos de nobreza sofreu importantes alterações ao longo do século XIX. No começo do século, durante os reinados de d. João VI e d. Pedro I, o título ainda possuía um caráter “nobilitador”, colocando o agraciado em

⁹ Sérgio Buarque de Holanda, “A herança colonial”, *op.cit.*

¹⁰ Roderick Barman, “Uma nobreza no Novo Mundo”, *op.cit.*.

¹¹ Sérgio Buarque de Holanda, “A herança colonial”, *op.cit.*, p. 30.

¹² José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 258.

uma “categoria social e política, no estamento burocrático e aristocrático”, porém, no decorrer do Segundo Reinado, esse título foi perdendo o seu caráter nobilitador e não habilitava mais o agraciado para alguma função, fosse ela “pública, própria ou delegada”¹³, impedindo, assim, que os nobres formassem “um quadro efetivo de ação”¹⁴. Apesar disso, Faoro considera que a oferta de títulos possuía um uso político, pois era um meio de controle, exercido por d. Pedro II sobre os proprietários rurais¹⁵. Finalmente, Faoro também destaca a larga quantidade de títulos concedidos nos dois últimos anos do Império, nos gabinetes de João Alfredo Correia de Oliveira e do visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo)¹⁶, segundo ele uma forma de sustentar a monarquia, afetada pela abolição da escravidão.

Sobre o impacto das leis emancipacionistas, a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) e a Lei dos Sexagenários (28 de setembro de 1885), e não apenas a Lei Áurea (13 de maio de 1888), José Murilo de Carvalho afirma que elas promoveram um aumento significativo no número de títulos nobiliárquicos concedidos, ou seja, uma das maneiras encontradas pela Coroa para “devolver em símbolo de status o que retirava em interesse material”¹⁷. Se a nobilitação teve tal papel, as concessões nos últimos anos do Império visavam mais do que oferecer status aos titulados, uma vez que os dois últimos gabinetes procuraram se utilizar da prática para angariar suporte político para suas medidas, isto é, a abolição da escravidão e a pauta liberal proposta por Ouro Preto.

Procurando compreender as razões que justificaram a oferta de títulos nobiliárquicos, João Camillo de Oliveira Torres afirma que eram concedidos pelo imperador, de acordo com a “conveniência do serviço público”¹⁸, e significavam um reconhecimento pelos serviços prestados, uma maneira de demonstrar publicamente o apreço da coroa pelo serviço, contudo, por não serem hereditários, não contribuíram para a formação de uma “classe” de nobres. Além disso, Oliveira Torres cita que, ao longo do Segundo Reinado, alguns títulos nobiliárquicos teriam sido recusados com base em princípios políticos, ideológicos, e até mesmo por questão de orgulho e amor-próprio do nome da família¹⁹. Apesar de Oliveira Torres não citar nomes, é possível afirmar que essa

¹³ Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 557.

¹⁴ Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, *op.cit.*, p. 450-451.

¹⁵ Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, *op.cit.*, p. 298.

¹⁶ Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, *op.cit.*, p. 557.

¹⁷ José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem*, *op.cit.*, p. 258.

¹⁸ João Camillo de Oliveira Torres, *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 203.

¹⁹ João Camillo de Oliveira Torres, *A democracia coroada*, *op.cit.*, p. 444.

atitude foi praticada por Francisco de Lima e Silva, Antonio Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), João Maurício Wanderley (barão de Cotegipe), José Tomás Nabuco de Araújo e Paulino José Soares de Sousa, como será analisado ao longo desta tese.

Além destes autores citados, o brasilianista Eul-Soo Pang se dedicou, de modo mais detalhado, à temática da nobreza no Brasil oitocentista, preocupando-se em analisar como ocorria a concessão de títulos, a quem os títulos se destinavam e quais eram as relações que se estabeleciam entre o Estado e esses titulados. Para ele, a nobreza imperial era uma instituição pessoal e não social, seu status de corporação não derivava de princípios jurídicos, mas sim de prerrogativas da Coroa²⁰, de tal modo que o título representava um reconhecimento formal da família, da profissão e do status do titulado²¹. Desse modo, para ser nobilitado, era preciso uma combinação de contribuição em dinheiro e relações políticas, somente contos de réis não eram suficientes para ser titulado²².

Finalmente, para o referido brasilianista, havia dois critérios principais para a nobilitação, a prestação de “serviços ao Estado”, isto é, serviços de natureza política e militar; e “serviços à humanidade”, o que contemplava obras de caráter social, cultural, religioso e de caridade²³. D. Pedro II também procurou utilizar a prática da concessão de títulos nobiliárquicos como forma de garantir apoio político, especialmente em momentos de crise política ou instabilidade, como a Guerra do Paraguai.

Laura Jarnagin, por sua vez, explorou essa relação entre os titulados e o exercício de cargos políticos, afirmando que o título nobiliárquico era um vínculo especial e uma identificação com a monarquia. Demonstrou também como a concessão dos títulos não ocorreu de modo igualitário entre as diferentes províncias, o que também é um indicativo deste uso político da titulação²⁴.

Especificamente sobre o Segundo Reinado, Roderick Barman analisa o perfil dos agraciados com os diferentes títulos de nobreza. Assim, os nobilitados com títulos de barão sem grandeza tinham poucas expectativas de ascensão na escala nobiliárquica, se recebiam novas concessões eram, em geral, honras de grandeza ou um viscondado sem grandeza, sendo os títulos de visconde com grandeza, conde e marquês reservados a

²⁰ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, op.cit., p. 63

²¹ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, op.cit., p. 2.

²² Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, op.cit., p. 164 e 170-171.

²³ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, op.cit., p. 53.

²⁴ Laura Jarnagin, “The role and structure of the Brazilian Imperial Nobility in society and politics”, in *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXIX. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, p.99-157.

políticos eminentes, bispos e militares; finalmente, o único nobre elevado ao título de duque foi Luís Alves de Lima e Silva, em recompensa à sua atuação na Guerra do Paraguai²⁵. Assim, Barman demonstra que a nobilitação vinculava o agraciado à monarquia, sem incluí-lo, necessariamente, na política imperial.

Outro biógrafo de d. Pedro II, Heitor Lyra afirma que esse imperador via com desprezo os títulos nobiliárquicos, deixando essa responsabilidade para os ministros. Uma vez concedido o título, cabia ao agraciado pagar um valor para recebê-lo e d. Pedro II, ironizando a nobreza imperial, afirmava que esse valor “era a única renda recebida pelo Tesouro acompanhada da boa vontade do contribuinte”²⁶.

Finalmente, Lilia Schwarcz, ao biografar o segundo imperador, também se debruçou sobre a existência dos nobres na monarquia brasileira, analisando de que modo a nobreza transplantada de Portugal para o Brasil permitiu a formação de uma “corte tropical”. Debruçou-se também sobre o processo de concessão do título, incluindo o encarte, o brasão e quais seriam as cores e os símbolos adotados nos brasões, que, juntamente com o título, passariam a representar o titulado. Como esse processo envolvia muitos custos, a fim de proteger os nobilitados que haviam arcado com esses gastos, em 1871, o uso indevido de títulos e condecorações foi considerado estelionato, uma forma do Estado proteger os direitos daqueles que agraciara. Apontando, então as diferenças entre a nobreza portuguesa e a nobreza “tropical”, a autora afirma que “subversão fundamental, a nobreza, que no Brasil não consistia em prerrogativa de nascimento, era galardão e prêmio; o resultado de um esforço, de uma realização particular, sem transferência: um meritocracia e não uma aristocracia”²⁷.

Assim, frente a esses autores citados, é possível perceber que o tema da nobreza está presente em diversos trabalhos, alguns que se propuseram a analisar com mais profundidade as características da nobreza e qual o significado de ser nobre, enquanto outros tangenciaram esse tema analisando a organização do Estado imperial e biografando esses nobres. Desse modo, a presente tese parte dos trabalhos já existentes sobre o tema para lançar luz a outras questões sobre a nobreza imperial, suas

²⁵ Roderick Barman, “Uma nobreza no Novo Mundo”, *op.cit.*

²⁶ Heitor Lyra, *História de D. Pedro II (1825-1891). Fastígio (1870-1880)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977, p. 38. Sobre o valor das taxas pagas pelos agraciados, Heitor Lyra afirma que “o título de Duque, que não coube a ninguém mais além de Caxias, pagava de selo 1 conto de réis; o de Marquês, 800\$000; o de Conde, 600\$000; Visconde, com grandeza, 600\$000; sem grandeza, 400\$000. O título de Barão custava 300\$000”, *op.cit.*, p. 37-38.

²⁷ Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, especialmente o capítulo “Como ser nobre no Brasil”. A citação está na página 192.

transformações ao longo do Segundo Reinado e sobre o modo como cada gabinete ministerial fez uso desta prerrogativa do Executivo.

Diante de todas as questões suscitadas pela historiografia e sabendo que a nobreza no Brasil foi trazida para a América, em 1808, com a chegada da Família Real e mantida no pós-independência, passamos a questionar, então qual foi o uso dos títulos de nobreza no Segundo Reinado e para quem foram concedidos. Antes de adentrarmos no reinado de d. Pedro II, vale retomar algumas transformações vividas pela nobreza oitocentista a partir de 1808.

Durante o Período Joanino (1808 - 1821), houve um hibridismo na concessão de títulos, por mesclar títulos de nobreza típicos de Antigo Regime e títulos puramente honoríficos. Assim, apesar de d. João ter concedido mercês pecuniárias e fundiárias a diversos agraciados, o que dotava o nobilitado de privilégios, d. João também ofertou títulos desprovidos de quaisquer privilégios, inclusive a grandeza no título, o que, na prática, fazia com que o título fosse apenas honorífico, sem conferir ao agraciado o direito, sequer, de estar próximo ao monarca - direito restrito aos agraciados com grandeza no título²⁸.

Se não bastasse a política híbrida de d. João, após a independência, d. Pedro I (1822 - 1831) também manteve esse hibridismo, não só por manter os títulos de nobreza, regulamentados pela Constituição de 1824 (ou seja, sem privilégios), mas também por conceder mercês pecuniárias (assentamentos pagos pelo Conselho da Fazenda) a diversos nobilitados. Assim, é evidente que, durante esses dois períodos, no que se refere à nobreza, houve a manutenção de algumas características do Antigo Regime, porém houve a disseminação de características mais afins ao liberalismo, como a ausência de privilégios hereditários e a valorização do mérito individual²⁹.

Há que se ressaltar que tal hibridismo começou a ser resolvido, apenas, durante o Período Regencial (1831 - 1840), quando o Legislativo aprovou a reforma no Tesouro Nacional, dissolvendo o Conselho da Fazenda - órgão responsável pelo pagamento dos assentamentos que acompanhavam alguns títulos ofertados por d. Pedro I -, além de abolir os morgados e bens vinculados³⁰. Assim, duas instituições típicas de Antigo Regime, as

²⁸ Sobre a nobilitação praticada por d. João, consultar Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, capítulo 1, *op. cit.*

²⁹ Sobre a concessão de títulos no Primeiro Reinado, consultar Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, capítulo 2, *op. cit.*

³⁰ A lei de 14 de junho de 1831, aprovada pela Regência Provisória, tirava a prerrogativa de nobilitar das mãos dos regentes, de modo que só voltaria a ser praticada quando d. Pedro II assumisse o trono. Sobre as

mercês pecuniárias e os morgados, foram abolidas, fazendo com que os títulos de nobreza, tão logo fossem concedidos pelo segundo imperador, passassem a ser puramente honoríficos, desprovidos de qualquer outro privilégio³¹.

Diante desse breve panorama sobre a nobreza de 1808 a 1840, salta aos olhos que a manutenção da nobreza dentro de um Estado liberal merece alguma reflexão mais aprofundada, já que, embora os títulos fossem apenas honoríficos, eram, sem dúvida alguma, importantes naquela sociedade, tanto para quem os concedia, quanto para quem os recebia, e, finalmente, para aqueles que se recusavam a pertencer ao grupo dos nobilitados pela Coroa.

Aqui, uma ressalva deve ser feita. Esta tese não tem o objetivo de analisar qual era o impacto do recebimento do título de nobreza por alguma liderança local, como por exemplo, algum grande fazendeiro. Dada a grande quantidade de baronatos a figuras ligadas à sua localidade, expressas inclusive nas designações dos títulos, é possível supor que tais títulos fossem um diferencial no cotidiano desses homens, porém tal questão estudos mais aprofundados e de teor bastante distinto do que aqui se propõe.

Outra questão que merece destaque é o aparato jurídico que existiu no Império do Brasil para sustentar algum privilégio aos detentores de um título nobiliárquico. De acordo com Álvaro Monteiro Mariz Fonseca, a lei de 02 de setembro de 1847 garantia que os filhos naturais dos nobres tinham os mesmos direitos que os filhos naturais dos plebeus, eliminando, assim, um privilégio dos nobres regulado ainda pelas *Ordenações Filipinas*, que facilitava a sucessão dos filhos naturais dos plebeus, mas não dos filhos naturais de nobres. Assim, se somente em 1847, essa lei foi aprovada, é possível perceber mais uma sobrevivência do Antigo Regime no Brasil Imperial, embora a parte referente a morgados e bens vinculados tenha sido resolvida na Regência, essa questão de sucessão, por exemplo, sobreviveu até meados do século. Nada impede, portanto, que outros rescaldos do Antigo Regime tenham permanecido por mais algum tempo, como a prática

transformações promovidas pela Regência, consultar Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, capítulo 3, *op. cit.*

³¹ Embora, no Segundo Reinado, os títulos de nobreza tenham sido adaptados ao funcionamento da monarquia liberal brasileira, duas práticas de Antigo Regime foram mantidas, a saber, o beija-mão e a recepção no Paço pelo imperador. A prática do beija-mão, aberta a todos que desejassem ser recebidos pelo imperador, foi abolida em 1872, após o retorno de d. Pedro II de sua primeira viagem à Europa. Já a recepção no Paço era um privilégio restrito aos titulares com grandeza, conde, marquês e duque, além de barões e viscondes com honras de grandeza. Apesar de este ser o único privilégio desfrutado por esses nobres, segundo Wanderley Pinho, d. Pedro II era pouco adepto de bailes e recepções, o que coloca a questão sobre qual era, de fato, o significado de ser nobre no Segundo Reinado. Sobre o beija-mão, consultar Heitor Lyra, *História de D. Pedro II (1825-1891)*, *op. cit.*; e sobre as recepções, ver Wanderley Pinho, *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1959.

do beija-mão, além de, eventualmente, outras normas legais com a finalidade de garantir privilégios aos nobilitados³².

Por outro lado, como o trâmite para posse efetiva, isto é, o encarte do título nobiliárquico envolvia pagamento de taxas ao tesouro, é necessário ponderar também que a concessão de títulos de nobreza tenha feito parte de uma estratégia mais ampla para obtenção de rendimentos por parte do governo³³. Contudo, mesmo que esta tenha sido uma estratégia utilizada, não é possível separá-la de conjunturas políticas mais amplas que, de alguma forma, viabilizaram tais nobilitações.

Finalmente, o objetivo desta tese é lançar luz à temática da nobreza existente em território brasileiro ao longo do Segundo Reinado, compreendendo tanto os critérios usados para a oferta de títulos de nobreza e os objetivos a serem alcançados com essas titulações, quanto o perfil dos agraciados e os espaços ocupados por eles. Para tanto, esta tese é composta por quatro capítulos, além de considerações finais.

No primeiro capítulo, será discutida a nobilitação praticada entre a Maioridade de d. Pedro II e a queda do Gabinete da Conciliação. Apresentaremos as semelhanças praticadas, no que se refere a essa temática, pelos gabinetes do Quinquênio Liberal e pelos gabinetes saquaremas, reforçando as rupturas ocorridas com a ascensão de Honório Hermeto Carneiro Leão à presidência do chamado Gabinete da Conciliação. Nesse capítulo, já estarão presentes duas tônicas da política da nobilitação que serão mantidas até a Proclamação da República, o reduzido número de pessoas de grande visibilidade e o elevado número de fazendeiros.

No segundo capítulo, iniciado com a ascensão do gabinete chefiado pelo marquês de Olinda, em 04 de maio de 1857 e encerrado com a ascensão do gabinete presidido pelo visconde do Rio Branco, em 07 de março de 1871, abordaremos a viagem do imperador às províncias do Norte, os embates envolvendo a política econômica, a ascensão e queda da Liga Progressista, bem como o período do gabinete chefiado pelo visconde de Itaboraí.

³² Álvaro Monteiro Mariz Fonseca, *A nobreza perde a majestade(?): o direito de nobreza na cultura jurídico-política do Brasil Imperial*. Belo Horizonte (MG): trabalho de conclusão de curso, UFMG, 2018. A Lei de 02 de setembro de 1847 pode ser consultada em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-463-2-setembro-1847-560199-publicacaooriginal-82833-pl.html> - acesso em 04/11/2018

³³ “All imperial honors and titles were required to be registered and proper fees were to be paid at the Imperial Chancellery, where custom also called for taking out patents and coats of arms. Only military officers granted titles after 1850 were exempt from paying”. Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor, op.cit.*, p. 50. Sobre a ausência de pagamento pelos oficiais, o artigo 16 da Lei 586 de 06 de setembro de 1850 determinava que “As Condecorações concedidas aos Officiaes, e mais Praças do Exercito e Armada, em remuneração de serviços militares, não serão sujeitas a imposto algum, nem a emolumentos de Secretaria”. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=63354&norma=79249> - acesso em 21/12/2016

Além disso, esse período foi marcado pela Guerra do Paraguai, que, como esperado, afetou a oferta de títulos de nobreza, tanto para aqueles que, de fato, combateram na guerra, quanto para aqueles que contribuíram financeiramente para a refrega.

No terceiro capítulo, que compreende grande parte das duas últimas décadas da monarquia, da ascensão do Gabinete Rio Branco, em 07 de março de 1871, até a ascensão do gabinete chefiado pelo barão de Cotegipe, em 20 de agosto de 1885, apresentaremos o alargamento significativo da oferta de títulos de nobreza, especialmente os de hierarquia inferior. Trata-se de período em que ganharam relevo os debates em torno da propriedade escrava e das medidas emancipacionistas, como a Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários. Além disso, esse período foi marcado por trocas ministeriais entre conservadores e liberais, acompanhado pelas crises econômicas e de mão de obra que afetaram os fazendeiros, que discutiram tais questões nos congressos agrícolas de Recife e do Rio de Janeiro.

Finalmente, no quarto capítulo, analisaremos os últimos anos da monarquia brasileira, desde a ascensão de Cotegipe em agosto de 1885 até a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Período marcado pela intensificação da crise política em torno da escravidão e da urgência da necessidade de uma medida efetiva que levasse à abolição da escravidão, pela instabilidade em torno da permanência de d. Pedro II no trono e da eventua ascensão da princesa Isabel, pela profunda cisão dentro do Partido Conservador e, finalmente, pela ascensão dos liberais como uma extensa plataforma de reformas.

Frente a esse cenário político, a quantidade de títulos nobiliárquicos concedidos aumentava à medida que a crise política se intensificava, de tal modo que, embora os contemporâneos não soubessem, ao certo, que a abolição da escravidão se concretizaria em 13 de maio de 1888, tampouco que a monarquia se encerraria em 15 de novembro de 1889, é fato que, em 1888 e 1889, um número expressivo de pessoas teve o privilégio de ingressar na nobiliarquia imperial, com objetivo de dar alguma sustentação para a continuidade das políticas desses últimos gabinetes, em tudo distintas. A República, como se verá, aboliu os títulos de nobreza, mas não os nobres.

Capítulo 1:

Um novo imperador, um outro olhar para os títulos de nobreza:

a política da nobilitação da Maioridade até a Conciliação (1840 a 1857)

[...] nós temos um esquadrão de marqueses [concentrados no Senado], que andão á pista de ver quanto possa perpetuar a sua fidalguia, e levar á mais remota posteridade os relevantes serviços que têm prestado ao Brazil. [*Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 09 de junho de 1828, p. 69-70].

Fazendo uso da expressão “esquadrão de marqueses” para definir uma parte dos senadores, o deputado Custódio Dias, a um só tempo, indicava tanto a distinção ofertada por d. Pedro I a alguns representantes à Câmara Alta, isto é, o título de marquês, quanto a atuação deles na casa vitalícia, como um grupo formado para defender os interesses do imperador. Essa frase proferida em sessão de 09 de junho de 1828, em meio aos debates sobre o projeto de abolição dos morgados e bens vinculados, revelava um perspicaz entendimento do cenário político da época, já que d. Pedro I havia nobilitado 20 senadores com títulos de nobreza em outubro de 1826, após o encerramento das atividades legislativas, dos quais 13 receberam um marquesado. Tal atitude tinha como objetivo assegurar o apoio dos senadores, quando o Legislativo fosse reaberto no ano seguinte, fazendo deles, de fato, um “esquadrão”³⁴.

Os títulos nobiliárquicos ofertados aos senadores não foram os únicos concedidos por d. Pedro I. Entre 1822 e 1831, o primeiro imperador ofertou 150 distinções, que nobilitaram 96 pessoas. Dessas 150 distinções, 38 eram de barão, 10 de barão com grandeza, 11 de visconde, 38 de visconde com grandeza, 8 de conde, 27 de marquês e dois de duque, além de 10 honras de grandeza ofertadas para barão e quatro para visconde. Além desses títulos de nobreza, o primeiro imperador também ofertou duas vidas nos títulos, anteriormente ofertados, o que dava o direito a esse nobre de transmitir um título idêntico ao seu a seu filho.

Os títulos de nobreza foram utilizados por d. Pedro I, principalmente, para angariar apoio para a execução de sua política, o que pode ser visto na maciça nobilitação

³⁴ Para uma análise mais detalhada da nobilitação praticada por d. Pedro I e da atuação do Senado no Primeiro Reinado, consultar Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH, 2013; e Marina Garcia de Oliveira e Monica Duarte Dantas, “A “malaventurada escolha”: d. Pedro I e a nomeação dos senadores em 1826. Estratégias políticas na formação do Legislativo brasileiro”. Artigo enviado para a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

de políticos, vinculados aos mais elevados cargos, como o de ministro, senador e conselheiro de Estado, por exemplo. Ainda dentro dessa lógica de conquistar e manter apoio, o imperador ofertou 23 títulos acompanhados de uma mercê pecuniária, o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda.

Evidentemente que não só de laços políticos vivia o imperador, que também se preocupou em nobilitar pessoas com quem tinha vínculos afetivos, tais como sua amante, Domitila de Castro, e sua filha, nascida deste relacionamento, Isabel Maria de Alcântara Brasileira, feitas, respectivamente, marquesa de Santos e duquesa de Goiás. Outros familiares da amante também foram nobilitados, caso de seu pai, João de Castro Canto e Melo, e de seu irmão, homônimo do pai, ambos feitos viscondes de Castro com honras de grandeza³⁵.

Contudo, ainda que esses títulos tenham causado estranhamento aos contemporâneos, as distinções mais criticadas foram justamente aquelas ofertadas aos senadores, uma vez que, em termos políticos, seu poder de ação era significativamente maior que o dos nobilitados por afeto³⁶. Cientes da importância que o Senado tinha na monarquia representativa brasileira, os contemporâneos e, especialmente, os deputados criticaram com mais afinco os títulos ofertados aos senadores, que formavam um “esquadrão de marqueses”, do que aqueles dados à amante e à filha.

Tais críticas se intensificaram consideravelmente, após a abdicação de d. Pedro I, em 07 de abril de 1831. Diante da menoridade do herdeiro do trono, d. Pedro II, a Assembleia Geral elegeu uma regência trina provisória, que deveria governar até a eleição da regência permanente³⁷. Além disso, logo depois da abdicação, os deputados se puseram a debater e a votar um projeto de lei que limitasse os poderes dos regentes.

³⁵ O título de duquesa de Goiás foi ofertado em 24 de maio de 1826, já o da marquesa de Santos e de seu pai foram concedidos em 12 de outubro de 1826, e o de seu irmão foi dado no ano seguinte, em 12 de outubro de 1827. Para uma análise mais detalhada sobre essas nobilitações, consultar Marina Garcia de Oliveira, *op.cit.*, especialmente o capítulo 2.

³⁶ Vale destacar que o Legislativo imperial era bicameral, sendo a Câmara dos Deputados temporária e eleita, enquanto o Senado era vitalício e nomeado pelo imperador, a partir de listas tríplices votadas pelos eleitores. Desse modo, coube a d. Pedro I a nomeação dos 50 senadores que abriram o Legislativo em 1826, o que deu a ele a possibilidade de nomear figuras caras à sua política, e, se não bastasse isso, muitos desses senadores foram também nobilitados e agraciados com uma mercê pecuniária, o que garantiria ainda mais o apoio deles à política do monarca. Marina Garcia de Oliveira, *op. cit.*, e Marina Garcia de Oliveira e Monica Duarte Dantas, “A ‘malaventurada escolha’: d. Pedro I e a nomeação dos senadores em 1826. Estratégias políticas na formação do Legislativo brasileiro”, *op. cit.*

³⁷ A regência provisória era formada por Francisco de Lima e Silva, Nicolau Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos (marquês de Caravelas); e a regência permanente, que assumiu em 17 de junho de 1831, era composta por Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz.

Essa lei foi aprovada em 14 de junho de 1831, antes mesmo, portanto, da eleição da regência permanente, retirando das mãos dos regentes algumas atribuições referentes ao Poder Executivo e ao Poder Moderador.

A Regência não poderá: 1º- Dissolver a Câmara dos Deputados; 2º- Perdoar aos Ministros e Conselheiros de Estado, salvo a pena de morte, que será comutada na imediata, nos crimes de responsabilidade; 3º- Conceder anistia em caso urgente, que fica competindo à Assembleia Geral, com a Sanção da Regência dada nos termos dos artigos antecedentes; 4º- *Conceder Títulos, Honras, Ordens Militares e Distinções*; 5º- Nomear Conselheiros de Estado, salvo no caso em que fiquem menos de três, quantos bastem para se preencher este número; 6º- Dispensar as formalidades, que garantem a liberdade individual³⁸.

Merece destaque que, em meio a tantas prerrogativas retiradas dos regentes, estivesse justamente a de conceder títulos de nobreza e ordens honoríficas. Ou seja, tão importante como a dissolução da Câmara dos Deputados ou a nomeação de conselheiros de Estado, era a faculdade de nobilitação. Tal questão não pode ser interpretada de modo desvinculado das ações de Pedro I, que havia utilizado largamente esta prerrogativa para angariar apoio para o seu reinado.

Contudo, ainda que, seguindo a Lei de 14 de junho de 1831, nenhum dos regentes tenha feito uso da concessão de títulos de nobreza, quando do início da regência de Pedro de Araújo Lima, em setembro de 1837, não só a cerimônia do beija-mão, suspensa desde a abdicação, foi reestabelecida com o objetivo de valorizar a figura do herdeiro do trono, como também a faculdade de se conceder ordens honoríficas, ainda que apenas em retribuição àquelas concedidas pelas nações estrangeiras³⁹.

A regência de Araújo Lima marcou o início do chamado Regresso Conservador, bastante criticado pelos liberais, que, pouco depois, se organizaram para antecipar a maioria do imperador. De acordo com a Constituição de 1824, o imperador só seria considerado maior quando atingisse os 18 anos de idade⁴⁰, o que aconteceria em 02 de dezembro de 1843. Porém, contando com o apoio de figuras atuantes no Paço, que se certificaram da anuência de Pedro II para assumir o trono, ele foi declarado maior em 23

³⁸ Atos do Legislativo de 1831 – Lei de 14 de junho de 1831 (grifos nossos), disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_9.pdf (acesso em 20/12/2011). Vale destacar que as proibições impostas pelos primeiro e terceiro parágrafos eram referentes ao Moderador e a proibição do quarto parágrafo era do Executivo.

³⁹ Sobre a restauração do beija-mão, consultar Roderick Barman, *Imperador cidadão*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 103; e Paulo Pereira de Castro, “A experiência republicana”, in Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2: O Brasil Monárquico, vol. 2, Dispersão e Unidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964, p. 61-62.

⁴⁰ Conforme artigo 121 da constituição de 1824, “O Imperador é menor até á idade de dezoito annos completos”.

de julho de 1840, em um ato conhecido como Golpe da Maioridade⁴¹. No dia seguinte, o segundo monarca do Brasil nomeou seu primeiro gabinete ministerial, usualmente referido como primeiro gabinete maiorista⁴².

Esse primeiro gabinete era formado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que ocupavam, respectivamente, as pastas de Império, Justiça, Estrangeiros, Fazenda, Marinha e Guerra⁴³.

Com a maioria do imperador, todas as atribuições previstas na Constituição para os poderes Moderador e Executivo foram restauradas, inclusive a concessão de títulos de nobreza. Já a prerrogativa de concessão do assentamento pago pelo Conselho da Fazenda, largamente utilizada por Pedro I, fora extinta mediante a aprovação da Lei de 04 de outubro de 1831, que, ao reorganizar o Tesouro Nacional, determinou a abolição do referido Conselho⁴⁴.

Esse gabinete concedeu, no aniversário de d. Pedro II, em 02 de dezembro de 1840, apenas dois títulos de nobreza, o de conde de Iguaçu a Pedro Caldeira Brant e o de conde de Sarapuí a Bento Antônio Vahia, ambos gentis-homens da Imperial Câmara⁴⁵. Nessa ocasião, não se pode ignorar o envolvimento do jovem monarca na concessão

⁴¹ Sobre o Golpe da Maioridade, consultar, entre outros, Tristão de Alencar Araripe e Aurelino Leal, *O Golpe Parlamentar da Maioridade*. Brasília: Senado Federal, 1978; Octavio Tarquínio de Sousa, *Três Golpes de Estado*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

⁴² O jovem imperador foi consultado sobre a antecipação de sua maioridade, isto é, se seria declarado maior imediatamente ou se esperaria completar 15 anos, o que ocorreria em 02 de dezembro de 1840. A esse questionamento, ele teria respondido “quero já”. Consultar José Murilo de Carvalho, *d. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 40; e Heitor Lyra, *História de D. Pedro II (1825-1891)*. Ascensão (1825-1870). Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977, p. 70; e Américo Jacobina Lacombe, *O Mordomo do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 103.

⁴³ Vale destacar que esses ministros eram também membros do chamado Clube da Maioridade, favorável à antecipação da maioridade do monarca.

⁴⁴ Para uma análise mais detalhada dos debates ocorridos durante a Regência, consultar Marina Garcia de Oliveira, *op. cit.*, especialmente o capítulo 3.

⁴⁵ Pedro Caldeira Brant, filho do marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes), nasceu em 20 de junho de 1814 e faleceu em 18 de fevereiro de 1881. Era gentil-homem da Câmara Imperial, grã-cruz da Ordem de São Estanislau (Rússia) e comendador da Ordem de Cristo. Em 1838, casou-se com d. Cecília Rosa de Araújo Vahia, filha de Bento Antônio Vahia, falecida em fevereiro de 1846. Anos depois, em 1848, casou-se com d. Maria Isabel de Alcântara Brasileira, filha de d. Pedro I e da marquesa de Santos. Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Edições Zairol, 2000, vol. 3, p. 615, e *Arquivo Nobiliarchico*, p. 185. Bento Antônio Vahia, também gentil homem da Imperial Câmara, nasceu em 08 de abril de 1780 e faleceu em 01 de dezembro de 1843. Casou-se com Rita Clara de Araújo e era sogro de Pedro Caldeira Brant. Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 712-713, e *Arquivo Nobiliarchico*, p. 434. Vale destacar que, em ordem decrescente de hierarquia, os cargos no Paço eram mordomo-mor, estribeiro-mor, gentil-homem da Imperial Câmara, veador e veador honorário. Dados extraídos de *Almanak Laemmert*, 1844.

desses dois títulos de nobreza, já que, de acordo com Roderick Barman, foi ele quem pediu ao gabinete que nobilitasse esses dois homens em recompensa à lealdade que sempre demonstraram a ele⁴⁶. Assim, pouco tempo depois da maioridade do imperador, os títulos de nobreza voltaram à cena política, ainda que de modo bastante discreto.

Se o gabinete de 24 de julho de 1840 concedeu apenas dois títulos de nobreza a pessoas ligadas ao Paço, o mesmo não se pode dizer do gabinete subsequente, de 23 de março de 1841, responsável pela organização das cerimônias de coroação e sagração do jovem imperador.

1.1. Muitos barões, poucos marqueses...

Os gabinetes regressistas do pós-Maioridade (1841-1844)

Enquanto o primeiro gabinete maiorista era alinhado aos liberais, que haviam organizado o Golpe da Maioridade, o segundo gabinete era formado por uma maioria de políticos alinhados com o chamado Regresso Conservador. Assim, o gabinete nomeado em 23 de março de 1841 era composto por Cândido José de Araújo Viana, Paulino José Soares de Sousa, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Francisco Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá) e José Clemente Pereira, que exerciam, respectivamente, as pastas de Império, Justiça, Estrangeiros, Fazenda, Marinha e Guerra⁴⁷.

Coube a esse gabinete, além de combater os rebeldes do Rio Grande do Sul, em armas desde 1835, organizar as cerimônias de coroação e sagração de d. Pedro II⁴⁸. Como

⁴⁶ Roderick Barman, *Citizen emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. California: Stanford University Press, 1999, p. 82-83. Em seu diário, d. Pedro II registrou as comemorações pelo seu aniversário e mencionou que, em determinado momento, “Apareceu a lista dos despachos, que graças a Deus agradou aos homens sensatos. Pela fidelidade e amor com que me têm servido Vahia e Brant nomeei o primeiro, conde com grandeza de Sarapuy, ao segundo de Iguassu”. *Diários de d. Pedro II*, vol. 1, 1840-1841.

⁴⁷ Barão de Javari, *Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 83. Sobre o gabinete de 1841, Roderick Barman afirma que “Aureliano Coutinho continued to serve as minister for foreign affairs with Paranaguá becoming minister of the navy. A political veteran of the first reign, 1822-31, and two supporters of the Regresso, the conservative reaction of 1835-39, took the other three portfolios”, *op. cit.*, p. 84. Assim, bastante identificados ao Regresso eram José Clemente Pereira, Miguel Calmon du Pin e Almeida e Paulino José Soares de Sousa, enquanto que Aureliano de Sousa Coutinho era figura ligada ao Paço e havia sido membro do Clube da Maioridade, talvez por isso tenha ocupado os dois primeiros gabinetes maioristas. Quanto a Paranaguá, era um político importante desde o Primeiro Reinado.

⁴⁸ Sobre os rituais programados para as cerimônias de coroação e sagração de Pedro II, consultar Lília Moritz Schwarcz, *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 71-74. Especificamente sobre a simbologia presente na sagração do monarca, Lília Schwarcz afirma que “abundam os signos, os símbolos; as insígnias surgem entre alas formadas pelos grandes do Império, os gentis-homens e os veadores, carregadas com pompa e ostentação pelo porta-insígnias. E não são poucas: o manto do fundador do Império, a espada imperial do Ipiranga, a Constituição do Império, as oferendas, o globo

se tratava de um ministério alinhado aos políticos regressistas que haviam restaurado a concessão de ordens honoríficas e o beija-mão, colocando, portanto, em evidência o monarca, esperava-se que a cerimônia de coroação fosse também marcada por essas práticas, o que, de fato, se concretizou⁴⁹.

Assim, em 18 de julho de 1841, data da coroação e sagração de Pedro II, foram ofertados 16 títulos de nobreza. Anteriormente a essas concessões, o gabinete havia ofertado um único título de nobreza, em 02 de junho de 1841, para Lucas Antônio Monteiro de Barros, figura bastante ligada ao Primeiro Reinado, senador por São Paulo, nomeado em 1826 e presidente do Supremo Tribunal de Justiça desde 1832⁵⁰, que recebeu honras de grandeza em seu título de visconde de Congonhas do Campo (concedido em 12 de outubro de 1826).

Desses 16 títulos de nobreza, quatro eram de visconde com grandeza, um de honras de grandeza para visconde e onze eram de barão. Os nobilitados nessa ocasião foram Manuel de Sousa Martins, José de Oliveira Barbosa, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Pedro de Araújo Lima, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Francisco do Rego Barros, Luís Paulo de Araújo Basto, João de Deus Mena Barreto, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Manuel Inácio de Melo e Sousa, José Francisco de Mesquita, Luís Alves de Lima e Silva, Manuel Ribeiro Viana, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, Francisco de Lima e Silva, e José Gonçalves de Morais⁵¹.

Assim, é digno de destaque que, enquanto o gabinete maiorista de 1840 ofertou apenas dois títulos a pessoas ligadas ao Paço, o ministério de 23 de março de 1841 fez um uso diferente dos títulos de nobreza, priorizando, por exemplo, a nobilitação dos senadores, que correspondiam a 36,84% do total de títulos ofertados pelo gabinete, bem

imperial, o anel e luvas, o manto do imperador, a mão da Justiça, o cetro, a espada do imperador, a coroa... todo um arsenal de símbolos que passaram a representar o Império. E ainda, estandarte, pálio, armas, bandeiras e os hinos da Independência e o do Imperador, as continências, as entoações em latim, tudo surgindo, acontecendo e soando com absoluta precisão”, *op.cit.*, p. 73.

⁴⁹ A temática da nobilitação praticada pelos dois primeiros gabinetes maioristas, de 1840 e 1841, foi tema de minha dissertação de mestrado, de tal modo que os parágrafos que se seguem sobre esse tema incorporam algumas das discussões já realizadas, porém optamos por retomar a nobilitação praticada por esses dois ministérios para que possamos elaborar um panorama geral da concessão de títulos de nobreza no Segundo Reinado, desde seu primeiro gabinete ministerial. Para outros detalhes da política desses dois primeiros gabinetes, consultar Marina Garcia de Oliveira, *op. cit.*, especialmente o capítulo 3.

⁵⁰ Ele ocupou esse cargo até 1842. Consultar

<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/listarPresidente.asp?periodo=stj> – acesso em 26/10/2015.

⁵¹ Os títulos recebidos por eles eram, respectivamente, de visconde de Paranaíba com grandeza, visconde do Rio Comprido com grandeza, visconde de Abrantes com grandeza, visconde de Olinda com grandeza, honras de grandeza em seu título de visconde da Torre de Garcia d’Ávila, barão da Boa Vista, barão de Fiais, barão de São Gabriel, barão de Suassuna, barão de Pontal, barão de Bonfim, barão de Caxias, barão de Santa Luzia, barão de Cajiíba, barão da Barra Grande e barão de Pirai.

como a oferta de títulos a aliados políticos dos ministros. Vale ressaltar que, ainda que um dos sete senadores nobilitados tenha declinado a oferta do título de nobreza, isso não o elimina da análise da nobilitação, uma vez que sua atitude ocorreu depois do registro e publicação do decreto⁵². Além dos senadores, o gabinete de 1841 também nobilitou fazendeiros, negociantes, um deputado geral e figuras do Exército que lutavam pela pacificação do Império (ainda que em escala menor, se comparados com a categoria de senadores)⁵³.

Desses 16 nobilitados, alguns merecem destaque tanto por suas atuações, até o momento da nobilitação, quanto por suas posições políticas. Dos quatro títulos de visconde com grandeza ofertados em 18 de julho de 1841, dois foram concedidos a pessoas que já eram barões, caso do barão da Parnaíba (Manuel de Sousa Martins), elevado a visconde da Parnaíba com grandeza, e do barão do Passeio Público (José de Oliveira Barbosa), elevado a visconde do Rio Comprido com grandeza⁵⁴. Já os dois que tiveram o privilégio de receber um título de visconde com grandeza como primeiro passo para ingresso na nobiliarquia brasileira foram Miguel Calmon du Pin e Almeida e Pedro de Araújo Lima⁵⁵.

O primeiro, agraciado com o título de visconde de Abrantes com grandeza, além de ter exercido diversos cargos no Primeiro Reinado e na Regência, era senador desde 1840 pelo Ceará e ministro da Fazenda do gabinete em exercício; já o segundo, nobilitado com o título de visconde de Olinda com grandeza, também desempenhou diversos cargos no reinado de Pedro I, tornando-se o segundo regente uno, eleito em 1837, mesmo ano em que foi nomeado senador por Pernambuco; tratava-se de figura intrinsecamente ligada

⁵² Trata-se de Francisco de Lima e Silva, que recusou o título de barão da Barra Grande.

⁵³ É válido mencionar que essas categorias ocupacionais foram extraídas de documentos da própria época, como almanaques (especialmente o *Almanak Laemmert*) e listas de votantes e eleitores publicadas, por exemplo, no *Jornal do Comércio*. Além de tais ocupações, utilizamos também outras informações extraídas de trabalhos historiográficos e biográficos, a fim de melhor compreender a situação sócio-econômica dos titulados. Contudo, em meio aos agraciados, há indivíduos sobre os quais não encontramos muitas informações, o que limitou a análise desses casos. Os dados biográficos e de atuação política foram extraídos também de Barão de Javari, *op.cit.*; Barão de Vasconcellos e Barão Smith de Vasconcellos, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII; Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970; e Joaquim Manuel de Macedo, *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

⁵⁴ Manuel de Sousa Martins era presidente de província do Piauí desde 11 de agosto de 1832, cargo que ocuparia até 30 de dezembro de 1843. Já José de Oliveira Barbosa era militar, tendo alcançado os postos de vogal e conselheiro de Guerra, em 1818. Consultar, respectivamente, Barão de Javari, *op. cit.*, p. 434 e <http://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/187> - acesso em 21/03/2016.

⁵⁵ Vale destacar que essa política de concessão dos títulos de visconde com grandeza pelo gabinete de 1841 diferia da política praticada por d. Pedro I, já que, em 12 de outubro de 1825, dos 43 títulos concedidos, 18 eram de visconde com grandeza, e foram ofertados a pessoas que, até então, não possuíam títulos de nobreza. Sobre isso, ver Marina Garcia de Oliveira, *op. cit.*, especialmente o capítulo 2.

aos regressistas, futuros conservadores, afinado, portanto, com as ideias do Gabinete de 23 de março de 1841.

Vale destacar, então, um claro alinhamento entre esses dois últimos viscondes e a condução da política pelo gabinete ministerial, o que sugere uma cuidadosa escolha de quais aliados seriam nobilitados com títulos mais elevados. Ainda que possuíssem notórias carreiras políticas, é bastante provável que seus alinhamentos políticos em relação ao ministério tenham contribuído para receberem um alto título de nobreza. No que se refere aos outros dois viscondes que tiveram seus títulos elevados, não se pode, ao menos até o momento, vinculá-los com clareza à política ministerial, contudo, dadas as suas trajetórias políticas, como presidente de província e militar, é possível perceber que a elevação do título de nobreza fora uma recompensa pelo conjunto de suas biografias.

Considerando que os títulos de visconde foram a minoria dos ofertados em 18 de julho, deve ser feita, agora, uma análise mais detalhada a respeito dos baronatos, considerando, por um lado, que eram os títulos hierarquicamente mais baixos, e, por outro, a trajetória biográfica daqueles que foram agraciados com tais baronatos. Diante disso, selecionamos alguns novos barões, a partir de suas trajetórias e de seus posicionamentos políticos, com o objetivo de elucidar a condução da oferta de títulos nobiliárquicos por esse gabinete.

Em 18 de julho de 1841, além dos dois senadores que se tornaram viscondes com grandeza, outros três tornaram-se barões. Ainda que possuíssem o cargo vitalício em comum, as trajetórias biográficas dos três barões eram distintas entre si. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, pernambucano, foi presidente de província de Pernambuco entre 1835 e 1837, nomeado senador por essa província em 1839, ministro da Guerra do gabinete maiorista de 1840, tornando, em 1841, barão de Suassuna⁵⁶. Manuel Inácio de Melo e Sousa foi deputado geral por Minas Gerais na 1ª legislatura (1826-1829), presidente da província de Minas Gerais entre 1831 e 1833, senador por essa província nomeado em 1836, agraciado, em 1841, com o título de barão de Pontal. Finalmente, Francisco de Lima e Silva foi membro das duas regências trinas, senador pelo Rio de Janeiro (nomeado em 1837); porém, muito antes do início do período regencial, já era conhecido, especialmente por sua atuação como militar, uma vez que

⁵⁶ Segundo Isabel Marson, “entre 1835 e 1842, a província escolheu dois presidentes que representavam um consenso partidário: o visconde de Suassuna (1835-1837) e depois seu parente, o barão da Boa Vista, Francisco do Rego Barros (1837-1842)”. Isabel Marson, *Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 192.

atuara na repressão da Confederação do Equador em 1824, e logo após a abdicação de d. Pedro I, em 07 de abril de 1831, foi figura central na aclamação de Pedro II; em 1841, lhe foi ofertado o título de barão da Barra Grande.

Vale destacar que, em meio aos três senadores, estava um antigo regente, o que, contudo, não contribuiu para que ele recebesse um título mais elevado, tal qual o que havia sido ofertado a Pedro de Araújo Lima, isto é, o de visconde de Olinda com grandeza. Uma possível justificativa para o diferente posicionamento do ministério em relação aos dois antigos regentes talvez seja o modo como eles se alinhavam politicamente, ou seja, enquanto Araújo Lima era um regressista, Lima e Silva se aproximava dos liberais⁵⁷ (especialmente por seu posicionamento favorável ao Golpe da Maioridade).

Se não bastasse isso, o baronato ofertado a Francisco de Lima e Silva era idêntico ao concedido a seu filho, Luís Alves de Lima e Silva, o que também causou bastante estranhamento, já que o pai era militar e político de vasta trajetória, enquanto o filho estava iniciando sua carreira. Talvez por se sentir diminuído em relação ao outro antigo regente, e igualado a seu próprio filho, Lima e Silva declinou o título de barão da Barra Grande, alegando a incompatibilidade entre os serviços por ele prestados e a hierarquia do título ofertado⁵⁸. Apesar de ele ter sido o único agraciado a tomar essa atitude em relação ao título ofertado, a problemática entre hierarquia dos títulos e serviços prestados teve maior repercussão.

Além desses senadores, três figuras ligadas ao Exército, e consequentemente, ao combate de duas revoltas, também foram agraciadas com baronatos, contudo, suas trajetórias militares eram em tudo distintas. Luís Alves de Lima e Silva, filho do regente que declinou o título, tornou-se barão de Caxias, em recompensa à sua atuação na pacificação na Balaiada (Maranhão)⁵⁹. Membro de uma família militar, Luís Alves de Lima e Silva tornou-se tenente-coronel em 1837, coronel em 1839 e brigadeiro em 18 de julho de 1841, na mesma ocasião em que foi feito barão, tal qual o pai.

Outro militar de carreira, nobilitado nessa ocasião, foi João de Deus Mena Barreto. Figura ligada ao Rio Grande do Sul, atuou tanto nas guerras contra Artigas e Cisplatina,

⁵⁷ Sobre Lima e Silva, consultar Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 347-353.

⁵⁸ Sobre a negativa de Francisco de Lima e Silva, consultar Marina Garcia de Oliveira, *op. cit.*, especialmente o capítulo 3.

⁵⁹ Sobre a Balaiada, consultar, entre outros, Matthias Röhrig Assunção, “‘Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador’. Liberalismo popular e o idéário da Balaiada no Maranhão”, in Monica Duarte Dantas (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011; e Luiz Felipe Alencastro, “Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães”. *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 23, março de 1989, pp.-7-13.

como, finalmente, contra os rebeldes farroupilhas, tendo sido nomeado Comandante da Guarnição do Rio Grande, em novembro de 1840, quando já era detentor da patente de marechal⁶⁰. A este marechal, foi ofertado o título de barão de São Gabriel.

Finalmente, o terceiro militar nobilitado foi Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, baiano, proprietário de engenhos nessa província, que lutara nas guerras de independência e contribuíra para a repressão da Sabinada, alcançando a patente de coronel em 1838. A ele, foi ofertado o título de barão de Cajaíba⁶¹.

Além de senadores e militares, em meio aos nobilitados de 18 de julho, estava também um membro da Câmara dos Deputados. Prática inédita, se compararmos às nobilitações realizadas ao longo do Primeiro Reinado, quando nenhum membro da casa temporária do Legislativo teve o privilégio de ser agraciado. Francisco do Rego Barros era presidente de Pernambuco desde 1837 (cargo que ocuparia até 1844) e deputado geral por Pernambuco (nas 2ª, 3ª e 4ª legislaturas⁶²). Grande senhor de engenho, figura importante na política pernambucana, fora responsável pelo projeto de modernização do Recife e por realizar alianças políticas importantes na província, à parte, é claro, de posicionar-se na Câmara dos Deputados em alinhamento com as ideias regressistas (não à toa, tornara-se presidente da província, durante a regência de Pedro de Araújo Lima, por indicação do ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos). A essa figura, o gabinete de 1841 ofertou o título de barão da Boa Vista⁶³.

Finalmente, outras figuras nobilitadas, ainda que mais distantes do universo político, eram fazendeiros e negociantes. Porém, ao contrário da nobilitação de um deputado, d. Pedro I já havia nobilitado fazendeiros e negociantes durante o seu reinado, como, por exemplo, os fazendeiros Ambrósio Henriques da Silva Pombo (feito barão de Jaguarari em julho de 1830) e Domingos de Castro Antiqueira (barão de Jaguarari em outubro de 1829), ligados, respectivamente, ao Pará e ao Rio Grande do Sul. Já dois

⁶⁰ Sobre essa nomeação, ver *Jornal do Comércio*, 06 de novembro de 1840, p. 2. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pesq=marechal&pasta=ano%20184 – acesso em 22/03/2016.

⁶¹ Antônio Bulcão Sobrinho, *Titulares Baianos*, 1946, p. 60 - 62.

⁶² Ocupou também uma cadeira de deputado por Pernambuco nas 5ª, 6ª e 8ª legislatura (1843-1844; 1845-1847; e 1850-1852), sem, contudo, terminar o mandato na última legislatura, por ter sido nomeado senador, em 1850, por essa mesma província. Barão de Javari, *op. cit.*, p. 300, 304, 312 e 411.

⁶³ Sobre a nobilitação de Rego Barros, Jeffrey Needell afirma que “Indeed, Francisco do Rego Barros had been appointed provincial president by the first reactionary cabinet under Araújo Lima, in 1837, and has imposed partisan control until he was dismissed by the majority cabinet. With the return of the reactionaries to power in 1841, he was made a baron and reinstated, now barão da Boa Vista, from 1841 to 1844”, Jeffrey Needell, *The Party of Order*. California: Stanford University Press, 2006, p. 130. Sobre as reformas na cidade do Recife, consultar Isabel Marson, *op.cit.*, p. 195-196 e 219-221.

grandes negociantes nobilitados, cuja influência remontava aos tempos de d. João no Rio de Janeiro, foram Amaro Velho da Silva (barão de Macaé em outubro de 1826, elevado a visconde com grandeza em outubro de 1829) e Fernando Carneiro Leão (barão de Vila Nova de São José com grandeza em outubro de 1825 e elevado a conde no ano seguinte)⁶⁴.

Contudo, o que merece destaque por diferir do praticado pelo primeiro imperador é justamente a quantidade de fazendeiros e negociantes agraciados por Pedro II, no início de seu reinado, de tal maneira que esse tipo de nobilitação se tornou praticamente sistemática. Assim, em 18 de julho, um fazendeiro nobilitado na ocasião foi o fluminense José Gonçalves de Moraes, que se tornou barão de Pirai; embora não se saiba com precisão o que levou à tal oferta, é fato que ele era um grande proprietário de terras e de escravos, além de ser marido de Cecília Pimenta de Almeida Frasão de Sousa Breves, integrante de uma importante família cafeicultora⁶⁵. Além dele, três negociantes tiveram o privilégio de se tornarem barões, caso de Luís Paulo de Araújo Basto, da província da Bahia, agraciado barão de Fiais; Manuel Ribeiro Viana, de Minas Gerais, feito barão de Santa Luzia; e José Francisco de Mesquita, da província do Rio de Janeiro, feito barão de Bonfim, sendo este último figura ligada ao tráfico de escravos⁶⁶.

Vale destacar que, ao menos até o momento da pesquisa, não há algo mais objetivo que justifique a nobilitação especificamente desses homens, ou seja, algo que evidencie que suas trajetórias eram diferentes das dos outros fazendeiros e negociantes do Império do Brasil. De trajetória distinta da apresentada por esses indivíduos, nessa mesma ocasião, foi agraciado Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, membro de uma família importante na Bahia, que havia participado das guerras de independência, o que já havia lhe rendido dois títulos de nobreza no Primeiro Reinado, o de barão da Torre de Garcia d'Ávila (01 de dezembro de 1822), e o de visconde (12 de outubro de 1826), vindo a combater a Sabinada em 1837-1838, além de ser um grande proprietário de engenhos e

⁶⁴ Para uma análise mais detalhada sobre esses fazendeiros e negociantes, consultar Marina Garcia de Oliveira, *op. cit.*, especialmente os dois primeiros capítulos.

⁶⁵ Era irmã de Joaquim e José Souza Breves. Sobre a família Souza Breves, consultar Thiago Campos Pessoa Lourenço, *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: Política e Escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Niterói (RJ): dissertação de mestrado, UFF, 2010, p. 24; e *Catálogo descritivo e seletivo dos processos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 2014, p. 295.

⁶⁶ Cf. Fábio Pinheiro, "Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809- 1830". Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A078.pdf - acesso em 27/10/2015.

fazendas. Foi agraciado com honras de grandeza ao seu título de visconde da Torre de Garcia d'Ávila⁶⁷.

Assim, merece destaque que, embora, não tenha existido uma preocupação em nobilitar um único perfil de pessoas, houve um predomínio da concessão de baronatos a pessoas com trajetórias distintas, enquanto que os títulos de visconde com grandeza, ofertados a quem não possuía outros títulos nobiliárquicos, foram reservados a políticos nitidamente alinhados com a política ministerial, ou seja, Pedro de Araújo Lima e Miguel Calmon du Pin e Almeida. Finalmente, é digno de nota uma mudança no perfil de nobilitados se compararmos com o Primeiro Reinado, tanto pelo fato de ter existido um deputado nobilitado, quanto pelo maior número de fazendeiros e negociantes agraciados.

Importante destacar que esses títulos ofertados pelo gabinete de 1841 indicam uma mudança no uso dos títulos de nobreza se comparado com o gabinete anterior, que havia nobilitado apenas duas pessoas vinculadas ao Paço, e também se comparado com o Primeiro Reinado, uma vez que o ministério ofertava títulos de barão a pessoas com alguma trajetória política e assumia o risco por essa política, como no caso da atitude tomada por Francisco de Lima e Silva.

Assim, é digno de destaque que o Gabinete de 23 de março (de maioria regressista), apesar de ter se preocupado em agraciar aqueles que haviam prestado serviços ao Império durante a Regência e nos primeiros tempos do Segundo Reinado, optou pela concessão de títulos hierarquicamente baixos e priorizou a nobilitação daqueles que eram favoráveis à política ministerial. Além disso, merece destaque a inclusão de diversos nomes de fazendeiros e negociantes, perfil distinto daquele priorizado por d. Pedro I; ainda que o primeiro monarca tenha incluído alguns poucos negociantes e fazendeiros em suas listas de concessão de títulos de nobreza, isso não caracterizou uma prática constante, tampouco sistemática durante seu reinado, ao contrário, como se verá, do que veio a ocorrer nos primeiros anos do Segundo Reinado.

Contudo, a negativa de Francisco de Lima e Silva não foi a única crítica enfrentada pelo gabinete em relação à lista de nobilitados de 18 de julho de 1841. Vale lembrar que, como a nobilitação estava suspensa desde 07 de abril de 1831 e o primeiro gabinete maiorista concedera apenas dois (altos) títulos, como já mencionado, havia certa expectativa em torno da lista de nobilitados que seria publicada, e, mais do que isso, esses homens estavam acostumados com as nobilitações praticadas por d. Pedro I, que havia

⁶⁷ Ver, entre outros, *Archivo Nobiliarchico*, p. 510-511; e *Titulares Baianos*, p. 128-129.

concedido títulos hierarquicamente elevados, de tal modo que os contemporâneos muito provavelmente esperavam receber títulos elevados em recompensa pelos serviços prestados nos últimos anos.

Porém, não foi isso que aconteceu. A lista de 18 de julho tinha não só um número reduzido de nobres, como também a maior parte dos títulos ofertados era o mais baixo na hierarquia, ou seja, o de barão (sem grandeza). Embora Francisco de Lima e Silva tenha sido o único a declinar a oferta de título feita pelo imperador, dias depois da divulgação da lista, alguns senadores protestaram contra a desproporção entre serviços prestados e hierarquia dos títulos.

José Bento Leite Ferreira de Mello, senador por Minas Gerais, por exemplo, pouco conformado com a falta de nomes dos que estavam combatendo no Sul na lista de 18 de julho, não se furtou a tratar do assunto no plenário:

[...] É doloroso dizer, mas é verdade reconhecida, que o exército da legalidade no Sul não encontrou no gabinete atual muitas simpatias. Os nomes de seus mais distintos generais não entraram na longa lista dos comendadores e oficiais das diversas ordens condecorados no dia 18 de julho, nem nos apêndices e ratificações que se lhe adicionaram. Não posso nem pretendo privar o governo de ter consideração para com os amigos que o sustentam com seu voto e com seus discursos nas câmaras; mas o que não acho justo e conveniente é que os discursos e votos dos militares que nas câmaras defendem e sustentam o governo sejam condecorados com comendas, enquanto ficam esquecidos esses bravos militares que, à custa de seu sangue e de suas propriedades, suportando tantas fadigas, arrostando tantos perigos, estão há tantos anos nas campanhas do Rio Grande do Sul, defendendo o trono, a integridade do império e as instituições do país. Faço estas considerações para que o governo medite como convém no seu procedimento e aproveite o tempo para reparar parcialidades tais, as quais nenhum bem hão de fazer à causa pública. Já do Rio Grande vieram queixumes pelos despachos de março; quanto mais sentirão agora o que se fez com tanta imprudência! [...]⁶⁸.

Essas palavras, proferidas no Senado em 04 de agosto de 1841, revelam que a situação do Rio Grande do Sul ainda provocava preocupações no governo imperial, não só por causa dos conflitos da Farroupilha, mas também pela ausência de certas recompensas que poderiam ter sido ofertadas a esses “bravos militares” naquele 18 de julho; afinal, das 16 nobilitações concedidas pelo gabinete, apenas uma fora em razão dos conflitos no Sul.

Ainda que Ferreira de Mello dissesse não questionar os critérios usados pelo governo, nem o mérito dos agraciados, tampouco deixava de sugerir que o governo reparasse a preferência por certas “parcialidades” de modo a evitar outras queixas como

⁶⁸ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 04 de agosto de 1841 [livro 4]. José Bento Leite Ferreira de Melo era senador por Minas Gerais, nomeado em 1834.

aquelas dos sul-rio-grandenses. Uma vez que a ordem do dia de 04 de agosto previa a discussão sobre a fixação das forças de terra, o ministro da Guerra, José Clemente Pereira, estava presente à sessão quando da fala de Ferreira de Mello. Em sua resposta, contudo, não se limitou a justificar as recentes nobilitações, incluindo também uma explicação sobre o procedimento acerca de honras e benefícios pecuniários tanto no Primeiro Reinado, quanto na Regência. Clemente Pereira citou exemplos de títulos concedidos pelo primeiro imperador, Pedro I, e, finalmente, justificou um dos títulos de 18 de julho.

O SR. CLEMENTE PEREIRA, ministro da Guerra: [...] Srs., há muitos anos que todos os serviços têm sido remunerados com dinheiro, e assim devia ser, porque as regências não podiam conceder outro gênero de remuneração; mas este tempo acabou, e é também necessário que acabe tal modo de remunerar serviços, o qual é muito oneroso para a nação: se continuarmos assim, nem haverá dinheiro para remunerar todos os serviços, e estes descerão muito de valor. Por estas considerações, pareceu ao governo que era conveniente fazer apreciar os títulos, e entendeu que isto se obteria conferindo os menos subidos às pessoas de mais alta categoria, bem certo de que muitas vezes as pessoas despachadas honram os despachos mais do que os despachos a elas. Ora, dando-se o título de barão a um marechal do exército de tão distinta categoria como o Sr. Menna Barreto, quem é que poderá deixar de honrar-se com o título de barão? Mas não é nisto que está o mal; este vem antes da comparação dos precedentes. Mas há de se achar bom precedente quando se considerar que no tempo do Sr. D. Pedro I se principiou também a dar unicamente o título de barão sem grandeza a pessoas muito graduadas, como foi aos marqueses de Cantagallo e Jacarepaguá, a esse tempo camaristas do Imperador, aos quais só depois se declarou a grandeza.

UM NOBRE SENADOR- Os quais nenhum serviço tinham.

O SR. C. PEREIRA, ministro da guerra- Não se trata de serviços. S. M. o Sr. D. Pedro I deu estes títulos a cidadãos que, por suas categorias, estavam já bastante considerados, eram seus camaristas! Também grandes serviços tinha o barão do Rio da Prata, e deu-se-lhe o título de barão.

UM NOBRE SENADOR- Sem grandeza.

O SR. CLEMENTE PEREIRA, ministro da guerra - Sim, Sr.; depois é que lhe deu a grandeza. Também uma pessoa muito respeitável do Rio de Janeiro, o Sr. José de Oliveira Barbosa, a quem se não podem negar muitos serviços, porque eu julgo que são muito importantes os que se prestão por longos anos. A este varão tão distinto deu-se também o título de barão sem grandeza; e esta só agora é que lhe foi conferida. Portanto, não se pode dizer que o governo quis ofuscar a glória e os serviços do Sr. Menna Barreto, dando-lhe o título de barão sem grandeza: quis antes mostrar, condecorando-o por esta forma, que dava ao título do barão muita importância para o fazer valer mais. O governo está muito longe de querer degradar a nenhum cidadão, muito menos ao Sr. Menna Barreto. Nada mais direi sobre esta matéria, porque ela é um pouco imprópria da questão. [...] ⁶⁹.

Primeiramente, chama a atenção que o ministro recuperasse o contexto político da Regência para argumentar que, para o Estado imperial, era menos oneroso conceder honras e títulos do que remunerar serviços, prática vigente durante o período regencial;

⁶⁹ *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 04 de agosto de 1841 [livro 4].

uma vez que, como mencionado, a Lei de 14 de junho de 1831, ao limitar os poderes dos regentes, tirara de suas mãos a concessão de títulos e condecorações. Além disso, o ministro usava a Regência como argumento de autoridade no sentido de reafirmar que a maioria do imperador inaugurara um período distinto do anterior, cabendo, doravante, ao monarca, recompensar serviços, sem remunerá-los.

Para justificar as ações tomadas pelo gabinete de que fazia parte, Clemente Pereira retomou a conjuntura da concessão de três títulos por d. Pedro I, no caso, os marquesados de Jacarepaguá e Cantagalo e o baronato do Rio da Prata. Em relação aos dois marqueses, o ministro afirmou que, apesar de serem “pessoas muito graduadas” e camaristas do imperador, também haviam entrado na nobreza imperial como barões. Contudo, o que o ministro não mencionou foi que essas duas “pessoas muito graduadas” tiveram uma rápida ascensão na nobiliarquia, além de terem recebido um rendimento financeiro junto de seus marquesados.

Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda tornara-se barão de Pati de Alferes com grandeza em 12 de outubro de 1825, sendo elevado a visconde de Lorena com grandeza em 22 de janeiro de 1826 e, finalmente, a marquês de Jacarepaguá em 12 de outubro de 1826, recebendo, nesta ocasião, um assentamento pago pelo Conselho da Fazenda. Além de camarista de d. Pedro I, era também senador, nomeado em 1826, pela província de Goiás. Já João Maria de Gama Freitas Berquó, que fora agraciado com o título de barão de Cantagalo com grandeza em 12 de outubro de 1825, elevado a visconde de Cantagalo com grandeza em 22 de janeiro de 1826, tornou-se marquês de Cantagalo em 12 de outubro de 1826, também recebendo o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda. Berquó era, à época, camarista e membro da guarda do imperador⁷⁰.

Diante desses dois exemplos – apresentados por Clemente Pereira aos senadores, com o fim de assegurar que a concessão de baronatos a “pessoas muito graduadas” deveria ser vista como uma prática em tudo afeita à normalidade da monarquia brasileira – vale destacar que, se era verdade que seu ingresso na nobreza imperial se fizera por meio de um título de barão com grandeza, um ano depois ambos haviam se tornado marqueses; situação que, talvez, tenha inspirado outro dos representantes vitalícios, não identificado nominalmente nos *Anais do Senado*, a mencionar que, à época da concessão, à parte de sua proximidade com o imperador, “nenhum serviço tinham”. De início, já

⁷⁰ Sobre os títulos de nobreza concedidos por d. Pedro I, consultar Marina Garcia de Oliveira, *op.cit.*, especialmente o capítulo 2.

ficava evidente a problemática envolvendo serviços prestados e a hierarquia dos títulos concedidos.

Ainda como forma de sustentar seu argumento de que um título de barão era importante, Clemente Pereira citou também o caso de Rodrigo Pinto Guedes, feito barão do Rio da Prata com grandeza em 12 de outubro de 1826. Contudo, ao contrário dos outros exemplos citados, Rodrigo Pinto Guedes era militar e comandante da esquadra do Rio da Prata, sendo que, posteriormente ao referido baronato, não recebeu outros títulos de nobreza. Apesar de ser bem distinto do caso dos marqueses citados por Clemente Pereira, o título do barão do Rio da Prata com grandeza colaborava para o seu argumento de que um baronato não diminuía os serviços prestados e era sim importante como forma de reconhecimento por parte do monarca; caso do também barão de São Gabriel, João de Deus Mena Barreto, titulado em 18 de julho de 1841.

A João de Deus Mena Barreto que, como mencionado, já era marechal em fins de 1840, o Gabinete Regressista de 23 de março de 1841 concedera tão somente um baronato, e talvez por isso o senador Ferreira de Mello tenha protestado contra o desequilíbrio entre os serviços prestados e o título recebido⁷¹. Contudo, não se pode ignorar a posição política liberal de Ferreira Mello, de tal modo que, é possível que além de seu inconformismo frente à incompatibilidade entre a trajetória do militar e o título ofertado a ele, o senador quisesse questionar os ministros e intensificar as críticas à política ministerial regressista, marcando, portanto, sua posição de opositor ao gabinete.

Clemente Pereira, por sua vez, justificava que o gabinete não tinha interesse em desmerecer os serviços prestados por Mena Barreto, nem por outros cidadãos, visava apenas atribuir um valor diferente ao título de barão do que, até então, era corrente. Ao afirmar que o governo “dava ao título do barão muita importância para o fazer valer mais”, o ministro da Guerra indicava uma nova política de valorização dos títulos de nobreza, rompendo com a nobilitação praticada por d. Pedro I, que concedera elevados títulos em larga escala⁷²; inaugurava-se, portanto, uma nova política nobilitadora, na qual o título predominantemente ofertado passava a ser o mais baixo, o de barão sem honras de grandeza.

⁷¹ Considerando que a patente de Marechal era a mais alta do Exército brasileiro e concedida a pessoas de vasta carreira militar, é inegável que soasse discrepante a oferta de um título de barão, o mais baixo da nobiliarquia brasileira, a alguém que tivesse a mais alta patente militar. Possivelmente, esse fato contribuiu para a repercussão negativa da oferta do título de barão de São Gabriel em meio aos senadores.

⁷² Das 150 concessões praticadas por d. Pedro I, ao longo de seus nove anos de reinado, duas foram títulos de duque, 27 de marquês e oito de conde.

Contudo, ainda que a política em voga fosse a de valorização do baronato, o que o ministro não mencionou foi a oferta de títulos de visconde com grandeza exclusivamente a fiéis aliados do gabinete, ou seja, por mais que os baronatos passassem a ser valorizados, aliados do gabinete foram merecedores de títulos distintos e socialmente mais valorizados que o de barão.

Apesar de Clemente Pereira, na condição de ministro do gabinete responsável pela organização da coroação de d. Pedro II e, portanto, da lista de agraciados de 18 de julho, ter respondido às questões concernentes à lista de agraciados, tal temática ainda permaneceu em discussão na Câmara vitalícia. Na sessão seguinte, de 05 de agosto, o senador pelo Maranhão, Antônio Pedro da Costa Ferreira, nomeado em 1834, questionou novamente o ministro da Guerra,

Quando se espalham graças, como ultimamente se fez, julgam que receberão pouco, apresentam-se desgostosos, e, na realidade, porque elas foram mal distribuídas. E não me dirá V. Ex. [ministro da guerra], que tem tido a bondade (o que eu muito lhe agradeço) de dar tantas explicações, a respeito de alguns objetos, qual o motivo por que só sobre dois pontos não quer dar explicações? O primeiro é a razão por que não foi contemplado na distribuição das graças o presidente da comissão do senado, que foi cumprimentar S.M. É verdade que teve, segundo me parece, o hábito de Cristo, por representar uma câmara municipal; mas, como presidente da comissão do senado, foi inteiramente esquecido, quando outros foram premiados; e seria isto feito em menoscabo do senado? Persuado-me que não, porque até três ministros de estado são membros do senado. Ao menos eu, nesta [sic] aluvião de graças, creio que ganhei também o hábito de Cristo; e desejava que V. Ex., me dissesse, tendo eu já o tratamento de excelência como senador, me caberá o hábito de Cristo, porque, se me couber, usarei dele; *não sou daqueles soberbos que rejeitam as cousas que lhes são dadas*. [...] *O governo não cuida senão de intriguinhas:- Fulano deve ser demitido, porque não é da nossa facção; Beltrano deve ser condecorado, porque é nosso amigo, etc., etc.- e, em consequência, não tem tempo de tratar de questões nobres, de objetos grandes, como o de salvar a nação*⁷³.

Além de afirmar que as graças concedidas haviam sido “mal distribuídas” e retomar, portanto, parte do debate da sessão anterior, o senador Costa Ferreira parecia fazer pilhéria com o hábito de Cristo que lhe fora concedido, afirmando não ser “daqueles soberbos que rejeitam as cousas que lhes são dadas”. É possível que as críticas feitas por esse senador também estivessem relacionadas à sua posição política, mais próxima dos liberais, por ter sido nomeado senador justamente pela regência trina permanente, o que o teria levando, então, a questionar o gabinete regressista. Necessário se faz também aventar a hipótese de que, considerando as nobilitações praticadas no Primeiro Reinado, quando um grande número de senadores foi agraciado, ele e outros dos representantes à

⁷³ *Anais do Senado*, sessão de 05 de agosto de 1841. [grifo nosso]

Câmara alta esperassem receber títulos de nobreza, em larga quantidade e de alta hierarquia.

Assim, ainda que o ministro da Guerra tenha afirmado, na sessão anterior, que o título de barão era importante e valorizado pelo governo, seus contemporâneos e potenciais nobilitados, muito possivelmente, ainda esperavam recompensas como aquelas concedidas pelo primeiro imperador; mostrando-se pouco afeitos a serem agraciados apenas com títulos de barão, mesmo que o governo dissesse valorizar tal nobilitação.

Finalmente, outra fala que merece destaque é a do senador pernambucano Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, proferida na sessão de 28 de agosto, em meio a uma nova discussão sobre a fixação de forças de terra,

É verdade que [o ministro da Guerra], se quiser, pode abusar do arbítrio que a lei lhe concede; pode fazer todos os dias mil promoções; pode prostituir as graças; mas eu sempre direi que o governo que se serve de tais meios é um governo revolucionário. O governo que abusa das honras, que as reparte indistintamente a todo mundo, o que faz é tornar essas honras sem preço, sem valor; é tirar o florão mais brilhante das prerrogativas da coroa. Por seu próprio interesse, o governo deve sempre usar de tais meios em benefício das instituições e da coroa⁷⁴.

O senador Hollanda Cavalcanti, que havia participado do gabinete maiorista de 1840, reconhecia que as honras, quando bem ofertadas, eram um benefício para a monarquia, mas ponderava que o abuso dessas concessões fazia delas algo sem valor, o que não colaborava nem para a coroa, nem para as suas instituições. É possível que esse posicionamento estivesse relacionado ao fato de o gabinete maiorista ter concedido apenas dois títulos, de tal modo que o senador criticava o abuso de concessões praticadas pelo gabinete de 1841, que, em quase quatro meses de funcionamento, concedera 17 títulos de nobreza, ao contrário do gabinete de 1840, que concedera tão somente dois títulos ao longo de oito meses.

Se não bastasse colocar em discussão a quantidade de títulos ofertados pelo gabinete de 1841, é possível que Hollanda Cavalcanti, juntamente com Ferreira de Mello, questionassem a prática da nobilitação em si, além do perfil dos agraciados com títulos de nobreza. Vale lembrar que, no início da Regência, os liberais na Câmara dos Deputados propuseram, ainda que sem sucesso, a abolição dos títulos de nobreza no Império do Brasil, alegando, entre outras justificativas, a incompatibilidade entre a nobreza e a monarquia liberal⁷⁵.

⁷⁴ *Anais do Senado*, sessão de 28 de agosto de 1841, p. 656.

⁷⁵ Sobre as discussões realizadas na Câmara dos Deputados no início da Regência, consultar Marina Garcia de Oliveira, *op. cit.*, especialmente, o capítulo 3.

Além dessa questão política, outra merece destaque, justamente o perfil dos nobilitados, uma vez que o gabinete maiorista de 1840 havia concedido tão somente dois títulos de conde a pessoas ligadas ao Paço imperial; ou seja, é possível ponderar que a nobilitação de figuras do Paço talvez fosse uma tentativa de separar os títulos de nobreza da alta política, o que não se concretizou com a oferta de títulos praticada pelo gabinete de 1841, quando, além dos títulos ofertados a senadores (mesmo que muitos tenham recebido um simples baronato), outros foram dados a um deputado, a fazendeiros e negociantes. Assim, embora não seja possível precisar com exatidão as razões que levaram à nobilitação dessas figuras, podemos afirmar que o ministério de 1841 fez um uso diferente dos títulos de nobreza, se comparado com o de 1840, o que, certamente, contribuiu para as críticas feitas pelos senadores.

Diante desse debate no Senado e da indignação de seus membros, era de se esperar que os deputados também se manifestassem sobre a lista de honras e distinções publicada no dia 18 de julho de 1841. De fato, dias antes dos senadores discutirem tal temática, na sessão de 30 de julho, o deputado Andrada Machado mencionou os agraciados de 18 de julho, elogiando a negativa de Francisco de Lima e Silva e incentivando outros a agirem dessa mesma forma.

Consta-me que o marechal de exército João de Deus Menna Barreto com o maior respeito e acatamento renunciou o baronato de S. Gabriel, assim como se diz que o Sr. Lima recusara o seu, e ao meu ver fez bem, porque devia recusar em honra da chave que traz o nobre ministro; porque, sendo camarista, que é considerado como conde, o forão rebaixar muito com esse título. Dizem que o Sr. Suassuna estava duvidoso se recusará ou não o título; eu declaro que lhe disse que o devia recusar, mas faça ele o que quiser. Não é por mais nada senão porque julguei que degradava o lugar de gentil homem da camara aceitando semelhante graça. Os reis de Portugal nunca derão a um gentil homem da sua camara título menor de conde; agora, no tempo das inovações, quer se introduzir outra prática; de maneira que entre nós é celebre; umas vezes querem os ministros ser ultra-realistas, e outras quase republicanos. Creio que é preciso ser coerente, e seguir uma regra da qual o governo não se arrede⁷⁶.

Para compreender melhor essa fala, bem como o incentivo para que outros tomassem a mesma atitude que Francisco de Lima e Silva, deve-se ter em mente, como mencionado, a tradição da Câmara dos Deputados (manifestada já na primeira legislatura de 1826) de ser contra a concessão de títulos de nobreza e também de ser um espaço de combate ao imperador, o que talvez levasse os representantes a elogiar a atitude de Lima

⁷⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 30 de julho de 1841, p. 405. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva era deputado por São Paulo. Importante destacar que, após a fala de Andrada Machado, os deputados puseram-se a discutir outras temáticas e não retomaram essa questão.

e Silva, sem que isso significasse, de fato, que eles fossem favoráveis a títulos mais elevados.

Assim, em ambas as casas, contestou-se a recém-inaugurada prática do ministério quanto às nobilitações. Andrada Machado, a fim de melhor fazer valer seu argumento, comparou a situação brasileira com aquela de Portugal, de maneira a tornar ainda mais escandalosas as escolhas do gabinete⁷⁷. A despeito de todas as admoestações e dos discursos indignados, somente Francisco de Lima e Silva recusou o título ofertado. Doravante, como sustentado pelo ministro da Guerra, Clemente Pereira, a regra passava a ser a valorização do título de barão, ainda que os agraciados com títulos mais elevados fossem, indiscutivelmente, aliados do ministério.

Além destes títulos, o Gabinete de 23 de março de 1841 ofertou outros dois baronatos, mantendo o mesmo perfil dos agraciados em julho e a hierarquia dos títulos ofertados. Em 23 de agosto de 1841, José da Costa Carvalho, também antigo regente, membro da regência trina permanente, senador por Sergipe (nomeado em 1839) e alinhado aos regressistas, tornou-se barão de Monte Alegre. Ao menos até o momento, não é possível precisar as justificativas para a nobilitação de Costa Carvalho, porém, considerando os demais nobilitados por esse gabinete, é perceptível que ele se enquadrasse em um perfil de nobilitado semelhante a outros agraciados em 18 de julho, por ter sido regente do Império e ocupar um assento na casa vitalícia do Legislativo.

Para se ter uma ideia da importância do exercício da regência no Império do Brasil, entre 1831 e 1840, apenas sete pessoas ocuparam esse cargo. Dessas sete, apenas José Joaquim Carneiro de Campos já possuía um título de nobreza (era marquês de Caravelas desde 1826), quando assumiu a regência em abril de 1831; dos outros seis, apenas três receberam a oferta de um título de nobreza, Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e Pedro de Araújo Lima, muito embora apenas os dois últimos tenham de fato ingressado na nobreza brasileira com os títulos, respectivamente, de barão de Monte Alegre e visconde de Olinda com grandeza.

Finalmente, os outros três regentes não tiveram o privilégio de serem nobilitados, um, João Bráulio Muniz, por ter falecido em 1835, quando a prática de concessão de

⁷⁷ Andrada Machado coloca, no debate, uma importante questão acerca das incompatibilidades entre cargos no Paço e títulos de nobreza, justamente porque o cargo no Paço era de nomeação do monarca e o cargo de gentil-homem era o terceiro mais importante, abaixo, apenas, de mordomo-mor e estribeiro-mor. De tal modo que era incompatível que um gentil-homem, o terceiro em importância, no Paço, recebesse o título hierarquicamente mais baixo, quando, em Portugal, a um gentil-homem, era ofertado o terceiro título de nobreza em importância, o de conde. A surpresa do deputado era tão grande que ele propunha que os nobilitados declinassem o título ofertado, como Francisco de Lima e Silva havia feito.

títulos ainda estava suspensa. Em se tratando de Nicolau Vergueiro e Diogo Antônio Feijó, é muito provável que suas posições liberais aparecessem como um óbice a qualquer tipo de nobilitação por parte de um gabinete de cunho regressista. Assim, o fato de ter sido regente não era garantia do recebimento de um título de nobreza pelo gabinete vigente, contudo o cargo somado ao posicionamento político do regente podem ter contribuído significativamente para as ofertas de títulos (diferentes) a Lima e Silva, Araújo Lima e Costa Carvalho.

Finalmente, o último agraciado pelo gabinete de 1841 foi Joaquim José Pereira de Faro, proprietário de fazendas no Rio de Janeiro; além de negociante; figura diretamente envolvida no tráfico de escravos⁷⁸; acionista da estrada de ferro de Botafogo, já em 1840⁷⁹, e no ano seguinte, fundador e conselheiro do Monte Pio. Em 06 de outubro, ele se tornou barão do Rio Bonito⁸⁰.

Apesar de o referido Gabinete ter sido substituído apenas em 23 de janeiro de 1843, além das concessões praticadas ao longo de 1841, esse ministério não ofertou outros títulos de nobreza, de tal modo que ninguém foi titulado no ano de 1842. Há que se considerar o possível impacto provocado pela negativa de Francisco de Lima e Silva, uma vez que a nobilitação do antigo regente, em meio às festas de coroação e sagração do jovem imperador, possuía alto valor simbólico. Ademais, o ano de 1842 foi marcado pela

⁷⁸ De acordo com Fábio Pinheiro, os dez maiores negociantes de escravos, entre 1809 e 1830, em ordem decrescente de importância, foram José Francisco de Mesquita, José Antônio Moreira, Joaquim Antônio Ferreira, José Fernandes de Oliveira Pena, Francisco Xavier Dias da Fonseca, Antônio José Moreira Pinto, Marcelino José Ferreira de Armond, Antônio Joaquim de Oliveira Pena, Bernardo José Ferreira Rabelo e José Lourenço Dias, dos quais quatro foram agraciados já na década de 1840 (José Francisco de Mesquita, José Antônio Moreira, Joaquim Antônio Ferreira e Marcelino José Ferreira de Armond). Cf. Fábio Pinheiro, “Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809- 1830”, *op. cit.* Outro historiador que também se deteve no estudo do tráfico de escravos foi Manolo Florentino, ainda que não trabalhe com os traficantes durante o período do tráfico ilegal. De acordo com ele, por mais que esses homens tenham se esforçado para diversificar seus investimentos, não interromperam imediatamente suas atividades negreiras, permanecendo, portanto, nos círculos políticos e econômicos após a lei de 1831, a ponto de fazerem frente à pressão britânica pelo fim do tráfico. Embora não mencione explicitamente as concessões de títulos de nobreza a traficantes do Segundo Reinado, esse historiador destaca outros meios de cooptação usados pelo Estado imperial, isto é, a concessão da Ordem de Cristo para trazer para perto de si esses traficantes. Assim, ainda que a Ordem de Cristo não fosse um título de nobreza, era também uma distinção ofertada pelo imperador, de modo que, por meio dessa oferta, o monarca reconhecia os serviços prestados pelos traficantes. A questão que se coloca é porque alguns traficantes foram merecedores de títulos de nobreza e não apenas da Ordem de Cristo. Manolo Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 204-206. Sobre os traficantes, consultar também Robert Edgar Conrad, *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; e Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826 – 1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁷⁹ *Jornal do Comércio*, 13 de janeiro de 1840 e 23 de outubro de 1840.

⁸⁰ Para outros detalhes da biografia de Pereira de Faro, consultar *Catálogo descritivo e seletivo dos processos da nobreza brasileira, op. cit.*

dissolução da Câmara dos Deputados, em 01 de maio⁸¹, e pela eclosão das Revoltas Liberais de São Paulo e Minas Gerais, motivadas justamente por tal dissolução e pela aprovação de ao menos três leis consideradas profundamente atentatórias por parte dos opositoristas do governo⁸².

Ainda que muito tempo houvesse passado, em termos de nobilitação, entre a lei da Regência de 1831, e a maioria de Pedro II, é impossível pensar que parte dos políticos e da elite socioeconômica brasileira não tivesse como parâmetro, em termos de concessão de títulos, as práticas do primeiro imperador. Tampouco parece estranho que o gabinete de 23 de março privilegiasse figuras próximas a ele. Porém, ainda que os nobilitados possuíssem vínculos políticos com os episódios dos anos anteriores, a política de concessão de títulos de nobreza mostrava sinais, ainda incipientes, de que se processaria de modo diferente do que havia sido até então.

Merece destaque que, dos 19 títulos ofertados pelo Gabinete Regressista de 1841, sete tenham sido dados para senadores, no momento em que estavam em discussão os projetos de lei sobre a criação do Conselho de Estado e a reforma do Código Criminal⁸³, enquanto que apenas um tenha sido dado a um deputado. Por outro lado, como já demonstrado, a larga maioria dos títulos foi ofertada a pessoas distantes do centro decisório político, indicando um uso dos títulos de nobreza distinto do modo como havia sido utilizado por d. Pedro I, ou seja, o gabinete de 1841 não fazia uso dos títulos nobiliárquicos como parte de uma estratégia para angariar apoio para a execução de sua política dentro do Legislativo, mas sim para recompensar atuações militares, além de fazendeiros e negociantes.

⁸¹ O decreto de dissolução da Câmara, do que seria a 5ª legislatura, foi publicado nos Anais da Câmara de 01 de maio de 1842, antes, portanto, do início dos trabalhos legislativos – vale ressaltar que, desde a abertura do Parlamento, nenhum dos dois monarcas havia recorrido, até então, a tal expediente. Sobre as chamadas “eleições do cacete” e a dissolução da Câmara, consultar Roberto Saba, *As vozes da nação: a atividade peticionária e a política no início do Segundo Reinado*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2012, p. 106-155.

⁸² As duas leis aprovadas por esse gabinete e que motivaram as revoltas liberais de 1842 foram a lei de 23 de novembro de 1841, que determinava a criação do Conselho de Estado, suspenso desde a aprovação do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834; e a lei de 03 de dezembro de 1841, que estabelecia a reforma do Código do Processo Criminal. Vale lembrar que a lei de Interpretação do Ato Adicional lhe era anterior, tendo sido aprovada ainda durante a Regência, em 12 de maio de 1840. Erik Hörner, *Até os limites da política: A “Revolução Liberal” de 1842*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 113-114; e Monica Duarte Dantas, *O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841: debates legislativos e influências estrangeiras na disputa pela implementação de diferentes modelos de organização do Estado*. Relatório de pesquisa, CNPq, 2016. Agradeço a autora por ter me cedido uma cópia.

⁸³ Nos *Anais do Senado*, consta que, na sessão de 04 de junho de 1841, foram oferecidas emendas ao projeto de reforma do código de processo (votadas nos meses subsequentes) e na sessão de 14 de junho de 1841, foi apresentado um projeto de criação do Conselho de Estado.

Ainda assim, se comparadas as concessões do gabinete de 23 de março com aquelas efetuadas, no Primeiro Reinado, pelos ministérios de 10 de novembro de 1823 e de 21 de janeiro de 1826⁸⁴, é evidente a transformação que se operara entre meados da década de 1820 e início da década de 1840. Tal mudança, inclusive, se manteve nos anos subsequentes, quando, independentemente das cores políticas do gabinete ministerial, houve um evidente predomínio da concessão de baronatos e poucos títulos elevados, ofertados, em geral, a quem já possuía um título de nobreza. Ao que parece, portanto, não só a política de valorização do título de barão, tal como proposta pelo ministro Clemente Pereira, foi, de alguma maneira, incorporada pelos contemporâneos (já que nenhum dos nobilitados declinou o título que lhe foi ofertado, aceitando, portanto, que os títulos de barão do Segundo Reinado eram compatíveis aos serviços prestados por eles), como também não houve aumento significativo no total de títulos concedidos.

Em 23 de janeiro de 1843, novo gabinete foi empossado (agora completamente alinhado ao Regresso, sem qualquer figura do Paço). A queda do ministério anterior se devera, em grande parte, às revoltas liberais que marcaram o ano de 1842, e também à condução da repressão dos rebeldes, marcada pela perseguição política aos senadores e deputados envolvidos em 1842⁸⁵.

Esse ministério foi formado por José Antônio da Silva Maia, Joaquim Francisco Viana, Salvador José Maciel e Honório Hermeto Carneiro Leão, que ocuparam, respectivamente, as pastas do Império, Fazenda e, Guerra, respondendo o último tanto pela pasta da Justiça como pelo ministério dos Estrangeiros. Em 08 de junho de 1843, Carneiro Leão foi substituído, na pasta de Estrangeiros, por Paulino José Soares de Sousa, que ocupou interinamente a pasta da Justiça entre 30 de dezembro de 1843 e 02 de fevereiro de 1844, também substituindo Carneiro Leão; enquanto Salvador José Maciel ocupou interinamente a pasta da Marinha entre 24 de janeiro e 05 de fevereiro de 1843, sendo, depois, substituído por Joaquim José Rodrigues Torres.

O gabinete de 23 de janeiro de 1843 manteve-se no poder por praticamente um ano, ao longo do qual concedeu tão somente seis títulos de nobreza. Assim, se o primeiro gabinete maiorista concedera dois títulos ao longo de oito meses, ou seja, uma média de 0,25 títulos por mês; o ministério de 23 de março concedeu, ao longo de 22 meses, 19

⁸⁴ O gabinete de 10 de novembro de 1823 foi substituído, apenas, pelo ministério de 21 de novembro de 1825, sendo, portanto, o responsável pela larga nobilitação praticada no ano de 1825. Já o gabinete nomeado em 1825 foi substituído por outro nomeado em janeiro de 1826, responsável, por sua vez, pela oferta de títulos de nobreza no ano de 1826.

⁸⁵ Erik Hörner, *op. cit.*, p. 335.

títulos, ou seja, 0,86 títulos por mês; e finalmente, o gabinete de 23 de janeiro de 1843, em quase 13 meses, concedeu seis títulos, em uma média de 0,46 títulos por mês, quase metade do ministério anterior.

Dos seis nobilitados pelo gabinete de 23 de janeiro de 1843, mantendo-se uma prática reinstituída com o gabinete maiorista de 1840, isto é, a nobilitação de figuras ligadas ao Paço⁸⁶, em razão dos serviços prestados nas negociações do casamento do imperador com Teresa Cristina de Nápoles, foi agraciado José Alexandre Carneiro Leão (Embaixador Extraordinário do Imperador para pedir a mão de Teresa Cristina e responsável por acompanhar a futura imperatriz na viagem para o Brasil), em 11 de setembro de 1843, com o título de visconde de São Salvador de Campos com grandeza⁸⁷.

Na mesma data, foram concedidos também os títulos de barão de Itamaracá para Tomás Antônio Maciel Monteiro (nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça, em 16 de dezembro do ano anterior)⁸⁸, e de barão do Passé para Antônio da Rocha Pita Argolo, que combatera a Sabinada e era senhor do Engenho Freguesia, sendo um dos homens mais ricos da Bahia⁸⁹.

Vale lembrar que, como já mencionado, um dos motivos para a troca de gabinete em fins de janeiro de 1843 foi justamente a questão da punição aos rebeldes de 1842. Contudo o novo gabinete de 1843, de perfil regressista, não se mostraria favorável à anistia dos crimes políticos de 1842, defendendo a punição dos rebeldes tal qual o ministério anterior. É fato que o ano de 1843 foi marcado por duros embates entre o

⁸⁶ D. Pedro I também ofertara títulos de nobreza a figuras ligadas ao Paço, como Domitila de Castro, sua amante, agraciada com os títulos de viscondessa e marquesa de Santos; Isabel Maria de Alcântara Brasileira, sua filha com a amante, feita duquesa de Goiás; Ana Romana de Aragão Calmon, camareira-mor, baronesa e condessa de Itapagipe; além dos já citados, pai e irmão da marquesa de Santos, os homônimos João de Castro Canto e Melo, feitos 1º e 2º visconde de Castro com grandeza.

⁸⁷ O casamento do imperador nos mostra como a política e as relações na Corte e familiares estavam imbricadas. De acordo com Paulo Pereira de Castro, “Honório tinha também um pé no Paço por seu primo, o Visconde de São Salvador de Campos, José Alexandre Carneiro Leão, cuja sobrinha e cunhada era a Marquesa de Maceió, que gozava de grande ascendência sobre as princesas e que, a esse título, era altamente recomendada pelas missões diplomáticas da França e da Áustria. Como o casamento imperial se realizou sob o ministério de Honório, a ele coubera organizar a embaixada que foi a Nápoles receber a imperatriz, bem como cuidar da sua instalação na Corte brasileira”. Paulo Pereira de Castro, “A Reação Monárquica”, in Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 4: Dispersão e Unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 590. Sobre o casamento de Pedro II, ver também Lília Moritz Schwarz, *op.cit.*, p. 91-98.

⁸⁸ Tomás Antônio Maciel Monteiro foi deputado geral por Pernambuco na primeira legislatura (1826-1830), nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 16 de dezembro de 1842 e tomou posse em 04 de abril de 1843, meses antes de ser nobilitado com o título de barão de Itamaracá. Merece destaque que, dos ministros do Supremo Tribunal de Justiça, apenas Lucas Antônio Monteiro de Barros possuía um título de nobreza, o de visconde de Congonhas do Campo com grandeza. Consultar <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=270> – acesso em 20/04/2016.

⁸⁹ Ver *Titulares baianos* e Wanderley Pinho, *História de um engenho do Recôncavo, Matoim-Novo Caboto-Freguesia, 1552-1944*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

imperador e o ministério, uma vez que o primeiro defendia a anistia, enquanto que Honório Hermeto Carneiro Leão defendia uma punição exemplar aos envolvidos, especialmente, aqueles que ocupavam cadeiras no Legislativo.

Apesar de toda a pressão de Honório Hermeto Carneiro Leão, enquanto ministro, por uma punição exemplar aos senadores rebeldes, segundo Erik Hörner, “na Câmara, ganhava força um vago Partido da Conciliação, cuja bandeira principal era a anistia por ocasião do casamento do Imperador”⁹⁰, fato concretizado com a chegada da imperatriz ao Brasil, no início de setembro de 1843. Mesmo diante da “conciliação” pelo casamento do imperador e da pressão do monarca para que se anistassem os rebeldes, o ministério, encabeçado por Carneiro Leão, não se furtou a nobilitar três dos envolvidos na repressão de 1842.

Esse é o caso de Manuel Antônio Pacheco, Comandante das Forças Legais de Sabará, agraciado barão de Sabará em março de 1843, em recompensa pelo auxílio prestado às tropas do barão de Caxias na repressão dos rebeldes⁹¹; de José da Costa Carvalho, barão de Monte Alegre em 1841, que teve seu título elevado para visconde com grandeza, em setembro de 1843, presidente da província de São Paulo responsável pela organização da repressão da revolta naquela província⁹²; e de João da Silva Machado, agraciado com o título de barão de Antonina, em setembro de 1843, que, segundo Joaquim

⁹⁰ Erik Hörner, *op.cit.*, p. 318.

⁹¹ Bernardo Xavier Pinto de Sousa, *Quadro chronologico das Peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842*. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B.X.P. de Sousa, 1844, 2ª ed., p. 235. Sobre o barão de Sabará, José Antonio Marinho escreve que “A história deve consignar o nome dum distinto legalista que, depois de haver feito à legalidade os mais relevantes serviços, despendendo grossas quantias, sacrificando sua vida a ponto de ser ferido rigorosamente no ataque da Lagoa Santa, foi do dia 21 de agosto para diante o mais solícito defensor de todos os comprometidos, levando a sua generosidade a ponto de sustentar na cadeia as que necessitavam desses socorros, e a muitos outros por obséquio: é este o distinto coronel Manoel Antonio Pacheco, hoje barão de Sabará”. José Antonio Marinho, *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 289.

⁹² Sobre a nomeação de José da Costa Carvalho como presidente de São Paulo e os poderes que foram dados a ele, Erik Hörner afirma que “Em 20 de janeiro [de 1842] assumia a presidência da província [de São Paulo] José da Costa Carvalho, o Barão de Monte Alegre, homem de confiança do Gabinete de 23 de março. Por si só, esta nomeação pouco diz, afinal as trocas de presidentes não eram raras, mesmo ao longo de um mesmo Ministério. A relevância política do representante do Governo Central em São Paulo é muito mais significativa, não à toa os periódicos ligados à oposição logo passaram a ventilar impropérios contra o ‘pró-consul baiano’. Ignoravam propositadamente a longa trajetória de Monte Alegre pela província, seja política, econômica e social. [...] Mais importante do que considerar Monte Alegre um mero executor da Lei de 3 de dezembro de 1841 é entender a possibilidade de ação que lhe foi concedida com o Regulamento nº 122 assinado em 2 de fevereiro de 1842. De acordo com este regulamento, os presidentes de província ficavam autorizados transitoriamente a nomear todas as autoridades estipuladas por lei sem que houvesse indicação do governo geral. Ou seja, delegados, subdelegados e promotores seriam nomeados diretamente pelos ocupantes do Executivo provincial, assim como qualquer substituição poderia ser feita sem a recomendação precisa do gabinete. Especialmente em 1842, a presidência da Província teve mais poder em suas mãos que o habitual, poder este potencializado pelo fato de Monte Alegre conhecer intimamente os grupos políticos provinciais”. Erik Hörner, *op.cit.*, p. 111-120.

Manuel de Macedo, fora nobilitado em recompensa aos serviços prestados à ordem pública por ocasião da Revolta de 1842⁹³. De acordo com Erik Hörner, João da Silva Machado fora nomeado para atuar na região da 5ª comarca, por sugestão de Monte Alegre, que conhecia bem a província⁹⁴. Como esta região servia de ligação entre a província rebelada de São Paulo e o Sul, marcado pela Farroupilha, havia receio, por parte dos ministros, de que as duas regiões rebeladas se unissem, agravando, ainda mais, o cenário político⁹⁵.

Nobilitar aqueles que haviam contribuído para reprimir a Revolta Liberal de 1842 significava, para os agraciados, um reconhecimento dos serviços prestados, contudo, dada a oposição do monarca em relação à possível punição dos rebeldes e ao seu desejo de anistia, essa mesma nobilitação poderia significar uma afronta da parte do ministério ao seu poder, não representando, portanto, uma aquiescência do gabinete em relação ao que desejava Pedro II.

Fato é que essas ofertas de títulos de nobreza ocorreram em meio a fortes discussões sobre que tipo de punição deveria ser dada aos rebeldes, uma vez que, em meio a eles, estavam alguns senadores, como José Martiniano de Alencar, José Bento Leite Ferreira de Melo (que, em agosto de 1841, já marcava sua oposição ao Gabinete nomeado em março, ao criticar as concessões de títulos de nobreza) e Nicolau de Campos Vergueiro⁹⁶.

Em 1843, no Senado, vários foram os debates acerca da punição ou não de tais senadores. Para exemplificar, Paula Sousa, Hollanda Cavalcanti, Alves Branco, Paula Albuquerque e Costa Ferreira⁹⁷ atuavam no sentido de retardar os julgamentos e de

⁹³ Joaquim Manuel de Macedo, *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, vol. 01, p. 347-348.

⁹⁴ Erik Hörner, *op.cit.*, p. 154.

⁹⁵ Sobre a importância da 5ª comarca de São Paulo, futura província do Paraná, Roberto Saba afirma que “No ano de 1842, quando paulistas e mineiros haviam se rebelado e os estancieiros do Rio Grande do Sul continuavam a conduzir a Guerra dos Farrapos, as elites curitibanas juraram lealdade ao governo central tendo em vista a desejada separação de sua comarca da província de São Paulo. No entanto, a elevação de Curitiba não foi efetivada sem que os separatistas pressionassem, por meio de petições, os representantes da nação brasileira”. Roberto Saba, *op.cit.*, p. 88.

⁹⁶ José Martiniano de Alencar era senador pelo Ceará, nomeado em 1832; José Bento Leite Ferreira de Melo e Nicolau de Campos Vergueiro eram senadores por Minas Gerais, nomeados, respectivamente, em 1834 e 1828.

⁹⁷ Francisco de Paula Sousa e Melo era senador por São Paulo, nomeado em 1833; Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque e Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque eram senadores por Pernambuco, nomeados em 1838; Manuel Alves Branco, senador pela Bahia, nomeado em 1837, e Antônio Pedro da Costa Ferreira, senador pelo Maranhão, nomeado em 1834. Sobre o espaço político ocupado pelos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, Paulo Cadena afirma que “Durante todo o Primeiro Reinado, Luiz Francisco e Antônio Francisco defenderiam suas bases locais e interesses pessoais na Corte, mostrando bastante autonomia. Apresentavam uma face federalista no Rio de Janeiro. Em Pernambuco, eram centralistas. Puseram-se ao lado do Imperador – mesmo que ele não lhes fosse muito

desmoralizar a ação do governo, ao contrário de Honório Hermeto Carneiro Leão, do visconde de Olinda, Cassiano Espiridião de Mello Mattos e Bernardo Pereira de Vasconcelos que defendiam o governo e as ações do ministério de 23 de março de 1841⁹⁸.

Para ressaltar ainda mais esse embate entre o ministério e o imperador, vale ponderar que, ainda que o gabinete tenha nobilitado três figuras que reprimiram os movimentos de 1842, Luís Alves de Lima e Silva, barão de Caxias desde 1841, não teve o privilégio de ter seu título de nobreza elevado em recompensa aos serviços prestados na repressão aos paulistas e, especialmente, aos liberais de Minas Gerais, em Santa Luzia⁹⁹.

Ainda que não seja possível precisar com exatidão as razões para Caxias não ter seu título elevado após reprimir as revoltas de 1842, é possível considerar, como hipótese, que talvez ele tenha sido favorável à anistia aos rebeldes de 1842 (conduta que já havia adotado no Maranhão, ao colocar fim à Balaiada e que adotaria, anos depois, no Rio Grande Sul, para encerrar a Farroupilha), ou seja, que ele tivesse uma posição discordante em relação à política do gabinete, ao contrário dos outros três nobilitados que haviam atuado na repressão aos rebeldes.

Finalmente, a crescente tensão entre o imperador e o ministério de 23 de janeiro de 1843, em virtude da punição ou da anistia aos rebeldes de 1842, levou à queda deste

simpático – da Confederação do Equador à Praieira. Localmente, o domínio ficava nas mãos de Francisco de Paula, o mais velho [...] tendo assumido a presidência efetiva pela menos sete vezes entre 1826 e 1844. Mais tarde, Antônio Francisco, conhecido como Hollanda, ficaria ao lado do Partido Liberal; Francisco e Pedro, do conservador. Assim, sendo qual fosse o ministério, os Cavalcanti de Albuquerque estariam no poder”. Paulo Henrique Fontes Cadena, *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1802-1844)*. Recife: dissertação de mestrado, UFPE, 2011, p. 65-66.

⁹⁸ Erik Hörner, *op.cit.*, p. 313-318.

⁹⁹ Merece destaque que, tal como as recompensas aos que combatiam na Farroupilha foram tema de debate no Senado em agosto de 1841, as recompensas aos que lutaram em 1842 também não passaram despercebidas pelos contemporâneos. José Antônio Marinho é um exemplo disso, ao afirmar que “enquanto o presidente de Minas portava-se com tão estupenda ingratidão para com legalistas distintos, não eram outros melhor recompensados pelo governo geral. À distribuição das condecorações concedidas aos que prestaram serviços à legalidade presidia o mesmo espírito, e enquanto colocava-se sobre o peito de indivíduos que nunca serviços haviam prestado comendas da Ordem de Cristo, dava-se um hábito da Rosa a quem havia arriscado sua vida nos combates, e sustentado a legalidade desde o princípio da luta, e ficavam no olvido, e no desprezo tantos oficiais da guarda nacional que foram ao combate, tantos proprietários que concorreram, com sua pessoa e bens para o restabelecimento da ordem pública. Seria menos feia a ingratidão da oligarquia para com os que prestaram tão relevantes serviços, se a perseguição e o insulto não substituíssem o lugar de merecidas recompensas”, *op. cit.*, p. 337. Especificamente sobre Luís Alves de Lima e Silva, logo após essa pacificação, foi enviado para o Rio Grande do Sul, onde deveria pôr fim à Farroupilha, iniciada em 1835.

ministério e a ascensão de outro mais simpático à temática da anistia, formado por políticos liberais¹⁰⁰.

O “Quinquênio Liberal” (1844 - 1848)

Em 02 de fevereiro de 1844, assumiu um gabinete liberal com, entre outros, o propósito de aprovar a anistia aos antigos revoltosos. Esse ministério era formado por José Carlos Pereira de Almeida Torres, que ocupou a pasta do Império; Ernesto Ferreira França, a de Estrangeiros; Manuel Alves Branco, a da Fazenda e interinamente a da Justiça, substituído em 23 de maio de 1844 por Manuel Antônio Galvão; e Jerônimo Francisco Coelho, que respondeu pela pasta da Guerra e interinamente a da Marinha, substituído também em 23 de maio por Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque¹⁰¹.

A nomeação do Gabinete de 02 de fevereiro de 1844 marcou o início do chamado Quinquênio Liberal¹⁰² e frustrou, segundo Needell, as expectativas de que, após a saída de Honório, d. Pedro II nomeasse outro gabinete regressista¹⁰³. Importante considerar que o monarca desejava a concessão da anistia aos rebeldes de 1842, medida que não havia sido aceita pelos dois gabinetes regressistas que haviam governado o país até aquele momento, o que viabilizou a troca de cor política do gabinete em exercício.

Fato é que a mudança política do ministério em exercício já demonstrou algum efeito no mesmo mês de fevereiro. Assim, em 29 de fevereiro, o tema da anistia foi submetido ao Conselho de Estado, e apenas dois conselheiros foram contrários, o visconde de Abrantes e Bernardo Pereira de Vasconcelos¹⁰⁴. Dessa forma, por meio do

¹⁰⁰ É fato que, a partir de 1843, d. Pedro II começou a assumir com maior consistência a condução da política imperial, demitindo, por exemplo, o gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão, em 1844, (já desgastado pela questão da anistia aos rebeldes) em razão de um conflito entre o ministro e Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho, irmão de Aureliano. Honório exigia a demissão de Saturnino do cargo de Inspetor da Alfândega, o que não foi concedido pelo imperador, pressionando, portanto, pela saída do gabinete. Sobre a saída de Honório, ver também Luiz José de Carvalho e Mello Mattos, *Páginas d'história constitucional do Brasil, 1840-1848*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1870, p. 98.

¹⁰¹ Barão de Javari, *op. cit.*, p. 91-92.

¹⁰² De acordo com Paulo Pereira de Castro, “a expressão Quinquênio Liberal com que essa fase é impropriamente designada origina-se de uma imputação polêmica, segundo a qual os liberais responderiam pela esterilidade do período, incapazes que teriam sido de realizar as reformas que reclamavam, embora com o poder em mãos. Na realidade, marcados ainda por uma anistia recente, conservaram-se os liberais por muito tempo em posição caudatária, embora indóceis em relação aos elementos do Paço e, tão logo tentaram assumir posição de combate, segundo a velha tradição tumultuária dos tempos regenciais, foram expulsos do poder, sendo chamados novamente os conservadores, disciplinados por um longo ostracismo”. Paulo Pereira de Castro, “A reação monárquica”, *op. cit.*, p. 581.

¹⁰³ Jeffrey Needell, *op. cit.*, p. 108.

¹⁰⁴ Os conselheiros favoráveis à anistia foram visconde de Monte Alegre, Caetano Maria Lopes Gama, Francisco Cordeiro da Silva Torres, José Joaquim de Lima e Silva e José Cesário de Miranda Ribeiro; Alves Branco e Almeida Torres, por serem ministros, não se manifestaram; e Bispo de Anemuria, José Antonio

decreto de 14 de março de 1844, foram anistiados os implicados em crimes políticos no bojo da Revolta Liberal de 1842¹⁰⁵.

Ainda que, genericamente, a historiografia se refira ao período que vai da nomeação do gabinete de 02 de fevereiro de 1844 à queda do ministério de 31 de maio de 1848 como “Quinquênio Liberal”, fato é que tal período compreendeu um total de seis gabinetes. Ao longo de todo o período do chamado “Quinquênio”, houve a concessão de 38 títulos e honras. Considerando-se, contudo, cada um dos ministérios, chama a atenção a variação de nobilitações entre os diferentes gabinetes.

O ministério de 02 de fevereiro de 1844 ofertou 13 títulos e honras (sendo seis baronatos simples, um título de barão com grandeza, três condados, um título de marquês e duas honras de grandeza para visconde), com uma média de 0,86 títulos por mês. O ministério seguinte, que assumiu em 26 de maio de 1845, ofertou apenas quatro títulos ou honras (um de visconde, dois de visconde com grandeza e uma honra de grandeza para barão), alcançando assim uma média de menos de 0,33 títulos por mês. O ministério que assumiu em 02 de maio de 1846, por sua vez, voltou a conceder um número maior de títulos e honras, no total de 19 (sendo 13 de barão, um de barão com grandeza, um visconde com grandeza e quatro honras para barão), ou seja, uma média de pouco mais de 1,58 por mês, superando até mesmo os gabinetes regressistas do começo da década. O ministério, que assumiu em 22 de maio de 1847, concedeu apenas um título de visconde com grandeza, ou seja 0,11 títulos por mês (a menor desde 1840). O gabinete seguinte, de 08 de março de 1848, por sua vez, ofertou tão somente uma honra de grandeza (mas que, pela sua efemeridade, representava 0,33 por mês). Finalmente, o último ministério do “quinquênio liberal”, empossado em 31 de maio daquele ano (e que permaneceu no poder até 29 de setembro do mesmo ano), não lançou mão de tal prerrogativa.

Fica evidente, portanto, uma diferença básica, no que tange à nobilitação, entre os gabinetes de 1844 e 1846, e os outros 4 ministérios que compuseram o chamado “Quinquênio Liberal”. Primeiramente, merece destaque que quatro dos treze títulos ofertados pelo gabinete de 02 de fevereiro de 1844 foram dados a pessoas próximas ao Paço, e, conseqüentemente, ao próprio imperador. Essas pessoas eram Mariana Carlota de Verna Magalhães, Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, Bento da Silva Lisboa, e

da Silva Maia, visconde de Olinda e Honório Hermeto Carneiro Leão estavam ausentes na sessão e, por isso, não votaram. Erik Hörner, *op.cit.*, p. 321.

¹⁰⁵ Erik Hörner, *op.cit.*, p. 321. De acordo com José Antônio Marinho, Manoel Alves Branco e José Carlos Pereira de Almeida Torres, membros do gabinete de 02 de fevereiro de 1844, eram homens de confiança dos mineiros, *op. cit.*, p. 373.

Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, que receberam, respectivamente, os títulos de condessa de Belmonte, conde de Irajá, 2º barão de Cairu¹⁰⁶, e barão de Iguaçu, pelos serviços prestados, respectivamente, à educação de d. Pedro II, às bênçãos dadas ao casamento do monarca e batizado de seu primogênito, aos acordos diplomáticos para o casamento de Pedro II, e ao nascimento de seu filho, d. Afonso.

Assim, as ofertas de títulos pelo primeiro gabinete do Quinquênio Liberal se assemelhavam às nobilitações praticadas pelo gabinete maiorista de 1840, também liberal, no sentido de reduzir o caráter político dos títulos de nobreza, concedendo-os a figuras ligadas ao Paço, ou seja, a pessoas próximas ao imperador.

Ao contrário do segundo gabinete maiorista que havia nobilitado sete senadores (o que correspondia a 36,84% do total de nobilitados por esse ministério), este gabinete de 1844 nobilitou apenas um membro da casa vitalícia, João Vieira de Carvalho (de um total, como mencionado, de 13 nobilitações). Ele já era membro da nobreza brasileira desde 1825, quando recebera o título de barão de Lajes com grandeza, sendo elevado a conde no ano seguinte, chegando, finalmente, a marquês de Lajes em 1844. Quando alcançou tal distinção era já senador pela província do Ceará (desde 1829), bem como presidente da casa vitalícia, assumindo em 1844 e permanecendo até 1846 (justamente no período de vigência do 1º e 2º gabinetes do Quinquênio Liberal); ademais, já havia sido ministro de dez gabinetes desde 1822¹⁰⁷. Vale ressaltar que fora um dos defensores da maioria de d. Pedro II, alinhando-se, portanto a figuras liberais como Antônio Paulino Limpo de Abreu, Francisco de Paula Cavalcanti¹⁰⁸, Nicolau Vergueiro, Francisco de Lima e Silva, entre outros (além de ter sido alferes-mor na coroação e sagração do imperador)¹⁰⁹.

Ainda que tenha sido o único senador nobilitado por esse gabinete, essa oferta merece atenção diferenciada por ter sido a primeira vez, desde a Maioridade, que um título de marquês foi ofertado no Segundo Reinado. Retomando, então, os títulos que haviam sido concedidos até aquele momento, e o grande predomínio dos baronatos, faz-se necessário destacar a oferta de um título de marquês a um político alinhado aos liberais,

¹⁰⁶ Filho de José da Silva Lisboa, que, por sua vez, foi agraciado, no Primeiro Reinado, com os títulos de barão e visconde de Cairu.

¹⁰⁷ Foi ministro dos gabinetes de 16 de janeiro de 1822, de 17 de julho 1823, de 10 de novembro de 1823, de 21 de novembro de 1825, de 21 de janeiro de 1826, de 15 de janeiro de 1827, de 05 de abril de 1831, de 01 de novembro de 1836, de 16 de abril de 1839 e de 01 de setembro de 1839.

¹⁰⁸ Era irmão de Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, ministro da Marinha do gabinete de 1844.

¹⁰⁹ Para exemplificar seu alinhamento político, citamos alguns dos membros do Clube da Maioridade. Sobre esse tema, consultar Roderick Barman, *Imperador cidadão*, op.cit., p. 112-115.

da mesma maneira que o gabinete em exercício, e que já possuía títulos recebidos em ocasiões anteriores, além de, naquele momento, ser o presidente do Senado.

Dentro de uma lógica semelhante à que havia sido praticada pelos gabinetes antecessores, o primeiro gabinete do Quinquênio Liberal nobilitou também fazendeiros e negociantes. Um dos negociantes havia acumulado sua fortuna por meio do tráfico de escravos, caso de Joaquim Antônio Ferreira, agraciado barão de Guaratiba em 05 de maio de 1844, mesma ocasião em que outro negociante, Francisco José da Rocha, também foi nobilitado, feito barão de Itamarati. Já o fazendeiro fluminense nobilitado nessa ocasião foi José Carneiro da Silva, agraciado barão de Araruama, cujo maior feito político até então fora o de ser eleito suplente de deputado à Assembleia do Rio de Janeiro¹¹⁰.

Outro grupo nobilitado por esse gabinete e em escala mais expressiva que a de senadores, fazendeiros e negociantes foi o de envolvidos no combate à Farroupilha no Rio Grande do Sul. Os três nobilitados em 25 de março de 1845, como consequência dos serviços prestados no Sul, foram Luís Alves de Lima e Silva, Manuel Jorge Rodrigues e Francisco Pedro Abreu, que receberam, respectivamente, os títulos de conde de Caxias, barão de Taquari com grandeza e barão de Jacuí. As diferentes hierarquias dos títulos ofertadas a esses homens, muito possivelmente, se relacionavam às diferentes funções exercidas por eles e às patentes detidas ou não por eles.

Luís Alves de Lima e Silva era não só barão de Caxias, desde 1841, como também era militar, e presidente de província do Rio Grande do Sul, entre 1842 e 1846. Atuou no sentido de pacificar a província rebelada desde 1835 e, por isso, teve o privilégio de ter o mais baixo título de nobreza diretamente elevado ao de conde, o terceiro em ordem de importância¹¹¹. Manuel Jorge Rodrigues era militar, marechal do Exército desde 1826, e também havia combatido na repressão da Farroupilha. É possível, ao menos como hipótese, refletirmos que o fato dele ter uma alta patente militar tenha contribuído para que fosse agraciado com um título com honras de grandeza, o que o colocava na categoria de grandes de Império¹¹². Talvez o gabinete de 1844 não quisesse que a nobilitação de

¹¹⁰ *Jornal do Comércio*, 20 de abril de 1841.

¹¹¹ Adriana Barreto de Souza, ao biografar Luís Alves de Lima e Silva, procurou analisar a trajetória militar e a ascensão nobiliárquica do futuro duque de Caxias, mostrando como os títulos de nobreza ofertados a ele diferiam da nobreza portuguesa, marcada por trajetórias familiares. Assim, ela afirma que “o título de Conde de Caxias não tinha origem em tempos imemoriais. Era uma nobreza mais moderna, devida à prestação de serviços à Coroa”. Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 553.

¹¹² Em recompensa à sua atuação como comandante em chefe das forças imperiais, Manuel Jorge Rodrigues foi agraciado com o título de barão de Taquari. A designação de seu título fazia referência ao rio Taquari e à vila de mesmo nome próxima ao rio. Walter Spalding, *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentada*. São Paulo: Ed.

um marechal, ligado às guerras do Sul, tivesse a mesma repercussão que a nobilitação de João de Deus Mena Barreto, então militar de mesma patente, tivera anos antes, em 1841, quando recebera tão somente o baronato de São Gabriel.

Tais biografias eram distintas do rio-grandense Francisco Pedro Abreu, que apenas contribuíra com as forças imperiais para a repressão da Farroupilha, armando tropas legalistas, e tomando parte, segundo Walter Spalding, na chamada “Surpresa dos Porongos”¹¹³, o que lhe rendeu o título de barão de Jacuí sem grandeza¹¹⁴. Ele não possuía títulos de nobreza anteriores ao seu baronato, tampouco patentes do Exército brasileiro, o que possivelmente contribuiu para que ele tenha recebido o mais baixo título de nobreza, o de barão. Importante mencionar que o encerramento da Farroupilha¹¹⁵, movimento iniciado em 1835, permitiu que o gabinete liberal de 1844 nobilitasse alguns dos repressores, prática que foi mantida pelo segundo gabinete do Quinquênio Liberal, nomeado em 26 de maio de 1845.

Nacional; [Brasília]: INL, 1980, p. 60; e desse mesmo autor *A epopéia farroupilha*. Biblioteca do Exército – Editora, 1963, p. 140.

¹¹³ A “Surpresa dos Porongos” foi uma emboscada para os escravos que lutaram ao lado das elites rebeldes, solucionando, portanto, o problema envolvendo os cativos. Eudoro Berlink afirma que “este feito [emboscada de Porongos], que terminou a revolução, foi resultado das combinações estratégicas do general [Caxias], que manobrando para meter o inimigo entre a sua e a coluna de Francisco Pedro, e separando Canabarro da sua vanguarda ao mando de Guedes, colocara este sob a vigilância de Bento Manoel. Para chegar a este resultado, havia o general marchado da fronteira para São Gabriel, vindo a Caçapava, enviado dali instruções e reforços a Francisco Pedro, dando-lhe os elementos todos de mobilidade, deixando o resto ao admirável tino do guerrilheiro rio-grandense”. Eudoro Berlink, *op. cit.*, p. 229. Consultar também César Augusto Barcellos Guazzelli, “Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos”, in Monica Duarte Dantas (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 231-261. Sobre a Farroupilha e a surpresa dos Porongos, consultar também Walter Spalding, *A Revolução Farroupilha, op.cit.*; e desse mesmo autor *A epopéia farroupilha, op.cit.*

¹¹⁴ Francisco Pedro foi nobilitado em recompensa aos ataques aos farroupilhas e era um grande estancieiro rio-grandense. Sobre a atuação deste e de outros estancieiros, Gabriela Nunes Ferreira afirma que “alguns estancieiros resolveram agir por conta própria para defender seus interesses: junto com inimigos de Rosas e Oribe promoveram reuniões e passaram a conspirar contra os governos de Buenos Aires e de Cerrito. Organizaram também incursões ao território oriental as chamadas ‘califórnicas’ – nome que remetia à corrida do ouro nos Estados Unidos -, a fim de prear gado e resgatar escravos fugidos. O militar e estancieiro Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí, era o principal cabeça dessas operações que, desde fins da década de 1840, motivariam reclamações de Rosas e de Oribe. O governo imperial, por sua vez, via-se cada vez mais impelido a tomar uma atitude diante desses perigosos atos de independência dos estancieiros da fronteira”. Gabriela Nunes Ferreira, *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 63 e p. 90. Sobre os ataques praticados por Francisco Pedro, ver Walter Spalding, *A Revolução Farroupilha, op.cit.*, p. 154; e desse mesmo autor *A epopéia farroupilha, op.cit.*, p. 131-132.

¹¹⁵ A importância do Rio de Grande do Sul para o Império, bem como sua pacificação podem ser entendidas, segundo César Guazzelli, pois “é significativo o fato da rebelião não ter sido esmagada, sendo evidentes os cuidados para preservar a classe dominante local. O Império dependia da produção rio-grandense, que não poderia ser completamente desorganizada; além disso, tendo em vista a possibilidade iminente de conflitos no Prata, o Brasil não podia abrir mão daqueles elementos que eram capazes de mobilizar tropas na região”. César Guazzelli, *O horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, 1998, p. 60.

Uma possível explicação para a semelhança entre esses dois gabinetes liberais na política de concessão de títulos de nobreza, para além da evidente conjuntura de encerramento de um confronto que se iniciara quase dez anos antes, talvez seja a permanência de alguns ministros do Gabinete de 02 de fevereiro de 1844 no ministério de 26 de maio de 1845, caso de José Carlos Pereira de Almeida Torres, Manuel Alves Branco e Hollanda Cavalcanti, além da entrada de Antônio Paulino Limpo de Abreu e Joaquim Marcelino de Brito¹¹⁶. Assim, o novo ministério de 26 de maio de 1845 mantinha parte dos integrantes do gabinete anterior, o que pode ter colaborado para a continuidade na política ministerial, ao menos no que se refere aos títulos de nobreza, ainda que o número de títulos ofertados tenha sido bem menor.

Por meio das mãos desses dois gabinetes liberais, cinco homens que reprimiram a Farroupilha foram nobilitados. Além dos três agraciados pelo primeiro gabinete do Quinquênio Liberal, outros dois foram nobilitados pelo segundo gabinete. Domingos de Castro Antikeira, barão de Jaguari desde 1829, foi elevado a visconde de Jaguari com grandeza em 10 de fevereiro de 1846; e João de Deus Mena Barreto, também elevado a visconde de São Gabriel com grandeza em 02 de dezembro de 1845 (que havia recebido o seu baronato em 1841 e sido tema do debate do Senado de agosto de 1841).

Vale retomar dois títulos ofertados, cada um por um gabinete liberal, a membros do Exército que contribuíram para a pacificação da província, e que, apesar de já possuírem títulos idênticos, foram recompensados de maneira distinta. Assim, Luís Alves de Lima e Silva e João de Deus Mena Barreto foram feitos barões em 18 de julho de 1841, em recompensa, respectivamente, à atuação na Balaiada (Maranhão) e na Farroupilha (Rio Grande do Sul), porém a nobilitação de Mena Barreto foi tema de forte discussão no Senado, ocasião em que, como já mencionado, alguns senadores alegaram a incompatibilidade entre os serviços prestados e o título ofertado.

Apesar disso, nenhum dos dois foi nobilitado nos anos seguintes, ainda que, em 1842, título algum tenha sido ofertado e em 1843, três dos titulados estivessem envolvidos na repressão da Revolta Liberal de 1842; caso também de Caxias, mas que não lhe rendeu qualquer elevação de título. Caxias teve que esperar até 25 de março de 1845 para ter seu

¹¹⁶ Hollanda Cavalcanti ocupou as pastas da Marinha e da Guerra, Alves Branco ocupou a da Fazenda e a do Império, a partir de 29 de setembro de 1845, tendo substituído Almeida Torres, que, por sua vez, ocupou também a da Justiça, sendo substituído por Limpo de Abreu em 05 de outubro de 1845, que era responsável também pela dos Estrangeiros. Barão de Javari, *op.cit.*, p. 95 e 96.

título elevado para conde, enquanto que Mena Barreto teve que esperar até 02 de dezembro de 1845 para ter seu título elevado para visconde de São Gabriel com grandeza.

Diante desses dois casos, é válido destacar que, enquanto Mena Barreto recebeu o título imediatamente mais elevado que o de barão, mas acrescido de honras de grandeza, Luís Alves de Lima e Silva teve seu título de barão elevado diretamente a conde (desrespeitando a hierarquia, já que ele não foi feito visconde). Ainda assim, ambos passaram de simples barões (o título hierarquicamente mais baixo) para a categoria de grandes do Império, por terem sido nobilitados com títulos ou bem acrescidos de honras de grandeza, ou que já pressupunham tal condição.

Contudo, um importante ponto de inflexão na política de concessão de títulos de nobreza foi o terceiro gabinete do Quinquênio Liberal, o de 02 de maio de 1846. Esse gabinete era formado por Joaquim Marcelino de Brito, na pasta do Império; José Joaquim Fernandes Torres na da Justiça, substituído por Caetano Maria Lopes Gama em 17 de maio de 1847; Bento da Silva Lisboa, na de Estrangeiros; Hollanda Cavalcanti, na da Fazenda e da Marinha, substituído por, respectivamente, Fernandes Torres em 22 de maio de 1847, e por João Paulo dos Santos Barreto em 20 de maio de 1847, que também era ministro da Guerra.

Se nos dois gabinetes anteriores, houve uma semelhança de nomes, o mesmo não pode ser dito em relação a esse ministério, que, por sua vez, também alterou significativamente a concessão de títulos de nobreza, especialmente, no que se refere ao perfil dos nobilitados. Merece destaque que, dos 19 títulos ofertados, apenas um foi dado a um membro da casa vitalícia, enquanto que a larga maioria foi dada a fazendeiros e negociantes.

O único senador agraciado pelo gabinete de 02 de maio de 1846 foi Luís José de Oliveira, membro da casa vitalícia desde 1826 e representante do Piauí. Em 15 de novembro, ele teve o privilégio de receber seu primeiro título de nobreza, o de barão de Monte Santo. Ao contrário de João Vieira de Carvalho, que possuía uma vasta carreira como ministro, Luís José de Oliveira não tivera a oportunidade de atuar no Executivo, e, talvez, por isso, tenha sido agraciado com o título nobiliárquico mais baixo¹¹⁷. Contudo,

¹¹⁷ A política praticada por d. Pedro II, no que se refere à nobilitação dos senadores, era consideravelmente diferente da nobilitação praticada por seu pai, d. Pedro I, que nobilitou 20 senadores em outubro de 1826, por ele nomeados em janeiro de 1826, sendo que 13 foram agraciados com títulos de marquês, 11 dos quais acompanhados por um rendimento financeiro, o assentamento pago pelo Conselho da Fazenda. Em 1826, ano da abertura do Legislativo, era evidente a preocupação de d. Pedro I em assegurar apoio dos senadores para a consecução de suas políticas; preocupação que, aparentemente, não existiu ao menos no início do

ele era vice-presidente da casa vitalícia (o presidente era o já mencionado marquês de Lajes), mas assumiu a presidência no início da sessão legislativa de 1846, em virtude de um afastamento do presidente, sendo também o responsável pelo encerramento do ano legislativo¹¹⁸. Vale destacar que foi, neste ano, que tramitou no Senado a reforma eleitoral¹¹⁹.

Além desse senador, o gabinete de 02 de maio de 1846 nobilitou, em quantidades expressivas, pessoas mais distantes do centro político, como fazendeiros e negociantes.

Em 15 de novembro de 1846, dois barões nobilitados em 18 de julho de 1841, pelo gabinete de 23 de março de 1841, tiveram o privilégio de receber honras de grandeza em seus títulos de nobreza. Assim, José Francisco de Mesquita, fazendeiro fluminense e negociante, que havia, como já mencionado, enriquecido por seu envolvimento no tráfico de escravos, foi agraciado com honras de grandeza em seu título de barão de Bonfim, e José Gonçalves de Moraes, fazendeiro fluminense, foi agraciado com honras de grandeza em seu título de barão de Pirai.

Nessa mesma ocasião, outros quatro fazendeiros tiveram o privilégio de ingressarem na nobreza imperial por meio do recebimento de um título de barão. Francisco José Teixeira, fazendeiro mineiro¹²⁰, foi nobilitado com seu primeiro título de nobreza, o de barão de Itambé; Joaquim Marcelino da Silva Lima, fazendeiro do Espírito Santo¹²¹, tornou-se barão de Itapemirim; Joaquim Ribeiro de Avelar, fazendeiro fluminense, tornou-se barão de Capivari; e Manuel Marcondes de Oliveira Melo, fazendeiro paulista, tornou-se barão de Pindamonhangaba¹²².

Segundo Reinado. Sobre a nobilitação dos senadores no Primeiro Reinado, consultar Marina Garcia de Oliveira, *op.cit.*, especialmente o capítulo 2.

¹¹⁸ *Anais do Senado*, sessões de 1846.

¹¹⁹ Sobre a tramitação da reforma eleitoral, ver Miriam Dolhnikoff, *Relatório Científico de Pesquisa*, 2015, p. 12. Agradeço a autora por ter me cedido cópia de seu relatório.

¹²⁰ Sobre a expansão da cafeeicultura na província de Minas Gerais, consultar, por exemplo, Mônica Ribeiro de Oliveira, *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru, SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

¹²¹ Taunay afirma que “na zona sul espírito santense avantajava-se, notavelmente, pela sua produção, o distrito de Itapemirim, com as suas terras do Cachoeiro e adjacências. Chegara a assumir a importância dos grandes municípios fluminenses. Nesta zona se destacava, e muito, aquele que foi o maior fazendeiro espírito santense no primeiro meio século da era imperial, Joaquim Marcelino da Silva Lima, barão de Itapemirim. Paulista, transferira a sede de sua atividade extraordinária ao Espírito Santo, afazendando-se, em 1802, em Benevente, onde teve grande engenho açucareiro. O falecer, em 1860, octogenário, possuía em numerosas propriedades, muito grandes lavouras de café, sem haver, contudo, abandonado a indústria açucareira. Destacava-se, entre as suas propriedades, a grande fazenda do Muqui, onde construíra vasta sede luxuosamente ornamentada, a cavaleiro do rio Itapemirim”. Afonso de E. Taunay, *Pequena História do café no Brasil (1727 – 1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945, p. 66 - 67.

¹²² Segundo Carlos Eugênio Marcondes de Moura, o “coronel Manuel Marcondes de Oliveira e Melo foi o primeiro titular da região do Vale do Paraíba. Solicitou a d. Pedro I o título de barão de Mombaca (nome de sua fazenda em Pindamonhangaba), mas não foi atendido. Em 1846, tornou-se barão de

Enquanto que os fazendeiros agraciados com honras de grandeza tinham recebido seus baronatos das mãos de um gabinete regressista, o mesmo não aconteceu com os três negociantes fluminenses que também receberam honras de grandeza em 15 de novembro de 1846. Joaquim Antônio Ferreira, feito barão de Guaratiba em 05 de maio de 1844, ou seja, pelo primeiro gabinete do Quinquênio Liberal, recebeu honras de grandeza concedidas também por um ministério liberal. O mesmo aconteceu com Francisco José da Rocha, que recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Itamarati. Finalmente, outro negociante que teve a oportunidade de receber seu primeiro título de nobreza das mãos desse gabinete, em 15 de novembro de 1846, foi João José de Araújo Gomes, feito barão de Alegrete¹²³; e o último nobilitado nessa ocasião foi Gomes Freire de Andrada, natural de Minas Gerais e irmão da futura marquesa de Bonfim, que se tornou barão de Itabira¹²⁴.

Esses homens não foram, contudo, os únicos fazendeiros e negociantes nobilitados pelo gabinete de 02 de maio de 1846. Além deles, em 14 de março de 1847, o negociante, residente na cidade do Rio de Janeiro, José Antônio Moreira tornou-se barão de Ipanema. Se as nobilitações praticadas até então não evidenciavam um nítido envolvimento do imperador, o mesmo não se pode dizer das concessões praticadas em 15 de abril de 1847.

Em março daquele ano, os habitantes da região norte fluminense já davam início aos preparativos para a recepção de d. Pedro II, que iniciou sua viagem para Campos e Macaé em 21 de março¹²⁵. Fato é que o imperador visitou a região e se hospedou na casa de importantes fazendeiros, o que, possivelmente, justificou a titulação de cinco deles. Nessa ocasião, d. Pedro inaugurava uma prática que seria mantida ao longo do Segundo

Pindamonhangaba e dois anos depois, recebeu honras de grandeza”. Carlos Eugênio Marcondes de Moura, *O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002, p. 104. Ainda sobre esse nobre, José Luiz Pasin afirma que “O primeiro titular da região [Vale do Paraíba] foi o coronel Manuel Marcondes de Oliveira e Melo, comendador da Ordem de Cristo, guarda-roupa da Casa Imperial, comandante do 1º esquadrão da Guarda de Honra e que nessa qualidade esteve presente à proclamação da Independência, a respeito da qual deixou valioso depoimento. Alegando os serviços relevantes prestados ao comando que lhe estava confiado, a circunstância de haver sido o primeiro a repetir a voz da Independência ‘nas felizes margens do Piranga’ e nobreza de que gozava por seus maiores, solicitou a D. Pedro I, em ofício não datado, mas contemporâneo à chegada ao Brasil da imperatriz Amélia, o título de Barão de Mombaça, denominação de sua fazenda em Pindamonhangaba. Somente muito mais tarde, já no Segundo Reinado, o requerimento foi atendido e o coronel Marcondes tornou-se o primeiro Barão de Pindamonhangaba em 1846, recebendo as honras de grandeza dois anos depois”. José Luiz Pasin, *Os Barões do café: Titulares do Império no Vale do Paraíba Paulista*. Aparecida: Vale dos Livros, 2001, p. 13-14.

¹²³ Eram residentes na cidade do Rio de Janeiro, conforme informações disponíveis no *Almanak Laemmert*, para os anos de 1845, 1846 e 1847.

¹²⁴ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 199-200.

¹²⁵ Nilma Teixeira Accioli, *José Gonçalves da Silva à Nação brasileira: o tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – Biblioteca Nacional, 2011, p. 65.

Reinado¹²⁶, isto é, a oferta de títulos àqueles que abriram as portas de suas residências ao monarca, de tal modo que, embora os fazendeiros nobilitados em 1847 fossem fluminenses, não podemos superestimar esse fato, tampouco seu poderio econômico, já que tudo indica que a justificativa para tais concessões fora a recepção ao imperador em sua viagem à região¹²⁷.

Assim, os fazendeiros nobilitados foram José Carneiro da Silva, que teve seu título (concedido em 05 de maio de 1844, pelo primeiro gabinete do Quinquênio) elevado para visconde de Araruama com grandeza; Manuel Pinto Neto Cruz, feito barão de Muriaé com grandeza; Gregório Francisco de Miranda, agraciado barão de Abadia; João Carneiro da Silva, feito barão de Ururaí, e Manuel Antônio Ribeiro de Castro, nobilitado barão de Santa Rita¹²⁸.

Sobre a nobilitação desses fazendeiros, há ainda mais uma importante observação. Como o imperador só retornou para a corte no dia 19 de abril e os decretos de concessão de títulos foram assinados em 15 de abril, no palácio de Campos de Goitacazes, isso nos sugere que essas nobilitações foram praticadas por ação do imperador, sem uma interferência do ministro do Império, a quem competia, em geral, a oferta de títulos. Ou seja, ele não esperou chegar à corte e se comunicar com o ministro para agraciar aqueles que o haviam recepcionado em Campos e em Macaé¹²⁹.

Retomando então as nobilitações praticadas pelos três primeiros gabinetes do Quinquênio Liberal, vimos que o primeiro ministério ofertou 13 títulos, o segundo ofertou

¹²⁶ Como veremos nos próximos capítulos, em razão de viagens feitas por d. Pedro II a outras partes do Brasil também foram feitas uma série de concessões a figuras locais, como fazendeiros e negociantes.

¹²⁷ Baseando-se em trabalho de Thalita de Oliveira Casadei, Maria de Fátima Silva Gouvêa afirma que, após viagem ao “norte fluminense”, “Um grande número de títulos de nobreza foi distribuído na região após uma criteriosa seleção de pessoas a serem agraciadas com tal honra. Preeminências política e econômica locais foram ainda mais enfatizadas através do prestígio concedido àqueles considerados à época situados nos níveis mais altos da hierarquia social brasileira”. Maria de Fátima Silva Gouvêa, *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822 – 1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 48. Sobre a viagem de d. Pedro II, consultar Thalita de Oliveira Casadei, *D. Pedro II na planície Goitacá. As viagens do imperador ao norte da Província do Rio de Janeiro*, 1985. A viagem de Pedro II foi publicada no jornal *Diário Novo*, 08 de abril, 20 de abril, 21 de abril e 22 de abril de 1847; e o itinerário também pode ser consultado em *Annuário Político, Histórico e Estatístico do Brasil*, 1847. Agradeço imensamente Filipe e Juliana Nicoletti Ribeiro por terem encontrado e providenciado um exemplar do livro de Thalita de Oliveira Casadei para mim.

¹²⁸ Para se ter uma noção do poderio econômico desses homens e da importância da visita do imperador, José Carneiro da Silva, elevado a visconde de Araruama com grandeza, antecipou o casamento de seu filho, Bento Carneiro da Silva, com Raquel Francisca de Castro Netto, filha do agraciado barão de Muriaé. O casamento estava marcado para agosto, mas foi realizado em 18 de abril, para que, entre os convidados, estivesse o imperador. *Annuário Político, Histórico e Estatístico do Brasil*, 1847.

¹²⁹ *Diário Novo*, 22 de abril de 1847. Conforme consta nos jornais, d. Pedro II foi acompanhado pelo ministro da Marinha, que era também o da Fazenda, ou seja, Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

quatro¹³⁰ e o terceiro, 19, números que não se repetiram nos outros três gabinetes, já que o quarto e o quinto ministério ofertaram apenas um título cada e o sexto e último gabinete não nobilitou uma só pessoa.

O gabinete nomeado em 22 de maio de 1847 era formado por Manuel Alves Branco, presidente de conselho¹³¹, ministro do Império e da Fazenda, Nicolau Vergueiro, da Justiça, Saturnino de Sousa e Oliveira, dos Estrangeiros, Cândido Batista de Oliveira, da Marinha, e Antônio Manuel de Melo, da Guerra. Entre 20 de julho e 28 de agosto de 1847, Francisco de Paula Sousa e Melo ocupou a pasta do Império, quando Alves Branco voltou a exercê-la até 20 de outubro de 1847, sendo então substituído por Vergueiro, até 18 de novembro de 1847, quando o titular da pasta ocupou novamente as suas funções. Na pasta da Justiça, Vergueiro foi substituído por Saturnino de Sousa e Oliveira, em 01 de janeiro de 1848, que, por sua vez, foi substituído por José Antônio Pimenta Bueno em 29 de janeiro desse mesmo ano, mesma ocasião em que assumiu a pasta dos Estrangeiros¹³².

O único nobilitado por esse ministério foi o senador José Carlos Pereira de Almeida Torres, que recebeu o título de visconde de Macaé com grandeza. Almeida Torres possuía vasta experiência política, já tendo ocupado a pasta de ministro do Império no primeiro gabinete do Quinquênio (02 de fevereiro de 1844), e acumulado o Império e a Justiça no segundo ministério (Gabinete de 26 de maio de 1845). Havia sido também presidente de província de São Paulo, após a Revolta Liberal de 1842¹³³; nomeado conselheiro de Estado em 1842; e senador pela Bahia em 1843. Assim, a concessão do título de visconde de Macaé com grandeza a Almeida Torres representava um reconhecimento pelos serviços prestados, especialmente aos gabinetes liberais, de quem se aproximava politicamente.

¹³⁰ Além dos mencionados João de Deus Mena Barreto e Domingos de Castro Antiqueira, os outros dois nobilitados por esse gabinete foram Paulo Martins de Almeida, gentil-homem da Imperial Câmara, agraciado visconde de Almeida, e José Félix Pereira de Burgos, figura ligada ao Primeiro Reinado, que recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Itapicuru-Mirim.

¹³¹ Sobre a criação da presidência de gabinete, em 1847, consultar Silvana Mota Barbosa, “O Conselho de Ministros no Império do Brasil” in *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 13, nº 01, 2007, p. 52-62.

¹³² Barão de Javari, *op. cit.*, p. 99-100.

¹³³ Sobre a nomeação de Almeida Torres como presidente de São Paulo, Erik Hörner afirma que “Quase que simultaneamente, ambos [Monte Alegre e Caxias] deixaram São Paulo e entregaram seus cargos. Se no caso do Barão de Caxias temos como motivo a necessidade de comandar a repressão em Minas Gerais, a substituição de Monte Alegre não é tão evidente. É muito provável que, a fim de se evitar uma ação prolongada de um mesmo agente do governo, optou-se por deixar a captura dos insurgentes foragidos e ação do chefe de polícia sob a coordenação de outra pessoa, no caso José Carlos Pereira de Almeida Torres. O mesmo Almeida Torres, Visconde de Macaé, seria o responsável por organizar o primeiro ministério após a anistia de 1844, considerado a primeira tentativa de ‘conciliação’”. Erik Hörner, *op.cit.*, p. 181.

Finalmente, o último nobilitado durante a permanência dos liberais no poder foi agraciado pelo Gabinete de 08 de março de 1848. Este gabinete era formado pelo visconde de Macaé, presidente do gabinete e ministro do Império, por José Antônio Pimenta Bueno, ministro da Justiça, por Antônio Paulino Limpo de Abreu, dos Estrangeiros e da Fazenda (pasta em que foi substituído por José Pedro Dias de Carvalho, em 14 de maio), por Manuel Felizardo de Sousa Melo, da Guerra e da Marinha, na qual foi substituído por Joaquim Antão Fernandes Leão, em 14 de maio¹³⁴. O único nobilitado por esse ministério foi o negociante Tomé Ribeiro de Faria, que, em 12 de maio de 1848, recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Guapimirim, concedido pelo gabinete liberal de 25 de agosto de 1846.

O último gabinete do chamado Quinquênio Liberal, nomeado em 31 de maio de 1848, era presidido por Francisco de Paula Sousa¹³⁵, que também ocupava a pasta de Fazenda, por José Pedro Dias de Carvalho, do Império, Antônio Manuel de Campos Melo, da Justiça, Bernardo de Sousa Franco, dos Estrangeiros, Joaquim Antão Fernandes Leão, da Marinha, e João Paulo dos Santos Barreto, da Guerra. Na pasta da Fazenda, Paula Sousa foi substituído por José Pedro Dias de Carvalho, em 18 de agosto desse mesmo ano¹³⁶. Esse gabinete não concedeu nenhum título de nobreza, durante seus quase quatro meses de vida. Além de não ter nobilitado ninguém, esse gabinete encerrou o chamado Quinquênio Liberal.

Finalmente, apesar de esses seis gabinetes pertencerem a um único período, denominado Quinquênio Liberal, não podemos afirmar que houve uma homogeneidade na prática de concessão de títulos de nobreza, uma vez que a quantidade de títulos ofertados por cada um dos gabinetes variou muito durante esse período. Contudo, merece destaque que, desses 38 títulos, 19 eram de barão e apenas um de marquês. Desses 38 títulos, 25 foram concessões e 13 foram elevações, isto é, a pessoa nobilitada já possuía

¹³⁴ Barão de Javari, *op. cit.*, p. 103. De acordo com Paula Ferraz, a ascensão do gabinete presidido por Macaé marcou um ponto de inflexão na condução política do chamado Quinquênio Liberal. Segundo ela, “A mudança de rumo se evidenciou principalmente em três decisões: a inclusão no gabinete de Manuel Felizardo de Souza e Melo, conhecido político conservador; a demissão de presidentes provinciais; e a reversão do exclusivismo partidário como critério para nomear presidentes de províncias e outros empregados públicos. Tais medidas geraram inúmeros debates, produzindo, por fim, um realinhamento de forças no parlamento. Grande parte dos conservadores anunciou seu apoio ao ministério, enquanto os liberais se dividiram entre os que se declaravam governistas e os que condenavam a nova política”. Paula Ferraz, *O Gabinete da Conciliação: atores, idéias e discursos (1848-1857)*. Juiz de Fora: dissertação de mestrado, UFJF, 2013, p. 34.

¹³⁵ Conforme Paula Ferraz, a queda do ministério presidido por Macaé está ligada justamente ao seu empenho em atrair os conservadores para o gabinete, o que, conseqüentemente, promoveu o afastamento dos liberais e o aumento das críticas a essa atitude na Câmara dos Deputados. Paula Ferraz, *op. cit.*, p. 36.

¹³⁶ Barão de Javari, *op. cit.*, p. 104.

um título de nobreza. Assim, por esses números, é possível perceber um evidente predomínio do baronato (50%) e de concessões (65,78%), revelando tanto uma cautela na hierarquia dos títulos concedidos, quanto no número de pessoas a terem seus títulos elevados.

Embora tais números sejam reflexo de uma análise conjunta dos seis gabinetes liberais, é possível perceber uma preocupação semelhante no que se refere à hierarquia dos títulos ofertados. Assim, o baronato cabia tanto a senadores que não exerceram outros cargos políticos, quanto a fazendeiros e negociantes distantes da alta política, enquanto que apenas uma pessoa teve o privilégio de ser agraciada com um marquesado, um senador, com títulos nobiliárquicos prévios e larga trajetória política.

Da mesma forma, podem ser analisadas as concessões e elevações de títulos, ou seja, o predomínio de novos títulos concedidos, permitindo um alargamento na entrada de membros da nobreza brasileira, aumentando, portanto, o número total de nobres na monarquia, em detrimento das elevações de títulos a pessoas que já eram nobres. Assim, os 38 títulos de nobreza foram ofertados a 34 pessoas, das quais apenas nove possuíam títulos recebidos antes do Quinquênio Liberal.

Para elucidar o quão próximo estava o número de títulos ofertados do número de pessoas agraciadas (na média, 1,11 títulos por pessoa), basta comparar com os números do Primeiro Reinado. Durante os nove anos de seu reinado, d. Pedro I ofertou 150 distinções para 96 pessoas, uma média de 1,56 títulos por pessoa, de tal modo que, para além das novas concessões, Pedro I preocupou-se, consideravelmente, com a elevação dos títulos de seus nobilitados¹³⁷.

Diante de tais dados e das diferenças apresentadas em relação à nobilitação praticada pelos seis gabinetes do Quinquênio Liberal e pelos três primeiros gabinetes do Segundo Reinado, passamos a discutir qual foi a tônica da concessão de títulos de nobreza praticada pelos dois gabinetes saquaremas, já que, em termos de condução de política, eram bastante distintos dos liberais.

Os Gabinetes Saquaremas (1848-1853)

Em 29 de setembro de 1848, assumiu um novo gabinete ministerial, presidido pelo pernambucano visconde de Olinda e composto por políticos conservadores. Essas duas características do novo ministério revelavam seu relacionamento direto com a conjuntura

¹³⁷ Para uma análise mais detalhada das concessões e elevações de títulos praticadas por d. Pedro I, consultar Marina Garcia de Oliveira, *op. cit.*, especialmente, o capítulo 2.

pernambucana, marcada por conflitos políticos entre liberais e conservadores, agravados em 1842 com a formação do Partido Nacional de Pernambucano, uma dissidência local do partido liberal, que veio a ficar conhecido como partido da Praia em razão da localização da tipografia que imprimia o jornal *Diário Novo*, responsável por veicular as ideias do novo agrupamento político¹³⁸.

O estopim da crise entre a política pernambucana e o ministério liberal foi a destituição do presidente de província, em fins de abril de 1848. Antônio Pinto Chichorro da Gama, uma das lideranças praieiras, estava no cargo desde julho de 1845. Ao ser destituído, o governo deu posse no cargo ao então vice-presidente, o conservador Manuel de Souza Teixeira¹³⁹. A saída de Chichorro da Gama por uma decisão do ministério liberal, vinha agudizar os conflitos entre os praieiros e os liberais na capital do país.

Em junho de 1846, os eleitores de Pernambuco votaram uma lista com seis nomes de candidatos ao Senado, dos quais o imperador deveria escolher dois, para preencher as duas cadeiras vagas com as mortes de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, falecido em dezembro de 1845, e de José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, falecido em janeiro de 1846. Dessa lista, d. Pedro II nomeou os dois primeiros colocados, Antônio Pinto Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França, por carta imperial de 15 de março de 1847¹⁴⁰. Contudo, nos meses seguintes a essa nomeação, os senadores, alegando violência no pleito pernambucano, debateram a legitimidade dessa eleição e, em 16 de junho, por 17 votos a 13, a eleição foi anulada¹⁴¹.

Em dezembro de 1847, houve nova eleição em Pernambuco, que manteve os dois primeiros colocados, Antônio Pinto Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França, que foram, novamente, nomeados pelo imperador, por carta imperial de 22 de janeiro de 1848¹⁴². Mais uma vez, os senadores debateram, em única discussão, a eleição

¹³⁸ A tipografia ficava justamente na rua da Praia, em Recife. De acordo com Marcus Carvalho e Bruno Câmara, “em 1842, a oposição aos Cavalcanti terminou formando o Partido Nacional de Pernambuco, mais conhecido como partido praieiro”. Marcus Carvalho e Bruno Câmara, “A Insurreição Praieira”. *Almanack Braziliense*, nº 08, novembro de 2008, p. 16.

¹³⁹ Sobre o impacto da mudança do presidente pernambucano, consultar Paula Ferraz, *op. cit.*, p. 34-35. No livro organizado pelo barão de Javari, não há menção aos vice-presidentes de província, de tal modo que, entre a destituição de Chichorro da Gama e a posse de Herculano Ferreira Pena, aparecem outros dois presidentes de província, a saber, Vicente Pires da Mota, que tomou posse em 27 de abril de 1848 e, e Antônio da Costa Pinto, que assumiu em 15 de junho de 1848. Barão de Javari, *op. cit.*, p. 439.

¹⁴⁰ Os quatro últimos colocados na lista foram Manoel de Sousa Teixeira, Manoel Paulino de Gouvea Muniz Feijó, Francisco Honório Bezerra de Menezes e Manoel Barbosa da Silva. *Notícia dos Senadores do Império do Brasil*, p. 228-229.

¹⁴¹ *Anais do Senado*, sessões de junho de 1847. A votação ocorreu em 16 de junho de 1847.

¹⁴² Os quatro últimos colocados na lista foram Francisco Honório Bezerra de Menezes, Manoel Paulino de Gouvea Muniz Feijó, Manoel Barbosa da Silva e Manoel de Sousa Teixeira. *Notícia dos Senadores do Império do Brasil*, p. 230-231.

pernambucana e, em 29 de maio de 1848, por 17 votos favoráveis à anulação contra 15, Chichorro da Gama e Ferreira França foram impedidos de tomarem assento na casa vitalícia do legislativo¹⁴³.

De acordo com Izabel Marson, esse cenário de anulação, por duas vezes, da eleição dos praieiros foi um elemento de instabilidade no gabinete liberal, que assistiu, no início de 1848, à emergência da resistência praieira, que entrava em confronto com um ministério liberal. Diante do acirramento das tensões, potencializadas pela segunda anulação da eleição, d. Pedro II nomeou Francisco de Paula Sousa para presidir o novo gabinete, em 31 de maio, contudo, por não conseguir solucionar tais problemas, o ministério caiu quatro meses depois¹⁴⁴. Paulo Cadena afirma que “foi assim que o gabinete de 29 de setembro de 1848 trazia como presidente de Conselho o então Visconde de Olinda, Pedro de Araújo Lima, ‘exatamente o chefe mais graduado dos guabirus’. E com isso, os guabirus iam saindo das suas tocas, empurrando as ondas da Praia para bem longe”¹⁴⁵.

Presidido pelo visconde de Olinda, que ocupava as pastas dos Estrangeiros e da Fazenda, o gabinete de 29 de setembro de 1848 era composto pelo visconde de Monte Alegre, que respondia pela pasta do Império, Eusébio de Queiroz, pela Justiça, e Manuel Felizardo de Sousa e Melo, pela Marinha e também pela Guerra¹⁴⁶. Evidente que a inversão partidária teve repercussão em Pernambuco, com o acirramento das tensões que já vinham de antes, o que culminou na deflagração oficial da rebelião conhecida como Praieira, e que só viria a terminar em 02 de fevereiro de 1849¹⁴⁷. Considerada, por muitos, a última grande revolta liberal do Segundo Reinado e referida por Sérgio Buarque de Holanda com a máxima que diz que os liberais quebraram os remos¹⁴⁸, a rebelião mereceu

¹⁴³ *Anais do Senado*, sessão de 29 de maio de 1848.

¹⁴⁴ Izabel de Andrade Marson, *op.cit.*

¹⁴⁵ Paulo Henrique Fontes Cadena, *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1802-1844)*. Recife: dissertação de mestrado, UFPE, 2011, p. 161.

¹⁴⁶ Barão de Javari, *op.cit.*, p. 104-105.

¹⁴⁷ De acordo com Marcus Carvalho e Bruno Câmara, a Praieira teve início em 07 de novembro de 1848 e fim em 02 de fevereiro de 1849. O confronto final foi marcado por 197 feridos e 90 mortos, entre os quais a principal liderança praieira e deputado durante o Quinquênio Liberal, Nunes Machado. Marcus Carvalho e Bruno Câmara, *op.cit.*, p. 05-38. Essas datas são consideradas oficiais, já que muitos rebeldes continuaram em armas depois do fim oficial do movimento. Sobre a Praieira, consultar também Isabel Marson, *op.cit.*; Jeffrey C. Mosher, *Political Struggle, Ideology and State Building. Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850*. Nebraska: University of Nebraska, 2008; e Edison Carneiro, *A insurreição Praieira (1848-1849)*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

¹⁴⁸ A imagem da quebra dos remos foi utilizada por Paula Sousa já em 1848, quando, em 30 de junho de 1848, o jornal *O Lidador*, a respeito dos conflitos em Pernambuco afirmava que “Foi tarde; mas tardança foi um bem; foi uma experiência em prol da monarquia; uma prova de fidelidade da tropa, um pretexto contra as fúnebres previsões da repercussão dos movimentos europeus, manifestados no nosso parlamento.

análise recente de Marcus Carvalho e Bruno Câmara. Tratando da obra de Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, os historiadores afirmam que

[...] mesmo defendendo seu pai [Nabuco de Araújo], talvez o maior dos panfletários guabirus, Joaquim Nabuco reconheceu o imenso apoio que os praieiros tinham em Pernambuco. Para ele, a Insurreição Praieira bem que poderia ter sido desejada pelo Partido Conservador, pois nada poderia beneficiá-los mais do que o 1848 pernambucano. De fato, a Praieira causou um estrago ainda maior do que o movimento de 1842 em Minas e São Paulo, reverberando até a corte, selando o futuro do partido Liberal que declinaria em todo o país. [...] A repressão aos praieiros marcou assim o processo de consolidação do Império. Foi a vitória definitiva do projeto centralizador levado a cabo pelos saquaremas. Representou, sobretudo, uma demonstração de força do imperador, agora, um adulto, ciente de suas prerrogativas e preocupado em ocupar um espaço na política cada vez maior [...]¹⁴⁹.

Com a nomeação do gabinete de 29 de setembro de 1848, os conservadores voltavam ao poder depois de mais de quatro anos. Segundo Ilmar Mattos, dada a configuração do gabinete, tratava-se não só de um ministério conservador, mas essencialmente saquarema¹⁵⁰. Uma das primeiras medidas tomadas por esse gabinete foi, em 05 de outubro de 1848, o adiamento da Câmara dos Deputados, eleita durante a vigência do ministério liberal, e que estava em sessão extraordinária desde o mês anterior¹⁵¹. Dias depois, em 11 de outubro (data do batismo do príncipe d. Pedro)¹⁵², esse gabinete ofertou seus primeiros quinze títulos de nobreza.

Dos quinze títulos concedidos, dois foram dados a senadores. Os senadores nobilitados foram Estevão Ribeiro de Resende e Luís José de Oliveira, membros da casa vitalícia desde 1826, sendo o primeiro representante de Minas Gerais e o segundo, do Piauí. Suas trajetórias eram bastante distintas, o que provavelmente explica as diferentes hierarquias de seus títulos. Estevão Ribeiro de Resende era nobre desde o Primeiro Reinado, quando havia recebido os títulos de barão e conde de Valença, tornando-se

Certo, a experiência foi tanto maior, quanto de um lado se empregarão todos os esforços, e incitamento para fazer que o povo, e a tropa desvairassem no sentido dessa repercussão; e do outro lado, senão uma traição, ao menos apareceu o desanimo, e o abandono do selvagem, que na frase do Sr. Paula Sousa, quebrou os remos da canoa e entregou-se á Divina Providencia”. *O Lidador*, 30 de junho de 1848, nº 293; Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, *op.cit.*

¹⁴⁹ Marcus Carvalho e Bruno Câmara, *op.cit.*, p. 37-38.

¹⁵⁰ Segundo Ilmar Mattos, “por saquaremas se denominariam sempre e antes de tudo os conservadores fluminenses, e se assim ocorria era porque eles tendiam a se apresentar organizados e a ser dirigidos pela ‘trindade saquarema’: Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde de Uruguai, e Eusébio de Queirós. A propósito dos três, comenta Joaquim Nabuco que, na sessão de 1843, ‘se não tinham o renome dos chefes do Senado, Olinda, Vasconcelos e Honório, tinham já de fato a direção do partido”. Ilmar Mattos, *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 120.

¹⁵¹ Foi publicado um ofício do ministro do Império, visconde de Monte Alegre, comunicando os deputados de que a Assembleia Geral Legislativa estava adiada até 23 de abril de 1849. *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 05 de outubro de 1848, p. 451. Paula Ferraz, *op. cit.*, p. 42.

¹⁵² As datas em que os títulos de nobreza eram ofertados mereceu atenção de Lília Moritz Schwartz, que afirmou que “[...] eram momentos especiais que levavam à concessão de títulos – ‘aniversário de S.M.Imperial’, ‘dia da sagração e coroação de S.M.I.’, ‘por motivo da chegada da Imperatriz’, ‘por motivo do casamento, do batizado ou de aniversários oficiais’ [...]”, Lília Moritz Schwartz, *op.cit.*, p. 160-161.

marquês de Valença em 11 de outubro de 1848. Além de sua carreira política, era também um importante fazendeiro da região de Valença, tendo hospedado d. Pedro II, em 13 de março desse ano, durante sua visita à região¹⁵³. A ele, foi ofertado o único título de marquês concedido pelo primeiro gabinete saquarema¹⁵⁴.

Já Luís José de Oliveira, barão de Monte Santo desde 15 de novembro de 1846, recebeu honras de grandeza em 11 de outubro de 1848, ocasião em que era presidente da casa vitalícia do Legislativo¹⁵⁵. Como já mencionado, Luís José de Oliveira não teve o privilégio de desempenhar outras funções políticas, contudo o fato de ser presidente do Senado (tanto durante o Quinquênio, como quando da assunção dos conservadores) lhe rendeu dois títulos de nobreza, o baronato e as honras de grandeza.

Dando continuidade a uma prática inaugurada em 1847, quando d. Pedro viajou para a região norte fluminense e nobilitou aqueles que o recepcionaram, em 11 de outubro de 1848, foram agraciados três fazendeiros em recompensa por terem hospedado d. Pedro II em suas casas. Assim, durante a viagem do monarca para a Paraíba do Sul, em março, ele se hospedou na casa de João Gomes Ribeiro de Avelar, fazendeiro fluminense, que recebeu o seu primeiro título de nobreza, o de barão de Paraíba com grandeza¹⁵⁶. Outros dois fazendeiros paulistas que haviam hospedado o monarca em suas casas, quando da sua passagem por São Paulo em março de 1846, foram Bento Pais de Barros, feito barão de Itu, e Manuel Claudiano de Oliveira, agraciado barão de Mogi-Mirim¹⁵⁷. Embora no caso dos paulistas exista uma distância de pouco mais de dois anos entre a recepção do imperador e os títulos de nobreza, é válido considerar, ao menos como hipótese, o fato de que terem hospedado o imperador tenha contribuído para suas nobilitações.

Assim, se nesses três casos é possível inferir uma interferência do monarca, o mesmo não se pode dizer sobre os outros oito indivíduos. Primeiramente, merece destaque a concessão de honras de grandeza a dois barões. Manuel Antônio Pacheco era fazendeiro e negociante em Minas Gerais, e barão de Sabará desde 1843, quando foi

¹⁵³ Sobre a viagem do imperador, consultar *Diário Novo*, 30 de março de 1848. Os dados referentes ao Senado foram extraídos de Barão de Javari, *op. cit.*, p. 409.

¹⁵⁴ Vera Lúcia Nagib Bittencourt, "O lugar na política: Estevão Ribeiro de Resende, marquês de Valença", in Cecília Helena de Salles Oliveira, Maria Lígia Coelho Prado e Maria de Lourdes Monaco Janotti (orgs), *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, pp. 81-97. A família Ribeiro de Resende tinha dois membros no Legislativo, o pai, senador, e o filho, Estevão Ribeiro de Resende (homônimo do pai), na Câmara dos Deputados, representante da província de Goiás.

¹⁵⁵ Barão de Javari, *op. cit.*, p. 405 e p. 411.

¹⁵⁶ *Diário Novo*, 15 de março de 1848.

¹⁵⁷ *Diário Novo*, 06 de abril de 1846; *Jornal do Comércio*, 03 de abril de 1846. Heitor Lyra, *História de D. Pedro II (1825-1891)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977, vol. 1: Ascensão (1825-1870), p. 145.

nobilitado por ter contribuído para a repressão do movimento de 1842. Em outubro de 1848, teve o privilégio de ser agraciado com honras de grandeza, sendo que, tempos depois, foi nomeado vice-presidente de província de Minas Gerais, chegando a assumir a presidência no ano seguinte¹⁵⁸. Nesse caso, podemos supor que a nobilitação, ainda que anterior ao cargo no Executivo, tenha sido um mecanismo do gabinete para assegurar a aliança do político na província mineira.

Outras figuras dessa província foram agraciadas. João Antônio de Lemos, fazendeiro e proprietário de uma fábrica de chapéus, em Minas Gerais, tornou-se barão do Rio Verde¹⁵⁹, e Francisco Teodoro da Silva, cafeicultor mineiro, foi feito barão de Pouso Alto¹⁶⁰. Outros dois, também fazendeiros à época, eram antigos liberais, rebeldes em 1842, mas absolvidos das acusações. Gabriel Francisco Junqueira se tornou barão de Alfenas e Marcelino José Ferreira Armond foi feito barão de Pitangui¹⁶¹. Como registrado por alguns dos contemporâneos, era de causar certo estranhamento a nobilitação de antigos rebeldes liberais pelo gabinete saquarema.

Da província fluminense, além daqueles que receberam d. Pedro II em suas casas, outros dois fazendeiros também foram nobilitados. Joaquim Ribeiro de Avelar, barão de Capivari desde 15 de novembro de 1846, recebeu honras de grandeza. Era fazendeiro fluminense da região de Paty de Alferes, no Vale do Paraíba Fluminense, base de apoio político dos saquaremas que estavam no poder. Essa base política pode ser vista também na nobilitação, nessa mesma ocasião, de dois membros de uma mesma família, já que Joaquim Ribeiro de Avelar era tio de João Gomes Ribeiro de Avelar, feito, como mencionado, barão da Paraíba com grandeza¹⁶².

Além dos Ribeiro de Avelar, Pedro Correia de Castro foi agraciado com o seu primeiro título de nobreza, o de barão de Tinguá com grandeza. Cafeicultor em Vassouras

¹⁵⁸ Quando o titular José Ildefonso de Sousa Ramos tomou posse como deputado no Rio de Janeiro. No *Diário do Rio de Janeiro*, de 30 de março de 1849, na parte referente às publicações oficiais, constava um decreto do ministério da Justiça nomeando o barão de Sabará como comandante superior do município de Sabará e Santa Luzia. No *Correio Mercantil*, de 30 de outubro, há a seguinte notícia “temos ouvido que o Sr. Barão de Sabará vem substituir ao presidente actual”. Finalmente, no *Diário do Rio de Janeiro*, de 11 de dezembro, há ofício de 30 de novembro assinado pelo barão de Sabará na condição de presidente de província.

¹⁵⁹ Afonso de Alencastro Graça Filho, “O mosaico mineiro oitocentista: historiografia e diversidade regional”. *Revista Tempos Gerais*, nº 03, maio de 2001, p. 46. *Apud* Luiz Fernando Saraiva, *O Império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Niterói (RJ): tese de doutorado, UFF, 2008, p. 35; *Almanak Laemmert*, 1855, p. 53; e *Ephemerides Mineiras*, vol. 4, p. 428-429.

¹⁶⁰ *Almanak Laemmert*, 1849, p. 113.

¹⁶¹ Era pai de Camilo Maria Ferreira Armond, deputado por Minas Gerais.

¹⁶² De acordo com o *Almanak Laemmert*, o barão de Capivari era fazendeiro de açúcar e aguardente. *Almanak Laemmert*, 1849, p. 121. João Gomes Ribeiro de Avelar era fazendeiro em Paraíba do Sul. *Almanak Laemmert*, 1849, p. 33.

encontrou mecanismos para retribuir o título nobiliárquico recebido, ao doar dez contos de réis para fundação de um hospital em Vassouras¹⁶³.

Da província de São Paulo, além daqueles envolvidos na recepção do imperador em 1846, Antônio da Silva Prado, negociante paulista, tornou-se barão de Iguape em 11 de outubro de 1848¹⁶⁴.

Finalmente, Bahia e Sergipe também tiveram naturais titulados na ocasião. Da primeira, Salvador Moniz Barreto de Aragão, senhor de engenho, tornou-se barão de Paraguaçu¹⁶⁵, e da segunda, João Gomes de Melo, uma das lideranças do Partido Liberal de Sergipe nos anos 1840 e deputado provincial, nessa mesma província, em 1848, mesmo ano em que foi feito barão de Maruim¹⁶⁶. Diante desses nomes, merece destaque tanto a nobilitação daqueles que receberam o imperador em suas casas, quanto de antigos liberais, como os rebeldes de 1842, além da liderança sergipana. Tal fato não passou despercebido aos contemporâneos. O jornal *O Brasil*, de viés conservador, como texto introdutório da lista de agraciados de 11 de outubro, publicou notícia em que mencionava não só a oferta de títulos, como também a reintegração de figuras ligadas ao Paço que, em razão de seu envolvimento na Revolta Liberal, haviam perdido seus postos.

As graças do dia do baptizado

Em quanto o ministério recebido na câmara pelo canhão dos energúmenos, vae sendo quotidianamente acometido pelas insultuosas declamações desses anarchistas, prossegue elle no seu constante caminho, e acaba de ainda mais uma vez revelar-se nas graças que foram hontem publicadas. Temos ouvido queixas e censuras á falta da justiça comparativa, na distribuição dessas graças; sabemos quão difficil é evital-as, especialmente para um ministério novo, que mal pôde inteirar-se dos serviços e merecimentos de cada um, para estabelecer entre os agraciados as devidas relações de justiça. O que cabe essencialmente ao governo actual, é por certo o pensamento que transluz nas reintegrações de funcionários do paço destituídos em consequência dos sucessos de 1842, e entre essas, a do Snr. Dr. Meirelles como medico do paço. Muitos dos comprometidos, e muito mais comprometidos do que elle, haviam sido de há muito reintegrados; o Dr. Meirelles ficava entretanto eliminado. Os ministros, seus amigos políticos, nada faziam, e deixavam que se propalassem os mais funestos comentários, como que até com eles folgavam: *o ministério dos seus adversários políticos pressuroso fez cessar essa injustiça. Certo, se o ministério actual continuar*

¹⁶³ Era vereador da Câmara Municipal de Vassouras, *Almanak Laemmert*, 1849, p. 33 e p. 117. De acordo com *O Brasil*, 18 de outubro de 1848, “ao receber a notícia da mercê com que S. M. I. o acabava de honrar, o Exm. Srn. barão do Tinguá (Pedro Correia e Castro) officiou á câmara municipal de Vassouras doando dez contos de réis para fundação de um hospital. S. Ex. com esse acto de generosa caridade mostrou quão bem assentam as graças da monarchia nos que as sabem compreender”.

¹⁶⁴ Sérgio Buarque de Holanda, “O barão de Iguape”, in *idem*, *O livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁶⁵ *Titulares Baianos*, op. cit., p. 36.

¹⁶⁶ Segundo Denio S. Azevedo, João Gomes de Melo era um político influente em Sergipe, o que pode ser visto tanto na atuação dele na transferência da capital da província, nos anos 1850, quanto no fato de ter se casado, em meados de 1852, com d. Valentina Soares de Souza, irmã de Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde de Uruguai. Denio S. Azevedo, “O barão de Maruim e o processo de mudança da capital”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 38, 2009, pp. 155-165, especialmente p. 161.

*a soffrer, como vae sofrendo, a violenta opposição dos ex-ministeriaes, é porque são insaciáveis, pois nada poupa elle para desarmal-os e contental-os; mas em cada concessão vem esses Snrs. um sinal de fraqueza, que assim os incita a mostrar maior violência*¹⁶⁷.

Digno de destaque o modo como o jornal chamava de “energúmenos” os liberais que permaneceram no poder até o fim do mês anterior, e criticavam as ações desses ministros, justamente por terem sido incapazes de restituir antigos rebeldes de 1842 a seus cargos. Segundo o texto veiculado, foi preciso que um gabinete conservador ascendesse ao poder para que esses liberais tivessem seus privilégios restaurados. Contudo, essa era opinião de um jornal vinculado ao ministério de 29 de setembro de 1848, em tudo distinta de um artigo publicado no *Correio Mercantil*, de 16 de outubro de 1848, em resposta ao texto de *O Brasil*.

Os despachos

As graças que se distribuirão por ocasião do baptizado de S. A. I. não tem sido pela imprensa discutidas; e talvez, apesar do muito que delas se occupava a população, nos abstivéramos também de observações se não fôramos a isso provocados pelo *Brasil*, que julga somos ingratos e *insaciáveis*, fazendo opposição ao ministério que assim acaba de distinguir muitos dos nossos melhores amigos. A restituição de alguns deles ás honras de que foram violentamente exautorados no regimen do terror saquarema, é sem duvida acto incontestável justiça e de importante significação politica. Nos outros despachos figurão muitos nomes dos mais activos colaboradores e auxiliares da politica que acaba de deixar o poder; ao passo que os de saquaremas, que nas listas apparecem enxertados, são menos importantes e em numero incomparavelmente menor. Em verdade, surpreende-no que pelos actuaes ministros fosse promulgado o acto de que primeiro falamos, e que nada menos é do que a condenação do partido hoje no poder, em outro tempo autor do escandaloso esbulho¹⁶⁸.

Primeiramente, merece destaque o alinhamento do jornal aos liberais, elogiando, por exemplo, aqueles que tiveram suas honras restituídas por ação desse gabinete saquarema. Além disso, a análise sobre a lista de concessões de 11 de outubro é bastante perspicaz no sentido de separar liberais e conservadores, enfatizando a quantidade e a importância política dos aliados do ministério deposto, muito mais significativa do que a dos saquaremas, como se esses, por sua vez, estivessem “enxertados” na lista. Assim, não

¹⁶⁷ *O Brasil*, 12 de outubro de 1848, nº 1242 [Grifos nossos]. Após esses nomes, o jornal trouxe também a lista daqueles que tiveram seus privilégios restaurados, “Relação das pessoas que por decreto desta data são restituídas a todas as honras, e ao exercício dos cargos que occupavam na imperial casa, ao tempo que foram promulgados os decretos de 18, 30 de junho e 30 de julho de 1842, que delas as privaram, e que ora ficam revogadas. O gentil homem da imperial câmara, Francisco de Castro Canto e Mello. O veador da casa imperial, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. O medico da imperial câmara, Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles. O moço da imperial câmara, José Maximiano Batista Machado. O moço da imperial câmara, Leopoldo Augusto da Camara Lima. Secretaria de estado dos negócios do império, em 11 de outubro de 1848 – José de Paiva Magalhães Calvete agraciados de 11 de outubro”. Foram publicados também os títulos nobiliárquicos ofertados nessa ocasião.

¹⁶⁸ *Correio Mercantil*, de 16 de outubro de 1848.

se pode negar o estranhamento causado pela atitude do gabinete de nobilitar, prioritariamente, opositores, em detrimento de seus aliados.

Duas porém são as garantias que tinham os ofendidos, de que justiça lhes seria feita; a primeira depositada na magnanimidade do monarca e a segunda nos compromissos de honra e de princípios que ligavam os ministros de 31 de maio. Tínhamos por certo que, a haverem despachos durante a administração passada, a restituição das honras teria lugar, e que do mesmo modo seriam agraciadas as pessoas do nosso partido, que figuram nas listas *além das que o ministério porventura conseguisse riscar delas, ou por outra substituir*. Qualquer porém fosse a causa, a segunda garantia, que mencionamos deixara de ser eficaz; pois os homens que, estão no poder, nem podiam nem deviam sem apostasia considerar nulos os decretos que privariam de honras a alguns amigos nossos, nem ainda premiar os chefes do nosso lado, que melhores serviços prestarão a política liberal¹⁶⁹.

Por meio deste trecho, é possível perceber que os redatores do jornal sugeriam que a lista de concessões de títulos de nobreza e ordens honoríficas havia sido elaborada pelo ministério liberal, mas não por ele despachada. Talvez, por causa disso, alguns nomes de antigos liberais aparecessem na lista de concessões dos saquaremas, sem que tivessem sido incluídos por esse ministério.

Merece destaque que, ao menos uma parte da lista publicada em 11 de outubro, foi elaborada em 08 de maio de 1848 por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, na época, presidente de província do Rio de Janeiro, a pedido do ministro do Império e presidente de gabinete, visconde de Macaé, contemplando nomes daqueles que estiveram envolvidos na viagem do imperador pela província fluminense nesse mesmo ano. Chama a atenção, portanto, a distância temporal entre a elaboração da lista e a publicação dos decretos, sendo aquela redigida durante a vigência de um gabinete liberal, substituído em 31 de maio por outro ministério liberal (presidido por Paula Sousa) para ser tão somente oficializada em 11 de outubro por um gabinete saquarema¹⁷⁰.

Restava porém a proteção do monarca; e a ella, bem como a justiça da causa e merecimento dos agraciados, attribuímos esse acto, sobre o qual nos interpela a folha da policia. Não é que desejemos trazer para esta discussão o nome do imperante; mas além de que, como origem do bem, deve elle sempre ser apresentado aos olhos da população, acresce que de outro modo considerados os despachos do dia 4 ficão pela maior parte sem verossímil explicação. E na verdade quem tentar explical-os como feitura do ministério, como acto da politica, que acaba de subir ao poder, será levado forçosamente a uma destas consequências; Ou os actuaes ministros atraiçoarão a

¹⁶⁹ *Correio Mercantil*, de 16 de outubro de 1848.

¹⁷⁰ Thalita de Oliveira Casadei, “Concessão de Graças Honoríficas e Títulos de Nobreza Sugeridos a D. Pedro II, após sua viagem à Região Central Fluminense, em 1848”. *Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. Comissão de Genealogia e Heráldica*. Brasília, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1984, p. 11-54.

causa da sua politica condemnando seus actos de outrora, e condecorando com os honrosos emblemas da aprovação, e da confiança imperial os representantes da politica oposta; Ou tentarão corromper seos adversários com vistas de obter no parlamento um apoio que não seria filho de convicções¹⁷¹.

Diante de tal estranhamento, os redatores do jornal traziam à tona a figura do monarca e colocavam duas possíveis explicações para a atitude do ministério. Ou os ministros traíram sua própria causa política, nobilitando antigos opositores, ou tentavam corromper seus adversários para obter apoio político. Digno de nota que nenhuma das explicações era particularmente honrosa quanto à atitude tomada pelo gabinete presidido pelo visconde de Olinda, especialmente porque os liberais rebeldes não foram nobilitados pelos gabinetes liberais (1844-1848), mas tão somente aqueles que haviam reprimido movimentos rebeldes, tanto 1842, como a Farroupilha, tinham sido merecedores de títulos de nobreza (prática que será mantida na Praieira).

E se o ministério recusa, como sem duvida recusará qualquer destas versões, não poderá pois furtar-se a evidencia da conclusão que acima deduzimos. *Os despachos se promulgarão a despeito do gabinete*. Muito nos aggredirão as folhas saquaremas se muito antes do dia 4 não houvéssemos claramente definido a nossa posição como opositoristas: dirão que adulávamos o ministério com a mira em algumas fitas! E agora acusa nos de ingratião, porque obtendo-as não renegamos nossas crenças, e nossos principios. Perdoemos a esses senhores, se julgando-nos por si acreditão, que estamos em leilão!... Deixaremos porem esta face da questão mesquinha e acanhada, e tendo provado que só a retidão e equidade do monarca devemos tão extraordinária prova de consideração dada ao nosso partido, observaremos, que esse facto ministra mais um argumento para demonstrar que a mudança da politica operada em 29 de setembro, não satisfaz as condições do systema representativo¹⁷².

Fica evidente a crítica às atitudes do ministério. Se não bastasse a incompatibilidade da nobilitação dos liberais pelos saquaremas já abordada pelo jornal, os redatores afirmavam enfaticamente que “os despachos se promulgaram a despeito do gabinete”, ou seja, frente aos desejos do imperador de nobilitar tais ou quais pessoas, a cor política do ministério vigente era indiferente. Crítica também utilizada para reforçar a argumentação de que a inversão partidária de 29 de setembro não havia satisfeito as exigências do sistema representativo.

Que os despachos do dia 4 não tem outra significação sinão a que lhes damos, digão saquaremas desta corte, que ahi por essas lojas nos círculos, nas praças publicas clamão altamente contra eles e fulminão os maiores impropérios contra os ministros que os referendarão. E se em taes despachos lê o míope uma demonstração de confiança no partido liberal, como pois acabão de subir ao poder os decididos

¹⁷¹ *Correio Mercantil*, de 16 de outubro de 1848.

¹⁷² *Correio Mercantil*, de 16 de outubro de 1848.

adversários dos princípios desse partido? Se a política passada ainda agora recebe tão notável tão galardão, qual pois a causa da mudança de política? Não pretendemos entrar no fundo destas investigações, receiosos de, sem querer trazer ao debate o que se não deve discutir. Quando porem no jogo da machina politica aparecem movimentos anômalos, não explicáveis pelas propriedades e combinação artística do systema adoptado, é da obrigação daqueles que põem em jogo examinar cuidadosamente, si algum vicio se tem introduzido. Que tal é a sorte entre nos do governo representativo, que vae elle em progressiva degeneração, basta para proval o a nenhuma refutação dos argumentos com que demonstramos a aberração de 29 de setembro, argumentos a que agora acresce este derivado dos despachos do baptisado¹⁷³.

O desrespeito ao sistema representativo era visível, segundo os redatores, na lista de despachos, que reconhecia os serviços prestados pelos liberais, destituídos do poder com a ascensão dos saquaremas em 29 de setembro. Questionavam-se as razões que justificavam a retirada dos liberais do poder, argumentando que tal atitude era incompatível com a oferta dos títulos de nobreza que, claramente, os recompensava pelos serviços bem prestados. A decisão do monarca, ao trocar os partidos políticos dos ministérios, soava, portanto, estranha ao sistema representativo.

E é somente o desejo sincero de que em sua pureza seja mantido o governo da constituição o que nos inspira as reflexões neste artigo deduzidas. Se o *Brasil* com ellas se não satisfizer, e a sua resposta não for de *sceptico*, voltaremos ao assunto. P.S. Já depois de escripto este artigo, que estava prompto para hontem, lemos no *Brasil* de sábado algumas reflexões sobre as graças distribuídas. Pondo de parte as espertezas que emprega o colega para reanimar os *sequiosos despontados*, os cáusticos que aplica ao ministério porque não fez *uma distribuição de favores para conforto dos amigos*, as queixas de um coitado de Iguassu que muita inveja tem á commenda do Sr. Andrade, deixando á margem todos os arrufos do *sceptico* jornalista, confirma elle além do que esperamos todas as nossas proposições. São suas palavras: “*O ministério achou prompta pelos seus predecessores uma amplíssima lista de agraciados, riscou dela muitos nomes e aceitou o resto*”. Enchertou um ou outro nome de saquaremas, porque previu a gritaria que entre eles ia levantar-se. Collega, se tudo isso está assentado entre nós, podereis negar que – *os despachos forão impostos ao ministério?* O *Brasil* já desembuchou: falta a *papeleta* da tarde: a moita é indicio de grande cavaco¹⁷⁴.

Para reforçar que a lista de despachos fora imposta ao ministério, o *Correio Mercantil* afirmou que o gabinete encontrara a lista de despachos pronta e elaborada pelo ministério antecessor, fazendo apenas algumas substituições, “riscando” alguns nomes e “enxertando” certos saquaremas. Diante disso, seguindo a argumentação, era inegável

¹⁷³ *Correio Mercantil*, de 16 de outubro de 1848.

¹⁷⁴ *Correio Mercantil*, de 16 de outubro de 1848. (grifos originais) Texto publicado também em *O cearense*, 02 de novembro de 1848, nº 197, exceto, apenas, a parte do *post scriptum*.

tanto o desrespeito em relação ao sistema representativo, quanto a imposição da lista de agraciados pelo imperador.

Finalmente, a leitura atenta deste texto sugere a crítica feita pelo fato de o gabinete saquarema ter nobilitado alguns liberais, seus adversários políticos, na tentativa de obter apoio na Câmara dos Deputados, suspensa desde 05 de outubro. Além disso, o jornal estranhava a atitude tomada pelos saquaremas, que fizeram aquilo que os próprios liberais não haviam feito durante os cinco anos em que permaneceram no poder. Situação que mereceu a afirmação de que “Os despachos se promulgaram a despeito do gabinete”, ou seja, embora a oferta de títulos fosse feita pelo ministro do Império, a interferência do monarca foi tanta que os títulos de nobreza foram concedidos à revelia da posição política do ministério em exercício.

Assim, essa notícia sugere que a lista de 11 de outubro de 1848 foi elaborada e publicada independentemente da vontade do gabinete, especialmente, de José da Costa Carvalho (visconde de Monte Alegre), ministro do Império.

Esses quinze títulos ofertados em 11 de outubro foram os únicos concedidos em 1848 por esse gabinete. No início do ano seguinte, uma das medidas tomadas foi a dissolução da Câmara dos Deputados, em 19 de fevereiro de 1849. Vale dizer que as eleições para composição da nova Câmara foram convocadas apenas em 09 de novembro de 1849¹⁷⁵, ou seja, o legislativo não se reuniu ao longo do ano de 1849.

Menos de um mês depois da dissolução da Câmara, o gabinete ofertou, em 14 de março (dia do aniversário da imperatriz) o título de barão de Ipojuca ao senhor de engenho João do Rego Barros, irmão de Francisco do Rego Barros (barão da Boa Vista), que havia atuado na repressão da Praieira, encerrada oficialmente em 02 de fevereiro de 1849¹⁷⁶. Mais uma vez, era nobilitada figura ligada à repressão de um movimento contrário ao governo.

Novos títulos, oito no total, foram ofertados em 25 de março (data de outorga da Constituição de 1824). Duas pessoas nobilitadas já possuíam títulos, assim, José Antônio Moreira, negociante fluminense, recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Ipanema (concedido pelo gabinete liberal, em 1847¹⁷⁷), e Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, fazendeiro baiano e vice-presidente desta mesma província, membro de uma

¹⁷⁵ *Correio da Tarde*, 15 de novembro de 1849.

¹⁷⁶ *Diário Novo*, 22 de novembro de 1848, nº 254 e *Diário Novo*, 13 de dezembro de 1848, nº 270. Era também chefe de legião, *Jornal do Comércio*, 18 de março de 1849.

¹⁷⁷ *Almanak Laemmert*, 1849, p. 276.

importante família, também recebeu honras de grandeza em seu título de barão da Cajaíba (recebido durante as comemorações pela coroação de d. Pedro II, em 18 de julho de 1841)¹⁷⁸.

Além deles, outros seis tiveram a oportunidade de receberem seus primeiros títulos de nobreza, baronatos sem honras de grandeza, todos eles grandes fazendeiros. Antônio Manuel de Freitas, fazendeiro da freguesia do Rio Claro, na província do Rio de Janeiro, tornou-se barão do Claro¹⁷⁹ e Manuel Antônio Álvares de Azevedo, fazendeiro de açúcar, em Itaboraí, tornou-se barão de Itapacorá¹⁸⁰. Da Bahia, José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, filho do visconde de Pirajá, portanto figura influente e membro de uma poderosa família nessa província, tornou-se segundo barão de Pirajá¹⁸¹. José Teodoro Correa de Azevedo Coutinho, fazendeiro maranhense, foi agraciado barão de Mearim¹⁸²; Francisco Fernandes Vieira, fazendeiro cearense, tornou-se barão de Icó¹⁸³; e, finalmente, Bento de Melo Pereira, coronel e fazendeiro em Sergipe, foi nobilitado com o título de barão de Cotinguiba¹⁸⁴.

Entre abril e julho de 1849, quatro fluminenses foram agraciados. Em 18 de abril de 1849, foram nobilitados o negociante José Manuel Fernandes Pereira tornou-se barão de Gamboa¹⁸⁵, e Belarmino Ricardo de Siqueira, fazendeiro de açúcar e aguardente, em Saquarema, e capitalista em São Gonçalo, em dezembro de 1847, foi feito barão de São Gonçalo¹⁸⁶. Dias depois, em 26 de abril, José Alves Rangel foi agraciado barão de São João da Barra¹⁸⁷. Finalmente, o último agraciado antes da convocação de novas eleições

¹⁷⁸ *Titulares Baianos*, p. 60-61. Foi o 3º vice-presidente da província da Bahia entre 04 de outubro de 1841 e 14 de dezembro de 1849.

¹⁷⁹ *Almanak Laemmert*, 1850, p. 186.

¹⁸⁰ *Almanak Laemmert*, 1850, p. 35 e p. 104.

¹⁸¹ Era tenente-coronel da guarda nacional. *Publicador Maranhense*, 14 de abril de 1849, nº 793. Esse indivíduo tornou-se o segundo barão de Pirajá, pois seu pai, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, antes de ser elevado a visconde de Pirajá, em outubro de 1826, havia recebido o título de barão de Pirajá, em abril de 1826, idêntico, portanto, ao de seu filho, José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.

¹⁸² Era brigadeiro. *Publicador Maranhense*, 11 de março de 1846, nº 367.

¹⁸³ No *Diário do Rio de Janeiro*, de 08 de janeiro de 1842, consta que era membro de uma família “numerosa e rica” do Ceará. Por decreto de 20 de junho de 1844, foi nomeado comandante superior de Icó, São Matheus e São João do Príncipe, no Ceará. *Jornal de Comércio*, 11 de julho de 1844, nº 180.

¹⁸⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de março de 1849, nº 8051.

¹⁸⁵ Era negociante, proprietário no município neutro, residente na Praia da Gamboa e suplente de vereador na Câmara Municipal. *Almanak Laemmert*, 1850, p. 200, 282 e 308.

¹⁸⁶ Foi também eleito deputado provincial no Rio de Janeiro. *Jornal do Comércio*, 14 de dezembro de 1847, nº 344; *Almanak Laemmert*, 1846, p. 22; e *Almanak Laemmert*, 1848, p. 80.

¹⁸⁷ De acordo com *O Observador*, “já que estou com a mão na massa das remoções e nomeações – matéria vasta, e sempre importante nesta nossa terra de pretendentes e pretensões dir-lhe-ei que temos mais três Barões. Barão de S. Gonçalo, Belarmino Ricardo de Siqueira, rico fazendeiro e membro da Assembleia Provincial Fluminense. – Barão de S. João da Barra, José Frutuoso Rangel, fazendeiro duas ou três vezes milionário também nesta Província. – Barão da Gamboa, José Manoel Fernandes Pereira, negociante desta Corte e proprietário do Trapiche dos Couros”. *O Observador*, 19 de maio de 1849, nº 102.

para a Câmara dos Deputados foi Francisco Quirino da Rocha, cafeicultor em Vassouras, feito barão das Palmeiras em 26 de julho¹⁸⁸.

Ou seja, o gabinete de 29 de setembro de 1848, ofertou no total, 20 baronatos sem grandeza, dois com grandeza, cinco honras de grandeza para barão e um marquesado, totalizando 28 concessões. Contudo, se a relação entre o gabinete e o imperador começou a enfrentar dissabores com a lista de agraciados de 11 de outubro de 1848, meses depois, a tensão se intensificou. O imperador desejava maior lisura ao processo eleitoral, que formaria a nova Câmara, enquanto o ministério desejava maior interferência, justamente para formar uma câmara mais cara ao gabinete. Exemplo dessa tensão pode ser visto em Pernambuco, durante a presidência de Honório Hermeto Carneiro Leão (nomeado em 02 de julho de 1849), que se recusou a cumprir as ordens ministeriais para intervir nas eleições¹⁸⁹.

Em 08 de outubro de 1849, após ter negado um pedido de exoneração coletiva do ministério, d. Pedro II promoveu importantes alterações nos membros do gabinete¹⁹⁰. Assim, nessa data, o presidente do gabinete foi substituído pelo visconde de Monte Alegre, mesma ocasião em que Paulino José Soares de Sousa passou a responder pela pasta dos Negócios Estrangeiros. Antes dessas substituições, o ministério já havia sido alterado, pois, em 13 de junho de 1849, Joaquim José Rodrigues Torres assumira a pasta

¹⁸⁸ Sobre as nobilitações da década de 1840, Taunay afirma que “já na primeira década de Dom Pedro II, surgem muitos destes lavradores afidalgados pela opulência provinda da rubiácea. Paralelamente a este pendor pelo enobrecimento, por parte dos cafezistas, ocorreria idêntico surto entre os senhores de engenho do norte do país, como entre os das baixadas campista e fluminense, em geral. Logo nos primeiros anos daquele período, vemos agraciados os barões de Capivari, Guapimirim, Itambé, Pindamonhangaba; em 1848, os da Paraíba, Tinguá, Pitangui, e, em 1849, os de Jacaré, Palmeiras e Rio Claro. Os homens do açúcar fluminense arrolam-se quase tão numerosos quanto os do café, com os títulos de Muriaé, Santa Rita, Ururá, Abadia, São João da Barra, Itapacará, etc.”. Afonso de E. Taunay, *Pequena História do café no Brasil (1727 – 1937)*, op.cit., p. 201 - 202.

¹⁸⁹ Pedro Gustavo Aubert, *Entre as ideias e a ação: o visconde do Uruguai, o direito e a política na consolidação do Estado Nacional (1850-1866)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2011, p. 18-25; e Bruno Fabris Estefanes, *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1846)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2010, especialmente o subcapítulo “Apaziguar Pernambuco: eleições, granadas e a cisão dos conservadores”. Esta dissertação já foi publicada com o título de *Conciliar o Império: O marquês do Paraná e a política imperial, 1842-1856*. São Paulo: Annablume, 2013.

¹⁹⁰ De acordo com Paula Ferraz, a exoneração foi consequência da falta de unidade entre Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente de província de Pernambuco, nomeado em julho de 1849, que desejava a não intervenção no processo eleitoral e o próprio ministério, que desejava o oposto, a questão em disputa era a eleição para uma cadeira pernambucana no Senado. O gabinete desejava o baiano Manuel Vieira Tosta para figurar na lista tríplice dessa província, mas, contrariando os gabirus, Honório Hermeto Carneiro Leão, na condição de presidente, não colaborou para essa eleição. Ao não se envolver na disputa, Carneiro Leão desagradou tanto conservadores pernambucanos, quanto ministério. Paula Ferraz, op. cit., p. 48.

da Fazenda, ocupada anteriormente por Olinda, e, em 23 de julho de 1849, Manuel Vieira Tosta passara a responder pela Marinha¹⁹¹.

Durante a presidência de Monte Alegre (de outubro de 1849 a 11 de maio de 1852), foram ofertados apenas 14 títulos (a metade da quantidade de títulos ofertados durante a presidência de Olinda, que durara pouco mais de doze meses). Quase dois meses depois de ter assumido a presidência do gabinete, em 02 de dezembro de 1849, Monte Alegre ofertou dois títulos de nobreza. Luís Paulo de Araújo Basto, negociante baiano, diretor do Banco Comercial da Bahia, em 1847 e 1849, além de ter sido organizador de uma companhia a vapor na Bahia, teve o privilégio de receber honras de grandeza em seu título de barão de Fiais (concedido durante a coroação de d. Pedro II, em 18 de julho de 1841)¹⁹², e Manuel de Sousa Teixeira, presidente da província de Pernambuco em três anos distintos, 1841, 1845 e 1848, que assumiu o cargo quando Chichorro da Gama fora destituído, em abril de 1848, e permaneceu na presidência até 25 dezembro (frente à nomeação de Manuel Vieira Tosta), foi nobilitado barão de Capiberibe¹⁹³.

Em 31 de dezembro, outros dois títulos foram ofertados. Joaquim Marcelino da Silva Lima, diretor geral dos índios, vice-presidente do Espírito Santo em exercício e fazendeiro naquela província, foi agraciado com honras de grandeza em seu título de barão de Itapemirim (ofertado pelo gabinete liberal, em 15 de novembro de 1846)¹⁹⁴, e Bento Lúcio Machado Filho, paulista, tornou-se barão de Jacaré (região em que era fazendeiro)¹⁹⁵.

Retomando, então, a questão da ausência de legislativo em 1849, é válido mencionar que as eleições, convocadas em novembro desse ano, deram vitória quase unânime aos conservadores, já que o único liberal eleito foi Bernardo de Sousa Franco, deputado pelo Pará¹⁹⁶. Esse fato foi decisivo para que o gabinete conservador conseguisse

¹⁹¹ Barão de Javari, *op. cit.*, p. 104-105.

¹⁹² *Correio Mercantil*, 1847 e 1849. *Jornal do Comércio*, 08 de fevereiro de 1847, nº 39. “[...] Graças, porém, ao zelo pelo bem publico, e ao patriotismo dos Snrs. negociantes e capitalistas daquela província, o Exmo Barão dos Fiaes, Francisco José Godinho, Francisco Pinto Lima, Antonio Francisco de Lacerda, Camilo Antonio da Silva, José Afonso de Carvalho, Wenceslao Miguel de Almeida, Jose dos Santos Correa, João Alves Pitombo, J. S. Gillmer, Justino Jose Fernandes e Guilherme Grach, uma nova companhia se acha organizada e em seu andamento [...]”.

¹⁹³ Barão de Javari, *op. cit.*, p. 439.

¹⁹⁴ *Correio da Victoria*, 10 de março de 1849, nº 16. Assumiu a presidência do Espírito Santo, em agosto. *Correio da Victoria*, 04 de agosto de 1849, nº 58. Antes disso, em abril de 1847, havia viajado até Campos, onde estava o monarca, para cumprimentá-lo. *Gazeta Oficial do Império do Brasil*, 20 de abril de 1847, nº 187.

¹⁹⁵ Carlos Eugênio Marcondes de Moura, *Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002, p. 117-118.

¹⁹⁶ Paula Ferraz, *op. cit.*, p. 49. Barão de Javari, *op. cit.*, p. 311.

transformar em lei uma antiga pauta dos liberais, justamente a extinção definitiva do tráfico de escravos. O historiador Jaime Rodrigues, ao se debruçar sobre essa temática, afirma que, entre as razões para o fim do tráfico em 1850 e não em 1831, estavam

[...] a maior coesão de parcelas da elite política; o esgotamento do projeto de construção do mercado de mão-de-obra, baseado exclusivamente no escravo como alicerce da produção; o vínculo estreito entre ‘corrupção dos costumes’ e escravidão; a manutenção do direito sobre a propriedade existente; a pressão inglesa e a necessidade de garantir a soberania perante ela. A tudo isso, aliava-se a identificação dos traficantes a piratas. A separação entre os interesses senhoriais e os do traficante, do ponto de vista moral e legal – ainda que não seja um elemento determinante – propiciava o apoio relativo dos senhores de escravos das províncias à nova lei, já que não estavam mais ameaçados pela justiça por comprarem homens livres e reduzi-los, ilegalmente, à escravidão¹⁹⁷.

A lei, conhecida pelo nome do ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, foi aprovada em 04 de setembro de 1850. Ainda que a Câmara fosse maciçamente conservadora, não se pode negar a tensão envolvendo a questão, uma vez que o tráfico de escravos, ilegal desde 1831, continuava a existir e a abastecer a mão-de-obra de inúmeros proprietários de escravos. Nesse sentido, não podemos ignorar as resistências enfrentadas, ao longo do ano de 1850, até que a lei fosse aprovada, o que, contudo, não provocou impacto na distribuição de títulos nobiliárquicos, já que, nesse ano, apenas três títulos foram ofertados e em data posterior à aprovação da lei. Merece também destaque a ausência de políticos nobilitados, seja por terem tido seus interesses afetados pela aprovação da lei de 1850, seja por terem contribuído para sua aprovação.

Assim, entre novembro de 1850 e novembro de 1851, sete títulos foram ofertados a fazendeiros e apenas um para negociante. Em 06 de novembro de 1850, Francisco Quirino da Rocha, barão das Palmeiras desde o ano anterior, cafeeicultor em Vassouras, recebeu honras de grandeza em seu título¹⁹⁸. Nessa mesma ocasião, Custódio Gomes Varela Lessa, fazendeiro paulista, foi agraciado com o título de barão de Paraibuna¹⁹⁹. E o último título ofertado nesse ano, em 06 de dezembro, foi dado a outro fazendeiro fluminense, de Campo da Aclamação, Joaquim Henrique de Araújo, que se tornou barão de Pirassununga²⁰⁰.

No ano seguinte, o gabinete ofertou apenas cinco títulos de nobreza, dois em maio e três em novembro. Em 16 de maio, Custódio Gomes Varela Lessa, cafeeicultor, feito

¹⁹⁷ Jaime Rodrigues, *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800 – 1850)*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, CECULT, 2000, p. 118.

¹⁹⁸ *Almanak Laemmert*, 1851, p. 34.

¹⁹⁹ *Almanak Laemmert*, 1851, p. 35.

²⁰⁰ *Almanak Laemmert*, 1852, p. 46.

barão de Paraibuna em novembro do ano anterior, foi agraciado com honras de grandeza²⁰¹; mesma ocasião em que o fazendeiro fluminense, de Campo da Aclamação, José Pedro da Mota Saião foi feito barão de Pilar²⁰². Meses depois, em 17 de novembro, Antônio Diniz Costa Guimarães, fazendeiro de Valença, e Antônio Dias Pavão, fazendeiro de Itaguaí, tornaram-se, respectivamente, barão de Santa Isabel²⁰³ e barão de Itaguaí²⁰⁴.

O último agraciado nessa mesma ocasião foi Joaquim José de Meireles Freire, negociante em Sabará, de onde era também presidente da Câmara Municipal, agraciado com o título de barão de Curvelo²⁰⁵.

Dias antes de ofertar esses títulos de nobreza, os ministros redigiram uma carta, datada de 15 de novembro de 1851, na qual pediam a exoneração coletiva do gabinete e expunham as justificativas para este pedido da seguinte maneira ao imperador.

Os Ministros de Vossa Majestade Imperial resignaram-se a tudo, sobejamente compensados pela glória de serem os instrumentos para a inauguração da sábia e providente política de Vossa Majestade Imperial. Restabelecer nos seus devidos foros o justo e o honesto. *Não fazer das mercês, dos empregos e das recompensas devidas aos servidores do Estado, unicamente moeda eleitoral e meio de uma instável influência de partido.* Acalmar os espíritos, reduzir o antagonismo de ideias (e a mui pouco ficaria então reduzido), o antagonismo dos partidos. E, com efeito, Vossa Majestade Imperial não é, não pode, não deve ser homem de partido²⁰⁶.

Talvez ao mencionarem a questão das mercês e recompensas, que não deveriam ser feitas como “moeda eleitoral”, esses ministros fizessem alusão à lista de 11 de outubro de 1848, quando rebeldes de 1842 foram nobilitados. Fato é que o imperador não atendeu imediatamente ao pedido e esse ministério ofertou seus dois últimos títulos de nobreza no ano seguinte. Em 03 de março de 1852, Manuel Marques de Sousa, que, além de ter destacada carreira militar, sendo Brigadeiro do Exército brasileiro, comandou as tropas brasileiras na Batalha de Monte Caseros, na Guerra Grande, em 03 de fevereiro de 1852, e, por isso, foi agraciado com o título de barão de Porto Alegre no mês seguinte ao da

²⁰¹ Afonso Taunay, *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, vol. 5, p. 377.

²⁰² *Almanak Laemmert*, 1852, p. 45.

²⁰³ *Almanak Laemmert*, 1852, p. 46.

²⁰⁴ Segundo o *Almanak Laemmert* de 1848, era proprietário de duas embarcações, um patacho e uma sumaca, p. 367 e 370. Era fazendeiro de cana de açúcar na freguesia de São Pedro e São Paulo, de acordo com o *Almanak Laemmert* de 1850, p. 113. No *Almanak Laemmert* de 1851, consta que era fazendeiro de cana em Itaguaí, p. 94.

²⁰⁵ *Almanak Laemmert*, 1852, p. 378.

²⁰⁶ “O pedido de exoneração coletiva do Ministério de 29 de setembro de 1848” in Hélió Vianna, *Vultos do Império*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968, p. 145-153. *Apud* Bruno Fabris Estefanes, *op.cit.*, p. 141. [grifo nosso]

batalha²⁰⁷. Tal nobilitação, diferente daquela dos fazendeiros, estava relacionada à conjuntura política imperial, neste caso, a questão envolvendo a fronteira no Prata. Finalmente, Rodrigo Antônio Falcão Brandão, brigadeiro graduado, sendo um dos veteranos da independência da Bahia, foi nobilitado, em 04 de maio, com o título de barão de Belém²⁰⁸.

O título ofertado em 04 de maio de 1852 foi o último dos 42 títulos de nobreza distribuídos pelo gabinete de 29 de setembro de 1848. Embora 28 títulos tenham sido dados durante a presidência de Olinda e outros 14 durante a presidência de Monte Alegre, essas duas chefias compuseram um único ministério, o primeiro dos gabinetes saquaremas, de tal forma que, ainda que o ministério tenha sido alterado em 08 de outubro de 1849, a historiografia considera como sendo um único gabinete vigente entre 29 de setembro de 1848 e 11 de maio de 1852.

Coube a esse ministério a concessão de 29 títulos de barão, três de barão com grandeza, nove honras de grandeza para barão e um de marquês, em quase 44 meses de governo, ou seja, uma média de 0,95 títulos por mês. Vale destacar que essa média de títulos era inferior, apenas, à do gabinete liberal de 02 de maio de 1846, que havia ofertado uma média de 1,58 títulos por mês.

Como demonstrado, a larga maioria dos 40 homens que receberam as 42 concessões eram pessoas sem vínculos expressivos com a política nacional, possuindo fortes ligações com as propriedades de terra em diferentes regiões do Centro-Sul, o que, de alguma maneira, repercutiu na designação dos títulos recebidos por esses homens. Contudo, as justificativas para as nobilitações dessas pessoas não foram únicas, contemplando tanto aqueles que recepcionaram o imperador em suas casas, quanto antigos desafetos dos conservadores e também figuras que desempenhavam algum poder na província, por exemplo, como presidente ou vice-presidente de província, ou até mesmo nas câmaras municipais. Lembrando também que, tal como noticiado na época, algumas dessas concessões foram feitas a despeito da vontade do ministério, o que denota a interferência do monarca quando da publicação das listas de agraciados.

²⁰⁷ Era brigadeiro desde, pelo menos, agosto de 1848. *Correio da Tarde*, 01 de agosto de 1848, nº 166. *Jornal do Comércio*, 13 de março de 1852, nº 73. Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, p. 156.

²⁰⁸ *Almanak Laemmert*, 1852, p. 193. Esta informação já no *Almanak Laemmert*, desde 1849. “Faleceu antehontem às 10 da noite, vítima da epidemia reinante, o Exmo Sr. Brigadeiro barão de Belem, um dos veteranos da nossa independência: seu corpo foi levado em um caixão de zinco para a igreja de S. Francisco de Paraguassu”. *Publicador Maranhense*, 04 de outubro de 1855, nº 1723.

Retomando, então, a carta demissionária do gabinete, é possível ponderar como justificativa para a queda do ministério as mesmas razões que levaram às substituições em 08 de outubro de 1849, isto é, a intervenção no processo eleitoral. De acordo com Bruno Fabris Estefanes, o imperador não atendeu, de imediato, ao pedido dos ministros em novembro de 1851, em razão dos problemas no Prata. Assim, ao nomear um novo gabinete, em 11 de maio de 1852, d. Pedro II substituiu apenas três integrantes, o presidente do gabinete, o ministro da Justiça e o ministro da Marinha²⁰⁹.

O novo gabinete tomou posse em 11 de maio de 1852, sendo presidido por Joaquim José Rodrigues Torres, que respondia pela pasta da Fazenda. O ministério era composto por Francisco Gonçalves Martins, que atuava na pasta do Império, por José Ildefonso de Sousa Ramos, da Justiça, por Paulino José Soares de Sousa, do Estrangeiros, por Zacarias de Góes e Vasconcelos, da Marinha e por Manuel Felizardo de Sousa e Melo, da Guerra²¹⁰. Durante a vigência desse gabinete, foi debatido e aprovado o projeto de lei que determinou a criação da província do Paraná²¹¹, além de ter sido marcado pelas recompensas oriundas do encerramento dos nove anos de conflito da chamada Guerra Grande, na fronteira do Prata, em 1851²¹².

Em seus quase 16 meses de existência, esse gabinete concedeu cinco títulos de barão, três honras de grandeza para barão, um título de visconde com grandeza e um título

²⁰⁹ Bruno Fabris Estefanes afirma que “uma possível explicação [para essas substituições] é seguinte: no papel de presidente, Monte Alegre pode ter saído por ser, senão o idealizador, pelo menos aquele que mais corroborava a carta demissionária; Eusébio, em razão do desgaste do cargo de ministro da Justiça, que controlava a maioria das nomeações partidárias do governo (as ‘moedas eleitorais’) e, provavelmente, o grande defensor da prática; já Manuel Tosta, em decorrência de sua fama de ‘linha-dura’ e por ter se envolvido recentemente com o conturbado quadro eleitoral pernambucano. Por outro lado, a manutenção dos outros dois eminentes saquaremas, sendo Rodrigues Torres promovido à presidência do Conselho, pode mesmo apontar para a importância que o imperador dava ao apoio do núcleo conservador para conseguir implantar suas propostas. Além disso, seria fundamental manter o futuro visconde do Uruguai na pasta dos Negócios Exteriores, a fim de continuar seguindo a mesma política em relação do Prata”, *op. cit.*, p. 143-144.

²¹⁰ Desse gabinete, tão somente José Ildefonso de Sousa Ramos foi substituído por Luís Antônio Barbosa, em 14 de junho de 1853, na pasta da Justiça. Barão de Javari, *op. cit.*, p. 111.

²¹¹ A antiga comarca de Curitiba, pertencente a São Paulo, foi elevada à categoria de província do Paraná, por lei de 29 de agosto de 1853. Consultar <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-704-29-agosto-1853-558652-publicacaooriginal-80145-pl.html> - acesso em 01/03/2016. Outra província criada pelo primeiro gabinete saquarema foi a província do Amazonas, por lei de 05 de setembro de 1850, desmembrada do Grão-Pará. Sobre a criação das províncias do Paraná e Amazonas, consultar Vitor Marco Gregório, “A criação da província do Paraná: uma agenda de pesquisa”. Maringá (PR): IV Congresso Internacional de História, 2009, p. 3035 – 3045; e desse mesmo autor, *Dividindo as províncias do império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH – USP, 2012.

²¹² Consultar, entre outros, Gabriela Nunes Ferreira, *op.cit.*; Pedro Aubert, *op. cit.*; e Leonardo dos Reis Gandia, *op.cit.*

de marquês²¹³, totalizando dez títulos de nobreza, ou seja, uma média de 0,62 títulos por mês. Com a ascensão do gabinete chefiado por Joaquim José Rodrigues Torres, houve uma diferença em relação às nobilitações praticadas entre setembro de 1848 e maio de 1852, justamente um maior número de agraciados envolvidos na conjuntura da Guerra Grande, que receberam títulos hierarquicamente distintos, mas que dialogavam com a experiência política desses agraciados.

Merece destaque o envolvimento do Império do Brasil na fronteira do Prata no sentido de atuar para garantir a manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai frente às pressões argentinas. Dentro dessa temática, importante ressaltar que, em 12 de outubro de 1851, o “sistema de tratados” definido por Paulino José Soares de Sousa garantia amplas vantagens ao Império, como, por exemplo, a livre navegação dos rios e a demarcação das fronteiras²¹⁴. Para executarem essa política no Prata, o gabinete contara com a atuação de Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro plenipotenciário desde 1851, e de Luís Alves de Lima e Silva, general do exército brasileiro.

Tendo em vista essa conjuntura bastante específica, em 26 de junho de 1852, o ministério ofertou seus dois primeiros títulos de nobreza, bastante distintos daqueles distribuídos até então, tanto no que se refere à hierarquia dos títulos, quanto ao perfil dos agraciados. Nessa ocasião, Luís Alves de Lima e Silva, já conde de Caxias e senador pelo Rio Grande do Sul desde 1845, teve o privilégio de ter seu título elevado para marquês de Caxias, em recompensa por sua atuação na Guerra Grande²¹⁵. Além dele, outro envolvido nos conflitos do Prata teve a oportunidade de receber seu primeiro título de nobreza. Honório Hermeto Carneiro, ministro plenipotenciário nomeado em setembro de 1851, foi feito visconde do Paraná com honras de grandeza²¹⁶.

²¹³ Importante mencionar que o visconde de Olinda foi substituído pelo visconde de Monte Alegre na presidência do gabinete em 08 de outubro de 1849, por causa da condução da política no Prata, segundo Gabriela Nunes Ferreira. “Em outubro de 1849, o imperador usou de suas prerrogativas e fez-lhe saber que sua presença à frente do ministério já não era conveniente. A explicação dada para a retirada de Olinda e sua substituição, na presidência do Conselho, pelo visconde de Monte Alegre, foi justamente a ‘política do Prata’: o imperador estaria descontente com a linha ‘pacifista’ seguida pelo ministro. O futuro visconde de Uruguai, que substituiu Olinda no ministério dos Negócios Estrangeiros, mudou drasticamente, desde o início de sua gestão, a orientação da política platina. Fica clara, neste episódio, a importância da mão forte do imperador a indicar os rumos a serem seguidos”. Gabriela Nunes Ferreira, *op.cit.*, p. 137.

²¹⁴ Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, especialmente o subcapítulo “Os negócios do Prata e os mosquitos do Paraná: surge o visconde”.

²¹⁵ Sobre a biografia e a atuação política de Caxias nesse período, consultar Adriana Barreto de Souza, *op. cit.*, e Leonardo dos Reis Gandia, *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842 – 1852)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH – USP, 2015.

²¹⁶ Sobre a atuação de Honório Hermeto Carneiro Leão no Prata, Jeffrey Needell afirma que “These triumphs were the ones in which Paulino [José Soares de Sousa] and Honório may have taken greatest pride in their public careers. Certainly, upon his return to Rio, when Honório was honored by cabinet and Crow with the title of visconde (1852), he chose the name visconde de Paraná, for the river he had helped make

Em 29 de julho, foi ofertado o terceiro título de nobreza a uma figura ligada à Guerra Grande, contudo sua trajetória, bastante diferente da apresentada pelos dois anteriores, lhe rendeu o mais baixo título de nobreza, o de barão. Assim, João Batista da Silva Pereira, que atuou nas guerras do Sul, tornou-se barão de Gravataí²¹⁷. À exceção de Luís Alves de Lima, que já possuía um título de nobreza, os outros dois ofertados a figuras ligadas ao Prata tiveram suas designações escolhidas, possivelmente, como forma de recompensar a seus detentores pela atuação na fronteira do Prata. Isso pode ser visto na escolha da designação dos títulos, Paraná, referência ao rio que formava a bacia hidrográfica do Prata, e Gravataí, cidade da região Sul²¹⁸.

Contudo, o fato de estar envolvido nas questões da fronteira do Prata não era sinônimo de ser agraciado com um título de nobreza. Fato que pode ser exemplificado por meio da carta do ministro dos Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa, a quem competiu a nomeação de Honório Hermeto Carneiro Leão como ministro plenipotenciário no Prata.

Em carta datada de 18 de julho de 1852, ao novo ministro plenipotenciário, José Maria da Silva Paranhos, Paulino José Soares de Sousa deixava transparecer certa decepção em relação à lista de graças, recentemente ofertadas, tanto em relação a ele, quanto ao seu destinatário: “O Sr. Honório foi feito visconde, o Sr. Limpo de Abreu, Grã-Cruz, o Sr. Rodrigues Pontes dignitário da Rosa e V.Exa. comendador da mesma ordem. Não me satisfez este último despacho, tendo-me lembrado de outra coisa, mas V.Exa. está no caminho das honras e o que não vier hoje, virá amanhã”²¹⁹.

accessible to the imperial standard”. Jeffrey Needell, *op. cit.*, p. 160. Sobre a questão do Prata e o envolvimento de Honório Hermeto Carneiro Leão e de Luís Alves de Lima e Silva, ver Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, e Leonardo dos Reis Gandia, *op. cit.*

²¹⁷ Era proprietário de um brigue e vice-cônsul. *Almanak Laemmert*, 1848, p. 40; *Almanak Laemmert*, 1849, p. 106; *Almanak Laemmert*, 1850, p. 114 e p. 363; e *Almanak Laemmert*, 1852, p. 143. Mario Teixeira de Carvalho, *Nobiliário Sul Riograndense*, p. 82-83.

²¹⁸ Vale lembrar que a designação Caxias estava relacionada aos conflitos ocorridos na cidade de Caxias, no Maranhão, na época da Balaiada (1838-1840), fato que, como vimos, justificou a concessão do título de barão de Caxias a Luís Alves de Lima e Silva. Sobre as designações dos títulos de nobreza, Lilia Moritz Schwarcz afirma que não havia uma regra para a escolha das designações, sendo que algumas “de origem tupi, indicavam, em geral, uma localização geográfica relacionada de alguma forma à pessoa agraciada com a mercê: lugar de nascimento ou de atividade política ou de propriedade ou de batalha. Por vezes, feitos militares eram reconhecidos pela apologia do meio tecnológico e estratégico utilizado, como, por exemplo, o título de barão do Amazonas concedido a Francisco Manuel Barroso da Silva cuja vitória nas campanhas do Paraguai, a bordo da fragata *Amazonas*, foi considerada uma das maiores façanhas da história naval”, *op. cit.*, p. 178. Vale destacar que o barão de Amazonas, referido pela pesquisadora, será um dos nobilitados abordados no segundo capítulo desta tese.

²¹⁹ José Antonio Soares de Sousa, *Honório Hermeto no Rio da Prata. Missão especial de 1851-1852*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. Brasília 297, p. 269. *Apud* Bruno Fabris Estefanes, *op.cit.*, p. 160.

A decepção de Paulino José Soares de Sousa não era infundada, uma vez que o ministério havia ofertado títulos de nobreza para aliados seus – conservadores – e, também, para aqueles que haviam atuado no Prata, subordinados ao próprio ministro dos Estrangeiros, no caso, Paulino José Soares de Sousa, que, apesar disso, não teve o privilégio de ser nobilitado. A reclamação de Sores de Sousa merece ainda mais crédito, se considerarmos que o gabinete ofertou mais títulos a fazendeiros, do que a envolvidos no conflito do Prata. Desnecessário reiterar a importância política daqueles que atuaram nos conflitos austrais, em detrimento da pouca relevância política dos fazendeiros, o que, certamente, contribuiu para a queixa do ministro dos Estrangeiros. Entre dezembro de 1852 e 02 de julho de 1853, o ministério agraciou outras sete figuras, sendo a franca maioria formada por fluminenses.

Em dezembro de 1852, outros três títulos foram ofertados. Já no dia 03, Bento Lúcio Machado Filho, fazendeiro paulista, barão de Jacaré desde 31 de dezembro de 1849, recebeu honras de grandeza, e José Pedro da Mota Saião, fazendeiro fluminense, barão de Pilar desde 16 de maio de 1851, também foi agraciado com honras de grandeza. Dias depois, em 15 de dezembro, Antônio Barroso Pereira, fazendeiro da Paraíba do Sul²²⁰, foi feito barão de Entre Rios e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck²²¹, cafeicultor de Vassouras, agraciado 2º barão de Paty de Alferes.

Sobre o título de Lacerda Werneck, Eduardo Silva afirma que ele havia incumbido um amigo seu, Bernardo, de cuidar de sua nobilitação. Em carta escrita em 12 de dezembro de 1852, ele afirma “O meu amigo está autorizado a gastar, vindo com grandeza o despacho, até 10:000\$000, ou até 15, se não houver outro remédio, mas se a cousa vier de graça melhor, porque o Imperador deve se lembrar que quase me matou com seus brinquedos”²²². Esta carta nos sugere que, para além dos eventuais merecimentos de Lacerda Werneck para ser nobilitado, ele demonstrava um interesse pessoal em ser agraciado, disposto a pagar por um título. Contudo, como a nobilitação ocorreu dias depois dessa carta, é possível que seu amigo tenha tido pouco tempo para interferir a favor

²²⁰ *O Constitucional*, 18 de janeiro de 1853, nº 103.

²²¹ Jeffrey Needell afirma que “Lacerda Werneck, who inherited from among the first serra plantations, owned scores and scores of people for every plantation, and so did some of his neighbors. He continued to buy land and people through the 1850s. When he died, 1861, he owned seven plantations and at least a thousand people, nearly all of whom would have been bought by 1850, replacing the hundreds who had died on his lands and previous years”. Jeffrey Needell, *op. cit.*, p. 121.

²²² Carta ao Amigo e Sr. (Bernardo). Monte Alegre, 12 de dezembro de 1852. Arquivo Nacional, Códice 112, vol. 3, p. 44- 45. *Apud* Eduardo Silva, *Barões e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Brasília: INL, 1984, p. 81.

de Lacerda Werneck, já que ele foi nobilitado, apenas, com um baronato, desprovido de honras de grandeza.

No ano seguinte, esse gabinete ofertou seus três últimos títulos. Em 17 de janeiro, Manuel Gomes de Carvalho, cafeicultor em Amparo, Resende e São Vicente Ferrer, além de provedor da Santa Casa de Misericórdia de Resende²²³, tornou-se barão de Amparo. Em 02 de julho, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Paty de Alferes desde dezembro, recebeu honras de grandeza, uma consequência, talvez, das interferências de seu amigo junto ao gabinete, já que ele estava disposto a pagar pelas honras de grandeza desde o final do ano anterior. Finalmente, o último agraciado por esse gabinete, nessa ocasião, foi Francisco Mariano Viveiros Sobrinho, chefe do partido conservador Maranhão, eleito deputado provincial na Assembleia Provincial do Maranhão²²⁴, que se tornou barão de São Bento²²⁵.

Embora, o número de títulos ofertados tenha sido pequeno, se comparado com o primeiro gabinete saquarema, merece destaque que o ministério de 1852 nobilitou tanto envolvidos na Guerra Grande, quanto fazendeiros e pessoas ligadas à política provincial. Vale destacar, ainda que o exemplo de Lacerda Werneck seja muito pontual, o interesse que pessoas de perfil semelhante ao dele tinham em ser recompensadas com um título de nobreza, e para atingir seus objetivos mobilizavam seus amigos na Corte e se dispunham a pagar por esses títulos.

Embora não tenha existido homogeneidade no que se refere à quantidade de títulos ofertados pelos dois gabinetes saquaremas, tampouco em relação ao perfil dos nobilitados, merece destaque tanto a quantidade de baronatos, quanto o predomínio de títulos concedidos, e não elevados. Assim, os gabinetes saquaremas de 1848 e 1852 ofertaram 52 títulos de nobreza, dos quais 34 eram de barão, o que corresponde a 65,38% do total de títulos. Dos 52 títulos ofertados, 38 (73,07%) deles foram concessões, ou seja, o nobilitado não possuía um título de nobreza, e 14 (26,93%) foram elevações de títulos

²²³ *Almanak Laemmert*, 1850, p. 37, 164, 168 e 170; *Almanak Laemmert*, 1851, p. 29 e 157; *Almanak Laemmert*, 1852, p. 24 e 121; e *Almanak Laemmert*, 1853, p. 155. No *Jornal do Comércio*, há a seguinte notícia “Por decreto de 17 do corrente, foi agraciado com o título de barão do Amparo o comendador Manuel Gomes de Carvalho, fazendeiro, residente na freguesia do mesmo ano, no município de Barra Mansa desta província”. *Jornal do Comércio*, 25 de janeiro de 1853, nº 25.

²²⁴ *Archivo Nobiliarchico*, op. cit., p. 435. *Jornal do Comércio*, 30 de junho de 1853, nº 180. A apuração da eleição provincial foi divulgada em São Luís, em 05 de junho desse ano.

²²⁵ Segundo o jornal *O Observador*, “O Snr. Francisco Mariano Viveiros, filho do Exmo senador Viveiros foi condecorado por S.M.I. com o título de barão de San Bento”. *O Observador*, 28 de agosto de 1853. Vale destacar que Jerônimo José Viveiros figurou como terceiro colocado na lista tríplice maranhense eleita em junho de 1852 e, mesmo assim, foi nomeado senador por essa província por carta imperial de 14 de julho de 1852. *Notícia dos senadores*, op.cit., p. 184-185.

já possuídos. Vale ainda mencionar que esses 52 títulos nobilitaram 47 pessoas, ou seja, uma média de 1,1 títulos por pessoa.

Outra questão que merece destaque é a quantidade de fazendeiros nobilitados pelos dois gabinetes saquaremas. Dos 42 títulos ofertados pelo primeiro gabinete saquarema, 22 foram dados a fazendeiros, o que corresponde a 52,38% do total, enquanto que dos dez títulos concedidos pelo segundo gabinete, seis foram para fazendeiros, ou seja, 60%. Importante ressaltar que, para fins de cálculo, só foram considerados os fazendeiros que não receberam o imperador em suas casas, tampouco aqueles que eram lideranças expressivas de um determinado partido; os 28 fazendeiros titulados eram, portanto, figuras que tão somente desempenhavam essa função ou outras ligadas à localidade (como vereadores), sem qualquer vínculo mais expressivo com a política nacional.

Ao compararmos esses números dos dois gabinetes saquaremas com os números dos seis gabinetes do Quinquênio Liberal, é possível perceber diferenças significativas no modo como eles se relacionavam com os baronatos e com a entrada de novas pessoas na nobreza imperial brasileira. Assim, o percentual de baronatos concedidos pelos saquaremas, 65,38%, foi expressivamente maior que o concedido pelos liberais, 50%, bem como a diferença entre títulos concedidos e elevados, ou seja, o percentual de concessões feitas pelos saquaremas corresponde a 73,07%, número mais elevado se comparado aos liberais, 65,78%.

Outra diferença significativa entre os gabinetes saquaremas e os gabinetes do Quinquênio Liberal é a quantidade de títulos ofertados para fazendeiros. Enquanto que dos 52 títulos distribuídos pelos saquaremas, 28 foram para fazendeiros, o que corresponde a 53,85% do total, dos 38 títulos ofertados pelos liberais, apenas seis foram para fazendeiros, ou seja, 15,79%. Para fins de cálculo dos liberais, também optamos pela exclusão daqueles cinco fazendeiros envolvidos na recepção do imperador em 1847, justamente por considerarmos que a maior justificativa para suas nobilitações tenha sido de fato a presença do imperador.

Desse modo, é evidente que os gabinetes saquaremas (1848-1853) alteraram, significativamente, a quantidade de títulos ofertados a fazendeiros, isto é, a figuras distantes do centro decisório da política imperial, prática que já havia sido realizada, ainda que de modo bem mais discreto, pelos gabinetes anteriores.

Assim, apesar das diferenças existentes entre liberais e conservadores²²⁶, é possível notar que ambos priorizaram a oferta do título hierarquicamente mais baixo, bem como o alargamento do número de nobres, em detrimento da oferta de títulos mais elevados àqueles que já possuíam títulos de nobreza. Embora tão somente três títulos de marquês tenham sido ofertados ao longo desse período, merece destaque que eles não só foram a minoria, como foram concedidos a pessoas de larga experiência política, revelando cautela da parte do imperador em ofertar títulos mais elevados, de tal modo que os 70 baronatos foram reservados tanto a políticos em início de carreira ou que já haviam prestado importantes serviços para o Império, mas que não faziam parte da nobreza imperial brasileira, quanto a fazendeiros e grandes proprietários de terra, esses, sim, mais distantes do centro decisório da política imperial²²⁷. No caso das ofertas feitas pelos chamados gabinetes Saquaremas, chama a atenção a rede de alianças entre os ministros e os fazendeiros nobilitados, já que muitos deles eram do Vale do Paraíba fluminense²²⁸.

Vale destacar ainda, que, em geral, a historiografia afirma que o alto número de fazendeiros e proprietários de terras nobilitados se tornou uma realidade apenas na última década do Império, quando, na verdade, a nobilitação dos fazendeiros começou a ser praticada já na primeira década do Segundo Reinado, ganhando maior expressividade com a ascensão dos saquaremas ao poder. Exemplo dessa análise foi feito por José Murilo de Carvalho, que além de vincular o aumento da nobilitação de fazendeiros à aprovação das leis relativas à mão de obra escrava, nas duas últimas décadas do Império, também chamou a atenção para a possível vinculação entre proprietários rurais e os títulos de barão, apesar de não incluir recorte cronológico em sua análise. Em suas palavras,

²²⁶ Não há consenso na historiografia sobre as diferenças e semelhanças entre liberais e conservadores. Sobre isso, consultar, entre outros, Miriam Dolnikoff, *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005; Ilmar Mattos, *op.cit.*, José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; Sérgio Buarque de Holanda, *O Brasil Monárquico*, vol.7: Do Império à República. (História Geral da Civilização Brasileira, t.2; v.7.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008; e desse mesmo autor, *Capítulos da História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

²²⁷ “A grande massa de concessões outorgadas na década de 1850 – ao todo 160 títulos de nobreza distribuídos pelo país – não encontrou precedentes na política praticada até então, nem mesmo no primeiro reinado, bem mais pródigo do que o segundo na outorga de honrarias. A ruptura da parcimônia com que os títulos eram até então concedidos pode ser explicada pelo desejo de prestigiar a classe dos senhores de engenho e fazendeiros de café em um momento em que a grande lavoura se afirmava como a maior propulsora do volume e do valor da balança de exportações”. José Luiz Pasin, *op. cit.*, p. 14-15.

²²⁸ Para exemplificar, podem ser citados Joaquim Ribeiro de Avelar, Pedro Correia de Castro, Manuel Antônio Álvares de Azevedo (tio das esposas de Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, respectivamente, as irmãs Maria e Ana Álvares de Azevedo), Belarmino Ricardo de Siqueira, e Francisco Quirino da Rocha, entre outros. Para as relações de parentesco, consultar Jeffrey Needell, *op. cit.*, p. 328.

[os títulos de barão] eram tradicionalmente reservados para os grandes proprietários rurais, sobretudo para aqueles que se distinguiam por seu poder e riqueza, mas não por sua projeção na vida política, isto é, por seu pertencimento à elite política. Para os proprietários que ingressavam na elite, assim como para os altos burocratas, eram reservados os títulos mais elevados, até o máximo de duque, concedido apenas a Caxias. Assim é que, apesar de os barões constituírem 77% dos titulares de D. Pedro II, eles representavam apenas 14% dos ministros do 2º Reinado que possuíam títulos²²⁹.

Assim, ainda que essa análise esteja desvinculada de uma cronologia específica, é possível considerá-la como pertinente para a década de 1840 e início da década seguinte, já que os proprietários de terra nobilitados nessa ocasião não possuíam vínculos expressivos com a alta política. Contudo, ainda que a historiografia afirme que houve um aumento no número de fazendeiros agraciados nas últimas décadas, é necessário ter em mente que essa ampliação foi acompanhada por um aumento no número de títulos ofertados, o que demanda uma análise mais detalhada da nobilitação praticada em diferentes conjunturas políticas²³⁰.

Dessa maneira, já na década de 1840, os gabinetes ministeriais nomeados por d. Pedro II imprimiam suas marcas na política nobilitadora e materializavam a fala do ministro da Guerra do gabinete de 23 de março de 1841, Clemente Pereira, de que os títulos de barão, longe de representarem uma diminuição na carreira daqueles que o recebiam, passariam a ser significativamente valorizados pelo governo. E a despeito dessa política ter sido escancarada por um gabinete regressista (que não foi o que mais fez uso dela), ela foi utilizada pelos gabinetes do Quinquênio Liberal e pelos saquaremas²³¹.

1.2. Uma nova política, um diferente uso dos títulos de nobreza

Os quase cinco anos que os conservadores permaneceram no poder não foram suficientes para assegurar a unidade entre os seus membros. A rebelião Praieira e a extinção do tráfico de escravos contribuíram para a intensificação da fragmentação dos conservadores, o que permitiu que o gabinete saquarema nomeado em 1852 fosse questionado por seus próprios aliados. Se as questões diplomáticas envolvendo a fronteira

²²⁹ José Murilo de Carvalho, *op.cit.*, p. 258.

²³⁰ Sobre a nobilitação de fazendeiros, Raymundo Faoro afirma que a concessão de títulos de nobreza, no Segundo Reinado, possuía um uso político, uma vez que constituía um meio de controle, exercido pelo imperador, sobre os proprietários rurais. Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 298.

²³¹ Em 1853, “the critical stage of the ministers exhaustion and of parliamentary opposition were clearly evident; the emperor accepted the need for change. The saquaremas were finally allowed to resign. An era had ended”. Jeffrey Needell, *op. cit.*, p. 166.

do Prata pediam maior coesão, ainda assim, não foram suficientes para promover uma unidade entre os conservadores²³².

Mesmo que as eleições para a Câmara dos Deputados, realizadas em 1852, tenham garantido unanimidade aos conservadores, isso não facilitou a condução da política do ministério, uma vez que a ausência de oposição na Câmara, potencializada pela cisão entre os conservadores, contribuiu para a formação e posterior fortalecimento da “oposição parlamentar”, composta, por deputados do Norte, especialmente de Pernambuco. Em meio a essa cisão entre os conservadores, ganhou força a ideia de uma conciliação partidária, incentivada pelo próprio imperador²³³.

Para executar essa nova política²³⁴, em 06 de setembro de 1853, d. Pedro II nomeou Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde do Paraná com grandeza, para presidir o novo gabinete ministerial e assumir a pasta da Fazenda. O Gabinete da Conciliação, como foi chamado, era composto por Luís Pedreira do Couto Ferraz, José Tomás Nabuco de Araújo, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Pedro de Alcântara Bellegarde e José da Silva Paranhos, que ocuparam, respectivamente, as pastas do Império, da Justiça, dos Estrangeiros, da Guerra e da Marinha, ainda que, vale destacar, Bellegarde tenha assumido interinamente a pasta da Marinha e sido substituído por José da Silva Paranhos em 15 de dezembro de 1853²³⁵.

Merece destaque que apenas o presidente do gabinete e Limpo de Abreu fossem então senadores. Pedro de Alcântara Bellegarde e José da Silva Paranhos, ainda que tendo

²³² Como já mencionado, a nomeação de Honório Hermeto Carneiro Leão para presidente de Pernambuco, pelo gabinete saquarema, provocou conflitos com os ministros justamente por ele não aceitar intervir no processo eleitoral. Além disso, a discussão e aprovação do fim do tráfico desagradou inúmeros escravocratas, muitos deles ligados aos conservadores, não havendo, portanto, unanimidade do partido em relação a essa medida. Finalmente, a necessidade da resolução da questão platina minimizou o surgimento de críticas em relação ao gabinete e para reforçar a posição dos saquaremas de que a política no Prata era suprapartidária, o ministério nomeou um liberal e antigo rebelde de 1842, Antônio Paulino Limpo de Abreu, para atuar como representante dos interesses brasileiros na região. Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, especialmente o capítulo 3, e Paula Ferraz, *op. cit.*, p. 56.

²³³ Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, p. 140; e Paula Ferraz, *op. cit.*, especialmente o capítulo 1, “Liberais e Conservadores antes da Conciliação”.

²³⁴ De acordo com Paula Ferraz, a fragmentação dos partidos favoreceu a montagem do gabinete da Conciliação, “ao final de 1853, os partidos se encontravam divididos internamente. O partido liberal sentia ainda os sérios resultados da Praieira. O partido conservador, que passou ao predomínio quase exclusivo depois de 1848, precisou enfrentar os desgastes de unanimidade política e se fragmentou. A partir deste momento, a conciliação, que vinha sendo cobrada desde a década de 1840, se tornou o programa de governo do gabinete presidido por Paraná”. Paula Ribeiro Ferraz, *op. cit.*, p. 62.

²³⁵ Apesar de, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda interpretar o gabinete da Conciliação como um período de congraçamento entre os partidos, e Ilmar Mattos entender a Conciliação como uma extensão dos saquaremas, não existe consenso na historiografia a respeito da análise feita sobre esse gabinete. Para as diferentes interpretações a respeito desse gabinete, Sérgio Buarque de Holanda, *Capítulos de história do Império*, *op. cit.*, p. 54; Ilmar Mattos, *op. cit.*; Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*; Paula Ferraz, *op. cit.*; Roderick Barman, *op. cit.*, e Jeffrey Needell, *op. cit.*

atuado na questão platina ao lado de Carneiro Leão, não ocupavam qualquer assento no Parlamento (sendo indicados, pela primeira vez, para cargo de ministros); José Tomás Nabuco de Araújo e, finalmente, Luís Pedreira do Couto Ferraz, eram tão somente deputados, o primeiro eleito por Pernambuco para as legislaturas de 1850 e 1853 (tendo sido neutro em relação à “oposição parlamentar” na Câmara) e, o segundo, pelo Rio de Janeiro, para o período de 1853 a 1856 (vale destacar, era também amigo de infância do imperador)²³⁶.

Diante disso, é possível perceber uma mudança no perfil daqueles que compuseram o Gabinete da Conciliação. Tal ministério não tinha fluminenses entre seus membros, era formado por pessoas que, à exceção do presidente do ministério e de Limpo de Abreu, eram pouco expressivas no parlamento nacional. Assim, ao nomear esse gabinete, ficava clara uma ruptura com a política vigente até então, na qual predominavam os conservadores fluminenses, além de figuras politicamente experientes.

Apesar do viés conservador da maioria dos membros do gabinete, ele não era alinhado aos fluminenses, tal qual o gabinete anterior²³⁷, e mais do que isso, esse gabinete teve amplo apoio do imperador, sendo, segundo alguns, fruto do “pensamento augusto”²³⁸ de d. Pedro II. Contudo, de acordo com Bruno Fabris Estefanes, a condução da política pelo ministério da Conciliação não deve ser atrelada nem a uma suposta intervenção exagerada do monarca, nem tampouco somente à figura de seu presidente²³⁹.

De acordo com Paula Ribeiro Ferraz, “além da composição [ministerial] inovadora, [...] a Conciliação inaugurou também uma nova relação entre o imperador e o ministério. Pela primeira vez, D. Pedro entregou ao presidente do conselho um documento, redigido de próprio punho, intitulado *Instruções*, que estabelecia as linhas mestras do programa de governo”²⁴⁰. Esse documento foi o primeiro a ser redigido com essas características e contemplava itens específicos para as diversas pastas ministeriais, para o conselho de Estado, além de um item denominado “Ideias Gerais”.

Para a pasta do Império: Reformas – eleitoral (direta e por círculos); do Conselho de Estado (harmonizando-o com índole do nosso sistema e criando, na classe dos auditores, uma escola de alta administração); da instrução primária e secundária (o

²³⁶ Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, p. 176; Paula Ferraz, *op. cit.*, p. 66-67; e Barão de Javari, *op. cit.*, p. 311-319.

²³⁷ Barão de Javari, *op. cit.*, p. 113-114. Merece destaque que “muito além de Justiniano José da Rocha e seu panfleto, os principais líderes do partido, Eusébio de Queirós, Paulino Soares de Sousa e Rodrigues Torres marcaram posição contrária à política do ministério presidido pelo antigo aliado”. Bruno Fabris Estefanes, *op.cit.*, p. 177.

²³⁸ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, vol. 1, p. 174.

²³⁹ Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, especialmente o capítulo 4.

²⁴⁰ Paula Ferraz, *op.cit.*, p. 68.

trabalho já está quase feito e parte dele jaz em meu poder); das Câmaras Municipais (os papéis estão comigo); e da Secretaria. Execução da lei das terras, criando quanto antes, núcleos de colonização. [...] *Despacho gradual das graças, salvo em circunstância extraordinária, designando eu os dias em que elas devem ser publicadas.*

Para a Justiça: Repressão enérgica do tráfico; julgamento da lei de 51, para os que cometeram esse crime depois de encerrado o contrabando. Reforma Judiciária (no sentido do projeto de Nabuco, que o ministério tratava de modificar n'alguns pontos). [...] Todos os recursos de graça deverão subir à minha presença acompanhados das peças principais do processo e circunstância do relatório do Júri²⁴¹.

Dentre os diferentes assuntos abordados neste documento, ao menos três merecem particular atenção, a saber, a menção à reforma eleitoral, à reforma judiciária e à distribuição das graças. Em relação às duas primeiras preocupações do monarca, a sua execução passava necessariamente pelas duas casas do Legislativo, de modo que não bastava o empenho do presidente do gabinete, era necessário também ter aprovação dos deputados e dos senadores para que as reformas fossem transformadas em leis. Em relação ao terceiro item, a distribuição das graças era atribuição exclusiva do Poder Executivo, não sofrendo interferência do Legislativo, de tal modo que, ainda que o “Despacho gradual das graças” tenha sido incluído nas *Instruções*, essa decisão cabia ao ministério, podendo ser influenciada pelo imperador.

Considerando, então, o termo “graças” como uma referência aos títulos de nobreza (além, é claro, das ordens honoríficas), a quantidade de despachos fora extremamente gradual até a ascensão da Conciliação (seja em relação às práticas do Primeiro Reinado, seja em comparação ao que viria dali em diante). Entre 1840 e 1853, foram concedidos 117 títulos de nobreza, representando, portanto, uma média anual de 8,35 títulos²⁴². Tais números podem ser considerados como expressão de uma política gradual de nobilitação, ainda mais se compararmos com os títulos ofertados por d. Pedro I em seus nove anos de

²⁴¹ *Instruções do imperador dadas ao ministério organizado pelo marquês de Paraná*, 06 de setembro de 1853. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. *Apud* Paula Ribeiro Ferraz, *op.cit.*, p. 68-70. Para uma análise detalhada das instruções, bem como o texto na íntegra, consultar a mencionada dissertação. [grifos nossos] Sobre esse documento, Victor Hugo Baptista Neves afirma que “seja como for, por meio deste documento pouquíssimo utilizado pela historiografia, é possível sustentar que a Conciliação era desejo do imperador. Suas *Instruções* buscavam operacionalizá-la e dar maior governabilidade ao país, seja apontando demandas, seja recomendando soluções para os problemas administrativos. De preferência, neutralizando a influência dos poderosos saquaremas, pois se assim o quisesse chamaria Eusébio, Itaboraí ou Uruguai, ou os três, para levar a cabo esse programa de modernização do Estado”. Victor Hugo Baptista Neves, *O divisor de águas da política imperial: D. Pedro II, a conciliação e o marquês do Paraná (1853 – 1856)*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UERJ, 2010, p. 108 – 109.

²⁴² Para fins de média anual de títulos ofertados, foram excluídos os cinco títulos de nobreza concedidos pelo gabinete da Conciliação nos meses finais de 1853.

reinado, quando foram concedidos 150 títulos, ou seja, uma média de 16,66 títulos por ano.

Nos meses finais de 1853, durante a presidência de Carneiro Leão, foram ofertados cinco títulos de nobreza, dois a fluminenses, dois a pernambucanos e um a um fazendeiro do Pará. Da província do Rio de Janeiro, receberam títulos Estevão Ribeiro de Resende (filho do já marquês de Valença), fazendeiro de café em Resende, agraciado barão de Lorena²⁴³ (em 07 de outubro); e Manuel Lopes Pereira Bahia, capitalista e negociante fluminense, foi feito barão de Meriti (em 23 de dezembro)²⁴⁴.

Os pernambucanos nobilitados foram Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, negociante, deputado provincial de Pernambuco, vice-presidente nesta província, e que atuara na repressão da Praieira, feito barão de Cimbres (em 21 de outubro)²⁴⁵; e Francisco Antônio de Oliveira, antigo traficante de escravos, figura riquíssima na província e influente politicamente, foi agraciado barão de Beberibe (em 13 de dezembro)²⁴⁶. Finalmente, o único paraense nobilitado em 18 de outubro, Antônio Lacerda de Chermont, fazendeiro em Marajó (Pará), tornou-se barão de Arari²⁴⁷.

Se em apenas três meses de governo, o ministério concedeu cinco títulos, no ano seguinte, tais números aumentaram expressivamente, quando, entre fevereiro e setembro, foram ofertados onze títulos de nobreza, ou seja, o ano ainda não havia acabado e o

²⁴³ Foi chefe de polícia em Goiás, entre 1848 e 1851. Consultar *Almanak Laemmert*, 1848, suplemento, p. 43; 1849, suplemento, p. 46; 1850, suplemento, p. 71; 1851, suplemento, p. 221. Ver também *Almanak Laemmert*, 1852, p. 119; 1853, p. 115. Já o *Almanak Laemmert*, 1854, p. 36, traz como sua localização o município de Petrópolis.

²⁴⁴ Membro da Junta da Caixa de Amortização e negociante residente na cidade do Rio de Janeiro. Consultar *Almanak Laemmert*, 1852, p. 232 e p. 388; e *Almanak Laemmert*, 1853, p. 160 e p. 402.

²⁴⁵ Figura ligada a Pernambuco, *Almanak Laemmert*, 1854, p. 35. Era deputado à Assembleia Provincial de Pernambuco, em 1850, tendo presidido diversas sessões, *Diário de Pernambuco*, 08 de abril de 1850, nº 78. Era vice-presidente de Pernambuco, *Diário de Pernambuco*, 24 de maio de 1850, nº 117. De acordo com o *Jornal do Recife*, de 23 de abril de 1859, nº 17, “O Sr. Barão de Cimbres foi nomeado por duas vezes Vice-Presidente em Pernambuco: em 07 de janeiro de 1842 em 4º lugar, e em 1848 em primeiro, porém, por duas vezes também desonerou-se da Vice-Presidência; em 28 de Junho de 1847 e em 1855. Durante este período, apenas uma vez esteve na administração da província [...] foi em sua administração que se deu o conflito da rua da Praia, que tão carniceiro se tornou, e que só pôde ser dissipado depois de ter causado algumas desgraças”. Ver também *O Velho Brasil*, 20 de dezembro de 1853, nº 1758.

²⁴⁶ Era ligado aos conservadores e próximo a Francisco do Rego Barros (barão de Boa Vista), e a Pedro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (futuro barão de Camaragibe), e vereador da Câmara Municipal de Recife por mais de vinte anos. A biografia de Francisco Antônio de Oliveira pode ser consultada em Amanda Barlavento Gomes, “O Barão Traficante e as redes sociais do tráfico: Francisco Antônio de Oliveira, 1820 – 1855”. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. *O Velho Brasil*, 20 de dezembro de 1853, nº 1758; *Almanak Laemmert*, 1854, p. 35.

²⁴⁷ Era tenente coronel do batalhão de caçadores desta província, *Almanak Laemmert*, 1854, p. 35; *Correio da Tarde*, 06 de fevereiro de 1852, nº 1179. *Archivo Nobiliarchico*, p. 57.

número de concessões já ultrapassava a média anual de títulos ofertados até então. Se não bastasse isso, novas (e expressivas) nobilitações ocorreram ao longo de 1854.

Entre fevereiro e novembro de 1854, foram ofertados 11 títulos, oito deles a fluminenses. Em 10 de fevereiro, Antônio Dias Pavão, fazendeiro fluminense e barão de Itaguaí desde 1851, teve o privilégio de ser agraciado com honras de grandeza. Em 28 de março, Ananias de Oliveira e Sousa, vereador em São João do Príncipe e fazendeiro na freguesia de São João Marcos, foi feito barão de São João do Príncipe²⁴⁸, recebendo, meses depois, em 19 de julho, honras de grandeza em seu baronato²⁴⁹.

Em 27 de março, dois negociantes fluminenses foram nobilitados. João Pereira Daguirre Faro, que era também escrivão do Hospício d. Pedro II, tornou-se 2º barão do Rio Bonito; mesma ocasião em que o também negociante Francisco José da Rocha, que era tesoureiro do mesmo hospício, foi feito 2º barão de Itamarati²⁵⁰. No dia seguinte, era a vez de Antônio Clemente Pinto, diretor da Companhia da Estrada de Ferro de Petrópolis, além de negociante e fazendeiro em Cantagalo, tornar-se nobre, no caso barão de Nova Friburgo²⁵¹.

No que tange aos fluminenses, o gabinete do visconde do Paraná não se preocupou apenas em nobilitar negociantes e fazendeiros, recompensando, em 13 de março, Engrácia Maria da Costa Ribeiro Pereira, viúva do senador José Clemente Pereira, que falecera dias antes, com o título de condessa da Piedade. Uma concessão feita em memória dos diversos serviços prestados pelo seu marido, como ministro, senador e provedor da Santa Casa de Misericórdia²⁵².

²⁴⁸ Consta no *Almanak Laemmert*, para o ano de 1850, que era presidente da Câmara Municipal de São João do Príncipe e fazendeiro da freguesia de São João Marcos, p. 184-185. A informação de que era fazendeiro se repete no *Almanak Laemmert*, para os anos de 1851 e 1852, p. 178 e p. 135, respectivamente. Nos anos de 1853 e 1854, apareceu, novamente como vereador e fazendeiro, p. 103-104, e p. 146-147.

²⁴⁹ Ao menos até o momento, não é possível precisar o que ele havia feito que justificasse o recebimento de duas concessões tão próximas temporalmente, contudo é possível considerar como hipótese a sua participação na Companhia da Estrada de Ferro de Petrópolis.

²⁵⁰ Eram respectivamente, filho do barão de Rio Bonito, Joaquim José Pereira de Faro; e filho de Francisco José da Rocha, barão de Itamarati. Por terem recebido títulos idênticos aos seus pais, seus títulos foram acrescidos do numeral “segundo”. *Jornal do Comércio*, 28 de março de 1854, nº 86. *Almanak Laemmert*, 1854, p. 396 e 398.

²⁵¹ Era negociante e fazendeiro de café, no município de Cantagalo, sendo um dos primeiros a beneficiar o café por meio de um sistema de estufa e a ter terreno de pedra. Informações extraídas de *Almanak Laemmert* para os anos de 1850, p. 307 e p. 79; de 1851, p. 312 e p. 62; de 1852, p. 376 e p. 50; de 1853, p. 390 e p. 31; e de 1854, p. 393 e p. 59. Foi diretor da Companhia da Estrada de Ferro de Petrópolis, segundo *Almanak Laemmert*, para os anos de 1853, p. 316; e de 1854, p. 313. Foi também provedor da Irmandade de São João Batista, em Nova Friburgo, *Almanak Laemmert*, 1854, p. 73.

²⁵² Ministro da Guerra em 1841, senador pelo Pará nomeado em 1842, conselheiro de Estado nomeado em 1850 e provedor da Santa Casa de Misericórdia. Consultar Barão de Javari, *op. cit.*, p. 83, 410 e 426 e *Almanak Laemmert*, de 1844 a 1854. Era também presidente do Tribunal de Comércio da Corte, além de fazendeiro de açúcar, aguardente e café em Vassouras, *Almanak Laemmert*, 1854, p. 84 e p. 167-168.

Da província de São Paulo, dois fazendeiros tiveram o privilégio de serem nobilitados, ainda que um deles possuísse também fazendas no Rio de Janeiro. José de Aguiar Toledo, fazendeiro de café em Barra Mansa (Rio de Janeiro) e em Bananal (São Paulo), foi feito barão de Bela Vista (em 22 de abril)²⁵³; e Francisco Lopes Chaves, fazendeiro em Jacareí, tornou-se barão de Santa Branca²⁵⁴.

De perfil distinto dos já citados, Irineu Evangelista de Sousa, banqueiro, responsável pela construção da companhia de navegação e comércio no Amazonas e pela construção da Estrada de Ferro, foi agraciado em 30 de abril, durante a inauguração deste último empreendimento com o título de barão de Mauá²⁵⁵.

Além de tais figuras, o ministério também ofertou honras de grandeza a um senador. Tratava-se de Manuel Inácio de Melo e Sousa, representante de Minas Gerais desde 1836, feito barão de Pontal em 1841, que, em 28 de março, recebia então honras de grandeza²⁵⁶.

Em 02 de dezembro, foram ofertados nada menos do que 49 títulos de nobreza, e, dias depois, em 06 de dezembro, o gabinete praticou as duas últimas nobilitações do ano de 1854, totalizando, portanto, a concessão de 62 títulos de nobreza, número consideravelmente superior a todos os anos anteriores. Mais do que isso, a concessão de 49 títulos em uma mesma ocasião, na data natalícia de d. Pedro II, era prática inédita no Segundo Reinado.

Assim, em 02 de dezembro de 1854, quatro pessoas tiveram seus títulos de visconde com grandeza elevados para o de marquês. Merece destaque que, entre 1840 e 1853, apenas três pessoas tinham tido o privilégio de serem nobilitadas com um título de marquês, e, em 1854, em uma única ocasião, quatro pessoas tinham esse mesmo

²⁵³ *Almanak Laemmert*, 1854, p. 30 e p. 197. No *Diário do Rio de Janeiro*, de 03 de abril de 1854, nº 92, consta que, por decreto de 01 de abril, José de Aguiar Toledo foi nomeado “tenente coronel comandante do batalhão de infantaria” do município de Bananal.

²⁵⁴ No *Diário do Rio de Janeiro*, de 04 de fevereiro de 1852, consta que “por carta imperial de 10 de janeiro de 1852, foi agraciado com a comenda de Cristo, o Sr. Francisco Lopes Chaves, fazendeiro em Jacarehy, província de S. Paulo”.

²⁵⁵ Era também deputado geral pelo Rio Grande do Sul na legislatura vigente. No *Almanak Laemmert*, de 1853 e de 1854, aparece como presidente da Companhia da Estrada de Ferro de Petrópolis, p. 316 e p. 313, respectivamente. Era secretário do conselho de direção do Banco do Brasil, *Almanak Laemmert*, 1853, p. 288. No *Almanak Laemmert*, para o ano de 1854, aparece como presidente do conselho de direção do Banco do Brasil, sendo que este banco foi fundido ao Banco Nacional, mas manteve a denominação de Banco do Brasil, instalado em 05 de dezembro de 1853, do qual foi um de seus diretores, *Almanak Laemmert*, 1854, p. 284 - 286. Sobre a estrada de ferro Mauá e sua inauguração, consultar Marcelo Werner da Silva, Ana Carolina Soares Cruz, Marianna Rocha Antunes da Cunha, “A implantação ferroviária no Estado do Rio de Janeiro: 1854 – 1900”.

Disponível em: http://www.uff.br/ivspsr/images/Artigos/ST04/ST04.2_Marcelo_Werner_da_Silva.pdf - acesso em 13/06/2016.

²⁵⁶ Barão de Javari, *op.cit.*, p. 409.

privilégio. Os quatro novos marqueses eram Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente do gabinete, feito marquês do Paraná²⁵⁷; Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes; Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda; e José da Costa Carvalho, marquês de Monte Alegre.

Digno de nota que os quatro novos marqueses, além de senadores e conselheiros de Estado, já haviam sido ministros e desempenhado importantes funções para a monarquia. Pedro de Araújo Lima foi nomeado senador por Pernambuco, em 1837, mesmo ano que se tornou o segundo regente uno do Império e, em recompensa a essas atuações, foi agraciado em julho de 1841 com seu primeiro título de nobreza, o de visconde de Olinda com grandeza. No ano seguinte, foi nomeado conselheiro de Estado, e depois disso, tornou-se presidente do gabinete de ministros de 29 de setembro de 1848, inaugurando o período dos chamados “gabinetes saquaremas”²⁵⁸.

José da Costa Carvalho, além dos serviços prestados que lhe renderam os já mencionados títulos de barão e visconde de Monte Alegre com grandeza, substituiu Pedro de Araújo Lima na presidência do gabinete de 1848, assumindo essa função em 08 de outubro de 1849. Antes disso, fora membro da segunda regência trina, entre 1831 e 1835, tornando-se senador por Sergipe, em 1839, e sendo nomeado conselheiro de Estado em 1842. Tal qual Araújo Lima, é possível vincular a atuação política de Costa Carvalho também ao partido conservador.

Miguel Calmon du Pin e Almeida tomou assento na casa vitalícia do Legislativo, em 1840, pela província do Ceará, tornando-se, em julho do ano seguinte, visconde de Abrantes com grandeza. Quando de sua titulação, ocupava a pasta da Fazenda, do gabinete regressista de 23 de março de 1841. Foi também ministro plenipotenciário em Berlim, em meados da década de 1840. Sua nomeação para o Conselho de Estado data, por sua vez, de 1843²⁵⁹.

Finalmente, Honório Hermeto Carneiro Leão era não só o presidente do gabinete em exercício, como também havia sido ministro do gabinete de 21 de janeiro de 1843, presidente da província de Pernambuco, em 1849, e ministro plenipotenciário no Prata em 1851-1852, responsável, respectivamente, pela pacificação da Praieira, em

²⁵⁷ A respeito da nobilitação de Honório Hermeto Carneiro Leão, Needell afirma que “the title marquês de Paraná, given in 1854, simply festooned this unique political triumph. Honório’s new hegemony was dramatically apparent in the first elections after the 1855 reform. His influence was feared even where the saquaremas themselves held not only established partisan power, but rooted local support: the Province of Rio de Janeiro”. Jeffrey Needell, *op. cit.*, p. 195.

²⁵⁸ Barão de Javari, *op. cit.*, p. 104, 411, 421 e 426.

²⁵⁹ Barão de Javari, *op. cit.*, p. 83-84, 426.

Pernambuco, e pela resolução de conflitos envolvendo a fronteira do Prata. Além disso, era senador por Minas Gerais desde 1842 e conselheiro de Estado desde 1843. Em recompensa a essa larga trajetória política, havia sido agraciado com o título de visconde do Paraná com honras de grandeza²⁶⁰.

Merece destaque que não era prática comum que um ministro, no exercício do cargo, fosse agraciado com um título de nobreza. Desde o início do Segundo Reinado, apenas Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro da Fazenda do gabinete de 23 de março de 1841, fora titulado quando do exercício da pasta; feito visconde de Abrantes com grandeza em 18 de julho do daquele ano. O terceiro ministro nobilitado no exercício do cargo foi Antônio Paulino Limpo de Abreu, que respondia pela pasta dos Estrangeiros, agraciado nessa mesma ocasião, como se verá, com o título de visconde de Abaeté com grandeza.

Assim, fica evidente a cuidadosa escolha dos políticos agraciados com um título de marquês, sem que tivessem que passar por toda a hierarquia nobiliárquica até alcançarem o segundo título hierarquicamente mais elevado (segundo, em importância, apenas em relação àquele de duque). Vale ainda destacar que nenhum deles foi nobilitado com o título de conde, e apenas Costa Carvalho ingressou na nobreza imperial por meio de um baronato, enquanto que os outros três foram agraciados, primeiramente, com títulos de visconde com grandeza²⁶¹.

Os quatro marqueses não foram, contudo, os únicos conselheiros e senadores nobilitados em 02 de dezembro de 1854, outros nove tiveram o privilégio de receber o seu primeiro título de nobreza, o de visconde com honras de grandeza (título com o qual haviam ingressado na nobiliarquia, como mencionado, Araújo Lima, Miguel Calmon e Honório Hermeto)²⁶². Assim, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque tornou-se visconde de Albuquerque com grandeza; Antônio Paulino Limpo de Abreu, então ministro, foi feito visconde de Abaeté com grandeza; Caetano Maria Lopes Gama foi agraciado visconde de Maranguape com grandeza; Cândido José de

²⁶⁰ De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, a figura de Honório Hermeto Carneiro Leão, bem como sua trajetória, fazia dele o político capaz de levar a termo a Conciliação. “A poderosa vontade de Paraná fazia-o geralmente respeitado ou temido, temido até pelos seus fiéis mais ardorosos. As virtudes e os defeitos de uma figura como a sua indicavam-no, em todo caso, para encabeçar um movimento audacioso como aquele. A ocasião, por outro lado, parecia propícia ao bom sucesso do ministério de 06 de setembro na perseguição de semelhante intento”. Sérgio Buarque de Holanda, *Capítulos de história do Império*, op.cit., p. 45-46.

²⁶¹ Embora já tenha sido mencionado, merece destaque que, em ordem crescente de hierarquia, os títulos de nobreza eram barão, barão com honras de grandeza, visconde, visconde com honras de grandeza, conde, marquês e duque.

²⁶² Importante destacar que, até então, apenas cinco pessoas tinham tido esse privilégio.

Araújo Viana, visconde de Sapucaí com grandeza; Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, visconde de Jequitinhonha com grandeza; Joaquim José Rodrigues Torres tornou-se visconde de Itaboraí com grandeza; José Cesário de Miranda Ribeiro, visconde de Uberaba com grandeza; Manoel Alves Branco, visconde de Caravelas com grandeza; e Paulino José Soares de Sousa, visconde de Uruguai com grandeza. Finalmente, dois conselheiros de Estado, mas que não eram senadores e tampouco ministros, também foram nobilitados, Francisco Cordeiro da Silva Torres tornou-se visconde de Jerumirim com grandeza, e José Joaquim de Lima e Silva foi feito visconde de Magé com grandeza.

A nobilitação dos senadores não ficou restrita àqueles que receberam os títulos de marqueses ou viscondes, uma vez que, nessa mesma ocasião, Francisco do Rego Barros, senador por Pernambuco desde 1850, recebeu honras de grandeza em seu título de barão da Boa Vista e Antônio Pedro da Costa Ferreira, senador pelo Maranhão desde 1834, tornou-se barão de Pindaré com grandeza.

A nobilitação maciça de senadores (independentemente de ocuparem ou não outros postos quando da titulação) era fato raro no Segundo Reinado, encontrando precedentes no segundo gabinete maiorista, de 23 de março de 1841. Tal prática, em termos de Império brasileiro, remetia ao que ocorrera no reinado de Pedro I. Em outubro de 1825, dos 43 títulos ofertados, 21 foram dados a futuros senadores, que seriam nomeados em janeiro de 1826 por d. Pedro I a partir de listas tríplexes. Por se tratar na primeira nomeação da casa vitalícia, coube ao monarca nomear os 50 representantes. Assim, quando da abertura do legislativo em maio de 1826, o Senado já contava com 19 titulados.

Em outubro de 1826, houve, novamente, uma larga concessão de títulos de nobreza (54 no total), dessa vez, contemplando 20 senadores, dos quais 19 tiveram o privilégio de ter seus títulos elevados e apenas um recebeu seu primeiro título, o de visconde com grandeza. Tal prática fora formulada pelo monarca com o propósito de assegurar apoio dos membros da casa vitalícia frente às propostas de uma Câmara de Deputados de maioria liberal. Vale destacar que essa ação de d. Pedro I foi bastante eficaz no sentido de protelar as discussões oriundas na casa temporária e até mesmo de evitar que fossem aprovadas, ao menos nos primeiros anos de funcionamento do Legislativo²⁶³.

Dentre os 15 senadores nobilitados em 02 de dezembro de 1854, chama a atenção as concessões a figuras identificadas ao núcleo dos saquaremas, Paulino José Soares de

²⁶³ Consultar Marina Garcia de Oliveira, *op. cit.*, especialmente capítulo 2; e Marina Garcia de Oliveira e Monica Duarte Dantas, *op. cit.*

Sousa e Joaquim José Rodrigues Torres, visconde do Uruguai com grandeza e visconde de Itaboraí com grandeza, respectivamente. Possivelmente, para além de recompensá-los por suas trajetórias políticas, a nobilitação pode ser interpretada como uma tentativa de garantir apoio para o ministério, já que esses homens eram reconhecidamente contrários às reformas desejadas pelo gabinete presidido por Paraná e à condução da política da conciliação²⁶⁴. Especialmente sobre Paulino José Soares de Sousa, a historiadora Gabriela Nunes Ferreira afirma que

[...] no plano partidário, o visconde de Uruguai pertencia ao núcleo mais consistente do Partido Conservador – com base principalmente na província do Rio de Janeiro. Uruguai nunca foi favorável à dissolução da fronteira entre os dois grandes partidos imperiais. Durante a Conciliação (coligação formada em 1853 com o predomínio conservador), prolongada depois pela Liga Progressista (com predomínio liberal), em 1862, ele se manteve à margem do realinhamento partidário, permanecendo sempre na ala dos ‘conservadores puros’²⁶⁵.

Soares de Sousa, Eusébio de Queirós e Rodrigues Torres fizeram forte oposição ao gabinete, justamente por ter proposto uma alteração na Lei de 03 de dezembro de 1841, segundo Estefanes, um “dogma dos conservadores”²⁶⁶.

Ainda que dois dos três membros da chamada Trindade Saquarema tenham sido nobilitados pelo gabinete da Conciliação (em uma mesma ocasião), com títulos de idêntica hierarquia e com designações que faziam referência às suas trajetórias políticas²⁶⁷, o terceiro membro da Trindade Saquarema não teve esse mesmo privilégio. Eusébio Coutinho de Queirós Mattoso já havia sido deputado e ministro da Justiça do gabinete de 29 de setembro de 1848, responsável pela abolição definitiva do tráfico internacional de escravos. Mais interessante, contudo, é o fato de ter alcançado a câmara vitalícia e um assento no Conselho de Estado justamente durante a presidência de Carneiro Leão, respectivamente em maio de 1854 e em 1855. Assim, é de causar algum

²⁶⁴ Clarice de Paula Ferreira Pinto afirma que “em 1853, Paulino abandonava o gabinete. Sua saída do governo estava ligada à discordância com a política de conciliação empreendida por Honório Hermeto Carneiro Leão, então marquês do Paraná. Tal política dividiu o Partido Conservador entre ‘puros’ e ‘moderados’. Os últimos apoiavam a conciliação, enquanto Paulino, Eusébio e Rodrigues Torres continuavam fiéis à política conservadora de centralização do poder”. Clarice de Paula Ferreira Pinto, “*O imperador reina, governa e administra*”: o visconde de Uruguai e a construção do Estado imperial (1836-1843). Niterói (RJ): dissertação de mestrado, UFF, 2014, p. 58.

²⁶⁵ Gabriela Nunes Ferreira, *op.cit.*, p. 142.

²⁶⁶ Tal oposição foi tão acirrada a ponto de esse mesmo historiador, baseando-se em Jeffrey Needell, ter afirmado que o Gabinete da Conciliação era “conservador, mas não saquarema”. Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, p. 177. Sobre a oposição de Paulino José Soares de Sousa em relação à Conciliação, consultar também Pedro Aubert, *op. cit.*, especialmente o capítulo 1.

²⁶⁷ A designação Uruguai do título de Paulino José Soares de Sousa era uma referência à sua atuação da fronteira do Prata, enquanto a designação Itaboraí do título de José Joaquim Rodrigues Torres era uma alusão à região do Rio de Janeiro onde ele possuía suas terras.

estranhamento que Eusébio Mattoso não tenha sido nobilitado no período, já que outros políticos de trajetórias semelhantes à dele tiveram o privilégio de serem agraciados com um título de nobreza à época²⁶⁸.

Além de senadores e conselheiros de Estado nobilitados em 02 de dezembro de 1854, um deputado geral também foi agraciado. Tratava-se de João Gomes de Melo, da província de Sergipe, barão de Maruim desde outubro de 1848, grande senhor de engenho, e que recebeu honras de grandeza²⁶⁹. Contudo, mantendo uma prática existente desde os gabinetes anteriores, o ministério da Conciliação também nobilitou pessoas mais distantes do alto círculo político, como fazendeiros e negociantes.

De Pernambuco, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, senhor de engenho e deputado provincial em Pernambuco, recebeu o título de barão de Camaragibe com grandeza. Vale destacar que ele era um dos mais novos dos cinco irmãos Cavalcanti de Albuquerque²⁷⁰, sendo dois deles senadores, de tal modo que, embora fosse uma figura ligada à província, tinha seus interesses representados na Corte pelos seus irmãos, Holanda Cavalcanti e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque²⁷¹. Além dele, o coronel e senhor de engenho, Manuel Tomás Rodrigues Campelo, foi feito barão do Rio Formoso²⁷².

A província da Bahia teve duas figuras nobilitadas, um deles, Antônio da Rocha Pita Argolo, grande senhor de engenho, teve seu título de barão de Passé elevado a visconde de Passé com grandeza²⁷³; e o tenente coronel José Félix da Cunha Meneses

²⁶⁸ Ainda que não seja possível precisar os motivos que levaram a não nobilitação de Eusébio Mattoso, podemos considerar, ao menos como hipótese, o fato de ele ter sido o único dos membros da “Trindade Saquarema” que não foi mantido como ministro do segundo gabinete saquarema, de 1852. Se não bastasse isso, dos três saquaremas, enquanto Paulino José Soares de Sousa e José Joaquim Rodrigues Torres eram senadores, Mattoso era tão somente deputado. Assim, talvez o fato de não ter permanecido no ministério, enfrentado o imperador quando era apenas representante à Câmara baixa, tenha contribuído decisivamente para sua não nobilitação. Vale destacar que Eusébio Mattoso não foi nobilitado nessa ocasião, nem posteriormente, sendo que só veio a falecer em 1868.

²⁶⁹ *O Liberal Pernambucano*, 20 de dezembro de 1854, nº 658.

²⁷⁰ Os quatro irmãos dele eram Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (falecido em 1838), e Manuel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

²⁷¹ Ocupou uma cadeira no legislativo provincial pernambucano, em 1850, *A União*, 06 de abril de 1850, nº 238. Foi nomeado primeiro vice-presidente de Pernambuco, *O Liberal Pernambucano*, 05 de novembro de 1853, nº 326; e nomeado diretor da Faculdade de Direito de Olinda, *Diário de Pernambuco*, 04 de agosto de 1854, nº 177. Foi eleito presidente da Assembleia Provincial, em 1854, *O Velho Brasil*, 11 de março de 1854, nº 1782. Senhor dos engenhos Camaragibe e Timbi, na freguesia de São Lourenço da Mata, *Folhinha de Almanak*, 1859, p. 347. Paulo Cadena, *op.cit.*

²⁷² *Diário de Pernambuco*, 09 de dezembro de 1854, nº 282. Era senhor dos engenhos de Campina e de Cumbe de baixo, no termo de Iguaçu, *Folhinha de Almanak*, 1859, p. 349.

²⁷³ De acordo com *O correio sergipense*, de 17 de maio de 1851, nº 34, “no dia 24 de abril o Exm. Sr. Barão de Passé tomou posse no palácio da presidência do comando superior da guarda nacional do município da capital da Bahia”. Foi um dos homens mais ricos do Recôncavo baiano, onde possuía dez engenhos de

(filho do visconde do Rio Vermelho), foi nobilitado com um título de barão, de mesma designação que o viscondado do pai²⁷⁴.

O Maranhão também teve dois de seus filhos titulados. Dessa província, o brigadeiro Manuel de Sousa Pinto de Magalhães foi feito barão de Turiaçu. Era senhor de engenho em Turiaçu e Viana, entre outras regiões da província, presidente do Conselho Administrativo da Província do Maranhão e Comandante Superior da Guarda Nacional da Corte (ambos em 1853), além de vice-presidente da Assembleia Provincial em 1853 e presidente em 1854. Atuou também na determinação dos limites entre as províncias do Pará e do Maranhão, defendendo que a região de Turiaçu fosse anexada ao Maranhão, o que se concretizou em 12 de junho de 1852²⁷⁵.

Dessa mesma província, Manuel Gomes da Silva Belfort foi feito barão de Coroatá, sendo que a designação do título era uma referência ao distrito de Coroatá, onde era senhor de engenho. Foi eleito deputado provincial para a legislatura de 1855, alcançando a presidência da casa, e tendo por vice o outro titulado maranhense, barão de Turiaçu. Finalmente, apesar de ser uma figura ligada à província, pode-se supor que a sua proximidade com a Corte fosse resultado do fato de que seu primo, Antônio Raimundo Teixeira Vieira Belfort, era deputado geral por essa mesma província²⁷⁶.

A última província que teve dois indivíduos agraciados nessa ocasião foi São Paulo, sendo que Antônio Pais de Barros, cafeicultor, tornou-se barão de Piracicaba²⁷⁷; e Francisco de Assis e Oliveira Borges, cafeicultor, comandante da Guarda Nacional, foi feito barão de Guaratinguetá²⁷⁸.

açúcar. Para maiores informações biográficas, consultar Manoel Abranches de Soveral, Argollo. Uma família brasileira de 1500. Subsídios para a sua genealogia, para a dos Lobo de Souza e para a dos Góis, disponível em <http://www.soveral.info/mas/Argollo.htm> - acesso em 22/06/2016.

²⁷⁴ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*, 1854, p. 192. Foi suplente de vereador na Câmara de Salvador entre 1848 e 1852 e vereador entre 1861 e 1864, e entre 1865 e 1868. *Titulares Baianos*, p. 32-33.

²⁷⁵ *O Liberal Pernambucano*, 20 de dezembro de 1854, nº 658. *Almanak Laemmert*, 1855, p. 53. Foi primeiro vice-presidente do Maranhão, *Jornal do Comércio*, 19 de julho de 1852, nº 198. *Archivo Nobiliarchico*, p. 517. Milson Coutinho, *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p. 436-443. Decreto de 12 de junho de 1852 – Desanexa da Província do Pará, e incorpora na do Maranhão todo o território entre os rios Turiaçu e Gurupi (disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=62394&norma=78279> – acesso em 05/07/2016).

²⁷⁶ *Almanak Laemmert*, 1855, p. 51. Foi eleito deputado provincial no Maranhão, *O Constitucional*, 09 de abril de 1853, nº 22. Milson Coutinho, *op.cit.*, p. 444-453.

²⁷⁷ Apresentou à Assembleia Provincial de São Paulo um projeto para construção de uma estrada de ferro de Santos a Rio Claro, passando por Jundiaí, Campinas e Limeira, *O vinte e nove de setembro*, 10 de abril de 1851. *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 358.

²⁷⁸ Por decreto de 01 de abril de 1854, foi nomeado “comandante superior da Guarda Nacional dos municípios de Guaratinguetá, Areias, Queluz, Silveiras, Lorena, Cunha e Bananal”, *Correio Mercantil*, 03 de abril de 1854, nº 92. Afonso Taunay, *História do café no Brasil*, *op.cit.*, vol. 5, p. 366.

Já da província paraense, Marcos Antônio Brício, que era maranhense de nascimento, mas desenvolveu carreira militar no Pará, onde se casou com a filha do barão de Jaguarari (Ambrósio Henrique da Silva Pombo) e herdou a fazenda Jaguarari de seu sogro, além de ter sido brigadeiro e comandante superior da Guarda Nacional, foi nobilitado com o título de 2º barão de Jaguarari²⁷⁹. De Minas Gerais, o único titulado foi o deputado provincial Alexandre José da Silveira, agraciado barão de Itaberava²⁸⁰. Finalmente, a província do Rio Grande do Sul recebeu um único título de nobreza, ofertado a João Francisco Vieira Braga, homem de grande fortuna, que se tornou barão de Piratinim²⁸¹.

Em relação aos fluminenses, o número de concessões foi bastante distinto, ao todo nove. Assim, Belarmino Ricardo de Siqueira, senhor de engenho em Cabo Frio, recebeu honras de grandeza em seu título de barão de São Gonçalo²⁸²; Laureano Correia de Castro, cafeicultor de Vassouras, tornou-se barão de Campo Belo²⁸³; Luís Antônio de Siqueira, fazendeiro de café, açúcar e aguardente em Campos, foi feito barão de Itabapoana²⁸⁴; José Luís Gomes, cafeicultor de Mambucaba e Piraí, tornou-se barão de Mambucaba²⁸⁵; Joaquim Pinto Neto dos Reis, fazendeiro de café, açúcar e aguardente em Campos, foi agraciado barão de Carapebus²⁸⁶; Hilário Joaquim de Andrade, fazendeiro de café e de açúcar na Paraíba do Sul, foi nobilitado com o título de barão de Piabanha²⁸⁷; e Francisca Elisa Xavier, fazendeira de açúcar, aguardente e café em Vassouras, baronesa de Soledade²⁸⁸.

²⁷⁹ *Almanak Laemmert*, 1855, p. 52. De acordo com *O Correio da Tarde*, 09 de outubro de 1851, nº 1087, foi nomeado, por decreto de 17 de fevereiro desse ano, diretor geral dos índios. De acordo com o *Jornal do Comércio*, de 18 de dezembro de 1853, “por decreto de 16 do mesmo mês [dezembro], foi concedida ao brigadeiro Marcos Antonio Brício, comandante superior da guarda nacional da comarca da capital da província do Pará, a gratificação de 600\$ enquanto exercer o mencionado comandando”. Mílson Coutinho, *op.cit.*, p. 454-457.

²⁸⁰ *Almanak Laemmert*, 1855, p. 52. Em *O Velho Brazil*, 21 de janeiro de 1854, nº 1766, há a listagem dos eleitos deputados provinciais de Minas Gerais.

²⁸¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 03 e 04 de dezembro de 1854, nº 330. *Nobiliário Sul Riograndense, op. cit.*, p. 199-200.

²⁸² Era um dos diretores do Banco Rural Hipotecário e comandante superior da Guarda Nacional do município de Niterói, *Almanak Laemmert*, 1854, p. 286, p. 182 e p. 213.

²⁸³ Era substituto do juiz municipal e de órfãos do município de Vassouras, *Almanak Laemmert*, 1853, p. 184; e *Almanak Laemmert*, 1856, p. 51.

²⁸⁴ Foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional da cidade de Campos, no Rio de Janeiro. *O Cearense*, 21 de janeiro de 1850, nº 300. Vereador em Magé, negociante e proprietário nessa mesma cidade, e fazendeiro de café, açúcar e aguardente em Campos, *Almanak Laemmert*, 1855, p. 99-100, p. 160. Ver também *Almanak Laemmert*, 1854, p. 81-82, e *Almanak Laemmert*, 1855, p. 52.

²⁸⁵ Fazendeiro de café em Piraí, *Almanak Laemmert*, 1855, p. 52, p. 110.

²⁸⁶ Deputado provincial no Rio de Janeiro. *Almanak Laemmert*, 1852, p. 3; 1853, p. 3; *Almanak Laemmert*, 1856, p. 165.

²⁸⁷ *Almanak Laemmert*, 1854, p. 171; e *Almanak Laemmert*, 1855, p. 53, p. 197.

²⁸⁸ *Almanak Laemmert*, 1854, p. 167-168; e 1855, p. 53.

Outros dois fluminenses, que também exerciam outras atividades econômicas e já possuíam títulos de nobreza, foram agraciados em 02 de dezembro. José Francisco de Mesquita, negociante e barão de Bonfim com grandeza, teve seu título elevado para visconde de Bonfim com grandeza²⁸⁹, e João Pereira Daguirre Faro, também negociante, fazendeiro em Valença e vice-presidente da província do Rio de Janeiro, teve seu título de 2º barão do Rio Bonito elevado para visconde com grandeza²⁹⁰.

Além desses agraciados, o ministério da Conciliação também, tal qual os gabinetes anteriores, nobilitou negociantes. Os três negociantes fluminenses já possuíam títulos de nobreza e tiveram, portanto, seus títulos elevados em 02 de dezembro. Assim, José Antônio Moreira, barão de Ipanema com grandeza, tornou-se visconde com grandeza²⁹¹; Joaquim Antônio Ferreira, barão de Guaratiba com grandeza, também foi elevado a visconde com grandeza²⁹²; e Manuel Lopes Pereira Bahia, barão de Meriti desde o ano anterior, recebeu honras de grandeza²⁹³. O negociante paulista Antônio da Silva Prado também foi agraciado com honras de grandeza em título de barão de Iguape²⁹⁴. Finalmente, o mineiro Francisco José de Vasconcelos Lessa foi feito barão de Diamantina, recebendo o seu primeiro título de nobreza²⁹⁵.

Os últimos seis agraciados, em 02 de dezembro, não podem, ao menos até o momento, ser enquadrados nas categorias acima. Dois deles já possuíam títulos de nobreza; Luís Paulo de Araújo Basto, figura ligada à Bahia, barão de Fiais com grandeza desde 1849 e diretor do Banco Comercial, foi elevado a visconde com grandeza²⁹⁶; e Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, de Pernambuco, vice-presidente desta província, e barão de Cimbres desde o ano anterior, recebeu honras de grandeza em seu título²⁹⁷.

²⁸⁹ *Almanak Laemmert*, 1855, p. 445.

²⁹⁰ Era o 3º vice-presidente da província do Rio de Janeiro. *Almanak Laemmert*, 1852, p. 3; 1853, p. 3. Foi vice-presidente em exercício em diversos momentos do segundo semestre de 1854. Ver, por exemplo, *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de setembro de 1854, nº 263. Era um dos diretores do Banco do Brasil, *Almanak Laemmert*, 1855, p. 354, p. 446, e p. 181.

²⁹¹ *Almanak Laemmert*, 1855, p. 446. Era um dos fiscais do Banco do Brasil, *Almanak Laemmert*, 1854, p. 286.

²⁹² *Almanak Laemmert*, 1855, p. 446.

²⁹³ Era membro da junta da Caixa de Amortização e negociante. *Almanak Laemmert*, 1853, p. 160 e p. 402. Era residente na cidade do Rio de Janeiro, *Almanak Laemmert*, 1855, p. 50.

²⁹⁴ *Almanak Laemmert*, 1855, p. 49. Era presidente da Diretoria da Caixa Filial Paulistana do Banco do Brasil, *Almanak Laemmert*, 1856, suplemento, p. 175.

²⁹⁵ *Almanak Laemmert*, 1855, p. 51.

²⁹⁶ *Almanak Laemmert*, 1855, p. 48. O Banco Comercial foi criado em 1845, *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*, 1855, p. 254.

²⁹⁷ *Almanak Laemmert*, 1856, p. 49.

O tenente-coronel Manuel da Fonseca Lima e Silva, que fora ministro durante a Regência, sendo irmão do senador José Joaquim de Lima e Silva (agraciado nessa mesma ocasião com o título de visconde de Magé com grandeza), foi feito barão de Suruí com grandeza²⁹⁸. Vale destacar que os dois Lima e Silva eram irmãos do antigo regente, Francisco de Lima e Silva, e tios, portanto, de Luís Alves de Lima e Silva (já então marquês de Caxias).

Finalmente, os últimos três agraciados nessa ocasião foram Romualdo José Monteiro de Barros, proprietário de minas em Congonhas do Campo, feito barão de Paraopeba²⁹⁹, e José Inácio Gomes Barbosa, barão de Suaçuí, ambos ligados a Minas Gerais³⁰⁰; e José Manuel da Silva, de São Paulo, figura de destacada carreira comercial, chegando diretor da Caixa Filial Paulistana do Banco do Brasil, agraciado barão de Tietê³⁰¹.

Essa larga nobilitação de 02 de dezembro não foi suficiente para encerrar o ano, já que, dias depois, em 06 de dezembro, outros dois títulos foram ofertados a fluminenses; honras de grandeza para José Alves Rangel, fazendeiro de açúcar e aguardente, além de criador de gado em Campos, tornou-se barão de São João da Barra (localidade em que tinha residia desde 1849)³⁰², e o título de barão de Rio Preto ao fazendeiro de açúcar e aguardente em Valença, Domingos Custódio Guimarães³⁰³.

Dessa forma, retomando as instruções elaboradas pelo imperador para o ministério, se as “graças”, seguindo as palavras de Pedro II, deveriam ser concedidas de modo gradual, exceto em “circunstância extraordinária”, a data de 02 de dezembro, quando foram ofertados 49 títulos, pode ser enquadrada nesta categoria, (mais ainda se considerado todo o ano de 1854, quando foram concedidos 62 títulos de nobreza). Número ainda mais expressivo se considerarmos que, entre 1840 e 1853, ou seja, entre a Maioridade e a ascensão da Conciliação foram concedidos apenas 117 títulos de nobreza (ou seja, 8,35 títulos por ano).

Diante desse aumento significativo no número de títulos ofertados, é evidente que a concessão de títulos de nobreza passava a ser parte de uma lógica política distinta da usada até a ascensão do ministério presidido por Paraná. Assim, a nobilitação praticada

²⁹⁸ *Diário de Pernambuco*, 20 de dezembro de 1854, nº 291.

²⁹⁹ *Almanak Laemmert*, 1855, p. 52. *Archivo Nobiliarchico*, op. cit., p. 337.

³⁰⁰ *Almanak Laemmert*, 1855, p. 53.

³⁰¹ *Almanak Laemmert*, 1855, p. 53.

³⁰² *Almanak Laemmert*, 1854, p. 36, p. 43; *Almanak Laemmert*, 1855, p. 50.

³⁰³ Fazendeiro em Valença, *Almanak Laemmert*, 1850, p. 197; 1851, p. 187; 1853, p. 149; 1854, p. 189; 1855, p. 53; e 1856, p. 198.

na data natalícia do imperador marcou um ponto de inflexão na política nobilitadora, não apenas em termos numéricos, mas também em relação à hierarquia dos títulos ofertados e ao perfil de parte dos agraciados. Se até então, 12 senadores tinham tido o privilégio de receber um título nobiliárquico, as concessões de 02 de dezembro de 1854 nobilitaram 17 políticos do alto escalão, ou seja, senadores e conselheiros de Estado.

Nessa ocasião, foram ofertados também quatro títulos de marquês e 17 de visconde com grandeza. De tal modo que, se durante a década de 1840, houvera uma “política de valorização do baronato”, nas palavras do então ministro Clemente Pereira, em 1854, tal política parecia ter permanecido no passado, recompensando-se aqueles com trajetórias políticas expressivas com títulos mais elevados.

Essa larga nobilitação praticada em 02 de dezembro também foi percebida por, pelo menos um dos agraciados. Evidente que tal percepção não pode ser generalizada, mas, por se tratar de um envolvido na alta política pernambucana e com dois irmãos no Senado, merece destaque a correspondência escrita por Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque³⁰⁴. Importante destacar que o fato de desempenhar funções na província pernambucana e não no Rio de Janeiro, não impediu Pedro Francisco de ser nobilitado, ainda que, segundo ele, não quisesse um título de nobreza, mas, ao se ver agraciado, aceitou a distinção. Em carta datada de 30 de dezembro de 1854, menos de um mês depois de ter se tornado barão de Camaragibe com grandeza, ele escrevia ao seu “compadre e amigo”

Principio agradecendo-lhe de coração a prova de consideração que o governo quis dar-me nomeando-me Barão com grandeza. Sabe que nunca ambicionei um título, e que me há de custar a acostumar-me a assinar outro nome diverso daquele que tenho há 48 anos; e que para isto tinha prevenido a alguns amigos nossos, sabendo que o governo queria dar-me uma demonstração de sua estima, para que me dessem qualquer outra coisa que não fosse um título, mas não posso deixar de reconhecer a

³⁰⁴ Ainda que já tenhamos mencionado o espaço político desempenhado pelos irmãos Cavalcanti em Pernambuco e no Rio de Janeiro, bem como suas divisões internas, entre conservadores e liberais, para se perpetuarem no poder, não podemos nos esquecer do reconhecimento prestado a eles por d. Pedro II ao nobilitá-los. Dos seis irmãos, quatro foram nobilitados por d. Pedro II, dos quais apenas um ingressou na nobreza em 1860, Manuel Francisco de Paula Cavalcanti, feito barão de Muribeca. Dos outros três, como já mencionado, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque foi feito barão de Suassuna em 1841 e elevado a visconde com grandeza em 1860; Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque tiveram a oportunidade de serem nobilitados pela Conciliação, em 1854, ainda que o primeiro foi feito barão de Camaragibe (elevado a visconde com grandeza em 1860) e o segundo, visconde de Albuquerque com grandeza. Finalmente, os dois irmãos não nobilitados eram José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Luis Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, e, especificamente, sobre o este último, Marcus Carvalho e Bruno Câmara afirmam que “[era] considerado pelo Marquês do Paraná o mais capaz dos irmãos Cavalcanti, [porém] não viveu o suficiente para nobilitar-se [...]”. Marcus Carvalho e Bruno Câmara, *op.cit.*, p. 12.

distinção com que fui tratado, e de agradecer a S.M.I. a graça com que me quis honrar³⁰⁵.

Desse modo, ainda que o exemplo do barão de Camaragibe seja bastante pontual, se comparado, por exemplo, ao total de senadores e conselheiros de Estado nobilitados nessa mesma ocasião, é possível perceber duas vertentes da política de nobilitação praticada, em 02 de dezembro de 1854. Assim, ao mesmo tempo em que houve uma nítida preocupação em nobilitar aqueles que exerciam altas funções políticas, tampouco o gabinete deixou de nobilitar figuras locais, como feito com maior intensidade durante os gabinetes saquaremas.

Embora não seja possível precisar os vínculos políticos e partidários de todas essas pessoas, é fato que o gabinete não se restringiu à nobilitação de um único partido, procurando assegurar apoio de aliados dos dois partidos.

Não foi, apenas, com títulos de nobreza, que o gabinete da Conciliação procurou realizar alianças políticas. Além dos títulos nobiliárquicos concedidos em 02 de dezembro de 1854, outras graças, como ordens honoríficas, também foram ofertadas e fizeram parte da política da conciliação, ou seja, visavam agregar não só aliados do governo, mas também antigos desafetos. Fato que não passou despercebido dos contemporâneos, merecendo críticas de alguns deles. Como exemplo disso, Joaquim Nabuco cita que as referidas graças foram motivo de protestos dos chefes Cavalcantis, justamente por incluírem nomes de alguns praieiros, inclusive de Ernesto Ferreira França (aquele que tivera, juntamente com Chichorro da Gama, duas eleições anuladas para o Senado por Pernambuco), agraciado com o título de comendador da Ordem de Cristo³⁰⁶.

Em resposta a tal crítica, Nabuco de Araújo escrevera ao barão de Boa Vista (Francisco do Rego Barros, senador por Pernambuco e um dos envolvidos na repressão da Praieira), afirmando que:

Se V. penetrou o espírito e sistema que presidiram a esse ato, não tem razão de condená-lo. Concedo que você possa considerar errada a aplicação do princípio quanto a uma ou outra individualidade, mas não pode sem injustiça negar o princípio. O princípio foi que não convinha que as graças só coubessem exclusivamente a um partido, e que a munificência imperial se deveria estender a todas as opiniões. Como, sem contrariar o princípio e o ato da anistia, se poderá excomungar todos os praieiros e torná-los inimigos naturais da monarquia? Identificar a monarquia com um partido? A comparação deve ser pois dos nossos com os nossos, dos liberais com os

³⁰⁵ Instituto Arqueológico Histórico e Genealógico de Pernambuco, Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe, caixa 223. *Apud* Paulo Cadena, *op.cit.*, p. 163-164, carta datada de Camaragibe, 30 de dezembro de 1854, não assinada e endereçada para “compadre e amigo”.

³⁰⁶ *Jornal do Comércio*, 03 de dezembro de 1854, nº 334.

liberais, mas não dos nossos com os liberais, porque esta comparação importa o exclusivismo das graças. (8 de janeiro de 1856)³⁰⁷.

Especificamente sobre a condução da política em Pernambuco, bastante marcada pelo rescaldo da Praieira e temendo, possivelmente, que a concessão de distinções não fosse suficiente para vincular esta província à política central, Joaquim Nabuco afirma que o desejo de Nabuco de Araújo, enquanto ministro da Justiça, era

[...] atrair para os mais altos postos da província os chefes políticos de maior responsabilidade. Por isso nomeia Boa Vista comandante superior da guarda nacional e pede-lhe que não recuse. Oferece com instância a Pedro Cavalcanti o cargo de diretor do curso jurídico, que ele aceita com a condição de se remover a academia para o Recife. Essa identificação dos chefes do partido com o governo dava força moral ao governo na Corte e servia ao mesmo tempo para moderar o domínio partidário na província. O gabinete não queria que se o suspeitasse de não ter partido, o que queria era alargar o partido do governo³⁰⁸.

Assim, é possível entrever que, embora não houvesse uma unanimidade em torno da política da Conciliação, o ministério procurava, por meio da concessão de distinções, assegurar apoio de diferentes grupos políticos, inclusive figuras com importância provincial. Retomando as instruções escritas por Pedro II para o presidente do gabinete e tendo em mente os títulos ofertados em 02 de dezembro de 1854, é factível afirmar que o imperador interpretou o ano de 1854, como uma “circunstância extraordinária”. Cabe, agora, analisarmos, quais fatos contribuíram para que ele fizesse tal interpretação.

É fato que o desejo de implantar as duas reformas, a eleitoral e a judiciária, presentes nas *Instruções*, deva ter interferido na relação entre o Executivo e a concessão de títulos de nobreza, justamente pelo fato de que essas duas reformas não eram caras à parte das elites, tampouco a muitos membros do Legislativo. A intenção de debater uma nova reforma eleitoral já existia desde a aprovação da lei de 1846³⁰⁹.

De acordo com Miriam Dolhnikoff, após a aprovação da lei eleitoral de 1846, o senador Paula Sousa apresentou no Senado um projeto para alterar a lei eleitoral recém aprovada. No Senado, este projeto foi submetido e aprovado em duas discussões, em 1847 e 1848, mantendo as duas características principais da reforma, o voto distrital e as

³⁰⁷ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, p. 333-334. As marcações, na citação, são do próprio Joaquim Nabuco. No livro, não há a carta de Boa Vista ao Nabuco de Araújo.

³⁰⁸ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, p. 335.

³⁰⁹ A Lei de 19 de agosto de 1846 estabeleceu o regulamento do processo eleitoral, alterou a composição das juntas de qualificação de votantes e eleitores, além de ter indexado a renda mínima exigida para se votante e eleitor em prata. Contudo, apesar de o projeto original ter contemplado a questão das inelegibilidades, os conservadores conseguiram impedir que essa questão fosse aprovada, sendo transformada em lei apenas na reforma de 1855. Miriam Dolhnikoff, *Relatório Científico de pesquisa*, 2015, p. 50-51, 70.

incompatibilidades, contudo a terceira discussão foi adiada e realizada tão somente em 1855, seguindo, portanto, as instruções do imperador³¹⁰.

A reforma eleitoral propunha a divisão das províncias em círculos ou distritos eleitorais, de acordo com o número de deputados a que cada província teria direito, de modo que cada círculo elegeria um único deputado com o propósito de garantir a representação de diferentes partes de cada uma das províncias no Legislativo, e, ao mesmo tempo, enfraquecer o poder das bancadas provinciais. Seguindo a interpretação de Estefanes, “Com a reforma, pretendia-se fragmentar esses blocos provinciais, dificultando ao máximo a influência de um único partido no resultado das eleições. Alcançada essa fragilização, o governo trataria de construir uma maioria *ministerialista*, afastada de luzias e saquaremas”³¹¹.

Além disso, a reforma eleitoral incluía as incompatibilidades, ou seja, quais cargos e ocupações eram incompatíveis com uma cadeira na Câmara de Deputados. Merece destaque que Carneiro Leão, antes mesmo de ser ministro, isto é, enquanto senador por Minas Gerais, era favorável à questão das incompatibilidades, desde que aprovadas juntamente com o voto distrital uninominal: isto significava que o exercício do cargo em um determinado distrito tornava o indivíduo inelegível para a Câmara dos Deputados por aquele distrito, mas não por outros, ainda que da mesma província³¹².

Assim, é possível afirmar que, se aprovada, a reforma eleitoral alteraria tanto a composição da Câmara dos Deputados, quanto o poder exercido nas localidades, uma vez que cada distrito provincial elegeria seu representante para a câmara, desvinculando-o, portanto, de interesses das elites mais poderosas da província como um todo, o que também afetaria a dinâmica de funcionamento da casa temporária, já que os representantes eleitos defenderiam ainda mais as suas localidades e menos os interesses de partidos ou grupos políticos específicos³¹³. Talvez por essas questões, a reforma

³¹⁰ Miriam Dolhnikoff, *Relatório Científico de Pesquisa*, 2015, p. 12. De acordo com Paula Ribeiro Ferraz, “ainda durante o predomínio liberal, Paula Souza, então presidente do gabinete de 31 de maio de 1848, apresentou um novo projeto reforma eleitoral, o qual tinha como artigos principais a eleição por círculos de um senador e dois deputados, a eleição especial de suplentes para todos os cargos eletivos, a incompatibilidade de alguns funcionários nos distritos de sua jurisdição e uma pequena elevação do censo pelo cômputo da renda”, *op.cit.*, p. 100.

³¹¹ Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, p. 180.

³¹² Miriam Dolhnikoff, *Relatório Científico de Pesquisa*, p. 94.

³¹³ De acordo com Miriam Dolhnikoff, “tanto defensores como opositores do voto distrital reconheciam a existência de uma elite provincial, articulada em torno da defesa de interesses da província, organizada de modo a interferir no jogo político nacional, e que o parlamento era um dos espaços fundamentais desta atuação. Elite provincial que não se confundia com as notabilidades de aldeia. [...] O que estava em pauta era a decisão sobre que setores diferenciados da elite se beneficiariam do jogo eleitoral: fazendeiros que individualmente empenhavam-se no atendimento de suas demandas mais imediatas, ou um setor organizado

eleitoral não fosse cara à parte das elites provinciais e, portanto, à parcela dos deputados³¹⁴.

Se não bastasse essa reforma, a reforma judiciária era ainda menos cara à grande parte dos parlamentares por propor, em sua essência, a alteração da Lei de 03 de dezembro de 1841, elaborada pelo então ministro da justiça, Paulino José Soares de Sousa, durante o gabinete regressista de 23 de março de 1841. Vale lembrar que tal reforma, de acordo com Monica Duarte Dantas, alterou substantivamente o modelo implementado em 1832, claramente inspirado no modelo anglo-saxão (mais especificamente norte-americano), criando novas autoridades policiais e reduzindo o papel da magistratura eletiva e dos jurados³¹⁵.

O projeto de reforma judiciária, elaborado e defendido por Nabuco de Araújo, ministro da Justiça do gabinete da Conciliação, estabelecia as seguintes alterações na Lei de 03 de dezembro de 1841,

O projeto retirava poder dos Chefes de Polícia, Delegados e Subdelegados; não caberia mais à polícia, por exemplo, formar a culpa, mas sim ao Juiz Municipal e Promotor. O Juiz Municipal, por sua vez, deixaria de exercer funções policiais. O Júri passaria a se concentrar na cabeça das comarcas e a julgar apenas crimes inafiançáveis e políticos de qualquer espécie, dos quais estariam excluídas as calúnias e injúrias por meio da imprensa. O governo ficaria autorizado a rever e alterar o processo de qualificação dos jurados, além de dobrar o rendimento anual exigido para ser jurado nas capitais das províncias. Os crimes afiançáveis passariam a ser processados e julgados pelos Juízes de Direito, com apelação para as relações, e os crimes policiais e as contravenções pelos Juízes Municipais, com apelação para os Juízes de Direito³¹⁶.

provincialmente, que carregava uma visão mais ampla e política da defesa dos interesses da província”. Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial*, *op.cit.*, p. 229.

³¹⁴ Sobre as dificuldades enfrentadas para a aprovação da reforma eleitoral, Needell afirma que “The problem now was that the deputies seated in 1855 had been elected under the old rules and saquarema auspices. For Paraná, the challende was to pass such a reform through a Chamber in which loyalty to saquarema representative principles and political leaders, however weakened, was still obsviously very strong”. Needell, *op. cit.*, p. 185.

³¹⁵ Nas palavras de Monica Duarte Dantas, “Se, em termos de Poder Legislativo, como bem aponta Miriam Dolhnikoff, as chamadas reformas conservadoras não alteraram substantivamente o que fora aprovado em 1834, no que diz respeito ao Judiciário a situação foi inteiramente diferente. Conforme estabelecido pela reforma de 3 de dezembro de 1841 (e explicitado nos regulamentos do Ministro da Justiça), às autoridades existentes e às Assembléias Provinciais não sobrava muito (em termos de “Poder Judicial”), a não ser acatar, desobedecer ou pegar em armas (como fizeram as elites das províncias de São Paulo e Minas Gerais). Em termos de suspensões ou indicações para preenchimento dos cargos da polícia ou da justiça, os representantes da província (mesmo que apenas os seis membros do Conselho da Presidência) tinham menos poder decisório do que antes do Ato Adicional”. Para uma análise detalhada da reforma de 1841, consultar Monica Duarte Dantas, “O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)”. Conferência apresentada junto ao *IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito – Autonomia do direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade*, São Paulo, Faculdade de Direito/ USP, 2009 (versão para discussão), a citação está nas páginas 16 e 17.

³¹⁶ Paula Ribeiro Ferraz, *op.cit.*, p. 105.

O projeto foi apresentado pelo ministro na Câmara dos Deputados, debatido e emendado. Uma das emendas ao texto, proposta pelo próprio Nabuco de Araújo, acerca das incompatibilidades encontrou grande oposição entre os deputados e foi retirada do texto. Em seguida, para que o texto fosse aprovado, o ministro da Justiça fez questão de gabinete e obteve aprovação, de tal modo que o projeto foi enviado para o Senado³¹⁷. Vale mencionar que a oposição à reforma partiu de integrantes dos dois partidos, liberal e conservador. Para exemplificar, liberais do Rio de Janeiro colocaram-se favoráveis à reforma, enquanto que liberais pernambucanos foram contrários³¹⁸.

Contudo, antes que o Legislativo fosse reaberto, em 1855, 462 signatários da região de Vassouras, elaboraram uma petição conhecida como *Representação de Vassouras ao Senado*, na qual criticavam o projeto de reforma judiciária em tramitação no Legislativo. Merece destaque que a larga maioria daqueles que referendavam o documento era composta por fazendeiros da região de Vassouras, porém não vinculados a um único partido.

Essa petição, datada de 29 de maio de 1855, foi elaborada com o propósito de pedir aos senadores a rejeição da proposta de reforma judiciária, já aprovada na Câmara dos Deputados³¹⁹. Ao ser recebido no Senado, tal documento foi bastante elogiado pelos

³¹⁷ Sobre o teor da reforma judiciária, consultar Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, p. 190-197. Paula Ferraz, *op. cit.*, p. 109 – 113.

³¹⁸ De acordo com Paula Ferraz, baseando-se em Suzana Cavani, os liberais do Rio de Janeiro foram favoráveis ao projeto de Nabuco de Araújo, o que não pode ser dito a respeito dos praeiros (liberais pernambucanos), contrários à reforma, por entenderem que ela prejudicava a liberdade de imprensa e retirava do júri muitas de suas atribuições, *op. cit.*, p. 109.

³¹⁹ O texto integral da petição foi publicado no jornal *Correio Mercantil*, de 17 de julho de 1855. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=representa%C3%A7%C3%A3o%20vassouras&pasta=ano%20185> – acesso em 23/01/2016. Contudo, não se pode super dimensionar o poder dos fazendeiros de Vassouras, dando a eles o mérito pelo arquivamento da reforma judiciária, uma vez que, segundo Stanley Stein, esses mesmos fazendeiros de Vassouras não conseguiram alterar o trajeto da ferrovia para que ela passasse em Vassouras, o que estava mais ao alcance deles do que impedir o andamento da reforma judiciária. Assim, a reforma foi arquivada no Senado por ter encontrado amplo apoio dos senadores, que justificaram sua ação não só pela sua posição política, mas também pelo apoio/desejo dos proprietários de Vassouras, inexpressivos politicamente. Stanley Stein, *op. cit.*, especialmente o capítulo 4, “Venda dos produtos, abastecimento e transporte”. De acordo com Joaquim Nabuco, “Qual foi, porém, a sorte da reforma? No intervalo das sessões de 1854 para 1855 apareceu uma grossa nuvem no horizonte do ministério. ‘A política do gabinete não agrada a alguns figurões de cá, a alguns dos nossos velhos amigos. A linguagem do *Brasil* revela alguma coisa’, escrevia Nabuco em novembro a Boa Vista. O que estava por trás do *Brasil* era o chamado ‘movimento de Vassouras’, onde tinha sua sede a opulenta família Teixeira Leite; tomara as proporções de um acontecimento a representação de alguns fazendeiros vassourenses contra o projeto de lei que tirava às pequenas localidades o seu embrião de júri, e a esse veto da grande propriedade fluminense, foi sacrificada a reforma no Senado. Adiam-na indefinidamente”. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, p. 197. Contudo, tal como mencionado, é necessário relativizar o poder dos fazendeiros de Vassouras de arquivarem essa reforma.

senadores, encontrou forte apoio entre os representantes, de tal modo que a proposta de reforma judiciária terminou por não tramitar na Câmara vitalícia³²⁰.

Em meio aos 462 signatários da representação, estavam cinco nobres, além de membros de importantes famílias cafeicultoras, como, por exemplo, os Avelar, Teixeira Leite, Correia de Castro, e Werneck³²¹. Dos cinco nobres, apenas um, o barão de Campo Belo (Laureano Correia de Castro) fora nobilitado pelo Gabinete da Conciliação, em 02 de dezembro de 1854, enquanto os outros quatro tinham sido agraciados pelos gabinetes saquaremas, sendo eles os barões de Tinguá (Pedro Correia de Castro), Capivari (Joaquim Ribeiro de Avelar), Paty de Alferes (Francisco Peixoto de Lacerda Werneck) e Palmeiras (Francisco Quirino da Rocha).

Frente a essas duas propostas de reforma, era compreensível que d. Pedro II houvesse interpretado o ano de 1854 como uma “circunstância extraordinária”; tão extraordinária a ponto de justificar a concessão de 49 títulos de nobreza em uma única ocasião (em sua data natalícia, 02 de dezembro). Vale destacar que, nesta data, não foram ofertados apenas títulos de nobreza em larga quantidade, mas também ordens honoríficas, cujo total de concessões ultrapassou 750. Números bastante expressivos para uma única ocasião, ainda mais se considerarmos que, nas *Instruções* elaboradas pelo monarca no ano anterior, constava que as “graças” deveriam ser ofertadas de modo gradual³²².

³²⁰ Nas palavras de Carla Beatriz de Almeida, “somente em 1871, teríamos uma nova reforma judiciária com a Lei nº 2033 de 20 de setembro, que veio a substituir a Lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841 trazendo os principais efeitos: tirou a obrigação dos juizes de aceitarem a nomeação ao cargo de chefe de polícia; os cargos policiais e o de juiz municipal tornaram incompatíveis; extinguiu a competência de julgar crimes policiais dos chefes de polícia e delegados; instituição de fiança provisória; criação do inquérito policial; alargamento da incidência do habeas-corpus, podendo até nos casos de prisões administrativas, que seriam julgados pelas autoridades judiciárias, unanimidade dos votos do júri para declarar pena de morte”. Carla Beatriz de Almeida, *O Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado (1849-1855): um pouco de homens, outro pouco de instituição*. Juiz de Fora: dissertação de mestrado, UFJF, 2013, p. 97.

³²¹ Sobre a nobilitação de cafeicultores, Eduardo Silva afirma que “muitos destes grandes proprietários de terra e escravos acabariam figurando efetivamente no nobiliário imperial: como se sabe, cafeicultores, comissários e banqueiros ligados ao café ficariam com cerca de 1/3 dos quase mil títulos concedidos pelos imperadores. No Rio de Janeiro, além dos Werneck, são exemplos destas famílias, os Nogueira da Gama, Pais Leme, Teixeira Leite, Monteiro de Barros, Souza Breves, Ribeiro de Avelar, Gomes de Carvalho, Darrigue de Faro, Correia e Castro, Clemente Pinto, Moraes, Alves Barbosa, Carneiro Leão, Oliveira Roxo e outros”. Eduardo Silva, *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Brasília: INL, 1984, p. 35.

³²² O *Jornal do Comércio*, de 03 de dezembro de 1854, publicou a lista de concessões de títulos de nobreza e de ordens honoríficas datada do dia anterior. Da ordem do Cruzeiro, uma pessoa foi feita dignitária. Da ordem de São Bento de Avis, outro recebeu a grã-cruz, enquanto três foram feitos comendadores. Da ordem de Cristo, aproximadamente 60 receberam o título de comendador, e outras 160 tornaram-se cavaleiros. Da ordem da Rosa, duas pessoas tornaram-se dignitárias, 45 comendadores, 260 oficiais e 230 cavaleiros. Tais números, embora próximos do total, não são exatos, já que a lista publicada no jornal não está numerada, nem apresenta o total de agraciados. Para se ter uma ideia do quanto esses números eram discrepantes, em relação aos anos anteriores, é válido compará-los com as ofertas feitas por ocasião da coroação e sagração de d. Pedro II, em 18 de julho de 1841. Naquele dia, foram ofertadas 181 ordens honoríficas. Da Ordem do Cruzeiro, foram duas grã-cruz, cinco dignitários, doze oficiais e 36 cavaleiros. Da Ordem de Cristo, foram três grã-cruz, 35 comendadores, e 23 cavaleiros. Da Ordem de Avis, uma grã-cruz, e 16 comendadores. Da

Para tanto, como já mencionado, dos 49 nobilitados em 02 de dezembro de 1854, 13 eram senadores e conselheiros de Estado, dois eram senadores e outros dois eram conselheiros de Estado, ou seja, dezessete titulados eram vinculados aos altos círculos da política imperial³²³. Merece atenção, portanto, que, para além do alto número de títulos ofertados, houve uma nítida preocupação em nobilitar aqueles que ocupavam os altos escalões da política. Prática bastante distinta dos gabinetes anteriores.

Em 14 de março de 1855, foram ofertados dez títulos de nobreza. Se não bastasse ter agraciado 15 senadores no ano anterior, outros três foram então nobilitados. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho tornou-se visconde de Sepetiba com grandeza, Manuel Vieira Tosta foi feito barão de Muritiba com grandeza, e Pedro Rodrigues Fernandes Chaves tornou-se barão de Quaraim com grandeza³²⁴. Diante dessa ampla nobilitação dos senadores, é possível supor que o ministério esperasse obter apoio para a discussão das reformas eleitoral e judiciária, assim que o Legislativo fosse aberto. Além dos senadores, nessa mesma ocasião, Francisco Fernandes Vieira, cearense, bastante poderoso em Saboeiro e barão de Icó desde 1849, foi elevado para visconde de Icó. Além de sua atuação na província do Ceará, seu filho, Miguel Fernandes Vieira, era deputado geral por essa província na legislatura vigente³²⁵.

Retomando, portanto, as nobilitações dos senadores no intervalo das sessões legislativas, o que engloba tanto as listas de dezembro de 1854 quanto as de março de 1855, é fato que elas constituíram práticas raras no Segundo Reinado e parte de uma estratégia política do Gabinete da Conciliação que visualizou aquela conjuntura política como sendo uma *circunstância extraordinária*, relacionada à apresentação das duas

Ordem da Rosa, duas grã-cruz, cinco grandes dignitários, dois dignitários, cinco comendadores, 20 oficiais e 16 cavaleiros. Tal lista foi publicada no *Jornal do Comércio*, de 18 e 19 de julho de 1841, nº 181 (mais uma vez, trata-se de uma aproximação, já que a lista não estava numerada).

³²³ Segundo Tito Franco de Almeida, “a primeira experiência do domínio francamente confessado, do Imperialismo, tinha sido lisonjeira, e convencida que sem raízes no país e até contra o grande partido conservador acastelado no conselho de Estado e no Senado, bastava a vontade do chefe do poder executivo para que o Imperialismo triunfasse. De então em diante, seria fácil remover quaisquer dificuldades, como prova a organização do gabinete de 04 de maio [1857]”. Tito Franco de Almeida, *O conselheiro José Francisco Furtado. Biographia e estudo de História Política Contemporanea*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1867, p. 72. Apesar disso, a simples vontade do presidente do gabinete não foi suficiente para vencer os conservadores, “acastelados” no Senado e no conselho de Estado, já que eles fizeram dura oposição às reformas propostas pelo ministério.

³²⁴ Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho era senador por Alagoas, nomeado em 1842; Manuel Vieira Tosta, senador pela Bahia, nomeado em 1851; e Pedro Rodrigues Fernandes Chaves era senador pelo Rio Grande do Sul, nomeado em 1853.

³²⁵ De acordo com *Correio Mercantil*, 21 de maio de 1853, nº 141, em uma publicação sobre a família do barão do Icó, seu poder foi caracterizado como “feudalismo”, tendo cinco membros na assembleia provincial. Mesma crítica feita pelo jornal *O Cearense*, que afirma que, em Saboeiro, “toda a autoridade está concentrada nas mãos dos próximos parentes do peito do barão do Icó”, *Suplemento ao Cearense*, nº 800, de 26 de janeiro de 1855.

reformas, a judiciária e a eleitoral, ao Legislativo, que seriam discutidas no ano de 1855. Sabendo, de antemão, que essas reformas não eram caras a uma parcela dos senadores, mas desejando aprová-las, esses dados sugerem que o gabinete optou por nobilitar os senadores, em uma tentativa de fazê-los aliados da política ministerial.

Ainda que a nobilitação dos senadores tenha sido praticada, possivelmente, com intuito de minimizar os debates no Legislativo, não foi isso que ocorreu. O ano de 1855 foi marcado por duros embates entre a política ministerial, representada pelo já marquês do Paraná, e parte dos senadores. Como discutido anteriormente, a proposta de reforma eleitoral havia sido apresentada e discutida em meados da década de 1840, retornando à cena política em meados da década de 1850.

No Senado, o projeto foi debatido ao longo dos meses de julho e agosto de 1855 e aprovado na sessão de 09 de agosto, sendo então enviado para a Câmara dos Deputados³²⁶. Como a votação final do projeto, em 09 de agosto, não foi nominal, não é possível saber como os senadores se posicionaram, tampouco se aqueles agraciados pelo imperador foram favoráveis ao projeto. Contudo, na sessão de 07 de agosto, os senadores votaram, nominalmente, as duas ideias centrais da reforma eleitoral, a saber as incompatibilidades e as eleições por círculo. No *Jornal do Comércio*, de 08 de agosto de 1855, foi publicada uma matéria sobre a votação realizada no Senado.

Depois de orar o Sr. presidente do conselho concluiu-se hontem no senado a 3ª discussão da reforma eleitoral, e procedendo-se á votação passarão as duas idéas capitães do projecto – eleições por círculos e incompatibilidades.

Quanto ás incompatibilidades, votárão pelo projecto 24 e contra 18, sendo a favor os Srs. Jobim, Fernandes Torres, visconde de Abaeté, Herculano, visconde de Sepetiba, barão de Antonina, Fonseca, Manoel Felizardo, marquez de Monte Alegre, marquez de Abrantes, marquez de Caxias, marquez de Paraná, visconde de Uberaba, Candido Baptista, Silveira da Mota, Vergueiro, Souza Franco, visconde de Albuquerque, barão de Pindaré, marquez de Itanhaém, visconde de Sapucahy, Paula Pessoa, e Alencar.

Contra: Muniz, Vianna, Cunha Vasconcelos, Pimenta Bueno, visconde de Itaborahy, Eusebio, barão de Muritiba, Souza Ramos, Gonçalves Martins, Cassiano, marquez de Olinda, visconde de Maranguape, Miranda e Valasques.

³²⁶ De acordo com o contemporâneo João Manuel Pereira da Silva, “Demorados e calorosos debates esclareceram completamente o assunto. Araújo Lima declarou-se adverso à proposta, e criticou acerbamente o Gabinete pela sua prática de conciliação. Entendia-a fatal ao regimento representativo, pois que amalgamava na administração homens de opiniões diferentes. Eusébio de Queirós, que em 1854 tomara assento no Senado, em discurso magistral, analisou as idéias da proposta e das emendas da comissão do Senado, e fulminou-as de perniciosas. Afastar da representação nacional classes ilustradas e propectas equivalia a reduzi-la a mediocridades. Trocar representação provincial por distritos pequenos produziria aniquilamento dos partidos, e deputações de campanário. Costa Carvalho, Rodrigues Torres e Vieira Tosta não se envolveram no debate, mas não ocultaram também sua opinião contrária à proposta. Paulino de Sousa não assistia às sessões do Senado por se achar incumbido de uma missão especial diplomática em França, a fim de tratar acerca dos limites do norte do Império”. João Manuel Pereira da Silva, *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 254.

Na votação dos círculos, a maioria foi de 26 a 16, tendo votado a favor os Srs. Miranda e Pimenta Bueno. Estavam presentes 43 Srs. senadores, faltando sómente os Srs. marquez de Valença, visconde de Jequitinhonha e barão de Quaraim³²⁷.

Nesse mesmo dia, o referido jornal publicou um suplemento à edição já citada, de modo a corrigir algumas omissões na lista anterior. Assim,

Na relação que publicamos dos Srs. Senadores que votarão pelas incompatibilidades omitimos o nome do Sr. Mafra. Depois de uma reclamação do Sr. visconde de Uberaba declarando ter votado contra a eleição por círculos e contra as incompatibilidades, ocupou-se hoje o senado com as emendas novas offerecidas ao projecto eleitoral de reforma approvadas hontem³²⁸.

Finalmente, na edição de 10 de agosto, o *Jornal do Comércio* indicava que, no dia anterior, o Senado havia encerrado a discussão do projeto de reforma eleitoral, e que este foi aprovado por uma maioria de apenas três votos.

Terminou hontem no senado a discussão das emendas novas ao projecto de reforma eleitoral. Como vê da respectiva acta, cahio a idéa da eleição por districtos para os membros da camara vitalicia, ficando por conseguinte prejudicadas todas as disposições que tinham relação com esse systema de eleição. O projeto com as emendas que forão approvadas teve 21 votos a favor e 18 contra, e foi remettido á commissão de redação. O Sr. senador Joaquim Francisco Vianna votou a favor das incompatibilidades³²⁹.

A partir da votação nominal do Senado na sessão de 07 de agosto, é possível perceber que dos 19 senadores nobilitados antes da votação da reforma eleitoral, oito votaram a favor desse projeto, cinco foram contrários, dois estavam ausentes e quatro não foram sequer mencionados. Favoráveis ao projeto foram os marqueses de Monte Alegre, Abrantes e Paraná; os viscondes de Abaeté, Sepetiba, Albuquerque e Sapucaí; e o barão de Pindaré. Contrários ao projeto foram o marquês de Olinda, os viscondes de Itaboraí, Maranguape e Uberaba; e o barão de Muritiba. Já o visconde de Jequitinhonha e o barão de Quaraim não compareceram à sessão; e os viscondes de Uruguai e Caravelas, e os barões de Pontal e Boa Vista não foram mencionados.

Ainda que essa votação não tenha sido a que garantiu a aprovação do projeto e seu encaminhamento para a Câmara dos Deputados³³⁰, é possível perceber que a nobilitação

³²⁷ Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=eleitoral&pasta=ano%20185

³²⁸ *Jornal do Comércio*, de 08 de agosto de 1855, suplemento.

³²⁹ *Jornal do Comércio*, de 10 de agosto de 1855.

³³⁰ De acordo com Bruno Estefanes Fabris, a tensão envolvendo a discussão do projeto de reforma eleitoral, nas duas casas do Legislativo, não nos permite afirmar que a política da Conciliação amenizou as disputadas

dos senadores, antes da discussão e votação da reforma desejada pelo gabinete e pelo imperador, não foi suficiente para garantir o apoio maciço dos membros da casa vitalícia, pelo contrário, a nobilitação do chamado núcleo duro dos conservadores, Itaboraí e Uruguai, por exemplo, não interferiu em seus posicionamentos, uma vez que Itaboraí rejeitou a reforma (tanto quanto Eusébio Mattoso, que não havia sido nobilitado), e Uruguai, estando na Europa naquele momento³³¹, não participou da votação, mas dificilmente teria tido um posicionamento diferente ao de seus colegas³³².

Na Câmara dos Deputados³³³, o projeto, duramente debatido pelos senadores e aprovado por uma diferença de apenas três votos, também foi motivo de calorosas discussões. Temendo ter a proposta rejeitada, o já marquês de Paraná transformou, em agosto de 1855, a discussão da reforma eleitoral em questão ministerial, assim, ou os deputados aprovavam e o gabinete era mantido, ou, se os deputados rejeitassem a reforma, caberia ao imperador a decisão de dissolver a Câmara ou o ministério. Os deputados, frente à situação, colocaram o projeto em votação em 01 de setembro.

Contudo, antes que o projeto fosse votado, houve tempo para que mais uma emenda fosse apresentada. O deputado por Pernambuco, Francisco Soares Brandão, talvez pensando na nobilitação de alguns membros do Legislativo praticada pelo ministério, propôs uma emenda ao projeto de lei dos círculos,

Os deputados não poderão durante a legislatura receber honras, títulos, condecorações, mercês pecuniárias e empregos, excepto os que lhes competirem por antiguidade, ou no caso do art.34 da constituição. Esta disposição é aplicável aos membros das assembleas provinciais a respeito dos empregos de nomeação dos presidentes de província. – *Francisco Carlos Brandão*³³⁴.

Ainda que a emenda excluísse os senadores, ela colocava os deputados como inaptos para o recebimento de concessões honoríficas. Merece destaque que, àquela altura, dois deputados da legislatura vigente já tinham sido nobilitados, João Gomes de

partidárias, ou seja, “no cotidiano parlamentar, porém, essa pretensa tranquilidade não encontrava lugar. As reformas requeridas eram contestadas e nem o ‘apoio franco e decidido da Coroa servia como garantia para implementá-las sem dificuldades. Carneiro Leão descobria isso a cada debate acalorado na Câmara ou no Senado”. Bruno Estefanes Fabris, *op. cit.*, p. 17.

³³¹ Pedro Aubert, *op.cit.*, p. 29.

³³² Sobre as dificuldades enfrentadas no Senado para a aprovação da reforma eleitoral e a rejeição dos conservadores, ver também Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, p. 206.

³³³ Vale lembrar que a 9ª legislatura, que assumiu em 1853, foi eleita durante o ministério de 1852, presidido por Rodrigues Torres, e era, segundo Victor Hugo Baptista Neves, unanimemente conservadora, o que não era bem visto por Nabuco de Araújo, que temia que essa unanimidade causasse dissidência dentro do partido conservador, o que, de fato, se concretizou com o surgimento da oposição parlamentar, que passou a questionar o gabinete em exercício, abrindo caminhos para uma política de conciliação, já que, segundo o próprio Nabuco de Araújo, o partido conservador estava dividido. Victor Hugo Baptista Neves, *op.cit.*, p. 93 – 97.

³³⁴ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 01 de setembro de 1855, p. 339.

Melo (que recebeu honras de grandeza no seu título de barão de Maruim) e Irineu Evangelista de Sousa (feito barão de Mauá), os quais, por sua vez, votaram favoravelmente à adoção da reforma eleitoral³³⁵. Contudo, Miguel Fernandes Vieira votou contra a reforma da lei eleitoral, ainda que seu pai (Francisco Fernandes Vieira) tenha sido nobilitado, em março de 1855, antes, portanto, da abertura dos trabalhos do legislativo³³⁶.

Como os deputados consideraram a reforma da lei de 1846 suficientemente discutida e não viram necessidade de tal emenda, não houve debate sobre a proposta do deputado pernambucano, e em uma votação simbólica, ela foi rejeitada. Ao final, a reforma eleitoral terminou aprovada por 51 votos favoráveis e 36 contrários³³⁷. Em 19 de setembro de 1855, d. Pedro II sancionou a nova lei eleitoral, conhecida por Lei dos Círculos³³⁸.

Merece destaque que mais um deputado da legislatura vigente foi nobilitado, mas em dezembro de 1855, ou seja, após o encerramento dos trabalhos do Parlamento e da aprovação da reforma eleitoral. Assim, Antônio Raimundo Vieira Teixeira Belfort, deputado maranhense, que também votou contra a reforma da lei, foi feito barão de Gurupi³³⁹.

Finalmente, em análise recente sobre a tramitação da Lei dos Círculos, Miriam Dolhnikoff demonstra que a vitória do gabinete na aprovação da lei resultou mais do fato de que o projeto encontrava apoio em meio aos parlamentares, do que da força do ministério, o que reforça o argumento de que a nobilitação de uma parte dos senadores pouco ou nada interferiu no modo como eles votaram tal projeto de lei. Além disso, a aprovação da lei foi possível por materializar uma proposta dos liberais, mas apoiada por conservadores, como Honório Hermeto Carneiro Leão e José Antônio Pimenta Bueno. Nas palavras dessa historiadora,

A aprovação rápida no Senado, em apenas um mês e meio, não deve ser atribuída à força do governo ou especialmente ao empenho de Paraná. A celeridade foi resultado do fato do projeto encontrar-se em tramitação no Senado desde 1846 e já ter passado pela primeira e pela segunda discussão. Se o governo teve influência foi na

³³⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 01 de setembro de 1855, p. 340.

³³⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 01 de setembro de 1855, p. 340.

³³⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 01 de setembro de 1855, p. 339-340.

³³⁸ Para Sérgio Buarque de Holanda, a aprovação da Lei dos Círculos foi um golpe nas oligarquias provinciais. Sérgio Buarque de Holanda, *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 54. Para Victor Hugo Baptista das Neves, “a lei da Reforma Eleitoral provocou uma grande desarticulação no cenário político, tal como os seus opositores temiam. Basta dizer que o próprio filho de Paraná fora derrotado por um desconhecido padre no 14º distrito da província de Minas Gerais”. Victor Hugo Baptista Neves, *op.cit.*, p. 119.

³³⁹ Barão de Javari, *op. cit.*, p. 315. Mílson Coutinho, *op.cit.*, p. 282-285.

articulação para que o projeto voltasse à pauta. Mas, uma vez conseguido isso, travou-se a disputa parlamentar. A forma acirrada como parte dos conservadores o combateram permite supor que a vitória foi possível porque o projeto materializava a agenda liberal e havia conquistado apoio de parte dos conservadores, como Carneiro Leão e Pimenta Bueno, obtendo assim a maioria necessária para sua aprovação. Mesmo assim, a crer no parecer da comissão da Câmara, em uma vitória apertada, com apenas três votos a mais que seus opositores. Este resultado reforça a hipótese de que a Lei dos Círculos, com suas duas medidas polêmicas, só foi aprovada porque já estava sendo debatida no parlamento havia anos, com empenho e esforço dos liberais e um pacto entre eles e parte dos conservadores que se realizara no âmbito parlamentar. *Como chefe do ministério, Paraná usou sua influência para garantir a continuidade da tramitação do projeto que ele como senador há anos empenhava-se em aprovar. A história da Lei dos Círculos é, assim, mais parlamentar do que ministerial*³⁴⁰.

Retomando, portanto, as instruções de d. Pedro II sobre a concessão gradual das graças, “exceto em circunstância extraordinária”, e tendo o ministério considerado que a situação política em 1854 (e no ano vindouro) se enquadrava nessa definição, foi nobilitado, como já mencionado, um número elevado de senadores, provavelmente com vistas a assegurar seu apoio ao gabinete. Contudo, é possível supor que, ainda que tenha sido pequeno o intervalo de tempo entre a concessão de títulos de nobreza e a votação da referida lei, isso não foi suficiente para garantir os votos desses senadores, o que se mostrou de modo mais concreto com a vitória, com uma pequena margem de votos, do ministério na aprovação da reforma.

Vale, novamente, destacar que a nobilitação de um alto número de senadores em uma mesma circunstância era uma prática inédita no Segundo Reinado e indicava um novo entendimento acerca do papel da concessão de títulos de nobreza, ou seja, sua possível contribuição para a montagem de uma base de apoio para as políticas ministeriais. Contudo, na prática, quando esses senadores tiveram que se posicionar em relação à execução da reforma desejada pelo gabinete, o fato de terem sido nobilitados pouco ou nada contribuiu para seu alinhamento à política do ministério.

A expectativa de que as nobilitações pudessem interferir no cotidiano do Parlamento, pode ser inferida da hierarquia dos títulos a eles ofertados. Dos 19 senadores nobilitados (de um total de 63 representantes vitalícios), quatro já eram grandes do Império, por serem viscondes com grandeza, e tiveram seus títulos diretamente elevados para marqueses; os outros quinze foram incluídos na categoria de grandes do império,

³⁴⁰ Miriam Dolhnikoff, *Relatório Científico de Pesquisa*, 2015, p. 275-276. [grifo nosso]

dois por terem recebido honras de grandeza em seus baronatos, três por terem sido agraciados com baronatos com grandeza, e dez com viscondados com grandeza³⁴¹.

A hierarquia dos títulos ofertados a esses homens também se revelou um ponto de inflexão na política da Conciliação. Desde a Maioridade de d. Pedro II, em julho de 1840 até a ascensão do gabinete da Conciliação em 06 de setembro de 1853, os títulos de grandes do Império ofertados até então correspondiam a cinco títulos de barão com grandeza, 11 de visconde com grandeza, cinco de conde, três de marquês, 19 honras de grandeza para barão e três honras de grandeza para visconde. Assim, esses títulos acompanhados de honras de grandeza correspondiam a 39,32% dos títulos ofertados nesse período, de tal modo que a larga maioria das nobilitações era desprovida de grandeza. Por outro lado, os títulos ofertados sem grandeza tinham sido 70 baronatos e um viscondado, representando 60,68%.

Já durante o Gabinete da Conciliação, foram ofertados nove títulos de barão com grandeza, 18 de visconde com grandeza, um de conde, quatro de marquês, dez honras de grandeza para barão e uma honras de grandeza para visconde. Assim, os títulos de grandes do império correspondiam a 52,44%, número superior ao total de títulos com grandeza ofertados pelos gabinetes anteriores, isto é 39,32%. Os títulos sem grandeza concedidos por esse gabinete foram 38 baronatos e um viscondado, isto é, 47,56%. Finalmente, ainda que os números de títulos com grandeza e sem grandeza ofertados por esse ministério não sejam discrepantes, merece destaque que as concessões de títulos com grandeza tenham correspondido à maioria das nobilitações praticada pelo Gabinete da Conciliação.

Até março de 1855, Carneiro Leão nobilitara 19 senadores, os únicos membros da casa vitalícia agraciados durante a vigência de seu ministério. O mesmo não se pode dizer de fazendeiros, que tiveram o privilégio de serem nobilitados em diferentes momentos do gabinete da Conciliação, tanto nos dois anos iniciais, 1853 e 1854, quanto em 1855 e 1856.

Em 14 março de 1855, data do aniversário da imperatriz, três mineiros, conterrâneos do presidente do gabinete, também tiveram o privilégio de receberem títulos de nobreza. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, antigo rebelde de 1842, foi agraciado

³⁴¹ Eram considerados grandes do Império os nobilitados com títulos de barão com honras de grandeza, visconde com honras de grandeza, conde, marquês e duque. Ver Roderick Barman, “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial”, in *Mensário do Arquivo Nacional*. Ano 4 – Nº 6 – 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

com o título de barão de Cocais com grandeza³⁴², e Custódio Ferreira Leite, cafeeiro, responsável pela abertura e administração de estradas, foi nobilitado com o título de barão de Aiuruoca³⁴³. O último mineiro nobilitado foi Serafim José de Meneses, da cidade de Diamantina, foi feito barão de Araçuaí³⁴⁴. No fim de dezembro desse mesmo ano, Manuel Alves dos Reis Lousada, figura ligada ao Rio Grande do Sul, foi feito barão de Guaíba³⁴⁵.

Finalmente, em 1856, dois fazendeiros fluminenses foram nobilitados. Em março, Inácio Antônio de Sousa Amaral, fazendeiro de cana em Iguaçu, tornou-se barão de Guandu³⁴⁶ e, em junho, José Antônio Barroso de Carvalho, fazendeiro em Paraíba do Sul e vereador neste município recebeu o último título ofertado por esse gabinete, o de barão do Rio Novo³⁴⁷.

Além de políticos e fazendeiros, o Gabinete da Conciliação também nobilitou outro grupo bastante específico e mais próximo do Estado imperial do que os fazendeiros. Merece destaque que, ao contrário do praticado pelos gabinetes anteriores, quando figuras ligadas à repressão de revoltas e envolvidas na Guerra Grande tinham sido nobilitadas, esses quatro militares não possuíam tal tipo de atuação em seus históricos recentes, ainda que com trajetórias militares ligadas ao Exército. Embora não se possa precisar as justificativas que levaram a essas nobilitações, é possível considerar, ao menos como hipótese, a reforma do Conselho Supremo Militar e de Justiça, cujo debate tinha o marquês de Caxias (ministro da Guerra) como um de seus expoentes.

De acordo com Adriana Barreto de Souza³⁴⁸, o Conselho Supremo Militar era alvo de críticas de liberais e conservadores, sendo que propostas de reformas remontavam à Regência, mas sem sucesso. Nas palavras dessa historiadora, Caxias “deu início a um

³⁴² Em meio ao movimento de 1842, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha tomou posse como presidente interino de Minas Gerais. José Antônio Marinho, *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal: 1978, p. 68.

³⁴³ *Almanak Laemmert*, 1856, p. 51. Era figura envolvida nos melhoramentos de sua região, uma vez que se responsabilizou pelos consertos e conservação da Estrada do Mar de Hespanha, e em 1856, doou terrenos para a Santa Casa de Misericórdia de Resende. Consultar, respectivamente, *Diário de Pernambuco*, 21 de abril de 1854 e de 22 de julho de 1856. Ainda que a doação de terrenos tenha sido posterior à nobilitação, ela é válida como indicativo do poderio econômico deste indivíduo.

³⁴⁴ *Almanak Laemmert*, 1856, p. 51.

³⁴⁵ Foi agraciado “em atenção aos grandes e inúmeros atos de filantropia praticados”, *Nobiliário Sul Riograndense*, op. cit., p.84-85.

³⁴⁶ Presidente da Câmara Municipal de Iguaçu e fazendeiro de cana, neste mesmo município, *Almanak Laemmert*, 1855, p. 201; e *Almanak Laemmert*, 1856, p. 146, p. 149.

³⁴⁷ Era vereador da Paraíba do Sul, possuía fazenda de café e serraria neste mesmo município, *Almanak Laemmert*, 1855, p. 196 - 197; *Almanak Laemmert*, 1856, p. 190; e *Almanak Laemmert*, 1857, p. 55.

³⁴⁸ Adriana Barreto de Souza, “Um edifício gótico entre instituições modernas. O debate parlamentar sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça (1822-1860)”. *Acervo*, vol. 25, nº 2, julho-dezembro, 2012, pp. 59-77; e da mesma autora, “Conselho Supremo Militar e de Justiça e a interiorização de uma cultura jurídica de Antigo Regime no Rio de Janeiro (1808-1831). *Antíteses*, vol. 7, núm. 14, julho-dezembro, 2014, pp. 301-323.

conjunto de intervenções de caráter burocrático, buscando aprimorar instrumentos de controle sobre os trabalhos do Conselho Supremo”, além de procurar assegurar uma uniformidade na justiça aplicada pelo Conselho, propondo, portanto, a extinção das juntas de justiça militar³⁴⁹.

Tal extinção, aprovada em outubro de 1856, significou, na prática, que os processos criminais militares de segunda instância ficavam sob responsabilidade do Conselho Supremo. Tendo em mente o aumento de trabalho gerado aos membros do Conselho, o marquês de Caxias propôs um aumento de horas trabalhadas no Conselho, acompanhadas por aumento no rendimento de seus membros; proposta aprovada nas duas casas do Legislativo e transformada em decreto em fevereiro de 1857.

Nessa conjuntura de reforma do Conselho Supremo Militar³⁵⁰, especificamente em 14 de março de 1855, foram agraciados três homens com vínculos com o Exército. Antero José Ferreira de Brito, que tinha a patente de tenente-geral, era comandante de armas do Quartel General estabelecido na Corte, havia sido nomeado vogal do Conselho Supremo Militar em 02 de dezembro de 1839 e conselheiro de guerra em 13 de julho de 1852, foi feito barão de Tramandaí com grandeza, aos 68 anos de idade³⁵¹.

Tal qual o anterior, Francisco José de Sousa Soares de Andréia, feito marechal do Exército em 1839, mesmo ano em que se tornou vogal do referido conselho, tornou-se conselheiro de guerra em 22 de julho de 1846. D’Andréia foi reformado no posto de marechal do Exército em 1852, tendo ocupado o cargo de presidente de província em diversas ocasiões, como do Rio Grande do Sul, entre 1848 e 1850. Em recompensa a essa trajetória, foi agraciado com o título de barão de Caçapava com grandeza, aos 74 anos de idade³⁵².

O coronel e comandante do 7º batalhão do Estado Maior, Gregório de Castro Morais e Sousa, residente no município neutro, na província do Rio de Janeiro, foi feito

³⁴⁹ Adriana Barreto de Souza, “Um edifício gótico entre instituições modernas. O debate parlamentar sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça (1822-1860)”. *Acervo*, vol. 25, nº 2, julho-dezembro, 2012, p. 67.

³⁵⁰ Conforme o *Almanak Laemmert*, de 1850, este conselho foi instituído no Rio de Janeiro por decreto de 01 de abril de 1808, assinado por d. João, na época príncipe regente, e era composto por seis conselheiros de guerra (posto mais elevado dentro do conselho) e por sete vogais, além do presidente, que era o próprio imperador. *Almanak Laemmert*, 1850, p. 148.

³⁵¹ *Nobiliário Sul Riograndense*, op. cit., p. 334-336. *Almanak Laemmert*, 1855, p. 229. Laurênio Lago, *Conselheiro de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar – Ministros do Supremos Tribunal Militar*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944, p. 21. Dados biográficos em <http://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/biografia-ministros-desde-1808/item/4602-biografia-058> - acesso em 27/06/2016.

³⁵² Laurênio Lago, *Conselheiro de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar – Ministros do Supremos Tribunal Militar*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944, p. 21-22. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, vol. 2, p. 103 – 134.

barão de Piraquara com grandeza³⁵³. Finalmente, em 12 de fevereiro de 1856, aos 69 anos de idade, José Egídio Gordilho de Barbuda, também ligado ao Exército, tendo atuado na repressão da Farroupilha, visconde de Camamu desde 1830, recebeu honras de grandeza³⁵⁴.

Assim, diante das breves biografias desses nobilitados, merece destaque que detinham importantes carreiras militares, sendo alguns membros do Conselho Supremo Militar e todos idade avançada quando da titulação. Ademais, chama atenção o fato de todos eles terem se tornado grandes do império, ainda que apenas barões com honras de grandeza. A única exceção, neste caso, é José Egídio Gordilho de Barbuda, feito visconde por d. Pedro I. Finalmente, é possível imaginar que, dado a idade avançada, tenham recebido títulos nobiliárquicos como resultado de sua trajetória militar como um todo (e não em razão de fatos pontuais).

Até a ascensão da Conciliação, 85 títulos tinham sido concedidos, ou seja, o agraciado não possuía títulos, o que corresponde a 72,65% do total de títulos ofertados nesse período, e 32 títulos foram elevações, isto é, o nobilitado já possuía um título de nobreza e recebeu honras de grandeza ou um título mais elevado. Dos 82 títulos ofertados durante a Conciliação, 60 foram concessões, o que corresponde a 73,17% do total de títulos e 22 foram elevações. Se em termos de incluir novas pessoas na categoria de nobres do Império, esses gabinetes mantiveram uma tônica política semelhante, o mesmo não se pode dizer em relação à hierarquia dos títulos concedidos para aqueles que ainda não eram nobres. Das 85 concessões praticadas da Maioridade até 06 de setembro de 1853, apenas 14 delas, 16,47%, correspondiam a títulos com grandeza, porém das 60 concessões feitas pela Conciliação, 22 delas, 36,66%, eram de títulos com grandeza, sendo que 19 delas foram ofertadas aos senadores.

Esses dados nos permitem afirmar que, embora em termos quantitativos, a inclusão de novos nobres na política imperial tenha se processado de modo semelhante, o uso disso feito pelo gabinete do Paraná foi bastante particular, por romper, parcialmente,

³⁵³ Era segundo suplente do primeiro delegado de chefe de polícia, era fazendeiro de açúcar, aguardente e café, no município neutro (fazenda em Bangu). *Almanak Laemmert*, 1854, p. 92, p. 108, e p. 123; *Almanak Laemmert*, 1855, p. 111, p. 296. Embora não se saiba a data de nascimento, sabe-se que ele faleceu em 04 de julho de 1864. *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 363.

³⁵⁴ Era brigadeiro e inspetor do segundo distrito militar. *Almanak Laemmert*, 1855, p. 239; e *Almanak Laemmert*, 1856, p. 249. Em 1865, tornou-se ministro da Guerra e em 1866, alcançou o posto de tenente general do Exército brasileiro. Era filho do 1º visconde de Camamu com grandeza, o também José Egídio Veloso de Barbuda, titulado por d. Pedro I, em 12 de outubro de 1828. Mario Teixeira de Carvalho, *Nobiliário Sul Riograndense*, *op. cit.*, p. 45-46.

com a política vigente até então, ofertando títulos hierarquicamente mais elevados e a algumas pessoas vinculadas às altas esferas do Estado e ao Exército.

Assim, no que se refere ao uso dos títulos de nobreza como instrumento para a execução da política ministerial, o Gabinete da Conciliação pode ser interpretado, em dois aspectos, como uma ruptura em relação à nobilitação praticada até então, seja pelo alto número de títulos ofertados por um único gabinete, seja pela hierarquia dos títulos ofertados, predominando aqueles com grandeza.

Vale lembrar que os onze gabinetes que antecederam a Conciliação ofertaram 117 títulos de nobreza, enquanto o ministério presidido por Honório Hermeto concedeu 82 títulos. Se não bastasse o elevado número de títulos da Conciliação, há que lembrar que 43 deles eram grandes do Império e apenas 39 desprovidos de grandeza. Números bastante distintos daqueles ofertados desde a Maioridade, isto é, 46 títulos com grandeza e 71 sem grandeza.

Finalmente, outro dado que merece destaque é a quantidade de senadores nobilitados pelo gabinete de Honório Hermeto, 19 no total; dado que, contudo, não pode ser interpretado como uma inovação da política do presidente do ministério (ao menos em termos proporcionais), mas sim como uma retomada da prática inaugurada, no Segundo Reinado, pelo segundo gabinete maiorista, o ministério regressista de 23 de março de 1841.

Assim, dos 82 títulos ofertados pela Conciliação, 19 foram a senadores, o que corresponde a 23,17% das nobilitações. Já dos 19 títulos ofertados pelo gabinete de 1841, sete foram dados a senadores, totalizando 36,84% das concessões (aqui incluído o título de barão de Barra Grande, ainda que Francisco de Lima e Silva tenha declinado tal oferta), ou seja, chama a atenção a coincidência da nobilitação expressiva de senadores em momentos em que tramitavam projetos de reforma da legislação vigente até então. Em 1841, tramitava justamente o projeto de reforma da lei do judiciário (aprovada em 03 de dezembro de 1841), e em 1855, tramitavam as reformas eleitoral e judiciária.

Dessa forma, se Carneiro Leão inovou na quantidade e na hierarquia dos títulos ofertados, se comparado aos gabinetes anteriores, o mesmo não pode ser dito em relação aos senadores. Neste caso, é possível que tenha buscado inspiração na prática instaurada por seus correligionários políticos em 1841.

Finalmente, apesar dos esforços do marquês do Paraná para ver aprovada a reforma eleitoral, transformada em lei em 19 de setembro de 1855 e executada no ano seguinte, quando da eleição da legislatura que assumiria em 1857, ele não viveu o

suficiente para ver o resultado prático da aplicação do diploma e, portanto, a configuração da nova legislatura. Carneiro Leão faleceu em 03 de setembro de 1856, às vésperas de completar três anos na presidência do gabinete. Foi substituído, então, pelo marquês do Caxias, que permaneceu no cargo até a nomeação de um novo gabinete em 04 de maio de 1857.

Merece destaque que, nos oito meses da presidência de Caxias, nenhum título nobiliárquico foi ofertado, prática que seria retomada com muita cautela pelo próximo presidente de gabinete, o marquês de Olinda, que ofertou apenas um único título ao longo do ano de 1857, e outros onze até dezembro de 1858, quando assumiria um novo ministério. Ao que parece, a concessão de títulos de nobreza retomava o ritmo anterior ao da ascensão da Conciliação, já que expressivas nobilitações só voltariam a acontecer em 14 de março de 1860, quando seriam ofertados 31 títulos.

Capítulo 2:

Entre as províncias do Norte e a região do Prata:

a política de nobilitação de 1857 a 1871

O que significam, o que representam esses signaes, essas distincções honorificas prodigalizadas sem critério, ou vendidas a quem quer que lhes chegue a preço? Um dia há de vir, se já não é vindo, em que os distinctos serão aquelles que as não trouxeram, ou em que venham ellas á cahir no desprezo publico! Quem não terá vergonha d'esta honra?

[Landulfo Medrado, *Os corteãos e a viagem do imperador*, p. 37-38]

Com essas palavras, Landulfo Medrado, em 1860, revelou seus questionamentos acerca da oferta de títulos de nobreza e distincções honoríficas na monarquia brasileira, sugerindo que não havia critérios para a oferta de tais distincções, e que poderiam ser vendidas a quem pudesse pagá-las. Se não bastasse tal opinião, ele ainda considerava a hipótese que seria mais distinto aquele indivíduo que não possuísse essas distincções, sendo que um dia em que cairiam no desprezo público.

Seu livro foi publicado em 1860, após a viagem do imperador às províncias do Norte; Pedro II deixara o porto do Rio de Janeiro em 01 de outubro de 1859, rumo às províncias da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Alagoas e Espírito Santo, retornando apenas em 11 de fevereiro do ano seguinte. O texto de apresentação da obra de Medrado, escrita na Bahia, é datado de 27 de abril de 1860, ou seja, pouco depois da larga nobilitação praticada, em março do mesmo ano, em decorrência da viagem do monarca. Evidente, portanto, o diálogo com a situação política das províncias e do Império, e com a oferta de distincções para aqueles indivíduos que, por alguma razão, mereceram a honraria.

Ao que tudo indica, esse livro, *Os corteãos e a viagem do imperador*³⁵⁵, foi escrito em um momento muito próximo da viagem de d. Pedro II, o que, de alguma forma, contribuiu para sua argumentação bastante firme a respeito das incompatibilidades entre a monarquia brasileira e a existência de uma corte, além de revelar a perspicaz análise do autor sobre a oferta de distincções na monarquia brasileira.

³⁵⁵ Landulfo Medrado, *Os corteãos e a viagem do imperador. Ensaio político sobre a situação*. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1860. Para uma interpretação deste panfleto e de outros publicados nessa mesma década, consultar Silvana Mota Barbosa, “‘Panfletos vendidos como canela’: anotações em torno do debate políticos nos anos 1860” in José Murilo de Carvalho (org.), *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 153-183.

Assim, como será analisado neste capítulo, as ideias de Landulfo Medrado estavam em completa sintonia com o momento político em que escreveu seu livro. Se sua opinião sobre a concessão de honrarias já se revelava então correta, com o passar dos anos se mostraria ainda mais lúcida e pertinente.

Neste capítulo, analisaremos a concessão de títulos de nobreza praticada durante a vigência de doze gabinetes ministeriais, entre 1857 e 1871, período marcado, entre outros episódios, pela turbulência na política econômica do Império do Brasil, pela formação da Liga Progressista e pela Guerra do Paraguai. Além disso, foi, nesse período, que um surto de cólera afetou diversas províncias e que d. Pedro II viajou para as províncias do Norte para fomentar o desenvolvimento dessas províncias, estimular a superação da crise econômica e também inaugurar institutos agrícolas.

Tal recorte cronológico foi adotado, pois, como vimos no capítulo anterior, o gabinete da Conciliação marcou um uso diferente dos títulos de nobreza, tanto pela quantidade dos títulos ofertados, quanto em razão do perfil dos nobilitados. Assim, é evidente que o primeiro gabinete após a Conciliação tenha sido adotado como marco inicial. Como marco cronológico final optamos pela data que marca o fim do gabinete presidido pelo visconde de São Vicente e consequente ascensão do ministério chefiado por visconde do Rio Branco, já que este foi o primeiro gabinete a assumir após formalmente finda a Guerra do Paraguai, cujo tratado de paz foi assinado em 01 de março de 1871, e, cuja duração, pouco mais de quatro anos, demarcava uma clara mudança em relação à relativa brevidade dos ministérios anteriores.

Dentro da cronologia adotada, não é possível perceber uma uniformidade ou regra geral para o uso dos títulos de nobreza, de modo que houve diferentes justificativas para a concessão dos títulos, bem como nobilitados de distintos perfis. Finalmente, a eclosão da Guerra do Paraguai promoveu um largo impacto na oferta de títulos de nobreza, tanto no que se refere à hierarquia dos títulos, quanto ao perfil dos agraciados.

Cabe ainda destacar que esses doze gabinetes permaneceram tempos diferentes na condução da política imperial, o que também interferiu na quantidade de títulos ofertados por cada um deles. Assim, o gabinete de 04 de maio de 1857, presidido pelo marquês de Olinda, ofertou, em seus 19 meses de governo, apenas 12 títulos de nobreza, ou seja, uma média de 0,63 títulos por mês. Já o gabinete de 12 de dezembro de 1858, chefiado pelo visconde de Abaeté com grandeza, concedeu apenas três títulos de nobreza, em oito meses de governo, isto é, uma média de 0,37 títulos por mês. O gabinete de 10 de agosto de 1859, presidido por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ofertou 47 títulos, durante os 19 meses

de governo, uma média de 2,47 títulos por mês³⁵⁶; destacando-se, claramente dos imediatamente anteriores e daquele que lhe sucedeu. Finalmente, o gabinete seguinte, de 03 de março de 1861, chefiado por Luís Alves de Lima e Silva (marquês de Caxias), ofertou nove títulos de nobreza, uma média de 0,64 títulos por mês.

Os próximos seis gabinetes compõem o período da Liga Progressista, inaugurada com a ascensão de Zacarias de Góes e Vasconcelos como chefe do breve gabinete de 24 de maio de 1862, que sobreviveu por apenas seis dias e não concedeu títulos nobiliárquicos. O segundo gabinete da Liga, de 30 de maio de 1862, presidido pelo marquês de Olinda, ofertou apenas seis títulos de nobreza, uma média de 0,31 títulos por mês. O terceiro gabinete, de 15 de janeiro de 1864, chefiado novamente por Zacarias de Góes, concedeu um único título, uma média de 0,14 títulos por mês.

O quarto gabinete, de 31 de agosto de 1864, presidido por Francisco José Furtado, ofertou quatro títulos de nobreza, uma média de 0,44 títulos por mês. O quinto ministério, de 12 de maio de 1865, chefiado novamente pelo marquês de Olinda, ofertou cinco títulos de nobreza, uma média de 0,33 títulos por mês. O sexto e último ministério da Liga Progressista, presidido, mais uma vez, por Zacarias de Góes, de 03 de agosto de 1866, ofertou 101 títulos nobiliárquicos, o que corresponde à maior média do período, 4,21 títulos por mês.

Os últimos dois gabinetes analisados nesse capítulo são aqueles de 16 de julho de 1868, chefiado pelo visconde de Itaboraí com grandeza, que ofertou 21 títulos, uma média de 0,77 títulos por mês, e o de 29 de setembro de 1870, chefiado pelo também visconde de São Vicente com grandeza, que concedeu quatro títulos, uma média de 0,66 títulos por mês. Assim, neste capítulo, pretendemos analisar de que modo os títulos de nobreza foram utilizados e se serviram, de forma explícita ou não, à macro política, levando em

³⁵⁶ Analisando esses três gabinetes em conjunto, Sérgio Ferraz afirma que “os três primeiros gabinetes que sucedem a Paraná e Caxias podem ser arrolados como integrantes de um período ‘pós-conciliação’, no sentido de que essa bandeira, estimulada, também, pela Coroa, conserva, no intervalo em foco, substantivo apelo no meio político-parlamentar, exercendo influência central na composição dos ministérios da época, sempre ‘mistos’. No entanto, não obstante esse apelo, não se verifica, na dinâmica prática da política, a emergência de agendas consensuais ou, ao menos, suscetíveis de carrear para os governos apoio legislativo confiável. Ao contrário, essa quadra histórica assiste – superposta à conciliação e, em boa medida, corroendo-a – a cristalização de aguda polarização de posições, no Legislativo e na sociedade, em torno de medidas monetário-financeiras, em especial no que concerne à política bancária e de crédito. Essas divisões irão reacender antigas rivalidades político-partidárias e engendrar novas oposições, preparando o terreno para importantes recomposições no quadro partidário imperial a partir do início da década de 1860”. Sérgio Eduardo Ferraz, *O Império revisitado: instabilidade ministerial, câmara dos deputados e Poder Moderador (1840 – 1889)*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH – USP, 2012, p. 118.

consideração os critérios usados para a oferta desses títulos, sua hierarquia e o perfil dos nobilitados.

2.1. Da Conciliação à Liga Progressista: diferentes usos dos títulos nobiliárquicos

Em meados da década de 1850, o Império do Brasil conheceu, entre outros episódios, uma devastadora epidemia de cólera, que assolou diversas províncias em 1855 e 1856, uma grave crise econômica que motivou diferentes posicionamentos acerca da política financeira imperial, aprofundando os embates no legislativo e demarcando novos posicionamentos políticos, além da fundação de diversos institutos agrícolas com o propósito de fomentar o desenvolvimento da agricultura em diversas províncias.

Em termos de política ministerial, a morte do marquês de Paraná (assumindo “interinamente” a pasta o marquês de Caxias) deixara um vácuo na condução da política da Conciliação. Para substituir esse gabinete, presidido pelo marquês de Caxias, o imperador deu a presidência do novo ministério para outro marquês³⁵⁷. Assim, em 04 de maio de 1857, o marquês de Olinda assumiu a chefia do gabinete e a pasta do Império, composto também por Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, que atuava na pasta da Justiça, pelo visconde de Maranguape com grandeza (Caetano Maria Lopes Gama), na pasta dos Estrangeiros, por Bernardo de Sousa Franco, na pasta da Fazenda, por José Antônio Saraiva, na pasta da Marinha e por Jerônimo Francisco Coelho, na pasta da Guerra³⁵⁸.

³⁵⁷ Sobre a saída de Caxias da presidência do gabinete, Sérgio Ferraz afirma que “desaparecido Paraná, portanto, assumiu Caxias numa reorganização forçada pelas circunstâncias e que carregava, claramente, o timbre da provisoriedade, voltada tão somente a ultimar algumas das medidas iniciadas pelo ministério da Conciliação. [...] Desse modo, em maio de 1857, concluída a execução da reforma eleitoral e ciente da falta de suporte na legislatura que se inaugurava, o ministério preferiu antecipar-se a eventuais dificuldades com a nova Câmara e entregar os postos”. Sérgio Eduardo Ferraz, *O Império revisitado*, op.cit., p. 116. De acordo com José da Costa Porto, “Nabuco de Araújo, em seu realismo habitual, cuida de antecipar a ‘saída honrosa’, sugerindo a Caxias a renúncia coletiva repetindo, em carta de 29 de abril, o que lhe dissera verbalmente: à vista do estado da Câmara dos Deputados, estamos mortos e é preciso que tratemos do nosso enterro, antes que venha a putrefação que pode prejudicar a todos’, assombrando-o as consequências ‘da crise tão prolongada’, como a que enfrentavam – ‘ser governo, sem sê-lo, direção sem força moral, responsabilidade sem ação’, - para o que só enxergava como solução urgente instar junto ao imperador ‘por nossa demissão’”. José da Costa Porto, *O marquês de Olinda e seu tempo*. Recife: Governo de Pernambuco Conselho Estadual de Cultura, 1974, p. 248.

³⁵⁸ Barão de Javari, *Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 117-118. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “no caso da conciliação, o próprio Olinda, que tanto combateu a obra do ministério Paraná, mas que não recusará a incumbência de continuá-la, diz, ao oferecer em maio de 1857 à Câmara o programa do ministério, sob sua presidência, de 4 do mesmo mês e ano, que a necessidade primeira do país está na concórdia dos espíritos”, *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 55.

A característica central desse gabinete foi a condução da política econômica pelo ministro Bernardo de Sousa Franco. De acordo com o historiador Bruno Fabris Estefanes, a política financeira adotada pode ser caracterizada pela “pluralidade bancária, retirando do Banco do Brasil a responsabilidade única pelas emissões de moeda, o que acabou criando uma impactante bolha de crédito, com emissões muito acima do volume de capital real dos bancos”. Tal política, seguindo a argumentação desse historiador, entrava em conflito com a política econômica dos saquaremas, cuja ortodoxia financeira, implementada entre 1848 e 1853, continuava a ser a base da política econômica do país. Esse conflito fez com que o gabinete passasse a enfrentar grande oposição no Legislativo no início da sessão de 1858, contribuindo para a queda do ministério³⁵⁹.

Apesar das polêmicas que envolveram o ministro Sousa Franco e a falta de unidade política em torno de suas propostas, não é possível afirmar que os títulos de nobreza ofertados durante a permanência deste gabinete no poder tenham sido utilizados com o propósito de garantir adeptos para essa política econômica, tampouco para apaziguar os ânimos daqueles contrários à pluralidade bancária, já que, como se verá, apenas doze títulos foram ofertados, na maioria dos casos, a indivíduos distantes deste cenário político e econômico.

Dois meses após o início deste ministério, foi concedido o primeiro título de nobreza, um baronato a um indivíduo de Minas Gerais. Em 04 de julho de 1857, João Evangelista de Carvalho, natural da cidade de Uberaba, e que seria eleito deputado provincial por Minas Gerais nesse mês de julho, foi agraciado com o título de barão de Campo Formoso³⁶⁰.

No ano seguinte, em fevereiro de 1858, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, residente em Maceió (Alagoas), foi agraciado barão de Atalaia. Na ocasião da titulação, era membro de uma comissão encarregada de presentear o presidente dessa província (Antônio Coelho de Sá e Albuquerque) com uma baixela de prata, em consideração aos serviços por ele prestados para combater a epidemia de cólera. Além disso, era casado com Ana Luísa Vieira de Sinimbu, irmã de João Lins Vieira Cansansão

³⁵⁹ Bruno Fabris Estefanes, *A experiência progressista: partidos, eleições e política pós-Conciliação no Império do Brasil (1859-1868). Relatório de Qualificação – doutorado*. São Paulo: FFLCH-USP, 2015, p. 26.

³⁶⁰ Barão de Vasconcellos e Barão Smith de Vasconcellos, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII, p. 104; *Jornal do Comércio*, 15 de julho de 1857; e *Correio Mercantil*, 21 de julho de 1857.

de Sinimbu – senador por Alagoas desde 1857 –, tendo atuado na província como forte aliado do cunhado, sendo detentor de grande força eleitoral na região³⁶¹.

De perfil distinto ao desses dois nobilitados, o terceiro agraciado, em junho de 1858, foi Luís da Cunha Moreira. Almirante da Marinha brasileira, conselheiro de guerra desde 1841, tinha quase 81 anos quando teve o privilégio de se tornar visconde de Cabo Frio com honras de grandeza. Chama a atenção que este indivíduo ligado à Marinha imperial, ao contrário dos outros dois barões, tenha tido o privilégio de receber um título de visconde com grandeza e entrar para a categoria de grandes do Império, ao ser nobilitado com o seu primeiro título de nobreza.

É possível que a sua idade avançada e a sua vasta trajetória, que incluía também ter sido ministro da Marinha do gabinete de 17 de julho de 1823, tenham contribuído para a nobilitação com tal título, de modo que o seu ingresso na nobiliarquia brasileira não fora resultado de algum serviço específico prestado a bem do Estado imperial, mas sim como recompensa por tudo o que ele já havia feito em vida, do mesmo modo que outros indivíduos com esse perfil político tinham sido nobilitados pelo Gabinete da Conciliação³⁶².

Em agosto de 1858, José Caetano de Oliveira, importante fazendeiro no Paraná, fundador da cidade de Palmeira, nessa mesma província, juntamente com seu sogro e seus cunhados, foi agraciado com o título de barão de Tibagi³⁶³. Meses depois, em novembro, outro fazendeiro, Amador Rodrigues de Lacerda Jordão, da província de São Paulo, foi

³⁶¹ Lourenço Cavalcanti de Albuquerque Maranhão faleceu em 13 de fevereiro de 1867 e sua esposa faleceu anos depois, em 03 de maio de 1876. *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 64; Francisco Reinaldo Amorim de Barros, *ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. Brasília: Senado Federal, 2005, vol. 2, p. 220-221; Manuel Diegues Júnior, *O banguê nas alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional*. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 276; *Correio Mercantil*, 7 de março de 1858; e *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de julho de 1857.

³⁶² Nasceu em 01 de outubro de 1777 e faleceu em 28 de agosto de 1865. *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 88; Laurênio Lago, *Conselheiro de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar – Ministros do Supremos Tribunal Militar*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944, p. 19; *Almanak Laemmert*, 1858, p. 235; *Almanak Laemmert*, 1857, p. 237; e Manuel de Mello Cardoso Barata, “Notas biographicas do Almirante Luiz da Cunha Moreira (visconde de Cabo Frio)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 83, 1918, p. 71-90. Em 1855, durante o Gabinete da Conciliação, alguns indivíduos com esse perfil foram nobilitados, como Antero José Ferreira de Brito, feito barão de Tramandaí com grandeza, Francisco José de Sousa Soares de Andréia, feito barão de Caçapava com grandeza, e Gregório de Castro Morais e Sousa, feito barão de Piraquara com grandeza. Para outras informações sobre esses titulados, consultar o primeiro capítulo desta tese.

³⁶³ *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 505-506.

agraciado barão de São João do Rio Claro. Era membro do Partido Conservador e deputado provincial de São Paulo, quando foi nobilitado³⁶⁴.

Finalmente, os últimos sete títulos ofertados durante a existência deste gabinete foram concedidos em 02 de dezembro de 1858, data natalícia do imperador Pedro II, a figuras que, de alguma maneira, contribuíram para o combate da epidemia de cólera em diversas províncias, o que serviu, independentemente de suas trajetórias biográficas, como justificativa para a oferta dos títulos. Nos anos de 1855 e 1856, diversas províncias do Império do Brasil foram surpreendidas com o surto de cólera-morbo. Doença pouco conhecida à época, sem cura e sem garantias de como era a transmissão, provocou a morte de um elevado número de pessoas.

As primeiras manifestações da doença começaram no Pará, de lá se espalharam para a Bahia e para as outras províncias vizinhas, como Pernambuco³⁶⁵. Devido à rápida evolução da doença, as pessoas morriam em poucos dias, o que contribuiu para aumentar o pânico da população em relação à moléstia que grassava. Segundo estimativas citadas por Onildo Reis David, baseando-se em cálculos feitos pelo barão de Lavradio e por Lycurgo Santos Filho, no Brasil, morreram, aproximadamente, 200 mil pessoas³⁶⁶, das quais 36 mil na Bahia, 30 mil na Paraíba, 37.500 pessoas em Pernambuco, quase 5.000 pessoas no Rio de Janeiro, sendo as demais vítimas de outras províncias, como o Pará, Amazonas, Maranhão, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte³⁶⁷. Ainda que as consequências da epidemia tenham atingido todas as províncias afetadas, especificamente na Bahia a epidemia desestruturou o abastecimento de gêneros alimentícios e a economia local, consequência da alta mortalidade escrava³⁶⁸.

Para exemplificar o impacto que a quantidade de escravos mortos teve nos engenhos baianos, Onildo Reis David cita duas cartas recebidas por João Maurício Wanderley (futuro barão de Cotegipe com grandeza). Na primeira, o presidente da

³⁶⁴ *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 453-454; *Correio Paulistano*, 09 de outubro de 1854 e 11 de dezembro de 1855; *O Publicador Paulistano*, 02 de setembro de 1857 e 24 de outubro de 1857; e *A Pátria*, 04 de novembro de 1857.

³⁶⁵ Em dezembro de 1855, a epidemia chegou a Pernambuco. Onildo Reis David, *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-56*. Bahia: dissertação de mestrado, UFBA, 1993, p. 85.

³⁶⁶ Onildo Reis David, *op.cit.*, p. 37-38.

³⁶⁷ Tais números são aproximados e coletados pelo pesquisador Onildo Reis David a partir de registros feitos à época da epidemia. Onildo Reis David, *op.cit.*, p. 146-147. Sobre as províncias atingidas, consultar também Kaori Kodama, "Geografia da cólera: a corte e seus arredores durante a epidemia de 1855". *Anais da ANPUH*, 2011. Disponível em

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299346108_ARQUIVO_Geografiadacolera.pdf - acesso em 04/10/2017.

³⁶⁸ Sobre a epidemia, consultar Onildo Reis David, *op.cit.*

província (Álvaro Tibério de Moncorvo Lima), em outubro de 1855, escreveu a ele “meu mano que é dos mais felizes já perdeu seus 20 escravos, outros 60, 80, etc.”, na outra carta, Pedro Moniz Barreto de Aragão, que possuía, aproximadamente, 1350 escravos em seu engenho, afirmou que a mortalidade escrava estava fazendo-o pensar em outra fonte de renda. Em suas palavras, “já temos perdido 138 escravos, mais de 10 por cento do número total da escravatura de nossa casa [...]. Tento hoje a nomeação de juiz na capital [...] desejo segurar o meu futuro, se o cholera não me levar, e me reduzir a não poder ser mais lavrador”³⁶⁹.

Frente a esse cenário, não é de estranhar que o arcebispo da Bahia, d. Romualdo Antônio de Seixas, interpretasse a epidemia como castigo divino, uma punição pelos pecados praticados pelos homens e especialmente por aqueles cometidos dentro das igrejas, durante a realização das eleições³⁷⁰.

Figura ligada à política e à religião, e advogando as preces e procissões como solução à epidemia, foram evidentes o esforço e a atuação de d. Romualdo Antônio de Seixas, na Bahia, figura do clero mas também da política, preocupado em manter sua base eleitoral. Segundo David, “O bispo era um homem político, tendo sido deputado na província e na Corte por várias legislaturas, um homem que não deixaria escapar uma oportunidade tão propícia como a do cólera para fortalecer sua autoridade frente a seu rebanho”³⁷¹.

Assim, nesse contexto de alta mortalidade em diferentes províncias, o Império procurou recompensar alguns daqueles que contribuíram, de alguma forma, para o combate da epidemia, ofertando a eles títulos de nobreza. Ainda assim, o número de concessões foi bastante reduzido se comparado tanto ao impacto da doença nessas províncias, quanto ao total de titulações praticadas pelo gabinete da Conciliação.

Dos sete títulos ofertados nessa conjuntura, dois eram de conde, dois de visconde com honras de grandeza, um de visconde e dois de barão. O mencionado d. Romualdo Seixas, por seus serviços contra o cólera na Bahia foi agraciado com seu primeiro título de nobreza, o de conde de Santa Cruz³⁷². O único outro titulado a alçar a posição de conde, foi Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama, deputado pelo Rio de Janeiro, presidente

³⁶⁹ Onildo Reis David, *op.cit.*, p. 155.

³⁷⁰ A epidemia era tanto castigo divino que d. Romualdo a chamava de cólera divina. Onildo Reis David, *op.cit.*, p. 96-97.

³⁷¹ Onildo Reis David, *op.cit.*, p. 106.

³⁷² *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 414-415; e *Jornal do Comércio*, 02 de dezembro de 1858, suplemento ao nº 331.

da Câmara dos Deputados na legislatura de 1857 a 1860, além de fazendeiro e detentor do título de visconde de Baependi com grandeza, tornando-se doravante conde de Baependi³⁷³.

A surpresa e a gratidão por ter sido nobilitado com o título de conde de Santa Cruz fizeram com que d. Romualdo Antônio de Seixas redigisse uma carta ao monarca agradecendo a lembrança e o título nobiliárquico. Em suas palavras,

Senhor, bem longe estava eu de pensar que Vossa Majestade Imperial se dignaria de lançar suas vistas sobre mim, para ainda uma vez honrar-me e engrandecer-me, quando recebi a notícia de haver-me Vossa Majestade Imperial conferido o título de conde de Santa Cruz.

Não tenho, senhor, outro merecimento que os sinceros e ardentes desejos de servir à causa da religião e da monarquia; e suposto toda a minha vida pública, já mais de quarenta anos, ateste a firme adesão, ou antes o culto que, no meio de tantas vicissitudes por que havemos passado, sempre consagrei a esses dois grandes objetos, que o próprio evangelho parece equiparar, colocando na mesma linha o que é devido a Deus, e o que é devido a César, contudo os serviços, pela deficiência de muitas forças, estão muito abaixo da altura da missão que eles impõem. Mas os monarcas, senhor, imagens de Deus sobre a terra, também aceitam e avaliam, como Ele mesmo, o pouco que se faz, quando nascido de uma consciência pura, e nunca desmentida lealdade.

É isto o que Vossa Majestade Imperial acaba de patentear na sua impiedosa munificência, dando-me este novo testemunho de apreço e consideração. Depondo pois aos pés do trono de Vossa Majestade Imperial a homenagem do meu profundo reconhecimento, redobrarei minhas incessantes súplicas ao soberano árbitro dos impérios, para que abençoe e felicite o reinado de Vossa Majestade Imperial com todas as prosperidades, que nos asseguram a religiosidade, a sabedoria, e o espírito de justiça que abrilhantam o cetro glorioso de Vossa Majestade Imperial.

Deus guarde e conserve a preciosa vida de Vossa Majestade imperial e de sua augusta família. Bahia, 20 de dezembro de 1858.

De Vossa Majestade imperial humilde súdito Romualdo, arcebispo da Bahia, conde de Santa Cruz³⁷⁴.

Ao assinar a carta, d. Romualdo colocava-se, humildemente, como súdito do imperador, mas registrava, ao lado de seu nome, seu posto religioso na arquidiocese, bem como seu mais novo título, desta vez, o de nobreza.

Além dos agraciados com o título de conde, Francisco do Rego Barros e Manuel Lopes Pereira Bahia tiveram seus baronatos com grandeza elevados para viscondados com grandeza. Ambos foram agraciados em razão de suas contribuições no combate ao cólera; o primeiro deles, senador pernambucano, teve seu título elevado a visconde da

³⁷³ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 69-70; *Jornal do Comércio*, 02 de dezembro de 1858, suplemento ao nº 331.

³⁷⁴ Arquivo do Museu Imperial, Arquivo da Casa Imperial do Brasil, maço 126, doc. 6275, *apud* Pedro II, *Viagens pelo Brasil: Bahia, Sergipe, Alagoas, 1859-1860*. Prefácio e notas Lourenço Luís Lacombe. Rio de Janeiro: Bom texto, Letras e Expressões, 2003, p. 52.

Boa Vista com grandeza³⁷⁵, já o segundo, negociante fluminense, foi elevado a visconde de Meriti com grandeza³⁷⁶.

Quanto aos outros três titulados em razão da epidemia, o fazendeiro e vereador em Santo Amaro (Bahia), Manuel de Oliveira Mendes, teve o seu título de barão de Itapicuru de Cima elevado a visconde com a mesma designação³⁷⁷; vale destacar que, segundo a historiografia o referido barão teria, como contribuição à causa, oferecido alforriar seus escravos que trabalhassem no enterro dos mortos pelo cólera³⁷⁸. Dado o desconhecimento da forma de transmissão da doença, muitos cadáveres foram deixados insepultos, contribuindo para a proliferação da epidemia³⁷⁹. Como a população se negava a enterrar os mortos, a atuação do barão visava a sanar este mal, oferecendo a alforria àqueles cativos seus que se dispusessem a aceitar tal incumbência.

Finalmente, outros dois indivíduos tiveram a oportunidade de ingressar na nobiliarquia brasileira nessa ocasião. Estevão Cavalcanti de Albuquerque, senhor de engenho em Pernambuco, em remuneração à sua atuação na Paraíba, tornou-se barão de Merepi³⁸⁰; e Ana Rufina de Sousa Franco Correia, viúva de Ângelo Custódio Correia (falecido em 1856), vice-presidente do Pará, primeira província afetada pelo cólera, tornou-se baronesa de Cameté em recompensa aos serviços prestados pelo marido³⁸¹.

Apesar da alta mortalidade provocada pela epidemia de cólera, aproximadamente 200 mil pessoas, tão somente sete indivíduos tiveram o privilégio de receber um título de nobreza, tanto na forma de concessão, quando de elevação. Além desses números discrepantes, é importante retomar o perfil desses nobilitados, ou seja, pessoas ligadas à Igreja, à política, e às esferas locais, sem que médicos e outros envolvidos no trato com os doentes (ainda que muitos tenham falecido também) tivessem sido lembrados pelo imperador, ou seus ministros, para receberem tal honraria. Tampouco foram lembrados

³⁷⁵ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 81-82; e *Jornal do Comércio*, 02 de dezembro de 1858, suplemento ao nº 331.

³⁷⁶ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 285-286; e *Jornal do Comércio*, 02 de dezembro de 1858, suplemento ao nº 331.

³⁷⁷ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 217; Antônio Bulcão Sobrinho, *Titulares baianos*, 1946, p. 98-99; e *Jornal do Comércio*, 02 de dezembro de 1858, suplemento ao nº 331.

³⁷⁸ “Solicitado pelo médio Cipriano Betâmio a ceder escravos do seu engenho para trabalhar no transporte e incineração dos cadáveres, o Barão de Itapicuru alegou não poder obriga-los a isso, pois via no serviço morte certa. E talvez um prejuízo certo, diríamos. Contudo, Itapicuru propôs alforria àqueles que, aceitando o empreendimento, escapassem com vida. De todos os cem cativos do engenho, apenas dois aceitaram a arriscada oferta de liberdade. Quando acontecia dos escravos morrerem nos trabalhos das inumações, seus donos tratavam de pedir indenização ao governo”, Onildo Reis David, *op.cit.*, p. 73.

³⁷⁹ Onildo Reis David, *op.cit.*, p. 135.

³⁸⁰ *Jornal do Comércio*, 02 de dezembro de 1858, suplemento ao nº 331.

³⁸¹ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 101; e *Jornal do Comércio*, 02 de dezembro de 1858, suplemento ao nº 331.

aqueles diretamente envolvidos na condução da política ministerial ou aqueles afetados pela política econômica da pluralidade bancária.

Essas nobilitações em recompensa às atuações no combate à epidemia foram as últimas praticadas durante a permanência deste gabinete; feitas apenas dez dias antes da assunção no novo ministério³⁸². Assim, pouco mais de dezenove meses no poder, o ministério foi substituído, segundo Sérgio Buarque de Holanda, em consequência da política econômica por ele conduzida, ou seja, “não foi propriamente a inoperância, nem a heterogeneidade de sua composição, o que matou afinal o ministério Olinda, é sim o apoio que deu aos planos de pluralidade bancária e crédito amplo, em suma aquilo a que se chamou o ‘carnaval financeiro’ promovido pelo ministro da Fazenda, o liberal Bernardo de Sousa Franco”³⁸³. Também Sérgio Ferraz, coloca como central questão bancária, acompanhada pela perda de apoio em meio aos senadores e ao imperador, como motor de sua substituição³⁸⁴.

Aqui, é importante ressaltar que esse ministério estava sendo questionado por causa da política econômica de Sousa Franco desde o início da sessão legislativa desse ano, 1858, e que, nesse momento, 02 de dezembro, o gabinete não havia conquistado apoio do monarca para essa política, tampouco possuía unidade interna a ponto de garantir a continuidade da execução dessa política econômica³⁸⁵.

Contudo, mesmo diante desse cenário, não houve uma preocupação em nobilitar envolvidos nesse contexto, e os indivíduos, que tiveram a oportunidade de receber títulos mais elevados ou com grandeza, não eram figuras capazes de interferir de alguma forma na manutenção dessa política econômica, nem mesmo na permanência deste gabinete no

³⁸² De acordo com José da Costa Porto, “quebrando a coesão do conjunto, trazendo à tona os fatores íntimos das divergências partidárias, que a Conciliação não lograva obliterar, a nomeação de Felizardo [Sousa Melo para presidente de Pernambuco] marcava o começo, ou antes, o ponto da decomposição interna e, prevendo não seria possível enfrentar a oposição da Câmara que, na próxima legislatura, se viria somar à do Senado, e não querendo abandonar o auxiliar correto e leal, Olinda prefere apresentar a demissão do Gabinete”, *op.cit.*, p. 259-260.

³⁸³ Sérgio Buarque de Holanda, *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 62-63.

³⁸⁴ Nas palavras de Sérgio Ferraz, “anota Costa Porto igualmente que a postura refratária ao gabinete da casa vitalícia, liderada pelo núcleo saquarema ali existente, não se devia somente às opções financeiras dos incumbentes, mas voltava-se, essencialmente, contra o Partido Liberal, o qual ‘renascia e ganhava alento e se fortaleceria ainda mais com o [eventual] êxito do Ministro da Fazenda’. Era, no limite, contra a Conciliação que boa parte do Senado se manifestava. [...] Afastado, portanto, da Coroa e anteveendo sua completa inviabilidade diante do Legislativo, o Gabinete perdeu os dois sustentáculos essenciais a qualquer ministério no Segundo Reinado e não teve alternativa senão retirar-se”, *op.cit.*, p. 120-121.

³⁸⁵ Sobre esta questão, ver, entre outros, Hernán Enrique Lara Sáez, *O Tonel das Danaides: um estudo sobre o debate do meio circulante no Brasil entre os anos de 1850 a 1866 nas principais instâncias decisórias*, especialmente o capítulo 2, “As instabilidades de 1853 e 1857: alguns índices do período”. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2013; Bruno Fabris Estefanes, *op.cit.*

poder, que, como se sabe, foi substituído em 12 de dezembro de 1858, portanto, dez dias depois dessas nobilitações³⁸⁶.

Em 12 de dezembro de 1858, o imperador nomeou um novo presidente de gabinete, o visconde de Abaeté com grandeza, que passou a ser responsável também pela pasta da Marinha. Junto a ele, foram nomeados Sérgio Teixeira de Macedo, responsável pela pasta do Império, José Tomás Nabuco de Araújo, pela Justiça (substituído em 21 de março de 1859 pelo barão de Muritiba com grandeza, Manuel Vieira Tosta), José Maria da Silva Paranhos, pelos Estrangeiros e pela Guerra (substituído, nesta última, por Manuel Felizardo de Souza e Melo em 12 de fevereiro de 1859), e Francisco de Salles Torres Homem, pela Fazenda³⁸⁷.

Durante a curta vigência deste gabinete, quase oito meses, apenas três baronatos foram ofertados a três fazendeiros de diferentes províncias do Império – Rio de Janeiro, Alagoas e Rio Grande do Sul – em abril de 1859. Antônio Rodrigues de Azevedo, fazendeiro de café em Itaguaí e superintendente da Companhia Soropédica Fluminense, foi agraciado com o título de barão de Ivaí³⁸⁸. Manuel Duarte Ferreira Ferro, senhor de engenho em Alagoas e irmão de João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, tornou-se barão de Jequiá³⁸⁹; e Antônio Martins da Cruz Jobim, fazendeiro no Rio Grande do Sul, tornou-se barão de Cambaí³⁹⁰. Embora não tenham sido localizadas justificativas específicas para a concessão desses três baronatos, é possível supor, ao menos no caso do irmão do Sinimbu, que sua nobilitação fosse uma forma de fortalecer seus vínculos políticos com a elite provincial de Alagoas³⁹¹.

A questão econômica se manteve como a tônica da política ministerial. De acordo com Bruno Fabris Estefanes,

Torres Homem tinha uma missão urgente, a mesma que o acabaria indispondo fatalmente – não só ele como todo o gabinete – com os parlamentares da oposição. Tratava-se de retomar a política de monopólio de emissão, que fora cancelada durante a atuação de Bernardo Souza Franco na Fazenda, entre maio de 1857 e dezembro de 1858. Para a tarefa ser completa, Itaboraí foi reconduzido à presidência do Banco do Brasil e, na opinião corrente, apesar de ocupar um cargo subordinado e, teoricamente, fora dos quadros do governo, seria ele quem controlaria rigidamente

³⁸⁶ Idem.

³⁸⁷ Barão de Javari, *op.cit.*, p. 119-120.

³⁸⁸ *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 225; e *Almanak Laemmert*, 1857, p. 418.

³⁸⁹ Quando foi nobilitado, já havia sido deputado provincial em Alagoas, tanto como suplente, quanto como titular. Francisco Reinaldo Amorim de Barros, *ABC das Alagoas*, *op.cit.*, vol. 1, p. 569, e *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 241.

³⁹⁰ Mario Teixeira de Carvalho, *Nobiliário Sul Rio-grandense*. Porto Alegre: Renascença, Edigal, 2011, p. 50-51; Aquiles Porto Alegre, *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul: ERUS, s/d., p. 206-207; e *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 100.

³⁹¹ Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 395, 394 e 393, respectivamente.

a política econômica do país. Torres Homem no ministério, aliás, não passaria de uma indicação do financista saquarema. Fato é que, não importa quem prevalecesse, ministro ou presidente do Banco, o privilégio da moeda sobre o crédito voltava a ser dogma³⁹².

Seguindo a argumentação do historiador, o retorno dos saquaremas a postos centrais na administração, aliado à necessidade de aprovação pela Câmara dos Deputados da proposta de Torres Homem, intensificaram as críticas movidas contra o ministério, que não conseguiu (se é que cogitou tal possibilidade) usar os títulos de nobreza a seu favor, ofertando, como mencionado, apenas três baronatos a figuras bem distantes do centro político.

Assim, de acordo com Sérgio Ferraz, o gabinete Abaeté optou por exonerar-se antes de ser questionado pela Câmara dos Deputados, em suas palavras “encerrava-se, assim – fracassado diante dos problemas monetário-financeiros e de uma Câmara dividida, a exemplo do seu antecessor Olinda - Sousa Franco –, o ministério Abaeté - Torres Homem”³⁹³.

Em 10 de agosto de 1859, d. Pedro II nomeou um novo gabinete, chefiado por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que ocupou a pasta da Fazenda e, interinamente, a do Império (substituído, em 03 de setembro, por João de Almeida Pereira Filho). João Lustosa da Cunha Paranaguá exerceu a da Justiça, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, a de Estrangeiros, Francisco Xavier Paes Barreto, a da Marinha, e Sebastião do Rego Barros, a da Guerra³⁹⁴. Coube a esse gabinete a oferta de 47 títulos de nobreza, ao longo dos quase 19 meses em que esteve no poder, uma média de 2,47 títulos por mês.

³⁹² Bruno Fabris Estefanes, *op.cit.*, p. 48-49.

³⁹³ Sérgio Ferraz, *op.cit.*, p. 123. Sobre a queda do gabinete presidido por Abaeté, Bruno Estefanes afirma que “há uma forte opinião na historiografia de que a queda do gabinete Abaeté, em agosto de 1859, é o marco final da política conciliatória iniciada em 1853. Além de os dois ministérios seguintes terem sido presididos por políticos conservadores – Ângelo Muniz da Silva Ferraz (10/08/1859 a 02/03/1861), futuro barão de Uruguaiana, e o retorno do marquês de Caxias (02/03/1861 a 24/05/1862) –, os saquaremas voltaram a mostrar todo o poder de sua influência, recrudescendo ainda mais antigas solidariedades partidárias. De Caxias, há tempos ligado ao grupo fluminense, seria normal esperar ações no sentido de refortalecer o partido, mesmo após sua participação no Ministério da Conciliação. A grande surpresa, principalmente para os liberais que esperavam um redirecionamento da política financeira, viera já no gabinete antecessor. Apesar de seu histórico moderado nas fileiras do Partido Conservador, sem ligações com os saquaremas, Ângelo Muniz da Silva Ferraz nomeou para a pasta do Império, da qual vinha cuidando interinamente, um político com relações privilegiadas com a trindade, sobretudo com Eusébio de Queirós: João de Almeida Pereira Filho, deputado pelo distrito de Campos, importantíssimo reduto regressista, e, além disso, tio da esposa de um dos filhos de Eusébio”. Bruno Fabris Estefanes, *op.cit.*, p. 27-28.

³⁹⁴ Barão de Javari, *op.cit.*, p. 121-122. De acordo com Sérgio Ferraz, “o gabinete Ferraz, um gabinete em princípio formado por conservadores moderados e por apenas um saquarema ortodoxo – o titular da pasta do Império, Almeida Pereira -, terminou por inclinar-se para políticas de agrado do grupo ‘puritano’ do Partido Conservador, por força do seu alinhamento – determinado pelo próprio Ângelo Ferraz, que acumulava a Presidência do Conselho e a direção da Fazenda – nas candentes questões monetário-financeiras da época com as propostas de Sales Torres Homem, antes esboçadas. Essa opção pró-política

Primeiramente, salta aos olhos a larga quantidade de títulos ofertados durante a vigência deste gabinete, 47, número em tudo distinto do total de títulos concedidos pelos gabinetes anteriores, já que o ministério chefiado pelo marquês de Olinda ofertou 12 títulos, durante os 19 meses em que esteve no poder, em média 0,63 títulos por mês, e o gabinete presidido pelo visconde de Abaeté foi responsável pela concessão de tão somente três títulos em oito meses de governo, 0,37 títulos por mês.

Diante desses números, a questão que se coloca é o que justificou essa larga oferta de títulos durante a vigência deste gabinete específico, e mais do que isso, a concessão de 31 títulos em uma única ocasião, isto é, 14 de março de 1860, data natalícia da imperatriz Teresa Cristina. Antes dessa data, em setembro de 1859, foram concedidos três baronatos. Da Bahia, Inácio Borges de Barros e José Dantas Itapicuru, fazendeiros, receberam seus primeiros títulos de nobreza, respectivamente, o de barão de Rio Fundo³⁹⁵ e o de barão de Rio Real³⁹⁶. Além deles, João da Silva Tavares, coronel e deputado provincial do Rio Grande do Sul, tornou-se barão de Serro Alegre³⁹⁷.

De acordo com o historiador Bruno Fabris Estefanes, esse gabinete conviveu com uma grave crise econômica, relacionada ao decreto conhecido como regulamento do selo, e também com uma séria crise política. Em suas palavras,

[Ferraz] evitava falar sobre bancos e crédito e [...] em 30 de setembro agiu como poucos agiriam em uma situação de crise. O decreto 2490/59, emitido naquele dia, ficou conhecido como ‘regulamento do selo’ e teve um efeito impactante na questão bancária. Na verdade, tratava-se de modificações na cobrança de um imposto que existia desde julho de 1850, o imposto do selo, e cujos novos padrões afetariam diretamente as emissões dos bancos, excetuando-se o Banco do Brasil, que permaneceria isento da cobrança. Por mais que o ministro explicasse o decreto como necessidade tributária, para inverter a tendência de deterioração fiscal, era difícil que a ‘escola liberal’ não enxergasse uma medida de restrição do crédito (pois incidia sobre as emissões dos bancos) e de restauração do monopólio emissor (pelo

restritiva, delineada com mais clareza a partir de 1860, foi tão cabal que levou o próprio Torres Homem, ex-ministro da Fazenda de Abaeté e defensor da ortodoxia em matéria de crédito e convertibilidade, a saudar o ‘ministério de 10 de agosto’ por haver alcançado o que a sua gestão não tinha conseguido”. Sérgio Ferraz, *op.cit.*, p. 124. Segundo Jeffrey Needell, a política econômica impactou na nomeação desse gabinete, em suas palavras, “the emperor, whatever his hostility to Abaeté’s political drift toward the saquaremas, still supported conservative financial policies. It was a quandary; he wanted saquarema financial policies but not a saquarema cabinet and if he appointed Liberals, they would not pursue the financial policies he wanted”, Jeffrey Needell, *The Party of Order*. California: Stanford University Press, 2006, p. 206-207.

³⁹⁵ Nasceu na freguesia de São Pedro do Rio Fundo, no município de Santo Amaro. *Titulares Baianos*, *op.cit.*, p. 31. Era 2º juiz de paz do 2º distrito de Santo Amaro, senhor do engenho de São Brás, *Almanak da Bahia*, 1860, p. 488.

³⁹⁶ Comandante Superior em Itapicuru, *Almanak da Bahia*, 1854, p. 200; 1855, p. 214; e 1857, p. 200. Vereador e presidente da Câmara Municipal de Itapicuru de 1837 a 1862, quando faleceu, *Titulares Baianos*, *op.cit.*, p. 31.

³⁹⁷ Coronel, eleito deputado provincial no Rio Grande do Sul, *Correio Mercantil*, 03 de janeiro de 1858. Foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional de Bagé do Rio Grande do Sul, *Correio Mercantil*, 17 de outubro de 1858.

privilégio dado ao Banco do Brasil). As reações negativas foram quase automáticas no comércio da Corte e das principais praças do Império³⁹⁸.

Vale destacar que tal política econômica era ainda mais restritiva que a de seu anterior, motivando acusações de crime de responsabilidade contra Ferraz e agravando ainda mais a situação de seu gabinete. Foi em tal conjuntura que o gabinete resolveu planejar a viagem do imperador às províncias do Norte, visando a acalmar os ânimos das elites dessas províncias; iniciativa, contudo, que rendeu acusações de que a medida intentava desviar as atenções da situação do governo.

Assim, em meio à profunda crise que assolava o país e levantava vozes no Parlamento e na imprensa, passou-se a organizar a viagem do imperador e da imperatriz às províncias do Norte. Partindo do Rio de Janeiro em 1º de outubro de 1859, o imperador e sua comitiva desembarcaram em Salvador em 06 de outubro; no dia 12 seguiram em excursão para a cachoeira de Paulo Afonso e regressaram a Salvador em 26 de outubro. Rumaram para o Recife em 19 de novembro, onde chegaram três dias depois. Em 24 desse mês, foram para a Paraíba. No retorno ao Rio de Janeiro, passaram por Alagoas e Sergipe, novamente pela Bahia, e pararam em 26 de janeiro no Espírito Santo.

Finalmente, em 11 de fevereiro, desembarcavam de volta no Rio de Janeiro³⁹⁹, permanecendo, portanto, pouco mais de quatro meses fora da capital do Império. Já em viagem, ainda em 1859, foram promulgados dois decretos do executivo, criando os Institutos Agrícolas da Bahia, em 01 de novembro⁴⁰⁰, e de Pernambuco, em 22 de dezembro⁴⁰¹. Em 20 de janeiro de 1860, baixou-se decreto de criação do Instituto Sergipano de Agricultura, cujos estatutos seriam aprovados em 09 de junho desse mesmo ano⁴⁰².

Landolfo Medrado, tratando da imperial viagem, destaca que

³⁹⁸ Bruno Estefanes, *op.cit.*, p. 49.

³⁹⁹ Levy Rocha, *Viagem de d. Pedro II ao Espírito Santo*. Espírito Santo: Secretaria da Cultura, Arquivo Público, 2008, p. 37-38.

⁴⁰⁰ O decreto de fundação pode ser consultado em

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=82673&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB> – acesso em 16/11/2016.

⁴⁰¹ O decreto pode ser consultado em

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=67943> – acesso em 16/11/2016.

⁴⁰² Os indivíduos nomeados em 20 de janeiro foram publicizados por meio do *Correio Sergipense*, de 28 de janeiro de 1860. Os decretos de criação e de aprovação dos estatutos estão disponíveis, respectivamente, em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2521-20-janeiro-1860-556121-publicacaooriginal-75793-pe.html> e

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=61584&norma=77464> – acesso em 04/10/2017. Finalmente, “Os Imperiais Institutos de Sergipe, de Pernambuco e da Bahia são criados durante a viagem de D. Pedro II ao Norte do país e recebidos com manifestações de júbilo pelas classes dominantes dessas províncias”, Maria Antonieta de Campos Tourinho, *op.cit.*, p. 64.

Tal era o estado das cousas – vaga agitação dos espíritos, ansiedade indefinível; quando foi anunciado que o Imperador iria, no intervalo das camaras, visitar algumas de suas províncias ao norte do Imperio. Era uma verdadeira surpresa; desde muito o espirito publico se não preocupava d'essas viagens que parecem mais oportunas quando mais regular é o andamento dos públicos negócios, quando são menos criticas as circunstancias financeiras do país⁴⁰³.

Na imprensa da época, cogitava-se até mesmo que a viagem do imperador partira do gabinete, interessado em distanciar o monarca dos assuntos da Corte, a fim de ver realizados seus intentos políticos. Era essa a opinião, ao menos, do redator do periódico *A Actualidade*, em texto de 11 de fevereiro de 1860.

Corre como certo que poucos dias depois da chegada de SS.MM.II, o ministério de 10 de Agosto será demitido. Este boato que corre de boca em boca acha seu fundamento na situação anômala e extraordinária em que se colocou o gabinete. Com efeito, elevado ao poder em 10 de agosto, o gabinete apenas descartou-se das câmaras, ideou e fez realizar a viagem do chefe do Estado às províncias do Norte. Dias depois da partida do Imperador, o Sr. Ferraz publicava o seu célebre regulamento do selo, fórmula tão extraordinária quanto ilegal do célebre projeto que matou o ministério de 12 de dezembro. Esse regulamento, que por certo não era o que se devia esperar do ministério que sucedeu ao de 12 de dezembro feriu de morte o Sr. Ferraz e seus companheiros. Publicado o regulamento do selo a impopularidade do gabinete tornou-se geral, ninguém mais acreditou em sua duração. Sua permanência no poder tornou-se questão de pouco tempo. Depois da questão do regulamento do selo em que o Sr. Ferraz foi obrigado a ceder de um modo tão pouco honroso, o gabinete tem vivido a vida mais estéril e obscura. Apenas de tempos a tempos um aviso do Sr. Ferraz ou do Sr. Paranaçu vem despertar a atenção publica pela sua má redacção. Depois de tantos mezes de vida estéril e obscura, quem não acreditará no boato que circula?⁴⁰⁴.

Como mencionado, em 6 de outubro de 1859, d. Pedro II, acompanhado da sua esposa, além de uma numerosa comitiva chegaram a Salvador. Em 1º de novembro, o Executivo brasileiro promulgou decreto criando o Instituto Baiano de Agricultura, cujo estatuto foi aprovado na sessão inaugural ocorrida no Palácio do Governo, em 18 de novembro desse mesmo ano⁴⁰⁵. Outro instituto agrícola inaugurado na presença de d. Pedro foi o de Pernambuco, em 22 de dezembro de 1859. Finalmente, em 20 de janeiro de 1860, d. Pedro II assistiu à inauguração do instituto de Sergipe.

⁴⁰³ Landulfo Medrado, *op. cit.*, p. 10-11.

⁴⁰⁴ *A Actualidade. Jornal político, litterario e noticioso*, 11 de fevereiro de 1860.

⁴⁰⁵ Joelito de Oliveira Resende, *As origens do ensino da agronomia no Império e suas repercussões no Brasil*, p. 15. Disponível em https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/HISTRIA_DO_ENSINO_AGR%C3%8DCOLA_NO_BRA_SIL.pdf – acesso em 04/10/2017.

A viagem por essas províncias foi registrada pelo imperador em seu diário, rica fonte de informações sobre o trajeto feito, os pontos visitados e suas impressões sobre as cidades e estradas por onde passava; mas, em que, curiosamente, não mencionava as questões políticas candentes então no país. Por meio de seu diário, é possível perceber um imperador desejoso de conhecer, por exemplo, o cotidiano dos habitantes dessas cidades, como eram as escolas, o que era ensinado aos meninos e às meninas, qual era a formação dos professores, como era a organização econômica das cidades, como eram as cadeias e quais eram os crimes cometidos por aqueles que estavam presos. Enfim, a imagem transmitida é a de um imperador que tudo quer saber e conhecer.

Esses registros apontam diferenças em relação ao imperador da década anterior, quando viajou, por exemplo, pela província do Rio de Janeiro, quando não fez anotações em seu diário sobre a viagem, talvez resultado de sua juventude e inexperiência política⁴⁰⁶. Contudo, essa não foi a única diferença. Em agradecimento àqueles fluminenses que abriram suas casas para hospedar d. Pedro II e sua comitiva, o imperador não esperou retornar à Corte para ofertar títulos de nobreza a esses indivíduos, o que ficou evidente com o registro do Palácio da cidade de São Salvador de Campos como local de oferta desses títulos⁴⁰⁷.

Na década seguinte, as figuras envolvidas na viagem, por exemplo, quando da inauguração do Institutos Agrícolas ou responsáveis por acolher o casal imperial e sua comitiva em suas casas, teriam que esperar o retorno do imperador à Corte para se verem agraciados, uma vez que a lista de titulados só foi publicada quando de seu retorno ao Rio de Janeiro⁴⁰⁸. Se não bastasse essa diferença, nos diários de Pedro II, constam observações sobre as províncias, mas não informações sobre possíveis titulados dessas localidades ou sobre aqueles que contribuíram para a sua viagem e que, eventualmente, receberiam um título ou uma condecoração honorífica.

Ainda que os diários de d. Pedro II não representem a única documentação de âmbito privado, o fato de não haver menções sobre os títulos de nobreza nesse documento

⁴⁰⁶ O primeiro volume do diário de Pedro II compreende os anos de 1840 e 1841, além de uma data do ano de 1842, porém as informações não foram registradas diariamente, de modo que o texto integral desse volume se resume a poucas datas e a apenas três páginas. O segundo volume do diário registra os últimos meses de 1859, quando o imperador viajou para a Bahia. Os diários de Pedro II estão disponíveis para consulta no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis (Rio de Janeiro).

⁴⁰⁷ O local em que o título de nobreza foi concedido pode ser consultado nos decretos concessórios dos títulos de visconde de Araruama com grandeza, barão de Muriaé, barão de Abadia, barão de Ururá e barão de Santa Rita. Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 296 – 300.

⁴⁰⁸ Os volumes dois, três, quatro, cinco e seis dos diários de d. Pedro II tratam da viagem às províncias do Norte.

nos leva a questionar qual era, de fato, o papel do imperador na concessão de títulos de nobreza, já que, se ele tivesse intenções de, por exemplo, escolher quais indivíduos seriam agraciados, ele poderia ter feito registros em seus diários.

Finalmente, em 14 de março de 1860 tornaram-se públicos os nomes merecedores de alguma graça ofertada pelo Executivo em razão da viagem. Essa lista, a primeira publicada no ano de 1860, continha 31 títulos de nobreza, sendo que a maioria, treze, era de concessões para a Bahia. Isso talvez se justificasse pelo fato de que, nessa província, o imperador presenciou a inauguração do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, ocorrida em 01 de novembro de 1859, com a presença dos sócios fundadores, além de outros membros da elite baiana⁴⁰⁹. Mais do que isso, é possível supor que a escolha dos membros da elite baiana a serem nobilitados estivesse ligada à política financeira do gabinete Ferraz, ou seja, diante de tantos questionamentos a que era submetido, o ministro Ferraz procurava angariar apoio entre os membros dessa elite e também minimizar os efeitos da crise que rondava a província⁴¹⁰.

Assim, na data de aniversário da imperatriz, a Bahia teve a oportunidade de receber treze títulos de nobreza, ofertados àqueles envolvidos na inauguração do Instituto de Agricultura, a membros da elite local e a senadores por essa província, lembrando que, tal como no capítulo anterior, nem sempre foi possível separar uma classificação da outra, uma vez que essas categorias não são estáticas, havendo, por exemplo, senadores envolvidos na inauguração do instituto. Nesses casos em que as categorias se imbricavam, analisaremos também a hierarquia dos títulos ofertados a eles, com o propósito de verificar se o fato de pertencer a uma ou mais categorias interferiu na hierarquia dos títulos ofertados.

Os treze baianos agraciados na lista de 14 de março de 1860 foram Antônio da Costa Pinto, Antônio da Rocha Pita Argolo, Francisco Gonçalves Martins, Francisco Vieira Tosta, Frutuoso Vicente Viana, Isidro de Sena Madureira, Joaquim Inácio de Aragão Bulcão, João Maurício Wanderley, José Joaquim Pires de Carvalho e

⁴⁰⁹ O decreto de fundação pode ser consultado em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=82673&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB> – acesso em 16/11/2016.

⁴¹⁰ De acordo com Marcos Guedes Vaz Sampaio, a Bahia enfrentava uma grave crise econômica desde a epidemia de cólera, em 1855, seguida por uma grande seca, acompanhada pelas diferentes políticas econômicas do governo central. Tal crise seria superada, apenas em 1861, com o início da Guerra de Secessão dos EUA e o consequente aumento da produção e exportação agrícola. Marcos Guedes Vaz Sampaio, “Uma análise regional sobre as crises de 1857 e 1860: os efeitos na província da Bahia”. *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE* - Ano XVIII – V. 3 - N. 35 - Dezembro de 2016 - Salvador, BA – p. 903 – 923.

Albuquerque, Luís Francisco Gonçalves Junqueira, Luís Manuel de Oliveira Mendes, Miguel José Maria Teive Argolo e Romualdo Antônio de Seixas.

Coube a d. Pedro II, além de estar presente à inauguração do instituto em 01 de novembro de 1859, nomear os sete membros da diretoria do instituto. Dos sete membros, três já eram nobres: visconde dos Fiais, barão de Cajaíba e barão de Pirajá; dois receberiam seus primeiros títulos nobiliárquicos em 14 de março de 1860, Francisco Gonçalves Martins e Joaquim Inácio de Araújo de Aragão Bulcão; o já barão de Pirajá receberia honras de grandeza; sendo que apenas dois não pertenceriam à nobreza brasileira e tampouco seriam titulados, Thomas Pereira Geremoabo e José Augusto Chaves. Dos 19 membros do conselho fiscal, três deles já eram titulados, dos quais um receberia um novo título e outros quatro seriam agraciados em 14 de março⁴¹¹. Além deles, outros quatro indivíduos que se inscreveram como sócios na inauguração foram nobilitados⁴¹². Cabe, então, analisarmos com mais vagar quem eram esses baianos, de acordo com a hierarquia dos títulos ofertados a eles e sua ligação com as agremiações políticas da época, ou sua possível posição frente à questão da pluralidade X unidade bancária.

D. Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia e conde de Santa Cruz, inscreveu-se como sócio do Instituto Baiano de Agricultura, e, provavelmente, em recompensa a isso, teve o privilégio de ter seu título elevado para marquês de Santa Cruz⁴¹³. Foi o único nessa ocasião a receber distinção tão elevada. Outro que também se inscreveu como sócio do instituto foi Antônio da Rocha Pita Argolo, visconde de Passé com grandeza, que teve seu título elevado para conde de Passé.

Dois senadores baianos receberam seus primeiros títulos de nobreza. Francisco Gonçalves Martins, um dos diretores do instituto, tornou-se barão de São Lourenço com grandeza, e João Maurício Wanderley, um dos membros do conselho fiscal do instituto, tornou-se barão de Cotegipe com grandeza.

⁴¹¹ Os três titulados eram Manuel de Oliveira Mendes, visconde de Itapicuru desde 02 de dezembro de 1858, Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, barão de São Francisco com grandeza desde 05 de abril de 1826, e Frutuoso Vicente Viana, barão de Rio das Contas desde 12 de outubro de 1826 e seria novamente agraciado em 14 de março de março. Os quatro futuros nobres eram João Maurício Wanderley, Francisco Vieira Tosta, Antônio da Costa Pinto e Miguel de Teive e Argolo.

⁴¹² Caso de Luiz Francisco Gonçalves Junqueira, Luiz Manoel de Oliveira Mendes, Antônio da Rocha Pita Argolo (visconde de Passé com grandeza desde 1854) e d. Romualdo Antônio de Seixas (conde de Santa Cruz desde 1858).

⁴¹³ O decreto de concessão do título tinha o seguinte teor: “Querendo dar um publico testemunho do apreço e confiança que Me merece o Conde de Santa Cruz, Arcebispo da Bahia, Hei por bem Eleval-o a Marques do mesmo título. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Março de mil oitocentos e sessenta, trigésimo da Independencia e do Imperio”. Arquivo Nacional, microfilme 002_000_76, p. 399.

Importante ponderar que, enquanto alguns nobres se tornaram grandes do Império por terem recebido honras de grandeza ou que já eram grandes e tiveram seus títulos elevados, esses dois indivíduos que, de início, se tornaram grandes do Império, eram, não só membros da administração do instituto, mas senadores que àquela altura já haviam ocupado cargos também no Judiciário e no Executivo central e/ou provincial, sendo ambos lideranças do partido conservador na Bahia. Dado que outros titulados no período, sendo tão somente membros da diretoria ou do conselho fiscal, não tiveram a oportunidade de ingressarem na nobiliarquia como grandes do Império, tudo indica que a trajetória política anterior à inauguração do instituto foi levada em consideração no momento de escolha do título nobiliárquico, sendo a grandeza junto ao baronato uma maneira de distinguir publicamente esses dois senadores dos demais nobilitados na ocasião.

Contudo, tal igualdade, aos olhos do gabinete e do imperador, não foi compreendida da mesma maneira por um contemporâneo dos senadores, o barão de Cotegipe com grandeza e o barão de São Lourenço com grandeza. Eunápio Deiró escreveu, em 30 de março de 1860, a seguinte missiva ao ministro Ferraz,

Meu caro Sr. Consr^o – Que nivelamento entre o nosso amigo o Sr. Martins e o Sr. Barão de Cotegipe! O Martins cheio de tantos trabalhos no passado: que sahindo do poder serviu quatro annos na Relação; está servindo na guarda nacional; tomou a si predispor tudo para a recepção imperial, e fez enormes despesas para obsequiar o imperador, obsequiou com os vapores no entanto o outro, de *perna alçada* em santo officio, escarnecendo de tudo, lhe é igualado!! Antes se não dêsse nada ao Martins. Calculo e prevejo as consequências na politica da província. Ainda não vi o Martins que tem estado em S. Lourenço; mas hei de dizer-lhe francamente que ou se abstenha de politica, ou tome uma attitude séria. O Wanderley cresceu muito e ficará forte. Elle rio-se e disse aos seus que o lisonjeavam que por um capricho da sorte havia de ter um titulo que influiria na situação politica, num ministério em que V. Ex. está! Avalie os commentarios que terá isto feito. Os amigos do Martins estão contristados⁴¹⁴.

Por meio desta carta, é possível perceber o receio que existia, em relação à política provincial, do tratamento igualitário dado aos dois indivíduos, que, aos olhos do remetente, não poderiam ter sido nivelados, já que Gonçalves Martins servira em tantas ocasiões ao país e à própria família real de modo que deveria ter sido nobilitado com um título mais elevado do que o que lhe fora ofertado, o de barão com grandeza. Uma carta escrita por Gonçalves Martins ao ministro Ferraz é reveladora dos bastidores da política, marcada também pela pessoalidade das relações e articulações políticas, mostrando

⁴¹⁴ Arquivo do Instituto Histórico da Bahia, sem cota documental, *apud* Wanderley Pinho, *Cotegipe e seu tempo. Primeira phase: 1815-1867*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 361-362.

embates anteriores entre o próprio Martins e o imperador, o que pode, de alguma maneira, ter contribuído para a hierarquia do título nobiliárquico ofertado em março de 1860.

Sr. Ferraz — Peço-lhe um pequeno serviço e deve contar com minha discrição. Não receie dizer-me francamente a verdade, no que fará serviço ao público, à nossa província, e com especialidade a mim. Eu tenho toda disposição a apartar-me da vida política e portanto não me fará mal a franqueza. Consta-me que o Imperador, por qualquer motivo, em cujo exame não quero entrar, ou não simpatiza comigo, ou não confia em mim. Já o Paraná o dava a entender, quando se defendia da preterição de meu nome, quando foi dos mil despachos de graças, tendo sido meu amigo especial, sendo homem generoso para não fazer caro de mesquinhos ciúmes, e demais tendo seu diploma de Visconde assinado por mim. Dizem que o Torres também dava a entender a mesma antipatia do Imperador. Alguém mais tem provas escritas de ter querido S.M. demitir-me de Presidente da Bahia quando foram os negócios de Pedro Ivo, com os quais julguei fazer grande serviço ao Governo e ao país, não tendo recebido aquela desfeita por oposição de algum Ministro. Também me tem constado de outras circunstâncias mais [?] da má opinião que o Imperador forma de uma suposta influência minha na Bahia, e da maneira por que a quer combater. O público pelo menos está convencido disto, e V.Ex.a o sabe. Entretanto opunha-se a tais boatos a maneira por que era tratado por S.M.I. quando lhe ia beijar a mão; ao que se me retorquia ser o sinal mais evidente. Não desejo portanto nem combater prevenções injustas porque sou soberbo de minha consciência; nem conquistar a vontade com que me tornaria mais suspeito e odioso. Rogo-lhe que sem indiscrição e nem mesmo revelar-me o seu pensamento, me dizer se não é conveniente que me desligue de toda ingerência oficial na província, pedindo mesmo demissão da G. Nal. por qualquer pretexto plausível. Eu aceitei semelhante encargo de despesa e trabalho constante, por se me ter dito que com ele seria agradável ao Imperador e prestaria algum serviço; porém não é justo que se exija de mim dedicação pagando-se-me com desconfiança e mau conceito; nem eu desejo principiar minha vida política conquistando afeições a que tinha direito de sobra. Estou em tempo de cuidar do que me toca de perto e muito velho para ganhar novo conceito. Ouvi mesmo dizer que o Imperador não me desejava escolher senador! Isto não acreditei. Rogo-lhe pois que me insinue lealmente para o pedido de minha demissão da Guarda Nacional, ficando certo de que em nada alteram minhas disposições amigáveis para com o seu ministério, antes aumenta a minha gratidão. Sabe V.Ex.a que a intriga pode muito e eu nunca a soube combater nem quero. Isto fique entre nós perpetuamente; e me responda em uma só palavra — pode pedir ou não deve. — Colega e Am.^o — G. Martins⁴¹⁵.

Assim, por meio dessa carta, é possível perceber que Gonçalves Martins talvez esperasse alguma honraria, quando da oferta dos “mil despachos de graça”, ocorrida durante o Gabinete da Conciliação, uma vez que sua longa trajetória biográfica já deveria lhe granjear honrarias; afinal, Gonçalves Martins (nascido em 1807), era desde 1848 Desembargador da Relação da Bahia, tendo sido deputado provincial e geral em diversas

⁴¹⁵ Arquivo do Instituto Histórico da Bahia, sem cota documental, *apud* Wanderley Pinho, *Cotegipe e seu tempo: Primeira fase, 1815-1867*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 662, nota de rodapé. Carta, sem data, mas anterior ao título.

legislaturas, presidente da Bahia entre os anos de 1848 e 1852, ministro do Império em 1852 e 1853, e nomeado senador em 1851⁴¹⁶.

Contudo, não se pode ignorar que o barão de Cotegipe era um político em franca ascensão, ministro da Marinha em 1855, senador desde 1856, e genro do conde de Passé, considerado, à época, um dos senhores de engenho mais ricos da Bahia⁴¹⁷. Tanto assim que, conforme escreveu José Maria da Silva Paranhos, em data próxima à viagem do imperador à Bahia, “fico esperando o momento agradável de saudar o Sr. Barão de Campo de Largo, desde o humilde tugúrio em que continuo a viver”. Ademais, segundo Wanderley Pinho, “não lhe deram uma baronia no sertão, mas nas cercanias de seus novos domínios territoriais”, isto é, às suas terras no Recôncavo baiano.

Em outra carta, posterior à oferta do baronato, Paranhos comunicava ser seu “dever perfilar-me ante V.Ex. e rasgar-lhe o cumprimento devido ao nobre Sr. Barão de Cotegipe. Custa-me esquecer o doce nome de Wanderley, mas o imperador, seus ministros e o alto mérito de V.Ex., assim o quizerão. Resigno-me”⁴¹⁸. Ou seja, de acordo com as duas missivas de Paranhos, o título de nobreza não só era esperado, como também merecido, tendo em vista a trajetória ascendente de João Maurício Wanderley.

Outros dois titulares tiveram a oportunidade de receber honras de grandeza a baronatos anteriormente conferidos. Frutuoso Vicente Viana, nascido em 1804, recebeu seu primeiro título de nobreza em 1826, o de barão do Rio das Contas, concedido durante o Primeiro Reinado, participou da Sociedade da Agricultura, Comércio e Indústria (1832), da Junta da Lavoura (1843), e, finalmente, foi um dos membros do conselho fiscal do instituto agrícola da Bahia. Em março de 1860, recebeu grandeza em seu baronato⁴¹⁹. José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, filho de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (o coronel Santinho da Independência do Brasil e 1º visconde de Pirajá), integrante também de uma poderosa família baiana e um dos diretores do instituto,

⁴¹⁶ *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 127-128. Como presidente da Bahia, foi responsável pela condução de diversas reformas urbanas, como calçamento de ruas, canalização do rio das Tripas e implantação dos chafarizes na capital da província. Onildo Reis David, *op.cit.*, p. 25-26.

⁴¹⁷ Casou-se, em 1857, com d. Antonia Teresa de Sá Pita e Argolo, irmã do visconde de Passé, de tal modo que, por matrimônio, João Maurício Wanderley passou a integrar uma das mais ricas famílias baianas. *Titulares baianos*, p. 62 -64; e Wanderley Pinho, *História de um Engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552 – 1944*. São Paulo: Editora Nacional, [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982 (Coleção Brasileira, vol. 374), p. 507-510.

⁴¹⁸ Arquivo do Instituto Histórico da Bahia, sem cota documental, *apud* Wanderley Pinho, *Cotegipe e seu tempo: Primeira fase, 1815-1867*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p.661-662.

⁴¹⁹ *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 72-73.

recebeu grandeza em seu título de barão de Pirajá (recebido em 1849), de designação idêntica ao de seu pai⁴²⁰.

Outro membro da diretoria agraciado foi Joaquim Inácio de Aragão Bulcão, nascido em 1804, membro das mesmas organizações de fomento à agricultura que Frutuoso Vicente Viana, feito então barão de Matuim. Do conselho fiscal, foram agraciados também Antônio da Costa Pinto, nascido em 1807, senhor de engenho, nobilitado com o título de barão de Sergimirim⁴²¹; Francisco Vieira Tosta, nascido em 1808, irmão de Manuel Vieira Tosta, à época barão de Muritiba com grandeza e senador pela Bahia desde 1851, grande proprietário de engenhos de cana de açúcar, agraciado com o título de barão de Nagé⁴²²; e Miguel José Maria Teive Argolo, nascido em 1794, um dos fundadores da Sociedade da Agricultura, Comércio e Indústria (1832), integrante, portanto, de família de senhores de engenho, nobilitado com o título de barão de Paramirim⁴²³. De acordo com B.J. Barickman, “O coronel Miguel José Maria de Teive e Argolo, o maior proprietário da freguesia [de Socorro], era dono de dois engenhos, Almas e Santo Estevão, com uma área conjunta de 1200 hectares”⁴²⁴.

A partir dessas breves biografias, chama a atenção que os membros da diretoria do instituto baiano eram senhores de engenho, membros das famílias mais ricas e poderosas da província baiana, e pertencentes a um grupo social e político que trilhava seus caminhos juntos, já que tinham, aproximadamente, a mesma idade, e alguns deles haviam passado pelas mesmas sociedades de fomento à agricultura até chegarem ao instituto agrícola. Maria Antonieta Tourinho, ao caracterizar os membros da diretoria do instituto, afirma que

[...] a diretoria é composta basicamente de senhores de engenho que como Francisco Gonçalves Martins – barão e visconde de São Lourenço -, Pires de Carvalho e Albuquerque – barão de Pirajá, Joaquim Inácio de Araújo Bulcão – barão de Matoim -, e Alexandre Gomes de Argolo Ferrão – barão de Cajaíba, possuem terras e títulos de nobreza. [...] As exceções [diretores não senhores de engenho] não modificam essencialmente esse caráter rural aristocrático porque o Dr. José Chaves posteriormente se torna um industrial do açúcar, acionista de Engenhos Centrais e Luís Paulo de Araújo Bastos, visconde de Fiais, apesar de suas atividades urbanas, define seus interesses pela agricultura desde 1852, quando se torna membro da Junta da Lavoura e luta pela Fundação do Banco Agrícola⁴²⁵.

⁴²⁰ *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 72.

⁴²¹ *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 139.

⁴²² *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 26-27.

⁴²³ *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 28.

⁴²⁴ B.J. Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 191.

⁴²⁵ Maria Antonieta Tourinho, *A Instrução Agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Bahia: dissertação de mestrado, UFBA, 1982, p. 84.

Como sócios do instituto, inscreveram-se Luís Francisco Gonçalves Junqueira, nascido em 1795, fazendeiro e proprietário de terras na Bahia, feito barão de Jacuípe⁴²⁶; e Luís Manuel de Oliveira Mendes, nascido em Santo Amaro e batizado em 1796, titulado barão de Traripe⁴²⁷. Finalmente, o último baiano nobilitado foi Isidro de Sena Madureira, que fundou a Santa Casa de Misericórdia em Valença (Bahia), recebendo, para tanto, doações do monarca durante sua estadia na Bahia⁴²⁸.

No caso da nobilitação dos baianos ocorrida em março de 1860, após a viagem do imperador para essa província e da inauguração do Instituto Agrícola, chama a atenção a oferta de títulos aos, salvo raras exceções, senhores de engenhos detentores das maiores fortunas da Bahia e com suas propriedades localizadas no Recôncavo, região afetada pela crise econômica, e merecedores, portanto, de algumas benesses do Estado imperial, tanto na forma de incentivos à fundação do instituto, quanto na forma de honrarias, isto é, o recebimento de um título de nobreza.

De Pernambuco, nove indivíduos tiveram a oportunidade de serem nobilitados. Entre eles, estavam três irmãos Cavalcanti de Albuquerque, além de outros políticos importantes e senhores de engenho. Assim, começando pelos irmãos, os agraciados foram Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Manuel Francisco de Paula Cavalcanti, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Henrique Marques Lins, José Antônio de Araújo, José Joaquim Coelho, Lourenço de Sá Albuquerque, Luís Barbalho Moniz Fiúza, e Manuel Joaquim Carneiro da Cunha.

Desses indivíduos, o senador e já barão de Suassuna desde 1841, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, tornou-se visconde de Suassuna com grandeza, em recompensa por ter recebido o imperador em sua província, em 22 de novembro de 1859, e ser um dos membros do conselho fiscal do Instituto Pernambucano de Agricultura⁴²⁹. O segundo dos irmãos, Manuel Francisco de Paula Cavalcanti, membro do conselho fiscal

⁴²⁶ *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 18, e *Archivo Nobiliarchico*, p. 231.

⁴²⁷ *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 41.

⁴²⁸ "No dia 30 de setembro, teve lugar, na cidade de Valença, a bênção e abertura do hospital de caridade, edificado á custa do barão de Jequiriçá, e para o qual concorreu S. M. o Imperador, quando ali esteve, com o donativo de 3:000\$, que foi aplicado para patrimônio; e a assembleia provincial com a consignação de 5:000\$ para utensilios e seu custeio", *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de outubro de 1860. Faleceu em 22 de novembro de 1860, *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 19-20.

⁴²⁹ *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia de Pernambuco* coligidas e publicadas por P. de S. Rio de Janeiro: Typographia Industria Nacional de Cotrim e Campos, 1867, p. 24 e p. 155.

do instituto, teve a oportunidade de ingressar na nobiliarquia com o título de barão de Muribeca⁴³⁰.

O terceiro dos irmãos, o deputado geral por Pernambuco e barão de Camaragibe com grandeza desde 1854, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, foi elevado a visconde de Camaragibe com grandeza. Embora o decreto concessório não tivesse justificativa para a elevação de seu título, é possível supor que, além de ter recebido d. Pedro II e de ser um dos membros da diretoria do referido instituto, o fato de ser membro da poderosa família Cavalcanti de Albuquerque tenha sido decisivo para a sua nobilitação, bem como a de seus irmãos⁴³¹.

Os três irmãos titulados eram filhos do coronel Suassuna, pai, ao todo, de cinco filhos. Desses cinco, em março de 1860, dois eram senadores, um era deputado geral, um era liderança provincial e o outro estava falecido. Ou seja, sem se desconsiderar seu envolvimento nos preparativos da viagem do monarca e na inauguração do instituto agrícola de sua província, eram, inegavelmente, uma importante força política em sua localidade e na Corte⁴³².

José Joaquim Coelho também recepcionou d. Pedro II em 22 de novembro de 1859, possuía carreira ligada ao Exército, tinha patente de tenente-general, e era conselheiro de guerra desde junho de 1858, o que deve ter contribuído para que seu título de barão de Vitória fosse acompanhado por honras de grandeza⁴³³. Lourenço de Sá Albuquerque, fazendeiro pernambucano, acompanhou d. Pedro II durante sua viagem à província de Pernambuco e era um dos membros do conselho fiscal do instituto de agricultura dessa província, foi feito barão de Guararapes⁴³⁴.

Henrique Marques Lins, um dos membros do conselho fiscal do instituto, membro da comissão encarregada de organizar a recepção do imperador, foi agraciado com o título de barão de Utinga⁴³⁵; outros membros da comissão para receber o imperador foram José

⁴³⁰ *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia de Pernambuco, op.cit.*, p. 7 e p. 155.

⁴³¹ *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia de Pernambuco, op.cit.*, p. 24 e p. 155.

⁴³² Sobre os Cavalcanti de Albuquerque, consultar Marcus Carvalho e Bruno Câmara, “A Insurreição Praieira”. *Almanack Brasileiro*, nº 08, novembro de 2008, p. 05-38; e Paulo Henrique Fontes Cadena, *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1802-1844)*. Recife: dissertação de mestrado, UFPE, 2011.

⁴³³ *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia de Pernambuco, op.cit.*, p. 24. Dados biográficos extraídos de <http://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/249> – acesso em 13/12/2016.

⁴³⁴ *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia de Pernambuco, op.cit.*, p. 69, p. 142 e p. 155.

⁴³⁵ *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia de Pernambuco, op.cit.*, p. 7 e p. 155. De acordo com Peter Eisenberg, “durante os últimos quarenta anos do século, Henrique Marques Lins, agraciado com os títulos de barão e depois com o de visconde de Utinga, juntamente com seus nove filhos

Antônio de Araújo, que se inscreveu como sócio do instituto quando de sua inauguração, foi feito barão do Livramento⁴³⁶.

Finalmente, o presidente do instituto pernambucano, Luís Barbalho Moniz Fiúza, que era também deputado geral pela Bahia, teve o privilégio de ser agraciado com o título de barão de Bom Jardim⁴³⁷. Vale ainda destacar o caráter honorífico desta presidência, já que ele era também o presidente da província pernambucana, situação semelhante à da Bahia, cujo presidente, Herculano Ferreira Pena, era também o presidente do instituto, mas que não foi nobilitado. Finalmente, o último pernambucano nobilitado foi Manuel Joaquim Carneiro da Cunha, membro da diretoria do instituto, agraciado com o título de barão de Vera Cruz⁴³⁸.

A nobilitação de pernambucanos envolvidos com a criação do Instituto de Agricultura, ainda que essa não fosse a principal justificativa para a oferta desses títulos, não passou despercebida aos contemporâneos. Em 1869, uma autoridade expôs aquela que seria, a seu ver, a razão para o fracasso dessa instituição, em suas palavras,

[...] a inércia da ineptidão vaidosa de gente que só desperta ao aceno de uma condecoração ou um título; só se agita quando se trata de suplentes de juizes municipais, de cargos de polícia e postos da guarda nacional; só se afervora por criações de comarcas, divisões e desmembramentos de freguesias com vistas puramente eleitorais, sem atenção à comodidade dos povos e a despeito do senso comum; a inércia, digo, da ineptidão presumida que reluta para que não lhes ofusquem o dúbio clarão, tem sido mais poderosa do que a vontade do fundador de tais institutos⁴³⁹.

Fica evidente, portanto uma crítica às nobilitações dos pernambucanos como retribuição pela inauguração do instituto; figuras agraciadas com títulos de nobreza, mas que não deram sequência aos trabalhos no instituto⁴⁴⁰.

e noras, possuía, pelo menos, 30 engenhos localizados em Escada”, *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Paz e Terra, 1977, p. 152.

⁴³⁶ *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia de Pernambuco, op.cit.*, p. 7 e p. 155.

⁴³⁷ *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia de Pernambuco, op.cit.*, p. 155. “Luiz Barbalho Muniz Fiúza, Official da Ordem da Rosa, grande proprietário no termo de Santo Antonio, na Bahia. Foi deputado em duas legislaturas, e presidente de Pernambuco em 1859 até 1860. Era um cavalheiro estimável, e membro muito notável e proeminente do partido conservador. Falleceu na cidade da Bahia no dia 11 de Setembro de 1866”. *Almanak Laemmert*, Necrológio das Casas Titulares, p. 52a.

⁴³⁸ *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia de Pernambuco, op.cit.*, p. 155.

⁴³⁹ *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Exm. Sr. Conde de Baependy, Presidente da Província, na sessão de instalação em 10 de abril de 1869*, p. 20 apud Peter Eisenberg, *Modernização sem mudança, op.cit.*, p. 158-159.

⁴⁴⁰ De acordo com Peter Eisenberg, apesar dos investimentos feitos para que o Instituto de Agricultura de Pernambuco prosperasse, isso não ocorreu, pois não houve uma dinamização da produção açucareira após a criação desse instituto. Não foi só o instituto pernambucano que não atingiu seus objetivos, o da Bahia também teve seu desempenho prejudicado, como nos mostra Maria Antonieta Tourinho, “Muitos sócios simplesmente deixam de comparecer às sessões e nenhuma explicação fica registrada nas Atas. Os casos de abandono só são registrados quando o sócio ocupa os cargos de secretário e tesoureiro. O primeiro secretário nomeado é o Visconde de Pirajá que, no começo da década de 1860, deixa de comparecer às

De Alagoas, três indivíduos foram incluídos na lista de 14 de março de 1860, dos quais dois eram familiares do senador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, então ministro dos Negócios Estrangeiros⁴⁴¹. O primeiro deles, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, já barão de Atalaia desde 1858, e envolvido na viagem de d. Pedro II à província de Alagoas, além de ser cunhado do senador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, foi agraciado com honras de grandeza em seu baronato⁴⁴². O irmão de Sinimbu, também envolvido na viagem imperial, Manuel Duarte Ferreira Ferro, que já havia recebido o título de barão de Jequiá em 1859, foi agraciado com honras de grandeza⁴⁴³.

Finalmente, o terceiro alagoano nobilitado, mas sem parentesco com Sinimbu, foi José Antônio de Mendonça, também senhor de engenho alagoano e um dos pioneiros na introdução de máquinas a vapor, nos anos 1850, membro da comissão responsável por recepcionar d. Pedro II em Piranhas (Alagoas), agraciado com título de barão de Jaraguá⁴⁴⁴. Novamente, é digno de nota a nobilitação de senhores de engenho, especialmente de figuras próximas ao senador Sinimbu, alinhadas ao partido liberal.

sessões. Ao visconde se sucedem novas secretarias e o funcionamento do instituto é prejudicado por essa rotatividade provocada por abandono de cargos e escolha frequente de interino”, *op.cit.*, p. 81-82. Além disso, a autora coloca também como argumento para o fracasso do instituto baiano o conservadorismo dos membros da diretoria, que não incorporou o seu “próprio discurso progressista”, *op.cit.*, p. 133 e p. 211. De acordo com Christine Rufino Dabat e Victor Hugo Peres, em estudo sobre o instituto agrícola pernambucano, a pouca participação dos membros da diretoria foi uma realidade vivida por esses institutos e não apenas pelo de Pernambuco, afirmando que “ao longo de toda a existência do IIPA, a participação, o incentivo e a fiscalização dos governos Imperial e Provincial foram constantes. Em compensação, a participação dos membros da diretoria, muitos dos quais grandes proprietários, parece não ter existido para além das formalidades da nomeação”. Assim, seguindo essa interpretação, não é de se estranhar que, na prática, as realizações feitas pelo Instituto de Agricultura foram poucas e efêmeras, não atingindo, portanto, as intenções iniciais dos fundadores do instituto, incluindo aqui o próprio imperador. Devido ao fracasso desta iniciativa, tal instituição foi encerrada em 1872 e substituída, em dezembro de 1873, pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, que iniciou suas atividades em 1875 e era exclusivamente privada, e não mais uma parceria com o governo imperial. Christine Rufino Dabat e Victor Hugo Peres, “O Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura – IIPA, 1859-1871: o malogro de um projeto inovador de parceria público-privado”. *Rev. Bras. Inov.*, Campinas (SP), 14 (1), p. 217 – 240, janeiro/junho, 2015. As citações estão nas páginas 236, 218 e 235, respectivamente. Peter Eisenberg, *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Paz e Terra, 1977, p. 158-159.

⁴⁴¹ A despeito de sua longa carreira política, Sinimbu havia sido deputado geral, presidente da Bahia, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Sul, senador por Alagoas nomeado em 1858, ministro de diversas pastas, ocupando a presidência do gabinete em 1878, ele mesmo só seria titulado em 1888, como se verá no último capítulo.

⁴⁴² *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia da Bahia* coligidas e publicadas por P. de S. Rio de Janeiro: Typographia Industria Nacional de Cotrim e Campos, 1867, p. 74.

⁴⁴³ *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia da Bahia*, *op.cit.*, p. 74. A família Sinimbu era proprietária do Engenho Sinimbu, símbolo da resistência de Alagoas em 1817, liderada por d. Ana Lins, mãe de João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Manuel Diegues Júnior, *O banguê das Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional*. Alagoas: EDUFAL, 2006, p. 101 e 198.

⁴⁴⁴ *Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia da Bahia*, *op.cit.*, p. 88; e Manuel Diegues Júnior, *op.cit.*, p. 123.

De Sergipe, outros três foram nobilitados, Domingos Dias Coelho e Melo, Gonçalo de Faro Rolemberg, e José da Trindade do Prado. Durante a viagem de d. Pedro II por essa província, ele visitou o engenho de Antônio Dias Coelho e Melo, nomeado vice-presidente da diretoria do Instituto Sergipano de Agricultura em fins de janeiro de 1860. Seu pai, Domingos Dias Coelho e Melo, grande fazendeiro e senhor de engenho, foi agraciado com o título de barão de Itaporanga⁴⁴⁵. José da Trindade do Prado, militar que se dedicou também à política, e Gonçalo de Faro Rolemberg, proprietário de vários engenhos, futuros membros do conselho fiscal e da diretoria do Instituto Sergipano de Agricultura, que seria inaugurado em 09 de junho de 1860, foram nobilitados, respectivamente, com os títulos de barão de Propriá e barão de Japaratuba⁴⁴⁶. Mais uma vez, é possível perceber que os agraciados eram senhores de engenho, de tal modo que a escolha dos nobilitados passava por uma determinada camada social, atrelada, de alguma forma, à política.

Da Paraíba, apenas dois foram recompensados com títulos de nobreza, Flávio Clementino da Silva Freire, deputado geral por essa província e fazendeiro, tornou-se barão de Mamanguape⁴⁴⁷; e José Teixeira de Vasconcelos, proprietário abastado nessa província, além de ter hospedado o imperador, em 1859, em um de seus engenhos, tornou-se barão de Maraú⁴⁴⁸. Sobre este último nobilitado, merece destaque que d. Pedro II registrou em seu diário, escrito durante a viagem, que ficara hospedado no engenho São João, propriedade de José Teixeira de Vasconcelos, sem que registrasse, contudo, sua intenção de oferecer um título nobiliárquico a Vasconcelos. A oferta do título ocorreu quando o monarca já estava no Rio de Janeiro, ocasião em que, possivelmente, junto com seus ministros, selecionou quais senhores de engenho das províncias visitadas seriam agraciados com títulos de nobreza.

Finalmente, o último nobilitado em 14 de março de 1860 foi Joaquim Marques Lisboa, vice-almirante da Marinha brasileira e um dos comandantes da viagem de Pedro II às províncias do Norte. Em recompensa à sua atuação durante a viagem, foi nobilitado

⁴⁴⁵ Em seu diário, d. Pedro II registrou uma observação sobre o futuro titulado, sem mencionar, contudo, que ele seria agraciado, como “Domingos Dias Coelho Mello, que passa por boa pessoa, e é um velho forte de 70 e tantos, que ainda se segura muito bem a cavalo”, *Diário de Pedro II*, vol.5, p. 6; e *Correio Sergipense*, 28 de janeiro de 1860.

⁴⁴⁶ Sobre esses três barões, consultar Samuel B. de Medeiros Albuquerque, “Aspectos do baronato sergipano”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Nº 33, 2000-2002, pp. 105-129; e *Correio Sergipense*, 28 de janeiro de 1860.

⁴⁴⁷ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 269.

⁴⁴⁸ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 276 e *Diários de Pedro II*, vol. 4, p. 3-4.

com o título de barão de Tamandaré com honras de grandeza⁴⁴⁹. Vale ressaltar, tal qual ocorrido na nobilitação dos dois senadores baianos, que uma carreira prévia na política ou nas forças armadas, acabava por implicar na recepção de um título mais alto, se comparado com aquele ofertado aos demais agraciados. Nesses três casos, a trajetória biográfica foi decisiva para que eles recebessem seus primeiros títulos de nobreza acompanhados de honras de grandeza, e não apenas baronatos.

Diante desses nomes e números, salta aos olhos, primeiramente, a quantidade de baianos agraciados, seguida pela de Pernambuco, mas muito maior, se comparada às outras províncias, que tiveram poucos indivíduos nobilitados e, especificamente no caso de Alagoas, por exemplo, dois dos três agraciados eram membros de uma mesma família, a de João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Além disso, a primazia da Bahia na lista dos 31 nobilitados de 14 de março de 1860 merece uma análise mais cuidadosa, não devendo ser vinculada simplesmente à presença do imperador na inauguração do Instituto Baiano de Agricultura, mas também à própria importância política da província e de seus membros naquele momento, justamente porque alguns dos envolvidos no instituto eram políticos já experientes e representantes da elite provincial afetada pela crise econômica e pela implantação da política financeira do ministério presidido por Ferraz⁴⁵⁰.

Contudo, ainda que a Pernambuco tenha recebido menos títulos do que a Bahia, é importante ressaltar que três pernambucanos eram irmãos, membros, portanto, de uma mesma família, os Cavalcanti de Albuquerque, que dominavam a política local, ao mesmo tempo em que, como demonstrado, ocupavam cargos centrais no Estado Imperial.

⁴⁴⁹ Sobre a designação do título de barão de Joaquim Marques Lisboa, Heitor Lyra afirma que “Tamandaré era uma pequena vila ao sul do Recife. O imperador foi visita-la. Pediu-lhe o Chefe-de-Esquadra Joaquim Marques Lisboa, que o acompanhava, permissão para exumar do cemitério local os restos mortais de seu irmão Manuel, ali sepultado há trinta e cinco anos, e leva-los para o Rio a bordo do *Apa*. Esse irmão fora um antigo revolucionário que combatera a Monarquia em 1824, ao lado dos republicanos de Pais de Andrade. Acedeu prontamente o imperador ao desejo do Chefe-de-Esquadra, mandando ainda que fossem prestadas todas as honras ao antigo revolucionário. No ano seguinte, em 1860, cogitando o Governo de dar um título nobiliárquico a Marques Lisboa como homenagem aos seus serviços de guerra na campanha do Rio da Prata, Pais Barreto, ministro da Marinha, sugeriu que se lhe dessem o nome de algum lugar do Rio Grande de São Pedro, sua província natal. Atalhou, porém, o Imperador, que se devia dar o título de Tamandaré como homenagem ao irmão revolucionário que aí tombara combatendo em 1824. Alguém objetou que isso valia ligar o nome de Marques Lisboa a uma insurreição contra a Monarquia. Replicou Dom Pedro II que se o irmão de Joaquim Marques Lisboa se levantara contra as instituições monárquicas, em 1824, levado por um ideal mal compreendido, dois anos antes havia combatido, como voluntário, pela independência do Brasil”, Heitor Lyra, *História de D. Pedro II (1825-1891)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977, vol. 1, p. 206.

⁴⁵⁰ De acordo com Maria Antonieta de Campos Tourinho, “a fundação deste Instituto representava uma esperança de alento para os senhores da cana de açúcar e à sua sessão inaugural, realizada em 18 de novembro de 1859 e presidida pelo Imperador D. Pedro II, compareceram inúmeros representantes da elite baiana”, *op.cit.*, p. 9.

A lista de concessão de títulos de nobreza publicada em 14 de março de 1860 não significou os últimos títulos ofertados por esse gabinete. Outros 13 títulos foram ofertados ao longo de 1860 e de 1861, até a posse de um novo ministério, em 03 de março de 1861. Quatro títulos foram ofertados a indivíduos que ocupavam cargos no Legislativo ou no Judiciário. Assim, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, ministro plenipotenciário em Portugal, foi nobilitado com o título de 2º barão de Itamaracá⁴⁵¹; Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda, senador por Pernambuco desde 1850, ministro do Supremo Tribunal de Justiça desde 1854 e presidente do Senado entre 1854 e 1861, foi agraciado barão de Pirapama com honras de grandeza⁴⁵²; Francisco Gomes de Campos, desembargador da Relação do Rio de Janeiro nomeado em 1843, tornou-se barão de Campo Grande com grandeza⁴⁵³; e João da Silva Machado, senador pela província do Paraná, recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Antonina.

Outros sete títulos foram ofertados a fluminenses, sendo seis a fazendeiros e outro a um negociante⁴⁵⁴. Antônio Clemente Pinto, fazendeiro fluminense, que inaugurou a Estrada de Ferro de Cantagalo, em 23 de abril, mesma data em que recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Nova Friburgo⁴⁵⁵; João Gualberto de Carvalho, fazendeiro em Valença, proprietário e capitalista, morador de Turvo de Aiuruoca (Minas Gerais), foi nobilitado com o título de barão de Cajuru⁴⁵⁶; José Gomes de Sousa Portugal, cafeicultor em Pirai, foi agraciado com o título de barão de Turvo; Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, fazendeiro fluminense e integrante de uma família já nobilitada durante o Segundo Reinado – era irmão do visconde da Paraíba e do barão de São Luís -, foi

⁴⁵¹ Dados biográficos podem ser consultados em http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/antonio_monteiro.html - acesso em 16/11/2016.

⁴⁵² Dados biográficos disponíveis em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=286> - acesso em 12/07/2016.

⁴⁵³ Consultar <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=303> - acesso em 12/07/2016.

⁴⁵⁴ Contudo, como nos casos de outros tantos fazendeiros nobilitados, não foi possível, ao menos até o momento, obter informações precisas que justificassem a nobilitação desses indivíduos.

⁴⁵⁵ Quando da inauguração do Instituto Fluminense de Agricultura, em 30 de junho de 1860, seria um dos sócios fundadores.

⁴⁵⁶ De acordo com o *Almanak Laemmert* de 1860, era fazendeiro com engenho, no município de Valença, Rio de Janeiro, p. 214. De acordo com o *Correio Mercantil*, “A noticia de ter sido agraciado com o título de barão de Cajuru o Sr. comendador João Gualberto de Carvalho, morador no Turvo de Ayuruoca, província de Minas Geraes, tem causado prazer a quantos conhecem este respeitável cidadão. Pai de numerosa família, rico proprietário e capitalista, distinto pela nobreza de seu character e sentimentos, recebeu o Sr. Commendador Gualberto no ultimo quartel da vida a mais significativa e honrosa demonstração do apreço que faz de taes qualidades o nosso generoso e justiceiro soberano. Por este motivo, dirigem ao Sr. comendador Gualberto cordiaes parabéns os seus numerosos amigos”, *Correio Mercantil*, 06 de julho de 1860, nº 186.

agraciado com o título de barão de Guaribu⁴⁵⁷; Antônio Pereira Passos, fazendeiro fluminense, de São João do Príncipe, recebeu o título de barão de Mangaratiba⁴⁵⁸; e o de barão de Guapi foi ofertado a Joaquim José Ferraz de Oliveira, também fluminense, cafeeiro de Pirai⁴⁵⁹. Um negociante dessa mesma província também foi agraciado, caso de Honório Augusto José Ferreira Armond, filho do barão de Pitangui e negociante, feito 2º barão de Pitangui⁴⁶⁰.

De Minas Gerais, Maria Teresa de Sousa Fortes, de Vila do Rio Preto, tornou-se baronesa de Monte Verde⁴⁶¹. E da Bahia, Frutuoso Pinto da Costa, comandante superior da Guarda Nacional de Jaguaripe (Bahia), foi feito barão de Catu⁴⁶².

É perceptível o quanto as trajetórias desses dois barões (barão de Pirapama e barão de Campo Grande) com grandeza diferiam daquelas apresentadas pelos titulados nos meses anteriores, quando os agraciados ingressaram na nobreza brasileira a partir do título de barão, o mais baixo da escala nobiliárquica.

Embora, possam ser interpretados como exceções em meio a tantos baronatos, esses dois títulos de barão com grandeza revelam um cuidadoso critério na concessão de títulos de nobreza, ou seja, se para fazendeiros e outras figuras distantes da política, um título de barão era suficiente para ingressarem na nobreza, o mesmo não poderia ser ofertado a senadores, a membros do Judiciário, do Exército e da Marinha, por exemplo.

Aqui, vale realizar uma comparação entre as nobilitações praticadas desde a antecipação da Maioridade de Pedro II, em 1840, e as efetuadas por esses gabinetes que, de alguma maneira, distinguiram com os títulos de barão com grandeza aqueles que possuíam uma trajetória biográfica mais significativa do que a dos fazendeiros e figuras ligadas tão somente à sua localidade. Durante os primeiros anos do Segundo Reinado, não houve uma preocupação em verificar a compatibilidade entre a carreira política do indivíduo e a hierarquia do título ofertado, havendo casos considerados ofensivos pelos contemporâneos, como as ofertas dos títulos de barão da Barra Grande ao senador Francisco de Lima e Silva e de barão de São Gabriel ao militar João de Deus Mena

⁴⁵⁷ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 173. "Faleceu no dia 02 do corrente em sua Fazenda do Pau Grande, no Paty de Alferes, o barão de Guaribu, um dos mais importantes fazendeiros da província do Rio de Janeiro", *A Actualidade*, 09 de setembro de 1863.

⁴⁵⁸ Fazendeiro e lavrador em São João do Príncipe, *Almanak Laemmert*, 1860, p. 221; e 1861, p. 267.

⁴⁵⁹ Vereador em Barra Mansa e cafeeiro em Pirai, *Almanak Laemmert*, 1860, p. 229, e *Almanak Laemmert*, 1861, p. 127.

⁴⁶⁰ *Almanak Laemmert*, 1861, p. 475; e *A Actualidade*, 22 de janeiro de 1861.

⁴⁶¹ *Almanak Laemmert*, 1861, p. 290.

⁴⁶² *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 123; e *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 12.

Barreto, bem como os baronatos simples conferidos aos senadores Manuel Inácio de Melo e Sousa e Luís José de Oliveira, respectivamente, de Pontal e de Monte Santo.

Se não bastasse esses baronatos ofertados a senadores e a um militar, outros fazendeiros foram agraciados com títulos de barão com honras de grandeza, caso de Manuel Pinto Neto Cruz, feito barão de Muriaé com grandeza, Pedro Correia de Castro, barão de Tinguá com grandeza, João Gomes Ribeiro de Avelar, barão da Paraíba com grandeza. Tais exemplos, embora pontuais, podem indicar ausência de uma preocupação explícita entre a compatibilidade da biografia e do título ofertado.

Tal prática foi alterada nas décadas seguintes, quando mesmo diante do predomínio da oferta de títulos baixos hierarquicamente, houve um cuidado na oferta de títulos de barão para aqueles que não possuíam cargos ligados ao Estado, sendo estes indivíduos merecedores de títulos com grandeza, ainda que fossem tão somente baronatos com grandeza. Assim, é possível perceber que, a partir de 1857 houve a introdução de uma novidade na concessão de títulos, justamente o cuidado na escolha da hierarquia do título ofertado.

Tal como nos gabinetes anteriores a 1857, os fazendeiros agraciados constituíram a larga maioria dos titulados durante a vigência de cada um dos três ministérios. Assim, dos 12 títulos ofertados durante a existência do gabinete de 04 de maio de 1857, seis foram para fazendeiros, um para senador, um para deputado, um para integrante da Marinha, um para negociante, um para arcebispo e um para uma viúva de Ângelo Custódio Correia, vice-presidente do Pará, (Ana Rufina de Sousa Franco Correia). Vale ainda ressaltar que, desses 12 títulos, sete foram ofertados para envolvidos no combate à epidemia de cólera, o que corresponde a 58,33%.

O gabinete de 12 de dezembro de 1858 ofertou apenas três títulos a três fazendeiros. Finalmente, o terceiro gabinete em questão, o de 10 de agosto de 1859, concedeu 47 títulos, dos quais 29 foram a fazendeiros (61,7%), cinco para senadores (10,63%), três para deputados (6,38%), um para arcebispo, um para integrante da Marinha, um para integrante do Exército, dois para negociantes (4,24%), um para ministro plenipotenciário, um para desembargador e três para outros casos específicos (6,38%)⁴⁶³. Merece destaque que dos 47 títulos, 22 foram ofertados a envolvidos na inauguração dos institutos agrícolas, o que corresponde a 46,8%.

⁴⁶³ Esses três indivíduos eram João da Silva Tavares, feito barão de Serro Alegre, Isidro de Sena Madureira, feito barão de Jequiriçá e José Antônio de Araújo, feito barão do Livramento.

Outro dado que merece atenção é a hierarquia dos títulos concedidos por cada um dos gabinetes. O gabinete de 1857 ofertou, como mencionado, doze títulos, dos quais seis de barão (50%), um de visconde (8,33%), três de visconde com grandeza (25%) e dois de conde (16,66%). O ministério de 1858 ofertou apenas três títulos de barão. Finalmente, o gabinete de 1859 concedeu 47 títulos, dos quais 31 eram de barão (66%), seis de barão com grandeza (12,76%), seis honras para barão (12,76%), dois viscondes com grandeza (4,24%), um de conde (2,12%) e um de marquês (2,12%).

Desta forma, esses dados mostram uma continuidade de duas tônicas da concessão de títulos de nobreza praticadas desde o início do Segundo Reinado, a saber, o predomínio de títulos de barão e a larga maioria de concessões feitas a fazendeiros. Desse modo, ainda que alguns desses fazendeiros tenham contribuído no combate à epidemia de cólera ou tenham se envolvido na inauguração dos institutos agrícolas, tais fatos não podem ser superpostos às suas ocupações como fazendeiros, da mesma forma que houve senadores que atuaram na inauguração do instituto, mas nem por isso o cargo vitalício foi menosprezado.

Assim, ao menos até o ano de 1860, o modo de se ofertar títulos de nobreza inaugurado com a Maioridade foi mantido, com a ressalva de que esses três gabinetes analisados se preocuparam em ofertar títulos compatíveis com as biografias dos titulados, de modo que os títulos de barão foram concedidos àqueles que eram tão somente fazendeiros, exceto o título de barão de Itamaracá ofertado ao ministro plenipotenciário, enquanto que os títulos de barão com grandeza, por exemplo, foram reservados àqueles que eram senadores, ou integrantes da Marinha e do Exército.

Ainda que, como demonstrado anteriormente, seja possível supor que os títulos ofertados por esses ministérios foram utilizados com o propósito de angariar apoio para a reforma financeira proposta pelo ministro Sousa Franco, e para apaziguar ânimos daqueles afetados pela crise econômica⁴⁶⁴, é evidente que eles eram representantes das elites provinciais, muitos deles, distantes do alto escalão da política.

⁴⁶⁴ Nas palavras de Landolfo Medrado, “Conseguiu-se realmente o intuito em que fora concebida esta viagem?... Não se iludam os cortejões; seu triumpho é mais efêmero do que essas flores que brilham um momento para cahirem logo fanadas, murchas e desfolhadas. No norte, calaram por um momento os clamores contra o systema da Corte; mas as causas ahi ficaram intactas, e elles se vão elevar de novo com mais energia, com mais impaciência, mais apaixonados. Enganaram ao povo fazendo-lhes conceber esperanças chimericas, disseram-lhes que o monarca viera cortar pela raiz os abusos; corregir as irregularidades da administração; reparar as injustiças e iniquidades, obra funesta do favor e restituir a direção dos negócios á mãos mais hábeis, mais escrupulosas e equitativas”, *op.cit.*, p. 46-47.

Cabe agora analisarmos se esse perfil de concessão de títulos de nobreza foi mantido no gabinete chefiado por Luís Alves de Lima e Silva, ainda que a quantidade de títulos ofertados tenha sido muito menor se comparada com a do gabinete anterior, isto é, enquanto o gabinete presidido por Ferraz ofertou 47 títulos em quase 19 meses de governo, ou seja, em média 2,47 títulos por mês, o ministério que ascendeu ao poder em 03 de março de 1861 concedeu apenas nove títulos em pouco mais de 14 meses de governo, o que corresponde a uma média de tão somente 0,64 títulos por mês. Vale destacar que a troca ministerial foi, de acordo com Sérgio Ferraz, consequência das eleições de 1860 que deram vitória a uma câmara de deputados hostil ao gabinete que estava no poder⁴⁶⁵.

Assim, o novo gabinete ministerial era chefiado por Luís Alves de Lima e Silva, já marquês de Caxias, que ocupava também a pasta da Guerra⁴⁶⁶. Nas pastas do Império e da Justiça, Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato; na de Estrangeiros e na Fazenda, José Maria da Silva Paranhos; na Marinha, Joaquim José Inácio; e na da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Joaquim José Inácio⁴⁶⁷.

De acordo com Sérgio Ferraz, Caxias, ao montar esse gabinete, tentou uma reunificação do Partido Conservador, nomeando ministros conservadores de diferentes tendências dentro do partido. Contudo, tal tentativa não foi bem sucedida, e conservadores dissidentes começaram a dialogar com liberais no sentido de formar um novo agrupamento político. Em 1862, a Liga composta por dissidentes estava formada e pressionou pela saída do ministério chefiado por Caxias⁴⁶⁸.

Durante a permanência desse gabinete, foram ofertados nove títulos de nobreza, sendo oito baronatos e um baronato com grandeza. Além da baixa quantidade de títulos, salta aos olhos a oferta, praticamente unânime de títulos da hierarquia inferior, sendo que o único a ter privilégio de receber honras de grandeza foi Joaquim José Pinheiro de

⁴⁶⁵ Sérgio Ferraz, *op.cit.*, 125-126.

⁴⁶⁶ Sobre a nomeação deste gabinete, Sérgio Buarque de Holanda afirma que “ao apelar para Caxias, o imperador teria considerado que agora, muito mais do que em 1858, quando chamou, sem resultado, Eusébio de Queiroz e Uruguai [Paulino José Soares de Souza], [o gabinete foi então organizado pelo visconde de Abaeté], não se podia cogitar os saquaremas intransigentes”, *Capítulos de História do Império*, *op.cit.*, p. 69.

⁴⁶⁷ Importante mencionar algumas substituições que ocorreram durante a vigência deste gabinete. Na pasta do Império, José Antônio Saraiva assumiu em 21 de abril e foi substituído por José Ildefonso de Sousa Ramos, em 10 de julho de 1861. Na de Estrangeiros, Antônio de Sá e Albuquerque assumiu em 21 de abril e foi substituído, em 10 de julho, por Benevuto Augusto de Magalhães Taques. Na da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 21 de abril, assumiu Manuel Felizardo de Sousa e Melo. Barão de Javari, *op. cit.*, p. 125-127.

⁴⁶⁸ Sérgio Ferraz, *op.cit.*, p. 126-130.

Vasconcelos, que era presidente do Supremo Tribunal de Justiça desde outubro de 1860, ou seja, a sua trajetória biográfica destoava daquela dos outros nobilitados, apenas fazendeiros.

Em março de 1861, quando o ministro do Supremo Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos tornou-se barão de Montserrate com grandeza, o fazendeiro mineiro Camilo Maria Ferreira Armond, filho do barão de Pitangui (Marcelino José Ferreira Armond) tornou-se barão de Prados⁴⁶⁹. De acordo com Monica Ribeiro de Oliveira, o barão de Prados que chegaria, anos mais tarde, ao título de conde, era figura de grande riqueza e possuidor de investimentos diversificados⁴⁷⁰. Dois meses depois, outro fazendeiro mineiro, José Antônio da Silva Pinto, teve o privilégio de ingressar na nobiliarquia com o título de barão de Bertioga⁴⁷¹. No mês seguinte, Luís Fernandes Monteiro, fazendeiro e negociante de Mangaratiba (Rio de Janeiro), tornou-se barão de Sai⁴⁷².

De perfil distinto aos anteriores, em junho de 1861, Maria José de Santana tornou-se baronesa de Santana, em recompensa à atuação de seu filho, Mariano Procópio Ferreira Laje, que havia trabalhado para a inauguração da Estrada União e Indústria, no ano de 1861, atendendo aos interesses das elites da região sul de Minas Gerais, evento que contou com a presença de d. Pedro II⁴⁷³. Ao contrário de outros decretos de concessão, que não tinham informações específicas sobre a justificativa das ofertas, o decreto de concessão

⁴⁶⁹ De acordo com o *Correio da Tarde*, de 10 de setembro de 1856, Camilo Maria Ferreira Armond figurou entre os candidatos a senador por Minas Gerais, já que dois senadores por essa província, os marqueses de Paraná e Valença, haviam falecido. Era ligado aos liberais.

⁴⁷⁰ Nas palavras de Mônica Ribeiro de Oliveira, “além de político de expressão, era possuidor de vastas conexões mercantis na praça carioca, além da propriedade de uma casa comissária. Como grande fazendeiro e capitalista diversificava seus investimentos. Além da atividade usurária, investia em ações da Cia União e Indústria e da Estrada de Ferro Dom Pedro e mantinha constantes relações mercantis com o Rio de Janeiro através da venda de mantimentos, perceptível por sua tropa de mais de 50 bestas de carga e outros animais de tiro. Dessa forma, associava capitais originários da atividade mercantil e usurária para manter regularmente suas inversões em terras e escravos, com uma riqueza agrária que correspondia a 20,03% do total de seu monte, além de 166 cativos. Seus ativos abrangiam 60 devedores, entre lavradores de alimentos e fazendeiros de café”, *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru, SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005, p. 240.

⁴⁷¹ De acordo com o *Correio Mercantil*, de 23 de setembro de 1860, elegeu-se, pelo partido conservador, vereador em Juiz de Fora. Segundo o *Almanak Laemmert*, era da cidade de Paraibuna, Minas Gerais. *Almanak Laemmert*, 1863, p. 48. Faleceu em Juiz de Fora (Minas Gerais), *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 81. É interessante destacar o quão ligado às suas localidades eram esses indivíduos. Nas palavras de Mônica Ribeiro de Oliveira, “na localidade em estudo [Zona da Mata Mineira], diversos proprietários foram agraciados com os títulos de barão, mas mantinham uma atuação política que não chegava a romper os estritos limites do município e tampouco o pacto da centralização. Teriam sido - nas palavras de José Murilo de Carvalho – cooptados”, *op.cit.*, p. 180.

⁴⁷² *Almanak Laemmert*, 1861, p. 191; e *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 408.

⁴⁷³ Patrícia Falco Genovez, “A viagem enquanto forma de poder: a viagem de Pedro II e a inauguração da rodovia União e Indústria, em 1861”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 5, 1998, pp. 161-180.

do título de baronesa de Santana continha a seguinte redação, que reforça justamente a oferta do título como recompensa pelos serviços prestados por seu filho,

Attendendo aos serviços prestados por Mariano Procópio Ferreira Lage, e Querendo dar-lhe um testemunho de particular distinção, Hei por bem Fazer mercê a sua mãe D. Maria Jozé de Sant'Ana do título de Baroneza de Sant'Ana em sua vida. Palacio do Rio de Janeiro, em trez de Julho de mil oitocentos sessenta e hum, quadragésimo da Independencia e do Imperio⁴⁷⁴.

De acordo com Mônica Ribeiro de Oliveira, Mariano Procópio Ferreira Lage era um importante membro da elite mineira, com alguma participação política, tal qual, por exemplo, Custódio Ferreira Leite (agraciado barão de Aiuruoca em 1855).

Em outubro, Paulo Gomes Ribeiro de Avelar, fazendeiro fluminense e membro de família já nobilitada no Segundo Reinado, tornou-se barão de São Luís. Era irmão do barão de Guaribu (Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar) e do visconde da Paraíba (João Gomes Ribeiro de Avelar), sobrinho do barão de Capivari (Joaquim Ribeiro de Avelar), e cunhado do barão de Pati de Alferes (Francisco Peixoto de Lacerda Werneck)⁴⁷⁵. Do Rio Grande do Sul, o fazendeiro Francisco de Paula e Silva tornou-se barão de Ibicuí⁴⁷⁶; de Mato Grosso, o fazendeiro Manuel Nunes da Cunha tornou-se barão de Poconé⁴⁷⁷, e o último nobilitado foi o fazendeiro baiano Francisco Antônio Rocha Pita Argolo, feito 2º barão de Passé, que era filho do 1º visconde de Passé (Antônio da Rocha Pita Argolo)⁴⁷⁸. Era membro do Conselho Fiscal do Instituto Baiano de Agricultura, e foi em recompensa à sua atuação no instituto que foi nobilitado, constando tal justificativa no decreto de concessão,

Tomando em consideração o merecimento e serviços de Francisco Antônio Rocha Pitta Argollo, especialmente os prestados em favor do Imperial Instituto Agrícola da Bahia, e Querendo por isso Distingui-lo e Eleval-o; Hei por bem fazer-lhe mercê do Título de Barão de Passé, em sua vida. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de janeiro de mil oitocentos e sessenta e dois, quadragésimo 1º da independência e do império⁴⁷⁹.

A nobilitação desses fazendeiros de Minas Gerais pode ser interpretada como parte integrante de uma política de concessão de títulos de nobreza para fazendeiros com

⁴⁷⁴ Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 425.

⁴⁷⁵ Era cafeicultor em Vassouras, Rio de Janeiro, *Almanak Laemmert*, 1860, p. 260; 1862, p. 258; e *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 459.

⁴⁷⁶ *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 180.

⁴⁷⁷ *Almanak Laemmert*, 1862, p. 49; e *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 366.

⁴⁷⁸ *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 342; *Almanak Laemmert*, 1862, p. 132. O 1º visconde de Passé havia sido agraciado com seu baronato em 1843, assim, por já existir um título de idêntica hierarquia e designação, a seu filho foi ofertado o título acrescido do numeral 2º.

⁴⁷⁹ Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 429.

alto poder aquisitivo e, consequente, com significativa influência na política local e provincial, ainda que não ocupassem cargos no alto escalão da política imperial. Assim, a nobilitação de famílias financeiramente poderosas não foi restrita para Minas Gerais ou mesmo para o Rio de Janeiro, mas foi um recurso já usado para, por exemplo, famílias baianas, pernambucanas e alagoanas, ainda que, no caso desta última província, fossem quase todos da família do senador Sinimbu.

Finalmente, a vida política deste gabinete não foi das mais fáceis, e o então marquês de Caxias teve que conviver com a oposição de liberais e conservadores, e mais do que isso com a formação de uma aliança entre os dissidentes de cada um dos partidos na Câmara dos Deputados. Seguindo a interpretação de Silvana Mota Barbosa, a aprovação da chamada Lei dos Entraves, de 22 de agosto de 1860⁴⁸⁰, foi o estopim para a concretização da aliança futuramente chamada de Liga Progressista. Em suas palavras,

ao que tudo indica, a aprovação dessa lei, que impunha grandes limites à liberdade de empresa e de crédito, parece ter sido o ingrediente que faltava para as mudanças partidárias do início dos anos 1860. Os mais moderados (conservadores ou liberais) eram contrários à lei por considerar que apenas contribuía para a consagração do monopólio de atividades vitais para a economia do período⁴⁸¹.

2.2. A Liga Progressista, o Prata e os primeiros anos da Guerra do Paraguai

A aliança entre os dissidentes conservadores e os liberais garantiu, como mencionado, a formação de um novo agrupamento político, que conseguiu derrubar Caxias e ascender ao poder⁴⁸². Nas palavras de Sérgio Ferraz,

⁴⁸⁰ De acordo com Peter Eisenberg, “a inflação e a especulação só terminaram quando a legislatura imperial aprovou a Lei 1.083 de 22 de agosto de 1860, que restringiu drasticamente as emissões tanto dos bancos privados quanto do Banco do Brasil. Mais importante para a indústria açucareira, a lei exigia que qualquer companhia de responsabilidade limitada tinha que ter autorização do Conselho de Estado antes de poder operar, devendo ainda submeter relatórios anuais à aprovação. Ao impor aos negócios a busca de tal aprovação política a lei conteve a organização cooperativa do capital. Os empresários pernambucanos, sem titubeios, condenaram a ‘restritiva e centralizadora’ lei de 1860 como o ‘começo da aniquilação do espírito empresarial e associativo’ e ‘o mais perfeito instrumento para matar o espírito de associação e a própria iniciativa individual’”, *op.cit.*, p. 97-98.

⁴⁸¹ Silvana Mota Barbosa, “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860” in José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.), *Repensando o Brasil dos Oitocentos: Cidadania, Política e Liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 296.

⁴⁸² De acordo com a interpretação de Lucas Roahny, essa rearticulação política entre liberais e conservadores vinha sendo gestada desde o gabinete Ferraz (que assumiu em 10 de agosto de 1859 e foi substituído em 03 de março de 1861) e para isso, o referido historiador aponta três principais razões, “em primeiro lugar, tempo o seu aceno aos políticos saquaremas logo na formação do ministério, como a nomeação de Almeida Pereira para a pasta do Império; a oposição ‘saquaremas X luzias’ é reforçada no encaminhamento dado à questão econômica, com a aprovação da política restritiva que ficou conhecida pelo epíteto de ‘Lei Ferraz’; simultaneamente a este fator, e operando em sentido contrário a ele, o apoio de Ferraz ao projeto de reforma da Lei dos Círculos proposto pelos conservadores teve o efeito de diluir a sociedade intrapartidária em formação, criando uma situação de confronto político que confundiu a conhecida divisão entre saquaremas e luzias em razão da existência de uma facção conservadora

Sofrendo oposição aberta dos liberais, desgastado com as frações moderadas conservadoras e não satisfazendo integralmente o velho comando ‘puritano’, não se afigurava confortável, ao final de 1861, a posição política do gabinete Caxias. Na virada de 1861 para 1862, dois movimentos complementares, e que se reforçam reciprocamente, se observam no cenário político-parlamentar: avançam, por um lado, as negociações entre liberais e dissidentes conservadores, com vistas à formação de um novo partido, e, por outro, opta, decididamente, o governo por efetuar um giro político rumo à política puritana, entregando o controle das províncias somente aos que se alinhavam com essa bandeira⁴⁸³.

Preocupado em analisar as circunstâncias que viabilizaram a formação desse novo arranjo político, Bruno Fabris Estefanes, em trabalho recente, destacou a existência de poucos estudos tanto sobre o período da Liga Progressista, quanto sobre o período anterior (1857-1862), marcado pelas articulações políticas que garantiriam a ascensão desse agrupamento, embora alvo de muitas críticas. Feita a ressalva dessas lacunas na historiografia, o pesquisador demonstrou que, apesar de ser bastante comparada à Conciliação, eventualmente interpretada como uma continuidade da política conduzida pelo marquês do Paraná, a Liga Progressista não deve ser analisada como uma extensão do período anterior, já que possibilitou a ascensão de Zacarias de Góes e Vasconcelos, a emergência de novos debates sobre o sistema representativo e sobre a condução da política financeira⁴⁸⁴.

O referido historiador se propôs a preencher parte desta lacuna, dedicando-se a analisar os cinco anos que antecederam à formação do primeiro gabinete da Liga Progressista, de 1862, enfatizando, entre outras questões, as difíceis articulações para obtenção de apoio parlamentar e as críticas publicadas na imprensa acerca da condução

‘dissidente’ que atuou ao lado dos representantes liberais. Meses mais tarde, com os preparativos para as primeiras eleições sob o regime dos círculos de três deputados, essa coligação entre liberais e conservadores seria encarada como a fórmula capaz de impedir a perpetuação de um predomínio político que, no dizer da imprensa liberal da época, era o predomínio de uma ‘oligarquia’”, *A Liga Progressista e a Construção do Estado Imperial, 1860-1868*. Curitiba (PR): UFPR, monografia de graduação, 2013, p. 38.

⁴⁸³ Sérgio Ferraz, *op.cit.*, p. 129. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, “era manifesto agora o malogro da tentativa empreendida pelo marquês de Caxias [gabinete de 1861] no sentido de uma unificação dos vários matizes do partido oriundo do ‘regresso’ visando talvez, numa segunda etapa, a absorver os liberais transigentes. Ia sucedendo exatamente o oposto, segundo as aparências, isto é, uma gravitação dos conservadores insatisfeitos para o lado dos velhos inimigos de sua facção”. Sérgio Buarque de Holanda, *Capítulos de História do Império*, *op.cit.*, p. 81.

⁴⁸⁴ Bruno Fabris Estefanes, *A Muralha de Bronze: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2017. Além dos autores já citados, Jeffrey Needell, Roderick Barman e José Murilo de Carvalho, entre outros, também se dedicaram ao período da Liga Progressista. Consultar, respectivamente, *The party of order; The citizen emperor*; e “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove.” Working Paper number 87. Centre of Brazilian Studies, University of Oxford, 2007.

da política, incluindo a questão financeira, que, por sua vez, culminaria em uma grave crise econômica⁴⁸⁵.

Iniciada em setembro de 1864, a pior crise econômica vivida até então ficou conhecida como “Quebra do Souto”, em decorrência da crise da Casa do Souto e Cia⁴⁸⁶, a maior instituição bancária da época, que, ao fechar seus guichês, aumentou a procura por outras casas de crédito⁴⁸⁷. A Quebra do Souto estava relacionada à condução da política econômica do início da década, marcada pelos debates acerca do pluralismo monetário. Tal crise contribui para intensificar os questionamentos acerca da Liga Progressista, que, além do fraco apoio parlamentar, era acusada de não conseguir promover o desenvolvimento econômico nacional.

Se não bastasse essas questões internas, a política internacional na região do Prata também estava, no mínimo, complexa, e em novembro desse mesmo ano, como será abordado mais adiante, o Paraguai rompeu relações com o Brasil, declaração que foi acompanhada pelo início de uma guerra que se prolongaria até 1870 e contribuiria para o aumento das críticas feitas aos progressistas. Assim, diante desse cenário, apresentaremos os seis gabinetes do período, bem como os títulos ofertados por cada um deles, e a partir desses dados, traçaremos uma comparação com o Gabinete da Conciliação, a fim de colocar mais uma diferença entre esses dois períodos da história imperial.

O primeiro gabinete da Liga Progressista teve vida curtíssima, nomeado em 24 de maio de 1862, foi substituído por outro gabinete em 30 de maio. Esse primeiro ministério era formado por Francisco José Furtado, que respondia pela pasta da Justiça; por Carlos Carneiro de Campos, pela de Estrangeiros; por José Pedro Dias de Carvalho, pela da Fazenda; por José Bonifácio de Andrada e Silva, pela da Marinha; por Manuel Marques de Sousa, pela da Guerra; e por Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, pela de Agricultura,

⁴⁸⁵ Bruno Fabris Estefanes, *op.cit.*

⁴⁸⁶ Embora muitos negociantes tenham sido nobilitados ao longo do Segundo Reinado, Antônio José Alves Souto, da Casa do Souto e Cia, não recebeu um título nobiliárquico recebido em solo brasileiro. De acordo com Hernán Sáez, este imigrante português começou a se envolver em atividades financeiras já em 1833 e passou a investir seu dinheiro em propriedades urbanas e rurais, até se tornar fundador da casa bancária. A despeito de toda sua fortuna e investimentos feitos no Império do Brasil, não teve o privilégio de ser agraciado com um título de nobreza, sendo, contudo, nobilitado com o título de visconde de Souto em 1862, mas ofertado por d. Luís, rei de Portugal. Hernán Sáez, *op.cit.*, pp. 290-307. Dados biográficos sobre o visconde de Souto disponíveis em:

<http://www.museu-emigrantes.org/docs/titulados/Visconde%20de%20Souto.pdf> – acesso em 25/04/2017

⁴⁸⁷ Para uma análise detalhada sobre a ascensão de Antônio José Alves Souto até a crise da “Quebra do Souto”, consultar Hernán Sáez, especialmente o subcapítulo 3.3 “O 11 de Setembro da praça carioca: Antônio José Alves Souto e sua Casa Bancária”, pp. 290-307; e Francisco Doratioto, *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 77.

Comércio e Obras Públicas, além de contar com o presidente do gabinete, Zacarias de Góes e Vasconcelos, à frente da pasta do Império⁴⁸⁸.

Tal gabinete, segundo Sérgio Ferraz,

materializara o primeiro arranjo ministerial composto por conservadores moderados e liberais, sendo o primeiro fruto mais notável dos entendimentos e aproximações sumariados, os quais engendraram uma aliança ou ‘Liga’ que, nas palavras de Joaquim Nabuco, ‘vinha servir de refúgio aos conservadores condenados pela oligarquia e que parecia aos liberais de 1848 uma verdadeira insurreição’⁴⁸⁹.

Diante de conflitos com a Câmara dos Deputados, o ministério Zacarias de Góes solicitou ao imperador a dissolução da Câmara baixa, mas não obteve sucesso em seu pedido e exonerou-se⁴⁹⁰. Dada a curta duração deste ministério, não houve tempo para que algum título de nobreza fosse ofertado, de tal modo que nobilitados em potencial tiveram que esperar até junho de 1862 para que um novo nome ingressasse na nobiliarquia brasileira.

O segundo gabinete da Liga, nomeado em 30 de maio, era chefiado pelo marquês de Olinda, que respondia pela pasta do Império; pelo visconde de Maranguape com grandeza, responsável pela Justiça; pelo marquês de Abrantes, que ocupava a de Estrangeiros; pelo visconde de Albuquerque com grandeza, a da Fazenda; por Joaquim Raimundo de Lamare, a da Marinha; por Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, a da Guerra; e por João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, a da Agricultura e Obras Públicas⁴⁹¹.

⁴⁸⁸ Barão de Javari, *op.cit.*, p. 129.

⁴⁸⁹ Sérgio Ferraz, *op.cit.*, p. 130-131.

⁴⁹⁰ Sérgio Ferraz, *op.cit.*, p. 130-131. Em seu diário, em 22 de maio de 1862, d. Pedro registrou sua intenção de que Zacarias conseguisse maioria na Câmara, já que não demonstrava disposição em dissolver a Câmara e convocar novas eleições, preferindo a substituição do gabinete. Nas palavras do monarca, “antes de [Zacarias] se retirar disse-lhe que era preciso reunir maioria, porque eu não tinha retirado minha confiança ao ministério passado e apenas entre dois males, o da retirada dele e o da dissolução da Câmara preferia aquele como o menor; portanto não tendo o novo ministério justificado ainda minha confiança, que eu estava certo não desmentiria ele por seus atos muito dificilmente anuiria a uma dissolução se ele me propusesse como aliás teria direito para fazê-lo. Que lhe declarava isto, que nem mesmo o Caxias sabia; – porque, embora muito confiasse na sua discrição, julgara mais prudente não lhe comunicar para que de modo nenhum pudesse eu estorvar a nova organização do ministério – porque assim o exigia a lealdade. Zacarias respondeu que se o novo ministério depois de sua organização não pudesse marchar – pediria ele a sua demissão julgando contudo que no decurso do tempo poderia ver-se obrigado a propor a dissolução; ao que repliquei ser isso sempre direito do ministério, não podendo eu decidir-me a tal medida senão no momento. Acrescentou que a liga não pretendia que o ministério saísse de seu seio, e lembrou uma nova tentativa de ministério, caso esta não vingasse, contudo que fosse o ministério composto de indivíduos, que executassem melhor que o passado o seu mesmo programa contra o qual não se declarara a liga”. Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, *Diário de d. Pedro II*, 22 de maio de 1862, volume 9.

⁴⁹¹ Durante a permanência deste gabinete no poder, foram feitas algumas alterações. Entre 08 de outubro e 13 de novembro de 1862, marquês de Abrantes substituiu o marquês de Olinda na presidência e na pasta do Império; a partir de 08 de junho de 1862, Sinimbu passou a ocupar a pasta da Justiça; em 08 de abril de 1863, o marquês de Abrantes passou a ocupar a pasta da Fazenda; em 12 de maio de 1863, Antônio Manuel

Tal composição ministerial não foi mantida até a queda deste gabinete, mas, ainda assim, a escolha de Sinimbu, “homem da liga”, para chefiar o ministério da Justiça, bem como o “subsequente expurgo promovido no intervalo das sessões legislativas de 1862 e 1863, afastando os ‘ordeiros das posições-chave nas províncias’”, deixando bastante clara a “estratégia ministerial de dissolver a Câmara e refazê-la em um figurino abertamente ‘ligueiro’”⁴⁹².

Tais alterações fizeram com que o governo atingisse seu objetivo principal, justamente a dissolução da Câmara dos Deputados, ocorrida em 12 de maio de 1863⁴⁹³, o que garantiu sua permanência no poder por mais oito meses, totalizando, portanto, quase 19 meses na administração imperial⁴⁹⁴. Contudo, mesmo com a duração de mais de um ano e meio, na vigência do gabinete não houve uma larga nobilitação, ao contrário, foram concedidos tão somente seis baronatos.

No ano seguinte, em 15 de janeiro de 1864, um novo gabinete da Liga Progressista foi nomeado, novamente presidido por Zacarias de Góes e Vasconcelos⁴⁹⁵. Mesmo tendo permanecido no poder até 31 de agosto, apenas um título de nobreza foi ofertado no mês de julho. Embora, o título tenha sido o de barão, tal como o ofertado em larga escala pelos gabinetes anteriores, o nobilitado tinha um perfil distinto, como se verá adiante.

de Melo passou a ocupar a pasta da Guerra; e em 09 de fevereiro de 1863, Pedro de Alcântara Belegarde se tornou ministro da Agricultura e Obras Públicas. Barão de Javari, *op.cit.*, p. 130-131. De acordo com Lucas Roahny, esses ministros eram indivíduos afastados das disputas políticas e que eram “inquestionáveis” devido à sua experiência política, *op.cit.*, p. 71.

⁴⁹² Sérgio Ferraz, *op.cit.*, p. 134.

⁴⁹³ Sérgio Ferraz, *op.cit.*, p. 134.

⁴⁹⁴ Sobre a nova Câmara dos Deputados, Needell afirma que “the Chamber was almost exclusively *ligueiro* (moderate, *históricos*, younger reformists). Only a half-dozen Conservatives were admitted at all - others had their elections overturned. From 1863 to 1867, Conservatives were heard almost exclusively in the Senate where their aging chieftains had fortified themselves”, *op.cit.*, p. 219.

⁴⁹⁵ O presidente do gabinete, Zacarias de Góes e Vasconcelos, ocupava também a pasta da Justiça, José Bonifácio de Andrada e Silva ocupava a do Império, Francisco Xavier Pais Barreto ocupava a de Estrangeiros, José Pedro Dias de Carvalho a da Fazenda, João Pedro Dias Vieira, a da Marinha, José Mariano de Matos, a da Guerra, e Domiciano Leite Ribeiro, a de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Esse gabinete sofreu poucas alterações em sua composição, sendo que João Pedro Dias Vieira passou a ser ministro dos Estrangeiros em 09 de março e da Agricultura em 20 de julho, e Francisco Carlos de Araújo Brusque ocupou a da Marinha em 31 de março e a da Guerra em 31 de maio. Barão de Javari, *op.cit.*, p. 135-136. Sobre essa segunda presidência de Zacarias de Góes e Vasconcelos, Silvana Mota Barbosa afirma que “Zacarias já era presidente do Conselho de Ministros quando foi o escolhido da lista tríplice para vaga senatorial pela Bahia. Ou seja, em menos de um mês passou de líder na Câmara dos Deputados para presidente do Conselho de Ministros e senador. Meu argumento é que, depois da desastrosa experiência do primeiro deputado na presidência do Conselho [Zacarias em 1862], o monarca adotaria outra estratégia. Em sua segunda nomeação, Zacarias não era mais o chefe da oposição, e sim um deputado popular e presidente da Mesa da Câmara. Mas, principalmente, era um bem votado candidato ao Senado. Tinha agora, passados quase dois anos, outra legitimidade”, Silvana Barbosa, “A política progressista”, *op.cit.*, p. 318-319.

O quarto gabinete da Liga Progressista, nomeado em 31 de agosto de 1864, era presidido por Francisco José Furtado⁴⁹⁶, responsável pela pasta da Justiça; por José Liberato Barroso, na do Império; Carlos Carneiro de Campos, respondendo pelas pastas da Fazenda e de Estrangeiros (que, na condição de interino, foi substituído, em 04 de outubro, por João Pedro Vieira); por Francisco Xavier Pinto Lima, à frente da Marinha; Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; e por Henrique de Beaurepaire Rohan (substituído, em 12 de fevereiro de 1865, por José Egídio Gordilho de Barbuda, visconde de Camamu com grandeza desde 1856) à frente da Guerra⁴⁹⁷. Durante os nove meses em que ficou no poder, foram concedidos apenas quatro títulos de nobreza.

O quinto gabinete ligueiro ascendeu ao poder, em 12 de maio de 1865, chefiado novamente pelo marquês de Olinda, então ministro do Império. Compunham o ministério: José Tomás Nabuco de Araújo, na pasta da Justiça; Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Estrangeiros; José Pedro Dias de Carvalho, na Fazenda; Antônio Francisco de Paula e Sousa, responsável pela pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; José Antônio Saraiva pela Marinha e Ângelo Muniz da Silva Ferraz pela Guerra⁴⁹⁸. Ao longo dos quinze meses em que ficou no poder, esse ministério ofertou apenas cinco títulos.

Finalmente, o último gabinete da Liga Progressista foi nomeado em 3 de agosto de 1866, chefiado mais uma vez por Zacarias de Góes e Vasconcelos, à frente da pasta da Fazenda. Era composto por José Joaquim Fernandes Torres, que ocupava a pasta do Império; por João Lustosa da Cunha Paranaguá, a da Justiça; por Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que ocupava a de Estrangeiros; por Afonso Celso de Assis Figueiredo, a da Marinha; por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, a da Guerra; e por Manuel

⁴⁹⁶ De acordo com Sérgio Ferraz, “a queda de Furtado que governa, praticamente, no intervalo entre duas sessões legislativas – combina razões congêntas, estruturais e mais imediatas. A razão congênita prende-se à própria falta estatura política do Presidente do Conselho no cenário da época, aludida rapidamente acima; as dimensões estruturais apontam para o início do conflito com o Paraguai e para a eclosão da grave crise bancária na praça do Rio de Janeiro – a ‘crise do Souto’ –, por fim, causas mais próximas relacionam-se com algumas decisões políticas tomadas pelo gabinete, as quais concorreram para seu isolamento, e com o resultado insatisfatório, da perspectiva do governo, da eleição para a presidência da Câmara logo na abertura da sessão de 1865, sendo este último episódio considerados pelas fontes e por estudos acadêmicos, o motivo imediato da retirada”, *op.cit.*, p. 140-141; e Francisco Doratioto, *Maldita guerra*, *op.cit.*, p. 157.

⁴⁹⁷ Barão de Javari, *op. cit.*, p. 137-139.

⁴⁹⁸ Barão de Javari, *op.cit.*, p. 141-142. Entre 08 de julho e 10 de novembro de 1865, Ângelo Muniz da Silva Ferraz foi substituído na pasta da Guerra por José Antônio Saraiva, uma vez que estava no Rio Grande do Sul acompanhando o imperador. Outras substituições foram as seguintes, em 27 de janeiro de 1866, José Antônio Saraiva assumiu a pasta de Estrangeiros; em 07 de março, João da Silva Carrão assumiu a Fazenda; e em 27 de junho, Francisco de Paula da Silveira Lobo assumiu a Marinha.

Pinto de Sousa Dantas, a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas⁴⁹⁹. Esse ministério, além de ser o mais longo da Liga Progressista, quase dois anos no poder, foi também o que mais ofertou títulos de nobreza, 101.

A despeito de não haver continuidade entre os seis gabinetes, seja em termos de duração dos ministérios, seja na quantidade de título ofertados por cada um deles, analisaremos primeiro o conjunto das titulações ocorridas durante o chamado período da Liga Progressista, a fim de melhor comprar sua importância em termos de titulações em relação ao período do Gabinete de Conciliação. Em seguida, passaremos para análises individualizadas, de modo a entender quais foram as conjunturas específicas de cada um desses gabinetes e quais indivíduos tiveram a oportunidade de receber títulos de nobreza, tendo em mente o amplo contexto da Liga Progressista, já apresentado.

Como analisado no primeiro capítulo, durante a vigência do gabinete da Conciliação, presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão, inaugurado em 06 de setembro de 1853 (um total de 44 meses, considerando-se sua saída em maio de 1857), foram concedidos 82 títulos, ou seja, uma média de 1,86 títulos por mês. Números ligeiramente mais altos, em termos relativos, das concessões realizadas durante a Liga Progressista, quando os seis gabinetes do período ofertaram 117 títulos ao longo dos 74 meses que estiveram no poder, isto é, uma média de 1,58 títulos por mês.

Contudo, ainda que as médias mensais sejam bem próximas, considerando a totalidade das nobilitações praticadas pelos seis gabinetes, não é possível transpor esse resultado para cada um dos seis ministérios da Liga, já que, como demonstrado, não houve continuidade na política de concessão de títulos praticada por eles. Assim, o primeiro gabinete, que sobreviveu por apenas seis dias, não ofertou títulos de nobreza; o segundo, que permaneceu quase 19 meses no poder, concedeu apenas seis títulos de nobreza, uma média de 0,31 título por mês; o terceiro, que ficou no poder pouco mais de sete meses, ofertou um único título, uma média de 0,14 título por mês; o quarto, em seus quase nove meses de vida, concedeu quatro títulos, uma média de 0,44 título por mês; e o quinto, em seus quase quinze meses, ofertou cinco títulos, uma média de 0,33 título por mês. Finalmente, o último gabinete, em seus 24 meses de existência, ofertou 101 títulos, uma média 4,21 títulos por mês.

⁴⁹⁹ Barão de Javari, *op.cit.*, p. 145-146. Esse ministério passou por diversas alterações. Em 27 de outubro, Martim Francisco Ribeiro de Andrada assumiu a pasta da Justiça e Antônio Coelho de Sá e Albuquerque assumiu a de Estrangeiros, na qual foi substituído em 09 de dezembro de 1867 por João Lustosa da Cunha Paranaguá, e em 14 de abril de 1868, por João Silveira de Sousa. Finalmente, em 07 de outubro João Lustosa da Cunha Paranaguá assumiu a pasta da Guerra.

Por meio desses números, é possível considerar que o último gabinete da Liga Progressista, presidido novamente por Zacarias de Góes e Vasconcelos, representou uma ruptura em relação à política de nobilitação praticada até então pelos progressistas, já que tanto em números absolutos, quanto em números relativos, houve um aumento impressionante na quantidade de títulos ofertados. A questão, portanto, é qual teria sido a conjuntura política a impulsionar tal aumento no número de títulos ofertados e qual foi o uso feito desses títulos.

Títulos fora da guerra

A partir desse quadro político da Liga Progressista (1864-1868), coloca-se a questão de qual teria sido o uso feito dos títulos de nobreza por esses gabinetes ministeriais, reiterando que cada um deles teve duração e conjuntura específicas, o que, como se verá, interferiu significativamente na quantidade de títulos ofertados. Assim, durante esses anos, foram ofertados 117 títulos; desses, 73 eram de barão; 14 de barão com grandeza; três de visconde; 11 de visconde com grandeza; oito honras para barão; e oito títulos de conde.

Dada a importância da Guerra do Paraguai no período, optamos por analisar separadamente os títulos referidos à guerra, das honrarias concedidas por outras razões. Assim, em um primeiro momento, discutiremos a nobilitação de indivíduos cuja justificativa para o título não estava, de modo explícito, vinculada à Guerra do Paraguai. Finalmente, não seguiremos a sequência cronológica das nobilitações, mas, sim, agruparemos de acordo com o perfil dos nobilitados por um mesmo gabinete.

Dos 117 títulos concedidos nesse período, 63 se enquadram nesse grupo. O primeiro dos gabinetes progressistas a ofertar títulos de nobreza foi aquele chefiado pelo marquês de Olinda, que ascendeu ao poder 30 de maio de 1862, permanecendo até janeiro de 1864, tendo concedido apenas 4 títulos dos 63 títulos mencionados.

Três agraciados eram fazendeiros, Manuel José Monteiro de Castro, de Minas Gerais, tornou-se barão de Leopoldina⁵⁰⁰; de São Paulo, Joaquim Antônio de Arruda, foi agraciado barão de Atibaia; e do Rio de Janeiro, Antônio Clemente Pinto, que era também negociante e filho do barão de Nova Friburgo, foi feito barão de São Clemente⁵⁰¹. O

⁵⁰⁰ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 255; e *Almanak Laemmert*, 1863, p. 49.

⁵⁰¹ Foi também diretor da Caixa Econômica e do Monte de Socorro do Rio de Janeiro, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 437.

quarto agraciado foi Joaquim José dos Santos Silva, proprietário e capitalista de São Paulo, que recebeu o título de barão de Itapetininga⁵⁰².

O gabinete de 15 de janeiro de 1864, chefiado por Zacarias de Góes e Vasconcelos, ofertou um único título de nobreza a Francisco Inácio de Carvalho Moreira, membro do corpo diplomático brasileiro na Inglaterra desde a década anterior, e agraciado com o título de barão de Penedo, sendo a designação do título uma referência à sua cidade natal, a Vila de Penedo, em Alagoas⁵⁰³.

Nos meses seguintes à nomeação do ministério de 31 de agosto de 1864, presidido por Francisco José Furtado, duas pessoas, de trajetórias diferentes, tiveram o privilégio de serem agraciadas. O primeiro deles era o fazendeiro baiano Francisco Vicente Viana, filho do barão do Rio das Contas (homônimo do filho), feito barão de Viana em 08 de outubro de 1864; e Luísa Margarida Portugal de Barros, figura ligada à Família Imperial, por ter sido aia das princesas Isabel e Leopoldina e muito próxima do imperador, agraciada em 15 de dezembro com o título de condessa da Pedra Branca⁵⁰⁴.

Nesses dois casos, é possível perceber o quanto a trajetória biográfica interferiu na escolha da hierarquia do título ofertado. Assim, enquanto que para um fazendeiro baiano era compreensível a oferta do título de barão, o mesmo não poderia ser escolhido para nobilitar a aia das princesas imperiais, justamente no dia do casamento da princesa Leopoldina com o duque de Saxe, optando-se, então, por um título que a colocava diretamente na categoria de grande do império.

Além de sua atuação próxima à família imperial, Luísa Margarida Portugal de Barros era filha de Domingos Borges de Barros, político importante no Primeiro Reinado, nomeado senador em 1826, e tendo por título mais elevado o de visconde da Pedra Branca com grandeza, designação mantida no título da filha. Outro fato que pode ter favorecido a concessão de um título dessa hierarquia foi seu casamento com Eugène Barral, conde do Barral e marquês de Monferrat, de modo que, pelo matrimônio, Luísa Margarida Portugal de Barros era condessa de Barral e marquesa de Monferrat⁵⁰⁵.

O gabinete de 12 de maio de 1865, chefiado novamente pelo marquês de Olinda, elevou Alexandre Vieira de Carvalho, 2º barão de Lajes com grandeza desde 1829, a visconde de Lajes com grandeza em 03 de fevereiro de 1866. Filho do marquês de Lajes

⁵⁰² *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 216.

⁵⁰³ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 348-349.

⁵⁰⁴ Consultar, entre outros, Heitor Lyra, *História de d. Pedro II, op.cit.*; e Roderick Barman, *Citizen Emperor, op.cit.*

⁵⁰⁵ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 345.

(João Vieira de Carvalho), cafeicultor e deputado provincial no Rio de Janeiro em diferentes legislaturas, acompanhou os recém-casados conde d'Eu e princesa Isabel em sua primeira viagem à Europa no ano de 1865⁵⁰⁶. Além desse titulado, Manuel de Valadão Pimentel foi agraciado com o título de barão de Petrópolis. Era formado em Medicina, professor e diretor da faculdade de Medicina, além de médico honorário de d. Pedro II e da princesa Isabel⁵⁰⁷.

Em 03 de agosto de 1866, ascendeu ao poder novo gabinete, chefiado novamente por Zacarias de Góes e Vasconcelos, que ofertou 54 títulos a figuras distantes do cenário político da guerra. Dois títulos de conde foram concedidos a Manuel Joaquim da Silveira e Antônio Ferreira Viçoso, agraciados em março de 1868, com os títulos de conde de São Salvador e conde de Conceição. Os dois eram ligados à Igreja, sendo que o primeiro deles era o 18º arcebispo da Bahia, nomeado em 1861, responsável por celebrar o casamento⁵⁰⁸ das princesas Isabel e Leopoldina em 1864⁵⁰⁹; já o segundo, era bispo de Mariana desde 1844⁵¹⁰.

Aqui, vale ressaltar que esses indivíduos não foram os primeiros membros da Igreja a ingressarem na nobreza brasileira por meio de um título de conde. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, bispo do Rio de Janeiro, foi agraciado em 1845 com o título de conde de Irajá, e d. Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia, foi nobilitado em 1858 com o título de conde de Santa Cruz. Interessante notar que desses quatro condes, apenas d. Romualdo Antônio de Seixas teve o privilégio de ser elevado a marquês, o que se concretizou em 1860⁵¹¹.

⁵⁰⁶ *Archivo Nobiliarchico*, op. cit., p. 250; *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 12, 1951, p. 132, disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=12716&pesq=> - acesso em 12/11/2016; e Carlos Eugênio Marcondes de Moura (org.), *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Secretaria do Estado da Cultura, 1998, p. 261. Sobre o título recebido no Primeiro Reinado, quando tinha apenas 12 anos, consultar Marina Garcia de Oliveira, op.cit., p. 140-141.

⁵⁰⁷ Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, vol. 6, p. 206-207.

⁵⁰⁸ Sobre o casamento das princesas, consultar Heitor Lyra, *História de Dom Pedro II (1825-1891)*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1977, vol. 1, p. 216-217.

⁵⁰⁹ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 464.

⁵¹⁰ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 132.

⁵¹¹ Sobre a oferta de títulos de conde a membros da Igreja, Eul-Soo Pang afirma que “the title of conde was particularly appropriate for Brazilian bishops, who ere automatically grantees of the empire by virtue of theis offices. A grandee held the status as a conde in court rituals and etiquette”, Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988, p. 163.

Dois deputados⁵¹² foram nobilitados durante o exercício de seu mandato na Câmara, Antônio Dias Coelho e Melo, agraciado com o título de barão da Estância em 1867, enquanto era representante de Sergipe⁵¹³; e Bernardo Duarte Brandão, feito barão do Crato em 1866, durante o seu mandato pelo Ceará⁵¹⁴. Do Senado, quatro foram os agraciados. Cândido Borges Monteiro, que era também médico da Imperial Câmara, além de senador pelo Rio de Janeiro desde 1857, tornou-se barão de Itaúna⁵¹⁵; Luís Pedreira do Couto Ferraz, amigo pessoal do imperador, conselheiro de Estado nomeado em 1866 e senador pelo Rio de Janeiro, nomeado em janeiro de 1867, foi agraciado com o título de barão do Bom Retiro⁵¹⁶; José Ildefonso de Sousa Ramos, senador por Minas Gerais, nomeado em 1853, tornou-se barão de Três Barras⁵¹⁷; e José Antônio Pimenta Bueno, senador por São Paulo nomeado em 1853 e conselheiro de Estado nomeado em 1859, foi agraciado, em março de 1867, com seu primeiro título de nobreza, o de visconde de São Vicente com honras de grandeza⁵¹⁸.

A respeito da nobilitação desses senadores e não de outros, é possível supor que sua escolha estivesse vinculada à proximidade com o monarca, bem como pela questão da escravidão. Assim, os dois primeiros senadores, Cândido Borges Monteiro e Luís Pedreira do Couto Ferraz eram amigos pessoais de d. Pedro II, sendo o primeiro um dos médicos responsáveis pelos partos dos filhos do imperador. Já os outros dois senadores, José Ildefonso de Sousa Ramos e José Antônio Pimenta Bueno, eram figuras engajadas, de alguma maneira, no combate ao tráfico ou vinculados a medidas de cunho emancipacionista. Borges Monteiro fora ministro da Justiça após o fim do tráfico de escravos, sendo conhecido por sua atuação na perseguição a traficantes⁵¹⁹; enquanto o segundo foi o autor de um projeto de lei emancipacionista, a pedido do monarca. Sobre Pimenta Bueno, Ricardo Salles afirma que d. Pedro II, pensando na futura emancipação

⁵¹² Manuel Marques de Sousa também era deputado quando foi nobilitado, porém sua titulação estava ligada à Guerra do Paraguai, e, por isso, será analisado em momento oportuno neste capítulo.

⁵¹³ Foi deputado geral por Sergipe na legislatura de 1867 a 1868. Barão de Javari, *op. cit.*, p. 343. *Archivo Nobiliarchico*, *op. cit.*, p. 149. Vale lembrar que, durante a viagem de Pedro II a Sergipe, em 1860, ele ficou hospedado no engenho de Antônio Dias Coelho e Melo.

⁵¹⁴ Foi deputado geral pelo Ceará nas legislaturas de 1864 a 1866 e de 1867 a 1868. Barão de Javari, *op. cit.*, p. 335 e 342. *Archivo Nobiliarchico*, *op. cit.*, p. 137.

⁵¹⁵ *Archivo Nobiliarchico*, *op. cit.*, p. 222-223; Barão de Javari, *op. cit.*, p. 412. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php> - acesso em 13/11/2017.

⁵¹⁶ *Archivo Nobiliarchico*, *op. cit.*, p.86; Barão de Javari, *op. cit.*, p. 412 e p. 427; e *Notícia dos Senadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 254-255.

⁵¹⁷ *Archivo Nobiliarchico*, *op. cit.*, p.235; e Barão de Javari, *op. cit.*, p. 410.

⁵¹⁸ *Archivo Nobiliarchico*, *op. cit.*, p. 468-469.

⁵¹⁹ Ana Maria Mathias Boccia e Eneida Maria Malerbi, “O contrabando de escravos para São Paulo”, *Revista de História*, ano XXVIII, vol. LVI, nº 112, outubro/dezembro, 1977.

dos escravos, encomendou a ele, em fins de 1865, um projeto sobre libertação dos nascituros, que ficou pronto em janeiro de 1866, sendo apresentado ao Conselho de Estado em fevereiro de 1867⁵²⁰.

Além desses indivíduos, 38 fazendeiros foram nobilitados durante a existência do gabinete Zacarias. Desses, quatro receberam títulos de visconde com grandeza, sendo três deles do Rio de Janeiro. João Gomes de Carvalho, fazendeiro em Barra Mansa (Rio de Janeiro) recebeu dois títulos com grandeza; em maio de 1867, foi agraciado com o título de barão de Barra Mansa com grandeza e, em janeiro de 1868, foi elevado a visconde de Barra Mansa com grandeza⁵²¹. Domingos Custódio Guimarães, barão do Rio Preto desde 1854, fazendeiro em Valença e em Paraibuna, foi elevado a visconde com grandeza em março de 1867⁵²²; nesse mesmo mês, José Antônio Barroso de Carvalho, barão do Rio Novo desde 1856, fazendeiro na Paraíba do Sul, foi elevado a visconde do Rio Novo com grandeza⁵²³. Finalmente, em julho de 1867, Antônio Lacerda de Chermont, fazendeiro em Marajó (Pará) e barão de Arari desde 1853, foi elevado a visconde com grandeza⁵²⁴.

Outros quatro fazendeiros tornaram-se barões com grandeza. Em abril de 1867, Antônio Dias Coelho Neto dos Reis, fazendeiro em Campos (Rio de Janeiro), filho do barão de Carapebus (Joaquim Pinto Neto dos Reis), foi agraciado com o título de 2º barão de Carapebus com grandeza⁵²⁵; e, em junho de 1867, José Pereira dos Santos, rico fazendeiro em Saquarema (Rio de Janeiro), foi agraciado com o título de barão de Saquarema com grandeza⁵²⁶. O senhor de engenho baiano, Francisco Moreira de Carvalho, foi agraciado barão de Subaé em setembro de 1866 e com honras de grandeza em abril de 1867⁵²⁷, e o proprietário e fazendeiro Luís Antônio de Siqueira (Rio de Janeiro), barão de Itabapoana desde 1854, recebeu honras de grandeza, em janeiro de 1867⁵²⁸.

⁵²⁰ Ricardo Salles, *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 92.

⁵²¹ Proprietário e fazendeiro em Barra Mansa, Rio de Janeiro, *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 74-75.

⁵²² Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia em Valença, presidente da Câmara Municipal de vereadores de Valença, fazendeiro em Valença e Paraibuna, *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 402; e *Almanak Laemmert*, 1867, p. 105, 113, 299.

⁵²³ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 399; fazendeiro na Paraíba do Sul, *Almanak Laemmert*, 1867, p. 189.

⁵²⁴ Fazendeiro em Marajó (Pará), comandante superior da Guarda Nacional, *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 57.

⁵²⁵ Deputado provincial no Rio de Janeiro, suplente de deputado geral pelo distrito de Campos, e tesoureiro geral do Tesouro Nacional, *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 111-112.

⁵²⁶ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 471.

⁵²⁷ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 491; e *Titulares baianos*, op.cit., p. 140.

⁵²⁸ Era proprietário e fazendeiro de açúcar em Campos (Rio de Janeiro), *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 198.

Finalmente, outros 30 fazendeiros foram agraciados com o título de barão. Desses, três eram baianos, José Joaquim Barreto que foi feito barão de Saubara⁵²⁹, Manuel Lopes da Costa Pinto que se tornou barão de Aramaré⁵³⁰; e João Gualberto Dantas que foi nobilitado com o título de 2º barão do Rio Real⁵³¹. Oito foram os pernambucanos titulados, Domingos de Sousa Leão tornou-se 2º barão de Vila Bela⁵³²; Antônio José de Castro foi feito barão de Benfica⁵³³; Domingos Francisco de Sousa Leão tornou-se barão de Tabatinga⁵³⁴; Francisco de Caldas Lins tornou-se barão de Araçagi⁵³⁵; Joaquim de Sousa Leão foi nobilitado com o título de barão de Campo Alegre⁵³⁶; José Antônio Lopes foi feito barão de Una⁵³⁷; Antônio Francisco Pereira tornou-se barão de Bujari⁵³⁸; e Antônio Alves da Silva foi agraciado com o título de barão de Amaraji⁵³⁹.

Além desses, 13 baronatos sem grandeza foram ofertados a fazendeiros fluminenses. Antônio Joaquim dos Santos Pinto tornou-se barão de São Fidélis⁵⁴⁰; Constantino Pereira de Barros foi feito barão de São João do Icaraí⁵⁴¹; Francisco José de Matos Pimenta tornou-se barão de Boa Viagem⁵⁴²; Inácio Barbosa dos Santos Werneck foi feito barão de Bemposta⁵⁴³; João Antônio de Moraes tornou-se barão de Duas Barras⁵⁴⁴; Joaquim Gomes Leite de Carvalho foi nobilitado com o título de barão de

⁵²⁹ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 484; *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 37.

⁵³⁰ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 53.

⁵³¹ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 403.

⁵³² *Archivo Nobiliarchico*, p. 537.

⁵³³ Proprietário, fazendeiro e negociante em Pernambuco, *Archivo Nobiliarchico*, p. 79.

⁵³⁴ Senhor dos engenhos de Tabatinga, no Cabo, e deputado provincial em várias legislaturas, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 493.

⁵³⁵ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 397.

⁵³⁶ Senhor dos engenhos de Boa Vista, Ilha das Cobras, Jurissaca, Serraria, Algodoaes, Tiriri e Santa Fé, era major comandante de uma seção de guerra da Guarda Nacional, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 103.

⁵³⁷ Natural de Pernambuco, onde residia quando foi nobilitado, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 519; e *Almanak Laemmert*, 1868, p. 53.

⁵³⁸ Faleceu em 08 de dezembro de 1868, era coronel da Guarda Nacional, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 87. Não foram encontradas, nas fontes pesquisadas, maiores informações sobre esse indivíduo.

⁵³⁹ Era do Maranhão, quando foi nobilitado. Faleceu em Pernambuco, em 1873, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p.41-42; *Almanak Laemmert*, 1868, p. 49; e 1869, p. 51. No *Almanak Laemmert* de 1872, consta como residente em Pernambuco, p. 52.

⁵⁴⁰ Fazendeiro no município de Campos (RJ) e capitão da Guarda Nacional, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 440-441; e *Almanak Laemmert*, 1868, p. 52.

⁵⁴¹ Era proprietário da pedreira da viúva Barros no Rio de Janeiro e residente na rua senador Vergueiro (Rio de Janeiro), *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 449; e *Almanak Laemmert*, 1867, p. 644.

⁵⁴² Era do Rio de Janeiro, capitão tenente da Armada, faleceu em 1883, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 81; e *Almanak Laemmert*, 1868, p. 50.

⁵⁴³ Proprietário e fazendeiro em São José do Rio Preto, na Paraíba do Sul, província do Rio de Janeiro, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 80.

⁵⁴⁴ Era do Rio de Janeiro e faleceu em 1883, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 144; *Almanak Laemmert*, 1868, p. 50.

Amparo⁵⁴⁵; Joaquim Marinho de Queirós tornou-se barão de Monte Belo⁵⁴⁶; José de Avelar e Almeida foi feito barão de Ribeirão⁵⁴⁷; José de Sousa Brandão foi feito barão de Aparecida⁵⁴⁸; José Vieira Machado da Cunha tornou-se barão de Rio das Flores⁵⁴⁹; Manuel Gomes de Carvalho foi nobilitado com o título de barão de Rio Negro⁵⁵⁰; Marcelino de Avelar e Almeida tornou-se barão de Massambara⁵⁵¹; e Bernardino Rodrigues de Avelar, que era também negociante, foi feito barão de Cananeia⁵⁵².

De São Paulo, dois fazendeiros foram nobilitados. Cândido José de Campos Ferraz tornou-se barão de Porto Feliz⁵⁵³, e José Ferraz de Campos tornou-se barão de Cascallho⁵⁵⁴. De Minas Gerais, Maria Teresa de Sousa Fortes, baronesa de Monte Verde desde 1861, fazendeira em Valença, foi elevada a viscondessa em abril de 1867⁵⁵⁵; José Gomes de Oliveira Lima foi feito barão de São José⁵⁵⁶; e Francisco de Paula Fonseca Viana tornou-se barão do Rio das Velhas⁵⁵⁷. Do Piauí, José da Cunha Lustosa, irmão de João Lustosa da Cunha Paranaguá (futuro marquês de Paranaguá), foi agraciado com o título de barão de Paraim⁵⁵⁸.

Além desses 38 fazendeiros, outros oito indivíduos foram agraciados. Desses, três eram negociantes pernambucanos. Assim, Francisco Xavier de Oliveira foi feito barão de Campo Verde⁵⁵⁹; José Pereira Viana foi feito 2º barão de Soledade⁵⁶⁰; e Silvino

⁵⁴⁵ Proprietário e capitalista em Vassouras (Rio de Janeiro), era irmão do visconde de Barra Mansa e do barão do Rio Negro, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 44.

⁵⁴⁶ Fazendeiro em Araruama (Rio de Janeiro), *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 292-293.

⁵⁴⁷ Era de Vassouras (Rio de Janeiro), onde faleceu em 1874, era tenente coronel da Guarda Nacional, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 384; e *Almanak Laemmert*, 1868, p. 52.

⁵⁴⁸ Era de Magé (Rio de Janeiro), *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 49; e *Almanak Laemmert*, 1868, p. 49.

⁵⁴⁹ Natural de Porto das Flores, Minas Gerais, faleceu em Valença. Residia em Valença (Rio de Janeiro) quando foi nobilitado, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 396; e *Almanak Laemmert*, 1868, p. 52.

⁵⁵⁰ Nasceu no Rio de Janeiro, era proprietário e capitalista, irmão do 2º barão de Amparo e do visconde de Barra Mansa. Residia no Rio de Janeiro quando foi agraciado, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 398; e *Almanak Laemmert*, 1868, p. 52.

⁵⁵¹ Natural de Vassouras, onde também era residente, e era comissário de café no Rio de Janeiro, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 279; e *Almanak Laemmert*, 1868, p. 51.

⁵⁵² Negociante, foi tenente coronel da guarda nacional de Vassouras, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 106; e *Almanak Laemmert*, 1869, p. 52.

⁵⁵³ Grande fazendeiro e proprietário em Rio Claro e Limeira (SP), era chefe do Partido Conservador, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 371; e *Almanak Laemmert*, 1868, p. 52.

⁵⁵⁴ Era de São Paulo, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 116-117.

⁵⁵⁵ Faleceu em Minas Gerais em 1869, *Almanak Laemmert*, 1868, p. 121; e *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 297.

⁵⁵⁶ Era de Minas Gerais, fazendeiro e proprietário nessa província, e tenente coronel da Guarda Nacional, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 455; e *Almanak Laemmert*, 1868, p. 52.

⁵⁵⁷ *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 404. Era liberal e de Minas Gerais, *Diário de Minas*, 10 de fevereiro de 1867; e *Almanak Laemmert*, 1869, p. 54.

⁵⁵⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 328.

⁵⁵⁹ Proprietário e negociante em Recife (Pernambuco), *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 106.

⁵⁶⁰ Negociante em Pernambuco, de onde era natural, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 483.

Guilherme de Barros foi feito barão de Nazaré⁵⁶¹. E do Rio de Janeiro, o capitalista João de Figueiredo Pereira de Barros tornou-se barão de Fonseca⁵⁶².

Finalmente, outros dois irmãos pernambucanos foram nobilitados. Felisberto Inácio de Oliveira foi feito barão de Cruangi⁵⁶³ e Manuel Inácio de Oliveira, barão de Ouricuri⁵⁶⁴. O diplomata Marcos Antônio de Araújo tornou-se barão de Itajubá⁵⁶⁵ e Francisca Eulália de Lima Ferraz, esposa de Ângelo Muniz da Silva Ferraz (agraciado barão de Uruguaiana em outubro de 1866), falecido em janeiro de 1867, foi autorizada a utilizar o título idêntico ao do marido, de baronesa de Uruguaiana⁵⁶⁶.

Frente a esses nomes e títulos, é possível notar a manutenção da lógica política que havia norteado a concessão de títulos até então, isto é, o amplo predomínio de fazendeiros, em relação a um número relativamente baixo de senadores e deputados agraciados, tal como nos gabinetes anteriores. É possível supor, ao menos como hipótese, que o maior número de políticos nobilitados pelo gabinete Zacarias de 1866 resultasse da fragilidade política desse ministério, acentuada pela crise provocada pela continuidade da Guerra do Paraguai. Merece ainda destaque a concentração de nobilitados em apenas algumas províncias, a exemplo de Rio de Janeiro e Pernambuco. Além disso, deve ser feita uma ressalva, isto é, que é possível que alguns deles tenham, de alguma forma, contribuído com o governo imperial para o andamento da Guerra do Paraguai, por meio de doações financeiras ou de organização de batalhão de voluntários, por exemplo.

A Guerra

A fronteira do Prata foi tema central para a diplomacia imperial desde antes da independência do Brasil. A ocupação da Banda Oriental, em 1817, que levaria à sua incorporação ao Brasil independente como província Cisplatina, culminou na guerra que eclodiu em 1825, terminado com seu reconhecimento como o Estado independente do Uruguai. Tal evento, contudo, não marcou o fim dos conflitos na região, ao contrário. A

⁵⁶¹ Pernambucano, era negociante e coronel reformado da Guarda Nacional no Recife, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 309.

⁵⁶² Proprietário na cidade e província do Rio de Janeiro, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 153.

⁵⁶³ Nasceu em Pernambuco, onde residia quando foi nobilitado e faleceu na Bahia em 1870, era irmão do barão de Ouricuri, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 138; e *Almanak Laemmert*, 1868, p. 50.

⁵⁶⁴ Natural de Pernambuco, faleceu em Lisboa, em 1875, era irmão do barão de Cruangi, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 321.

⁵⁶⁵ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 204.

⁵⁶⁶ Esposa do barão de Uruguaiana, falecido em 18 de janeiro de 1867, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 520. É possível supor que o processo de nobilitação da viúva tenha sido diferente dos demais casos, pois ela não consta no *Almanak Laemmert* junto a outras baronesas tituladas e viúvas, *Almanak Laemmert* de 1868 e de 1869, p. 53 e 55, respectivamente.

fronteira se colocaria como um problema ao longo da Rebelião Farroupilha e durante os anos vindouros, opondo interesses do governo imperial, dos criadores brasileiros do Rio Grande do Sul, e de lideranças tanto do próprio Uruguai, quanto da Argentina. A década de 1850, por exemplo, foi marcada pela Guerra Grande, com um conjunto de intervenções do Brasil na política interna do Uruguai e de Buenos Aires, que culminaram na derrubada, respectivamente, de Manuel Oribe e de Juan Manuel Rosas; encerrada em 1852, na Batalha de Monte Caseros, seguida, na política internacional brasileira, por aquilo que o historiador Pedro Aubert denominou de “*pax armada*”⁵⁶⁷.

Conforme Pedro Aubert, após a Guerra Grande, a Confederação Argentina reconheceu a independência do Paraguai, que, por sua vez, passou a considerar a necessidade de um ajuste nos limites territoriais que contemplavam o Rio Paraguai, principal acesso do Império do Brasil à província do Mato Grosso. Nos anos seguintes, houve uma intensificação nas disputas entre o Brasil e a Confederação Argentina por áreas de influência na região do Prata, como o Uruguai e o Paraguai, bem como nas discussões sobre a livre navegação na Bacia do Prata⁵⁶⁸. Na década subsequente, essa região viveu a emergência da primeira guerra ocorrida já no Segundo Reinado⁵⁶⁹.

Embora não houvesse certeza acerca de quando o conflito ocorreria, se é que ocorreria, o Brasil, já no final da década de 1850, começou a dedicar mais atenção à distante província do Mato Grosso, em razão de sua fronteira com o Paraguai. Ednilson Albino de Carvalho destaca, em um primeiro momento, o início da construção da Fábrica de Pólvora de Coxipó, por lei de 14 de setembro de 1859, que também passou a produzir carvão para o Arsenal de Guerra do Mato Grosso, o que “forneceu parte da mão de obra

⁵⁶⁷ Pedro Gustavo Aubert, “*Fazermo-nos fortes, importantes e conhecidos*”: o Visconde do Uruguai e o direito das gentes na América (1849-1865). São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2016, p. 11. Sobre a Guerra Grande, consultar Leonardo dos Reis Gandia, *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2015.

⁵⁶⁸ Pedro Aubert, *op.cit.*

⁵⁶⁹ Sobre essas questões, consultar Aline Pinto Pereira, *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFF, 2012; Pedro Gustavo Aubert, *Entre as ideias e a ação: o visconde do Uruguai, o direito e a política na consolidação do Estado Nacional (1850-1866)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2011; Leonardo dos Reis Gandia, *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842 – 1852)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH – USP, 2015; Pedro Gustavo Aubert, *Fazermo-nos fortes, importantes e conhecidos*: o Visconde do Uruguai e o direito das gentes na América (1849-1865). São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2017, entre outros.

ali empregada para construções de estradas, pontes e outros serviços nos acampamentos militares durante a Guerra com o Paraguai nos anos de 1864 a 1871”⁵⁷⁰.

Além disso, de acordo com Francisco Doratioto,

[...] o governo imperial, por sua vez, no final da década de 1850, não descartava a possibilidade de um conflito com o país guarani. Paulino de Souza afirmou, em 1857, que ‘no caso presente, tem toda a aplicação o princípio de que na paz cumpre preparar a guerra’. Nesse ano, o almirante Marques de Lisboa foi enviado para a Europa, com a missão de comprar 100 mil rifles e acompanhar a construção de seis navios de guerra. Enquanto isso, eram enviadas tropas com numerosos oficiais para Cuiabá. O governo do Rio de Janeiro agia com prudência e articulava os preparativos militares com movimento diplomático⁵⁷¹.

Chama a atenção que a organização dos preparativos para uma eventual guerra contra o Paraguai logo repercutisse na concessão de títulos de nobreza para indivíduos da província do Mato Grosso, que, até a inauguração da Fábrica de Coxipó, não haviam recebido qualquer título de nobreza. Dois anos depois, em 1861, durante o ministério presidido pelo marquês de Caxias), o primeiro mato-grossense seria objeto de tal honraria; no caso, o já mencionado título de barão de Poconé, ofertado ao fazendeiro e proprietário nesta província, Manuel Nunes da Cunha⁵⁷². Já durante a Liga Progressista, durante o primeiro gabinete chefiado pelo marquês de Olinda, em junho de 1862, o fazendeiro Joaquim José Gomes da Silva foi agraciado com o título de barão de Vila Maria⁵⁷³; e em março do ano seguinte, outro fazendeiro da mesma província, João Batista de Oliveira, uma das lideranças do Partido Liberal, teve o privilégio de ser agraciado com o título de barão de Aguapeí⁵⁷⁴.

Como a nobilitação de mato-grossenses não tinha sido a tônica da oferta de títulos até então, é possível supor que a inclusão desses nomes estivesse relacionada à questão política mais ampla frente a uma eventual guerra na região, de tal modo que aproximar esses indivíduos distantes do centro político, por meio de honrarias ofertadas pelo governo, seria uma forma de vinculá-los à política imperial e de angariar apoios e recursos em um cenário de guerra.

⁵⁷⁰ Apesar do início da construção da fábrica ter ocorrido em 1859, a sua inauguração ocorreu em 1877. Ednilson Albino de Carvalho, “A Fábrica de Pólvora do Coxipó: processos de construção e produção”, in Fernando Tadeu de Miranda e Maria Adenir Peraro (org.), *Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra*. Cuiabá (MT): Entrelinhas, Ed. UFMT, 2012, p. 109-111.

⁵⁷¹ Francisco Doratioto, *Maldita guerra*, op.cit., p. 33.

⁵⁷² Não se sabe qual foi o local de nascimento de Manuel Nunes da Cunha, apenas que se tornou fazendeiro no Mato Grosso, onde faleceu em 1871. *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 366.

⁵⁷³ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 540.

⁵⁷⁴ A designação de seu título, Aguapeí, era uma referência ao seu local de nascimento. José de Mesquita, *Genealogia matogrossense*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1992, p. 159-160.

A tensão política na região se agravou significativamente no segundo semestre de 1864, durante a presidência de Furtado no ministério. Em 12 de novembro, o presidente do Paraguai, Solano Lopez rompeu relações com o Império do Brasil, determinou o fechamento das navegações no Rio Paraguai e capturou o navio *Marquês de Olinda*, que levava a bordo Frederico Carneiro de Campos, o novo presidente do Mato Grosso. No mês seguinte, determinou a invasão do Mato Grosso e, em março de 1865, ordenou o avanço de suas forças sobre a província argentina de Corrientes. Na sequência desses acontecimentos, em 1 de maio de 1865, foi firmado o Tratado da Tríplice Aliança, assinado por Brasil, Argentina e Uruguai, com o propósito de derrotar o Solano Lopez⁵⁷⁵.

Na sequência da assinatura desse tratado, ascendeu ao poder, em 12 de maio, o gabinete ligueiro chefiado pelo marquês de Olinda e ministro do Império com José Antônio Saraiva que respondia pela Marinha e Ângelo Muniz da Silva Ferraz pela Guerra⁵⁷⁶.

De acordo com Wilma Peres Costa, coube ao gabinete Olinda conhecer e explorar a estrutura militar do Império, e conviver com uma expectativa positiva acerca do cenário da guerra. Em suas palavras,

[..] o Gabinete Olinda pôde acompanhar eventos que ainda se poderiam apresentar como auspiciosos – a rendição de Estigarribia, o movimento de retirada dos paraguaios dos territórios ocupados, a invasão do Paraguai pelos aliados e a vitória, embora penosa, na Batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), que consolidava a cabeça de ponte lançada sobre o território adversário⁵⁷⁷.

Assim, a mobilização das tropas aliadas garantiu importantes conquistas quanto aos objetivos do Tratado da Tríplice Aliança, no caso, a derrota de Solano López na batalha de Tuiuti (em maio de 1866). Meses depois, em 3 de agosto de 1866, assumiu o novo gabinete ministerial, chefiado mais uma vez por Zacarias de Góes e Vasconcelos, à frente da pasta da Fazenda. Era composto, entre outros, por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que respondia pela pasta da Guerra e por Afonso Celso de Assis Figueiredo, pela Marinha⁵⁷⁸.

⁵⁷⁵ Esse e os parágrafos e seguintes foram baseados em “Guerra do Paraguai”, in *História Geral da Civilização Brasileira*, p. 349-350.

⁵⁷⁶ Como já mencionado, os demais ministros eram José Tomás Nabuco de Araújo, na pasta da Justiça; Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Estrangeiros; José Pedro Dias de Carvalho, na Fazenda; e Antônio Francisco de Paula e Sousa, responsável pela pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Barão de Javari, *op.cit.*, p. 141-142.

⁵⁷⁷ Wilma Peres Costa, *A Espada de Dâmocles*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora UNICAMP, 1996, p. 225.

⁵⁷⁸ Lembrando que os demais ministros que compunham esse ministério eram era composto por José Joaquim Fernandes Torres, que ocupava a pasta do Império; por João Lustosa da Cunha Paranaguá, a da

Tal gabinete governou num período de novas batalhas, como a de Curuzu e Curupaiti, ambas em setembro de 1866, sendo a primeira encerrada com a vitória aliada, mas a segunda com sua derrota. O revés de Curupaiti demonstrou a falta de coordenação entre os comandantes aliados e as contradições existentes na condução da guerra. Tal derrota teve, assim, um grande impacto no gabinete Zacarias. De acordo com Wilma Peres Costa,

[...] o revés de Curupaiti conduzia o governo a rever a maneira pela qual a guerra vinha sendo conduzida até então. Ao mesmo tempo em que se patenteava, não só para o governo, como para a opinião pública, a força, a resistência paraguaia, os eventos que cercaram o revés de Curupaiti abalavam a confiança na Aliança e sinalizavam para uma fase em o que Império teria que arcar com a maior parcela do esforço da guerra. [...] O diagnóstico político da situação militar levava o governo a colocar como central [...] a necessidade de constituir um comando unificado para as forças do Império⁵⁷⁹.

A solução adotada pelo gabinete chefiado por Zacarias de Góes e Vasconcelos foi a nomeação, em 10 de outubro de 1866, do então marquês de Caxias para comandar as forças terrestres e navais brasileiras⁵⁸⁰. O cenário da guerra ganhava então novas dimensões políticas, já que o gabinete passava o comando a um militar conservador, sem vinculações partidárias com o ministério em exercício⁵⁸¹. Para tanto, a fim de viabilizar a aceitação do marquês, Zacarias se viu forçado a fazer algumas alterações dentro de seu ministério. Assim, segundo Francisco Doratioto,

[...] para que o convite fosse aceito, afastou Silva Ferraz do ministério da Guerra, substituindo-o por João Lustosa da Cunha Paranaguá, [futuro] marquês de Paranaguá. Também foi demitido o presidente do Rio Grande do Sul, Pereira da Cunha, que era adversário não só de Caxias, como também de Osório. Este, embora liberal, gozava da simpatia pessoal e respeito militar do futuro comandante em chefe, que o encarregou de constituir o 3º Corpo do Exército, para ser enviado ao Paraguai. Porém, a demissão mais significativa foi a de Silva Ferraz, com a qual ficou caracterizado, conforme Joaquim Nabuco, que o Gabinete estava à mercê de Caxias⁵⁸².

Justiça, por Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que ocupava a de Estrangeiros; e por Manuel Pinto de Sousa Dantas, a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Barão de Javari, *op.cit.*, p. 145-146

⁵⁷⁹ Wilma Peres Costa, *op.cit.*, p. 205-206.

⁵⁸⁰ No Senado, em 15 de julho de 1870, Caxias afirmou: “Senhores, nada mais fácil, depois dos factos consumados, e conhecidos o terreno, a força e as manobras do inimigo, do que, de longe e com toda a calma e sangue frio, à vista das partes officiaes, criticar operações e planos mais vantajosos. (Apoiados) – Mas o mesmo não acontece a quem se acha no theatro das operações, caminhando nas trevas, em paiz inteiramente desconhecido, inçado de difficuldades naturaes. (Apoiados.) E’ preciso que os nobres senadores se convençam que a guerra do Paraguay desde o seu começo, foi feita ás apalpadellas. (Apoiados). Não havia mappas do paiz por onde me podesse guiar, nem praticos de confiança. Só se conhecia o terreno que se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimentos e explorações para se poder dar um passo”. *Anais do Senado do Império do Brasil*, sessão de 15 de julho de 1870, p. 100.

⁵⁸¹ Wilma Peres Costa, *op.cit.*, p. 206; e Francisco Doratioto, *op.cit.*, *passim*.

⁵⁸² Francisco Doratioto, *Maldita guerra*, *op.cit.*, p. 253. De acordo com Braz Batista Vas, “Até a derrota de Curupaiti, o comando supremo das forças aliadas era nominalmente exercido por Mitre, mas na prática

Tal nomeação foi seguida do retorno dos presidentes uruguaio e argentino a seus países, para solucionar questões internas a cada Estado, o que viabilizou que Caxias se tornasse o comandante das tropas aliadas, a partir de 13 de janeiro de 1868, quando Bartolomé Mitre, então comandante, passou o posto, permitindo que o marquês estabelecesse melhores relações com os comandos subordinados, além de reorganizar batalhões e regimentos⁵⁸³.

Ao assumir o comando, Caxias passou a estudar a topografia do território a ser ocupado até que Solano López fosse derrotado, de tal modo que as posições dos batalhões e dos regimentos passaram a ser mais claras e com movimentações mais precisas, de forma a limitar o espaço de ação das tropas paraguaias. Se até então, os enfrentamentos com o exército paraguaio se davam por uma “guerra de batalhas”, doravante, Caxias, transformaria a contenda em uma “guerra de posições”⁵⁸⁴. Tal estratégia, por ser bastante lenta, fez crescer as críticas da guerra e, claro, à atuação do marquês de Caxias como comandante das tropas. Ademais, como já indicado, havia uma questão delicada quanto ao comando de Caxias. Tradicionalmente, almirantes e generais eram figuras, senão diretamente ligadas à política, ao menos alinhados a qual ou tal grupo político-partidário. Não à toa, ao eclodir a guerra, o gabinete progressista no poder indicara para comandante das tropas brasileiras, Manuel Luís Osório, identificado com os liberais⁵⁸⁵. Caxias, ao contrário, era claramente identificado com os conservadores.

Vale destacar que Zacarias de Góes e Vasconcelos, chefe do gabinete, nomeara Caxias com a expectativa de que sua experiência militar assegurasse a rápida vitória brasileira na guerra, o que não se concretizou, contribuindo para que, na imprensa, se questionasse diuturnamente as escolhas do marquês, acirrando disputas e desconfianças

havia muitas divergências e ausência, por exemplo, de um comando unificado das forças brasileiras e aliadas. De fato, até então havia cinco comandos separados entre os aliados, com Osório e Porto Alegre comandando o primeiro e o segundo corpos de exército respectivamente, Tamandaré à frente da esquadra, Flores junto às unidades uruguaias, e Mitre no comando da aliança e dos efetivos argentinos. Curupaiti demonstrou, na prática, a necessidade de uma boa estrutura de comando dentre os aliados. É justamente nesse momento que o Império nomeia Caxias, para sanar o desencontro de comandos nas forças brasileiras”, “Guerra do Paraguai: a saída de Caxias, a indicação do Conde d’Eu e suas repercussões (1868-1870)”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 3.

⁵⁸³ Braz Batista Vas, *op.cit.*, p. 3; e de acordo com Francisco Doratioto, “para pôr fim às intrigas e discórdias existentes entre os generais brasileiros e unificar o comando, um decreto imperial de 10 de outubro de 1866 nomeou o marquês de Caxias para o cargo de comandante em chefe do Exército brasileiro no Paraguai”, *Maldita guerra, op.cit.*, p. 252.

⁵⁸⁴ Francisco Doratioto, *op.cit.*; e Wilma Peres Costa, *op.cit.*

⁵⁸⁵ Durante a Guerra do Paraguai, Manuel Luís Osório foi nobilitado com os títulos de barão com grandeza, visconde e marquês de Herval. Sobre sua biografia, consultar Francisco Doratioto, *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

entre o governo civil e militar e que, ao fim e ao cabo, levariam à inversão partidária de 1868. Exemplos de tais críticas, elaboradas com alguma ironia, podem ser vistas no texto publicado no *Diário do Povo*, de 28 de setembro de 1867,

A publicidade, disse Guizot, é talvez o caracter mais essencial do systema representativo: é o laço que prende a sociedade a seu governo.

Não o entende assim o gabinete de 3 de agosto: sob pretexto de conveniências, que effectivamente exigem certas reservas, no que respeita ás relações internacionais, vai além de todas as conveniências.

A inesperada chegada do Sr. Coronel Fonseca Costa, que não veio á corte nem por enfermo, nem a simples passeio, despertou, e devia despertar, a curiosidade publica, lançando os espíritos em um mar de conjecturas.

Sem duvida para satisfazer essa curiosidade, o ministério de 3 de agosto, no *Diario Official* de hoje, e um amigo *oficioso* da situação, no *Jornal do Commercio*, propõe a *toda a luz* o seguinte enigma:

- O Sr. coronel Fonseca Costa não veio pedir a retirada do Sr. marquez de Caxias por doença.

Não veio pedir essa retirada por motivo de divergências com o general Mitre.

Não veio trazer proposições de paz sugeridas pela legação inglesa.

Não veio solicitar mais forças indispensáveis á conclusão da guerra. –

A que veio pois?

Com taes dados, a única solução razoável é a seguinte: o Sr. coronel Fonseca Costa, chefe do estado maior do Sr. marquez de Caxias, não veio⁵⁸⁶.

Continuando o enigma, o coronel João de Sousa Fonseca Costa, chefe do estado maior de Caxias, não veio também para ser nobilitado. Apesar de todas as divergências enfrentadas por Caxias, no teatro de guerra, e da indignação de parte dos brasileiros, o marquês de Caxias permanecia em seu cargo, embora fosse criticado, tanto quanto o gabinete de 3 de agosto, pelo redator do jornal.

Sobre a questão da longa duração da guerra, Wilma Peres Costa afirma que o desenrolar do conflito não foi contínuo, havendo fases de preparação para as batalhas, organização dos batalhões de voluntários e também longas e sangrentas batalhas. De acordo com a historiadora, a troca de gabinetes ministeriais durante a guerra afetou também o andamento do conflito, uma vez que as nomeações do alto escalão da Marinha e do Exército eram de responsabilidade dos ministros, figuras vinculadas à política e aos partidos⁵⁸⁷.

⁵⁸⁶ *Diário do Povo*, 26 de setembro de 1867, nº 26. Conforme o *Almanak Laemmert*, Fonseca Costa era o “coronel [...] João de Souza da Fonseca Costa [...] chefe do estado-maior das forças brasileiras em operações”. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1868, p. 275. Ele seria nobilitado em 1874 com o seu primeiro título de nobreza de barão da Penha, como será analisado no terceiro capítulo desta tese.

⁵⁸⁷ “Os preparativos são lentos e as manobras demoradas; contam-se em meses e até mesmo em anos: três meses para reunião das forças aliadas (setembro a dezembro de 1865), quatro meses de preparativos para a invasão (abril de 1866). Os aproximadamente vinte quilômetros em linha reta que separavam o ponto de invasão (Passo da Pátria) e o núcleo do objetivo estratégico (fortificação de Humaitá) demandaram 27

Entre a eclosão da guerra e o pedido de demissão do 3º gabinete Zacarias, no início de 1868, várias foram as alterações no *front* político, no *front* militar, bem como nas expectativas dos brasileiros quanto à possibilidade de seu rápido término; lembrando, claro, que à medida que a disputa se estendia, mais o governo se via endividado e obrigado a expandir e renovar seus contingentes, em um movimento inversamente proporcional em relação ao apoio às suas lideranças, tanto civis como militares.

A declaração de guerra ocorrida em dezembro de 1864 logo trouxe consequências para o cenário da concessão de títulos de nobreza no Império do Brasil. Em fevereiro de 1865, o gabinete Furtado concedeu dois títulos com grandeza a figuras envolvidas na contenda. João Propício Mena Barreto foi nobilitado com o título de 2º barão de São Gabriel com grandeza, e Joaquim Marques Lisboa, barão de Tamandaré com grandeza desde 1860, foi elevado a visconde de Tamandaré com grandeza.

Esses dois titulados possuíam vasta carreira militar. O primeiro deles, Marechal de Campo, membro de uma família de militares e filho do visconde de São Gabriel (João de Deus Mena Barreto), foi um dos chefes na invasão do Uruguai em 1864, além de ter atuado no ataque de Paissandu em janeiro de 1865 e na tomada de Montevidéu, que se concretizaria dois dias depois da sua nobilitação, em 20 de fevereiro de 1865⁵⁸⁸. Já o segundo, era comandante em chefe das tropas enviadas ao Paraguai e vice-almirante, tendo sido também, como mencionado, o chefe da esquadra que conduziu d. Pedro II às províncias do Norte, em 1859⁵⁸⁹.

Dias depois da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, em 1 de maio de 1865, o marquês de Olinda assumiu, novamente, a presidência do gabinete. Por esse gabinete, foram ofertados três títulos a figuras envolvidas na Guerra do Paraguai. Em 07 de julho de 1865, o almirante Augusto Leverger teve o privilégio de receber seu primeiro título de

meses, se se demarcar a conquista de Humaitá a partir da rendição de seus últimos defensores (5 de agosto de 1868). De Humaitá a Assunção seguir-se-iam cinco meses de intensos combates”, Wilma Peres Costa, *A Espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, UNICAMP, 1996, p. 190.

⁵⁸⁸ “João Propício Mena Barreto, marechal de campo, Dignitário das Ordens Imperial do Cruzeiro e da Rosa, Commendador de Aviz, Cavalleiro da de Christo, condecorado com as medalhas de ouro do Uruguay e de Paysandu, faleceu em S. Gabriel no dia 9 de Fevereiro, com 58 annos de idade. O marechal Mena Barreto foi comandante em chefe do exercito que marchou contra o governo do Estado Oriental e bateu Paysandu no dia 2 de Janeiro de 1865. Teve 1ª praça em 27 de Julho de 1820 até 20 de Março de 1832; 2ª praça (coronel) em 30 de Setembro de 1846; brigadeiro graduado em 14 de Março de 1855 e effectivo em 2 de Dezembro de 1856; marechal de campo em 2 de Março de 1864. Por Aviso de 19 de Janeiro de 1858 contou tempo de serviço do 1º de Julho de 1822, em que passou a maior, até o 1º de Maio de 1832, em obteve demissão, e do 1º de Dezembro de 1835 em que sérvio como official da guarda nacional contra a rebelião do Rio Grande do Sul até 30 de Setembro de 1846”. *Almanak Laemmert*, Necrológio das Casas Titulares, p. 52b; e Aquiles Porto Alegre, *Homens Ilustres*, op.cit., p. 138.

⁵⁸⁹ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 495-497; e Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres*, op.cit., p. 42-44.

nobreza, o de barão de Melgaço com grandeza. Além de sua patente da Marinha, era ligado à província do Mato Grosso, tendo contribuído decisivamente na defesa de Cuiabá frente aos ataques paraguaios, com a tropa “entrincheirada na colina de Melgaço”, o que lhe rendeu a designação de seu título de nobreza⁵⁹⁰.

Dias depois, em 10 de julho de 1865, o imperador, acompanhado de uma comitiva composta pelos seus genros, conde d’Eu e duque de Saxe, pelos generais marquês de Caxias e Francisco Cabral como ajudantes de campo, pelo almirante Rodrigo Antônio de Lamare, e pelo ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz, partiu para o Rio Grande do Sul, a fim de verificar os preparativos para a guerra⁵⁹¹. Durante a presença do imperador no Rio Grande do Sul foi concretizada a rendição do Uruguai, interpretada à época como o fim do conflito; ainda que acontecimentos seguintes indicassem, na verdade, que tal rendição não era senão o começo de inúmeras batalhas⁵⁹².

Contudo, não era apenas o Rio Grande do Sul que necessitava organizar os preparativos para a guerra⁵⁹³. As precárias condições sanitárias e de abastecimento das tropas imperiais despertavam preocupação; em julho de 1865, pouco mais de seis meses do início da guerra.

‘A peste é a maior inimiga que tempos’, em ofício do mês de julho de 1865 ao Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o Marechal de Campo Manuel Luís Osório demonstrava preocupação com o estado sanitário do Exército brasileiro. Assumiu um exército em precárias condições no dia 1º de março de 1865, quando o

⁵⁹⁰ Olga Maria Castrillon Mendes, “Taunay e a Guerra da Tríplice Aliança: entre o olhar ético e estético”, in Fernando Tadeu de Miranda e Maria Adenir Peraro (org.), *Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra*. Cuiabá (MT): Entrelinhas, Ed. UFMT, 2012, p. 89.

⁵⁹¹ Francisco Doratioto, *Maldita guerra*, op.cit., p. 179.

⁵⁹² De acordo com Heitor Lyra, “a verdade é que depois da rendição de Uruguai, a 18 de setembro de 1865, tanto o imperador como muita gente no Brasil ficaram persuadidos de que a derrota de Estigarribia significava o fim da guerra. ‘López pode preparar as malas’ (escrevia o Barão de Cotegipe ao seu amigo Penedo, nosso ministro em Londres). ‘E até março talvez o tenhas de recebe-lo na Inglaterra’. De Cambridge, nos Estados Unidos, Louis Agassiz escrevia ao Imperador, possivelmente em resposta a uma carta deste, dando a guerra como terminada: ‘Que felicidade para V.M. ficar livre das preocupações de uma longa guerra, e de ter livrado os Paraguaios do horrível despotismo sob o qual eles sofrem. Depois, uma dificuldade a menos para a execução de muitos projetos, entre os quais desejo sempre colocar o da sua viagem aos Estados Unidos’. Todos sabemos que a rendição de Uruguai não foi o fim da guerra, mas, ao contrário, o começo de uma luta prolongada e cheia de sacrifícios”, Heitor Lyra, op.cit., vol. 1, p. 240.

⁵⁹³ Sobre a falta de preparo do Rio Grande do Sul para um novo confronto, Doratioto afirma que “o despreparo gaúcho relaciona-se com a mudança, em maio de 1865, do gabinete no Rio de Janeiro, que deixou, então, de ser constituído pela facção liberal dos ‘históricos’ e passou a sê-lo pela dos ‘progressistas’. Cada facção política tinha seu general no sul e, com isso, a alteração do ministério implicava a mudança do comando militar do Rio Grande, ou ‘pelo menos um profundo abalo entre os chefes militares’; as questões da guerra eram tratadas sob o prisma dos interesses políticos internos. Essa província estava dividida em três correntes, ‘que não assinaram tréguas durante a guerra’: os liberais ‘históricos’, com os generais Canabarro e Osório; os liberais ‘progressistas’, com o conde de Porto Alegre; e os conservadores, que se identificavam com Ferraz, o ministro da Guerra, e, a partir de fins de 1866, com Caxias como comandante-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai”, *Maldita guerra*, op.cit., p. 178-179.

general João Procópio Menna Barreto, sofrendo de tuberculose em estado avançado, retira-se para o Rio Grande do Sul⁵⁹⁴.

Quase um ano depois desse ofício, o marechal Manuel Luís Osório era recompensado por sua atuação na Guerra do Paraguai, recebendo, em maio de 1866, o seu primeiro título de nobreza, o de barão de Herval com grandeza⁵⁹⁵. Ele atuara no cerco e na posterior rendição de Uruguaiana, mas, além de seu papel no campo de batalhas, Osório era um militar ligado aos liberais, posicionamento político semelhante ao dos ministros do gabinete em exercício. Sua nobilitação pode ser interpretada como uma forma de o gabinete ligeiro recompensar com honrarias um de seus generais⁵⁹⁶.

Outro nobilitado por esse gabinete e ligado à guerra foi Francisco Manuel Barroso, que, em janeiro de 1866, tornou-se barão de Amazonas com grandeza. Era vice-almirante, comandante em chefe da esquadra brasileira na batalha do Riachuelo (ocorrida em junho de 1865), quando comandava a fragata Amazonas, o que lhe rendeu a designação de seu baronato⁵⁹⁷.

Após quase quinze meses no poder, o ministério presidido pelo marquês de Olinda foi substituído, em 03 de agosto de 1866, por um novo gabinete presidido por Zacarias de Góes e Vasconcelos. Em seus quase 24 meses de existência, foram ofertados 101 títulos de nobreza, dos quais 42 para indivíduos vinculados à Guerra do Paraguai. Dado o elevado número de títulos, faz-se necessário analisá-los em separado, e não necessariamente por ordem cronológica.

Em outubro de 1866, Ângelo Muniz da Silva Ferraz teve o privilégio de ingressar na nobreza imperial, tornando-se barão de Uruguaiana com grandeza. Ainda que fosse senador pela Bahia desde 1856, tivesse assumido a pasta da Guerra em maio de 1865 (sendo reconduzido em agosto de 1866), e acompanhado o imperador ao Rio Grande do Sul⁵⁹⁸, tudo indica que sua titulação fosse mais uma compensação política pelo ocorrido

⁵⁹⁴ Maria Teresa Garritano Dourado, “A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades”, in Fernando Tadeu de Miranda e Borges e Maria Adenir Peraro, (org.), *op.cit.*, p. 190-191.

⁵⁹⁵ Segundo Francisco Doratioto, “em reconhecimento a seu desempenho, Pedro II concedeu a Osório, em 1º de maio de 1866, o título de barão do Herval, referência à sua participação no desbravamento das Missões e à descoberta de campos de erva-mate”, *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 150-151.

⁵⁹⁶ *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 177-178; Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres*, *op.cit.*, p. 90-93; e Heitor Lyra, *op.cit.*, vol. 1, p. 242.

⁵⁹⁷ Francisco Doratioto, *Maldita guerra*, *op.cit.*, p. 149; e *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 42.

⁵⁹⁸ “Ângelo Moniz da Silva Ferraz, nomeado Barão com as honras de Grandeza por Decreto de 9 de Outubro de 1866, faleceu em Petropolis no dia 18 de Janeiro de 1867. O conselheiro Ferraz nasceu na villa de Valença da província da Bahia, encetou a carreira politica aos 22 annos de idade, como promotor publico da capital daquela província, pela qual foi eleito deputado á assembléa provincial. Foi depois juiz de direito da comarca de Jacobina e deputado á assembléa geral. Occupou os cargos de inspector da alfandega da

em outubro de 1866. Como já mencionado, a nomeação de Caxias para comandante geral das tropas implicara a saída de Silva Ferraz do gabinete. Assim nesse mesmo ano, Ferraz não só se tornou titular do Império como membro do Conselho de Estado, muito provavelmente como recompensa pela perda de espaço político sofrida com a indicação de Caxias⁵⁹⁹.

Já os envolvidos diretamente nos campos de batalha ou no exercício de cargos ligados ao andamento da guerra foram nobilitados em quantidade significativa, correspondendo a 12 indivíduos. Francisco do Rego Barros, visconde de Boa Vista com grandeza desde 1858, foi elevado a conde da Boa Vista em agosto de 1866. Era senador por Pernambuco desde 1850 e presidente de província do Rio Grande do Sul entre 1865 e 1867, exercendo também a função de comandante de armas, cargos que então ocupava quando teve o privilégio de ser agraciado com o título de conde⁶⁰⁰.

Em agosto de 1866, Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral, marechal do exército e conselheiro de guerra do Supremo Tribunal Militar (nomeado em fevereiro de 1860) e que, na condição de ajudante de campo, acompanhou d. Pedro II em sua viagem ao Sul, assistindo à rendição de Uruguaiana, foi agraciado com o título de barão de Itapagipe com grandeza⁶⁰¹. Nessa mesma ocasião, duas figuras do Rio Grande do Sul foram agraciadas. João Maria da Gama Lobo de Eça, membro do Exército, tendo falecido em 1872 no posto de Brigadeiro do Exército, foi nobilitado com o título de barão de Saican com grandeza, em recompensa “pelos excepcionais serviços prestados desde o início das Campanhas da Argentina e do Paraguai”⁶⁰²; e João da Silva Tavares, barão de Serro Alegre desde 1859, foi agraciado com honras de grandeza em seu título, por sua

corte, presidente da província do Rio Grande do Sul e procurador fiscal do tesouro. Foi presidente do conselho do gabinete de 10 de Agosto de 1859, fez parte como ministro da guerra dos gabinetes de 12 de Maio de 1865 e do actual. Acompanhou S.M. o Imperador á província do Rio Grande do Sul quando achava-se esta invadida pelos Paraguayos. O Barão de Uruguayana contava 54 annos; era senador do Imperio pela província da Bahia, conselheiro de estado effectivo, veador de S. M. a Imperatriz, Commendador da Ordem de Christo, Dignitario da da Rosa e Grã-Cruz da de Christo de Portugal. O paiz perdeu no Conselheiro Ferraz um dos seus estadistas mais inteligentes, ilustrados e activos. O corpo do falecido Barão veio de Petropolis na galeota imperial e foi conduzido, ás 10 horas da manhã do dia 20, ao cemitério de S. Francisco Xavier, com todas as honras militares devidas aos altos cargos que exercia”. *Almanak Laemmert*, Necrológio das Casas Titulares, p. 52a e 52b; e *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 520-521.

⁵⁹⁹ Nas palavras de Wilma Peres Costa, “a substituição do ministro da Guerra, entretanto, embora fosse feita a pedido do Ferraz e compensada com a ascensão ao conselho de Estado e o título de Barão de Uruguaiana, é um fato de importância capital.” Wilma Peres Costa, *op.cit.*, p. 251.

⁶⁰⁰ *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 81-82.

⁶⁰¹ Consultar <http://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/231> - acesso em 26/12/2016; e *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 212-213.

⁶⁰² Era sogro do conde de Porto Alegre, morreu em 1872, no posto de brigadeiro do exército. *Archivo Nobiliarchico*, *op. cit.*, p. 409; e Aquiles Porto Alegre, *Homens Ilustres*, *op.cit.*, p. 217-219. A citação é da biografia presente em *Homens Ilustres*.

atuação da Guerra do Paraguai, na qual serviu como Coronel Honorário do Exército Imperial⁶⁰³.

Em agosto de 1866, Manuel Marques de Sousa teve o seu título de barão de Porto Alegre com grandeza elevado a visconde com grandeza. Era deputado pelo Rio Grande do Sul na legislatura de 1864 a 1866, tinha sido ministro da Guerra do gabinete de 24 de maio de 1862, havia comandando o exército brasileiro na campanha contra o Paraguai, nas batalhas de Uruguaiana (1865) e Tuiuti (maio de 1866), além de ser ligado aos liberais. Pouco depois de se tornar visconde, em setembro de 1866, lutou na batalha de Curuzu. Em abril de 1868, em recompensa à sua atuação na guerra, liderando o exército brasileiro, foi elevado a conde de Porto Alegre⁶⁰⁴.

Em setembro de 1866, o baiano João José Leite foi feito barão de Sauípe, em recompensa por ter organizado um batalhão de voluntários para a Guerra do Paraguai; figura que até então, em termos políticos, só havia servido como suplente de vereador na cidade de Salvador⁶⁰⁵. José Maria Barreto, ligado ao Maranhão, era médico do Exército brasileiro, participou ativamente nas batalhas da Guerra do Paraguai, e, em recompensa a isso, foi promovido a brigadeiro honorário do Exército e nobilitado com o título de barão de Anajatuba em março de 1867⁶⁰⁶. Luís da Rocha Miranda Sobrinho, fazendeiro e capitalista no Rio de Janeiro, comandou um corpo de cavalaria na Guerra do Paraguai, e foi agraciado com o título de barão de Bananal, em maio de 1867⁶⁰⁷.

Em setembro de 1867, Joaquim José Inácio, chefe de esquadra na Guerra do Paraguai, ligado aos conservadores, ministro da Marinha e da Agricultura no gabinete de 1861, foi agraciado com o título de barão de Inhaúma, em recompensa à sua atuação na guerra, especialmente na passagem de Curupaiti, ocorrida em setembro de 1866, sendo chamado o herói de Curupaiti⁶⁰⁸.

⁶⁰³ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 476; Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres, op.cit.*, p. 115-116; e Mário Teixeira de Carvalho, *Nobiliário sul rio-grandense, op.cit.*, p. 257.

⁶⁰⁴ “O Sr. conselheiro tenente general barão de Porto Alegre fora nomeado general em chefe das forças em operação no Rio Grande contra o Paraguay”, *Correio Mercantil*, 29 de julho de 1865, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 370; Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres, op.cit.*, p. 26-27; Heitor Lyra, *op.cit.*, vol. 1, p. 242; e Barão de Javari, *op.cit.*, p. 340.

⁶⁰⁵ *Titulares baianos, op.cit.*, p. 37-38.

⁶⁰⁶ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 45; e Milson Coutinho, *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p. 396-399.

⁶⁰⁷ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 71; Carlos Eugênio Marcondes Moura, *op.cit.*, p. 104-105; e José Luiz Pasin, *Os Barões do café: Titulares do Império no Vale do Paraíba Paulista*. Aparecida: Vale Livros, 2001, p. 33-35.

⁶⁰⁸ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 189-190; e Wilma Peres Costa, *op.cit.*, p. 239. Foi correspondente da *Semana Ilustrada* na campanha do Paraguai, Fernando Borges, Fernando Tadeu de Miranda e Borges e Maria Adenir Peraro, (org.), *Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra*. Cuiabá (MT): Entrelinhas, Ed. UFMT, 2012, p. 330. Apesar dessa atuação heroica em Curupaiti, “a derrota aliada em Curupaiti também

Neste caso, salta aos olhos a completa discrepância entre a trajetória biográfica de Joaquim José Inácio, chefe da esquadra, e o título ofertado a ele, o mais baixo da escala nobiliárquica. Porém, é possível supor que tal discrepância tenha sido gerada tanto pela derrota das tropas aliadas em Curupaiti, quanto por sua ligação com os conservadores, então oposição política ao gabinete em exercício⁶⁰⁹. Em 03 de março de 1868, tal incompatibilidade foi solucionada com a elevação de seu título para visconde de Inhaúma com grandeza⁶¹⁰, de hierarquia mais apropriada para recompensá-lo por sua atuação no Prata, seguindo um padrão de nobilitação usado para agraciar outros indivíduos envolvidos na guerra. Aqui, vale retomar que, como já mencionado, a derrota em Curupaiti viabilizou a entrada de Caxias na guerra como comandantes das tropas navais e terrestres.

Em março de 1868, outro militar, Delfim Carlos de Carvalho, chefe de esquadra, que havia tomado parte nas batalhas de Riachuelo (1865) e Humaitá (1868), e comandado a passagem de Humaitá, concretizada em 19 de fevereiro de 1868, foi agraciado com o título de barão de Passagem com grandeza, uma homenagem à sua atuação em Humaitá⁶¹¹. Antes de sua atuação na Guerra do Paraguai, participara da viagem do imperador às províncias do Norte, em 1859, como capitão-tenente da corveta Paraense⁶¹².

A passagem de Humaitá, seguindo a interpretação de Wilma Peres Costa, foi a principal vitória da nomeação de Caxias capitaneada pela opinião pública. Contudo, “a tomada da fortaleza [...] só se efetivou depois da queda do gabinete, bem como a sucessão de batalhas vitoriosas (‘dezembrada’ - 1868) que abriu caminho para Assunção”⁶¹³. Diante disso, é possível afirmar que a atuação de Caxias na guerra não trouxe os

produziu péssimo efeito no Brasil e, em círculos políticos no Rio de Janeiro, chegou-se a levantar a ideia de estabelecer a paz com Solano López. A iniciativa não prosperou devido à oposição de dom Pedro II, que, segundo o representante britânico e o português no Rio de Janeiro, se mostrou disposto a abdicar do trono se os deputados não atendessem a seu desejo de continuar a guerra. O imperador estava disposto a levar a guerra até o último conflito e, a partir de fins de 1866, coube sobretudo ao Brasil continuar a luta do lado aliado, com participação menor de efetivos argentinos e simbólica presença de tropas uruguaias”, Francisco Doratioto, *Maldita guerra, op.cit.*, p. 252.

⁶⁰⁹ De acordo com Francisco Doratioto, “a retumbante derrota [aliada] em Curupaiti expôs as divisões do comando aliado e inviabilizou de vez as relações entre Mitre e Tamandaré, as desavenças dos chefes aliados tornaram-se insustentáveis. Consciente da gravidade da situação, o governo imperial chefiado por Zacarias de Góes e Vasconcelos, tomou decisões drásticas: unificou o comando brasileiro; nomeou o marquês de Caxias para o cargo de comandante em chefe do Exército brasileiro no Paraguai e substituiu Tamandaré pelo vice-almirante José Inácio no comando da esquadra”, *General Osório, op.cit.*, p. 165.

⁶¹⁰ Faleceu em 08 de março de 1869, no Rio de Janeiro, após retornar ferido do Paraguai, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 189-190.

⁶¹¹ Francisco Doratioto, *op.cit.*, p. 149; e *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 341.

⁶¹² Heitor Lyra, *op.cit.*, vol. 1, p. 201.

⁶¹³ Wilma Peres Costa, *op.cir.*, p. 244.

resultados esperados, imediatamente, pelo gabinete Zacarias, isto é, a guerra não foi vencida rapidamente, nem o gabinete conseguiu se manter no poder por muito tempo.

Em abril de 1868, Manuel Luís Osório, já barão de Herval com grandeza, general na Guerra do Paraguai, de atuação reconhecida em diversas batalhas que lhe haviam garantido seu primeiro título de nobreza, foi elevado a visconde de Herval com grandeza⁶¹⁴. Outro militar agraciado foi José Joaquim de Andrade Neves. Nobilitado em outubro de 1867 com o título de barão de Triunfo, recebeu, em abril de 1868, honras de grandeza em seu título, recompensas por sua atuação em quase toda a campanha do Paraguai, destacando-se nas batalhas de Tuiuti (1866), Humaitá (1868) e Itororó (1868). Tal como outras designações de títulos que eram alusivas às participações dos titulados na Guerra do Paraguai, a designação desse título, Triunfo, é também uma referência à sua participação na guerra, isto é, aos triunfos conquistados por ele⁶¹⁵.

Assim, salta aos olhos a nobilitação de indivíduos ligados a vitórias em batalhas ocorridas durante a Guerra do Paraguai⁶¹⁶. Tal estratégia se refletiu nas nobilitações, especialmente dos membros do Exército e da Marinha, praticadas por esses gabinetes, isto é, figuras envolvidas diretamente na guerra foram agraciadas, sendo que sua participação na contenda ficava evidente inclusive na designação dos títulos ofertados.

Além desses 12 indivíduos que atuaram nos campos de batalha, outras 26 figuras que contribuíram financeiramente para o andamento da guerra também tiveram a oportunidade de serem agraciados com títulos de nobreza, caso dos 18 fazendeiros de diferentes províncias do Império do Brasil. Do Rio de Janeiro, nove fazendeiros foram nobilitados, recebendo 12 títulos de nobreza.

Em 1866, Matias Gonçalves de Oliveira Roxo foi agraciado com o título de barão de Vargem Alegre com grandeza⁶¹⁷; Jacinto Alves Barbosa foi feito barão de Santa Justa e, em 30 de janeiro de 1867, foi agraciado com honras de grandeza⁶¹⁸; Peregrino José de América Pinheiro tornou-se barão de Ipiabas, sendo agraciado com honras de grandeza

⁶¹⁴ *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 177-178; e Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres*, *op.cit.*, p. 90-93.

⁶¹⁵ Faleceu em Assunção, em 06 de janeiro de 1869, em decorrência de ferimentos de guerra, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 515-156. Sobre a designação de seu título, “O país, conferindo-lhe esta distinção, quis ao mesmo tempo glorificar o grande herói que, em torno do seu nome, já formara uma legenda de valor e de incrível audácia, num largo ciclo luminoso de triunfo em triunfo”, Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres*, *op.cit.*, p. 46-47; e Mário Teixeira de Carvalho, *Nobiliário sul rio-grandense*, *op.cit.*, p. 339-340.

⁶¹⁶ Francisco Doratioto, *op.cit.*; e Wilma Peres Costa, *op.cit.*

⁶¹⁷ Proprietário e fazendeiro no município de Pirai (RJ), casou-se com uma das filhas do barão de Pirai (José Gonçalves de Moraes), *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 527; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

⁶¹⁸ Proprietário e fazendeiro no município da Paraíba do Sul e na província de Minas Gerais, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 419; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

em março de 1867⁶¹⁹; Joaquim Pinto Neto dos Reis, barão de Carapebus desde 1854, recebeu honras de grandeza⁶²⁰; e Bento Carneiro da Silva, filho do visconde de Araruama (José Carneiro da Silva), foi feito barão, com a mesma designação do título de seu pai, isto é, barão de Araruama⁶²¹. Em novembro de 1866, Antônio Dias Pavão, já barão de Itaguaí com grandeza desde 1854, foi elevado a visconde com grandeza, e em abril de 1868 foi, finalmente, agraciado conde de Itaguaí; era fazendeiro de grande fortuna, tendo contribuído financeiramente com o governo imperial durante a Guerra do Paraguai⁶²². Em 1867, o barão de Lorena (nobilitado em 1853), Estevão Ribeiro de Resende (filho do marquês de Valença), foi agraciado com honras de grandeza⁶²³; José Martins Pinheiro, fazendeiro de Campos de Goitacazes, tornou-se barão da Lagoa Dourada⁶²⁴; e José Maria de Araújo Gomes, filho do 1º barão de Alegrete (João José de Araújo Gomes), foi nobilitado com o título de 2º barão de Alegrete com grandeza, em recompensa aos serviços prestados durante a guerra⁶²⁵.

De São Paulo, seis fazendeiros foram nobilitados. Em 1867, Vicente de Sousa Queirós, da província de São Paulo, tornou-se barão de Limeira⁶²⁶; Antônio Tertuliano dos Santos, proprietário, negociante e fazendeiro em Rio Claro (São Paulo), tornou-se barão de Silveiras⁶²⁷; Antônio Salgado da Silva, de Pindamonhangaba, tornou-se barão de Palmeira, em recompensa aos auxílios financeiros prestados durante a guerra⁶²⁸; Francisco Marcondes Homem de Melo era de Pindamonhangaba, coronel e comandante superior da Guarda Nacional, tendo fornecido escravos e dinheiro ao Império durante a

⁶¹⁹ Fazendeiro em Valença (RJ) e coronel reformado da guarda nacional neste município, *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 193-194; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

⁶²⁰ Era do Rio de Janeiro, tenente coronel comandante do 13º batalhão da Guarda Nacional, *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 111; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

⁶²¹ Era coronel da Guarda Nacional, *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 56-57; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

⁶²² *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 202. No *Almanak Laemmert* do ano de 1867, há uma listagem de indivíduos nobilitados em recompensa aos relevantes serviços prestados na Guerra do Paraguai, *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154. De acordo com José Luiz Pasin, era negociante, proprietário, fazendeiro e capitalista, dedicado às lavouras de café, açúcar e aguardente, *Os barões do café: Titulares do Império no Vale do Paraíba Paulista*. Aparecida: Vale Livros, 2001, p. 112-113. Sua entrada na nobiliarquia também ocorreu por meio de um baronato em 1851, que foi acrescido de honras de grandeza em 1854.

⁶²³ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 260; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

⁶²⁴ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 250; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

⁶²⁵ Foi tesoureiro da Alfândega da Corte e da Santa Casa dos Expostos (sem data), *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 34; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

⁶²⁶ Durante a guerra do Paraguai, armou seis soldados ofertados ao governo imperial, *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 257-258; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

⁶²⁷ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 480; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

⁶²⁸ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 324-325; Carlos Eugênio Marcondes Moura, op.cit., p. 104-105; e José Luiz Pasin, *Os Barões do café*, op.cit., p. 99-103.

guerra, foi agraciado com o título de barão de Pindamonhangaba⁶²⁹; Henrique José da Silva, chefe do partido conservador em Bananal e dedicado à lavoura cafeeira, que auxiliou o governo com voluntários e com a soma de 15 contos de réis, foi nobilitado com o título de barão de Ariró⁶³⁰; e José Estanislau de Oliveira, fazendeiro em Campinas e Rio Claro, em recompensa aos serviços prestados em São Paulo para a Guerra do Paraguai, tornou-se barão de Araraquara⁶³¹.

De Pernambuco, apenas um fazendeiro foi agraciado. Caso de Bernardo José da Câmara, que foi responsável pela organização de um batalhão de voluntários para a guerra, feito barão de Palmares em 1866⁶³².

Do Maranhão, o único fazendeiro nobilitado foi Francisco José Brandão de Sousa, integrante do partido conservador, que fez importantes contribuições financeiras durante a Guerra do Paraguai, e, em 1867, recebeu o título de barão de Sousa⁶³³.

Da Bahia, um fazendeiro foi agraciado, no caso Antônio da Costa Pinto, titulado barão de Oliveira em 1866. Costa Pinto era senhor de engenho, fora presidente de província da Bahia em 1860 e 1861, tendo contribuído financeiramente durante a guerra com o governo imperial. Vale ainda destacar que era membro de uma família de alto poder aquisitivo nesta província, sendo filho de Antônio da Costa Pinto, nobilitado barão de Sergimirim em 1860⁶³⁴.

Além desses fazendeiros, outros sete negociantes e capitalistas, que haviam feito contribuições financeiras para o Império ou prestado serviços relevantes ao andamento da guerra, tiveram a oportunidade de receberem um título de nobreza. Do Rio de Janeiro, três foram nobilitados: José Francisco de Mesquita, capitalista e abastado banqueiro, visconde de Bonfim com grandeza desde 1854, foi elevado a conde de Bonfim em dezembro de 1866⁶³⁵; em fevereiro de 1868, José Antônio Moreira, capitalista e negociante, além de membro da Junta Administrativa da Caixa de Amortização, órgão

⁶²⁹ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 354; Carlos Eugênio Marcondes Moura, *op.cit.*, p. 104-105; e José Luiz Pasin, *op.cit.*, p. 97-98.

⁶³⁰ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p.61-62; Carlos Eugênio Marcondes Moura, *op.cit.*, p. 104-105; e José Luiz Pasin, *op.cit.*, p. 40-41.

⁶³¹ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 394; e *Correio Paulistano*, 09 de junho de 1868.

⁶³² *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 324.

⁶³³ Faleceu no Maranhão, em 1870, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 485; e Milson Coutinho, *op.cit.*, p. 307-313.

⁶³⁴ Barão de Javari, *op.cit.*, p. 443; *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 318; *Titulares Baianos, op.cit.*, p. 100-101; e Eul-Soo Pang, *op.cit.*, p. 169.

⁶³⁵ José Francisco de Mesquita ingressou na nobreza brasileira em 1841 com o título de barão de Bonfim, recebeu honras de grandeza em 1846, para depois ser elevado, como mencionado, a visconde com grandeza em 1854. *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 84; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

ligado ao Ministério da Fazenda, visconde de Ipanema com grandeza desde 1854, foi elevado a conde de Ipanema⁶³⁶; em dezembro de 1866, Francisco das Chagas Andrade, residente na cidade do Rio de Janeiro, tornou-se barão de Bambuí⁶³⁷.

De São Paulo, Francisco de Assis e Oliveira Borges, barão de Guaratinguetá desde 1854, foi elevado a visconde em abril de 1867. Era Comandante Superior da Guarda Nacional, chefe político conservador em Guaratinguetá (São Paulo) e um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia nessa cidade⁶³⁸. Em maio de 1868, José Francisco Monteiro, negociante de São Paulo, que libertou um escravo para lutar na guerra e participou da comissão responsável por angariar recursos e voluntários para a guerra, foi nobilitado com o título de barão de Tremembé⁶³⁹.

Do Ceará, Antônio Cândido Antunes de Oliveira, negociante e proprietário abastado, teria prestado serviços durante a guerra, sendo assim feito barão de Mecejana⁶⁴⁰.

Do Rio Grande de Sul, João Francisco Vieira Braga, negociante, barão de Piratinim desde 1854, foi elevado a visconde em agosto de 1866, pois havia contribuído financeiramente para o andamento da guerra⁶⁴¹. Finalmente, o último nobilitado por ter contribuído financeiramente para a Guerra do Paraguai foi José de Araújo Ribeiro, senador pelo Rio Grande do Sul desde 1848, diplomata aposentado em 1854, nobilitado com o título de barão do Rio Grande com grandeza em recompensa aos serviços prestados nessa guerra, em novembro de 1866⁶⁴².

Frente a esses titulados, é possível afirmar que dos 12 envolvidos no teatro da guerra, nove tornaram-se grandes do Império, seja por terem recebido seus primeiros títulos já acrescidos de grandeza, seja por terem sido elevados a grandes durante a vigência do gabinete Zacarias. Os três indivíduos que não tiveram esse privilégio foram aqueles que organizaram batalhão de voluntários, corpo de cavalaria e o médico do

⁶³⁶ José Antônio Moreira tornou-se barão de Ipanema em 1847, recebeu honras de grandeza em 1849, e, em 1854, foi elevado, como mencionado, a visconde com grandeza. *Almanak Laemmert*, 1868, p. 203; *Almanak Laemmert*, 1869, p. 468, 511; e *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 192-193.

⁶³⁷ Nasceu em Minas Gerais e faleceu no Rio de Janeiro, *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 70-71; e *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154.

⁶³⁸ Carlos Eugênio Marcondes de Moura, *O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002, p. 104-105; e *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 172-173.

⁶³⁹ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 513; *Correio Paulistano*, 22 de janeiro de 1867; *Correio Paulistano*, 04 de julho de 1867; *Correio Paulistano*, 09 de junho de 1868; Carlos Eugênio Marcondes Moura, op.cit., p. 104-105; e José Luiz Pasin, op.cit., p. 124-126.

⁶⁴⁰ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 282; e Eul-Soo Pang, op.cit., p. 170.

⁶⁴¹ *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 365; Mario Teixeira de Carvalho, *Nobiliário Sul Rio-grandense*, op.cit., p. 199-200; e Jonas Moreira Vargas, *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado, 2007, p. 182-183.

⁶⁴² *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 397-398; *Almanak Laemmert*, 1867, suplemento, p. 154; e Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres*, op.cit., p. 74-76.

Exército, ou seja, atuações importantes para o andamento da guerra, mas não o bastante para o recebimento de um título com grandeza. Já dos outros 26 nobilitados, dez tornaram-se grandes do Império, sendo que apenas um deles, o senador pelo Rio Grande do Sul, não possuía trajetória biográfica ligada ao Rio de Janeiro. Salta aos olhos, portanto, o amplo predomínio de grandes na província fluminense.

Diante desses títulos ofertados durante a permanência do gabinete presidido por Zacarias de Góes e Vasconcelos, vale destacar que os nobilitados possuíam diferentes ocupações, eram ligados a províncias distintas, predominando a província de São Paulo e Rio de Janeiro, e haviam contribuído de alguma forma com o governo imperial durante a Guerra do Paraguai. Assim, a inédita experiência, ao menos no Segundo Reinado, de envolvimento em uma guerra internacional, em uma região marcada por conflitos anteriores, interferiu tanto na dinâmica política e econômica, quanto na concessão de honrarias para aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a consecução da Guerra do Paraguai⁶⁴³.

Se, em 1864, quando do espocar da guerra, esperava-se que ela seria rápida e, claro, garantisse a vitória do Brasil e seus aliados, o primeiro revés ocorreu ainda em 1866. Passados dois anos, mesmo com a troca do comando, isto é, com a indicação de Caxias para comandante geral das tropas, a vitória ainda parecia distante. A Liga Progressista – para além dos problemas que enfrentava no Parlamento – não foi capaz de resistir aos impactos e demandas da guerra no país. Em seu lugar, voltaria ao poder um ministério chefiado por um dos líderes da trindade Saquarema, tornando o cenário político ainda mais conturbado.

2.3. Fim da Guerra do Paraguai: gabinetes Itaboraí e São Vicente

No início de fevereiro de 1868, o então marquês de Caxias escreveu um ofício ao ministro da Guerra, pedindo licença de seu comando das tropas em razão de sua frágil saúde. Como não escapou, para os contemporâneos, a questão do marquês se referia, de fato, não à sua condição física, mas sim, política. Nomeado em outubro de 1866, as críticas à sua atuação se intensificaram em 1867, quando Caxias passou a ser acusado pela imprensa de inaptidão na condução da contenda, tornando-a longa, custosa e faltosa

⁶⁴³ De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, às vésperas da Guerra do Paraguai, havia, no Brasil, um excessivo otimismo acerca da vitória brasileira no conflito, a ponto de José Antônio Saraiva ter dispensado a formação de batalhões de voluntários, *História Geral da Civilização Brasileira: Do Império à República*, op.cit., p. 55.

de grandes vitórias⁶⁴⁴. O marquês, como já mencionado, era então um general conservador sob um gabinete ligueiro; ou seja, um ministério mais identificado com liberais ou conservadores moderados do que com “vermelhos” ou “emperrados”, grupo ao qual era vinculado o militar.

Em 20 de fevereiro de 1868, o Conselho de Estado se reuniu em sessão para dar andamento à discussão sobre a reorganização do Conselho de Estado, de acordo com o projeto elaborado pelo visconde de São Vicente. Porém, antes que tal tema fosse debatido, pedindo licença ao monarca, o presidente do gabinete, Zacarias de Góes e Vasconcelos, afirmou:

Senhor. Pelo transporte chegado ontem do Sul o Ministro da Guerra recebeu do Marquês de Caxias um ofício em que o General pede licença para retirar-se alegando moléstia, mas recebeu ao mesmo tempo uma carta particular, em que o Marquês expõe francamente as verdadeiras razões que o levaram a dar semelhante passo. Essas razões se resumem em acreditar o Marquês, à vista dos jornais e de sua correspondência particular, que o Governo longe de ter nele a mesma confiança, que a princípio manifestara, procura por diversos modos tirar-lhe força moral. Quando em outubro de 1866 o Governo convidou o Marquês de Caxias para ir tomar o comando das forças brasileiras no Paraguai e ele aceitou o convite sem outra condição que não fosse a de plena e inteira confiança do Governo em sua pessoa, eu declarei-lhe em conversa que ao Governo parecia tão necessária a sua presença no Paraguai que se ele houvesse recusado a Comissão, e nos parecesse que a recusa, provinha de repugnância de servir conosco, estávamos dispostos a deixar o poder, porque para nós a guerra não era questão de partido e o essencial era acabá-la honrosamente, estivesse quem estivesse no poder. O Governo pensa hoje, como em 1866, que a presença do Marquês de Caxias é da maior conveniência no Paraguai e, pois, que o General inesperadamente mostra-se persuadido, aliás sem razão, de que o Governo lhe tira força moral, o Ministério antes quer retirar-se do que usar do direito de pedir exoneração do General, desfazendo com esta prova de abnegação as suas infundadas apreensões. De acordo com os meus colegas venho, portanto, pedir a Vossa Majestade Imperial a demissão do Gabinete, submetendo à apreciação de Vossa Majestade Imperial a carta do Marquês, que peço licença para entregar sem ler. Rio, 20 de fevereiro de 1868⁶⁴⁵.

Ao receber o pedido de demissão de Caxias, Zacarias, em evidente manobra política, colocou seu cargo à disposição, apresentando a demissão de todo o ministério, supostamente para manter Caxias à frente das tropas. Após esse pedido, Zacarias saiu da

⁶⁴⁴ Tais questionamentos cresceram ao longo de 1867 e atingiram seu apogeu em 1868, quando houve um aumento das dúvidas em relação aos benefícios trazidos pela guerra ao Brasil, um aumento do descontentamento dentro do Legislativo e intensificação do recrutamento de militares, desestruturando, por exemplo, a produção agrícola e a rede de abastecimentos. Wilma Peres Costa, *op.cit.*; e Francisco Doratioto, *op.cit.*

⁶⁴⁵ *Atas do Conselho de Estado*, 1867-1868, sessão de 20 de fevereiro de 1868, p. 180. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS7-Terceiro_Conselho_de_Estado_1867-1868.pdf - acesso em 21/11/2017

sala do conselho. Na sequência, foi lida a carta de Caxias, expondo seus argumentos para seu pedido de demissão.

Comando em Chefe de todas as Forças Brasileiras em operações contra o Governo do Paraguai e interino dos Exércitos Aliados. Quartel General em Tuyu-Cué, 4 de fevereiro de 1868. Il.mo e Ex.mo Sr. – Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.a , para o fazer constar ao Gabinete de que V. Ex.a dignamente faz parte, que minha saúde, que até certo ponto se manteve de modo a fazer crer que me permitiria atravessar sem incômodo a estação calmosa, se tem por tal forma nestes últimos dias alterado, que me é absolutamente impossível, sem compreender a existência, continuar ocupar o posto eminente em que a confiança do Governo Imperial há mais de um ano me colocou. Pedindo, pois, a V. Ex.a a minha exoneração e rogando-lhe com a maior instância a graça de aceitar que V. Ex.a , com a maior brevidade, me indicará meu substituto a quem devo passar as atribuições e prerrogativas em cujo exercício tenho estado. Em data anterior comuniquei a V. Ex.a que o Visconde de Porto Alegre, que havia sido nomeado meu substituto, se retirava do teatro da guerra, por incômodos de saúde que de dia em dia se agravavam, e é por essa razão que faço a V. Ex.a o pedido acima mencionado. Deus Guarde a V. Ex.a. Il.mo e Ex.mo Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra – Marquês de Caxias⁶⁴⁶.

Caxias pedia, então, sua exoneração o mais breve possível, dado seu frágil estado de saúde. Requisitava, assim, que fosse nomeado, o quanto antes, um substituto, permitindo-lhe retornar ao Rio de Janeiro. Contudo, na mencionada carta particular ao ministro da guerra, datada também de 4 de fevereiro, Caxias expunha as outras razões, talvez mais verdadeiras, para a sua exoneração.

Particular – Ilmo e Ex.mo Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. Remetendo a V. Ex.a o incluso ofício, no qual peço minha exoneração do Comando em Chefe das Forças de terra e mar em operações contra o Governo do Paraguai, em virtude de incômodos de minha saúde [...], entendo dever na presente carta particular declarar a V. Ex.a a verdade inteira acerca desse passo, que muito refletidamente dei. Os jornais recebidos da Corte, e minha correspondência particular me trouxeram a desagradável notícia de que meu nome, e o posto eminente, que há mais de um ano ocupo, tem estado em plena discussão na imprensa travando-se renhida luta entre os meus gratuitos detratores, e aqueles que generosamente se tem apresentado tomando minha defesa. A causa objetiva de tão grande celeuma é (ao menos ostensivamente) o prolongamento da guerra, em que estamos empenhados, atribuindo-o um foliculário inglês no Rio de Janeiro à tibieza, a frouxidão, e não sei que mais de minha parte, dando-se a circunstância notável de ser ele acompanhado em suas observações a meu respeito pelo jornal político que ali se publica com a denominação de *Diário do Povo*, o qual com razão, ou sem ela, se diz inspirado por um membro do atual Gabinete. [...] O *Diário do Povo* me apresenta até como querendo influir em nomeações puramente civis; isto não passa de uma calúnia, pois que ninguém melhor do que o Gabinete sabe acerca do Diplomata Brasileiro que tinha de vir para o Rio da Prata, eu me limitei apenas em esboçar rapidamente as qualidades que me parecia dever ter o que fosse nomeado, sem declinar nomes próprios, e sendo esta a única vez que falei em objeto não puramente militar. [...] O gabinete a que V. Ex.a pertence, que me confiou essa alta missão, e que deve ter sempre presente à sua

⁶⁴⁶ *Atas do Conselho de Estado*, 1867-1868, sessão de 20 de fevereiro de 1868, p. 180-183. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS7-Terceiro_Conseho_de_Estado_1867-1868.pdf - acesso em 21/11/2017

memória todas as circunstâncias que precederam e acompanharam esse ato, e que sabe que o seu empenho em me fazer partir para o teatro da guerra era tão grande que de mim dependeu sua modificação, o gabinete atual com quem tenho constantemente entretido a mais franca e leal linguagem, se viu na forçosa necessidade de ordenar que o seu órgão oficial falasse sobre a questão a meu respeito levantada, e este fez confessando a subvenção, que se paga ao foliculário estrangeiro, o fim dela proclamando com maravilhosa ingenuidade, que o Governo Imperial nada tinha que ver, nenhuma interferência podia exercer sobre as apreciações, que o jornal inglês fizera em referência à guerra e ao General brasileiro de que ultimamente se ocupou. As frases descoradas e estudadamente frias da Gazeta oficial, em tão solene conjuntura e sobre assuntos de tão reconhecida e palmar magnitude, vieram robustecer se não confirmar as suspeitas que nestes últimos tempos nutria de que a meu respeito e da guerra que sustentamos não existe no Governo atual a necessária e indispensável solidariedade [...] Falam os jornais já por mim indicados em compromissos do Governo para comigo, em dificuldades deles originadas, e que embaraçam a liberdade da ação governativa, e daí na necessidade de resignar o gabinete o poder, entregando-o a quem sem peias possa ativar a marcha da guerra e aproximar sua terminação. Em tais asserções há ainda falsidade e calúnia; o gabinete atual não tem compromisso algum para comigo, nem eu seria por certo tão pouco generoso que os exigisse de um Ministério cuja modificação dependeu de minha vontade, como V. Ex^a sabe perfeitamente. Por outro lado, eu rogo a V. Ex^a se queira recordar de que no ofício que lhe foi entregue por minha ordem e pelo Coronel João de Sousa da Fonseca Costa eu asseverei ao Governo que só abandonaria o posto ou quando a enfermidade de todo me prostrasse, ou quando eu entendesse que a perseverança nele importasse quebra em meus brios e ofensa de minha dignidade. [...] Talhado para a luta, eu nunca provoquei, mas também nunca temi, nem temo, quando franca e descoberta; tive porém sempre grande asco à simulação e a essa pequena guerra chamada de alfinete. [...] Agora tenho razões para crer que estes serviços mal traduzidos têm acarretado modificação profunda no pensamento do gabinete a respeito de minha personalidade, e do modo porque tenho exercido as funções que me foram confiadas; faço, pois, o que devo, sem temer o juízo da posteridade, porque ela esclarecida me há de julgar imparcialmente, e fazer-me a justiça a que, mercê de Deus, me julgo com jus. [...] O maior favor que o gabinete atual me pode fazer Excelentíssimo Senhor, é de aceitar quanto antes minha exoneração, indicando-me sem perda de tempo qual o meu sucessor, a fim de tirar-me de uma posição, que à vista do exposto julgo insuportável, e não me compelir a qualquer ato que dela me desembarace, por violento que seja. Transmitindo a V. Ex^a também juntas as cópias dos avisos de que acima falei, reitero a V. Ex^a meus protestos de respeito e consideração. De V. Ex^a – colega e amigo – Marquês de Caxias – Tuyu-Cuê, 4 de fevereiro de 1868⁶⁴⁷.

Em tal carta, bastante extensa, da qual optamos por destacar as passagens mais pungentes, Caxias descreve toda a sua insatisfação em relação ao andamento da guerra e às críticas recebidas pela imprensa, sem que o gabinete ministerial fizesse a defesa do comandante do modo como ele desejava. Reafirmava, ademais, que seu estado de saúde o impedia de continuar no Paraguai e reiterava o pedido para que um substituto fosse enviado. No Conselho de Estado, onde foram lidas as cartas, a situação não poderia ser

⁶⁴⁷ *Atas do Conselho de Estado*, 1867-1868, sessão de 20 de fevereiro de 1868, p. 180-183. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS7-Terceiro_Conselho_de_Estado_1867-1868.pdf - acesso em 21/11/2017

de maior perplexidade, afinal a disputa poderia ser colocada entre o poder civil e o poder militar e qual dos dois predominaria.

Assim, após a leitura das cartas, diversos conselheiros de Estado se manifestaram ponderando quais benefícios e prejuízos poderiam decorrer diante da eventual saída do general ou do ministério. Nesse primeiro momento, o visconde de Abaeté se posicionou contra a demissão do gabinete; e José Tomás Nabuco de Araújo e os viscondes de Jequitinhonha, São Vicente e Sapucaí colocaram-se contra qualquer das demissões. José Maria da Silva Paranhos ponderou que o pedido de demissão fora feito em carta particular a um amigo, no caso o ministro da Guerra, não sendo, portanto, um pedido oficial. Francisco de Salles Torres Homem e o barão de Muritiba opinaram que o gabinete deveria reiterar a confiança no general, enquanto Luís Pedreira do Couto Ferraz sugeriu a conciliação entre o gabinete e o general. Finalmente, o marquês de Olinda recomendou a demissão dos dois, general e ministério.

Após essas falas,

Sua Majestade Imperial disse que pelo que tem ouvido, é urgente uma decisão. Observou-se que o Marquês de Caxias esperará resposta do seu pedido para empreender qualquer ação. A experiência mostra que nem sempre se guarde o segredo. Portanto deseja ouvir ainda os Conselheiros de Estado sobre o que vai expor para não se ver obrigado a consultá-los de novo. Os Conselheiros viram o que se passou. O Ministério não propôs alternativas sobre a sua demissão ou a de Caxias; disse que à vista daquela carta particular do Marquês, não podia deixar de pedir demissão, porque julgava, mais prejudicial a retirada do General. Figurou pois, a hipótese em que o Ministério não aceite o alvitre conciliador do Conselho de Estado, e proponha a alternativa. Neste caso, pergunta Sua Majestade Imperial qual julga o Conselho menor mal a demissão do General ou a do Ministério⁶⁴⁸.

Diante dessa pergunta enfática e objetiva, os conselheiros fizeram novas observações e votaram, compreendendo o embate entre o poder civil e o poder militar colocado pelo monarca. O marquês de Olinda e os viscondes de Abaeté, Jequitinhonha, São Vicente e Sapucaí votaram pela saída do general. Já Nabuco de Araújo, Paranhos, Torres Homem, Couto Ferraz e o barão de Muritiba votaram pela saída do ministério. O conselheiro Bernardo de Sousa Franco, que poderia ter sido o voto de Minerva, não comparecera por estar doente.

Finda a sessão, nenhuma decisão definitiva foi alcançada, dado o empate na votação, o que poderia levar o leitor a entender que tudo continuava como dantes, mas, de fato, não era esta a situação. A própria formulação da questão pelo imperador,

⁶⁴⁸ *Atas do Conselho de Estado*, 1867-1868, sessão de 20 de fevereiro de 1868, p. 180-183. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS7-Terceiro_Conselho_de_Estado_1867-1868.pdf - acesso em 21/11/2017

confrontando as duas demissões, já deixava evidente que o gabinete Zacarias perdera o apoio da Coroa; ainda assim, sobreviveria mais um pouco no poder. Tempos depois, em junho de 1868, Zacarias de Góes, na Câmara dos Deputados, afirmaria que a “mudança da política interna não se pode operar por influência da espada e imposição da caudilhagem”⁶⁴⁹. No início do mês seguinte, Zacarias se recusou a referendar a escolha de Francisco de Salles Torres Homem para senador pelo Rio Grande do Norte. Fazendo uso dessa recusa como pretexto para demitir o gabinete e manter o general, d. Pedro II optou por um novo ministério de cores políticas próximas às do general Caxias⁶⁵⁰.

Em 16 de julho de 1868, o imperador promoveu uma brusca inversão partidária, priorizando, naquele momento, a presença do general no campo de batalha, e nomeando um novo gabinete bastante afinado com as ideias do general⁶⁵¹. D. Pedro II convidou o visconde de Itaboraí com grandeza, conservador e um dos membros da antiga Trindade Saquarema, para chefiar o ministério.

Na pasta do Império, estava Paulino José Soares de Souza (filho do já falecido visconde de Uruguai com grandeza); na Justiça, José Martiniano de Alencar; na de Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos; na da Marinha, o barão de Cotegipe com grandeza; na da Guerra, o barão de Muritiba com grandeza; na Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Joaquim Antão Fernandes Leão⁶⁵²; respondendo o presidente do conselho de ministro pela Fazenda. Coube a esse gabinete, liderar o Executivo até o fim da guerra, com a vitória da tríplice aliança.

Da assunção do gabinete até a vitória final, em 01 de março de 1870, podemos dividir a guerra em pelo menos dois períodos, o primeiro, marcado pela continuação da situação anterior, ou seja, do comando geral de Caxias, e o segundo, a partir de março de

⁶⁴⁹ *Atas do Conselho de Estado*, p. 12. Disponível em http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS7-Terceiro_Conselho_de_Estado_1867-1868.pdf - acesso em 05/01/2017.

⁶⁵⁰ Ângela Alonso, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; e João Manoel Pereira da Silva, *Memórias do meu tempo: 1840-1886*. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

⁶⁵¹ Segundo José Murilo de Carvalho, com a inversão partidária de 1868, o partido progressista se dissolveu, uma parte de seus membros formou o novo partido liberal e outra parte formou o partido republicano, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 205. Para Sérgio Buarque de Holanda, a crise de 1868 é também a crise da monarquia, em suas palavras, “a substituição do ministério, tal como foi feita, além de deixar claros o artifício e a burla em que todo o sistema assentava, dissipou as esperanças daqueles que achassem viável uma amálgama de elementos tão díspares [a Liga Progressista]”, *Capítulos de História do Império, op.cit.*, p. 145-147.

⁶⁵² Barão de Javari, *op.cit.*, p. 151-152. O titular da pasta da Justiça foi substituído por Otávio Nébias em 10 de janeiro de 1870, e pelo barão de Muritiba com grandeza (Manuel Vieira Tosta) em 09 de junho; o titular da pasta de Estrangeiros foi substituído entre 10 de fevereiro de 1869 e 30 de agosto de 1870 pelo barão de Cotegipe com grandeza; e o titular da pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi substituído em 10 de janeiro de 1870 por Diogo Velho Cavalcanti.

1869, quando a posição passou a ser ocupada pelo conde d'Eu, marido da princesa Isabel e genro do imperador. Após conduzir a vitória brasileira nas batalhas conhecidas como dezembroada, em 1868⁶⁵³, Caxias, já considerando a contenda por encerrada, pediu autorização para retornar ao Brasil, em janeiro de 1869, demanda que não foi aceita pelo imperador, por desejar a captura de Solano López como marco do fim da Guerra do Paraguai⁶⁵⁴. Contudo, Caxias não acatou a ordem imperial, demitiu-se e retornou ao Rio de Janeiro, desagradando profundamente o monarca⁶⁵⁵.

Para ocupar o cargo do demissionário, o imperador enviou seu genro, conde d'Eu. Segundo Braz Batista Vas, coube a ele o comando da última grande contenda, a Batalha de Campo Grande, ocorrida em agosto de 1869, que arrasou as tropas paraguaias, compostas, em sua maioria, por crianças, mulheres e idosos. A partir daí, não houve novos enfrentamentos até a conclusão da perseguição a Solano López, morto em Cerro Corá, em 01 de março de 1870⁶⁵⁶.

Apesar de ter permanecido no poder por pouco mais de 27 meses, ultrapassando, portanto, o fim da guerra, concretizado em 01 de março de 1870, o ministério Itaboraí ofertou apenas 21 títulos de nobreza, uma média de 0,77 títulos por mês. Desses 21 títulos, apenas quatro eram de grandes do Império, isto é, dois de visconde com grandeza, um de marquês e um de duque. Chama a atenção a concessão de dois títulos hierarquicamente mais elevados na escala nobiliárquica, o de marquês e do duque, sendo que o último não havia, até então, sido ofertado ao longo do Segundo Reinado. Dos 21 títulos, 13 ligavam-se à conjuntura de guerra.

Finalmente, coube a esse ministério o encerramento do conflito. Em 29 de setembro de 1870, um novo gabinete chefiado pelo visconde de São Vicente com grandeza (José Antônio Pimenta Bueno) chegou ao poder. Além de presidir o ministério,

⁶⁵³ As três grandes batalhas da dezembroada de 1868 foram Itororó, Avaí e Lomas Valentina, ocorridas em território paraguaio. Francisco Doratioto, *Maldita guerra*, *op.cit.*, p. 478.

⁶⁵⁴ De acordo com Doratioto, Caxias, em janeiro de 1869, “resolveu retirar-se do Paraguai, pondo fim a seu comando na guerra. Sua retirada e a de outros altos oficiais levaram o Exército brasileiro cair em desânimo, até a chegada do novo comandante-em-chefe, o conde d'Eu, que foi para a guerra contra a vontade”, *op.cit.*, p. 384.

⁶⁵⁵ De acordo com Roderick Barman, “Caxias’s return to Rio was treated as though he werw a private individual, with no official reception and no public expression of gratitude. Caxias paid no visit to emperor, nor did the emperor visit him. This response reveals the depth of the emperor’s chagrin and disappointment. The emperor and the ministry became locked in a fierce face-off over the handling of the returned general. In any event, the emperor’s innate good sense prevailed over his resentment. On February 21, Caxias finally came to the palace [...]”, Roderick Barman, *Citizen Emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. California: Stanford University Press, 1999, p. 225-226.

⁶⁵⁶ Braz Batista Vas, “O Conde d'Eu e a Guerra do Paraguai: algumas considerações historiográficas”. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

respondia pela pasta de Estrangeiros. Compunham o gabinete João Alfredo Correia de Oliveira, que respondia pela pasta do Império; José Ildefonso de Sousa Ramos, pela da Justiça; Francisco de Sales Torres Homem, pela da Fazenda; Luís Antônio Pereira Franco, pela da Marinha; o visconde Pelotas com grandeza, a da Guerra; e Jerônimo José Teixeira Júnior, a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas⁶⁵⁷. Durante os quase seis meses em que permaneceu no poder, o gabinete São Vicente ofertou quatro títulos de nobreza, sendo apenas um ligado à Guerra do Paraguai.

Itaboraí e São Vicente e os títulos da guerra

Do Exército imperial, foram agraciados diversos indivíduos durante a permanência do gabinete Itaboraí. Entre a ascensão gabinete e o fim da guerra, apenas três foram nobilitados. Em fins de 1868, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, marechal de campo, que atuou na Guerra do Paraguai e foi ferido na batalha de Ipororó (06 de dezembro de 1868), foi agraciado com seu primeiro título de nobreza, o de visconde de Itaparicá com grandeza⁶⁵⁸; em 23 de março de 1869, Luís Alves de Lima e Silva teve o seu título de marquês de Caxias elevado a duque de Caxias⁶⁵⁹; e em dezembro de 1869, o tenente-general Manuel Luís Osório, visconde do Herval com grandeza, retornou da guerra, após se ferir gravemente em batalha no Rio Grande do Sul, sendo então elevado a marquês de Herval⁶⁶⁰.

⁶⁵⁷ De acordo com o barão de Javari, o visconde de Pelotas não assumiu o ministério da Guerra, sendo substituído interinamente por João Frederico Caldwell até 09 de novembro e daí em diante por Raimundo Ferreira de Araújo Lima, *op.cit.*, p. 157-158. João Alfredo Correia de Oliveira passou a responder também pela pasta de Agricultura e Comércio em 20 de novembro.

⁶⁵⁸ *Almanak Laemmert*, 1869, p. 216; e *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 213-214.

⁶⁵⁹ O decreto de concessão deste título continha a seguinte redação: “Attendendo aos relevantes e extraordinários serviços prestados na guerra com o Paraguay pelo Marechal do Exercito Marquez de Caxias; e Querendo novamente Distinguil-o e Eleval-o: Hei por bem Fazer-lhe mercê do título de Duque de Caxias. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e três de março de mil oitocentos e sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio”. Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 550.

⁶⁶⁰ O decreto de concessão deste título continha o seguinte texto: “Attendendo aos relevantes e extraordinários serviços prestados na guerra com o Paraguay pelo Tenente General Visconde de Herval; e Querendo novamente Distinguil-o e Eleval-o: Hei por bem Fazer-lhe mercê do título de Marquês de Herval. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Dezembro de mil e oitocentos e sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio”. Arquivo Nacional, microfilme 002-000-76, p. 551. Sobre o ferimento e as honrarias, Francisco Doratioto afirma que “o reconhecimento do governo imperial a Osorio manifestou-se de várias formas. Decreto de Pedro II ascendeu-o à Grã-Cruz, o maior título da Ordem do Cruzeiro, categoria limitada a doze titulares, e foi condecorado com a medalha do mérito militar. O imperador também enviou um médico, dr. Francisco Pertence, para visita-lo em Pelotas e convidá-lo para ir tratar-se no Rio de Janeiro ou na Europa. O dr. Pertence levou recado do gabinete conservador para que Osorio ‘pedisse ao governo o que quisesse’, mas o general respondeu que se trataria no Rio Grande do Sul, pois precisava cuidar dos negócios, pagar dívidas e atender às necessidades da família”, *General Osório*, *op. cit.*, p. 188. *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 177-178; *Almanak Laemmert*, 1869, p. 216; e Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres*, *op.cit.*, p. 90-93.

De março (quando deu-se por finda a refrega) a 29 de setembro de 1870, data em que o ministério Itaboraí deu lugar ao gabinete presidido por São Vicente, outras dez figuras ganharam títulos em razão de sua participação na contenda, das quais nove receberam títulos sem grandeza e apenas uma foi agraciada com título acrescido de grandeza.

Após o término da guerra, em março de 1870, José Antônio Correia da Câmara foi nobilitado com o título de visconde de Pelotas com grandeza. Era marechal do exército, atuando em diversas batalhas na Guerra do Paraguai, incluindo Curuzu (1866), Curupaiti (1866), Avaí (1868), Lomas Valentina (1868) e Cerro Corá, na qual desfechou em Solano López o último golpe em 01 de março de 1870⁶⁶¹.

Finalmente, no mês seguinte, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão foi nobilitado com o título de visconde de Santa Teresa. Tinha sido ministro da Guerra do gabinete de 30 de maio de 1862 (presidido pelo marquês de Olinda), vogal do Supremo Tribunal Militar nomeado em 18 de setembro de 1863, conselheiro de guerra nomeado em 27 de junho de 1867⁶⁶². A despeito de seus vários cargos e de sua patente de marechal do exército, tendo atuado no teatro da guerra, Polidoro Quintanilha não recebeu honras de grandeza em seu título, como tantos outros com trajetória similar. Há que se considerar que tal diferença adviesse de seu vínculo com os liberais, já que ele fora cogitado para substituir Caxias nos campos de batalha (após seu retorno para o Brasil em janeiro de 1869), opção colocada em segundo plano justamente em razão de sua ligação partidária, levando eu nome a ser vetado pelo gabinete conservador⁶⁶³.

Outros indivíduos que atuaram nas batalhas também foram merecedores de títulos de nobreza, ainda que, tal como no caso do visconde de Santa Teresa, tenham sido concedidos apenas depois de finda a guerra. Em abril de 1870, o baiano Francisco Lourenço de Araújo foi nobilitado com o título de barão de Sergi. Ele participara ativamente da Guerra do Paraguai como comandante do 46º Batalhão dos Voluntários da Pátria, recebendo a patente de brigadeiro honorário do exército⁶⁶⁴.

⁶⁶¹ Aquiles Porto Alegre, *Homens ilustres*, op.cit., p. 84-85; e *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 347-348.

⁶⁶² Nasceu em 1802 e faleceu em 1872. *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 427; e <http://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/233> - 27/12/2016

⁶⁶³ Sobre os possíveis substitutos de Caxias na guerra, Francisco Doratioto afirma que “[...] o general verdadeiramente popular no meio das facções políticas era Osório, cujos ferimentos sofridos na guerra o impediriam, por cerca de um ano, de retornar à atividade militar. Os outros candidatos naturais, devido à experiência que tinham em combate, eram o marquês de Porto Alegre, ‘o chefe mais indicado’ no conceito de Paunero, ou o general Polidoro. Contudo, ambos eram ligados aos liberais, sofrendo o veto do gabinete conservador”, *Maldita guerra*, op.cit., p. 398.

⁶⁶⁴ Foi também vereador em Santo Amaro (Bahia) entre 1857 e 1886. *Archivo Nobiliarchico*, op.cit., p. 474; e *Titulares Baianos*, op.cit., p. 38.

Em maio de 1870, três figuras foram agraciadas. Vitorino José Carneiro Monteiro, brigadeiro do Exército brasileiro, participou de diversas batalhas, entre elas a de 24 de maio de 1866 (Tuiuti), na qual foi ferido; posteriormente foi promovido a marechal de campo por atos de bravura e nobilitado com o título de barão de São Borja⁶⁶⁵. Vasco Alves Pereira, do Rio Grande do Sul, chefe do partido liberal, brigadeiro honorário do Exército, prestou importantes serviços durante a guerra, sendo nobilitado com o título de barão de Santana do Livramento⁶⁶⁶. Já João Nunes da Silva, originário do Rio Grande do Sul, filho do visconde de Serro Alegre (João da Silva Tavares), que participou na tomada de Paissandu e organizou, como coronel, um batalhão de voluntários para seguir para Uruguiana, combatendo depois Lomas Valentina, sendo então elevado a brigadeiro honorário do Exército, recebeu o título de barão de Itaqui⁶⁶⁷.

Em junho de 1870, o maranhense Antônio Augusto de Barros e Vasconcelos, que havia se alistado como voluntário na Guerra do Paraguai, elevado a brigadeiro honorário e a general do Exército brasileiro, foi nobilitado com o título de barão de Penalva⁶⁶⁸; Bento Martins de Meneses, do Rio Grande do Sul, brigadeiro do Exército e combatente na Guerra do Paraguai, foi agraciado com o título de barão de Ijuí⁶⁶⁹; e Manuel Antônio da Rocha Faria era da Marinha e residente em Montevidéu quando foi nobilitado com o título de barão de Nioaque⁶⁷⁰. Finalmente, o único nobilitado por ter contribuído financeiramente com a guerra foi o negociante do Rio Grande do Sul, Francisco Ferreira Porto, feito barão de Caí, em setembro de 1870⁶⁷¹.

Desses 13 títulos, merece destaque o amplo predomínio de figuras envolvidas diretamente em batalhas, além da concessão do primeiro (e único) título de duque do Segundo Reinado, ofertado ao então marquês de Caxias. Como mencionado, Caxias voltou para o Rio de Janeiro sem autorização do monarca, o que lhe garantiu alguns embates com o imperador, que se recusava a visitar e a receber os militares que

⁶⁶⁵ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 436.

⁶⁶⁶ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 411; Aquiles Porto Alegre, *Homens Ilustres, op.cit.*, p. 199-201; Mário Teixeira de Carvalho, *Nobiliário Sul Rio-grandense, op.cit.*, p. 220.

⁶⁶⁷ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 221; e Aquiles Porto Alegre, *Homens Ilustres, op.cit.*, p. 71-73.

⁶⁶⁸ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 348.

⁶⁶⁹ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 187.

⁶⁷⁰ Do Rio Grande do Sul, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 310-311; e Mário Teixeira de Carvalho, *Nobiliário Sul Rio-grandense, op.cit.*, p. 159-160. Residente em Montevidéu, quando foi nobilitado, *Almanak Laemmert*, 1871, p. 52.

⁶⁷¹ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 93; e Mário Teixeira de Carvalho, *Nobiliário Sul Rio-grandense, op.cit.*, p. 43-44.

retornavam da guerra sem sua autorização⁶⁷². Apesar desse desentendimento, em fins de fevereiro, Caxias e o imperador se reaproximaram e em março, Caxias foi alçado ao posto nobiliárquico mais elevado, recebendo o título de duque⁶⁷³.

Ou seja, apesar de Caxias ter contrariado o imperador, ainda assim recebeu o mais elevado título nobiliárquico concedido no reinado de Pedro II. Mais uma vez a questão partidária deve ter sido decisiva, mas, neste caso, a favor do agraciado, já que ele era tão conservador quando o gabinete no poder; a pressão dos ministros deve ter sido exercida, portanto, para garantir uma recompensa única para seu famoso general, distanciando-o, portanto, de outros nobilitados no período. Desnecessário dizer que a elevação de Caxias a duque foi objeto de críticas dos liberais, especialmente porque o general Manuel Luís Osório não recebeu distinção semelhante em recompensa à sua atuação durante a Guerra.

A diferença de tratamento em relação aos dois generais tornava-se ainda mais grave se considerados os serviços prestados por Osório nos últimos meses. Dada a recusa de Caxias em permanecer no comando das forças da Tríplice Aliança, em março de 1869,

⁶⁷² Segundo Doratioto, “Dom Pedro costumava receber de mau humor os militares que retornavam do Paraguai, antes de concluída a guerra, a ponto de ter-se recusado a ir visitar o comandante da esquadra, visconde de Inhaúma, que retornara moribundo à Corte e morreu pouco depois”, Francisco Doratioto, *Maldita guerra, op.cit.*, p. 390.

⁶⁷³ Contudo, se para os contemporâneos, o título de duque era inédito e talvez, por isso, fosse uma recompensa à altura dos feitos do duque de Caxias, para seus biógrafos, tal nobilitação não era o bastante para ele. O padre Joaquim Pinto de Campos, bem crítico na elevação do título de marquês a duque, entendendo que as homenagens deveriam ter sido maiores, afirmou que “[...] declararei, por minha parte, que o país foi ingrato para com o homem a quem mais deve, para com o homem, sem o qual nem é dado avaliar o que hoje seria de nós. Deram o vão nome de Duque a quem já era marquês; único acesso simples, degrau imediato na escada hierárquica, como quem eleva um alferes a tenente. Nada mais que preste: nem uma estátua em vida, como a tiveram Wellington e outros; nem um *donativum*, um *clavarium*, como recebiam os romanos por atos cem vezes menos valiosos”. Eugênio Vilhena de Moraes também criticou a oferta do título de duque como honraria ofertada a Caxias, retoma o desentendimento entre Caxias e o imperador, e afirma “D. Pedro [...] recusa visitar o batalhador sem igual que tinha arriscado por ele mil vezes a vida e arruinara para sempre a saúde. Dão-lhe como galardão um pedaço de papel com o título de duque e o deixam exposto aos furiosos ataques e à animadversão dos inimigos políticos. Não vencera a guerra! Não fora *capitão do mato*... Caxias, por seu lado, fecha-se no mais altivo retraimento e recusa sistemático todas as homenagens espetaculosas que ‘os casacas’ lhe queiram prestar”. Contudo, de acordo com Francisco Doratioto, o mais elevado título de nobreza não foi a única honraria recebida por Caxias. “Dom Pedro II, porém, concedeu a Caxias honrarias que nenhum outro brasileiro recebera desde a fundação do Império do Brasil: o título de duque e o ‘grão-colar da Ordem de D. Pedro II’. Além de uma homenagem pessoal àquele militar – era, afinal, o ‘homem que mais pelejara pela integridade do Brasil’ e que gozava de ‘imensa moral’ no Exército – tais honrarias era uma forma de valorizar perante o país a luta no Paraguai, por meio do ex-comandante brasileiro na guerra. Como era, além de militar, um político, senador do Partido Conservador, o duque viu-se alvo de críticas por parte da oposição liberal, em face das circunstâncias da retirada do teatro da guerra, numa forma, inclusive, de os opositores atingirem o situacionismo. Na Assembleia de São Paulo, os liberais criticaram duramente aquela retirada e apontaram o tratamento privilegiado que Caxias recebera do governo imperial, que não dispensou honrarias equivalente ao general Osório, do Partido Liberal”. Joaquim Pinto Campos, *Vida do grande cidadão brasileiro. Luiz Alves de Lima e Silva. Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, p. 392. Eugênio Vilhena de Moraes, *O Duque de Ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p.118. Francisco Doratioto, *Maldita guerra, op.cit.*, p. 390-391. [grifo nosso]

o genro do imperador, conde d'Eu, foi nomeado comandante das tropas no Paraguai. Junto a ele, seguiu o general Osório para o Paraguai, recuperando-se, ainda, dos ferimentos provocados pela batalha do Avaí. Ao contrário de Caxias que retornara ao Brasil a despeito das ordens do imperador, Osório, já visconde de Herval com grandeza, acatou a vontade do monarca, condicionando sua ida ao Paraguai à necessidade de ser acompanhado por um médico, visto que, em suas palavras “tenho a mandíbula inferior sem movimento, não uso os dentes, a mastigação me é impossível, continuando uma supuração abundante pela boca, pelas fístulas abaixo da mandíbula, de ambos os lados”⁶⁷⁴.

O ministério Itaboraí se valia, portanto, ao nobilitar os grandes generais, de dois pesos e duas medidas. Manuel Luís Osório e Luís Alves de Lima e Silva, cada qual vinculado a um partido político. A Manuel Luís Osório, liberal, opositor ao gabinete, Itaboraí e seus ministros reservaram apenas um marquesado, enquanto que a Lima e Silva, conservador, alinhado ao gabinete, ofereceram o título de duque, mesmo tendo este desrespeitado as ordens do imperador. Ainda que, obviamente, Caxias tenha subido apenas um grau na escala nobiliárquica, enquanto Herval de visconde com grandeza passara diretamente a marquês (pulando, portanto, o título de conde), é possível que a vinculação partidária tenha tido algum papel em tais nobilitações⁶⁷⁵.

Contudo, ainda que os dois generais tenham recebido honrarias em recompensa às suas atuações no conflito, nenhum deles recebeu recompensa monetária por sua

⁶⁷⁴ Carta do visconde de Herval com grandeza ao ministro da Guerra, barão de Muritiba com grandeza, *apud* Francisco Doratioto, *Maldita guerra*, *op.cit.*, p. 400.

⁶⁷⁵ Finalmente, vale retomar as trajetórias nobiliárquicas de Manuel Luís Osório, elevado a marquês de Herval e de Luís Alves de Lima e Silva, elevado a duque de Caxias. O primeiro ingressou na nobreza por meio de um título de barão com grandeza, em 1866, elevado a visconde com grandeza em 1868 e finalmente a marquês em 1869⁶⁷⁵. É possível perceber, então, que, em três anos, ele atingiu o segundo título hierarquicamente mais elevado e que foi nobilitado, nas três ocasiões, em recompensa por sua atuação na guerra do Paraguai. Trajetória distinta de Luís Alves de Lima e Silva. Em 18 de julho de 1841, em recompensa por ter reprimido a Balaiada (Maranhão), foi agraciado com o título de barão de Caxias; em março de 1845, foi elevado a conde, em retribuição à sua atuação na Farroupilha; em 1852, tornou-se marquês, em recompensa por seu envolvimento na Guerra Grande, e finalmente, em março de 1869, foi elevado a duque de Caxias. Assim, é fato que Luís Alves de Lima e Silva demorou quase três décadas para alcançar o posto mais elevado na nobiliarquia e teve para cada um de seus títulos uma justificativa diferente, o que contribui ainda mais para o significado político das nobilitações durante a Guerra do Paraguai, que possibilitou a rápida ascensão nobiliárquica daqueles que contribuíram para que o Estado imperial alcançasse a vitória no conflito. Osório só foi elevado a marquês, em 29 de dezembro de 1869, após desligar-se do Exército em 30 de novembro de 1869, quando foi substituído pelo general José Luiz Menna Barreto. A rápida ascensão ao título de marquês de Herval só pode ser comparada, em todo o Segundo Reinado, à ascensão de Honório Hermeto Carneiro Leão (visconde do Paraná com grandeza em junho de 1852 e marquês em dezembro de 1854) e d. Romualdo Antônio de Seixas (conde de Santa Cruz em dezembro de 1858 e marquês em março de 1860). Francisco Doratioto, *Maldita guerra*, *op.cit.*, p. 415.

atuação, algo que era, não só útil, mas também desejado por ambos. Francisco Doratioto afirma que

Osório se mantinha cético quanto a obter outro reconhecimento que não honrarias, pelos muitos serviços prestados ao Império brasileiro. [...] em setembro de 1870, foi-lhe concedida pensão no valor de seis contos de réis, soma considerável que se adicionava aos vencimentos anuais, de quatro contos e oitocentos mil réis que Osório recebia como general⁶⁷⁶.

Aqui, vale destacar que, quando Osório recebeu a pensão, em setembro, o conservador José Maria da Silva Paranhos já havia voltado da missão no Prata e reassumido a pasta ministerial dos Estrangeiros, sendo possível supor alguma interferência sua na concessão desta pensão a Osório, talvez uma forma de compensá-lo pelo não recebimento do título de duque, igual ao do conservador Caxias. A carta redigida por Paranhos a Herval nos permite considerar a hipótese acima. Na missiva ao marquês, o ministro escreveu “como os seus *hervais* não são abundantes, esse auxílio, conquanto diminuto, deve ser bem acolhido por V. Exa., porque prova ao menos homenagem ao seu grande merecimento. Se precisa ir à Europa e quer ir, abra-se com franqueza, porque V. Exa sabe que sou devoto de grandes servidores sem olhar para a sua cor política”⁶⁷⁷.

Tal posicionamento não foi exclusivo do marquês de Herval, outros nobilitados preferiram pensões ou auxílios financeiros a títulos de nobreza, sendo, talvez, o caso mais emblemático desta preferência o de Luís do Rego Barreto, que, em 1820, recusou o título de nobreza ofertado por d. João VI, por preferir comendas e mercês pecuniárias⁶⁷⁸. Desejo que foi acompanhado também pelo próprio duque de Caxias, embora não tenha declinado os títulos de nobreza que lhe foram ofertados.

Em carta escrita por Caxias para Herval, a ideia que transparece é que ele também se achava merecedor de recompensas financeiras por seus serviços. Assim, em junho de 1870, Caxias escreveu sobre os títulos e comendas “com que costumam remunerar os nossos serviços, sei, por experiência própria, que não servem senão para nos tirar dinheiro das algibeiras”⁶⁷⁹. Crítica bastante contundente a respeito das práticas da monarquia brasileira.

⁶⁷⁶ Francisco Doratioto, *General Osório, op. cit.*, p. 202-203.

⁶⁷⁷ Francisco Doratioto, *General Osório, op. cit.*, p. 202-203.

⁶⁷⁸ Consultar Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH, 2013.

⁶⁷⁹ *Apud* Francisco Doratioto, *General Osório, op. cit.*, p. 215.

Contudo, a promoção de indivíduos envolvidos na Guerra do Paraguai, tanto no que se refere a patentes militar quanto a honrarias, era conduzida com muita cautela e parcimônia. A carta de d. Pedro II ao barão de Cotegipe com grandeza, ministro da Marinha, de 01 de dezembro de 1869, mostra o quanto o imperador achava que patentes e honrarias possuídas pelo indivíduo, comparadas com aquilo que ele já havia feito, era o bastante e que, portanto, para ser promovido, ele deveria fazer algo mais.

Sñr Cotegipe,

Se o Amazonas tivesse prestado serviços de importância depois de sua ultima promoção eu seria o primeiro a propô-lo para almirante; porem, em lugar de havel-os prestado, tratou de retirar-se para o Rio da Prata. A vaga é no quadro extraordinário, e portanto entendi e entendo que não se deve preencher.

Sobre a promoção a chefe d'esquadra lembrei o que já disse: o Barão de Passagem foi generosamente recompensado pelos serviços que prestou, e, se é proposto por ter commandado a esquadra, mais a tem commandado Elizario, que eu promoverei a vice-almirante pelos serviços d'importancia que tem prestado depois que foi promovido a chefe d'esquadra, em lugar do Tavares, que aliás tem sido muito bom official, mas há muito tempo serve em terra e já foi graduado vice-almirante por sua antiguidade. Eu não hesitarei em promover em lugar de Barbedo e Netto a Wandelcolk e Varella. Barbedo não tem propriamente serviços de guerra, apesar de ter estado no Paraguay, e Netto foi promovido, se não me engano, depois de ter passado Curupaity. Simplicio Gonçalves de Oliveira não mereceria por serviços tão relevantes, habito do Cruzeiro, como a outros se deu em circunstancias análogas?

Creio que o Cesar de Miranda já foi condecorado. É nome que conheço muito pelos serviços desse official.

A passagem d'Angustura por José Luiz Teixeira foi posterior á concessão do ultimo habito que teve?

Mais uma reflexão; o addiamento da promoção parece que foi para que esta se realisasse amanhã, contrariamente ao que penso que ella deve fazer-se á medida que se dão as vagas, e, se ficar para quando ainda mesmo se tenha pensado sobre o assumpto, creio que se ganharia; comtudo farão o que lhes parecer mais acertado, tendo eu como sempre, apenas dicto meu parecer a respeito de semelhantes negócios.

01 de Dezembro de 1869.

D. Pedro 2º ⁶⁸⁰

Dessa carta, além do nome daqueles que poderiam ser promovidos e os respectivos serviços prestados e honrarias possuídas ou que poderiam ser ofertadas, chama a atenção uma referência à data em que a lista de concessões seria publicada. Na carta de 01 de dezembro de 1869, véspera do aniversário de d. Pedro II, o imperador não via necessidade de aguardar a data de 02 de dezembro para que as promoções fossem

⁶⁸⁰ Carta de d. Pedro II ao barão de Cotegipe com grandeza, datada de 01 de dezembro de 1869, *apud* Wanderley Pinho, *Cartas do Imperador d. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 164-165.

feitas⁶⁸¹, ou seja, ele entendia que as promoções deveriam ser praticadas à medida que as oportunidades surgissem⁶⁸².

Como mencionado, coube ao ministério Itaboraí o encerramento do conflito, consolidado não só pela morte de Solano López, em 01 de março de 1870, mas também pela assinatura de tratados de paz. Finda a Guerra do Paraguai, a questão urgente era o encaminhamento da discussão sobre o elemento servil, que já estivera presente nas Falas do Trono de 1866 e 1867, mas, tendo a guerra como justificativa, fora adiada para quando o conflito fosse encerrado. Contudo, essa agenda política, cara ao imperador, que já havia pedido ao visconde de São Vicente que redigisse um projeto de lei que libertasse o ventre da mulher escrava, não era compatível com os interesses do gabinete Itaboraí⁶⁸³.

Frente à impossibilidade de conduzir tais discussões, Itaboraí e seus ministros renunciaram a seus cargos. Para formar um novo gabinete, d. Pedro II escolheu o também conservador visconde de São Vicente, o próprio autor do projeto de lei de libertação do ventre da mulher escrava, que deveria dar sequência aos debates acerca deste tema. Fica evidente, portanto, que este novo ministério era em tudo diferente de seu antecessor. Assim, em 29 de setembro de 1870, ascendeu ao poder o gabinete chefiado pelo visconde de São Vicente com grandeza. Ao longo dos quase seis meses em que esteve no poder, foram ofertados quatro títulos de nobreza, dois concedidos em 1870 e os outros dois em 1871. Dos dois títulos concedidos em 1870, apenas um tinha como razão a finda Guerra do Paraguai.

Em 20 de outubro de 1870, José Maria da Silva Paranhos que, no gabinete Itaboraí respondera pela pasta dos Estrangeiros por apenas oito meses – dado que entre 10 de fevereiro de 1869 e 30 de agosto de 1870, em razão de sua missão no prata (como Ministro Plenipotenciário) foi substituído pelo barão de Cotegipe – foi agraciado com o título de visconde do Rio Branco com honras de grandeza, em reconhecimento por sua atuação no

⁶⁸¹ A lista mais expressiva de ofertas de títulos de nobreza publicada em 02 de dezembro foi a de 1854, quando foram ofertados 49 títulos, seguida da do ano de 1858, com sete títulos, dos anos de 1840 e 1849, com dois títulos, e pela de 1845, com apenas um título. Nos demais anos, não houve concessão de títulos de nobreza nesta ocasião.

⁶⁸² Exemplo dessa cautela do imperador foi a nobilitação do almirante Joaquim Marques Lisboa. Em recompensa a seus serviços prestados durante a Guerra do Paraguai, ele teve o seu título de barão de Tamandaré com grandeza elevado a visconde com grandeza, em 1865. Talvez por ter pedido demissão de suas funções na guerra, em 1866, alegando sua saúde debilitada como justificativa, ele não foi novamente nobilitado, tendo que esperar até 1887 para se tornar conde de Tamandaré, quando já estava com 80 anos de idade e até o ano seguinte para ser elevado a marquês de Tamandaré. Assim, por mais que sua atuação em campo de batalha no Paraguai tenha sido relevante para o Império, apenas pouco mais de vinte anos depois, ele foi lembrado para ser nobilitado, muito provavelmente pelo conjunto de sua trajetória biográfica. O contexto da elevação de seu título para marquês de Tamandaré será tratado no último capítulo desta tese.

⁶⁸³ Sérgio Ferraz, *op.cit.*

corpo diplomático, de tal modo que a designação de seu título é uma referência a um dos rios da Bacia Prata, o Rio Branco⁶⁸⁴.

Importante destacar que Paranhos já possuía uma larga trajetória política, tendo atuado junto a Paraná nos conflitos decorrentes da Guerra Grande, nomeado senador pelo Mato Grosso em 1862 e conselheiro de Estado em 1866. A despeito de ministro dos Estrangeiros no gabinete de 1868, Paranhos claramente se afinava mais ao grupo político de São Vicente do àquele ligado a Itaboraí (há que se lembrar que seria ele o escolhido por d. Pedro, em 1871, para suceder o visconde, quando, finalmente, a liberdade do ventre se tornaria lei). Sem dúvida, sua atuação como ministro plenipotenciário no Prata deve ter pesado a favor de sua nobilitação com um título acrescido com honras de grandeza. Vale ressaltar que a nobilitação de diplomatas ou de ministros plenipotenciários não era prática recorrente, sendo que apenas seis haviam sido agraciados desde 1840, ou seja, concessões pontuais em recompensa por suas atuações em diferentes momentos do Império do Brasil e, muito provavelmente, também em razão de suas trajetórias políticas⁶⁸⁵.

Ainda que, como dito, tal título não tenha sido o único ofertado pelo gabinete São Vicente, ele foi o último concedido como retribuição pela participação do agraciado na Guerra do Paraguai.

Finalmente, analisando a nobilitação praticada durante a guerra pelos gabinetes progressistas e pelo gabinete Itaboraí, é possível perceber diferentes formas de lidar com os títulos nobiliárquicos, já que, durante o gabinete conservador, diversos membros do Exército imperial ou aqueles que foram promovidos ao Exército após participarem de batalhas na Guerra do Paraguai foram nobilitados com títulos de diversas hierarquias, desde duque (Caxias), marquês (Herval) e barões, evidentemente, a larga maioria. Mas, não só isso, como o imperador havia sacrificado o poder civil em nome da manutenção

⁶⁸⁴ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 390-391. Lídia Besouchet, ao biografar José Maria da Silva Paranhos, afirma que “Paranhos, ao assumir a representação da Província [foi eleito senador pelo Mato Grosso e nomeado em 1862] limítrofe do Paraguai, nada mais fazia que dar forma e cor a essa aspiração latente, a essa caótica – porém persistente – intenção de d. Pedro II de reforçar a posição americana do Brasil. Em contrapartida, é dessa região, é dessa zona de litoral, que surge seu título de nobreza; é nessa terra que o ‘rio Branco’, pequeno riacho sem importância, mas que faz o limite entre o Brasil e o Paraguai, precisamente depois das conversações entre Paranhos e os representantes daquele país, em 1856”, Lídia Besouchet, *José Maria Paranhos: Visconde do Rio Branco – ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Brasília: INL, 1985, p. 86.

⁶⁸⁵ Em 1844, Bento da Silva Lisboa tornou-se barão de Cairu; em 1852, Honório Hermeto Carneiro Leão tornou-se visconde do Paraná com grandeza; em 1854, Paulino José Soares de Sousa tornou-se visconde do Uruguai com grandeza; em 1860, Antônio Peregrino Maciel Monteiro tornou-se barão de Itamaracá; em 1864, Francisco Inácio de Carvalho Moreira foi feito barão de Penedo; e em 1868, Marcos Antônio de Araújo foi feito barão de Itajubá.

do general Caxias, o gabinete nomeado para dar andamento à guerra, foi também incumbido de encerrar o conflito e tal incumbência se refletiu no predomínio de figuras envolvidas com a guerra nas listas de titulados, assim, dos 21 títulos ofertado por Itaboraí, 13 possuíam alguma ligação com a Guerra do Paraguai, o que correspondia a 62% dos nobilitados. Situação distinta dos gabinetes da Liga Progressista marcados pelo conflito, quando foram ofertados 108 títulos, dos quais 50 estavam ligados à guerra, ou seja, 46% dos titulados. Assim, é possível perceber que, além de vencer a guerra, esses gabinetes ligueiros necessitavam de outros apoios para se manter à frente do Executivo, não podendo priorizar somente (ou majoritariamente) os envolvidos na guerra.

Desse modo, apesar de ter concedido menos títulos do que os gabinetes anteriores, Itaboraí teve um uso muito mais direcionado dos títulos para aqueles que estavam ligados à Guerra do Paraguai, agraciando em quantidade bastante reduzida aqueles que estavam de fora da conjuntura da guerra.

Itaboraí e São Vicente e os títulos fora da guerra

Além dos envolvidos com a guerra, durante a permanência do visconde de Itaboraí com grandeza na chefia do gabinete, foram nobilitados dois deputados. Em setembro de 1870, Francisco Bonifácio de Abreu, deputado pela Bahia, foi feito barão de Vila da Barra⁶⁸⁶, e Manuel Joaquim de Mendonça Castelo Branco, deputado por Alagoas, foi feito barão de Anadia⁶⁸⁷.

Fazendeiros, como era de praxe, também foram nobilitados; no total seis baronatos sem grandeza foram concedidos. De Pernambuco, os três fazendeiros nobilitados eram Antônio de Sousa Leão, feito barão de Morenos⁶⁸⁸; João Joaquim da Cunha do Rego Barros, feito barão de Goiana⁶⁸⁹; e Manuel José da Costa, agraciado barão de Mercês⁶⁹⁰. De São Paulo, os dois fazendeiros agraciados eram Antônio de Queirós Teles, que se tornou barão de Jundiá⁶⁹¹; e Bento Manuel de Barros, que se tornou barão

⁶⁸⁶ *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 535-536; e Barão de Javari, *op.cit.*, p. 350.

⁶⁸⁷ *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 44-45; e Barão de Javari, *op.cit.*, p. 349.

⁶⁸⁸ Era fazendeiro em Pernambuco e senhor de engenho de Morenos, Catende, Chichaim, Viagens, Petimbú, Carnijó, Bom Dia e Brejo, em Jaboatão, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 298-299; *Almanak Laemmert*, 1871, p. 51.

⁶⁸⁹ Era de Pernambuco, coronel da Guarda Nacional dessa província, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 162; e *Almanak Laemmert*, 1871, p. 50.

⁶⁹⁰ Chefe político e agricultor em Pernambuco, coronel da Guarda Nacional, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 285; e *Almanak Laemmert*, 1871, p. 51.

⁶⁹¹ Lavrador, vereador, membro da Assembleia Provincial de São Paulo e presidente, hospedou o imperador em sua casa em Jundiá, em 1846, *Archivo Nobiliarchico*, *op.cit.*, p. 246.

de Campinas⁶⁹². E do Paraná, Antônio de Sá Camargo foi nobilitado com o título de barão de Guarapuava⁶⁹³.

Finalmente, o gabinete presidido pelo visconde de São Vicente ofertou os últimos três títulos do período analisado. Ainda em 1870, Joaquim José Ferreira, negociante fluminense, foi nobilitado com o título de barão de Guaratiba⁶⁹⁴. Nos dois primeiros meses de 1871, foram ofertados títulos de nobreza a João Manuel de Sousa, fazendeiro em São Fidélis (Rio de Janeiro), feito barão de Vila Flor⁶⁹⁵, e a Francisco Moreira de Carvalho, fazendeiro baiano, barão de Subaé com grandeza desde 1867, elevado então a visconde de Subaé com grandeza⁶⁹⁶.

Desse modo, o reduzido número de nobilitados pelo gabinete Itaboraí (cuja titulação não se relacionava à guerra) reforça a argumentação acerca da necessidade do gabinete de recompensar aqueles que atuaram para vencer a contenda e do modo como este ministério atuou para atingir seu propósito, não sendo necessário angariar largo apoio dos indivíduos distantes da política central.

Situação distinta da nobilitação praticada pelo gabinete São Vicente, que ofertou apenas quatro títulos durante seus seis meses de governo, sendo Paranhos o único nobilitado com envolvimento na guerra. Em relação aos outros três titulados, não é possível afirmar com precisão se foram parte de alguma estratégia política de São Vicente, já que eram distantes do centro político e pouco interferiram na condução da política ministerial, que, por sua vez, foi substituído por novo gabinete em 07 de março de 1871.

2.4. O impacto da guerra na titulação

Diante desses nomes e títulos de nobreza, é possível perceber que a Guerra do Paraguai interferiu na oferta de títulos, favorecendo a nobilitação daqueles que haviam contribuído financeiramente com a guerra ou organizado batalhões de voluntários. Mas,

⁶⁹² Fazendeiro na província de São Paulo, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 101; e *Almanak Laemmert*, 1871, p. 50.

⁶⁹³ Era do Paraná, fazendeiro e coronel chefe superior da Guarda Nacional, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 169; *Almanak Laemmert*, 1871, p. 51.

⁶⁹⁴ Negociante abastado e proprietário no Rio de Janeiro, herdou parte da fortuna de seu tio, o visconde de Guaratiba, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 172; e *Almanak Laemmert*, 1871, p. 51.

⁶⁹⁵ *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 539.

⁶⁹⁶ Como já mencionado, era senhor de engenho na Bahia, *Archivo Nobiliarchico, op.cit.*, p. 491.

como nos anos anteriores, durante a Guerra do Paraguai, inúmeros fazendeiros, proprietários e negociantes também foram agraciados com baronatos e viscondados.

Assim, a concessão de títulos de nobreza praticada entre os anos 1865 e 1870 teve algumas especificidades, como a maior oferta de títulos com grandeza, a significativa quantidade de homens ligados ao Exército e à Marinha nobilitados, além do alargamento no número de pessoas possuidoras de um título de nobreza, ao mesmo tempo em que manteve uma característica inaugurada com a Maioridade de d. Pedro II, o predomínio de oferta de títulos de nobreza a indivíduos distantes do centro da política imperial.

Sobre a questão da nobilitação dos altos escalões do Exército e da Marinha, Wilma Peres Costa afirma que

O aspecto mais significativo da ambiguidade que caracterizava o relacionamento entre o sistema político e as forças armadas, residia, pois, no fato de que, incapaz de organizar o exército em bases modernas, procurava-se cooptar os elementos da alta cúpula militar concedendo-lhes títulos nobiliárquicos e envolvendo-os na vida partidária. Essa era a forma escolhida pela elite imperial para neutralizar a força armada e garantir a primazia do poder civil. Ter cada partido o seu general era a expressão dessa lógica patrimonial. A guerra, pela sua própria dinâmica, iria demonstrar a face perversa dessa lógica: *a partidarização da guerra acabaria por trazer como corolário a militarização da política*⁶⁹⁷.

Ainda sobre as honrarias ofertadas aos membros do Exército e da Marinha, merece destaque que, conforme lei de 1850, eles estavam dispensados de pagar pelo registro das condecorações, de modo que tais concessões não significavam novos rendimentos ao Tesouro Nacional⁶⁹⁸; ao contrário dos títulos ofertados aos demais indivíduos. Como o registro dos títulos era pago pelo nobilitado aos cofres da Fazenda, processo que era chamado de encarte, a oferta desses inúmeros baronatos representava um aumento nos rendimentos do Estado imperial.

Heitor Lyra afirma que o imperador d. Pedro II, ironizando a nobreza imperial, afirmava que esse valor “era a única renda recebida pelo Tesouro acompanhada da boa vontade do contribuinte”, além disso o próprio monarca via com desprezo os títulos nobiliárquicos, deixando essa responsabilidade para os ministros⁶⁹⁹.

⁶⁹⁷ Wilma Peres Costa, *op.cit.*, p. 239.

⁶⁹⁸ De acordo com o artigo 16 da lei de 06 de setembro de 1850, “As Condecorações concedidas aos Officiaes, e mais Praças do Exercito e Armada, em remuneração de serviços militares, não serão sujeitas a imposto algum, nem a emolumentos de Secretaria”. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=63354&norma=79249> – acesso em 21/12/2016.

⁶⁹⁹ Heitor Lyra, *História de D. Pedro II (1825-1891). Fastígio (1870-1880)*, *op.cit.* p. 38. Sobre o valor das taxas pagas pelos agraciados, Heitor Lyra afirma que “o título de Duque, que não coube a ninguém mais além de Caxias, pagava de selo 1 conto de réis; o de Marquês, 800\$000; o de Conde, 600\$000; Visconde, com grandeza, 600\$000; sem grandeza, 400\$000. O título de Barão custava 300\$000”, *op.cit.*, p. 37-38.

Assim, mesmo nesse contexto específico da Guerra do Paraguai, houve uma continuidade na prática inaugurada logo após a Maioridade de Pedro II de nobilitar fazendeiros, usualmente com títulos sem grandeza, o que, a priori, mantinha-os distantes da Corte. A grande diferença promovida pelo contexto da Guerra do Paraguai é justamente a oferta de títulos a integrantes do Exército e da Marinha, esses sim, como recompensa pelos serviços prestados para o Estado imperial. Além do título ser, de fato, uma recompensa, houve uma escolha cuidadosa da hierarquia dos títulos ofertados, havendo um predomínio dos títulos com grandeza, o que os autorizava a frequentar a Corte e a ter proximidade com o imperador⁷⁰⁰.

Dessa forma, desde o início do Segundo Reinado até a Guerra do Paraguai, 167 títulos de barão e visconde tinham sido concedidos, durante a guerra (1865 a 1870), foram ofertados 86 desses títulos. Antes da guerra, haviam sido ofertados 112 títulos de grandes e durante a guerra, 45⁷⁰¹. Salta aos olhos, portanto, que ao longo dos seis anos de conflito platino, foram ofertados 51,5% do total de baronatos e viscondados nos últimos 25 anos, e mais do que isso, nesses mesmos seis anos, foram ofertados 40,2% do total de grandes concedidos até então.

Como foi demonstrado, a análise de cada um dos nobilitados e suas respectivas trajetórias nos permitiu observar uma diferença entre as concessões de títulos de nobreza praticadas durante a Guerra do Paraguai e aquelas do período antecedente, isto é, um aumento significativo na oferta de títulos “grandes”, ou seja, barão com grandeza, visconde com grandeza, conde, marquês, duque, honras para barão e honras para visconde, além de uma maior nobilitação de membros da Marinha e do Exército. Evidente que a concessão de títulos baixos, barão e visconde, também se manteve em alta e priorizou a nobilitação de figuras distantes da política, especialmente fazendeiros, tal qual nos períodos anteriores, mas, especialmente nesse contexto, devemos ter em mente que alguns deles haviam contribuído financeiramente com o Império durante a Guerra do Paraguai.

Assim, é possível perceber que os gabinetes da Liga Progressista usaram a conjuntura da Guerra do Paraguai para justificar muitas de suas nobilitações, tanto de envolvidos em batalhas, quanto daqueles que contribuíram financeiramente para o

⁷⁰⁰ Roderick J. Barman, *Citizen Emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. California: Stanford University Press, 1999, p. 11-12.

⁷⁰¹ Para fins de cálculo, não incluímos o título ofertado pelo gabinete São Vicente em outubro de 1870 a José Maria da Silva Paranhos de visconde do Rio Branco com grandeza.

andamento da guerra. Como referido, dos 108 títulos concedidos nesse período, 50 possuíam alguma vinculação com a guerra; uma média de 1,16 títulos por mês⁷⁰². Ao longo do gabinete Itaboraí, como dito, foram 21 títulos, 13 com ligação com a guerra; ou seja, uma média de 0,68 títulos por mês⁷⁰³.

A partir da interpretação de Francisco Doratioto e Wilma Peres Costa, a guerra pode ser dividida em três grandes períodos. O primeiro, a fase da grande expectativa da vitória brasileira, que perdurou até a derrota de Curupaiti, em setembro de 1866; o segundo, o da permanência de Caxias à frente das tropas, de outubro de 1866 até sua saída em fevereiro de 1869; e o terceiro, quando a guerra já era dada por encerrada, com a vitória brasileira, foi marcado pelo comando do genro do imperador, o conde d'Eu.

Os dois primeiros períodos foram caracterizados pelas nobilitações praticadas pelos gabinetes progressistas (Furtado, Olinda e Zacarias de Góes), isto é, largas ofertas a envolvidos na guerra, tanto àqueles que atuaram nos campos de batalha, quanto aos que contribuíram financeiramente para o andamento do conflito. Assim, tais titulações concomitantes ao andamento da guerra revelam a dupla estratégia política dos progressistas, a saber, a intenção de angariar apoio para o conflito e a de valorizar a atuação dos homens nos campos de batalha para motivá-los durante a guerra.

Exemplos de titulados no primeiro período são, entre outros, Manuel Marques de Sousa, elevado a visconde de Porto de Alegre com grandeza, em agosto de 1866, em recompensa ao comando do Exército nas batalhas de Uruguaiana (1865) e Tuiuti (maio de 1866); e Bernardo José da Câmara, que se tornou barão de Palmares em setembro de 1866, por ter organizado batalhões de voluntários para a guerra. Do segundo período, podemos citar, entre outros, José Francisco de Mesquita, elevado a conde de Bonfim, em dezembro de 1866, como recompensa ao auxílio financeiro prestado para o andamento da contenda; José Joaquim de Andrade Neves, agraciado barão do Triunfo, em outubro de 1867, em recompensa a seu triunfo na batalha de Tuiuti (1866) e nas batalhas, em andamento de Humaitá e Potrero Velha, ocorridas no mesmo mês de sua nobilitação, o que pode ser interpretado como um claro reconhecimento por sua participação na guerra, recebendo ainda, após a última batalha, honras de grandeza, em abril de 1868; e Manuel Luís Osório, elevado a visconde de Herval com grandeza, por sua atuação na guerra.

⁷⁰² Para tal cálculo, consideramos os 43 meses em que os gabinetes progressistas estiveram à frente do Executivo, desde o início da Guerra do Paraguai em dezembro de 1864 até a ascensão de Itaboraí, em julho de 1868.

⁷⁰³ Para tal cálculo, consideramos o intervalo entre a ascensão de Itaboraí e o fim da guerra, em março de 1870, totalizando 19 meses.

Já no terceiro período, marcado pelo governo Itaboraí, as concessões tiveram um viés mais comemorativo e de reconhecimento geral pela atuação de certas figuras, uma vez que as nobilitações praticadas por tal gabinete se iniciaram apenas em 26 de dezembro de 1868, com um único título ofertado a Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, ferido na batalha de Itororó, uma das que compuseram o conjunto de batalhas da Dezembrada, decisivas para a vitória brasileira no conflito. Novos títulos só foram ofertados em março de 1869 (elevando Caxias a duque) e em dezembro de 1869 (elevação de Herval a marquês).

A elevação de Caxias a duque pretendia não só recompensar a atuação do general, mas reforçar a própria posição do gabinete conservador presidido por Itaboraí, demonstrando que a inversão partidária de julho de 1868 havia dado bons resultados na guerra, com a vitória na Dezembrada, e, que, por isso, seu general, mereceria a maior distinção nobiliárquica, o título de duque. Porém, como o gabinete Itaboraí só nobilitou militares com a guerra ganha, tais títulos, como o de visconde de Pelotas com grandeza a José Antônio Correia da Câmara, em março de 1870 (por ter vencido em Cerro Corá), e Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, feito visconde de Santa Teresa, em abril de 1870, só revelam a intenção de agraciar por ações já realizadas, e não mais por agraciá-los para mantê-los na guerra.

Finalmente, as concessões mais expressivas ocorreram a partir de março de 1870, quando a guerra já estava praticamente ganha, ou seja, não se tratava mais de angariar apoio para o andamento da guerra, mas sim de comemorar a vitória, feita inclusive por meio das nobilitações, reforçando o diferente uso político dos títulos de nobreza pelos gabinetes progressistas e pelo gabinete conservador presidido por Itaboraí.

Capítulo 3:

Entre a vaidade e o mérito:

os titulados nas duas últimas décadas do Império do Brasil (1871-1885)

Prosseguindo, está certo de que os nobres ministros para terem grande apoio em favor da proposta sobre o elemento servil lançaram mão de meios dignos de maior censura, que parecem até ridículos, como seja procurando levantar imposto sobre a vaidade, concedendo títulos e condecorações, que não mereciam a atenção de quem se ocupa no provimento de grandes interesses. Em muitos casos servem de assumpto ao riso do publico certos indivíduos que em uma cambalhota se transformam em viscondes, ao passo que outros, apesar de darem saltos mortaes, conseguem apenas os primeiros grãos. Não pode o orador admitir que por ocasião de sahir sua majestade o imperador para a Europa o governo aproveite a ocasião para remunerar serviços que mereciam punição.... [*A Reforma*, 31 de maio de 1871]

Com estas palavras, o senador Silveira Lobo se referia à oferta de títulos e condecorações pelo gabinete Rio Branco, zombando do ministério e também das ações praticadas na busca pela nobilitação⁷⁰⁴. É possível supor que essa crítica proferida em meio à discussão no Senado sobre o voto de graças, em sessão de 26 de maio, fosse alusiva à generosa lista de titulados publicada em decreto de 17 de maio de 1871. Tal lista continha 24 indivíduos, muitos dos quais devem ter dado “saltos mortais”, mas tornaram-se apenas barões, enquanto outros deram “cambalhotas” e viraram viscondes.

Em meio àqueles que deram “saltos mortais”, estava Manuel Antônio da Fonseca, membro do Exército imperial, vogal do Supremo Tribunal Militar desde 1862 e nomeado conselheiro em 1868, feito marechal de campo em 1866, e que se tornou barão da Gávea em maio de 1871⁷⁰⁵. Sua trajetória biográfica era vasta o bastante para ser nobilitado, mas não foi suficiente para que o gabinete Rio Branco o achasse merecedor de um título mais elevado. Seus “saltos mortais” podem ser comparados às “cambalhotas”, por exemplo, de Francisco Antônio Rocha Pita Argolo, já barão de Passé, fazendeiro baiano, que contribuiu financeiramente para a guerra do Paraguai e foi elevado a visconde de Passé.

⁷⁰⁴ *A Reforma*, 31 de maio de 1871, nº 122, “Chronica Parlamentar. Senado. Discussão do voto de graças. Sessão de 26 de maio”. Fala de Silveira Lobo. Nos *Anais do Senado*, há discursos de Silveira Lobo que não foram transcritos, embora tenha sido registrado que a transcrição apareceria no apêndice do volume, citação que, infelizmente, não se concretizou. Vale destacar que, de acordo com Luís Cláudio Villafañe G. dos Santos, o jornal *A Reforma* era de caráter liberal, *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁷⁰⁵ <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/232> - acesso em 29/12/2017 e *Archivo Nobiliarchico*, p. 157-158.

Esses exemplos, embora pontuais, ilustram bem a discrepância da hierarquia dos títulos ofertados, percebida pelos contemporâneos, neste caso, um senador liberal, que criticava a atitude do imperador de, antes de sair do país pela primeira vez, recompensar aqueles que, por algum motivo, achava que deveriam, isto sim, ser punidos. Vale destacar que d. Pedro II já havia se ausentado do país quando Silveira Lobo proferiu esse discurso, uma vez que a regência da princesa Isabel se iniciara em 25 de maio. Porém, tal fala pode ter tido algum impacto na elaboração de novas listas, já que outros títulos só seriam ofertados a partir de setembro e com bastante parcimônia, 14 no total, até que o imperador retornasse do exterior, encerrando a regência em 31 de março de 1872.

Tão logo o monarca retornou ao Império, novos títulos foram concedidos em larga escala, não sem alguns contratempos, como se verá. O gabinete Rio Branco, que ascendeu ao poder em 07 de março de 1871, foi o mais longo da história do Segundo Reinado, permanecendo no poder por pouco mais de 51 meses, ou seja, mais de quatro anos. Ao longo desse período, foram ofertados 144 títulos, uma média de 2,82 títulos por mês. Desses 144 títulos, 34 eram de grandes do Império (três títulos de marquês, um de conde, 21 de visconde com grandeza, três honras de grandeza para visconde, dois de barão com grandeza e quatro honras para barão) e 110 eram sem grandeza, sendo 107 títulos de barão e três de visconde.

Tais números não se mantiveram no gabinete subsequente, o de 25 de junho de 1875, chefiado pelo, agora, duque de Caxias. Este gabinete permaneceu pouco mais de trinta meses no poder, mas ofertou apenas 56 títulos, uma média de 1,86 títulos por mês. Desses 56, apenas dez eram acrescidos de grandeza (quatro títulos de visconde com grandeza, um de honras para visconde e cinco honras para barão), os outros 46 eram sem grandeza, ao todo 39 baronatos e sete viscondados⁷⁰⁶.

Para as duas últimas décadas do Império, optamos por dividir o presente capítulo de acordo com o seguinte recorte cronológico. Primeiramente, apresentaremos os gabinetes conservadores de 1871 a 1878, para, em seguida, analisar os gabinetes liberais que ascenderam ao poder em 1878 e permaneceram até 1885; e, finalmente, trataremos do período de 1885 (com a ascensão do gabinete Cotegeipe) até o final do Império. Esta divisão se justifica por entendermos que a troca de gabinetes dentro de um mesmo partido manteve a centralidade de algumas questões na condução da política imperial, seja no desejo de implantação de algumas reformas, como é o caso do primeiro período

⁷⁰⁶ Os números apresentados foram extraídos do microfilme do Arquivo Nacional, AN_002_000_76, que apresenta os decretos de concessão dos títulos de nobreza ao longo do século XIX, de 1808 a 1889.

compreendido pelo Gabinete Rio Branco, até a queda do ministério Caxias; seja pela tônica de realização de uma reforma eleitoral e tentativas de avançar a questão da abolição do elemento servil, como é o caso do período liberal; e finalmente, os últimos anos do Império, marcados pelo acirramento das tensões entre conservadores escravocratas e abolicionistas, pelas duras disputas entre figuras ligadas aos partidos conservador e liberal, com muitos destes advogando não só a abolição imediata, mas também uma série de reformas tanto sociais como políticas, e que culminaram com o golpe republicano em 15 de novembro de 1889.

3.1. Gabinetes Rio Branco e Caxias (1871-1878)

O visconde do Rio Branco com grandeza assumiu a chefia do gabinete de 07 de março de 1871 com o propósito de dar andamento a diversas reformas, entre elas, a do elemento servil. Proposta redigida, a pedido do imperador, por José Antônio Pimenta Bueno e lida no Conselho de Estado, em meio à Guerra do Paraguai, a libertação do ventre da mulher escrava era tema urgente a ser debatido, ainda mais depois de finda a guerra. Apesar de, como visto, com a ascensão do gabinete Itaboraí, na famosa inversão partidária de 1868, os conservadores terem conseguido, a duras penas, manter o tema fora da pauta, Rio Branco, cumprindo as ordens imperiais, deu andamento ao projeto de lei do ventre livre no Parlamento⁷⁰⁷.

Embora houvesse um alinhamento entre o gabinete e as ideias do monarca, Rio Branco encontrou algumas dificuldades para a composição ministerial. De acordo com Ângela Alonso, ele pediu apoio parlamentar na questão do ventre livre ao barão de Cotegipe, que, em troca, seria ministro. Cotegipe optou por outro cargo, o de ministro plenipotenciário no Prata, assim não precisaria se posicionar frente a tema tão complexo e que contrariava suas conhecidas posições escravocratas⁷⁰⁸. Não se sabe se a distância de Cotegipe teria auxiliado, mas fato é que a bancada baiana, conterrânea também do presidente do Gabinete, apoiou Rio Branco, juntamente com os deputados

⁷⁰⁷ “Durou quatro anos e três meses, e não apenas aprovou a Lei do Ventre Livre, como iniciou a Reforma Judiciária, referendada por Sayão Lobato, a reforma da magistratura e em 11 de dezembro de 1872, aprovou o contrato celebrado com Nabuco de Araújo para a redação do projeto do Código Civil. Regulamentou a lei que instituía o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, e autorizou o governo a conceder carta de naturalização a estrangeiros residentes por mais de dois anos e maiores de 21 anos”, Laura Roberta Fontana, *José Maria da Silva Paranhos: reflexões sobre o Estado imperial*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UNIRIO, 2013, p. 42.

⁷⁰⁸ Ângela Alonso, *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 55.

pernambucanos, duas das maiores bancadas do Império (perdendo em número apenas para Minas Gerais)⁷⁰⁹. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o apoio de Pernambuco era garantido graças às alianças com o visconde de Camaragibe e com o ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira⁷¹⁰.

Se não bastasse as dificuldades enfrentadas na formação do gabinete e na obtenção de apoio para sua pauta reformista, Rio Branco teve que lidar com a primeira saída ao exterior de d. Pedro II e sua comitiva⁷¹¹. Essa questão era inédita para os contemporâneos. Havia, na Constituição de 1824, a possibilidade de formação de uma regência em caso de impedimento do monarca, não havendo menções específicas quanto à saída do imperador do país, ainda que provisória.

O texto constitucional, em seu artigo 126, determinava que “Se o Imperador por causa physica, ou moral, evidentemente reconhecida pela pluralidade de cada uma das Camaras da Assembléa, se impossibilitar para governar, em seu lugar governará, como Regente o Principe Imperial, se for maior de dezoito anos”⁷¹². Já de acordo com o artigo 104, “O Imperador não poderá sahir do Imperio do Brazil, sem o consentimento da Assembléa Geral; e se o fizer, se entenderá, que abdicou a Corôa”⁷¹³. Por meio desses artigos, ficava evidente que a saída do imperador tinha que ser aprovada pela maioria dos membros do Legislativo.

Dada a inexistência de menção específica, na Carta, da situação que se vivia em 1871, a questão da aprovação da viagem⁷¹⁴ e da substituição do imperante, em sua ausência, foram submetidas ao Conselho de Estado. A Carta estabelecia com clareza a figura que deveria herdar o trono, em caso de abdicação ou morte de Pedro II, sua filha

⁷⁰⁹ De acordo com o barão de Javari, para as legislaturas de 1869 a 1872 e de 1872 a 1875, a província de Minas Gerais foi representada por vinte deputados, a Bahia por 14 deputados, Pernambuco por 13 e Rio de Janeiro por 12 deputados, *Organizações e programas ministeriais, op.cit.*, p. 347 – 360.

⁷¹⁰ Evaldo Cabral de Mello, *O Norte Agrário e o Império, 1871 – 1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 22.

⁷¹¹ De acordo com Pereira da Silva, dias depois da leitura da Fala do Trono, em 03 de maio de 1871, José de Alencar se pronunciou a respeito do momento inoportuno para a viagem do imperador ao exterior, afinal seria colocada em discussão uma reforma social, sem a presença de Pedro II. Além dessa oposição, Paulino José Soares de Sousa foi um dos líderes contrários ao governo Rio Branco, já nos primeiros meses de vida deste gabinete, João Manuel Pereira da Silva, *Memórias do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003, p. 422-424.

⁷¹² *Constituição do Império do Brasil de 1824*, artigo 126.

⁷¹³ *Constituição do Império do Brasil de 1824*, artigo 104.

⁷¹⁴ “A primeira vez que o imperador saiu do país foi em 1871 e este não foi considerado o melhor momento para sua ausência. Muitos políticos se opuseram à retirada do soberano, pois, além de não aprovarem e temerem a regência da princesa Isabel, consideravam o momento inoportuno e crítico, devido ao fato de que o Brasil havia acabado de sair da traumática Guerra do Paraguai, o *Manifesto Republicano* havia sido lançado recentemente e para agravar a preocupações, as propostas da Lei do Ventre já encontravam-se em discussão”, Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881: festividades, política e ciência*. Mariana (MG): dissertação de mestrado, UFOP, 2012, p. 24.

mais velha Isabel, mas, em seu título IV, “do Poder Legislativo”, determinava que cabia à Assembleia Geral “Eleger a Regencia, ou o Regente, e marcar os limites da sua autoridade”⁷¹⁵.

Quarenta anos antes, a Assembleia Geral, como é sabido, elegera uma Regência Trina para governar durante a menoridade de Pedro II, mas não só. Ela também aprovou uma lei estabelecendo quais das atribuições que a Carta dava ao monarca seriam ou não adjudicadas aos regentes. Claro, em 1871, havia uma herdeira presuntiva da Coroa em idade hábil para assumir a função temporariamente, mas, ainda assim, restava saber se os representantes, como mencionado no artigo 15, poderiam ou não limitar seus poderes, como havia ocorrido em 1831⁷¹⁶.

Essas questões foram debatidas no Conselho de Estado, em sessão de 25 de abril de 1871⁷¹⁷. Os conselheiros de Estado, como se verá mais adiante, apresentaram diferentes posicionamentos. Uns eram favoráveis à regência de Isabel com plenos poderes, outros defendiam que a Assembleia Geral limitasse esses poderes. Mas, apesar do longo debate, é fato que um mês depois dessa sessão, o imperador se ausentou do país e a princesa Isabel assumiu, pela primeira vez, a regência do Império do Brasil com poderes iguais aos do seu pai.

Finalmente, como mencionado no início deste capítulo, entre a posse do gabinete Rio Branco, em 07 de março de 1871, e a viagem do monarca, em 25 de maio desse mesmo ano, foram ofertados 28 títulos de nobreza, sendo que 24 constavam na generosa lista de nobilitados que haviam dado “saltos mortais” e “cambalhotas”. Assim, antes de passarmos para a regência da Isabel, veremos quem eram esses indivíduos agraciados nos primeiros meses de 1871.

⁷¹⁵ *Constituição do Império do Brasil de 1824*, artigo 15, item 2.

⁷¹⁶ Trata-se da Lei de 14 de junho de 1831. Sobre os debates acerca da limitação do poder dos regentes, consultar Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH, 2013, especialmente o capítulo 3.

⁷¹⁷ As questões formuladas aos conselheiros de Estado eram as seguintes: “Rio de Janeiro, vinte e dois de abril de 1871. “Presidência do Conselho de Ministros”. Confidencial. Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, Sua Majestade o Imperador. Há por bem ouvir a Conselho de Estado Pleno; no dia vinte e cinco do corrente, às onze horas da manhã no Paço de São Cristóvão sobre os seguintes quesitos: 1º – Ausentando-se o Imperador para fora do Império, como permite o artigo 104 da Constituição, compete a Regência à Princesa Imperial? 2º – A Assembleia Geral pode limitar as atribuições de Regência, quando esta cabe ao Príncipe Imperial ou ao parente do Imperador de quem fala o artigo 122 da Constituição? 3º – Tendo a Assembleia Geral o direito de limitar as atribuições da Regência, convém que no caso ora previsto faça algumas limitações? 4º – Qual é a forma por que deve ser requerido e dado o consentimento da Assembleia Geral para o Imperador poder sair do Império? Tenho a honra de renovar a Vossa Ex^a os pretextos da minha mais alta consideração. Visconde do Rio Branco. A Sua Excelência o Senhor Visconde de Sapucaí”. *Atas do Conselho de Estado, sessão de 25 de abril de 1871*, p. 92.

Dos quatro primeiros titulados, em abril de 1871, três eram ligados ao Exército e haviam atuado na Guerra do Paraguai. Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, já visconde de Santa Teresa, membro do Supremo Tribunal Militar, recebeu honras de grandeza em seu título, quando contava 69 anos⁷¹⁸; José Antônio de Calasans Rodrigues, então presidente de província do Ceará e capitão reformado do Exército, foi feito barão de Taquari, aos 66 anos de idade⁷¹⁹; e João da Silva Tavares, já barão de Serro Alegre com grandeza, com larga trajetória no Exército e na referida guerra, foi elevado a visconde com grandeza, já beirando os 80 anos⁷²⁰. O quarto titulado, fazendeiro na Bahia, era Antônio Félix de Carvalho, agraciado com o título de barão de Comorogi, que havia contribuído financeiramente para o andamento da Guerra do Paraguai e feito um avultado donativo para a construção de escolas primárias na Bahia, razão pela qual fora nobilitado⁷²¹.

Em 17 de maio de 1871, outros 24 indivíduos foram nobilitados. Desses, sete tinham tido alguma participação durante a Guerra do Paraguai, seja na forma de contribuição financeira, seja na forma de organização de festejos e comemorações, caso dos fazendeiros baianos, Antônio da Costa Pinto e Francisco Antônio Rocha Pita Argolo, elevados a visconde de Sergimirim⁷²² e a visconde do Passé⁷²³, respectivamente; Camilo Maria Ferreira Armond, fazendeiro em Minas Gerais, elevado a visconde de Prados⁷²⁴; Francisco de Assis e Oliveira Borges, fazendeiro conservador na província de São Paulo, que recebeu honras de grandeza em seu título de visconde de Guaratinguetá⁷²⁵; Francisco

⁷¹⁸ Era marechal do exército, nasceu em 1802 e faleceu em 1872. Atuou na Guerra do Paraguai, ministro da Guerra em 1862, vogal do Supremo Tribunal Militar nomeado em 18 de setembro de 1863, e conselheiro de guerra nomeado em 27 de junho de 1867. Barão de Vasconcellos e Barão Smith de Vasconcellos, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCXVIII, p. 427 (doravante citado *Archivo Nobiliarchico*) e <http://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/233> - acesso em 27/12/2016.

⁷¹⁹ Diretor geral da repartição fiscal da guerra. Filho do 1º barão de Taquari. *Archivo Nobiliarchico*, p. 498.

⁷²⁰ Aquiles Porto Alegre, *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul: ERUS, s/d, p. 115-116.

⁷²¹ Era da Bahia, nascido no município de Santo Amaro, AN_002_000_76, p. 577; *Titulares Baianos*, p. 12-13; *Archivo Nobiliarchico*, p. 131; e *Relatório do Ministério da Guerra*, 1866, p. 4.

⁷²² Ofereceu 1:000\$000 para fardamento durante a guerra do Paraguai, *Relatório do Ministério da Guerra*, 1866, p. 8; Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988, p. 169; e AN_002_000_76, p. 579.

⁷²³ Ofereceu 2:000\$000 para fardamento durante a guerra do Paraguai. *Relatório do Ministério da Guerra*, 1866, p. 8; e AN_002_000_76, p. 579.

⁷²⁴ Ofereceu 2:000\$000 para despesas na guerra, *Relatório do ministério da Guerra*, 1866, p. 7; AN_002_000_76, p. 580; e *Archivo Nobiliarchico*, p. 374.

⁷²⁵ *Relatório do Ministério da Guerra*, 1866, p. 9; AN_002_000_76, p. 578, e Carlos Eugênio Marcondes de Moura, *O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002, p. 104-105.

José Teixeira Leite, fazendeiro em Vassouras, localidade onde organizou a comemoração pela passagem de Humaitá, e que se tornou então barão de Vassouras⁷²⁶; Hilário Pereira Fortes, fazendeiro no Rio Grande do Sul, feito barão de Viamão⁷²⁷; e Manuel Jacinto Domingues de Castro, deputado provincial em São Paulo onde era fazendeiro, feito barão de Paraitinga⁷²⁸.

Além desses fazendeiros envolvidos na Guerra do Paraguai, outros três indivíduos ligados à Marinha e ao Exército, e conseqüentemente à guerra, tiveram a oportunidade de ingressarem na nobiliarquia imperial. Elisiário Antônio dos Santos, chefe de esquadra, tornou-se barão de Angra⁷²⁹; Jesuíno Lamego Costa, também chefe de esquadra, foi feito barão de Laguna⁷³⁰; e Manuel Antônio da Fonseca Costa, marechal de campo, foi agraciado barão da Gávea⁷³¹.

Além desses dez indivíduos, de alguma forma, ligados à Guerra do Paraguai, a lista de 17 de maio de 1871 incluía outros quatorze indivíduos de diferentes perfis, sendo que apenas um deles era senador, caso de Manuel Teixeira de Sousa, membro da casa vitalícia desde 1860, como representante do partido conservador de Minas Gerais, e agraciado como o título de barão de Camargos⁷³². Outros cinco ocupavam diferentes cargos quando foram nobilitados. Antônio de Cerqueira Caldas, que era negociante e vice-presidente do Mato Grosso, tornou-se barão de Diamantino⁷³³; Francisco Alves Cavalcanti Camboim, diretor geral dos índios em Pernambuco, foi feito barão de Buique⁷³⁴; Gonçalo Batista Vieira, deputado provincial no Ceará e ferrenho opositor ao gabinete Rio Branco, alinhado ao grupo conservador de Paulino José Soares de Sousa, foi

⁷²⁶ Filho do barão de Itambé, lavrador opulento, tinha prestígio político em sua comarca e foi promotor de obras filantrópicas em Vassouras, *Archivo Nobiliarchico*, p. 532; *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de março de 1868, p. 3; e AN_002_000_76, p. 587.

⁷²⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 533; comandante da 2ª brigada do Exército, *Correio Mercantil*, 10 de maio de 1867, p. 2; e AN_002_000_76, p. 585.

⁷²⁸ Contribuiu para a Guerra do Paraguai, Carlos Eugênio Marcondes de Moura, *O Visconde de Guaratinguetá, op.cit.*, p. 104-105, e *Archivo Nobiliarchico*, p. 331. Presidente da Junta conservadora da cidade de São Luiz do Paraitinga, *Diário de São Paulo*, 27 de outubro de 1867, p. 3; *Diário de São Paulo*, 18 de março de 1871, p. 1; e AN_002_000_76, p. 600.

⁷²⁹ Teve a medalha da Campanha do Paraguai, *Archivo Nobiliarchico*, p. 46-47; e AN_002_000_76, p. 593.

⁷³⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 252; e AN_002_000_76, p. 592

⁷³¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 157-158; AN_002_000_76, p. 594; e outros dados biográficos disponíveis em <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/232> - 12/04/2017.

⁷³² Luiz Fernando Saraiva, *O Império de Minas Gerais: café e poder na zona da mata mineira, 1853 – 1893*. Niterói (RJ): doutorado, UFF, 2008, p. 216; *Archivo Nobiliarchico*, p. 99; e AN_002_000_76, p. 581.

⁷³³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 143; *Genealogia mato-grossense*, p. 193; *Coleção das Leis Provinciais do Mato Grosso*, 1870; *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de julho de 1871, p. 2; e AN_002_000_76, p. 583.

⁷³⁴ *Diário de Pernambuco*, 19 de abril de 1869, p. 1; *Archivo Nobiliarchico*, p. 87; e AN_002_000_76, p. 584.

feito barão de Aquiraz⁷³⁵; Lucas Antônio Monteiro de Castro, deputado provincial do partido conservador em Minas Gerais, tornou-se barão de Congonhas do Campo⁷³⁶ e Miguel Antônio Pinto Guimarães, vice-presidente em exercício do Pará, foi nobilitado com o baronato de Santarém⁷³⁷.

Finalmente, oito fazendeiros foram nobilitados. Um deles era liberal e residia na província de São Paulo, Francisco José da Conceição, que foi feito barão de Serra Negra⁷³⁸; três eram conservadores, Antônio Francisco Tinta, feito barão de Taitinga⁷³⁹; Domingos Américo da Silva, agraciado barão de São Tiago⁷⁴⁰; e Estevão José da Rocha, que foi feito barão de Araruna⁷⁴¹; e três ou bem não tinham cores partidárias, ou não nos foi possível localizá-las nos periódicos da época⁷⁴², Brás Carneiro Leão, feito barão de São Brás⁷⁴³; Jerônimo Pereira de Melo e Sousa, feito barão de Passos⁷⁴⁴; e Manuel da Cunha Lima Ribeiro, agraciado barão de Imburi⁷⁴⁵. E o oitavo fazendeiro nobilitado foi Nicolau Neto Carneiro Leão, que havia oferecido uma ponte ao governo provincial dias antes de ser agraciado com o título de barão de Santa Maria⁷⁴⁶.

⁷³⁵ Presidente da Companhia União Cearense e deputado provincial, *Pedro II*, 19 de agosto de 1870, p. 4 e *Pedro II*, 3 de setembro de 1870, p. 3. Tinha sido vice-presidente da província nomeado pelo gabinete anterior presidido por Itaboraí, *Pedro II*, 25 de agosto de 1868, p. 2; *Archivo Nobiliarchico*, p. 49-50; AN_002_000_76, p. 589; e Carlos Eduardo de Almeida Barata, *Memórias histórico-genealógicas dos titulares do Ceará*, p. 2, disponível em <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/ceara-titulares-cearenses-1.pdf> - acesso em 20/03/2018.

⁷³⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 133; *O Conservador*, 01 de outubro de 1870, p. 1 e 09 de março de 1871; *Noticiador de Minas*, 28 de dezembro de 1871, p. 2; AN_002_000_76, p. 595.

⁷³⁷ Fazendeiro no Pará, *Archivo Nobiliarchico*, p. 425; era 2º vice-presidente do Pará e assumiu a presidência em 24 de abril de 1871, *Jornal do Pará*, 28 de abril de 1871, p. 1; e AN_002_000_76, p. 598.

⁷³⁸ Hospedou a princesa Isabel e o conde d'Eu nas duas viagens a São Paulo. *Archivo Nobiliarchico*, p. 475-476; e AN_002_000_76, p. 582.

⁷³⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 494; *Titulares baianos*, p. 39-40; dono dos engenhos de Santo Antônio do Rio Fundo e de Santo Antônio de Mucujê, *Almanak Administrativo, Mercantil e Comercial da Bahia*, 1860, p. 519; e membro de uma comissão responsável por uma festa em homenagem ao barão de São Lourenço, *Diário de São Paulo*, 21 de outubro de 1868, p. 2; e AN_002_000_76, p. 599.

⁷⁴⁰ Maria Antonieta de Campos Tourinho, *A Instrução Agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Bahia: dissertação de mestrado, UFBA, 1982, p. 87; tesoureiro do grêmio conservador da Bahia, *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de agosto de 1868, p. 1; *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de junho de 1969, p. 1; dono do engenho da Ponte, *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*, 1862, p. 469; *Archivo Nobiliarchico*, p. 467; e AN_002_000_76, p. 597.

⁷⁴¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 57; presidente da Junta Conservadora de Bananeiras, da Paraíba do Norte, *Correio Mercantil*, 19 de novembro de 1867, p. 2; e AN_002_000_76, p. 588.

⁷⁴² A pesquisa foi realizada por meio do sistema de busca no site da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e as informações localizadas foram incorporadas neste capítulo. Nada impede, contudo, que novas pesquisas sejam realizadas e encontrem novas informações sobre os indivíduos citados nesta tese.

⁷⁴³ Diante dos dados biográficos localizados, não possuía parentesco com a família Carneiro Leão do Centro-Sul. *Archivo Nobiliarchico*, p. 436; *Almanak Laemmert*, 1872, p. 54; e AN_002_000_76, p. 591.

⁷⁴⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 342; e fazendeiro em Minas Gerais, AN_002_000_76, p. 586.

⁷⁴⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 187; dono do Engenho Cachoeira de Cima, em Alagoas, *Almanack da Província de Alagoas*, 1874, p. 183; e AN_002_000_76, p. 590.

⁷⁴⁶ Filho do marquês de Paraná e irmão do barão do Paraná, fazendeiro em Pirai, e depois, em Minas Gerais. *Archivo Nobiliarchico*, p. 423. "Palacio do governo da província do Rio de Janeiro, Nitheroy, 19 de Maio de 1871. Acuso recebido o officio que V.S. dirigiu-me em 10 do corrente, oferecendo gratuitamente à

Merece destaque a presença de, ao menos, oito conservadores entre os 24 nobilitados, o que pode ser interpretado como uma tentativa de o ministério assegurar apoio para sua política em diferentes localidades. Evidentemente que tal número poderá ser alterado à medida que novas pesquisas forem realizadas, contudo, já é um indicativo da percepção do gabinete acerca da necessidade de angariar apoio dos conservadores locais.

Retomando, então, a fala do senador Silveira Lobo a respeito das nobilitações praticadas em 17 de maio de 1871 e citadas acima, o “imposto sobre a vaidade” foi, de alguma forma, cobrado desses indivíduos, que pagavam ao Tesouro Nacional pelo encarte dos títulos e que haviam dado “saltos mortais e cambalhotas” para serem agraciados. Tal lista foi a maior do ano de 1871 e a que antecedeu a saída de Pedro II do Brasil rumo à Europa. Por meio dela, é possível perceber tanto um esforço para nobilitar aqueles que, de alguma maneira, haviam contribuído para a vitória brasileira no conflito contra o Paraguai, quanto para nobilitar figuras que ocupavam diferentes cargos nas províncias e outros fazendeiros influentes em suas localidades. Prática esta que seria criticada, no ano seguinte, por Belisário Soares de Souza, como se verá adiante.

Se o imperador ainda estava no país quando da lista de maio, o mesmo não ocorreria com as titulações subsequentes, de setembro de 1871. Porém, antes de se ausentar do Brasil e passar o governo para as mãos da filha, ainda inexperiente politicamente, o monarca achou por bem redigir uma série de orientações para a futura regente, nas quais incluía tanto temas relativos à administração e à relação com o ministério, quanto questões relativas à concessão de graças e à recompensa dos militares. Neste caderno, o imperador escreveu que

Cumpra não indicar pessoas para cargos ou graças aos ministros, excepto em circunstancias muito especiaes de maior proveito publico em proceder de modo contrario, porem deve oppor-se mas pela forma que já aconselhei a qualquer indicação de pessoa feita por ministro apresentando francamente as razões em contrario quando o exigir o bem publico. Não se crião assim facilmente amigos, porém os obtidos por outra forma são pouco seguros, e muito prejudicão os validos. Escusado é dizer que do que é propriamente seu, deve o imperador ser generoso para com os dedicados á sua pessoa e á nação, não guardando dinheiro, que por esta lhe

provincia a ponte que construiu sobre o rio Pirai, no caminho que, pela povoação de São João dos Thomazes, vai ter a estrada de D. Pedro II. Aceito em nome da provincia e agradeço a V.S. seu patriótico oferecimento, que vou levar ao conhecimento do governo imperial. Nesta data expeço ordem a diretoria de fazenda para realizar a incorporação da dita ponte aos próprios provinciais. Deus guarde a V.S. - Josino do Nascimento Silva. - Sr. Nicolau Netto Carneiro Leão”, *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de maio de 1871, p. 3; e AN_002_000_76, p. 596. Ele e seu irmão eram cunhados de Jerônimo José Teixeira Júnior, aliado do visconde do Rio Branco, Filipe Nicoletti Ribeiro, *Ruptura institucional e realinhamento político no Brasil: projetos, conflitos e compromissos entre a monarquia e república (1887-1892)*. São Paulo: qualificação de doutorado, FFLCH-USP, 2018, p. 134.

é dado para manutenção do cargo que ocupa, e por isso gastará, atendendo sempre a essa consideração, evitando ser pesado ao tesouro publico, mesmo pelo que possa parecer desprezo de ordem publica ou aos particulares e não aceitando favores d'estes ou do poder legislativo em tal sentido⁷⁴⁷.

Nesse trecho, d. Pedro II revelava o cuidado que a princesa Isabel deveria tomar ao fazer nomeações para cargos e conceder graças, sempre tendo como justificativa o bem público. Deveria ficar atenta às questões financeiras, sem abusar do tesouro público e não deveria aceitar favores de particulares ou de membros do Legislativo. Tais conselhos seguiam na mesma direção daqueles que mencionavam como ela deveria proceder para recompensar os militares, tema importante já que fazia pouco mais de um ano que a Guerra do Paraguai havia sido encerrada. Nas palavras do imperador,

A principal recompensa dos militares é a promoção; portanto reclama esta o maior escrúpulo. Prefiro também às condecorações, que tanto arbítrio admitem em geral, as medalhas militares conferidas, logo depois dos serviços, que tiverem justificando sua concessão. Direi aqui que sou contrario a graças concedidas muito depois de serviços prestados, e que é preciso ir escasseando-as⁷⁴⁸.

Ainda que não explicitasse a sua preocupação, é possível interpretar tal orientação como uma cautela em relação às recompensas dos militares envolvidos na recém encerrada Guerra do Paraguai, já que d. Pedro não via com bons olhos as ofertas de graças e condecorações feitas muito tempo depois dos serviços prestados, ou seja, ele já indicava que os militares e outros envolvidos, por exemplo, na guerra, deveriam ser logo recompensados ou já ter sido recompensados, para evitar tal distância temporal. Cautela esta que foi seguida, mas que, como se verá, não impediu a nobilitação de militares. Finalmente, afirmava que “[as relações com o ministério] devem fundar-se na mais perfeita confiança”⁷⁴⁹.

Dados estes conselhos, em 25 de maio de 1871, d. Pedro II e a imperatriz partiram para a Europa. Foram acompanhados por Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, sua esposa e filha; por Luís Pedreira do Couto Ferraz; pelo médico Dr. Cândido Borges Monteiro e sua filha; além de outras pessoas, totalizando 15 indivíduos na comitiva, aos quais, na Europa, se uniu a condessa de Barral⁷⁵⁰.

⁷⁴⁷ IHGB, lata 445, pasta 60 – Coleção Instituto Histórico – caderno com conselhos políticos de d. Pedro II para princesa Isabel, 1871, páginas não numeradas.

⁷⁴⁸ IHGB, lata 445, pasta 60 – Coleção Instituto Histórico – caderno com conselhos políticos de d. Pedro II para princesa Isabel, 1871, páginas não numeradas.

⁷⁴⁹ IHGB, lata 445, pasta 60 – Coleção Instituto Histórico – caderno com conselhos políticos de d. Pedro II para princesa Isabel, 1871, páginas não numeradas.

⁷⁵⁰ Heitor Lyra, *História de D. Pedro II (1825-1891)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977, vol. II, p. 175 e p. 204.

Enquanto o imperador viajava pela Europa, o Brasil seguia governado pela princesa Isabel e pelo gabinete Rio Branco, empenhado em dar andamento à reforma do elemento servil. O referido projeto de lei foi apresentado à Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871⁷⁵¹, sendo aprovado em 29 de agosto e então remetido ao Senado, juntamente com as representações contrárias ao projeto de lei, conforme requerimento do deputado Paulino José Soares de Sousa Júnior⁷⁵². Em 27 de setembro de 1871, os senadores aprovaram o projeto de lei, sancionado no dia seguinte⁷⁵³.

Transformado em lei em 28 de setembro de 1871, o diploma alterava a norma sobre a propriedade escrava, assegurando a liberdade, ainda que condicionada a outras exigências, das crianças nascidas a partir dessa data. Assegurava, ainda, direitos aos escravos, como o acúmulo de pecúlio e a compra de alforria, que, até então, eram concessões de seus senhores. Em outras palavras, se anteriormente os senhores tinham a prerrogativa de dar ou não a alforria ao seu escravo, mesmo que ele apresentasse uma quantia considerada equivalente a seu valor de mercado, a lei extinguiu tal prerrogativa, tornando o que era mera concessão senhorial em obrigação senhorial. A decisão final sobre a liberdade, em caso de litígio, caberia, assim, ao Judiciário, o que significava que a alforria, em tais casos, passava à alçada do poder público, e não mais do poder privado dos proprietários⁷⁵⁴.

Deste modo, se a dita lei de 28 de setembro ficou conhecida como Lei do Ventre Livre, seu conteúdo era muito mais abrangente do que garantir a liberdade de todos os nascidos após a data de sua promulgação⁷⁵⁵. Seguindo o determinado em decreto lei de

⁷⁵¹ *Anais da Câmara dos Deputados*, 12 de maio de 1871, p. 43.

⁷⁵² *Anais da Câmara dos Deputados*, 29 de agosto de 1871, p. 323-324.

⁷⁵³ Em 30 de agosto de 1871, no Senado, houve a eleição da comissão que faria o parecer sobre o projeto de lei de reforma do elemento servil, recebido da Câmara dos Deputados. Foram eleitos Souza Franco, visconde de São Vicente, visconde de Paranaguá, visconde de Sapucaí e Francisco do Rego Barros Barreto. No mês seguinte, o referido projeto de lei foi debatido intensamente em diferentes sessões, até ser aprovado em 27 de setembro. *Anais do Senado do Império*, livro 4, 30 de agosto de 1871, p. 273-274; e livro 5, em que há as sessões de setembro e, neste volume, na página 286, há a seguinte afirmação “Findo o debate e posta a votos, foi aprovada para ser dirigida à sanção imperial. (Da galeria caem flores, de que fica juncado o recinto e os espectadores prorrompem em prolongados e estrepitosos vivas ao senado brasileiro)”.

⁷⁵⁴ Consultar, entre outros, Eduardo Spiller Pena, *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001; e Ricardo Salles, *E o Vale era escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁷⁵⁵ Interessante considerar que, no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (IAB), houve uma discussão sobre a questão da alforria dos recém-nascidos após a promulgação da lei. Alguns entendiam que os primeiros a serem alforriados pela liberdade do ventre deveriam ser aqueles que foram concebidos, no útero materno, após 28 de setembro de 1871, outros defendiam a liberdade para os nascidos depois da promulgação da lei. Foi essa segunda opinião que saiu vitoriosa no debate acerca da Lei de 28 de setembro de 1871. Eduardo Spiller Pena, *Pajens da casa imperial*, *op.cit.*

15 de setembro de 1869⁷⁵⁶, a lei reconhecia, também, a existência da família escrava, que não poderia ser dividida pela venda em separado de seus membros; ademais previa uma matrícula geral de todos os escravos do Império⁷⁵⁷, sendo que o desrespeito a tal registro implicaria a liberdade do escravizado⁷⁵⁸.

O debate em torno da aprovação da Lei de 28 de setembro de 1871 passou por diversas questões, como a garantia da defesa da propriedade e a interferência do Estado monárquico na relação privada entre senhor e escravo⁷⁵⁹. Dentre os vários argumentos contrários à lei, alegava-se que ela feria o direito de propriedade assegurado pela Constituição de 1824: se o Estado garantia “o direito de propriedade em toda a sua plenitude”⁷⁶⁰, diziam os opositores, então não se podia alterar a condição jurídica do escravizado.

A aprovação da Lei do Ventre Livre contribuiu para a cisão do partido conservador, que tinha na chefia do gabinete uma liderança de sua ala moderada. Longe de ser unanimidade no partido, o projeto emancipacionista agravou divisões entre opositores e governistas, não obstante serem todos conservadores. Assim, de acordo com Belisário Soares de Souza, o gabinete teria tratado os conservadores dissidentes como opositores, demitindo-os até mesmo de cargos essencialmente honoríficos, como, por exemplo, os do Paço. Tal acirramento não foi contornado com o encerramento do ano legislativo de 1871, mas intensificado com a publicação, em 01 de dezembro, do decreto que regulamentava a matrícula dos escravos e dos filhos livres de mulheres escravas⁷⁶¹.

⁷⁵⁶ O decreto de 15 de setembro de 1869 proibia a venda em separado da família escrava, exceto no caso dos filhos maiores de 15 anos e proibia a venda de escravos em exposições públicas e leilões. O decreto pode ser consultado em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html> - acesso em 02/10/2018

⁷⁵⁷ A Lei de 1871 dissociava a cor da condição de escravo, pois era a matrícula, feita pelo senhor, que garantia a condição da pessoa como escrava ou livre. Além disso, cabia ao senhor apresentar a matrícula para comprovar a condição de escravo da pessoa, e não mais essa pessoa ter que provar a sua condição de livre. Hebe Mattos, “Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 23.

⁷⁵⁸ Para o conteúdo da lei comentado, ver Maria Helena Machado, “‘Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas imediatas’: a rebelião dos escravos e a abolição da escravidão”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889, op.cit.*; e Hebe Mattos, “Raça e cidadania”, *op. cit.*, p. 22. Já o texto integral da Lei de 28 de setembro de 1871 está disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1871/pdf17.pdf#page=6> – acesso em 24/09/2018.

⁷⁵⁹ Eduardo Spiller Pena, *Pajens da casa imperial, op. cit.*

⁷⁶⁰ *Constituição Política do Império do Brasil de 1824*, título 8º, artigo 179, item XXII, p. 34.

⁷⁶¹ Decreto nº 4835 de 01 de dezembro de 1871, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-norma-pe.html> - acesso em 22/08/2018. Francisco Belisário Soares de Souza, *O Sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

No ano seguinte, em 16 de maio de 1872, a Câmara apresentou moção de desconfiança ao gabinete, tendo a oposição 16 votos a mais que o governo. Contudo, Rio Branco, talvez já imaginando esse cenário e sabendo ter o apoio do imperador, conseguiu a dissolução da Câmara, estabelecida por decreto datado de 22 de maio de 1872⁷⁶². A proximidade das datas sugere que a moção de desconfiança não era inesperada pelo gabinete e que, em relação a ela, Rio Branco já havia tomado suas providências. O decreto de dissolução garantia a convocação de novas eleições e a reunião de uma nova Câmara em 01 de dezembro de 1872.

Embora novas eleições para a Câmara dos Deputados tenham sido convocadas, não é possível perceber, de imediato, um impacto na concessão de títulos nobiliárquicos, tampouco o uso desse recurso, ainda em 1871, para obtenção de apoio para a aprovação da lei ou de sustentação ao gabinete no ano seguinte, quando ainda não se sabia, ao certo, que a Câmara seria dissolvida.

Após a lista de 17 de maio de 1871 e a partida do imperador, novos títulos foram concedidos apenas às vésperas da aprovação da lei, em 13 de setembro desse mesmo ano. Na ocasião, dois fazendeiros tiveram a oportunidade de receber os primeiros títulos ofertados durante a regência da princesa Isabel. Da Bahia, Antônio Calmon de Araújo Góis tornou-se barão de Camaçari, nobilitado em atenção aos serviços prestados em sua província⁷⁶³; e de Minas Gerais, Eduardo Ernesto Pereira da Silva foi feito barão de São João del Rei, agraciado em atenção aos serviços prestados à instrução pública na província mineira⁷⁶⁴.

Passada a aprovação da lei, outros seis indivíduos foram nobilitados nos meses finais de 1871. Dois deles tinham realizado contribuições para o andamento da Guerra do Paraguai. João Gomes Ferreira Veloso, fazendeiro na Bahia, custeou o transporte de onze voluntários para a guerra e foi nobilitado com o título de barão de Vila do Conde⁷⁶⁵; e

⁷⁶² Francisco Belisário Soares de Souza, *O Sistema eleitoral no Império*, op.cit., e <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4965-22-maio-1872-551125-publicacaooriginal-67249-pe.html> - acesso em 26/07/2018

⁷⁶³ *Titulares Baianos*, p. 10-11; *Archivo Nobiliarchico*, p. 96; e AN_002_000_76, p. 601. Consultar também Marcelo Souza Oliveira, “Memórias de uma senhora de engenho: lembranças e esquecimentos nos longos serões do campo de Anna Ribeiro”. *Patrimônio e Memória*. UNESP, FCLAs, CEDAP, v.4, n.1, 2008, p. 3. Disponível em <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/42/484> - acesso em 02/06/2018.

⁷⁶⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 463; *Diário do Rio de Janeiro*, 05 de dezembro de 1869, p. 1; *Jornal do Comércio*, 02 de junho de 1867, p. 3; *Almanak Laemmert*, 1872, p. 54; e AN_002_000_76, p. 602.

⁷⁶⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 538; *Relatório do Ministério da Guerra*, 1866, p. 32; e AN_002_000_76, p. 603.

Joaquim José de Meireles Freire, negociante fluminense, contribuiu financeiramente para a guerra e recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Curvelo⁷⁶⁶.

Outros dois, cada qual ao seu modo, prestaram serviços à instrução pública, sendo que José Tomás da Silva Quintanilha, presidente da Companhia de Paquetes a vapor, foi agraciado com o título de barão de Paquetá com grandeza (era também capitalista fluminense e esteve envolvido na criação da referida companhia em 1869, o que deve ter contribuído para que seu título fosse acrescido de grandeza, o que não ocorreu com os outros dois fazendeiros)⁷⁶⁷, e Antônio Moreira Castilho realizou doações ao Liceu de Artes e Ofícios e tornou-se barão de São Roque⁷⁶⁸. Joaquim Marinho de Queirós, fazendeiro em Araruama, no Rio de Janeiro, recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Monte Belo⁷⁶⁹.

Finalmente, Francisco Gonçalves Martins, já barão de São Lourenço com grandeza, senador pela Bahia e presidente dessa província, teve seu título elevado para visconde com grandeza⁷⁷⁰. Protagonista de polêmica anterior, por ter recebido em 1860 título de idêntica hierarquia ao de João Mauricio Wanderley (barão de Cotegipe com grandeza), era, agora, colocado em patamar superior a seu conterrâneo, ao menos em termos de nobiliarquia.

No ano seguinte, os baianos teriam novamente a oportunidade de se verem iguais. Cotegipe, contudo, recusou o título de visconde que lhe foi oferecido em recompensa à sua atuação como ministro plenipotenciário no Prata, quando garantiu a assinatura dos tratados de paz com o Paraguai. De acordo com Eul-Soo Pang, “upon the successful conclusion of a diplomatic-mission to Rio de la Plata, Barão de Cotegipe was offered the title of visconde in 1872, but turned it down on the ground that he could not financially afford the appropriate life style”⁷⁷¹.

⁷⁶⁶ Ofereceu 2:000\$000 para as urgências do Estado, *Relatório do Ministério da Guerra*, 1866, p. 7; e *Archivo Nobiliarchico*, p. 141.

⁷⁶⁷ Secretário da Companhia de Paquetes a vapor, *Almanak Laemmert*, 1871, p. 307; e <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4399-28-julho-1869-553029-publicacaooriginal-70662-pe.html> - 26/04/2017. Membro da Comissão Fiscal da Companhia da Doca da Alfândega do Rio de Janeiro, *Almanak Laemmert*, 1872, p. 196; membro da comissão de contas da Companhia Brasileira de seguro sobre a vida, 1872, p. 420; e AN_002_000_76, p. 605.

⁷⁶⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 453; fazendeiro de café, em Paraíba do Sul (Rio de Janeiro), *Almanak Laemmert*, 1871, p. 134, e 1872, p. 54. “Oferecera à Camara Municipal toda a telha que for precisa para a casa de caridade que se constroe naquela vila [Paraíba do Sul]”, *Diário de Pernambuco*, 14 de dezembro de 1871, p. 1; e AN_002_000_76, p. 608.

⁷⁶⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 292-293; e *Almanak Laemmert*, 1872, p. 49.

⁷⁷⁰ Consultar <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1686> - 12/04/2017.

⁷⁷¹ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, op.cit., p. 60.

Sem dúvida, a justificativa financeira parece pouco convincente, sendo assim parece muito mais plausível considerar que a recusa do título estivesse relacionada à aprovação da Lei do Ventre Livre, com a qual não concordava o escravocrata, que optara, como visto, por se ausentar do Parlamento durante o ano de debate do projeto a fim de não se colocar como um obstáculo à aprovação da lei de iniciativa de um gabinete do seu partido. Ou seja, é provável que a recusa do título estivesse relacionada a esse contexto mais amplo da política imperial⁷⁷².

Nos três primeiros meses de 1872, os últimos da regência da princesa Isabel, outros seis indivíduos tornaram-se barões, apenas um deles com honras de grandeza. Três homens foram nobilitados em recompensa aos serviços prestados à instrução pública, sendo que Antônio de Freitas Paranhos, da Bahia e parente do presidente do gabinete, foi agraciado barão da Palma⁷⁷³; Felisberto de Oliveira Freire, fazendeiro em Sergipe, tornou-se barão de Laranjeiras, em reconhecimento aos serviços prestados em sua província⁷⁷⁴; e Joaquim Simões de Paiva, que contribuiu também com o Hospício d. Pedro II e, talvez por esses dois serviços prestados, foi feito barão de Monte Santo com grandeza⁷⁷⁵.

Pelos serviços humanitários prestados, Adriano Alves de Lima Gordilho recebeu o título de barão de Itapoã dois dias depois de ser nomeado membro da Comissão da Sanidade na Bahia, em 25 de março de 1872⁷⁷⁶; e Antônio José Gonçalves Fontes, capitalista fluminense, vereador na cidade do Rio de Janeiro e vice-presidente da Sociedade da Libertação, fundada em 1870 com o objetivo de libertar escravos, tornou-se barão do Rio Doce⁷⁷⁷.

⁷⁷² Dez anos depois, em 1882, Cotegipe recusaria a nomeação para o Conselho de Estado. Maria Fernanda Vieira Martins, *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFRJ/IFCS, 2005, p. 370.

⁷⁷³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 324; residente na Bahia, *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de janeiro de 1874; negociante de fazendas de lã, linho e algodão, *Almanak Administrativo, Comercial e Industrial da Bahia* para o ano de 1872, p. 172; membro da diretoria da Estrada de Ferro Animação e Indústria (de Santo Amaro ao Bom Jardim), *Almanak Administrativo, Comercial e Industrial da Bahia* para o ano de 1872, p. 210; *Noticiador de Minas: órgão conservador*, 12 de abril de 1872, p.1; e AN_002_000_76, p. 613.

⁷⁷⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 254; *A Reforma*, 08 de março de 1872, p. 1; ofereceu verba para a província para as despesas com a edificação de um prédio adaptado às escolas públicas, *Diário de Notícias*, 11 de janeiro de 1871, p. 2; e AN_002_000_76, p. 611.

⁷⁷⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 296; *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de janeiro de 1872, p. 1; e AN_002_000_76, p. 609.

⁷⁷⁶ Formado em Medicina pela faculdade da Bahia e lente de anatomia e partos nessa faculdade, *Archivo Nobiliarchico*, p. 219; *Jornal do Comércio*, 25 de março de 1872, p. 1; *Jornal do Comércio*, 10 de abril de 1872, p. 3; e AN_002_000_76, p. 614.

⁷⁷⁷ Cirurgião-mor da Guarda Nacional da Corte, vereador na cidade do Rio de Janeiro, *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de março de 1872, p. 3; vacinador do Instituto Vaccinico da Corte e membro honorário da Academia Imperial de Medicina, *Almanak Laemmert*, 1872, p. 77 e p. 88; estava na Europa quando foi nobilitado, *Almanak Laemmert*, 1873, p. 60; vice-presidente da Sociedade de Libertação, fundada em 11

Merece destaque a nobilitação de um indivíduo que atuava de modo favorável à libertação dos escravos, uma forma encontrada pelo gabinete de recompensar àqueles que, embora pontualmente, contribuíam para a consecução de sua política, opção percebida também pela nobilitação daqueles que prestaram serviços à instrução pública, que foi incluída no rol das reformas desejadas por Rio Branco. Ou seja, eram titulados aqueles que apoiavam o gabinete e não aqueles que eram contrários a ele.

Em março, último mês da regência de Isabel, ela ainda tinha intenções de ofertar alguns títulos de nobreza, mas optou por consultar seu pai, ainda em viagem⁷⁷⁸. Assim, em carta escrita em 06 de março de 1872, a regente afirmava ao pai que

[...] Confesso que procurava meio de fazer o Feijó [Luís da Cunha Feijó] Barão e o próprio ministro do Império me deu o ensejo dizendo que ele merecia alguma coisa pelo modo porque se portou na questão dos estudantes. Deixei ficar a publicação da graça para o dia 14 no qual será nomeado Barão de Santa Isabel. Há muito tempo me pedirão também o título de Visconde para o Barão do Livramento. Sei que o papai poz suas duvidas a isso por historias que contarão de alfandega, mas isto passou-se (se se passou) há tanto tempo, o homem tem dado tanto a favor do paiz e é tão considerado e tão útil em Pernambuco que bem me pareceu póde ser julgado arrependido (se para isso há razão), dar-lhe o seu titulo⁷⁷⁹.

Embora não tenhamos a resposta elaborada pelo imperador, acontecimentos seguintes indicam sua concordância com a oferta do título de barão de Santa Isabel, concretizada em 14 de março, data natalícia da imperatriz Teresa Cristina. Luís da Cunha Feijó era médico e ligado ao paço, havia acompanhado a princesa em suas duas viagens, já realizadas, para a Europa, em 1865 e 1870⁷⁸⁰. Quanto à promoção do barão de Livramento para visconde, possivelmente, o imperador manteve suas objeções, já que ela não se concretizou.

Assim, ao longo dos dez meses em que a princesa Isabel esteve à frente do Império, foram ofertados 14 títulos de nobreza a pessoas de distintos perfis, com o predomínio de fazendeiros. Ou seja, seguindo as orientações passadas por seu pai, ela mantinha a tônica da nobilitação praticada até então e procurava agraciar aqueles que

de abril de 1870, na freguesia de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, com o objetivo de libertar escravos, prioritariamente do sexo feminino, *A Reforma*, 12 de abril de 1870, p. 1; AN_002_000_76, p. 610; e *Arquivo Nobiliarchico*, p. 395-396.

⁷⁷⁸ Nesse mês, foram ofertados três títulos, dois dos quais já mencionados, o de barão da Palma e o de barão de Itapoã. O terceiro título foi o de barão de Santa Isabel.

⁷⁷⁹ Arquivo Imperial de Petrópolis, Arquivo do Grão-Pará, XLI - 3-17.

⁷⁸⁰ *Arquivo Nobiliarchico*, p. 418; Débora Cristina Carvalho Guimarães, "Um Estudo Sobre a Violência no Parto no Rio de Janeiro Oitocentista: O Caso da Princesa Isabel", disponível em <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/historiabh/article/viewArticle/1778> - acesso em 20/03/2018, p. 14-15; Roderick Barman, *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 179; e AN_002_000_76, p. 612.

havia prestado serviços à instrução pública, à causa emancipacionista, à “humanidade”, entre outras justificativas. Foi durante sua regência que, como já mencionado, a Lei do Ventre Livre foi debatida e aprovada em 28 de setembro de 1871. Finalmente, em 30 de março de 1872, o imperador, a imperatriz e sua comitiva retornaram ao Rio de Janeiro⁷⁸¹. Tão logo pisou em solo brasileiro, d. Pedro II aboliu a prática do beija-mão e o uso de trajes majestáticos, passando, então, a utilizar, com frequência, uma casaca preta⁷⁸².

Tais práticas, intrinsicamente ligadas à monarquia, foram trazidas ao Brasil com a vinda da Família Real em 1808 e mantidas após a independência, em 1822. Com a abdicação de d. Pedro I, em 07 de abril de 1831, o beija-mão, considerado de Antigo Regime, foi suspenso, mas restaurado pouco depois, em 1837, pelo então regente Pedro de Araújo Lima, que acreditava ser necessário reforçar a autoridade do jovem Pedro II por meio da simbologia das práticas monárquicas⁷⁸³.

Contudo, apesar de abolir duas práticas ligadas à vida na Corte e que, de algum modo, lembravam o Antigo Regime, tempos depois de ter retornado de sua primeira viagem ao exterior, d. Pedro nobilitou três indivíduos que estiveram com ele nessa viagem. Em julho, dois senadores que acompanharam o imperador tiveram seus títulos elevados para a categoria de grandes do Império. Luís Pedreira do Couto Ferraz, barão do Bom Retiro, amigo pessoal do monarca⁷⁸⁴, e Cândido Borges Monteiro, barão de Itaúna, médico, foram elevados a viscondes com grandeza⁷⁸⁵. Finalmente, Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama tornou-se barão de Nogueira da Gama. Era casado com Maria Francisca Calmon da Silva Cabral, dama honorária da Imperatriz e filha da condessa de Itapagipe, o que deve ter contribuído para sua nobilitação, ainda que o título ofertado fosse sem grandeza⁷⁸⁶.

Além desses títulos ofertados a figuras próximas ao imperador e à família real, outros cinco indivíduos com esse mesmo perfil foram agraciados durante a vigência do gabinete Rio Branco, um deles ainda em julho de 1872 e os demais em 1874. Em julho de 1872, o visconde de Almeida, residente em Lisboa e gentil homem da Imperial

⁷⁸¹ Heitor Lyra, *História de d. Pedro II*, op.cit., vol. II, p. 175 e 204.

⁷⁸² Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, op.cit., p. 15

⁷⁸³ Consultar Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, op.cit.

⁷⁸⁴ Era conselheiro de Estado nomeado em 1866 e senador pelo Rio de Janeiro nomeado em 1867. <http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2046-12/04/2017>; e Barão de Javari, op.cit., p. 412; Heitor Lyra, *História de Dom Pedro II*, op.cit.

⁷⁸⁵ Era médico e senador pelo Rio de Janeiro nomeado em 1857. Era ministro da Agricultura do gabinete Rio Branco, que o nobilitou. <http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1531-12/04/2017>; *Archivo Nobiliarchico*, p. 222; e viajou com d. Pedro II, *História de Dom Pedro II*.

⁷⁸⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 313; e mordomo da imperial casa, AN_002_000_76, p. 630.

Câmara, recebeu honras de grandeza em seu título⁷⁸⁷; e em 1874, a dama do paço e aia das princesas Isabel e Leopoldina (falecida em fevereiro de 1871), Rosa de Santana Lopes, foi feita baronesa de Santana⁷⁸⁸. Três médicos também ligados ao Paço foram nobilitados: José Pereira Rego tornou-se barão de Lavradio; Francisco Ferreira de Abreu, e barão de Teresópolis; e Luís da Cunha Feijó, já barão de Santa Isabel, foi elevado a visconde de Santa Isabel com grandeza.

A nobilitação desses médicos, ao menos dos dois últimos citados, estava intrinsecamente ligada à princesa Isabel. Casada desde 1864 com o conde d'Eu e sem filhos, a princesa conseguiu engravidar no fim de 1873, parecia então próxima a chegada do futuro herdeiro da monarquia brasileira. Em 25 de julho de 1874, a princesa entrou em trabalho de parto e para acompanhá-la foi formada uma junta médica composta por Francisco Ferreira Abreu, Luís da Cunha Feijó e José Ribeiro de Souza Fontes. As dificuldades do parto fizeram com que um quarto médico se juntasse à equipe, Vicente Cândido Figueira Saboia.

Apesar de todos os esforços feitos para garantir a sobrevivência da mãe e do filho, a criança não resistiu e nasceu morta⁷⁸⁹. Contudo, quase dois meses após esse episódio, dois médicos da equipe, Francisco Ferreira de Abreu e Luís da Cunha Feijó foram nobilitados e mantidos no Paço Imperial. Os outros dois médicos também continuaram no Paço, mas teriam que esperar alguns anos ainda para serem agraciados.

Esses não foram os únicos nobilitados cuja titulação perpassava, de alguma forma, episódios envolvendo a princesa Isabel. Retomando os títulos ofertados em 1872, a questão foi colocada pelo próprio ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, em comunicado ao imperador, datado de 25 de julho de 1872, no qual afirmava:

Senhor, As pessoas indicadas agora por Vossa Majestade Imperial serão incluídas na lista dos agraciados. Já estão na typographia as correções, que Vossa Majestade Imperial se dignou a fazer. Mas é [possível?] que apareçam novos erros, que muitos tenham escapado nas listas anteriormente publicadas, e que ocorram outras correções e modificações. É um tanto conveniente que se faça uma lista geral, que eu terei a honra de submeter á revisão de Vossa Majestade Imperial. Sou, senhor, com o mais profundo respeito e acatamento. De Vossa Majestade Imperial, súbdito fiel e reverente João Alfredo Correia de Oliveira. Rio, 25 de julho de 1872⁷⁹⁰.

⁷⁸⁷ Gentil homem da Imperial Câmara, residente em Lisboa, *Almanak Laemmert*, 1872, p. 29; e *Archivo Nobiliarchico*, p. 38.

⁷⁸⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 410; Roderick Barman, *Princesa Isabel*, *op.cit.*, p. 41, 48, 49 e 188; e José Luiz Pasin, *Os Barões do café: Titulares do Império no Vale do Paraíba Paulista*. Aparecida: Vale Livros, 2001, p. 114.

⁷⁸⁹ Débora Cristina Carvalho Guimarães, “Um Estudo Sobre a Violência no Parto no Rio de Janeiro Oitocentista: O Caso da Princesa Isabel”, *op.cit.*, p. 14-15; e Roderick Barman, *Princesa Isabel*, *op.cit.*, p. 179.

⁷⁹⁰ Arquivo Imperial de Petrópolis, maço 164, doc. 7584.

Embora não tenhamos localizado a resposta do imperador, nem a lista de agraciados, é possível supor que, em meio às sugestões do monarca, estivessem os conselheiros de Estado, que seriam nobilitados em outubro, já que, entre a correspondência, de fins de julho, e a nobilitação dos conselheiros, em outubro, apenas cinco indivíduos foram titulados.

Conselheiros e diplomatas...

Em 15 de outubro de 1872, nove conselheiros de Estado foram nobilitados. Desses, quatro tiveram seus títulos elevados. Caso de Cândido José de Araújo Viana, visconde de Sapucaí com grandeza, foi elevado a marquês de Sapucaí; José Antônio Pimenta Bueno, visconde de São Vicente com grandeza, elevado a marquês de São Vicente; Manuel Vieira Tosta, barão de Muritiba com grandeza, elevado a visconde de Muritiba com grandeza; e José Ildefonso de Sousa Ramos, barão de Três Barras, elevado a visconde de Jaguari com grandeza.

Além desses, outros cinco ingressaram na nobreza na categoria de grandes do Império. Carlos Carneiro de Campos tornou-se visconde de Caravelas com grandeza; Bernardo de Sousa Franco foi feito visconde de Sousa Franco com grandeza; Francisco de Sales Torres Homem tornou-se visconde de Inhomirim⁷⁹¹; Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato foi feito visconde de Niterói com grandeza; e Domiciano Leite Ribeiro, o único dos nobilitados que não era também senador, foi feito visconde de Araxá com grandeza.

Salta aos olhos a larga nobilitação de conselheiros de Estado em uma única ocasião, situação pouco comum no Segundo Reinado, e que, quando praticada, esteve relacionada a algum acontecimento político relevante. Neste caso, outubro de 1872, é possível supor que essa prática estivesse vinculada a algo ocorrido no ano anterior, especificamente, a consulta realizada acerca dos poderes a serem exercidos pela princesa

⁷⁹¹ Sérgio Buarque de Holanda afirma que “É certamente fantasiosa [...] a versão muito espalhada entre os contemporâneos de que, na escolha do título dado a Sales [Torres Homem] teria agido d. Pedro propositadamente com requintes de maldosa sutileza, depois que algum especialista em facécias descobriu que no topônimo Inhomirim entrava, ao lado do diminutivo português *inho*, a palavra tupi para ‘pequeno’”, assim, a designação do título de Inhomirim era pequeno pequeno, não podendo ser mais depreciativo. *Capítulos da História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 122. Tal interpretação foi feita pelos próprios contemporâneos, já que o padre Correia de Almeida escreveu “Vós, gramáticos defuntos,/ Não vistes o que hoje vi:/ Dois diminutivos juntos,/ Um português, outro tupi!/ Inho, até aqui desinência,/ Já se antepõe a mirim,/ Simbolizando a eminência,/ Do senhor de Inhomirim”, Heitor Lyra, *História de Dom Pedro II, op.cit.*, vol. I, p. 170.

Isabel durante sua regência. É viável também uma interpretação conjunta dos títulos ofertados a esses conselheiros e os respectivos posicionamentos na votação da referida sessão de abril de 1871.

Assim, dos quatro já viscondes com grandeza do referido Conselho, Sapucaí, São Vicente, Itaboraí e Abaeté, os dois primeiros votaram da mesma maneira, isto é, a regência cabia à Isabel e não cabia à assembleia geral limitar seus poderes; Itaboraí votou pela regência de Isabel, mas com direito à assembleia limitar os seus poderes; e Abaeté disse que isso não era matéria constitucional. Assim, Sapucaí e São Vicente tornaram-se marqueses, ao contrário de Itaboraí, que não teve seu título elevado, talvez uma represália por seu voto.

Itaboraí não foi o único a não ter seu título elevado. Bom Retiro havia recebido este título de visconde em julho desse mesmo ano, por ter viajado com o imperador, o que deve ter dificultado uma nova nobilitação tão próxima à anterior; o duque de Caxias⁷⁹², caso autoexplicativo, não foi agraciado pois, independentemente de seu posicionamento, já possuía o título mais elevado da nobreza imperial; e o visconde de Abaeté, que, pela lógica, deveria ter sido elevado a marquês, tal como os outros dois conselheiros, declinou a oferta do título, alegando considerar o recebimento de tal distinção incompatível com o exercício do cargo de presidente do Senado, que ocupava desde 1861⁷⁹³.

Além desta justificativa para a negativa de Abaeté, é possível aventar, ao menos como hipótese, as eventuais críticas que ele tenha recebido dos conservadores em relação à sua atuação à frente do Senado, destacando os embates em relação à discussão e aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 e também em relação à dissolução da Câmara dos Deputados ocorrida em maio de 1872. Por mais subserviente que ele tenha eventualmente, sido aos desejos da coroa e do gabinete, não se pode negar a sua habilidade política em atuar como presidente do Senado mesmo com gabinetes ministeriais tão distintos.

Abaeté não foi o único dos conselheiros a declinar um título de nobreza. José Tomás Nabuco de Araújo, que votou a favor da regência da Isabel e contra a limitação de poder, também não aceitou o título de visconde que lhe foi oferecido, e não entrou, portanto, na nobreza imperial brasileira. Tal decisão repercutiu na imprensa já no dia

⁷⁹² Caxias manifestou voto igual ao visconde de Bom Retiro.

⁷⁹³ “Recusa em outubro de 1872 o título de Marquês, [impede?] de aceita-lo visto exercer o alto cargo de Presidente do Senado”. IHGB, Lata 146, pasta 19 – Coleção Ourém – Biografia de Limpo de Abreu.

seguinte à publicação da lista de nobilitados. Em 16 de outubro de 1872, o jornal conservador⁷⁹⁴ *A Nação*, citando os dois conselheiros, afirmava que

OS SR. ABAETÉ E NABUCO: - Consta-nos que o Sr. visconde de Abaeté não aceitou o título de marquez por escrúpulo de sua posição como presidente do Senado, e que apresentara a sua recusa em termos dignos de um velho monarchista. O Sr. conselheiro Nabuco, preferindo uma condecoração ao título de visconde, manifestou também que o fazia por motivos particulares, que não entendem com as suas crenças de adesão ao principio monarchico⁷⁹⁵.

Apesar das negativas, os dois políticos reforçavam seus valores monárquicos, enfatizando que a não aceitação do título de nobreza não significava uma crítica à monarquia, tampouco a suas práticas. Contudo, a repercussão da decisão de Nabuco se manteve nas páginas dos jornais, quando ele redigiu uma carta para explicar sua atitude. O *Jornal do Commercio*, que, de acordo com Luís Cláudio Villafañe G. Santos, estava menos envolvido nas lutas partidárias cotidianas⁷⁹⁶, publicou o seguinte texto

O Sr. conselheiro Nabuco

A *Nação* de hontem, explicando o porque não foi agraciado com o titulo de visconde, mas com a grã-cruz de Christo, assim se exprimio:

“O Sr. conselheiro Nabuco, *preferindo*, uma condecoração ao titulo de visconde, manifestou também que o fazia por motivos particulares, que não entendem com as suas crenças de adesão ao principio monarchico”.

Perdoem os redatores desse jornal que eu conteste a exactidão da expressão – *preferindo*.

O Sr. Visconde do Rio Branco, insistindo em que eu devia aceitar o titulo de visconde, que eu recusava, no correr da nossa conversa me disse que como monarchista eu devia ser coherente.

Então respondi a S. Ex. que esta razão caberia, se eu rejeitasse absolutamente as honras da monarchia, mas que a minha repugnância era relativa aos títulos, sendo que não duvidava mesmo aceitar condecorações.

A consequência foi que S. Ex. sabendo o meu animo, e não querendo, o que lhe agradeço, deixar-me sem alguma distinção, quando todos os conselheiros de estado tinham o titulo de marquezes e viscondes, substituiu o titulo de visconde pela grã-cruz da ordem de Christo.

As pessoas que me conhecem hão de fazer-me a justiça de crer que as palavras que referi não forão um desejo ou uma pretensão que eu exprimira, mas um principio, um argumento, uma defeza.

Conselheiro Nabuco.

17 de outubro⁷⁹⁷.

⁷⁹⁴ Este jornal foi criado por conservadores para garantir apoio à política do visconde do Rio Branco, sendo que seu filho, José Maria da Silva Paranhos, colaborou com a escrita desde o primeiro número de *A Nação* em julho de 1872. Luís Cláudio Villafañe G. Santos, *Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁷⁹⁵ *A Nação*, 16 de outubro de 1872, nº 90, p. 2.

⁷⁹⁶ Luís Cláudio Villafañe G. Santos, *Juca Paranhos, op.cit.*

⁷⁹⁷ *Jornal do Commercio*, 18 de outubro de 1872, nº 290, p. 2.

Nessa carta, Nabuco de Araújo reiterava seus valores monárquicos, demonstrava a insistência de Rio Branco para que ele aceitasse o título, ao que ele respondeu ter “repugnância” dos títulos, preferindo, então, receber alguma condecoração. Assim, enquanto todos os conselheiros se tornaram marqueses ou viscondes, ele preferiu ser, tão somente, grã-cruz da ordem de Cristo. No mesmo dia em que o *Jornal do Comércio* publicou esta carta, o jornal *A Nação* fez um novo texto, explicando o uso do verbo *preferir* e afirmando que, ainda que Nabuco tenha declinado o título de visconde, ele pode escolher a honraria de sua preferência, neste caso a condecoração de grã-cruz de Cristo, que lhe foi concedida em 30 de outubro de 1872⁷⁹⁸.

O Sr. Conselheiro Nabuco

Quando em nosso jornal noticiamos que o Sr. Conselheiro Nabuco preferia uma condecoração ao título de visconde, que lhe foi oferecido, não quisemos dar a entender que S.Ex. tivera um desejo ou uma pretensão. Fazemos justiça ao caracter de S. Ex.

Se usamos para o caso particular, que fez objeto da noticia contra a qual S.Ex. reclama, da expressão *preferir*, que hoje repetimos, tivemos em vista a opinião individual de S.Ex. a respeito de títulos e condecorações em geral, a qual havia sido manifestada ao honrado Sr. Presidente do conselho, como em sua reclamação declara S.Ex.

Desde que S.Ex., referindo-se a títulos e condecorações, em geral, manifestara, por motivos particulares, preferencia por esta, e o Governo Geral, em consequência disso, o distinguira com uma honrosa condecoração, em vez do título que pretendeu oferecer-lhe, pareceu-nos bem cabida a expressão *preferir*, de que usamos, sem que dela se possa razoavelmente inferir que tivemos a intenção de dar a entender que o Sr. Conselheiro Nabuco solicitou a graça que lhe foi conferida⁷⁹⁹.

Assim, diante dessas três recusas⁸⁰⁰ de títulos nobiliárquicos ocorridas em 1872, é fato que, embora cada um desses políticos tenha usado um argumento distinto para

⁷⁹⁸ A carta de concessão continha o seguinte teor: “Dom Pedro por Graça de Deos e Unanime Acclamação dos Povos; Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, como Grão Mestre da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo. Faço saber aos que esta Minha Carta virem que; Attendendo ao merecimento e serviços do Conselheiro d’Estado José Thomaz Nabuco de Araujo, e ás provas de fidelidade e adesão que tem continuado a dar á Minha Augusta Pessoa, e Querendo por esse Distinguil-o. Hei por bem nomeal-o Gran Cruz da dita Ordem da qual é somente Cavalleiro. Pelo que lhe mandei passar a presente, a qual depois de prestado o juramento do estilo será sellada com o sello das Armas Imperiaes. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Outubro de mil oitocentos e setenta e dois, quinquagésimo primeiro da Independencia e do Imperio. João Alfredo Correia de Oliveira”.

Carta pela qual Vossa Majestade Imperial Há por bem Nomear Gran Cruz da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo o Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo, como acima se declara.

Para Vossa Majestade Imperial Ver.

[no verso] Prestou juramento por procurador em 22 de Novembro de 1872.

Pagou quinhentos e secenta mil reis de sello. Recebedoria em 26 de Novembro de 1872.

Pagou cento e trinta mil reis de emolumentos. Rio 26 de Novembro de 1872.

Registrado a f. 125v do L.3º de Diploma da Ordem de Christo. 2ª Secção da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1872”. IHGB, lata 674, pasta 54 – Coleção Nabuco – Carta de Concessão da Grã-Cruz de Cristo a Nabuco, 30/10/1872.

⁷⁹⁹ *A Nação*, 18 de outubro de 1872.

⁸⁰⁰ Praticadas pelo barão de Cotegipe, pelo visconde de Abaeté e por Nabuco de Araújo.

respalda a negativa, elas não ficaram restritas aos espaços de circulação dos ministros e dos nobilitados em potencial, chegando, como a de Nabuco e de Abaeté, à imprensa e merecendo, como a de Nabuco, réplica e tréplica, mantendo sempre sua argumentação a favor da monarquia e das condecorações, mas de repúdio aos títulos nobiliárquicos. De acordo com Joaquim Nabuco, seu pai não aceitou o título de visconde oferecido aos conselheiros de estado, “por ver a fantasmagoria de uma nobreza sem transmissão e sem fortuna, e também por afeição ao nome que sempre usara”. Seguindo ainda a opinião de Joaquim Nabuco, seu pai para mostrar que “não recusa as honras da monarquia”, aceitou a grã-cruz de Cristo⁸⁰¹.

Nesse sentido, o ano de 1872 pode ser visto como um ponto de ruptura na aceitação automática de títulos de nobreza. Se, até então, no Segundo Reinado, era fato raro, protagonizado em 1841 por Francisco de Lima e Silva, a partir desse ano, 1872, quando, ao menos, três políticos de “alto calibre” declinaram essas concessões, as negativas se tornariam mais comuns entre os grandes nomes do Império.

Uma referência crítica à recusa de títulos nobiliárquicos foi feita também em um jornal republicano, publicado no Rio de Janeiro e tendo como principal redator Quintino Bocaiuva⁸⁰², indicando as mudanças que estavam ocorrendo na monarquia brasileira, por exemplo a recusa de títulos nobiliárquicos por monarquistas e a abolição do beija-mão, destacando que o medo não residia em um governo republicano que, mais cedo ou mais tarde, chegaria, mas sim em uma revolução, que poderia provocar importantes transformações na ordem vigente até então.

A República. Rio, 06 de novembro. A ideia democrática II

[...] Para sermos francos, diremos ao nosso contendor que não sabemos se a republica chegará amanhã ou depois. Porém, há alguma cousa de mais grave que nós sentimos aproximar-se – é a REVOLUÇÃO.

Se o partido republicano ainda não está organizado, como confessamos, o nosso intuito e o nosso esforço dirigem-se principalmente a esse fim. E temos a grata esperança de que dentro de pouco, esse partido, forte pelas suas doutrinas e pelo apoio que encontra na consciência nacional, há de ser a derradeira esperança da pátria e a garantia suprema da estabilidade e do progresso do paiz, no meio dos cahos social e político que os erros e os abusos deste regimen estão creando.

⁸⁰¹ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, vol. 2, p. 1118.

⁸⁰² Em dezembro de 1870, foi lançado no Rio de Janeiro o Manifesto Republicano assinado por, entre outros, Henrique Limpo de Abreu, Lafaiete Rodrigues Pereira, Joaquim Saldanha Marinho e Quintino Bocaiuva. Foi seguido pela fundação do Partido Republicano do Rio de Janeiro e em 1873, foi fundado o Partido Republicano Paulista. O manifesto pode ser consultado na íntegra em Américo Brasiliense, *Os programas dos partidos e o 2º império*. São Paulo, 1878, p. 59-88 e na internet por meio do site https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3817523/mod_resource/content/2/manifeto%20republicano%201870.pdf – acesso em 02/10/2018. Ver também Milene Ribas da Costa, *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2006.

Os symptomas, diz o nosso adversário, revelam o contrario do que mostra o organ republicano.

É singular, que isto nos diga um *contemporaneo*, quando elle próprio ve os signos assombrosos do tempo e a circumstancia de recusarem *títulos nobiliários* os mesmos esteios da monarchia!

Esse cortejo ás ideas e ao sentimento nacional, tão vivamente reveladas, nada significa aos olhos do contemporâneo?

A própria iniciativa do imperador e do governo, na extinção do beija mão e nas medidas politicas de certo alcance, ou já tentadas ou prometidas, nada demonstra ao espirito de nosso obstinado antagonista? [...] ⁸⁰³

Além de nobilitar conselheiros de Estado e conhecer as recusas de títulos nobiliárquicos, o gabinete Rio Branco nobilitou em larga escala diplomatas, cada qual representante do Brasil em um país. Entre 1872 e 1875, foram 17 títulos concedidos a indivíduos com carreiras na diplomacia, além de outros dois ofertados a figuras distantes do ambiente diplomático, mas que tinham se envolvido de alguma forma nos preparativos para a participação do Brasil na Exposição Universal de Viena em 1874. Como se verá, a maioria desses homens exercia os cargos de ministro plenipotenciário e enviado extraordinário, porém nem todos.

De acordo com João Manuel Pereira da Silva, d. Pedro II, quando viajou em 1871, passou por vários países europeus, entre eles Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Itália, de tal modo que não surpreende a larga nobilitação daqueles indivíduos que, de alguma maneira, haviam atuado para a concretização dessa primeira viagem internacional do imperador, ou seja, os diplomatas que atuavam nos países pelos quais o imperador viajou ⁸⁰⁴.

Assim, Francisco Moniz Barreto de Aragão, côsul do Brasil em Hamburgo, foi feito barão de Paraguaçu ⁸⁰⁵; João Alves Loureiro, ministro residente na Itália, foi nobilitado com o título de barão de Javari ⁸⁰⁶; e Joaquim Tomás do Amaral era diretor geral da secretaria de Negócios Estrangeiros quando foi agraciado com o título de barão de Cabo Frio ⁸⁰⁷.

Como representantes do Brasil como ministros plenipotenciários e enviados extraordinários, César Sauvan Viana de Lima, que exercia esses cargos na Alemanha, foi feito barão de Jauru ⁸⁰⁸; Domingos José Gonçalves de Magalhães, representante na

⁸⁰³ *A República: propriedade do Club Republicano*, 06 de novembro de 1872, número 513, p. 3.

⁸⁰⁴ João Manuel Pereira da Silva, *Memórias do meu tempo*, *op.cit.*, p. 428.

⁸⁰⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 328; e *Almanak Laemmert*, 1872, p. 165.

⁸⁰⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 240; *Almanak Laemmert*, 1871, p. 162; e 1872, p. 168.

⁸⁰⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 88-89; e AN_002_000_76, p. 679. Dados disponíveis em:

<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/personalidades-historicas?id=129> - acesso em 05/06/2018.

⁸⁰⁸ *Almanak Laemmert*, 1872, p. 165; e *Archivo Nobiliarchico*, p. 240.

Argentina, tornou-se barão de Araguaia em 1872, sendo elevado a visconde com grandeza em 1874⁸⁰⁹; Duarte da Ponte Ribeiro, já aposentado e enviado como ministro plenipotenciário a diversas repúblicas no Pacífico, foi feito barão da Ponte Ribeiro⁸¹⁰; José Bernardo de Figueiredo, em Roma, foi feito barão de Alhandra⁸¹¹; José Carlos de Almeida Areias, que era representante do Brasil na Grã-Bretanha, tornou-se barão de Ourém⁸¹²; Marcos Antônio de Araújo, já barão de Itajubá, exercia esses cargos na França quando foi nomeado representante brasileiro no tribunal arbitral em Genebra reunido para discutir a questão do Alabama, em reconhecimento à sua atuação, foi elevado a visconde com grandeza⁸¹³; Miguel Maria Lisboa exercia esses mesmos cargos diplomáticos em Lisboa desde 1866 e foi nobilitado com o título de barão de Japurá⁸¹⁴; e Tomás Fortunato de Brito, representante na Bélgica, tornou-se barão de Arinos⁸¹⁵.

Finalmente, Francisco Adolfo de Varnhagen, teve o privilégio de receber dois títulos, tal qual ocorrido com o já mencionado Gonçalves de Magalhães. Como ministro plenipotenciário e enviado extraordinário na Áustria-Hungria, foi feito barão de Porto Seguro, em 1872, e em reconhecimento aos serviços prestados como vice-presidente da comissão nomeada para organização da participação brasileira na Exposição Universal de Viena de 1874 foi elevado a visconde com grandeza nesse mesmo ano⁸¹⁶. Além dele, outros três foram agraciados por conta desta exposição.

A Exposição Universal de Viena também teve impacto, ao menos nominal, na titulação de três pessoas. Manuel de Araújo Porto Alegre, diplomata e secretário da comissão responsável pela organização da referida Exposição, foi agraciado com o título de barão de Santo Ângelo em reconhecimento aos serviços prestados na comissão⁸¹⁷; Manuel Antônio da Rocha Faria, barão de Nioaque, foi elevado a visconde de Nioaque

⁸⁰⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 52-53; recepcionado na Argentina em 14 de agosto de 1871, *Jornal do Comércio*, 15 de agosto de 1871, n.225, p. 1; e *Almanak Laemmert*, 1872, p. 171.

⁸¹⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 368-369; e *Almanak Laemmert*, 1873, p. 192.

⁸¹¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 37; e *Almanak Laemmert*, 1872, p. 169.

⁸¹² *Archivo Nobiliarchico*, p. 320-321; e *Jornal do Recife*, 02 de novembro de 1871, n. 250, p. 1.

⁸¹³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 204. Nas “Reclamações do Alabama”, “foi nomeado como representante de S.M. o Imperador um dos árbitros escolhidos pelas altas partes litigantes o Sr. Barão de Itajubá, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil em França”, *Jornal do Comércio*, 25 de setembro de 1871, n. 265, p. 1; e indicado como árbitro do Brasil no tribunal que se reunirá em Genebra para tratar da questão do Alabama, *Jornal do Comércio*, 16 de novembro de 1871, n. 317, p. 3.

⁸¹⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 236-237; e *Almanak Laemmert*, 1872, p. 169.

⁸¹⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 61; e *Almanak Laemmert*, 1872, p. 165.

⁸¹⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 372; *Almanak Laemmert*, 1872, p. 165; AN_002_000_76, p. 675; e *A Nação*, 15 de janeiro de 1874, p. 1-2.

⁸¹⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 432; AN_002_000_76, p. 678; e *A Nação*, 15 de janeiro de 1874, p. 1-2.

com grandeza⁸¹⁸; e Antônio Dias Coelho Neto dos Reis, barão de Carapebus com grandeza, tornou-se visconde com grandeza⁸¹⁹, ambos membros da comissão responsável pela exposição.

Não só aqueles que prestaram serviços no exterior foram agraciados pelo ministério Rio Branco, que também se preocupou em nobilitar senadores e indivíduos que exerciam cargos em diversas províncias. Como membro da casa vitalícia, Francisco Antônio de Sousa Queirós, representante de São Paulo desde 1848, foi feito barão de Sousa Queirós com grandeza⁸²⁰; e José de Araújo Ribeiro, barão do Rio Grande com grandeza, representante do Rio Grande do Sul desde 1848, foi elevado a visconde com grandeza quando era também presidente da Caixa Econômica e do Monte do Socorro⁸²¹.

Do Legislativo imperial, Antônio Joaquim da Rosa foi agraciado barão de Pirapitinga em novembro de 1872, dias antes da reunião da legislatura para a qual havia sido eleito como representante de São Paulo, já que a Câmara dos Deputados anterior havia sido dissolvida em 22 de maio de 1872⁸²². Chama a atenção, frente aos cargos e ocupações dos nobilitados, a oferta do título de barão de Tacaruna a Manuel Antônio dos Passos e Silva, simples presidente da Câmara Municipal de Olinda (PE) e juiz de órfãos e ausentes⁸²³.

Além desses indivíduos, outros seis, que tinham ligações com instituições financeiras, foram nobilitados. Desses seis, quatro eram membros da junta administrativa da Caixa de Amortização. José Francisco de Mesquita, conde do Bonfim, foi elevado a marquês do Bonfim⁸²⁴; Francisco José da Rocha, barão de Itamarati, foi elevado a visconde com grandeza⁸²⁵; José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho foi feito visconde de Tocantins com grandeza (além do cargo que ocupava, possuía vasta carreira militar e era irmão do duque de Caxias)⁸²⁶; e Cândido José Rodrigues Torres foi feito barão de

⁸¹⁸ Do Rio Grande do Sul, seguiu carreira na Marinha e carreira comercial, *Archivo Nobiliarchico*, p. 310-311; AN_002_000_76, p. 676; e *A Nação*, 15 de janeiro de 1874, p.1-2.

⁸¹⁹ Do Rio de Janeiro, sua esposa, Jacinta Nogueira da Gama, era dama da imperatriz Teresa Cristina, *Archivo Nobiliarchico*, p. 112 e 555; AN_002_000_76, p. 677; e *A Nação*, 15 de janeiro de 1874, p. 1-2.

⁸²⁰ Barão de Javari, *op.cit.*, p. 416 e AN_002_000_76, p. 698.

⁸²¹ Biografia disponível em <http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1910-12/04/2017>; *Archivo Nobiliarchico*, p. 397-398; e AN_002_000_76, p. 699.

⁸²² Chefe político em São Roque (São Paulo), *Archivo Nobiliarchico*, p. 365; e Barão de Javari, *op.cit.*, p. 359.

⁸²³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 494; *Diário de Pernambuco*, 13 de janeiro de 1873, p. 3; *Diário de Pernambuco*, 08 de junho de 1872, p. 3; e AN_002_000_76, p. 656.

⁸²⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 84; e AN_002_000_76, p. 621.

⁸²⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 207-208; e AN_002_000_76, p. 623.

⁸²⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 510; e AN_002_000_76, p. 622.

Itambi⁸²⁷. Já Joaquim Egídio de Sousa Aranha, diretor do banco de Campinas e presidente da Companhia Paulista, foi feito barão de Três Rios⁸²⁸; e Manuel Afonso de Freitas Amorim, gerente do banco Mauá em Buenos Aires, tornou-se barão de Santa Vitória⁸²⁹.

Dois vice-presidentes de província também foram nobilitados. Joaquim da Cunha Freire, que, como vice-presidente, assumiu a presidência do Ceará em 1872, foi feito barão de Ibiapaba em 1874⁸³⁰; e João Simões Lopes, conservador e charqueador do Rio Grande do Sul, vice-presidente dessa mesma província em 1871, foi feito barão da Graça em 1872⁸³¹. Finalmente, o médico conservador, Francisco Lopes da Cunha, foi feito barão de Catumbi, em recompensa aos serviços prestados nos diferentes cargos que ocupou, conforme consta no decreto de concessão do título, contudo, informações específicas sobre esses cargos não foram localizadas⁸³².

Diante desses nomes e títulos ofertados, merece destaque que houve uma ampliação no número de pessoas nobilitadas e nas justificativas para a oferta de tais títulos, contudo tais justificativas não foram as únicas que nortearam a concessão de títulos durante o gabinete Rio Branco. Como se verá, diversas pessoas foram recompensadas por serviços prestados ao Estado e à instrução pública, por exemplo, além de outros fazendeiros mais distantes do centro político, sem que os serviços específicos tenham sido localizados.

O reconhecimento dado a diferentes serviços prestados

Após as nobilitações dos primeiros meses de 1871 que contemplaram membros da Marinha e do Exército, além de outros indivíduos que fizeram contribuições para a guerra do Paraguai, esses grupos só voltaram a ser titulados a partir de julho de 1872. Francisco Cordeiro Torres e Alvim, chefe da esquadra e que atuou na referida guerra, foi

⁸²⁷ Irmão do visconde de Itaboraí, capitalista e negociante, *Archivo Nobiliarchico*, p. 210; Barão de Javari, *op.cit.*, p. 357. *Almanak Laemmert*, 1874, p. 234; e AN_002_000_76, p. 627.

⁸²⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 514. Por decreto de 07 de agosto de 1872, foi autorizada a incorporação de um banco agrícola na cidade de Campinas. O barão de Três Rios foi membro da primeira diretoria após a criação do banco; era capitalista e fazendeiro, *Almanak de São Paulo*, 1873, p. 325, 331 e 334; e AN_002_000_76, p. 637.

⁸²⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 428; *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de julho de 1871, p. 1; e AN_002_000_76, p.687.

⁸³⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 179-180; era 2º vice-presidente da província, assumiu a presidência em janeiro de 1872, *Pedro II*, 09 de janeiro de 1872, p. 2; era um dos diretores da Companhia Cearense Via-Férrea de Baturité e negociante no Ceará, *Almanak da Província do Ceará*, 1873, p. 417 e 430.

⁸³¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 163-164; Aquiles Porto Alegre, *Homens Ilustres*, *op.cit.*, p. 174; e AN_002_000_76, p. 646.

⁸³² *Archivo Nobiliarchico*, p. 124; *Jornal do Comércio*, 18 de agosto de 1872, p. 3; e AN_002_000_76, p. 639.

feito barão de Iguatemi⁸³³; José Auto da Silva Guimarães, marechal de campo, também com atuação na guerra, foi feito barão de Jaguarão⁸³⁴; Francisco Pereira Pinto, chefe de divisão da Marinha brasileira, foi agraciado com o título de barão de Ivinhema⁸³⁵; Rufino Enéias Gustavo Galvão, coronel de engenheiros do Exército brasileiro, nomeado para membro da comissão encarregada da demarcação da fronteira entre Brasil e Paraguai e, em atenção a isso, nobilitado barão de Maracaju⁸³⁶; e João de Sousa da Fonseca Costa, filho do então barão da Gávea, brigadeiro do Exército, foi nobilitado com o título de barão da Penha em atenção aos serviços prestados na guerra⁸³⁷.

A Guerra do Paraguai ainda serviu de justificativa para a nobilitação de outros dois indivíduos, embora distantes das forças armadas. Gualter Martins, homem de grande fortuna, prestou importantes serviços à guerra, possivelmente financeiros, sendo então agraciado barão de Grão-Mogol, em alusão à cidade mineira onde residia⁸³⁸; e Francisco Pereira de Macedo, figura também de grandes haveres no Rio Grande do Sul, e que mandou sentar praça 50 de seus escravos na guerra do Paraguai, recebeu em reconhecimento a seus serviços o título de barão do Serro Formoso em novembro de 1872⁸³⁹.

Finalmente, sem vínculos explícitos com a guerra, dois integrantes da Marinha foram titulados. O vice-almirante João Maria Wandenkolk foi feito barão de Araguari⁸⁴⁰ e o capitão da fragata Antônio Luís Von Hoonholtz foi feito barão de Tefé⁸⁴¹.

O Gabinete Rio Branco também procurou usar os títulos de nobreza para ampliar o seu rol de apoiadores e se não fez isso de um modo escancarado, usou como justificativa para tais concessões serviços à instrução pública e os serviços prestados ao Estado de diferentes formas. Esse gabinete, que havia dissolvido a Câmara dos Deputados em 22 de maio de 1872, precisava eleger um novo legislativo que fosse a ele favorável e, portanto,

⁸³³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 186-187; e AN_002_000_76, p. 619.

⁸³⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 232-233; e AN_002_000_76, p. 620.

⁸³⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 226; e AN_002_000_76, p. 667. Outros dados biográficos disponíveis em: <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/166-19/04/2017>

⁸³⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 272; *Almanak Laemmert*, 1872, p. 182; e AN_002_000_76, p. 701. Outros dados biográficos disponíveis em <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/257-19/04/2017>.

⁸³⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 349-350; e AN_002_000_76, p. 681.

⁸³⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 164; *A Reforma*, 20 de setembro de 1873, p. 2; e AN_002_000_76, p. 669. De acordo com *Diário de Minas*, de 22 de novembro de 1873, era delegado e um dos homens de maior fortuna em Grão Mogol.

⁸³⁹ Jonas Moreira Vargas, *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre (RS): dissertação de mestrado, UFRGS, 2007, p. 179; *Archivo Nobiliarchico*, p. 477; e AN_002_000_76, p. 647.

⁸⁴⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 52; e AN_002_000_76, p. 659.

⁸⁴¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 503-504; e AN_002_000_76, p. 662.

precisava de suporte nas localidades, conquistado por meio de cooptação dos “figurões” locais que realizaram algum serviço e em troca receberam os títulos. Outra provável justificativa para a necessidade de angariar apoio é a publicação do decreto de 13 de novembro de 1872, obra do poder Executivo, que regulamentou a Lei do Ventre Livre⁸⁴².

Não é possível confirmar, ao menos no âmbito desta tese, se esta estratégia foi bem sucedida e se garantiu a Rio Branco o apoio legislativo necessário para sua governabilidade, porém é fato que ele permaneceu à frente do gabinete até 25 de junho de 1875, quando foi substituído pelo duque de Caxias, sendo ademais notório que, durante a sua administração, surgiram vários novos nobres, em quantidades expressivas, bem vinculados às suas localidades.

Além dos vários indivíduos nobilitados já citados, outros treze títulos foram ofertados para aqueles que prestaram algum serviço ao Estado e outros 25 foram concedidos àqueles que fizeram alguma contribuição para a instrução pública. Dado o elevado número de títulos nessas duas categorias, citaremos, para exemplificar, apenas cinco da primeira categoria, escolhidos por termos localizado o serviço prestado pelo nobilitado, e, em se tratando da segunda categoria, optamos por agrupá-los por província, já que indivíduos de dez delas foram agraciados.

Assim, João Cavalcanti Maurício Wanderley, fazendeiro conservador em Pernambuco, foi agraciado com o título de barão de Tracunhaém, em recompensa aos serviços prestados a favor da legalidade e do governo na repressão do Quebra-quilos⁸⁴³; José Pereira de Faro, fazendeiro fluminense, foi nobilitado com o título de barão do Rio Bonito em atenção aos serviços prestados ao combate à febre amarela, acolhendo e abrigando em sua fazenda os imigrantes ingleses que lá chegavam⁸⁴⁴; Bernardo Clemente Pinto Sobrinho e Diogo Teixeira de Macedo foram nobilitados por suas atuações na

⁸⁴² O decreto pode ser consultado em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html> - acesso em 22/08/2018

⁸⁴³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 511; *Almanak Laemmert*, 1874; *Jornal do Recife*, 14 de junho de 1891. Atuou ao lado do governo no movimento do Quebra Quilos e, por isso, foi nobilitado, “esteve ao lado do governo e da legalidade, prestando relevantíssimos serviços, os quais lhe valeram o título de barão de Tracunhaém, com que o agraciou e distinguiu o Ministério do imortal estadista visconde do Rio Branco, de que fazia parte o eminente estadista pernambucano conselheiro João Alfredo”, *Diário de Pernambuco*, 12 de junho de 1891, p. 2; e AN_002_000_76, p. 655. Diante dos dados biográficos encontrados, não foi localizado um parentesco com a família do barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley.

⁸⁴⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 389-390; e AN_002_000_76, p. 666. “O Sr. ministro de estrangeiros deu conhecimento ao Sr. barão do Rio Bonito, José Pereira de Faro, dos louvores que o governo inglês, por intermédio do seu ministro nesta Corte, dirige àquele digno cidadão, pela humanidade e desvelos com que acolheu e tratou em suas fazendas os imigrantes ingleses aqui chegados, quando reinava a febre amarela”, *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de agosto de 1873, p. 1.

construção da estrada de ferro do Cantagalo (RJ) e receberam, respectivamente, os títulos de barão de Nova Friburgo⁸⁴⁵ e barão de São Diogo⁸⁴⁶.

Importante destacar que, no decreto de concessão desses dois últimos títulos, o local de assinatura está Palácio de Nova Friburgo, e não Palácio do Rio de Janeiro, como na larga maioria dos títulos ofertados, de tal modo que isso deixa evidente que o título foi concedido na residência do próprio barão de Nova Friburgo e não no palácio imperial, sede do governo.

Finalmente, o quinto exemplo⁸⁴⁷ desse tipo de nobilitação foi Irineu Evangelista de Sousa, já barão de Mauá, deputado pelo Rio Grande do Sul e responsável por inaugurar o cabo submarino que ligava o Brasil à Europa em 22 de junho de 1874, três dias antes

⁸⁴⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 316; *Relatório do Ministério da Guerra*, 1866, p. 7; e o decreto de concessão tem como local “Palácio em Nova Friburgo”, AN_002_000_76, p. 671.

⁸⁴⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 439; membro da diretoria do Instituto de Agricultura Fluminense, *Almanak Laemmert*, 1872, p. 325; desembargador, o decreto de concessão tem como local “Palácio em Nova Friburgo”, AN_002_000_76, p. 672.

⁸⁴⁷ Os outros nobilitados nessa categoria foram Antero Vieira da Cunha, fazendeiro em Pernambuco, tornou-se barão de Araripe em atenção aos serviços prestados à colônia orfanológica Isabel em sua província, *Archivo Nobiliarchico*, p. 55, *Diário de Pernambuco*, 13 de abril de 1875, n. 83, p. 3, *Diário de Pernambuco*, 30 de março de 1875, n.71, p. 1 e AN_002_000_76, p. 706; Antônio Ferreira da Silva foi nobilitado com o título de barão de Embaré em recompensa aos serviços prestados à febre amarela na cidade de Santos (SP), *Archivo Nobiliarchico*, p. 145, *Almanak Laemmert*, 1875, inspetor da instrução pública de Santos, *Correio Paulistano*, 22 de fevereiro de 1874, p. 1, AN_002_000_76, p. 674 e *A Reforma*, 06 de maio de 1874, p. 3; Francisco Rodrigues Pereira de Queirós, de Minas Gerais, foi agraciado barão de Santa Cecília em atenção aos serviços prestados ao Estado, *Archivo Nobiliarchico*, p. 412, AN_002_000_76, p. 682, e *Novo e Completo Índice Cronológico da História do Brasil*, 1873, p. 252; Inácio Francisco Silveira da Mota, fazendeiro fluminense foi feito barão de Vila Franca em atenção aos serviços prestados ao Estado, AN_002_000_76, p. 703, *Archivo Nobiliarchico*, p. 539, fazendeiro em Quissamã (Rio de Janeiro), casou-se com a filha do visconde de Araruama; Jerônimo José de Mesquita, fazendeiro e capitalista fluminense, foi agraciado com o título de barão de Mesquita em atenção aos serviços prestados ao Estado, filho do marquês de Bonfim, *Archivo Nobiliarchico*, p. 286, membro da Junta Administrativa da Caixa de Amortização e da Comissão Fiscal do Banco Rural Hipotecário do Rio de Janeiro, *Almanak Laemmert*, 1874, p. 234, *A Reforma: órgão democrático*, 22 de junho de 1873, p. 4 e AN_002_000_76, p. 665; Militão Máximo de Sousa, capitalista e negociante do Rio de Janeiro, foi feito barão de Andaraí, conselheiro do Conselho Fiscal da Caixa Econômica e Monte do Socorro, *Almanak Laemmert*, 1873, p. 230, *Almanak Laemmert*, 1873, p. 550, membro da Junta Administrativa da Caixa de Amortização, *Almanak Laemmert*, 1874, p. 234, e nobilitado em atenção aos serviços prestados, AN_002_000_76, p. 623; Olindo Gomes dos Santos Paiva, deputado provincial no Espírito Santo, foi feito barão de Timboi em atenção aos serviços prestados à humanidade, à linha telegráfica e à guerra do Paraguai, *Archivo Nobiliarchico*, p. 508, “Os relevantes serviços prestados a causa publica por esse distinto cidadão, grangearam-lhe a estima e veneração de seus concidadãos. O governo foi o interprete da opinião publica, manifestando-lhe tão justo apreço”, *O Espirito Santense*, 8 de outubro de 1874, n. 431, p. 4, responsável pela navegação a vapor de São Mateus, *O Espirito Santense*, 17 de dezembro de 1870, n. 28, p. 4, deputado provincial em 1872, *O Espirito Santense*, 13 de outubro de 1872, n. 131, p. 1, e nobilitado pelos serviços prestados à humanidade, à linha telegráfica e à guerra do Paraguai, AN_002_000_76, p. 690; e Pedro Leopoldo de Araújo Nabuco, senhor de engenho em Sergipe, que prestou serviços à humanidade, tal como consta no decreto de concessão do título de barão de Itabaiana, *Archivo Nobiliarchico*, p. 199, *Aspecto do baronato sergipano*, p. 122, e AN_002_000_76, p. 641.

de nobilitação. Tal inauguração consta em seu decreto de concessão como sendo a justificativa para a elevação de seu título para visconde de Mauá com grandeza⁸⁴⁸.

Além dos seis titulados já citados que foram nobilitados por serviços prestados à instrução pública, outros 25 se enquadram nesta categoria. A nobilitação com tal justificativa reiterava uma das preocupações do gabinete Rio Branco⁸⁴⁹, justamente a questão da instrução pública, de tal forma que nobilitá-los era uma expressão pública da política ministerial. Assim, neste caso, representantes de dez províncias foram agraciados, sendo que oito dos 25 titulados eram do Rio de Janeiro⁸⁵⁰, cinco de Minas Gerais⁸⁵¹, dois

⁸⁴⁸ Grande industrial, construiu o assentamento do Cabo Submarino transatlântico, inaugurado em 22 de junho de 1874 e era deputado pelo Rio Grande do Sul, *Archivo Nobiliarchico*, p. 281; e AN_002_000_76, p. 685.

⁸⁴⁹ Sobre as discussões envolvendo a instrução pública no Segundo Reinado, inclusive as medidas discutidas por Rio Branco e seus ministros, consultar Susan Brodhage Sant'Anna e Celina Midori Murasse Mizuta, "A instrução pública primária no Brasil Imperial: 1850-1889", disponível em <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/117/pdf> - acesso em 03/10/2018

⁸⁵⁰ Domingos Custódio Guimarães, barão do Rio Preto, fazendeiro em Valença, filho do visconde do Rio Preto, *Archivo Nobiliarchico*, p. 403, AN_002_000_76, p. 695, *O Mequetrefe*, 19 de fevereiro de 1876, p. 2; Francisco José Teixeira Leite recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Vassouras, era tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia em Vassouras, *Archivo Nobiliarchico*, p. 532, AN_002_000_76, p. 700, *Jornal do Comércio*, 20 de novembro de 1874, p. 3, e *Almanak Laemmert*, 1875, p. 267; João Caldas Viana Filho, barão de Pirapitinga, proprietário e fazendeiro no Rio de Janeiro, *Archivo Nobiliarchico*, p. 362, e AN_002_000_76, p. 645; José Gonçalves de Oliveira Roxo, barão de Guanabara, capitalista e fazendeiro com máquina a vapor em Vassouras, *Archivo Nobiliarchico*, p. 168, *Almanak Laemmert*, 1875, p. 269, *Almanak Laemmert*, 1871, p. 114, e AN_002_000_76, p. 708; José Rodrigues Alves Barbosa feito barão de Santa Fé, era de Valença. *Archivo Nobiliarchico*, p. 417, e AN_002_200_76, p. 705; Manuel Francisco Albernaz, barão de Santa Clara, fazendeiro em Guaratiba, *Archivo Nobiliarchico*, p. 412, *A Nação*, 13 de maio de 1875, p. 2, e AN_002_000_76, p. 650; Manuel Gonçalves Pereira recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Maracanã, negociante no Rio de Janeiro e residente em Portugal, *Archivo Nobiliarchico*, p. 273, *Almanak Laemmert*, 1875, p. 57, AN_002_000_76, p. 707; e Manuel Jacinto Carneiro Nogueira da Gama, barão de Juparanã, filho do marquês de Baependi e irmão do conde de Baependi, fazendeiro em Valença, presidente da Câmara Municipal de Valença em 1869 e 1872, *Archivo Nobiliarchico*, p. 247, e AN_002_000_76, p. 680.

⁸⁵¹ Belisário Augusto de Oliveira Pena, de Minas Gerais, foi feito barão de Carandaí, *Archivo Nobiliarchico*, p. 110, Zuquete, *op.cit.*, p. 591, *A Instrução Publica: publicação hebdomadária*, 22 de dezembro de 1872, p. 331, AN_002_000_16, p. 649; Francisco Gonçalves Penha, vereador liberal na Câmara Municipal de Turvo, tornou-se barão de São Tomé, *Archivo Nobiliarchico*, p. 467, *Almanak Administrativo, Civil e Industrial (RJ)*, 1873, p. 520 e 522, *A Reforma*, 05 de abril de 1871, p. 2, *A Reforma*, 28 de setembro de 1872, p. 2, e AN_002_000_76, p. 640; Joaquim Honório de Campos, fazendeiro de café, tornou-se barão do Rio Pardo, *Archivo Nobiliarchico*, p. 400, *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da província de Minas Gerais*, p. 254, AN_002_000_76, p. 651; Joaquim Pereira da Silva, de Minas Gerais, foi feito barão de Monte Verde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 297, *Almanak Laemmert*, 1875, p. 198, AN_002_000_76, p. 644; e José Bernardino de Barros, grande cafeicultor do distrito de São José do Rio Preto, dono da Fazenda Boa Esperança, foi feito barão de Três Ilhas, *Archivo Nobiliarchico*, p. 513, AN_002_000_76, p. 697, *A Nação*, 10 de outubro de 1874, p. 2, Rita de Cássia da Silva Almico, "Ilustres devedores: crédito e relações em Minas Gerais no século XIX", *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

de Pernambuco⁸⁵², do Piauí⁸⁵³, do Rio Grande do Sul⁸⁵⁴ e de São Paulo⁸⁵⁵, e um da Bahia⁸⁵⁶, do Maranhão⁸⁵⁷, do Rio Grande do Norte⁸⁵⁸ e de Sergipe⁸⁵⁹. À exceção de Francisco José Teixeira Leite, barão de Vassouras, capitalista e fazendeiro no Rio de Janeiro e de Manuel Gonçalves Pereira, agraciado barão de Maracanã em 1872⁸⁶⁰, negociante fluminense, que receberam honras de grandeza em seus títulos, em 1874 e 1875, respectivamente, os demais ingressaram na nobreza imperial por meio de um simples baronato.

Assim, é possível afirmar que a oferta desses títulos de nobreza esteve ligada à execução da política de Rio Branco; isto é, o gabinete em questão buscava nobilitar indivíduos que asseguravam a viabilidade de suas propostas reformistas, bem como figuras que garantissem apoio local para a eleição da Câmara dos Deputados, o que, como mencionado, não foi mensurado. Contudo, dada a longa duração do gabinete, é possível antever que tal política tenha dado algum resultado no tangente à sua manutenção, ainda que questionado pela oposição liberal e pelos conservadores dissidentes.

Finalmente, a prestação de serviços ou mesmo a divulgação de atos beneméritos para justificarem a nobilitação desses indivíduos, o que já havia sido chamado de “cambalhotas” e “saltos mortais”, não passou despercebido a outro contemporâneo, desta

⁸⁵² Trata-se dos senhores de engenho Belmiro da Silveira Lins, feito barão da Escada, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 147, Peter Eisenberg, *Modernização sem mudança*. Paz e Terra, 1977, p. 153, e AN_002_000_76, p. 688; e Umbelino de Paula de Sousa Leão, que se tornou barão de Jaboatão, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 226-227, *A Instrução Publica*, 18 de maio de 1873, p. 159.

⁸⁵³ Augusto da Cunha Castelo Branco, barão de Campo Maior, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 105, e AN_002_000_76, p. 704; e João do Rego Monteiro, barão de Gurgueia, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 175, *O Piauí*, 30 de setembro de 1873, n. 282, AN_002_000_76, p. 689.

⁸⁵⁴ José Antônio Moreira, charqueador em Pelotas, tornou-se barão de Butuí, Jonas Moreira Vargas, *Entre a paróquia e a corte, op.cit.*, p. 186, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 88, AN_002_000_76, p. 663; e Luís Gonçalves das Chagas, barão de Candiota, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 107, Hermes Gilber Uberti, *A benção que se pede e a benção que se dá: redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914)*. São Leopoldo (RS): dissertação de mestrado, UNISINO, 2011, p. 106, e AN_002_000_76, p. 709.

⁸⁵⁵ José Bonifácio de Campo Ferraz, barão de Monte-Mor, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 294-295, e AN_002_000_76, p. 683, *Almanak Laemmert*, 1875, p. 62; e Maria Luzia de Sousa Aranha, baronesa de Campinas, seu marido e seu cunhado introduziram o plantio de café em Campinas, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 102, e AN_002_000_76, p. 702.

⁸⁵⁶ Joaquim Augusto de Moura tornou-se barão de Vila Velha, morador em Ilha de Contas, na Bahia, passou carta de liberdade, em nome da Sociedade Sete de Setembro, a nove escravos seus, *Correio Paulistano*, 19 de outubro de 1871, p. 2, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 544, e AN_002_000_76, p. 660.

⁸⁵⁷ Jacinto José Gomes tornou-se barão de Monção, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 289, e AN_002_000_76, p. 664.

⁸⁵⁸ Manuel Varela do Nascimento, barão do Ceará-Mirim, proprietário de terras no Rio Grande do Norte, João Evangelista Romão, *Além dos jardins: história e genealogia de Jardim de Angicos/RN*. Rio Grande do Norte: s/n, 2006, p. 107, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 129, AN_002_000_76, p. 684 e *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de junho de 1874, p. 3.

⁸⁵⁹ José Inácio Acióli do Prado, barão de Aracaju, fazendeiro e criador abastado em Sergipe, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 50, e AN_002_000_76, p. 638.

⁸⁶⁰ *Arquivo Nobiliarchico*, p. 273; e *Almanak Laemmert*, 1874, p. 62.

vez um deputado na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, Baltazar Bernardino que, em sessão de 05 de novembro de 1874, afirmou:

O amor do próximo e a generosidade são qualidades tão salientes no coração brasileiro que não era mister uma lei que as despertasse. Antes de 28 de setembro, as alforrias eram constantes e em grande numero, e eram inspiradas por um sentimento muito puro e elevado. É verdade que ninguém mandava registra-las na imprensa, nem apregoa-las *urbi et orbi*; ninguém pedia por isso um título de nobreza, dessa nobreza que se compra com moeda, nem uma comenda para enfeitar o peito, onde talvez não se abrigue senão baixaza e indignidade!

A substituição do braço escravo era uma idéia que há muito predominava no espírito de todos que conhecem os efeitos que traz a escravidão quer no serviço, quer no seio da família. Quem contesta que é um cancro? Quem não deseja vê-la extinta? (*Apoiados*)⁸⁶¹.

Rio Branco, após sua longa permanência à frente do ministério, ao todo 51 meses, renunciou ao cargo de presidente do gabinete⁸⁶², que foi ocupado, a partir de 25 de junho de 1875, por outro conservador, o duque de Caxias. De acordo com Joaquim Nabuco, o novo gabinete não se propunha a dar continuidade à política do gabinete Rio Branco, mas sim a “apagar os dissentimentos que este criara”⁸⁶³, como consequência da Lei do Ventre Livre e do início da tramitação da nova lei eleitoral, a Lei do Terço, que seria aprovada em 1875, já durante o gabinete Caxias. Importante destacar que durante o longo período de chefia do Rio Branco, houve uma grande cisão dentro do Partido Conservador, que, apesar de ser representado pelo chefe do gabinete, não via todos os seus interesses atendidos por ele, já que ele se empenhou e aprovou a lei emancipacionista de 1871.

No que se refere à oferta de títulos nobiliárquicos, durante os pouco mais de 51 meses em que Rio Branco esteve à frente do gabinete, foram concedidos 144 títulos de nobreza. Desses 144, 107 eram títulos de barão, três de visconde, quatro honras para barão, três honras para visconde, dois de barão com grandeza, 21 de visconde com grandeza, um de conde e três de marquês. Esses números indicam uma média de 2,82 títulos por mês. Já durante os 30 meses em que Caxias presidiu o gabinete, foram ofertados 56 títulos, sendo apenas dez deles com grandeza. Assim, foram concedidos 39 títulos de barão, sete de visconde, quatro viscondes com grandeza, cinco honras de grandeza para barão e uma honra de grandeza para visconde, o que representa uma média de 1,86 títulos por mês. Por meio desses números, é possível perceber um significativo

⁸⁶¹ *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, sessão de 05 de novembro de 1874, p. 292.

⁸⁶² Sérgio Ferraz, *O Império Revisitado: instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2012, p. 165.

⁸⁶³ Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, *op.cit.*, vol. 2, p. 1002.

alargamento na nobreza imperial, uma vez que os títulos de barão eram ofertados a pessoas que não tinham, até então, ingressado na nobiliarquia.

Uma das medidas centrais do gabinete Caxias foi a alteração da legislação eleitoral com a aprovação da Lei do Terço em 20 de outubro de 1875⁸⁶⁴. Tal projeto de lei foi apresentado na Câmara em 30 de abril de 1873, ainda durante o gabinete Rio Branco pelo ministro do Império João Alfredo Correia de Oliveira. Tinha como pontos centrais a qualificação permanente, a representação da oposição e as incompatibilidades⁸⁶⁵. Assim, após longos debates travados no Legislativo, as eleições de 1876 foram feitas de acordo com a nova diretriz eleitoral, não sem alguns questionamentos.

Em debate no Senado sobre a reforma eleitoral, em 25 de agosto de 1875, diversos senadores discutiram a questão da posse de um título de eleitor para a participação no processo eleitoral, tal qual exigido pelo projeto de lei. Apesar da necessidade desse título para a eleição, ele foi comparado a um título de nobreza, já que sua posse equivaleria à distinção dada pelo referido título e, mais do que isso, como as graças e as condecorações não chegavam a todas as partes do Império, de acordo com alguns senadores, o título de eleitor cumpriria também essa função.

O Sr. Jaguaribe: - Farei ainda uma ponderação acerca de eleitores. O systema adoptado pela nossa constituição é tão sábio, em minha opinião, que elle é geralmente, por mais que se digna que elle está repudiado pelo paiz, estimado pelas populações rurais. Posso garantir isto: tenho viajado pelo nosso interior e tido oportunidade de ver quanto o simples cidadão aprecia o titulo de eleitor. Ahi, n'essas regiões onde não chegam as condecorações, esse é o titulo de nobreza.

O Sr. Saraiva: - O de eleitor sim, mas o de votante não vale nada.

O Sr. Jaguaribe: - Mas com a eleição directa desaparece esse titulo de nobreza que o povo tanto aprecia. Isto está nos nossos hábitos; não é uma cousa tão indifferente, como pensam os nobres senadores, porque n'este paiz, onde há grandes tendências para o enobrecimento, onde se aprecia tanto uma condecoração, n'essas regiões onde ellas não chegam, o tiulo de eleitor é muito estimado. E a proposito, permita-me que diga que me parece que esse serviço de distribuição de graças em geral tem sido mal executado, que as condecorações nem sempre são dadas a quem as merece. Há muitos homens dignos pelo interior que tendo prestado serviços relevantíssimos ao Estado, mais relevantes do que o de muitos que vivem sob o peso de condecorações, morrem no esquecimento. Ahi, nesses centros onde não chegam as condecorações, o povo enobrece o cidadão conferindo-lhe o titulo de eleitor, e o cidadão assim enobrecido o aprecia sobremaneira. Isto é mais uma prova de que a nossa constituição foi sabiamente distribuindo cargos, conforme as circumstancias do paiz reclamavam.[...] ⁸⁶⁶.

⁸⁶⁴ Lyana Maria Martins da Silva, *Reforma Gorada: Lei do Terço e a representação das minorias nas eleições de 1876 em Pernambuco*. Recife: dissertação de mestrado, UFPE, 2014, p. 118.

⁸⁶⁵ Lyana Maria Martins da Silva, *Reforma Gorada, op.cit.*, p. 82.

⁸⁶⁶ *Constituição*, Ceará, 06 de outubro de 1875, número 125, p. 2.

É interessante perceber o modo como os dois títulos são comparados e, de certa maneira, igualados pelos senadores. Assim, seguindo as falas dos senadores, apesar de o título nobiliárquico ser uma condecoração, a ideia da posse de um título, ainda que fosse o de eleitor, já garantia uma distinção na localidade, função que também era cumprida pelo título honorífico. O próprio imperador também manifestou sua opinião sobre esta lei indicando, em carta à princesa Isabel, datada de 25 de março de 1876, na véspera, portanto, de sua saída do país, o quanto esse tema das eleições era importante para ele, bem como seu desejo de que a troca da Câmara ocorresse por vontade dos eleitores.

Meu grande empenho é a liberdade das eleições. Para isso tenho sempre lembrado a boa escolha de presidentes. Forão até consultados Conselheiros d'Estado, que não quizerão aceitar esse cargo. [...] Não sei qual seja o resultado das eleições, mas se elle permittir que o poder volte aos liberaes estimal-o ei. O que eu almejo é que os ministérios se succedão pela opinião da maioria da Camara. Embora a da que se vae ser electa não seja liberal, se a opposição for tal que embarace a marcha d'um ministerio Conservador, eu chamaria os liberaes para o governo, e sem condições. Entendo que a reforma da eleição directa é constitucional, porém os liberaes a farião como entendessem, reservando eu minha opinião sobre o modo de realisal-a: por meio de lei de reforma constitucional, e lembrando de todos os que tivessem uma renda entre as exijidas actualmente para votante e eleitor, e que soubessem ler e escrever. [...] ⁸⁶⁷.

Embora o tema da liberdade de eleições fizesse parte da vontade do imperador, isso não se refletiu imediatamente na concessão de títulos nobiliárquicos, já que os primeiros títulos ofertados pelo gabinete Caxias datam de dezembro de 1875, sendo, portanto, posteriores à aprovação da Lei do Terço. Tal como mencionado acerca de parte dos nobilitados pelo gabinete Rio Branco, não foi possível verificar de que modo os agraciados com títulos de nobreza em dezembro de 1875 e ao longo de 1876 foram importantes na consecução dos objetivos do monarca ou do gabinete, contudo é fato que ocorreram diversas concessões tendo como justificativa os diferentes serviços prestados ao Estado.

Em dezembro de 1875, seis títulos foram ofertados. Da Bahia, o negociante Pedro Ferreira de Vianna Bandeira foi feito barão de Fiais em recompensa aos serviços prestados à humanidade (em março de 1877, teve o seu pedido atendido para alterar a designação do título para Ferreira Bandeira)⁸⁶⁸; Coriolano Veloso da Silveira, João José Pereira Bastos Júnior e Joaquim Luís Pinheiro prestaram serviços à instrução pública no

⁸⁶⁷ Arquivo Imperial de Petrópolis, maço 175, doc. 7972

⁸⁶⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 151, AN_002_000_76, p. 711 e *Publicador Maranhense*, s/d, 1876, n. 1, p. 1. Era negociante, *Almanak Administrativo, Comercial e Industrial da Bahia*, 1872, p. 3. Mudança de designação feita a pedido do titulado, AN_002_000_76, p. 744.

município do Rio de Janeiro e, por isso, foram agraciados com os títulos de barão de Serinhaém⁸⁶⁹, de barão de Itaoca e de barão de Paquequer, respectivamente⁸⁷⁰. Além deles e por razões diferentes, Antônio Félix Martins, médico da Imperial Câmara, que foi feito barão de São Félix⁸⁷¹.

Entre fevereiro e março de 1876, antes de se ausentar do país, o imperador sancionou outras cinco ofertas de títulos. Três deles a fazendeiros fluminenses, Manuel Antônio Airoso, foi feito barão de Sapucaia⁸⁷²; Luís Antônio de Siqueira, já barão de Itabapoana com grandeza, elevado a visconde com grandeza⁸⁷³; e João Gomes Ribeiro de Avelar, barão da Paraíba com grandeza, tornou-se visconde com grandeza⁸⁷⁴. Do Rio Grande do Sul, o charqueador João Simões Lopes, barão da Graça, foi elevado a visconde em atenção aos serviços prestados ao Estado⁸⁷⁵; e o quinto agraciado foi Joaquim Bonifácio do Amaral, fazendeiro paulista feito barão de Indaiatuba⁸⁷⁶.

Dando continuidade àquilo que era praticado pelo gabinete, muito embora seu pai já estivesse fora do Brasil, outros fazendeiros foram nobilitados durante a regência da Isabel⁸⁷⁷. Quatro títulos foram ofertados a três fazendeiros fluminenses em reconhecimento aos investimentos feitos para a realização e inauguração do Engenho Central do Quissamã⁸⁷⁸. Em novembro de 1875, a família Carneiro da Silva formada por importantes fazendeiros de açúcar na região de Quissamã obteve o decreto imperial autorizando as obras para construção do Engenho Central que seria inaugurado em

⁸⁶⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 475, AN_002_000_76, p. 710 e *Publicador Maranhense*, s/d, 1876, n. 1, p. 1.

⁸⁷⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 211, AN_002_000_76, p. 712, *Diário de São Paulo*, 19 de dezembro de 1875, p. 1, e Proprietário e capitalista do Rio de Janeiro, *Almanak Laemmert*, 1876, p. 84.

⁸⁷¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 439-440, e membro honorário da Academia Imperial de Medicina, *Almanak Laemmert*, 1875, p. 144.

⁸⁷² *Archivo Nobiliarchico*, p. 470-471, e membro do conselho fiscal do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e da Comissão Comercial de Café, negociante, *Almanak Laemmert*, 1876, p. 421, 571, 716.

⁸⁷³ Fazendeiro de açúcar em Campos (RJ), *Archivo Nobiliarchico*, p. 198, e AN_002_000_76, p. 718.

⁸⁷⁴ Fazendeiro na Paraíba do Sul e em Petrópolis (RJ), *Archivo Nobiliarchico*, p. 329, e AN_002_000_76, p. 718.

⁸⁷⁵ Jonas Moreira Vargas, *Entre a paróquia e a corte, op.cit.*, p. 186, *Archivo Nobiliarchico*, p. 163-164, AN_002_000_76, p. 716, e Aquiles Porto Alegre, *Homens Ilustres, op.cit.*, p. 174.

⁸⁷⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 188. Contratou colonos europeus para trabalharem em sua fazenda em Campinas. Esses colonos chegaram em Santos em 1871, *A Reforma*, 19 de janeiro de 1871, p. 2.

⁸⁷⁷ Foi também durante esse período que a princesa Isabel assumiu a regência do Império pela segunda vez, novamente em consequência de uma viagem de seu pai para o exterior, o que fez com que ela ficasse um ano e seis meses à frente do Império, de 26 de março de 1876 a 26 de setembro de 1877. Dos 56 títulos ofertados durante a presidência de Caxias, 45 títulos foram concedidos durante a regência da princesa Isabel. Heitor Lyra, *História de d. Pedro II, op.cit.*, vol. II, p. 224 e 240. Na segunda viagem ao exterior, os monarcas foram acompanhados por Bom Retiro, d. Josefina da Fonseca (dama de companhia da imperatriz) e pelo jornalista dos EUA James O'Kelly. Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881, op.cit.*, p. 30.

⁸⁷⁸ Sobre este engenho, consultar Sonia Bayao Rodrigues Viana, *Engenho central de Quissamã: 1877/78-1904*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH – USP, 1981.

setembro de 1877. Em atenção aos investimentos realizados para a construção do novo empreendimento, Bento Carneiro da Silva, já barão de Araruama, recebeu honras de grandeza em março e seis meses depois foi elevado a visconde com grandeza⁸⁷⁹; Manuel Carneiro da Silva foi agraciado barão de Ururairi⁸⁸⁰ e Inácio Francisco Silveira da Mota, cunhado dos outros dois irmãos, recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Vila Franca⁸⁸¹.

Além destes serviços prestados relacionados ao Paço e ao Engenho Central de Quissamã, outros serviços também serviram de justificativa para a concessão de títulos. Neste caso, estão os nobilitados que podem ser interpretados como uma continuidade das práticas do gabinete Rio Branco, isto é a concessão de títulos para diplomatas e outros envolvidos na exposição universal de Viena.

Foram três diplomatas agraciados, Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, ministro plenipotenciário e enviado extraordinário ao Uruguai, barão de Aguiar de Andrada⁸⁸²; Antônio José Duarte de Araújo Gondim, que exercia os mesmos cargos do diplomata anterior na Argentina, titulado barão de Araújo Gondim⁸⁸³; e Egas Moniz Barreto de Aragão, secretário da legação na Itália, agraciado barão de Moniz de Aragão⁸⁸⁴. Embora não seja possível precisar quais foram as atuações que garantiram a oferta dos títulos nobiliárquicos, uma coincidência na designação dos títulos merece destaque. Os três receberam títulos com seus próprios sobrenomes, o que talvez seja um indicativo de que eles estivessem sendo nobilitados por suas trajetórias como um todo, ao contrário, por exemplo, do visconde do Uruguai e do visconde do Rio Branco, cujas designações remetiam aos rios da bacia do Prata, local onde tinham tido destacada atuação antes de serem agraciados.

Finalmente, em 1875, por sua atuação na exposição de Viena, Antônio da Costa Pinto, visconde de Sergimirim e fazendeiro na Bahia, recebeu honras de grandeza em reconhecimento aos serviços prestados para a exposição de Viena⁸⁸⁵; e em 1876, José Antônio de Araújo, barão de Livramento, de Pernambuco, teve seu título elevado para

⁸⁷⁹ Filho do visconde de Araruama, *Archivo Nobiliarchico*, p. 56-57.

⁸⁸⁰ Filho do visconde de Araruama e casado com a filha do Caxias, *Archivo Nobiliarchico*, p. 522.

⁸⁸¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 539, fazendeiro em Quissamã (RJ), casou-se com a filha do visconde de Araruama. Outros dados disponíveis em:

http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/acucar/10_FichasDeInventario_Vol_II.pdf - 26/04/2017.

⁸⁸² *Archivo Nobiliarchico*, p. 29; *Correio Paulistano*, 27 de janeiro de 1874; e *Almanak Laemmert*, 1875, p. 214.

⁸⁸³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 59, e *Almanak Laemmert*, 1877, p. 222.

⁸⁸⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 290, e *A Reforma*, 27 de maio de 1874, p. 2.

⁸⁸⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 474, e AN_002_000_76, p.715.

visconde de Livramento⁸⁸⁶. Neste último caso, merece retomar a carta da princesa Isabel ao seu pai em 1872 mencionando a elevação deste barão para visconde, pedido que não foi aceito pelo imperador; contudo, quatro anos depois e outros serviços mais prestados ao Império, especificamente a contribuição para a exposição de Viena, garantiram a elevação de seu título, tal qual pretendido em 1872.

Além destes serviços, outros tantos foram merecedores de títulos nobiliárquicos. Assim, cinco foram agraciados durante o exercício de algum cargo, não necessariamente ligado à administração central do Império do Brasil: um era tenente cirurgião do Exército; seis prestaram serviços à instrução pública; e sete prestaram algum serviço ao Estado e à humanidade, por exemplo. Além destes, há também fazendeiros e negociantes cujas razões para a titulação não foram localizadas, mas que serão abordados com mais vagar em outro momento.

Do primeiro caso, começaremos pelo já citado visconde da Silva (Joaquim Antônio de Araújo e Silva), marido da marquesa de Abrantes, que, havia pleiteado para o marido um título de idêntica hierarquia ao seu, sem sucesso. Era membro do conselho da Caixa Econômica e do Monte do Socorro, quando foi agraciado com o título de barão do Catete⁸⁸⁷. Eufrásio Lopes de Araújo era representante do Rio Grande do Sul na Comissão de Socorro às vítimas das inundações em Portugal quando foi titulado barão de São José do Norte⁸⁸⁸. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo era presidente da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio de Janeiro, cujo trecho foi inaugurado na presença da princesa Isabel, garantindo a ele o título de nobreza de barão de Homem de Melo⁸⁸⁹. Finalmente, Francisco Bonifácio de Abreu, na condição de presidente de Minas Gerais, recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Vila da Barra⁸⁹⁰; e Manuel Antônio Guimarães, vice-presidente do Paraná, foi agraciado barão de Nácar⁸⁹¹.

⁸⁸⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 258, e AN_002_000_76, p. 728. Nobilitado “em atenção aos seus valiosos serviços e atos de filantropia. Felicitamos o nosso comprovinciano”, *A Província*, 30 de setembro de 1876, p.3. Condecorado com a comenda da Ordem de Cristo em atenção aos serviços prestados em Pernambuco por ocasião da exposição universal de Viena, *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de março de 1876, p. 3.

⁸⁸⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 122, *Almanak Laemmert*, 1874, p. 392, 558, 582, e *Almanak Laemmert*, 1877, p. 265

⁸⁸⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 456, *Jornal do Comércio*, 10 de janeiro de 1877, p. 2. Tornou-se comendador da Ordem de Cristo em atenção aos serviços prestados à instrução pública, *Diário de São Paulo*, 15 de julho de 1873, p. 2.

⁸⁸⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 178-179, José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 82-83, e AN_002_000_76, p. 746.

⁸⁹⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 535-536.

⁸⁹¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 307, e *Gazeta de Notícias*, 10 de agosto de 1877, p. 1.

Na condição de tenente cirurgião do Exército, Paulino Franklin do Amaral foi feito barão de Canindé⁸⁹². Dos seis agraciados em atenção aos serviços prestados à instrução pública, três eram do Rio Janeiro⁸⁹³, dois do Rio Grande do Sul⁸⁹⁴ e um do Rio Grande do Norte⁸⁹⁵. Finalmente, sete indivíduos foram agraciados em atenção aos serviços prestados ao Estado, à religião e/ou à humanidade. Desses, dois eram de Minas Gerais⁸⁹⁶, dois eram do Rio de Janeiro⁸⁹⁷, dois eram de São Paulo⁸⁹⁸ e um era de Pernambuco⁸⁹⁹.

⁸⁹² *Archivo Nobiliarchico*, p. 107, e *Almanak Laemmert*, 1877, p. 201.

⁸⁹³ João Caldas Viana Filho, sócio fundador da Associação Promotora da Instrução de Meninos, proprietário e fazendeiro no Rio de Janeiro, barão de Pirapitinga, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 362, e *A Nação*, 24 de dezembro de 1874, p. 2; José Inácio da Silva Pinto tornou-se barão de São José, possuía quatro fazendas a vapor de açúcar e aguardente em Campos, *Archivo Nobiliarchico*, p. 456, *Almanak Laemmert*, 1877, p. 64, e AN_002_000_76, p. 732; e José Joaquim de Maia Monteiro, fidalgo cavaleiro da casa imperial, do Rio de Janeiro, foi feito barão de Estrela, *Archivo Nobiliarchico*, p. 149-150, e AN_002_000_76, p. 733, e *Almanak Laemmert*, 1877, p. 41.

⁸⁹⁴ Cristiano Thomsen, negociante no Rio Grande do Sul e em Nova York, tornou-se barão de Thomsen, *Archivo Nobiliarchico*, p. 505, “A bordo do patacho Flora, procedente dos Estados Unidos, haviam chegado vários móveis e utensílios que o Sr. Comendador Christiano Thomsen mandara vir, com o fim de oferece-los às escolas da província. O Sr. Thomsen é chefe de uma casa comercial do Rio Grande”, *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de agosto de 1873, p. 2, *Globo*, 11 de junho de 1876, p. 3, e foi feito comendador da ordem da Rosa pelos relevantes serviços à instrução pública, *Diário de Pernambuco*, 20 de fevereiro de 1874, p. 1; e José Luís Cardoso de Sales, estancieiro no Rio Grande do Sul, tornou-se barão de Irapuã. *Archivo Nobiliarchico*, p. 197, e AN_002_000_76, p. 731.

⁸⁹⁵ Miguel Ribeiro Dantas tornou-se barão de Mipibu, *Archivo Nobiliarchico*, p. 287. “O Sr. Coronel Miguel Ribeiro Dantas, rico proprietário na cidade de S. José de Mipibu [RN], deu uma prova de seu amor à instrução pública da província, acabando de oferecer para servir de escola para o sexo masculino e feminino uma casa de pedra e cal de sua propriedade sita na rua Noca da cidade de S. José de Mipibu, obrigando-se a fazer os reparos e modificações que a presidência da província determinar, apresentando para este fim uma planta organizada pelo engenheiro da província”, *Jornal de Recife*, 18 de fevereiro de 1877, p. 2.

⁸⁹⁶ José Joaquim Monteiro da Silva, diretor da Sociedade Industria Machadense e lavrador em Juiz de Fora, tornou-se barão de Santa Helena, *Archivo Nobiliarchico*, p. 417-418, AN_002_000_76, p. 736, *Almanach Sul Mineiro*, 1874, p. 148, e *O Pharol*, 07 de abril de 1878, p. 3; e Manuel de Castro Guimarães tornou-se barão de Cataguases, *Archivo Nobiliarchico*, p. 121, AN_002_000_76, p. 737 e *Gazeta de Notícias*, 15 de dezembro de 1876, p. 2.

⁸⁹⁷ Antônio Pereira de Sousa Barros, fazendeiro em Valença e proprietário no Engenho Novo (RJ) foi agraciado barão do Engenho Novo, *Archivo Nobiliarchico*, p. 145-146, AN_002_000_76, p. 729, *Diário de Belém*, 26 de outubro de 1876, p. 1; e Joaquim Henrique de Araújo, barão de Pirassununga, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 364, *Almanak Laemmert*, 1877, p. 55. “O mesmo Sr. Barão [Pirassununga] cede gratuitamente aquela área, depois de aterrada, a extensão necessária para a grande avenida e ruas projetadas pela comissão de melhorias da cidade”, *Gazeta de Notícias*, 29 de abril de 1876, p. 2.

⁸⁹⁸ Francisco Marcondes Homem de Melo, barão de Pindamonhangaba, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 354, filiado ao partido conservador, fez doações financeiras à Igreja Matriz e à Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba, José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 97-98; e José Félix Monteiro tornou-se barão de Mossoró, negociante em São Paulo, *Archivo Nobiliarchico*, p. 299, membro do partido liberal, José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 122-123, fez uma avultada doação à Santa Casa de Misericórdia de Taubaté pouco antes de ser nobilitado, já que foi homenageado pelos amigos pelas duas coisas na mesma ocasião, a doação e o título, *O Correio Paulistano*, 04 de agosto de 1877, p. 2.

⁸⁹⁹ Henrique Marques Lins, senhor de vários engenhos em Pernambuco, barão de Utinga, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 523, AN_002_000_76, p. 734, e Afonso Zuquete (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Edições Zairol, 2000, vol. 3, p. 731.

É importante destacar a continuidade da política praticada pelo gabinete Rio Branco, isto é, a nobilitação de indivíduos a partir de justificativas de serviços prestados à instrução pública, ao Estado, à religião e à humanidade. Neste caso, os dois gabinetes conservadores mantiveram a tônica da concessão de títulos de nobreza a diplomatas e a outros homens que tinham prestado algum serviço e essa informação aparece registrada nos decretos concessórios, situação distinta daquela praticada pelos gabinetes anteriores, quando não havia, em regra geral, o registro desta justificativa no decreto.

Finalmente, não é possível perceber uma maciça interferência da regente Isabel na concessão de títulos de nobreza, de tal modo que foram mantidas as práticas realizadas até então. Com duas ressalvas. A primeira delas, a marquesa de Abrantes, segundo Heitor Lyra, já havia tentado junto ao imperador um título de marquês para seu marido, o visconde da Silva (título português), estratégia que não foi bem-sucedida, uma vez que o imperador não concedeu a ele título algum. Ela, então, tentou garantir a nobilitação junto à princesa, conseguindo um baronato e futuramente a grandeza em seu título. Embora a princesa não tenha dado o título requerido, bastante elevado e concedido com parcimônia, ela atendeu ao pedido de nobilitação, algo que seu pai não havia feito⁹⁰⁰.

A segunda ressalva foi a interferência na inclusão de cinco nomes ligados ao Paço, dos quais três eram médicos, na lista de titulados. Caso de José Pereira Rego, barão de Lavradio, que recebeu honras de grandeza⁹⁰¹; de Antônio Teixeira da Rocha, feito barão de Maceió⁹⁰² e Manuel de Valadão Pimentel, barão de Petrópolis, que recebeu honras de grandeza⁹⁰³. Ainda sobre eles, vale destacar que os dois últimos mencionados foram nobilitados em 29 de julho de 1877, ou seja, data natalícia da princesa Isabel. Os outros dois nomes ligados ao Paço exerciam, respectivamente, os cargos de veador e de dama

⁹⁰⁰ “Contava-se que a marquesa [de Abrantes] tudo fizera para que o imperador concedesse um marquesado ao segundo marido [visconde da Silva, título português], graças ao qual ela pudesse conservar, na nobiliarquia imperial, a mesma categoria de antes. Mas Dom Pedro II, intransigente, como era, nessas coisas, opusera sempre uma tenaz resistência. É verdade que o Visconde da Silva acabaria por ter um título brasileiro, o de barão do Catete; mas concedido pela Princesa Imperial Regente em 28 de junho de 1876, quando o imperador estava ausente nos Estados Unidos da América; como seria feito grande do Império – mas também pela Princesa Regente, em 13 de outubro de 1887, quer dizer, também na ausência do pai, então em tratamento de saúde na Europa”, Heitor Lyra, *História de Dom Pedro II, op.cit.*, vol. II, p. 30.

⁹⁰¹ Médico da Imperial Câmara e presidente perpétuo da Imperial Academia de Medicina, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 254.

⁹⁰² Médico da Imperial Câmara e da Santa Casa de Misericórdia, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 266. Deputado geral de Alagoas (1872-1875; 1878), Barão de Javari, *op.cit.*, p. 362.

⁹⁰³ Médico da Imperial Câmara e da Princesa Isabel, *Arquivo Nobiliarchico*, p. 352.

da imperatriz, Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral, feito barão de Itapagipe⁹⁰⁴, e Josefina da Fonseca Costa, feita baronesa da Fonseca Costa⁹⁰⁵.

Finalmente, os dois gabinetes, Rio Branco e Caxias, foram marcados pela regência da Isabel e pela realização de eleições para a composição da Câmara dos Deputados. Se, no primeiro item, houve uma mudança significativa na quantidade de títulos ofertados durante a permanência da princesa do cargo de regente, o que não significa, contudo, uma mudança no perfil dos titulados, nem nas justificativas; no segundo item, houve uma diminuição na quantidade de títulos ofertados ao longo dos anos de 1872 e de 1876, quando ocorreram as eleições. Assim, em 1872, foram concedidos 50 títulos de nobreza, enquanto que em 1876, foram ofertados tão somente 23. Esses números não nos permitem afirmar se esses títulos foram capazes de garantir apoio local para a eleição do gabinete, questão que necessita de uma pesquisa mais apurada, é fato que esses dois gabinetes conseguiram sobreviver ainda mais alguns anos após a realização dessas eleições⁹⁰⁶.

Além destes indivíduos que, independentemente da razão que justificou a oferta do título, possuíam alguma ligação com o Estado imperial ou alguma prática que tenha justificado essa nobilitação, outros indivíduos de diferentes províncias e ligados a diferentes partidos também foram nobilitados, sem que as razões que levaram a isso tenham sido localizadas, o que não contraria aquilo que tinha sido praticado até então, quando inúmeros indivíduos sem expressivas ligações políticas tinham sido nobilitados. Dito isso, passaremos, agora, para esses poucos indivíduos nobilitados pelos gabinetes Rio Branco e Caxias.

Negociantes, fazendeiros e outros mais distantes...

Dos 144 títulos nobiliárquicos ofertados pelo gabinete Rio Branco, apenas sete se enquadram nessa categoria de fazendeiros e outros mais distantes do centro político, cujas razões para titulação não tenham sido incluídas nas categorias acima. Números

⁹⁰⁴ Filho do 1º barão de Itapagipe, veador da Imperatriz, *Archivo Nobiliarchico*, p. 213, e eleitor conservador, *Pharol*, 12 de outubro de 1876, p. 2.

⁹⁰⁵ Dama ao serviço da imperatriz nomeada em 1846, *Archivo Nobiliarchico*, p. 154, e dama em serviço, *Almanak Laemmert*, 1877, p. 29.

⁹⁰⁶ Sobre as eleições de Pernambuco em 1876, Lyana Maria Marins da Silva afirma que “Os liberais se retiraram das eleições nesta freguesia [Afogados, em 1876, por causa das fraudes] e publicaram um protesto na imprensa, justificando-se. Esse protesto foi assinado pelos barões de Vila Bela, de Guararapes e de Nazareth”. Além da ocorrência de fraudes e dos protestos dos liberais, tal eleição consagrou o conservador João Alfredo como o grande vencedor, “já que sob seu comando os conservadores mantiveram as 13 vagas de Pernambuco na Câmara, enquanto ele se elegeu senador e se consolidou como novo chefe do seu partido na província”, Lyana Maria Martins da Silva, *Reforma Gorada, op.cit.*, p. 129 e 132.

extremamente baixos se comparado ao longo período de existência do gabinete Rio Branco, pouco mais de 51 meses.

Do Rio de Janeiro, dois fazendeiros foram nobilitados, José Feliciano de Moraes Costa foi feito barão de Benevente⁹⁰⁷ e Alexandre Vieira de Carvalho, visconde de Lajes com grandeza, foi elevado a conde de Lajes⁹⁰⁸. De Minas Gerais, outros dois foram nobilitados, Joaquim Lourenço Baeta Neves foi agraciado com o título de barão de Queluz⁹⁰⁹ e Antônio Luís de Azevedo foi feito barão de Pontal⁹¹⁰. De Pernambuco, apenas Francisco Antônio de Barros e Silva foi nobilitado com o título de barão de Pirangi⁹¹¹ e, da Bahia, Francisca de Assis Viana Moniz Bandeira foi feita baronesa de Alenquer⁹¹². Finalmente, Francisca Maria do Vale Nogueira da Gama, viúva de José Inácio Nogueira da Gama (irmão do marquês de Baependi), foi nobilitada com o título de baronesa de São Mateus.

Proporcionalmente, tais números são bem menores do que os do gabinete subsequente, chefiado por Caxias, que nobilitou dois negociantes e dez fazendeiros, em pouco mais de trinta meses. Do primeiro grupo, João da Cunha Magalhães, de Pernambuco, foi feito barão de Águas Belas⁹¹³, e Francisco Antônio Afonso, do Rio Grande do Sul, tornou-se barão de Vila Isabel⁹¹⁴. Do segundo grupo, cinco fazendeiros eram ligados ao partido conservador, caso dos três paulistas Henrique José da Silva, de Bananal, barão de Ariró, elevado a visconde⁹¹⁵; Pedro Ramos Nogueira, também de Bananal, agraciado barão de Joatinga⁹¹⁶; José de Aguiar Toledo, cafeeiro em Bananal,

⁹⁰⁷ Presidente da Companhia da União Agrícola e fazendeiro em Vassouras, *Archivo Nobiliarchico*, p. 80; *Jornal do Comércio*, 29 de julho de 1874, p. 4; e *Almanak Laemmert*, 1875, p. 269.

⁹⁰⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 250; membro do conselho fiscal do Imperial Instituto de Agricultura Fluminense e negociante, *Almanak Laemmert*, 1874, p. 378, p. 621; e *Almanak Laemmert*, 1875, p. 404 e p. 668.

⁹⁰⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 377; fazendeiro em Queluz (MG); *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais*, 1874, p. 415; e AN_002_000_76, p. 661.

⁹¹⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 368; fazendeiro de cana em Minas Gerais, *Almanach Sul Mineiro*, 1874, p. 172; e AN_002_000_76, p. 654.

⁹¹¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 361, Peter Eisenberg, *Modernização sem mudança, op.cit.*, p. 152, e senhor de engenho Firmeza, *Almanak Laemmert*, 1874.

⁹¹² *Archivo Nobiliarchico*, p. 35, fazendeira, proprietária do Engenho Subaé, *Almanak Laemmert*, 1874, p. 66, e AN_002_000_76, p. 616.

⁹¹³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 28, abastado proprietário e negociante em Pernambuco, *Diário de Pernambuco*, 07 de setembro de 1877, p. 2.

⁹¹⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 540, negociante residente no Rio Grande do Sul, *O Despertador*, 05 de outubro de 1875, p. 1 e AN_002_000_76, p. 757.

⁹¹⁵ Chefe do Partido Conservador em Bananal (SP), *Archivo Nobiliarchico*, p. 61-62, José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 40-41, e *Almanak Laemmert*, 1875, p. 59.

⁹¹⁶ Agricultor e influente político em Bananal (SP), membro do partido conservador, *Archivo Nobiliarchico*, p. 244, José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 36-37, *Diário de São Paulo*, 19 de abril de 1877, p. 2, *Diário de São Paulo*, 11 de outubro de 1876, p. 2, e *Correio Paulistano*, 06 de abril de 1877, p. 2.

barão de Bela Vista, elevado a visconde de Aguiar Toledo⁹¹⁷; e dos dois fluminenses Antônio Barroso Pereira, do Vale do Paraíba, agraciado barão de Entre Rios⁹¹⁸; e Carlos Pereira Nunes, cafeicultor na Paraíba do Sul, feito barão de São Carlos⁹¹⁹.

Outros três fazendeiros eram ligados ao partido liberal, caso dos dois paulistas, ambos cafeicultores em Pindamonhangaba, Antônio Vieira de Oliveira Neves, feito barão de Taubaté⁹²⁰; e Manuel Inácio Marcondes Romeiro, feito barão de Romeiro⁹²¹; e do mineiro de Juiz de Fora, José Maria de Cerqueira Vale, agraciado barão de Santa Mafalda⁹²². Finalmente, as cores políticas dos outros dois fazendeiros não foram localizadas, caso dos fluminenses Francisco Alves Barbosa, da Paraíba do Sul, feito barão de Santa Justa⁹²³; e Manuel Ferreira Pinto, do Engenho de Cantagalo, feito barão do Carmo⁹²⁴.

É evidente que esses fazendeiros não eram os únicos frente à totalidade de nobilitados por esses gabinetes com algum vínculo partidário, contudo, como no caso dos demais titulados, as justificativas localizadas para essas concessões, de alguma forma, se destacavam mais do que a ligação partidária (localizada para poucos indivíduos além destes fazendeiros). Acreditamos, deste modo, ser possível ponderar que a nobilitação não foi consequência de uma estratégia partidária, já que houve outras razões para que tais títulos tenham sido ofertados. Situação que, como se verá, sofreu algumas alterações nos gabinetes seguintes.

Assim, apesar dos muitos nomes citados, eles nos permitiram elucidar algumas permanências, no que se refere às concessões dos títulos de nobreza praticadas pelos dois gabinetes conservadores, chefiados por Rio Branco e por Caxias, isto é, a nobilitação de

⁹¹⁷ Proprietário e fazendeiro em Bananal, chefe do partido conservador, *Archivo Nobiliarchico*, p. 30, José Luiz Pasin, *Os Barões do café*, *op.cit.*, p. 44-45, e *O Globo*, 26 de janeiro de 1877. Expositor de café premiado na Exposição da Filadélfia nos Estados Unidos em 1876, *Correio Paulistano*, 21 de março de 1878, p. 2.

⁹¹⁸ Filho do barão de Entre Rios, um dos mais importantes fazendeiros do Vale do Paraíba, membro do partido conservador, *Archivo Nobiliarchico*, p. 147, João Fragoso, *Barões do café e sistema agrário escravista. Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 85-86, e *A Nação*, 06 de setembro de 1872, p. 1.

⁹¹⁹ Fazendeiro no Rio de Janeiro e eleitor conservador na Paraíba do Sul, *Archivo Nobiliarchico*, p. 437, João Fragoso, *Barões do café*, *op.cit.*, p. 87-88, e *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de agosto de 1872, p.1.

⁹²⁰ Lavrador de café em Pindamonhangaba e membro do Partido Liberal, *Archivo Nobiliarchico*, p. 501, e José Luiz Pasin, *Os Barões do café*, *op.cit.*, p. 92-94.

⁹²¹ Lavrador e capitalista de São Paulo e chefe do Partido Liberal, *Archivo Nobiliarchico*, p. 405, José Luiz Pasin, *Os Barões do café*, *op.cit.*, p. 90-91, e *Almanak Laemmert*, 1878, p. 65.

⁹²² Fazendeiro em Juiz de Fora (MG), chefe do Partido Liberal, *Archivo Nobiliarchico*, p. 422, e Rita de Cássia da Silva Almico, "Ilustres devedores: crédito e relações em Minas Gerais no século XIX", *op.cit.*

⁹²³ Fazendeiro na Paraíba do Sul (RJ), dono da fazenda Santa Justa, em Três Ilhas, *Archivo Nobiliarchico*, p. 419-420, *Almanak Laemmert*, 1877, p. 65, e *Almanak Laemmert*, 1876, p. 187.

⁹²⁴ Fazendeiro que possui engenho e terreiro de pedra, em Cantagalo, *Almanak Laemmert*, 1877, p. 110, e *Archivo Nobiliarchico*, p. 114.

indivíduos que haviam prestado serviços ao Estado, à “humanidade” e à instrução pública, além de diplomatas e outros envolvidos na Exposição de Viena.

Contudo, é possível também perceber algumas diferenças entre as titulações praticadas por esses dois gabinetes, sendo que durante a existência do gabinete Rio Branco, houve uma significativa nobilitação de conselheiros de Estado motivada por uma situação bastante específica, isto é, a consulta dos conselheiros acerca dos poderes da princesa Isabel quando regente, além de um maior número de nobilitados ligados às forças armadas e a cargos diplomáticos, estes últimos relacionados à viagem de Pedro II à Europa.

Um último ponto de concordância entre esses dois gabinetes é a recusa de uma nomeação efetivada pelo ministério. Enquanto Rio Branco enfrentou a recusa de títulos nobiliárquicos praticada pelo visconde de Abaeté e por José Tomás Nabuco de Araújo, Caxias conheceu a negativa praticada pelo conservador Paulino José Soares de Sousa Júnior, que declinou o título idêntico ao de seu pai, o de visconde do Uruguai e também não aceitou a indicação para concorrer a uma vaga no Senado pelo Rio Grande do Norte. Nas palavras de seu biógrafo,

Em 1876 foi nomeado Conselheiro de Estado pelo ministério Caxias. Falecendo n’este mesmo ano o Visconde de Inhomirim (Salles Torres Homem), cuja escolha para senador dera lugar à queda em 1868 do gabinete Zacharias, que a julgara um desacerto da Coroa, foi oferecida ao Conselheiro Paulino a candidatura pelo seu partido á senatoria pelo Rio Grande do Norte, o que porém recusou, preferindo ficar esperando que se desse alguma vaga pelo Rio de Janeiro, para assim continuar a representar no Parlamento a sua terra natal. Consta que n’esta ocasião foi-lhe também oferecido o título de Visconde de Uruguai, que modestamente não aceitou, pois julgava que esse título era ainda trazido com honra por sua velha mãe, a Viscondessa do Uruguai⁹²⁵.

É possível ponderar se essa razão apresentada por Paulino Jr. é condizente com a realidade vivida naquele momento, já que, sendo um integrante do partido conservador e representando os interesses dos escravocratas fluminenses, certamente estava descontente com os rumos do seu partido, em crise por causa da aprovação da Lei do Ventre Livre pelo seu correligionário Rio Branco.

Assim, frente a esse novo cenário político em que as recusas se tornaram mais frequentes, as nobilitações também foram intensificadas de modo a reconhecer os diferentes serviços prestados e, quem sabe, assegurar apoio para o gabinete. Cabe agora

⁹²⁵ IHGB, Lata 497, pasta 2, Coleção Instituto Histórico, *Três brasileiros ilustres: Dr. José Antonio Soares de Sousa, Visconde de Uruguai e Conselheiro Paulino José Soares de Sousa*, 1922, p. 68.

analisar de que maneiras os gabinetes liberais se comportaram em relação à nobilitação e de que maneira os títulos foram utilizados.

3.2. Gabinetes liberais: de Sinimbu a Saraiva (1878 a 1885)

Em 05 de janeiro de 1878, o gabinete chefiado pelo conservador Caxias foi substituído por um ministério presidido pelo liberal João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. De acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, a discussão acerca de uma reforma eleitoral para implantar a eleição direta esteve presente ao longo dos anos 1870 e foi difundida por liberais e por conversadores da estirpe de Belisário Soares de Sousa, primo de Paulino José Soares de Sousa Jr. e representante da “ala emperrada” do partido. A proposta era pôr um fim ao falseamento do resultando eleitoral, eliminando a existência do votante. Como a Lei do Terço de 1875 não havia alcançado o seu objetivo, justamente a representação das minorias, o imperador, aproveitando-se da doença de Caxias, desejou a nomeação de um novo gabinete, desta vez liberal, uma vez que este partido tinha sido o primeiro a defender a eleição direta⁹²⁶.

Contudo, tal temática não era das mais simples de serem resolvidas, afinal não havia consenso no modo como ela deveria ser concretizada. O projeto apresentado pelo chefe de gabinete Sinimbu previa reforma constitucional, porém não contava com todo o apoio de seu partido, uma vez que a ala radical, oposição ao governo, desejava uma Constituinte ampla, que não versasse só sobre a questão eleitoral, de forma restrita, como previsto no projeto. Além disso, os conservadores, por sua vez, se dividiam sobre a questão, mas a maioria do partido, em especial os emperrados, com Cotegipe à frente no Senado, Paulino Jr. e o próprio Belisário, queria a eleição direta, mas sem a convocação de uma constituinte⁹²⁷.

Mal alçado ao governo, Sinimbu passou a sofrer oposição. Frente a uma Câmara majoritariamente conservadora, a solução encontrada foi a dissolução da Câmara, antes da abertura dos trabalhos, em 11 de abril⁹²⁸. De acordo com o decreto de dissolução, a

⁹²⁶ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2015, p. 29-42.

⁹²⁷ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, *op.cit.*

⁹²⁸ “A Fala do Trono de 1878 e a apresentação do ministério Sinimbu ao Senado demonstram que o novo gabinete chegou ao poder tendo a reforma eleitoral como parte fundamental do programa. Contudo, a recepção hostil do presidente do Conselho na câmara alta era indicativa das dificuldades que lhe aguardavam”. Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, *op.cit.*, p. 42; e Heitor Lyra, *História de Dom Pedro II*, *op.cit.*, vol. II, 266-285.

nova Câmara deveria se reunir em 15 de dezembro de 1878⁹²⁹. Já em relação ao Senado, nada poderia ser feito por se tratar da casa vitalícia do Império. As dificuldades não se limitaram, contudo, ao legislativo, já que Sinimbu teve alguma dificuldade para compor seu ministério. De acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, em carta datada de 06 de janeiro de 1878, Sinimbu lamentou a recusa praticada por Saraiva de tomar parte no governo⁹³⁰.

Além das questões envolvendo a tramitação da reforma eleitoral, havia também uma preocupação em atender algumas demandas dos fazendeiros, como as relacionadas ao crédito agrícola e à mão de obra. Para tanto, em 12 de junho de 1878, o presidente do gabinete lançou um edital convocando um congresso agrícola no Rio de Janeiro que se reuniria em 08 de julho daquele mesmo ano. Foram chamados os agricultores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo e todos os outros que pudessem se deslocar com facilidade até o Rio de Janeiro⁹³¹.

Assim, em 08 de julho de 1878, com apoio do governo imperial, teve início o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, marcado pela presença de inúmeros cafeicultores, aproximadamente 400, dispostos a discutirem questões relativas ao crédito agrícola e à transição da mão de obra escrava para a livre, eventualmente com base em um incentivo à imigração⁹³². Se o governo organizou um Congresso para os cafeicultores, não fez o mesmo para as regiões açucareiras do país, descontentando os senhores de engenho do Norte – Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará – que resolveram, então, organizar seu próprio congresso. Assim, em outubro desse mesmo ano, outro congresso se reuniu, desta vez em Recife, com a participação de aproximadamente 300 proprietários. Os temas centrais deste congresso também foram a questão da mão de obra nesse contexto de progressiva dissolução da escravidão e o crédito agrícola⁹³³.

Sobre a organização dos congressos agrícolas, Evaldo Cabral de Mello afirma que

[...] o otimismo nortista [com Sinimbu na chefia do gabinete] dissipou-se rapidamente, quando o governo central promoveu o Congresso Agrícola do Rio, limitado às províncias cafeeiras. A reação foi particularmente intensa no Recife, onde a Sociedade Auxiliadora da Agricultura, na ausência de Vila Bela no Rio,

⁹²⁹ O decreto de dissolução pode ser consultado em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6880-11-abril-1878-547458-publicacaooriginal-62214-pe.html> - acesso em 28/08/2018

⁹³⁰ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit., p. 45.

⁹³¹ *Congresso Agrícola*. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878. Introdução de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 1-2.

⁹³² Inoã Pierre Carvalho Urbinatti, *Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871 – 1889): uma análise de seu sentido político e social*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UERJ, 2008, p. 59-59.

⁹³³ O Congresso Agrícola do Recife foi realizado entre 06 e 13 de outubro de 1878, com aproximadamente 300 proprietários da região. Inoã Pierre Carvalho Urbinatti, *Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871 – 1889)*, op.cit., p. 59-69.

promoveu um contra-congresso da lavoura da província e de suas vizinhas, o Congresso Agrícola do Recife, de outubro de 1878, de tom estridentemente regionalista, como deixavam prever as circunstâncias da sua convocação. [...] O ato inábil de Sinimbu, determinado predominantemente pelo objetivo eleitoralista de angariar para os candidatos liberais os votos da lavoura cafeeira, insinuaria no norte a suspeita de que se ia assistir à repetição do episódio de 1873, com a concessão de novos favores creditícios ao Rio, Minas e São Paulo⁹³⁴.

Apesar de o tema da mão de obra, da necessidade (ou não) do incentivo à imigração e das questões relativas ao crédito agrícola, tais congressos agrícolas não foram acompanhados por concessões de títulos de nobreza, em larga escala, nem aos seus incentivadores e organizadores, nem aos seus participantes. Aliás, ao longo do ano de 1878, apenas três indivíduos foram agraciados. Caso de dois brigadeiros do Exército, José Gomes Portinho, feito barão de Cruz Alta⁹³⁵; e Emílio Luís Mallet, liberal, feito barão de Itapevi⁹³⁶. De trajetória distinta, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, barão de Montsserate com grandeza, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, foi elevado a visconde com grandeza, dias depois de ter sido aposentado de seu cargo no Judiciário, aos 90 anos de idade⁹³⁷. Essa restrita nobilitação nos permite afirmar que os títulos de nobreza não foram usados para angariar apoio para a realização das eleições para a Câmara que assumiria em dezembro de 1878.

Se em 1878 apenas três títulos de nobreza foram concedidos, o mesmo não se pode dizer de 1879, quando foram ofertados 36 títulos. Neste ano, o gabinete conviveu com os debates acerca da reforma eleitoral. Como mencionado, Sinimbu foi nomeado para aprovar a referida reforma, transformando a eleição em direta por meio de reforma constitucional. Este projeto foi apresentado à Câmara em 13 de fevereiro de 1879. Em 09 de junho de 1879, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e remetido ao Senado, onde foi encaminhado a duas comissões, a de Constituição e a de Legislação. Apenas em 14 de outubro os pareceres foram apresentados ao plenário e colocados em discussão. Finalmente, em sessão no Senado de 12 de novembro de 1879, o projeto foi recusado pelos senadores⁹³⁸.

⁹³⁴ Evaldo Cabral de Mello, *O Norte Agrário*, *op.cit.*, p. 130.

⁹³⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 138, e AN_002_000_76, p. 765.

⁹³⁶ Jonas Moreira Vargas, *Entre a paróquia e a corte*, *op.cit.*, p. 190, *Archivo Nobiliarchico*, p. 216-217, e AN_002_000_76, p.767.

⁹³⁷ AN_002_000_76, p.766 e foi aposentado do Supremo Tribunal de Justiça em 15 de junho de 1878. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=285> - 14/02/2017

⁹³⁸ *Anais do Senado do Império*, sessão de 12 de novembro de 1879, livro 10, p. 508; e Michele de Leão, “A Lei Saraiva (1881) – Introdução do voto direto no Brasil e exclusão dos analfabetos do direito de voto: progresso ou retrocesso?”, disponível em <https://gravatai.ulbra.tcche.br/jornal/index.php/revistaampliar/article/view/29>

A longa tramitação do projeto foi acompanhada por intensos debates na Câmara dos Deputados e por diversos questionamentos, inclusive, pelos próprios liberais, já que eles não eram unânimes quanto ao modo de proceder à reforma. Uns acreditavam que a reforma deveria ser feita por uma nova lei eleitoral ordinária, outros achavam que deveria ser feita por via constitucional. Diante desses embates, era de se esperar que Sinimbu usasse os títulos de nobreza a seu favor para conquistar adeptos à aprovação da reforma.

De fato, houve uma generosa concessão de títulos de nobreza ao longo do ano de 1879, 36 no total, contudo não houve a nobilitação de deputados, nem de senadores, nem de outras figuras ligadas ao alto escalão da política. Houve sim a titulação de figuras ligadas às suas localidades, muitas delas, liberais, e outras tantas de alto poder aquisitivo, talvez como uma forma de responder aos anseios representados nos congressos agrícolas. É possível que, justamente por não contar com o apoio da maioria de seu partido, Sinimbu tenha se valido da oferta de títulos para angariar apoio.

Assim, diante desses 36 títulos ofertados ao longo do ano de 1879, cabe agora analisarmos o perfil desses indivíduos, destacando a quais províncias estavam vinculados e quais foram as justificativas (se é que existiram e foram registradas nos decretos) para tais concessões. Ainda assim, é importante reiterar que não é possível, diante da temática desta tese, contemplar de que maneira esses agraciados garantiram apoio ao ministério.

Em abril de 1879, o gabinete Sinimbu ofertou nove títulos, dos quais cinco foram dados a baianos, dois a rio-grandenses⁹³⁹, um a um militar⁹⁴⁰ e o outro a um homem ligado ao Paço⁹⁴¹. Em meio a esses titulados, o caso dos baianos nobilitados é o que merece um pouco mais de destaque, tanto pela posição que ocupavam na província, quanto pelo que haviam feito e que deve ter contribuído para a oferta do título. Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque e Francisco Pereira Sodré, fazendeiros baianos, haviam

⁹³⁹ Antônio Caetano Pereira, estancieiro e liberal no Rio Grande do Sul, foi feito barão de Ibirapuitã, Jonas Moreira Vargas, *Entre a paróquia e a corte, op.cit.*, p. 190, *Archivo Nobiliarchico*, p. 182, *A Reforma*, 11 de setembro de 1872, n. 208, p.1; e Demétrio José Xavier, também liberal, feito barão de Ipicaraí, *Archivo Nobiliarchico*, p. 192, *Jornal do Comércio*, 12 de junho de 1878, n. 163, p. 1, e presidente do diretório liberal de São Gabriel, *O Globo*, 29 de setembro de 1875, n. 266, p. 1.

⁹⁴⁰ Manuel de Almeida Gama Lobo de Eça, marechal de campo, feito barão de Batovi, *Archivo Nobiliarchico*, p. 75, e AN_002_000_76, p. 768.

⁹⁴¹ Leopoldo Augusto da Câmara Lima, que se aposentou em 1878 como guarda-mor da Alfândega, tornou-se barão de São Nicolau, *Archivo Nobiliarchico*, p. 462-463, veador, *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de agosto de 1878, n. 140, p. 1, e *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de julho de 1878, n. 103, p. 1.

alforriado alguns de seus escravos anteriormente e foram nobilitados com os títulos de barão de Vila Viçosa⁹⁴² e barão de Alagoinhas⁹⁴³, respectivamente.

Joaquim Elísio Pereira Marinho, negociante conservador e homem de larga fortuna, foi agraciado com o título de barão de Guai⁹⁴⁴; Inácio Rodrigues Pereira Dutra, senhor de engenho, foi agraciado barão de Iguape⁹⁴⁵; e Manuel Lopes da Costa Pinto, barão de Aramaré, um dos donos do engenho central do Bom Jardim, foi elevado a visconde com grandeza⁹⁴⁶.

Do Rio de Janeiro, dois proprietários de engenhos centrais foram agraciados. Caso de Domingos Alves Barcelos Cordeiro, do engenho central de Barcelos, no Rio de Janeiro, que foi agraciado barão de Barcelos⁹⁴⁷; e José Ribeiro de Castro, do já mencionado engenho central do Quissamã, que foi feito barão de Santa Rita⁹⁴⁸. Além deles, Raquel Francisca de Castro, baronesa de Muriaé com grandeza, foi elevada a viscondessa com grandeza, por ter feito, em 1877, doações para o melhoramento de uma igreja e por ter recebido o imperador em sua casa em 1875⁹⁴⁹; e o negociante fluminense Francisco de Figueiredo foi agraciado visconde de Figueiredo⁹⁵⁰.

De São Paulo, três tinham participado do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, caso de Joaquim Egídio de Sousa Aranha, barão de Três Rios, que foi elevado a visconde de

⁹⁴² *Archivo Nobiliarchico*, p. 544, e proprietário do Engenho Passagem, Maria Antonieta de Campos Tourinho, *A Instrução Agrícola*, *op.cit.*, p. 88. No *Diário do Rio de Janeiro* de 16 de junho de 1876, consta que ele, bacharel em Santo Amaro, alforriou 15 de seus escravos, já havia libertado outros escravos e batizado como livres filhos de mulheres escravas, *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de junho de 1876, n. 161, p. 2.

⁹⁴³ No jornal *O Cruzeiro* de 04 de outubro de 1878, consta que ele, proprietário do engenho Campina, alforriou sete escravos e que as cartas de alforria foram entregues pelo barão Homem de Mello, *O Cruzeiro*, 04 de outubro de 1878, n. 276, p. 1. Era filho de Francisco Maria Sodré Pereira, ministro do Império que assumiu a pasta em 04 de junho de 1879, pouco depois da sua nobilitação, Barão de Javari, *op.cit.*, p. 177.

⁹⁴⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 166, grande comerciante e banqueiro em Salvador. Evaldo Cabral de Mello, *O Norte Agrário*, *op.cit.*, p. 142, Maria Antonieta de Campos Tourinho, *A Instrução Agrícola*, *op.cit.*, p. 88, e presidente da Junta Comercial da Bahia, *Correio da Bahia*, 20 de janeiro de 1878, n. 245, p. 2.

⁹⁴⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 184, proprietário do Engenho da Cruz, Ana Paula Batista da Silva Cruz, “Pós Abolição no Recôncavo”, p. 15. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/anapaulasilvacruz.pdf> - acesso em 26/03/2018.

⁹⁴⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 53, *Jornal do Comércio*, 15 de abril de 1879, n. 104, p. 2, e *A Reforma*, 22 de dezembro de 1877, n. 290, p. 2.

⁹⁴⁷ Fazendeiro na província do Rio de Janeiro, inaugurou em 1878 a segunda grande usina de açúcar. *Archivo Nobiliarchico*, p. 74. Dono do Engenho Central de Barcelos em São João da Barra, inaugurado em 23 de novembro de 1878 na presença do imperador, *O Auxiliador da Indústria Nacional: Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ)*, 1879, n. 47, p. 30.

⁹⁴⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 426. No jornal *Diário do Rio de Janeiro* de 19 de dezembro de 1875, consta que era acionista da Sociedade Engenho Central de Quissamã.

⁹⁴⁹ Viúva do barão de Muriaé com grandeza. *Archivo Nobiliarchico*, p. 303. Contribuiu financeiramente para melhoramentos na igreja Nossa Senhora das Dores, *Jornal do Comércio*, 02 de novembro de 1877, n. 304, p. 4, e hospedou o imperador em sua fazenda, *O Globo*, 16 de junho de 1875, n. 164, p. 3.

⁹⁵⁰ Negociante, banqueiro e economista, fundador de diversos estabelecimentos bancários, *Archivo Nobiliarchico*, p. 152, e *Almanak Laemmert*, 1879, p. 689.

Três Rios, era vice-presidente da província de São Paulo quando foi nobilitado⁹⁵¹; Joaquim Bonifácio do Amaral, barão de Indaiatuba, havia incentivado a vinda de imigrantes ao Brasil e foi elevado a visconde⁹⁵²; e Francisco Xavier Pais de Barros foi agraciado barão de Tatuí⁹⁵³.

Ainda dessa província, Maria Luzia de Sousa Aranha, fazendeira, baronesa de Campinas, que foi elevada a viscondessa⁹⁵⁴; José Estanislau de Oliveira, fazendeiro, barão de Araraquara, que foi elevado a visconde de Rio Claro⁹⁵⁵; Inácio Bicudo de Siqueira Salgado, membro do Partido Liberal de Pindamonhangaba e fazendeiro, que foi agraciado barão de Itapeva⁹⁵⁶; Antônio Carlos de Arruda Botelho, liberal, que também incentivou o uso de mão de obra de imigrantes em sua fazenda, foi feito barão do Pinhal⁹⁵⁷; Nicolau Vergueiro, filho do senador Vergueiro, negociante em Santos, tinha feito doações para a Santa Casa de Misericórdia em janeiro de 1879 e foi agraciado barão de Vergueiro⁹⁵⁸; e Carlota Leopoldina de Castro Lima, mãe do barão de Castro Lima, realizou diversas doações de caridade em Lorena (SP) e foi agraciada com o título de viscondessa de Castro Lima⁹⁵⁹.

De Minas Gerais, os fazendeiros nobilitados eram Antônio Zacarias Álvares da Silva, membro do Partido Liberal, foi feito barão de Indaiá, designação alusiva ao nome de seu engenho⁹⁶⁰; Antônio dos Santos Neiva foi agraciado barão de Minas Novas⁹⁶¹; José de Resende Monteiro, membro do Partido Conservador, tornou-se barão de

⁹⁵¹ Fazendeiro e capitalista em São Paulo, *Archivo Nobiliarchico*, p. 514; *Correio Paulistano*, 03 de julho de 1879; e filho da viscondessa de Campinas, *O Cruzeiro*, 26 de setembro de 1878, n. 268, p. 1.

⁹⁵² *Archivo Nobiliarchico*, p. 188; *Jornal do Comércio* de 26 de setembro de 1877; e *Jornal do Comércio* de 19 de setembro de 1878.

⁹⁵³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 409; nomeado para o cargo de juiz suplente substituto da 2ª vara de direito da capital, *Correio Paulistano*, 12 de julho de 1879, n. 6789, p. 2; e fazendeiro e capitalista de São Paulo, *Almanak de São Paulo*, 1883, p. 358 e 464.

⁹⁵⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 102; *Gazeta de Campinas*, 11 de abril 1875, n. 547, p. 2.

⁹⁵⁵ Fazendeiro em Campinas e Rio Claro, *Archivo Nobiliarchico*, p. 393-394; e *Correio Paulistano* de 20 de setembro de 1878.

⁹⁵⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 214; José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 84-85; e *Correio Paulistano* de 18 de janeiro de 1876.

⁹⁵⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 356; e fazendeiro em São Carlos do Pinhal, *Gazeta de Campinas*, 18 de fevereiro de 1872, n. 233, p. 4.

⁹⁵⁸ Filho do senador Vergueiro, *Archivo Nobiliarchico*, p. 533; e negociante em Santos, fez doação de 5:000\$ para a Santa Casa de Misericórdia de Santos e emprestou 7:000\$ sem juros para a mesma Santa Casa, *Jornal da Tarde*, 18 de janeiro de 1879, n. 74, p. 2.

⁹⁵⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 120; e fez inúmeras doações de caridade na cidade de Lorena, *Jornal do Recife*, 11 de agosto de 1879, n. 183, p. 2.

⁹⁶⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 188; proprietário de Engenho em Indaiá (MG), *Almanack Administrativo, Civil e Industrial* (RJ), 1873, p. 200; e *A Actualidade*, 14 de novembro de 1879, n. 116, p. 3.

⁹⁶¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 286; *Gazeta de Notícias*, 5 de junho de 1878, n. 153, p. 1; e proprietário de engenho de cana em Araçuí, *Almanack Administrativo, Civil e Industrial* (RJ), 1870, p. 222.

Leopoldina⁹⁶²; Luís Antônio de Oliveira foi feito barão de Caldas⁹⁶³; José Luís de Campos foi feito barão de Montes Claros⁹⁶⁴; Joaquim Carlos da Cunha Andrade, ligado aos liberais, tornou-se barão de Alfie⁹⁶⁵; e Antônio Cândido da Silva Mascarenhas tornou-se barão de Sete Lagoas⁹⁶⁶.

Dessa mesma província, mas com ocupação diferente, os titulados foram o capitalista José Caetano Rodrigues Horta, chefe do Partido Liberal em Juiz de Fora e representante no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, foi agraciado barão de Itatiaia, possivelmente próximo a Martinho de Campos (líder da dissidência liberal contrária ao Sinimbu na Câmara), já que Juiz de Fora era o coração da Zona da Mata⁹⁶⁷; o negociante Antônio Belfort Ribeiro de Arantes, também liberal, foi agraciado barão de Arantes⁹⁶⁸; outro negociante Antônio Elói Casimiro de Araújo foi feito barão de Ponte Alta⁹⁶⁹; José Joaquim Ferreira Rabelo, vice-presidente de Minas Gerais em 1878, foi agraciado barão de Serro⁹⁷⁰; e Josefino Vieira Machado, liberal e responsável pelo empreendimento para navegação no Rio das Velhas, foi nobilitado com o título de barão de Guaicui⁹⁷¹.

De Alagoas, o fazendeiro alagoano Joaquim Antônio de Siqueira Torres, em reconhecimento aos investimentos feitos para a construção da igreja matriz na Vila de Água Branca, foi nobilitado com o título de barão de Água Branca⁹⁷²; e do Exército, o

⁹⁶² *Archivo Nobiliarchico*, p. 25; fazendeiro em Leopoldina (MG), *Noticiador de Minas*, 21 de dezembro de 1871, n. 390, p. 4; e *A Província de Minas*, 10 de fevereiro de 1888, p. 1.

⁹⁶³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 95; e fazendeiro e capitalista em Minas Gerais, *Almanach Sul Mineiro*, 1884, p.422, 423 e 424.

⁹⁶⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 296; e *A Actualidade*, 06 de março de 1880, n. 27, p. 2.

⁹⁶⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 37; e *A Reforma*, 21 de agosto de 1878.

⁹⁶⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 479.

⁹⁶⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 221; *Cruzeiro*, 12 de janeiro de 1878; e *A Actualidade* de 07 de outubro de 1878.

⁹⁶⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 53; e *Liberal Mineiro*, 25 de julho de 1885, n. 87, p. 3.

⁹⁶⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 368; *Correio da Bahia*, 25 de julho de 1878, n. 98, p. 1.; e Estevão de Melo Marcondes Luz, *Um Legislador nas Gerais: vida e obra do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Franca (SP): dissertação de mestrado, UNESP, 2008, p. 82.

⁹⁷⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 476; e *A Actualidade*, 16 de março de 1878, n. 1, p. p. 1.

⁹⁷¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 174; realizou concertos provisórios e indispensáveis para a navegação do São Francisco, *Jornal do Comércio*, 29 de maio de 1879, n. 148, p. 3. Quando de sua morte, o seguinte texto foi publicado, “Por cartas da Diamantina conta ter falecido ali no dia 22 do mês próximo findo o barão de Guaicui, vítima de uma febre, que o acometera quando fora ultimamente ao Rio das Velhas tratar da navegação, de que era empresário. Josefino Vieira Machado, ultimamente condecorado com aquele título, era o mais importante e popular chefe do partido liberal no norte de Minas, onde sua morte causou o maior pesar. Foi um patriota sincero e dedicado, tendo consumido no serviço de seu partido toda a fortuna adquirida com seu trabalho, porque nada herdou de seus pais. Ainda agora com mais de 65 anos de idade, empreendeu a navegação do Rio das Velhas, e neste grande cometimento contraiu a febre de que faleceu. Era cunhado do bispo de Diamantina que assistiu aos seus últimos momentos”, *Monitor Campista*, 19 de dezembro de 1879, n. 288, p. 3.

⁹⁷² *Archivo Nobiliarchico*, p. 27; sobre ele o jornal *Diário de Pernambuco*, de 28 de novembro de 1879, escreveu o seguinte texto: “Fez-se mercê do título de Barão de Agua Branca ao capitão Joaquim Antonio de Siqueira Torres em atenção ao distinto e relevante serviço que prestou ao estado e á religião,

marechal Manuel Antônio da Fonseca Costa, barão da Gávea, foi elevado a visconde com grandeza⁹⁷³.

Assim, diante desses nobilitados, é possível verificar as titulações de grandes figuras, algumas delas ligadas aos congressos agrícolas, porém estas não fizeram parte do grupo prioritário para serem agraciadas, já que, dos 50 títulos ofertados por Sinimbu, apenas cinco tinham participado desses congressos. Finalmente, apesar de todos esses títulos ofertados, merece destaque que nenhum deles foi ofertado a figuras ligadas ao alto escalão da política ou àquelas com efetivo poder de interferência e aprovação da reforma eleitoral. Consequência ou não desta ausência de títulos ofertados ao alto escalão da política, fato é que o gabinete Sinimbu não conseguiu angariar apoio suficiente para a aprovação da reforma eleitoral.

Sinimbu tentou nobilitar nesse mesmo ano de 1879, dois senadores baianos e liberais, à época os maiores líderes do partido, José Antonio Saraiva e Manuel Pinto de Sousa Dantas. Nos primeiros meses de 1879, Saraiva declinou um marquesado e Dantas um viscondado. As justificativas exatas para tais decisões não foram localizadas, mas é fato que as questões envolvendo a reforma eleitoral devem ter contribuído para que tal decisão fosse tomada, uma vez que eles, os grandes líderes do Partido Liberal, discordavam do encaminhamento dado por Sinimbu para a tramitação da reforma eleitoral. Contudo, o grande problema enfrentado por eles era que eles queriam pressionar o imperador para que ele nomeasse um novo chefe de gabinete, mas que fosse do partido Liberal, e não que ele se sentisse pressionado a ponto de nomear um conservador para o cargo⁹⁷⁴.

Sobre as negativas de Saraiva e Dantas, o historiador Eul-Soo Pang afirma que

The Liberal chieftains of Bahia, Manuel Pinto de Sousa Dantas and José Antonio Saraiva, both prime ministers in the 1880s, were offered the title of visconde and marques, respectively. Dantas was an abolitionist, increasingly opposing the reactionary wing of his party, led by Saraiva, a champion of electoral reforms but a defender of slavery. Probably the inferior title of visconde offended Dantas, for the partisan power struggle in Bahia had just begun raging between his followers and Saraiva's⁹⁷⁵.

construindo a expensas suas, na villa de Agua Branca, das Alagoas, um magestoso tempo para matriz da freguezia da mesma villa”; e AN_002_000_76, p. 804.

⁹⁷³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 157-158; e <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/232> - acesso em 12/04/2017.

⁹⁷⁴ Além disso, havia, de acordo com Filipe Nicoletti, desavenças importantes entre o chefe do gabinete e outros liberais a respeito do modo como a reforma eleitoral deveria ter a sua tramitação no Parlamento. Contudo, se esforçaram para garantir apoio ao ministério e a continuidade dos liberais no poder na chefia do gabinete que sucederia ao de Sinimbu. Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, *op.cit.*

⁹⁷⁵ Eul-Soo Pang, *In pursuit of honor and power*, *op.cit.*, p. 61.

Além da derrota em relação à reforma eleitoral, em novembro, o ano de 1879 ainda custaria a terminar para o presidente do gabinete. Em 13 de dezembro, o ministro da Fazenda, Afonso Celso de Assis Figueiredo, aprovou a cobrança do imposto do vintém, a partir de 01 de janeiro, sobre o valor das passagens dos bondes que circulavam na cidade do Rio de Janeiro. Tal medida provocou uma imensa reação popular entre os dias 28 de dezembro e 04 de janeiro de 1880. Contrária ao imposto, a população organizou protestos e barricadas contra a polícia, que também reagiu com violência. O resultado disso tudo, além do profundo desgaste do gabinete, foi a revogação do imposto do vintém a pedido do imperador, até que a Câmara dos Deputados se posicionasse a esse respeito⁹⁷⁶. De acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, o motim do Vintém precipitou a queda do gabinete Sinimbu, substituído, em março, por Saraiva⁹⁷⁷.

Diante desse aprofundamento da crise e sem ter conseguido aprovar a reforma eleitoral, mas nos moldes impostos pelo imperador, Sinimbu ainda concedeu 11 títulos nos primeiros meses de 1880, os últimos de sua permanência à frente do ministério. O primeiro desses títulos foi concedido no final de janeiro (depois, portanto, do Motim do Vintém) ao brigadeiro do Exército, Francisco Antônio Raposo, que se tornou barão de Caruaru e que viria a falecer logo em seguida⁹⁷⁸.

No mês seguinte, três títulos foram ofertados aos proprietários do Engenho Central do Bom Jardim, integrantes do Partido Conservador, em fevereiro de 1880⁹⁷⁹. Antônio da Costa Pinto, visconde de Sergimirim com grandeza, foi elevado a conde⁹⁸⁰; Antônio da Costa Pinto, barão de Oliveira, foi elevado a visconde⁹⁸¹; e Cícero Dantas Martins, ligado ao barão de Cotegipe, primo e inimigo de Manuel Pinto de Sousa Dantas, tornou-se barão de Jeremoabo⁹⁸².

⁹⁷⁶ Consultar <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/197/189> e Sandra Graham, “O Motim do Vintém e a cultura política no Rio de Janeiro em 1880”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n° 20, março-agosto/1991, p. 211-232.

⁹⁷⁷ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit., p. 70-71.

⁹⁷⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p.115; <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/178 - acesso em 18/04/2017>; e AN_002_000_76, p.805.

⁹⁷⁹ Sobre a inauguração do Engenho Central do Bom Jardim, consultar Eul-Soo Pang, *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana; alguns aspectos da sua história, 1875-1891*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979.

⁹⁸⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 474; *O monitor*, 01 de setembro de 1877, p.1; e AN_002_000_76, p. 806.

⁹⁸¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 318; e AN_002_000_76, p. 807.

⁹⁸² Sobre o barão de Jeremoabo, Álvaro Pinto de Carvalho Dantas Júnior afirma que “Da lembrança do mega-empreendimento [engenho do Bom Jardim], ficou-lhe a concessão do título, um dos pressupostos que sustentavam o princípio conservador, dado pelo imperador e o esplendor que ele trazia em volta de si. Passou a assinar barão de Jeremoabo a dezesseis de fevereiro de mil oitocentos e oitenta. D. Pedro II agradeceu-lhe a sua gentileza por ter recebido o primeiro saco de açúcar refinado pela fábrica. Jeremoabo

Em carta a José Gonçalves da Silva, o novo barão de Jeremoabo escreveu que “[...] Jamais pensei de ser titular, e se fosse ouvido previamente declinava da honra; hoje o que fazer? Colocaram-me entre a espada e a parede, e dizerem do teu compadre tabaréu fidalgo. É assim este mundo. O pior é que não posso manter a posição; corre isto por conta de quem teve a ideia. Confessei-me agradecido ao governo [...]”⁹⁸³.

Era compreensível que Sinimbu procurasse apoio dentro da elite baiana, que, embora ligada ao Partido Conservador, tinha feito um investimento financeiro de grande porte para aprimorar a produção de açúcar e torna-la mais moderna, ou seja, menos dependente dos braços escravos. Medida relevante naquele cenário em que se discutia a substituição da mão de obra escrava.

Não só a inauguração dos engenhos centrais como também a nobilitação de parte de seus proprietários pode ser pensada em um quadro mais amplo da política e da economia imperiais, mas também a questão da mão de obra. De acordo com Vivian Costa e Monica Dantas, a questão do controle da mão de obra era uma preocupação imensa para os grandes produtores rurais. Para tanto, em 1869, foi apresentado um projeto que regulamentava a mão de obra de livres pobres. Tal projeto foi aprovado apenas dez anos depois, em um cenário muito específico, relacionado à convocação dos congressos agrícolas de 1878. Nas palavras das historiadoras,

À altura dos Congressos Agrícolas de 1878, tramitavam no Parlamento brasileiro, havia tempo, projetos de regulamentação da lei de locação de serviços. Em verdade, o projeto a que Coelho Rodrigues referira-se como “inexequível” fora aprovado em 12 de outubro de 1877 pelo Senado nacional, entrando em única discussão na Câmara dos deputados, em 20 de dezembro de 1878, terminando promulgado, sem quaisquer alterações nesse interregno, aos 15 de março de 1879⁹⁸⁴.

A questão da mão de obra era uma preocupação imensa para os fazendeiros, afinal eles questionavam quem iria desempenhar as funções exercidas pelos escravos, o que

não tinha perdido tempo. Passados onze dias de inauguração do Engenho, tratou do reconhecimento imperial, lembrando os velhos tempos em que sua classe representava um dos principais sustentáculos da Coroa [...]” Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior, *O barão de Jeremoabo e a política de seu tempo: trajetória de um líder conservador na Bahia*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006, p. 177; *Archivo Nobiliarchico*, 159; AN_002_000_76, p. 808; e Monica Duarte Dantas, *Fronteiras Movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos (relações sociais na Bahia do século XIX)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2007.

⁹⁸³ Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior, *O barão de Jeremoabo e a política de seu tempo: trajetória de um líder conservador na Bahia*, op.cit., p. 177-178. A carta foi escrita por Cícero Dantas Martins a José Gonçalves da Silva, em 19 de março de 1880.

⁹⁸⁴ Monica Duarte Dantas e Vivian Chieragati Costa, “O ‘pomposo nome de liberdade do cidadão’: tentativas de arregimentação e coerção da mão-de-obra livre no Império do Brasil”. *Estudos Avançados*, vol. 30, nº 87, São Paulo, Maio/Agosto, 2016.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200029 – acesso em 12/10/2018.

aconteceria com essa população de ex-escravos transformada em livres por medida legal, e pobres por consequência da própria condição de vida a que eram submetidos. Principalmente, preocupavam-se com a instituição de normas que visassem a obrigar essa população livre a trabalhar para eles e não permitir que eles se tornassem, de acordo com a terminologia da época, vadios. Assim, apesar de todas essas preocupações, a Lei da Locação de Serviços foi sancionada em 15 de março de 1879⁹⁸⁵, antes, portanto, da larga quantidade de títulos ofertados em 1879 e apresentava um teor bastante contrário ao que era desejado pelos inúmeros fazendeiros, o que talvez seja uma justificativa da larga nobilitação de fazendeiros após a aprovação da lei, ou seja, era preciso fazer alguma sinalização, por parte do governo, a esses homens⁹⁸⁶.

Finalmente, os últimos sete títulos ofertados por esse gabinete foram concedidos em 08 de março de 1880. Desses sete, cinco foram dados a pernambucanos, dos quais quatro nobilitaram fazendeiros ligados aos liberais. Eram eles Lourenço de Sá Albuquerque, participante do Congresso Agrícola do Recife, que teve o seu título de barão de Guararapes elevado a visconde⁹⁸⁷; Epaminondas Vieira da Cunha que foi feito barão de Itapissuma⁹⁸⁸; André Dias de Araújo que se tornou barão de Jundiá⁹⁸⁹; e Antônio dos Santos Pontual que foi feito barão de Frecheiras⁹⁹⁰. O outro pernambucano era o também fazendeiro Ernesto Justiniano da Silva Freire, irmão do senador conservador barão de Mamanguape⁹⁹¹, que foi agraciado barão de Itambé, designação alusiva à região de seu engenho⁹⁹².

Da Bahia, José Antônio Gomes Neto, juiz de direito da comarca de Caetité, foi agraciado barão de Caetité⁹⁹³. Finalmente, o último agraciado foi José Maria Lopes da

⁹⁸⁵ Maria Lúcia Lamounier, *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas (SP): Papyrus, 1988.

⁹⁸⁶ Monica Duarte Dantas e Vivian Chieregati Costa, “O ‘pomposo nome de liberdade do cidadão’: tentativas de arregimentação e coerção da mão-de-obra livre no Império do Brasil”, *op.cit.*

⁹⁸⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 170; *Jornal do Recife*, 11 de agosto de 1878; e *A Reforma*, 20 de setembro de 1870, n. 211, p. 2.

⁹⁸⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 218; *A Província*, 16 de junho de 1875, n. 607, p. 9; e *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola* (PE), 1875, p. 237.

⁹⁸⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 245; Peter Eisenber, *Modernização sem mudança*, *op.cit.*, p. 152; e *A Província*, de 25 de fevereiro de 1876.

⁹⁹⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 155; *Jornal do Recife*, de 13 de agosto de 1878; e *A Província*, 13 de janeiro de 1874, n. 193, p.1.

⁹⁹¹ *A Nação*, 09 de setembro de 1874, p. 1.

⁹⁹² *Archivo Nobiliarchico*, p. 209; *Diário de Pernambuco*, 22 de julho de 1879, n. 166, p. 3; e *A Reforma*, 10 de novembro de 1871, n. 254, p. 2.

⁹⁹³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 92; e *O Monitor Campista*, 13 de outubro de 1877, n. 111, p. 2.

Costa com o título de Piraquara, em reconhecimento aos serviços prestados como diretor da Secretaria de Negócios da Guerra⁹⁹⁴.

Dias antes desses últimos títulos ofertados, o jornal mineiro *A Actualidade: órgão do partido liberal* publicou, em 06 de março de 1880, um debate sobre impostos ocorrido em 11 de dezembro de 1879 na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. O debate, apesar de longo, é esclarecedor a respeito da interpretação feita pelos próprios contemporâneos acerca das concessões de títulos de nobreza, do alargamento do número de barões, que muitas vezes se tornavam “barões de suas próprias fazendas” e da presença frequente dos mineiros nessas listas.

[...] O Sr. Camara: - Poderia a comissão lembrar-se de outro meio, que é o que me ocorre agora, aumentar o imposto de novos e velhos direitos sobre os títulos concedidos por graça ou mercê do governo geral. São estes títulos de barões, Sr. presidente, que hoje se vão prodigalizando em nossa província, com uma facilidade nunca vista.

O Sr. Drummond: - Já são muito onerados pela geral.

O Sr. M. de Fulgêncio: - É preciso onerar a vaidade.

O Sr. Camara: - Desde que a assembleia provincial reconheceu em anos transactos, que a vaidade levava certos indivíduos, quando outro mérito não tinham, a serem barões até dos próprios nomes, assentou de estabelecer um imposto sobre tais títulos, provavelmente com vistas de impedir que na província de Minas houvesse quem pretendesse ou quisesse ser barão de si mesmo.

Criou-se então esse imposto sobre a vaidade.

Mas agora, que os barões se vão formando das próprias fazendas, e que há quem aceite semelhantes títulos, a comissão de orçamento devia propor medidas que tornasse efetiva a cobrança daquele imposto, devia calcular o seu resultado no projeto que confeccionou.

Assim, Sr. presidente, tais títulos que são hoje prodigalizados pelo governo, significando somente – vaidade –, deviam ser efetivamente onerados.

Srs., este título de barão e outros devem ter sua justificação em si mesmo; deve ter sua significação no próprio nome.

Temos, por exemplo, um barão de Amazonas.

Mas, barão do Amazonas, Srs., não é barão do rio Amazonas; é antes derivado de um objeto muito pequenino, de um barco! Barão de um barco!

Mas, que barco? Um barco que tinha defendido com todo denodo a causa da pátria! E o título de barão do Amazonas significa justamente o mérito do cidadão que o dirigia e no qual salvou a honra e a dignidade do império.

Temos um outro – barão da Passagem.

Que titulo significativo e glorioso, Srs.!

Se houve dia em que os defensores do Brasil correram perigo, foi justamente esse em que o distinto cidadão proprietário deste título passou entre mil fogos, tendo mil vezes a sua exposta...

O S. C. d'Oliveira: - A cidade de V.Exc. também tem um barão muito distinto.

O Sr. Camara... tendo sempre em mira a desafronta de sua pátria ofendida!

Portanto, o nome de – barão da Passagem – é uma glória do Brasil. (*Apoiados*).

Assim, Sr. Presidente, quando em outros tempos se conferia a um cidadão o titulo de barão de uma cidade, de um lugar qualquer, indagando-se, ver-se-ia que esse título

⁹⁹⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 363-364; *Almanak Laemmert*, 1881, p. 295; e AN_002_000_7, p. 810.

era legitimamente conferido, atestava relevantes serviços, importantes donativos a casas de caridade, a obras públicas, etc.

Os títulos significam isto.

Mas, vou descrendo, e mesmo me revoltando com tais títulos, desde que vejo, por exemplo, a nomeação de – barão de Montes Claros.

O Sr. Drumond: - Cidadão muito distinto, que tem prestado relevantes serviços.

O Sr. Camara: - Esse cidadão, cujo mérito não ponho em dúvida, cuja probidade sou o primeiro a reconhecer e respeitar, porque motivo teve o título de barão de Montes Claros?

Desde que vi esta nomeação, Srs., tratei de indagar se no município de Montes Claros tinha nascido algum cidadão de nome José Luiz de Campos, ou se, ao menos, tinha por ali passado alguém com esse nome, que tivesse feito alguns serviços ao lugar ou donativos, por exemplo, à instrução pública, etc.

Foram infrutíferas as minhas diligências; verifiquei que nunca houve em Montes Claros José Luiz Campos, e que nem por ali transitara pessoa alguma com esse nome; que nunca aquela cidade recebera benefício, de qualquer natureza, das mãos do Sr. coronel José Luiz de Campos.

Vim finalmente a saber, Srs., que o Sr. coronel José Luiz de Campos é proprietário de uma fazenda denominada Montes Claros!!

Sou o primeiro a considerar muito esse distinto cidadão, a apreciar as suas qualidades de homem de bem (*apoiados*); mas S. Exc. (creio que tem Excelência, não sei se é barão com grandeza ou sem ela....

O Sr. C. de Oliveira: - É um cavalheiro muito distinto, tem prestado relevantes serviços à localidade.

O Sr. Camara: - O nobre deputado não veio corrigir o que eu disse.

Mas, S. Exc., o aceitando o título de barão da sua fazenda, não deve por isso agradecer coisa alguma ao governo; porque, mais do que barão de sua fazenda, era S.Exc. proprietário dela. (*Apoiados*).

O Sr. H.Sales: - Asseguro que o título foi muito justamente concedido.

O Sr. M.Fulgêncio: - Ninguém está pondo isto em dúvida.

O Sr. Camara: - Os nobres deputados não atendem ao que eu digo...

O Sr. H. Sales: - Estou atendendo, até tenho notado que V.Exc. está discutindo bem o orçamento....

O Sr. E. Machado: - A discussão é vasta.

O Sr. H. Sales: - Esta, não.

O Sr. Camara: - O que estou dizendo tem toda analogia com a matéria do orçamento. Desde que soube que o Sr. coronel José Luiz de Campos aceitara o título de barão da sua fazenda, compreendi logo que S.Exc. era um homem afetado dessa vaidade que persegue a muita gente.

O Sr. Arnaldo: - É até muito modesto.

O Sr. Camara: - Portanto, um imposto lançado sobre estas vaidades, sobre a aquisição destas teteias da monarquia, que o atual governo, de que faz parte o Sr. Lafayette, prodigaliza, não deve ficar simplesmente escrito lei; deve ser cobrado. (*Apartes*).

Mas, pergunto eu: se é um imposto que assim se justifica, que se torna legítimo, porque a vaidade afeta a muita gente, mesmo aos homens mais probos e honestos, como o Sr. coronel José Luiz Campos, porque razão não se cobra esse imposto?

Sr. presidente, também entendo que, já que há quem goste muito de postos da guarda nacional, tanto que se fazem reformas nesse serviço para atenderem-se ambições, é conveniente que os novos e velhos direitos, com relação aos respectivos títulos, se aumentem.

Apresento estas ideias, se a comissão as adotar, eu votarei pelo seu orçamento, mas não se nos venha iludir com um orçamento pomposo, quando sabemos que os fatos demonstram que a receita não se elevará a tanto [...] ⁹⁹⁵.

Esses deputados não só questionavam as justificativas para as concessões, embora não questionassem aparentemente o mérito dos nobilitados, como também percebiam que muitos dos titulados não possuíam importância reconhecida, como a do barão do Amazonas ou do barão de Passagem, citados no debate. Assim, os deputados não compreendiam as justificativas exatas para que tais títulos fossem ofertados, afirmando que muitos dos barões eram figuras praticamente desconhecidas como, por exemplo, o barão de Montes Claros, que não era de Montes Claros, mas sim dono de uma fazenda com esse nome. Assim, de forma muito irônica, questionavam a nova onda de baronatos, propondo um “imposto sobre a vaidade”.

Finalmente, tais falas no Legislativo provincial revelam a perspicaz análise desses deputados frente ao alto número de títulos ofertados por Sinimbu ao longo do ano de 1879, estratégia para angariar apoio para a aprovação da reforma eleitoral, muitos deles ofertados a mineiros e outros tantos a liberais, o partido do gabinete. Assim, embora esse debate tenha ocorrido no último mês de 1879, pouco antes de Sinimbu ofertar seus últimos títulos de nobreza e sair do gabinete, o que ocorreria em março de 1880, os números que serão apresentados agora contemplam todos os títulos ofertados durante a vigência deste gabinete, por entendermos que, mesmo os títulos concedidos em 1878 e nos primeiros meses de 1880 podem ser enquadrados nessa lógica mencionada e criticada pelos deputados provinciais de Minas Gerais.

Dos 50 títulos ofertados durante a existência do gabinete Sinimbu, conseguimos localizar de modo explícito a vinculação partidária de 18 indivíduos, dos quais treze eram liberais e cinco eram conservadores. Diante desse baixo número, não é possível concluir que houve uma efetiva preocupação na nobilitação de liberais, porém os conservadores identificados, como já mencionado, eram, em sua maioria, integrantes da elite baiana e nobilitados em recompensa da inauguração do Engenho Central do Bom Jardim ⁹⁹⁶,

⁹⁹⁵ *A Actualidade: órgão do partido liberal*, 06 de março de 1880, n. 27, p. 2.

⁹⁹⁶ De acordo com Kátia Mattoso, “Essa hipótese [incentivos à atividade agrícola] é corroborada pela análise das razões que levaram o imperador a conceder títulos de nobreza a alguns membros [de] famílias [bairanas]. [...] A família Costa Pinto recebeu três títulos de nobreza, todos como recompensa à sua importante atividade agroindustrial. Antônio da Costa Pinto se tornou Visconde (e depois Conde) de Sergimirim, seu filho Antônio (dito Totônio) da Costa Pinto recebeu o título de Visconde de Oliveira e seu irmão Manoel da Costa Pinto, foi feito Visconde de Aramaré, nome do engenho que possuía. Além disso, Cícero Dantas Martins, um dos genros dos Costa Pinto, associado a seu sogro e a seu cunhado na instalação da usina central de Bom Jardim, recebeu o título de Barão de Jeremoabo, nome de uma localidade do

situação distinta dos liberais, que eram de províncias diferentes e cujas titulações se davam em vista de atuações pontuais e individualizadas.

No que se refere ao perfil dos agraciados pelo gabinete Sinimbu, os deputados mineiros foram contundentes em sua análise, muitos dos nobilitados se tornaram barões de suas fazendas. Comparando o gabinete Sinimbu com os dois anteriores, os números são muito sintomáticos desse novo cenário político. Dos 144 títulos concedidos pelo gabinete Rio Branco, 24 foram dados a fazendeiros, ou seja, 16,66% dos nobilitados; já dos 56 títulos ofertados pelo gabinete Caxias, 18 foram para fazendeiros, ou seja, 32,14%; finalmente, dos 50 títulos ofertados por Sinimbu, 23 foram para fazendeiros, isto é, 46%. Assim, a maior presença de fazendeiros no rol de titulados por Sinimbu é inegável, o que pode ser interpretado como uma reação a duas das grandes preocupações deste gabinete, a reunião dos congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Recife e a questão da mão de obra.

É possível, então, pensar na concessão de títulos como uma estratégia para ou bem angariar apoio dos fazendeiros, descontentes com o governo como bem explicitaram em 1878 (e logo depois, com a lei de Locação de Serviços), ou então para angariar apoio frente à tibieza do ministério (e medo de uma eventual troca de partido no poder). Assim, o ministério, longe de ser o favorito dos liberais e dos conservadores, tentava contornar essa situação ofertando títulos a figuras com algum destaque dentro de suas localidades, ou que haviam prestado algum serviço a bem do Império como a inauguração dos engenhos centrais ou ainda que fossem vinculadas ao partido liberal, tal qual o ministro Sinimbu.

Por outro lado, Sinimbu tentou sem sucesso nobilitar dois senadores baianos, José Antônio Saraiva e Manuel Pinto de Sousa Dantas. Com essas duas negativas, ao longo da permanência deste ministério no poder, nenhum senador, deputado ou ministro foi nobilitado. Tal questão é interessante, pois, apesar de, ao longo do Segundo Reinado, poucos gabinetes terem usado o expediente da nobilitação de altos políticos como estratégia para consecução de suas políticas e obtenção de apoio para o ministério ou mesmo como reconhecimento por algum apoio já manifestado, a não nobilitação destes segmentos políticos não tinha sido comum até então.

Agreste baiano, em que os Dantas possuíam muita terra” Kátia de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 189-190.

Finalmente, se agruparmos as titulações por província, a crítica dos deputados mineiros se torna altamente compreensível, já que, dos 50 títulos, a província de Minas Gerais recebeu 12 (24%). Bahia e São Paulo receberam nove títulos cada uma (18% cada uma); Pernambuco, cinco títulos (10%); Rio de Janeiro, quatro (8%); Rio Grande do Sul, dois (4%); e Alagoas, um título (2%). Os outros oito títulos (16%) foram concedidos a figuras para as quais não pesava tanto a política provincial, isto é, membros do Exército, do Judiciário, do Paço ou que exerciam alguma função ligada à administração imperial.

Assim, agindo da mesma forma que gabinetes anteriores, os títulos de nobreza ficaram concentrados em algumas províncias do Império, o que revelava, por exemplo, um olhar mais detido para a província mineira, mas não para a província fluminense, que havia reunido um congresso agrícola convocado pelo governo, mas nem por isso seus participantes foram recompensado com títulos de nobreza, tampouco para a província pernambucana, que embora houvesse organizado seu próprio congresso agrícola à revelia do ministério, isso não representou uma nobilitação mais expressiva de figuras ligadas a essa província.

Diante do fracasso em relação à reforma eleitoral e da violência em relação ao Motim do Vintém, em 28 de março de 1880, um outro gabinete liberal, desta vez liderado por José Antônio Saraiva, ascendeu ao poder.

Gabinetes Saraiva e Martinho de Campos

Em 28 de março de 1880, José Antônio Saraiva assumiu a presidência de um novo gabinete liberal com a clara responsabilidade de aprovar a reforma eleitoral. Contudo, o seu projeto era bastante distinto daquele apresentado anteriormente por Sinimbu. De acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, o projeto de Saraiva previa a reforma por vias ordinárias, sem a necessidade de mudança do texto constitucional, e aberta à negociação no Parlamento. Em seu projeto, o liberal Saraiva previa um censo baixo aos eleitores (em verdade, o mesmo que era pedido aos votantes), a garantia de direitos políticos plenos a libertos, não católicos e estrangeiros naturalizados, além da implementação do voto distrital uninominal. O projeto, contudo, não seria aprovado tal como proposto, ao longo de sua votação, emendas conservadoras, especialmente no Senado, restringiram as características mais “democráticas”. Fruto deste grande compromisso político, foi

aprovada a Lei da Eleição Direta (também conhecida como Lei Saraiva) em 09 de janeiro de 1881⁹⁹⁷.

A tramitação do projeto teve início em 29 de abril de 1880, quando foi apresentado à Câmara dos Deputados. Apesar de todas as negociações terem ocorrido ao longo deste ano, apenas 13 títulos nobiliárquicos foram concedidos em 1880. Outra questão que marcou a tônica das ofertas de títulos pelo gabinete Saraiva foi a visita de d. Pedro II à província do Paraná em 1880 e a Minas Gerais em 1881⁹⁹⁸. Durante a visita do imperador a essas províncias, da mesma forma que havia ocorrido nas décadas anteriores, houve a nobilitação dos indivíduos que recepcionaram o monarca e de outros envolvidos na viagem. De acordo com Susiely Alvarenga, “durante as excursões pelo Império, títulos nobiliárquicos eram distribuídos em grande número entre os cidadãos ilustres, complementando então o cerimonial de viagem. Dessa forma, o agraciado distingue-se perante a população, devido ao elevado grau de prestígio que a passava a portar”⁹⁹⁹.

Em 31 de agosto de 1880, foram ofertados cinco títulos de nobreza a homens que se envolveram na recepção do imperador na província do Paraná, quando foi inaugurada a estrada de ferro. Antônio de Sá Camargo, fazendeiro, barão de Guarapuava, foi elevado a visconde¹⁰⁰⁰; Manuel Antônio Guimarães, negociante, barão de Nácar, foi elevado a visconde¹⁰⁰¹; Querubina Rosa Marcondes de Sá, baronesa de Tibagi, que havia alforriado dois escravos seus em regozijo à visita imperial, foi elevada a viscondessa¹⁰⁰²; Davi dos Santos Pacheco, fazendeiro, foi agraciado com o título de barão de Campos Gerais¹⁰⁰³; e Domingos Ferreira Pinto, fazendeiro, tornou-se barão de Guaraúna¹⁰⁰⁴.

Diante desses cinco titulados, a justificativa era evidente e pontual, ou seja, uma recompensa por terem hospedado o imperador durante a sua viagem e por terem atuado na recepção da comitiva imperial, que havia ido até a província do Paraná para inaugurar,

⁹⁹⁷ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit.

⁹⁹⁸ Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, op.cit., p. 44.

⁹⁹⁹ Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, op.cit., p. 14.

¹⁰⁰⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 169; *Dezenove de Dezembro*, 01 de setembro de 1880, n. 2076, p. 4; e *O Paranaense*, 23 de maio de 1880, n. 117, p.3.

¹⁰⁰¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 307; *Dezenove de Dezembro*, 01 de setembro de 1880, n. 2076, p. 4; *O Paranaense*, 04 de janeiro de 1880, n. 98, p. 3- 4; e *O Paranaense*, 29 de fevereiro de 1880, n. 106, p. 2.

¹⁰⁰² *Archivo Nobiliarchico*, p. 506-507; e *Dezenove de Dezembro*, 01 de setembro de 1880, n. 2076, p. 4. Em regozijo à viagem do imperador ao Paraná, deu liberdade a dois escravos seus, *Jornal do Recife*, 15 de junho de 1880, n. 135, p.1.

¹⁰⁰³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 105; *O Paranaense*, de 26 de maio de 1878; *Dezenove de Dezembro*, 01 de setembro de 1880, n. 2076, p. 4; e *Dezenove de Dezembro*, 05 de junho de 1880, n. 2052, p. 1.

¹⁰⁰⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 173; *Dezenove de dezembro*, 20 de julho de 1878, n. 1927, p. 3; *Dezenove de Dezembro*, 05 de junho de 1880, n. 2052, p. 1; e *A Província do Paraná*, 18 de dezembro de 1877, n. 93, p. 1

como mencionado, a estrada de ferro. Outros oito títulos foram concedidos nesse ano de 1880, sendo que apenas um deles foi anterior à nobilitação dos paranaenses citados.

Em 19 de julho de 1880, Joaquim Egídio de Sousa Aranha, visconde de Três Rios, fazendeiro e capitalista em São Paulo, foi elevado a conde, em reconhecimento à doação que havia feito à Santa Casa de Misericórdia, dias antes de ser nobilitado, conforme noticiado no jornal *Correio Paulistano*, em 14 de julho de 1880:

O honrado sr. Visconde de Tres Rios acaba de praticar um acto digno de todo o louvor, fazendo doação á Santa Casa de Misericordia desta cidade da importante quantia de 80:000\$ para o fim de serem applicados na construcção do novo hospital. Este acto philanthropico do sr. Visconde de Tres Rios dispensa quaesquer elogios, nem outra cousa era de esperar de um cidadão que por suas distinctas qualidades gosa de tanta estima e consideração nesta provincia¹⁰⁰⁵.

Outros cinco títulos foram ofertados, no segundo semestre de 1880, a homens que haviam feito doações financeiras e prestado diferentes serviços para o país. Antônio de Aguiar Barros, fazendeiro e capitalista de São Paulo, fez doação financeira para a Santa Casa de Misericórdia e, por isso, foi agraciado, visconde de Itu¹⁰⁰⁶; Mariana Barroso Pereira de Carvalho, fazendeira, viscondessa do Rio Novo com grandeza, foi elevada a condessa em atenção às doações de caridade realizadas na cidade de Paraíba do Sul¹⁰⁰⁷; Antônio Ferreira da Silva, barão de Embaré, e Nicolau Vergueiro, barão de Vergueiro, contrataram a construção de uma escola que seria doada à Sociedade Auxiliadora da Instrução e, em reconhecimento a isso, tiveram seus títulos elevados a visconde de Embaré¹⁰⁰⁸ e visconde de Vergueiro¹⁰⁰⁹, respectivamente; e Rafael Tobias de Barros, fazendeiro em São Paulo, foi agraciado com o título de barão de Piracicaba em atenção aos serviços prestados à instrução pública e à Santa Casa de Misericórdia¹⁰¹⁰.

Finalmente, de perfil bastante distinto dos já citados, Gastão de Escragnolle, que era diretor e administrador da Floresta da Tijuca, recebeu o título de barão de Escragnolle¹⁰¹¹; e Antônio de Queirós Teles, agraciado com o título de barão de Parnaíba

¹⁰⁰⁵ *Correio Paulistano*, 14 de julho de 1880.

¹⁰⁰⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 224; e *Cruzeiro* de 20 de janeiro de 1878. Fez doação da quantia de 40:000\$000 para a Santa Casa de Misericórdia para a construção de um novo hospital, *Correio Paulistano*, 16 de setembro de 1880, n. 7139, p. 2.

¹⁰⁰⁷ Inoã Pierre Carvalho Urbinatti, *Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871 – 1889)*, op.cit., p. 69-70; *Archivo Nobiliarchico*, p. 399; e AN_002_000_76, p.823.

¹⁰⁰⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 145; AN_002_000_76, p. 825; e *A Constituinte*, 05 de junho de 1880, n. 263, p. 1.

¹⁰⁰⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 533; AN_002_000_76, p. 826; e *A Constituinte*, 05 de junho de 1880, n. 263, p. 1.

¹⁰¹⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 359; e AN_002_000_76, p. 827.

¹⁰¹¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 148-149.

por ser, na época, o presidente da estrada de ferro Mogiana¹⁰¹². Ou seja, em 1880, as concessões foram restritas e ligadas a circunstâncias mais pontuais, muitas das quais justificadas nos próprios decretos de concessão e outras ligadas à visita de d. Pedro II ao Paraná.

Novamente, merece destaque a ausência de títulos concedidos a senadores e a deputados, ou seja, pessoas capazes de intervirem mais ativamente na política, ou, mais especificamente, na aprovação da reforma eleitoral, que esteve em tramitação ao longo do ano de 1880.

Em 1881, o gabinete Saraiva concedeu 32 títulos de nobreza, dos quais 12 foram dados a indivíduos envolvidos com a recepção de d. Pedro II na província de Minas Gerais, nove em recompensa aos serviços prestados, quatro a fazendeiros, quatro a indivíduos que ocupavam diferentes cargos (o que serviu de justificativa para a nobilitação), dois eram negociantes e um diplomata. Diante desses números, merece destaque, novamente, a generosa nobilitação de mineiros, tal qual ocorrida durante o gabinete chefiado por Sinimbu. Possivelmente, esta nobilitação tenha sofrido interferência de outro mineiro, Martinho Campos, líder do governo na Câmara, cuja atuação foi fundamental para o bom andamento do projeto de reforma da lei eleitoral.

D. Pedro II viajou para Minas Gerais, em 26 de março de 1881 e retornou para a Corte em 30 de abril. Este acompanhado pela imperatriz d. Teresa Cristina, por sua dama de companhia, d. Maria Cândida de Araújo Viana de Figueiredo, pelo ministro da Marinha, José Rodrigues de Lima Duarte; pelo dr. Antonio Teixeira da Rocha, barão de Maceió, e pelo conselheiro José Caetano de Andrade Pinto¹⁰¹³.

Chama a atenção que dos 12 nobilitados, em 15 de junho de 1881, mais de um mês depois do retorno da comitiva imperial ao Rio de Janeiro, relacionados à vigem de d. Pedro II pela província de Minas Gerais, dez deles eram ligados ao Partido Liberal, incluindo o presidente da Câmara dos Deputados e o vice-presidente da província em exercício. Assim, talvez a viagem tenha sido utilizada como um pretexto para angariar apoio político dos mineiros.

Os 12 nobilitados nessa ocasião foram Camilo Maria Ferreira Armond, visconde de Prados, conselheiro de Estado desde 1879 e presidente da Câmara de Deputados

¹⁰¹² *Archivo Nobiliarchico*, p. 339-340; e AN_002_000_76, p.828.

¹⁰¹³ Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, op.cit., p. 50-51. João Ricardo Ferreira Pires, *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881)*. Belo Horizonte (MG): dissertação de mestrado, UFMG, 2007.

durante o governo Saraiva, foi elevado a conde¹⁰¹⁴; Maria Leonor Teixeira de Magalhães, baronesa de Camargos, alforriou alguns escravos cujas cartas de alforria foram entregues pelo próprio imperador, de tal modo que foi elevada a viscondessa¹⁰¹⁵; João José de Magalhães, liberal, foi feito barão de Ouro Branco¹⁰¹⁶; Joaquim Vidal Leite Ribeiro, liberal e capitalista, foi feito barão de Itamarandiba¹⁰¹⁷; Antônio Rodrigues Pereira, liberal e fazendeiro, tornou-se barão de Pouso Alegre¹⁰¹⁸; Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, liberal e desembargador aposentado, tornou-se barão de São João de Nepomuceno¹⁰¹⁹; Luís José de Sousa Breves, liberal e comissário de café, tornou-se barão de Guararema¹⁰²⁰; Joaquim da Mota Pais, liberal e fazendeiro, foi nobilitado barão de Camanducaia¹⁰²¹; Antônio Belfort de Arantes, liberal e fazendeiro, foi feito barão de Cabo Verde¹⁰²²; Joaquim José Álvares dos Santos Silva, liberal e fazendeiro, foi feito barão de São Geraldo¹⁰²³; José Ribeiro de Resende, liberal, fazendeiro, havia prestado vários serviços à cidade de Juiz de Fora, foi feito barão de Juiz de Fora¹⁰²⁴; e José Francisco Neto, liberal e vice-presidente de província em exercício, foi feito barão de

¹⁰¹⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 374; conselheiro de Estado nomeado em 1879, Barão de Javari, *op.cit.*, p. 427; e Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, *op.cit.*, p. 53.

¹⁰¹⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 100; e Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, *op.cit.*, p. 70.

¹⁰¹⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 321; Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, *op.cit.*, p. 53; *A União: órgão do Partido Conservador* (MG), 02 de junho de 1888, n. 176, p. 1; *A Actualidade*, data rasurada, n. 42, p. 3; e *O Trabalho*, 17 de junho de 1881, n. 7, p. 1.

¹⁰¹⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 206; *A Actualidade*, 22 de junho de 1881, n. 61, p. 1; e *O Trabalho*, 17 de junho de 1881, n. 7, p. 1.

¹⁰¹⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 373; Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, *op.cit.*, p. 53; *Liberal Mineiro*, 26 de dezembro de 1883, n. 168, p. 2; *A Província de Minas*, 28 de dezembro de 1883, n. 186, p. 1; e *O Trabalho*, 17 de junho de 1881, n. 7, p. 1.

¹⁰¹⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 450-451; Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, *op.cit.*, p. 139; AN_002_000_76, p. 843; e *O Trabalho*, 17 de junho de 1881, n. 7, p. 1.

¹⁰²⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 170; José Luiz Pasin, *Os Barões do café*, *op.cit.*, p. 149; e *O Trabalho*, 17 de junho de 1881, n. 7, p. 1.

¹⁰²¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 97; *Verdade*, 29 de setembro de 1887, n. 30, p. 2; *Almanach Sul-mineiro*, 1884, p. 478; *A Actualidade*, 17 de julho de 1880, n. 72, p. 4; e *O Trabalho*, 17 de junho de 1881, n. 7, p. 1.

¹⁰²² *Archivo Nobiliarchico*, p. 89; *O Baependyano*, 11 de maio de 1884, n. 320, p. 3; biografia disponível em <http://martaalves.com/capeladosbueno/historia/doc/pdf/freguesia4.pdf> - acesso em 27/03/2018; *O Arauto de Minas*, 25 de julho de 1885, n. 19, p. 2; *O Trabalho*, 17 de junho de 1881, n. 7, p. 1; e no *Jornal do Comércio*, 18 de julho de 1881, n. 198, p. 3, há o seguinte texto, “Tardia foi a recompensa conferida a esse distinto cidadão octogenario, que tem prestado relevantissimos serviços à província de Minas e ao país, dedicando-lhe longo estadio de serviços pessoais pautados sempre pela nobreza, energia e firmeza de caráter inquebrantável e também serviços pecuniários que constituiria hoje uma boa fortuna[...]”.

¹⁰²³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 446; Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, *op.cit.*, p. 141; e *O Trabalho*, 17 de junho de 1881, n. 7, p. 1.

¹⁰²⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 244; contribuiu para a construção do Fórum e da igreja, *A Actualidade*, 28 de junho de 1881, n. 63, p. 2; *O Trabalho*, 17 de junho de 1881, n. 7, p. 1 e *A Província de Minas Gerais*, 04 de fevereiro de 1888, n. 512, p. 1. Era sobrinho do marquês de Valença e pai do barão do Retiro, fazendeiro, conservador, “deixou uma fortuna colossal, tendo feito numerosos e importantes donativos, entre os quais avultam o de 6:000\$ para as obras do Fórum, 5:000\$ para a matriz desta cidade [Juiz de Fora] e outros para todas as igrejas do município”, *Pacotilha*, 15 de fevereiro de 1888, n. 45, p. 2.

Coromandel¹⁰²⁵. Em outra ocasião, outros dois mineiros foram agraciados. Caso de José da Silva Figueiredo, que foi feito barão do Carmo¹⁰²⁶; e de Francisco de Assis Monteiro Breves, fazendeiro, feito barão de Lourical¹⁰²⁷.

Do mesmo modo que a Assembleia Provincial de Minas Gerais havia discutido a nobilitação excessiva de mineiros que, por vaidade, eram transformados em “barões de suas próprias fazendas”, a *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini, também tratou deste assunto em 1881. Na edição número 243, de 1881, a atuação em relação aos mineiros é comparada àquela desempenhada em relação aos paranaenses que haviam recebido o imperador no ano anterior.

Como era de esperar os jornais mineiros jubilam-se com a visita imperial, antevendo grandes melhoramentos para sua querida província. E tudo pode ser. Mas, como sucedeu ao Paraná, o mais provável é S.M. se limite a matar alguns cavalos e criar alguns comendadores, e que tudo se resuma em muitos barões de mais e alguns cavalos de menos¹⁰²⁸.

A *Revista Ilustrada* criticou mais uma vez a oferta de títulos pela monarquia brasileira e, em 1881, fez uma sugestão, no mínimo inusitada. Para seu redator, a fim de manter um certo luxo na nobreza, era melhor alugar ou vender os títulos nobiliárquicos, assim evitava os “barões dentistas” e assegurava um rendimento constante. Como se verá a seguir, a temática da concessão de títulos como benéfica ao Tesouro imperial estaria presente em outros momentos da década de 1880.

É talvez bem aceitável.

Um deputado às camaras francezas formulou um projecto assás commodo e original. Mediante uma certa renda, paga anualmente ao estado, qualquer individuo indistinctamente teria direito a um titulo de nobreza: barão, visconde, duque... conforme a somma paga.

Acham talvez ridículo?

Eu não. A nobreza precisando manter um certo luxo e sendo tão inconstante a sorte, antes alugar do que vender os pergaminhos de barão, conde, etc.

Assim, ao menos, não teríamos barões dentistas¹⁰²⁹.

Alguns números depois, na edição 249, também de 1881, a *Revista Ilustrada* questionou enfaticamente a distribuição de títulos de nobreza, afirmando que

¹⁰²⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 134; Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, op.cit., p. 53; e *O Trabalho*, 17 de junho de 1881, n. 7, p. 1.

¹⁰²⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 115; *Almanach Sul-Mineiro*, 1884, p. 227-228; e AN_002_000_76, p. 830.

¹⁰²⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 261; *Gazeta de Notícias*, 28 de novembro de 1881, n. 360, p. 3; fazendeiro em Mar de Hespanha (MG), contribuiu com a quantia de 1:000\$000 para o Liceu de Artes e Ofícios para obras para as aulas para meninas, “tem prestado serviços à instrução nesse país; a S.Ex. deve-se também a criação de escolas para ingênuos”, *Gazeta de Notícias*, 02 de janeiro de 1882, n.2, p. 1.

¹⁰²⁸ Ângelo Agostini, *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 6, número 243, 1881, p. 2, apud Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, op.cit., p. 169.

¹⁰²⁹ *Revista Ilustrada*, 1881, número 248, p. 6.

“ultimamente o nosso excelente governo procurou distrair o Imperial Senhor, que houve por bem fazer uma generosa distribuição de graças. Pobre país! Creio que todas essas honras servem senão para te tornar cada dia mais ridículo”¹⁰³⁰. Se Ângelo Agostini já tinha essa opinião em 1881, possivelmente ela se tornaria ainda mais ácida à medida que os anos avançassem.

A opinião de Ângelo Agostini, longe de ser unanimidade, estava presente em suas diferentes produções. Italiano de nascimento, residia em São Paulo desde 1860, mesma década em que havia criado o *Cabrião*, em 1866, periódico em que ridicularizava o clero e criticava a Guerra do Paraguai. Tempos depois, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde colaborou com vários periódicos até fundar, em 1876, a *Revista Ilustrada*. Tal *Revista* atingiu enorme circulação, chegando a quatro mil exemplares de tiragem, um fenômeno para a época. Nela, eram difundidos ideais liberais, republicanos e anticlericais. Agostini se envolveu-se também na campanha abolicionista¹⁰³¹.

Assim, por meio deste excerto, salta aos olhos a clareza com que Ângelo Agostini expunha a sua opinião sobre uma das práticas mais simbólicas da monarquia. Para ele, então, os títulos de nobreza desfrutavam de pouco crédito, não concediam valor honorífico aos nobilitados, além de envergonharem o país, tornando-o cada vez mais ridículo.

Além destes mineiros nobilitados, doze fluminenses foram agraciados em recompensa a diversos serviços prestados. Desses doze, nove eram fazendeiros. Caso de Laurindo de Avelar e Almeida, feito barão de Avelar e Almeida¹⁰³²; Francisco José Alves Rangel, feito barão de São João da Barra¹⁰³³; Manuel Ribeiro da Mota, feito barão de São Sebastião¹⁰³⁴; Brás Pereira Nunes, feito barão de Rio do Ouro¹⁰³⁵; José de Aquino Pinheiro, feito barão de Aquino¹⁰³⁶; Manuel Pereira de Sousa Barros, feito barão de Vista

¹⁰³⁰ Apud Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, op.cit., p. 170.

¹⁰³¹ <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AGOSTINI,%20%C3%82ngelo.pdf> – 10/10/2018

¹⁰³² *Archivo Nobiliarchico*, p. 66; e AN_002_000_76, p. 829.

¹⁰³³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 447; e AN_002_000_76, p. 832. No *Jornal do Comércio* de 20 de fevereiro de 1880, consta que era liberal de São João da Barra.

¹⁰³⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 465; e AN_002_000_76, p. 834.

¹⁰³⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 399; AN_002_000_76, p. 835; e *Jornal do Comércio*, 12 de junho de 1881, n. 162, p.1. Era irmão do barão de São Carlos, João Frágoso, *Barões do café*, op.cit., p. 87-88.

¹⁰³⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 49; e *Almanak Laemmert*, 1881, p. 113. Fez a doação da quantia de 12:000\$ para a instrução pública em Nova Friburgo, *Gazeta de Notícias*, 26 de março de 1881, n. 83, p. 2.

Alegre¹⁰³⁷; Antônio Machado Botelho Sobrinho, feito barão de Macabu¹⁰³⁸; Manuel Luís Ribeiro, feito barão de Castelo¹⁰³⁹; João José Carneiro da Silva, conservador e um dos donos do Engenho Central do Quissamã, feito barão de Monte Cedro¹⁰⁴⁰; e Sebastião da Cunha Azeredo Coutinho, nobilitado barão de Azeredo Coutinho. Outros dois fluminenses eram capitalistas e proprietários, Antônio José de Magalhães, que foi feito barão de Goitacazes¹⁰⁴¹; e Luís de Matos Pereira e Castro, feito barão do Flamengo¹⁰⁴².

Quanto a Azeredo Coutinho, que prestara serviços para a construção de uma igreja em São Fidélis (RJ), tais serviços foram mencionados no jornal *O Apóstolo*, quinze dias antes de sua nobilitação:

Os grandes serviços [obras na capela] que tem prestado à religião o Sr. capitão Sebastião da Cunha Azeredo Coutinho não devem ficar em olvido. Já a Câmara Municipal reuniu-se e oficiou à presidência da província, pedindo que leve ao conhecimento do governo tão generosa oferta, e, em São Fidélis, se espera que S.M. o Imperador não deixará de distinguir tão prestante cidadão, que procura ocultar-se na mais recôndita humildade¹⁰⁴³.

A Câmara Municipal, portanto, parecia preocupada em justificar a titulação, que já deveria ser de conhecimento do futuro titulado e seus conhecidos, talvez para destacá-lo frente aos outros baronatos sem justificativa.

Finalmente, o último nobilitado ligado à província fluminense, onde residia naquele momento, foi o médico e abolicionista Abílio César Borges foi feito barão de Macaúbas, de acordo com Ângela Alonso, ele “dava aulas no Liceu Literário Português, escola gratuita e noturna de instrução popular, que alfabetizava soldados, marinheiros e escravos”¹⁰⁴⁴.

Os últimos cinco titulados em 1881 foram agraciados em recompensa aos serviços prestados no exercício de algum cargo. Caso de Guilherme Schüch de Capanema, diretor

¹⁰³⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 544; e *Almanak Laemmert*, 1882, p. 1919.

¹⁰³⁸ *Almanak Laemmert*, 1881, p. 138; *Archivo Nobiliarchico*, p. 262; e *Jornal do Comércio*, 13 de janeiro de 1882, n. 13, p. 2.

¹⁰³⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 117; *Jornal do Comércio*, 13 de janeiro de 1882, n. 13, p. 2; e *Almanak Laemmert*, 1882, p. 1876.

¹⁰⁴⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 293-294; *O Vassourense*, 16 de abril de 1882, n. 9, p. 3; e *O Fluminense*, 04 de agosto de 1882, n. 658, p. 2.

¹⁰⁴¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 163; *Almanak Laemmert*, 1882, p. 144; e *Jornal da Noite*, 30 de novembro de 1881, n. 8, p. 4.

¹⁰⁴² *Archivo Nobiliarchico*, p. 152; e *Almanak Laemmert*, 1882, p. 163.

¹⁰⁴³ *O Apóstolo*, 02 de dezembro de 1881, n. 136, p.1; *Almanak Laemmert*, 1885, p. 1089; e *Archivo Nobiliarchico*, p. 67.

¹⁰⁴⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 264; Ângela Alonso, *Flores, votos e balas, op.cit.*, p. 148; e AN_002_000_76, p. 852.

geral dos telégrafos, nobilitado em fevereiro com o título de barão de Capanema¹⁰⁴⁵; Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, presidente da Bahia até 25 de março de 1881, nomeado para este cargo por um gabinete liberal, o que talvez seja um indicativo de sua cor partidária, que foi feito barão de São Francisco no dia anterior ao término do exercício de seu mandato¹⁰⁴⁶; José Coelho da Gama e Abreu, liberal e presidente do Pará até fevereiro de 1881, quando foi exonerado a seu próprio pedido, foi feito barão Marajó em maio¹⁰⁴⁷; José Agostinho Moreira Guimarães, diretor do comércio do Ministério de Agricultura, foi feito barão de Guimarães, em julho, em atenção aos serviços prestados no exercício deste cargo¹⁰⁴⁸; e Antônio Pedro de Carvalho Borges, diplomata e enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Viena, foi feito barão de Carvalho Borges em dezembro¹⁰⁴⁹.

Diante desses nomes e títulos, merece destaque que, ao longo do ano de 1881, foram concedidos 32 títulos de nobreza, mas, que dadas as conjunturas em que muitos desses títulos foram concedidos, como as viagens de d. Pedro II por diferentes províncias, não é possível vincular enfaticamente tais títulos à realização das eleições para a Câmara dos Deputados que ocorreram nesse ano¹⁰⁵⁰. Segundo o contemporâneo Pereira da Silva, mencionado por Sérgio Ferraz em sua tese de doutorado, Saraiva procurou garantir eleições imparciais ou, ao menos, não tão sujeitas à vontade do ministério¹⁰⁵¹. Essa eleição garantiu a Pereira da Silva a renovação de seu mandato de deputado para a próxima legislatura. Finalmente, de acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, frente à bem-sucedida eleição direta, considerada a eleição com maior lisura no Império, o gabinete

¹⁰⁴⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 108. Membro da comissão encarregada de representar o Brasil na Exposição Universal, *A Nação*, 15 de janeiro de 1874, p. 1-2. Nobilitado em atenção aos serviços prestados como diretor geral dos telégrafos, AN_002_000_76, p. 831.

¹⁰⁴⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 442; e *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo* (BA), 1880 e 1881 (capa).

¹⁰⁴⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 273; *A Constituição*, 17 de junho de 1880, n. 135, p. 1; e exonerado da presidência da província, a seu próprio pedido em 21 de fevereiro de 1881, *A Constituição*, 22 de fevereiro de 1881, n. 42, p. 1.

¹⁰⁴⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 175; *Almanak Laemmert*, 1882, p. 1521; e *Jornal do Comércio*, 27 de julho de 1881, n. 207, p. 1.

¹⁰⁴⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 115; e AN_002_000_76, p. 861.

¹⁰⁵⁰ A Lei Saraiva de 09 de janeiro de 1881 previa que as eleições para a próxima legislatura da Câmara dos Deputados deveriam ocorrer até o último dia útil do mês de dezembro de 1881. Trata-se do artigo 35 da lei “O Governo poderá espaçar até ao ultimo dia util do mez de Dezembro de 1881 a eleição geral dos Deputados para a proxima legislatura”, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html> - acesso em 12/09/2018

¹⁰⁵¹ Sérgio Ferraz, *O Império Revisitado*, op.cit., p. 179; e João Manuel Pereira da Silva, *Memórias do meu tempo*, op.cit., p. 489-490.

apresentou a demissão coletiva em janeiro de 1882¹⁰⁵², não sem antes ofertar mais alguns títulos de nobreza e enfrentar a negativa de um senhor de engenho pernambucano.

Em 18 de janeiro, dois indivíduos nobilitados eram ligados aos altos círculos políticos e administrativos, caso de João Lustosa da Cunha Paranaguá, senador liberal pelo Piauí e conselheiro de Estado, foi feito visconde de Paranaguá com grandeza¹⁰⁵³; e de José Maria Lopes da Costa, barão de Piraquara, foi agraciado com honras de grandeza em recompensa aos serviços prestados como diretor da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra¹⁰⁵⁴. Outros dois nobilitados nessa mesma ocasião eram indivíduos ligados ao Rio de Janeiro, Joaquim de Almeida Ramos, negociante fluminense, feito barão de Almeida Ramos¹⁰⁵⁵; e Francisco José Alves Rangel, barão de São João da Barra, liberal e fazendeiro fluminense, foi elevado a visconde¹⁰⁵⁶.

Além destes titulados, o gabinete tentou nobilitar dois irmãos, senhores de engenho pernambucanos. Sebastião Antônio Acióli Lins, abolicionista, havia alforriado seus últimos 23 escravos em janeiro de 1881, e foi agraciado com o título de barão de Goicana¹⁰⁵⁷; e seu irmão, Prisciano de Barros Acióli Lins, simpático aos ideais republicanos, que declinou o título de barão do Rio Formoso e publicou uma carta no jornal, em 12 de abril, expondo os seus argumentos para tal atitude:

Prisciano de Barros Accioli Lins proprietário do engenho Tinoco na comarca de Rio Formoso avisa a seus amigos e a todas aquelas pessoas com quem tem relações comerciais, que continua assinar-se como antes de ter sido publicado pelos jornais, o título de barão do Rio Formoso, com o qual dizem fora agraciado por decreto de 18 de janeiro do corrente ano. Faz semelhante declaração, para que não se continue individualmente a dar-lhe um título que não aceitou. Engenho Tinoco, 33[sic] de março de 1882, Prisciano de Barros Accioli Lins¹⁰⁵⁸.

A notícia da recusa do título de nobreza continuou a repercutir no mês seguinte, quando o jornal *The Rio News* publicou em 05 de maio de 1882, a negativa praticada pelo

¹⁰⁵² Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit., p. 84.

¹⁰⁵³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 335-336; e AN_002_000_76, p. 862.

¹⁰⁵⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 363-364; *Almanak Laemmert*, 1881, p. 295; *Almanak Laemmert*, 1882, p. 1455; e AN_002_000_76, p. 864.

¹⁰⁵⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 39-40; e *Almanak Laemmert*, 1882, p. 299.

¹⁰⁵⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 447; e *Jornal do Comércio*, 20 de fevereiro de 1880.

¹⁰⁵⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 163; Glauber Guedes Ferreira de Lima, *As elites açucareiras em Pernambuco: Um estudo sobre a heterogeneidade da açúcarocracia pernambucana nas duas últimas décadas do Império*. Brasília: dissertação de mestrado, UNB, 2007, p. 101; e Evaldo Cabral de Mello, *O Norte Agrário e o Império*, op.cit., p. 13. “O Dr. Sebastião Antonio Accioli Lins, proprietário do engenho Goicana, do termo de Serinhaem, concedeu carta de liberdade, no dia 8 do corrente, a 23 escravos, os últimos que possuía. Como verdadeiro abolicionista se terem afirmado S.S. nos últimos dez anos, diz o Jornal do Recife, pois que atinge a 36 o número de escravos seus a quem tem dado liberdade, sem contar com os filhos de suas escravos, que eram por ele considerados livres antes da lei de 28 de setembro”, *Gazeta de Notícias*, 22 de setembro de 1881, n. 261, p. 1.

¹⁰⁵⁸ *Jornal do Recife*, 12 de abril de 1882, n. 82, p. 1.

senhor de engenho pernambucano, sem, contudo, fornecer maiores explicações para tal atitude. Nas palavras publicadas nesse jornal, “A proeminent and influential sugar planter of the comarca of Rio Formoso, Pernambuco, named Prisciano de Barros Accioli Lins, has declined to accept the title of Barão do Rio Formoso recently bestowed upon him by the government, and announces that fact in a card to the press”¹⁰⁵⁹.

Merece destaque a divulgação pela imprensa da recusa de um título de nobreza, da mesma forma que havia ocorrido dez anos antes quando da negativa de Nabuco de Araújo e do visconde de Abaeté, com a significativa diferença no perfil do agraciado, isto é, em 1872, os envolvidos na recusa do título ofertado eram políticos de grande magnitude, ao contrário do senhor de engenho pernambucano, que não ocupava os altos cargos políticos, mas que era figura proeminente na política pernambucana.

Durante os quase 22 meses em que esteve à frente do gabinete, Saraiva concedeu 51 títulos, dos quais 16 (31,37%) foram dados a fluminenses, 14 (27,45%) a mineiros, seis (11,76%) a paulistas, cinco (9,8%) a paranaenses, dois (3,92%) a pernambucanos (incluindo aqui o que foi declinado), um (1,96%) a um paraense e um (1,96%) a um baiano, além de outros seis (11,76%) ofertados a indivíduos que exerciam cargos quando foram titulados sem expressiva ligação com a alguma província. Frente a esses números, merece destaque a continuação da alta nobilitação de mineiros, já praticada pelo gabinete anterior chefiado por Sinimbu, além do crescimento expressivo de títulos ofertados para fluminenses, número que saltou de 8% do total de títulos concedidos pelo gabinete Sinimbu para 31,37% pelo gabinete Saraiva.

Finalmente, dias depois da oferta desses títulos, o gabinete Saraiva, como mencionado, por ter cumprido a sua tarefa na realização das eleições de acordo com a Lei de 1881, apresentou a sua demissão coletiva e conseguiu indicar para chefiar o novo gabinete um aliado seu, o deputado mineiro, Martinho Álvares da Silva Campos, que assumiu o ministério em 21 de janeiro de 1882. De acordo com Ângela Alonso, a questão da abolição da escravidão era tema urgente no Império do Brasil e se tornaria pauta cada mais importante à medida que a década de 1880 avançava, contudo, a saída de Saraiva diminuiu o ritmo da questão abolicionista, já que seu sucessor era, nas palavras de Ângela Alonso, “um liberal tão conservador como seu amigo Paulino”¹⁰⁶⁰.

¹⁰⁵⁹ *The Rio News*, 05 de maio de 1882, n. 13, p. 4; *Archivo Nobiliarchico*, p. 396; e Glauber Guedes Ferreira de Lima, *As elites açucareiras em Pernambuco*, op.cit., p. 102-103.

¹⁰⁶⁰ Ângela Alonso, *Flores, votos e balas*, op.cit., p. 178.

A tarefa primordial deste ministério era fazer o regulamento da nova lei eleitoral. Contudo, essa não foi uma das tarefas mais fáceis, já que ele teve que enfrentar a aliança entre conservadores e liberais dissidentes, que, em votação de confiança na Câmara dos Deputados, precipitou a queda do gabinete, que apresentou a demissão coletiva quase seis meses após a sua posse¹⁰⁶¹.

A curta existência do gabinete não impediu, contudo, que alguns poucos títulos de nobreza fossem ofertados. Entre março e junho, data do primeiro e do último título concedido, foram feitas quatorze concessões de títulos nobiliárquicos. Desses quatorze, sete foram para fazendeiros, três foram em reconhecimento a serviços prestados, dois para indivíduos ligados ao Paço, um foi para negociante e um foi para um médico escolhido para representar o Brasil no Congresso Pedagógico.

Pelos serviços prestados, Joaquim Ferreira Penteado, fazendeiro e capitalista na província de São Paulo, mantinha a Escola Ferreira Penteado na cidade de Campinas e por essa contribuição à instrução, foi nobilitado com o título de barão de Itatiba¹⁰⁶²; Carlos Teodoro de Sousa Fortes, fazendeiro em Valença, foi agraciado com o título de barão de Santa Clara em atenção aos serviços prestados à instrução, à “humanidade” e ao Estado¹⁰⁶³; e Francisco Inácio de Araújo Ferraz, negociante fluminense, fez donativos significativos para a escola em Santa Isabel e, por isso, foi feito barão de Araújo Ferraz¹⁰⁶⁴.

O titulado em razão do cargo que ocupava foi Abílio César Borges, barão de Macaúbas, que, em maio de 1882, foi convidado para representar o Brasil no congresso pedagógico em Buenos Aires, e recebeu honras de grandeza no mês seguinte¹⁰⁶⁵. Do Paço, o veador Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama foi agraciado barão de Santa Mônica com grandeza. Era filho do marquês de Baependi, irmão do conde de Baependi e do barão de Juparanã, e genro do duque de Caxias. Neste caso, o fato de ser integrante de uma família nobre deve ter contribuído para que seu título fosse acrescido de honras de grandeza¹⁰⁶⁶. Mesma sorte não teve Pedro Ribeiro de Sousa Resende, moço fidalgo do Paço, filho do marquês de Valença, que foi feito barão de Valença¹⁰⁶⁷.

¹⁰⁶¹ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit., p. 90-91.

¹⁰⁶² *Archivo Nobiliarchico*, p. 221-222; e *Jornal da Tarde*, 05 de junho de 1881, n. 204, p. 2.

¹⁰⁶³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 413; AN_002_000_76, p. 875; *Gazeta de Notícias*, 13 de junho de 1882, n. 163, p. 2; e *Almanak Laemmert*, 1882, p. 1923.

¹⁰⁶⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 58-59; José Luiz Pasin, *Os Barões do café*, op.cit., p. 129; *Gazeta de Notícias*, 07 de junho de 1882, n. 157, p. 3; e *Gazeta de Notícias*, 21 de abril de 1882, n. 109, p. 2.

¹⁰⁶⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 264; e *Correio Paulistano*, 11 de maio de 1882, n. 7616, p. 1.

¹⁰⁶⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 424-425; e *Jornal do Comércio*, 14 de maio de 1882, n. 133, p. 2.

¹⁰⁶⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 526; e *Almanak Laemmert*, 1883, p. 49.

O único negociante nobilitado foi o fluminense Antônio Maia Monteiro de Estrela, que foi feito barão de Maia Monteiro e era irmão do barão de Estrela (titulado em 1876)¹⁰⁶⁸. Dos outros sete fazendeiros nobilitados, apenas um era de Minas Gerais, caso de Inês de Castro Monteiro da Silva, feita baronesa de São José do Rio Preto¹⁰⁶⁹; e os outros seis do Rio de Janeiro, caso de Joaquim Luís Pinheiro, barão de Paquequer, que foi elevado a visconde de Pinheiro com grandeza¹⁰⁷⁰; Miguel Ribeiro de Sá, feito barão de Ribeiro de Sá¹⁰⁷¹; Antônio Pinto de Oliveira, feito barão de Santo Antônio¹⁰⁷²; Inácio da América Pinheiro, feito barão de Potengi¹⁰⁷³; Peregrino José de América Pinheiro, barão de Ipiabas com grandeza, foi elevado a visconde com grandeza¹⁰⁷⁴; e Antônio Clemente Pinto, barão de São Clemente, elevado a visconde de São Clemente com grandeza¹⁰⁷⁵.

Diante da curta duração desse gabinete, dos enfrentamentos sofridos no Legislativo a ponto de, por exemplo, não ter a confiança necessária para aprovar o regulamento da legislação eleitoral e dos poucos títulos ofertados nesses quase seis meses, enfatizando o amplo predomínio de fluminenses, doze dos quatorze titulados.

Assim, Martinho Campos, à frente do gabinete por quase seis meses, ofertou 14 títulos, número suficiente para consolidar uma prática iniciada por seu antecessor, justamente a larga nobilitação de fluminenses, que receberam doze títulos ofertados (85,71%), ao lado de um único mineiro (7,14%) e de um único paulista (7,14%). A contínua e crescente titulação de fluminenses pode ser interpretada como uma preocupação em acalmar as tensões latentes na província, afetada pela crise econômica, pela diminuição da produção de café por causa do esgotamento das terras e pelas medidas emancipacionistas em discussão no Parlamento.

Assim, a oferta de títulos de nobreza a esses indivíduos, embora tenha se valido da justificativa de diferentes serviços prestados, pode ser enquadrada nesse cenário político mais amplo.

Em 03 de julho de 1882, ascendeu ao poder um novo gabinete liberal, chefiado por mais um aliado de José Antônio Saraiva, o visconde de Paranaguá, que havia recebido

¹⁰⁶⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 268.

¹⁰⁶⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 457.

¹⁰⁷⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 356; e *Almanak Laemmert*, 1883, p. 1751.

¹⁰⁷¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 386; *Gazeta de Notícias*, 17 de abril de 1882, n. 105, p. 1; e *Almanak Laemmert*, 1882, p. 1823.

¹⁰⁷² *Archivo Nobiliarchico*, p. 433; e *Almanak Laemmert*, 1883, p. 459.

¹⁰⁷³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 372; *Almanak Laemmert*, 1883, p. 683 e 1885, p. 1161.

¹⁰⁷⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 193-194; e *Jornal do Comércio*, 26 de maio de 1882, n. 145, p. 2.

¹⁰⁷⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 437-438; e *Almanak Laemmert*, 1883, p. 341.

este título em 18 de janeiro de 1882, concedido pelo próprio gabinete Saraiva. De acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, este ministério apresentou em seu programa a recuperação das finanças, a reforma do Poder Judiciário, a descentralização administrativa e o fortalecimento da autonomia das Câmaras Municipais, o alargamento da instrução pública e o adiantamento da emancipação dos escravos¹⁰⁷⁶.

Ao longo dos quase onze meses em que Paranaguá ficou à frente do ministério, foram ofertados 53 títulos de nobreza. Desses 53, 23 foram dados a fazendeiros, nove a indivíduos que exerciam algum cargo e por isso foram titulados, oito àqueles que prestaram algum serviço para o Império do Brasil, três a negociantes, três eram integrantes das forças armadas, três a homens que alforriaram seus escravos, dois a políticos (um deles era senador e outro chefe do diretório liberal), um a um diplomata, e um a um proprietário.

O início da década de 1880 foi marcado pelo crescimento do movimento emancipacionista, que havia alcançado maior expressão com a Greve dos Jangadeiros em agosto de 1881 no Ceará – província que, no ano seguinte, recebeu a visita de José do Patrocínio, uma das lideranças do movimento abolicionista – e com a organização em maio de 1883 da Confederação Abolicionista no Rio de Janeiro, que articulava diferentes clubes abolicionistas. Tais movimentações evidenciavam o quão urgente era o tema da abolição, e a crescente pressão de certos grupos a fim de avançar a questão emancipacionista.

Contudo, apesar disso, não é possível verificar um uso maciço dos títulos de nobreza, por parte do gabinete Paranaguá, para aqueles que alforriassem seus escravos, como forma de incentivar esta prática. Assim, três títulos foram concedidos para quem havia libertado alguns de seus escravos. Pedro Ferreira de Viana Bandeira, fazendeiro baiano e barão de Viana Bandeira, alforriou onze escravos dias antes de ser titulado e já havia libertado outros quinze, e, por isso, foi elevado a visconde, em outubro de 1882¹⁰⁷⁷. José de Amorim Salgado, fazendeiro e abolicionista pernambucano, foi agraciado barão de Santo André em abril de 1883¹⁰⁷⁸. No mês seguinte, o jornal *Diário de Pernambuco*

¹⁰⁷⁶ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit., p. 85.

¹⁰⁷⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 151; *Almanak Lammert*, 1874, p. 41; *O Mercantil*, 25 de outubro de 1882, p. 1; *O Globo*, 25 de outubro de 1882, p. 3; e AN_002_000_76, p. 901.

¹⁰⁷⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 431; *Diário de Pernambuco*, 20 de junho de 1883, n. 140, p. 4; AN_002_000_76, p. 919; e *Diário do Maranhão*, 23 de junho de 1883, p. 2.

noticiou a concessão do título “Folguemos de registrar o acerto de tão justa nomeação de quem relevantes serviços há prestado a causa da emancipação”¹⁰⁷⁹.

Finalmente, o terceiro nobilitado pode ser considerado como um exemplo da diversidade de serviços prestados para que ao menos um baronato fosse recebido em recompensa a tantas contribuições. Joaquim José Moreira Lima, fazendeiro e homem de grande fortuna em Lorena (São Paulo), havia contribuído para a construção do Engenho Central de Lorena, para os melhoramentos na igreja nesta mesma cidade e alforriado sete escravos. Pelo conjunto dessa obra, foi agraciado barão de Moreira Lima¹⁰⁸⁰.

Esses não foram os únicos nobilitados em atenção aos serviços prestados e incluídos no programa do ministério. Dos oito agraciados em atenção aos serviços prestados, quatro contribuíram, de alguma forma, com a instrução pública. João Batista dos Santos, médico da Imperial Câmara, foi feito barão de Ibituruna¹⁰⁸¹; Francisco Moreira de Carvalho, visconde de Subaé com grandeza, fez doação de 2500\$000 a favor da instrução pública na Bahia, dias antes de ser elevado a conde de Subaé¹⁰⁸²; Luís Otávio de Oliveira Roxo, fazendeiro e negociante fluminense, fez doações ao Liceu de Artes e Ofício e foi agraciado com o título de barão de Vargem Alegre¹⁰⁸³; e Francisco Pinto da Fonseca Teles, fazendeiro no Rio de Janeiro, fez doações para a construção de uma escola e foi feito barão de Taquara¹⁰⁸⁴.

Não só aqueles que contribuíram para a instrução foram nobilitados. Outros serviços prestados renderam títulos nobiliárquicos a diferentes indivíduos. Francisco Pinheiro de Sousa Werneck fez doação de 10:000\$000 à Santa Casa de Misericórdia de Valença e por isso foi feito barão de Ipiabas¹⁰⁸⁵; Quirino de Avelar Monteiro de Resende, fazendeiro em Minas Gerais, fez valiosos donativos para a construção de um cemitério em Leopoldina e, por isso, foi agraciado barão de Avelar Resende¹⁰⁸⁶; Manuel Ribeiro da

¹⁰⁷⁹ *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 1883, n. 109, p. 3.

¹⁰⁸⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 297-298; José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 70-78; AN_002_000_76, p. 923; *Jornal do Comércio*, 14 de junho de 1881, p. 1; *Gazeta de Notícias*, 28 de dezembro de 1882, p. 1; *Correio Paulistano*, 29 de outubro de 1882, p. 2.

¹⁰⁸¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 182; e AN_002_000_76, p. 882.

¹⁰⁸² *Archivo Nobiliarchico*, p. 491; e *Diário de Pernambuco*, 17 de agosto de 1882, n. 186, p. 2.

¹⁰⁸³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 528; e *O Fluminense*, 18 de maio de 1881, n. 470, p. 1. Consta que será agraciado em atenção aos serviços prestados à instrução pública, *Gazeta da Tarde*, 16 de agosto de 1882, n. 186, p. 1. Fez o donativo de 10:000\$ para ser aplicado no Liceu de Artes e Ofícios, *Gazeta da Tarde*, 24 de agosto de 1882, n. 193, p. 1.

¹⁰⁸⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 497; *Gazeta de Notícias*, 08 de outubro de 1882, n. 280, p.1; e contribui com donativos para a construção da escola de Santa Isabel, *Gazeta de Notícias*, 03 de agosto de 1882, n. 214, p. 1.

¹⁰⁸⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 194; e *Monitor Campista*, 15 de julho de 1882, n. 159, p. 3.

¹⁰⁸⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 66; *Monitor Campista*, 12 de setembro de 1882, n. 207, p. 3; e *Jornal do Comércio*, 26 de julho de 1882, n. 106, p. 3

Mota, barão de São Sebastião, fazendeiro fluminense, prestou serviços para o melhoramento de uma igreja e foi elevado a visconde¹⁰⁸⁷; e Antônio José Dias Carneiro, fazendeiro liberal do Rio de Janeiro, foi agraciado barão de Salto em atenção aos serviços prestados à religião¹⁰⁸⁸. Esta última nobilitação mereceu destaque no *Jornal do Comércio*: “Esta nomeação é saliente efeito da larga conferência política liberal que nesta cidade houve no dia 6 do corrente, donde o chefe liberal saiu com feições visivelmente lampeiras, contando certo com uma adesão mais de muito prestígio”¹⁰⁸⁹.

Frente a esses serviços prestados, facilmente interpretados como uma compra de títulos nobiliárquicos, é possível supor que o gabinete, ao incluir tais justificativas nos decretos concessórios, tentasse mascarar a larga quantidade de títulos ofertados a pessoas cujos méritos poderiam ser considerados insignificantes. Figuras, contudo, afetadas por diferentes crises econômicas e de mão de obra, de tal modo que o gabinete utilizava os títulos para contornar esse cenário. Assim, para evitar maiores questionamentos, depositava nas justificativas a razão para tais concessões.

Nove indivíduos foram titulados quando exerciam algum cargo. Desses nove, dois eram tesoureiros, Vitor Resse, negociante fluminense e tesoureiro do Hospício Pedro II, foi feito barão de São Vitor¹⁰⁹⁰; e Francisco José da Rocha, visconde de Itamarati com grandeza, também negociante e tesoureiro do Imperial Instituto Fluminenses de Agricultura, foi elevado a conde¹⁰⁹¹. Outro indivíduo ligado ao Tesouro era João Cardoso de Meneses e Sousa, diretor geral do contencioso do Tesouro Nacional, que foi agraciado barão de Paranapiacaba¹⁰⁹². Acerca desses três indivíduos, merece destaque que os dois primeiros eram fluminenses, enquanto o terceiro exerceu cargos no Rio de Janeiro, além do fato de que o cargo ocupado foi registrado no decreto de concessão do título de nobreza como razão para a nobilitação. Assim, a constante presença de fluminenses no rol de nobilitados é ponto semelhante ao dos outros titulados já citados.

No exercício do cargo, foram nobilitados três presidentes de província, posição claramente política por depender da nomeação do ministério. Domingos Antônio Raiol,

¹⁰⁸⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 465; AN_002_000_76, p. 918; *Monitor Campista*, 17 de agosto de 1882, p. 3; *Monitor Campista*, 30 de novembro de 1882, p. 3; e *Almanak Laemmert*, 1883, p. 318.

¹⁰⁸⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 409; AN_002_000_76, p. 931; e *Jornal do Comércio*, 23 de maio de 1883, p. 2.

¹⁰⁸⁹ *Jornal do Comércio*, 23 de maio de 1883, p. 2.

¹⁰⁹⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 468; e AN_002_000_76, p. 884.

¹⁰⁹¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 207-208; e AN_002_000_76, p. 898.

¹⁰⁹² *Archivo Nobiliarchico*, p. 336-337; e AN_002_000_76, p. 928.

liberal e presidente do Ceará, foi feito barão de Guajará¹⁰⁹³; José Antônio de Sousa Lima, presidente do Rio Grande do Sul, tornou-se barão de Sousa Lima¹⁰⁹⁴; e Rufino Enéias Gustavo Galvão, militar de carreira, presidente do Pará, barão de Maracaju, foi elevado a visconde¹⁰⁹⁵. Além destes presidentes de província, Ambrósio Leitão da Cunha, conservador e senador pelo Amazonas, foi agraciado com o título de barão de Mamoré com grandeza¹⁰⁹⁶.

Ainda no âmbito da política, três deputados provinciais foram nobilitados, sendo dois no Pará e um em Pernambuco. Francisco Acácio Correia e Antônio Gonçalves Nunes, deputados na província paraense, foram agraciados com os títulos de, respectivamente, barão de Guamá¹⁰⁹⁷ e barão de Igarapé-Mirim¹⁰⁹⁸. Da província pernambucana, o liberal Domingos Francisco de Sousa Leão, senhor de engenho e barão de Tabatinga, foi elevado a visconde¹⁰⁹⁹. Finalmente, o rio-grandense Diniz Dias, membro do diretório liberal de Cruz Alta, foi agraciado barão de São Jacó¹¹⁰⁰.

Importante ponderar que as províncias do Pará e do Amazonas tiveram clubes abolicionistas e programas de libertação de escravos bastante atuantes nessa época¹¹⁰¹, o que deve ter influenciado na nobilitação desses indivíduos que exerciam cargos políticos e possuíam alguma ligação com essas províncias, tendo em mente o crescimento do movimento emancipacionista que culminaria na abolição cearense em 1884. Além disso, a respeito da nobilitação dos paraenses citados, nos primeiros meses de 1883, faz-se necessário lembrar que, nesse ano, teve início a construção da Estrada de Ferro de Bragança, que ligaria a cidade de Bragança na província do Pará à capital da mesma província, Belém. Assim, também é possível supor que esses indivíduos tenham sido

¹⁰⁹³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 167; presidente de Alagoas entre 29 de outubro de 1882 e 21 de dezembro de 1882, do Ceará entre 12 de dezembro de 1882 e 21 de agosto de 1883 e de São Paulo entre 18 de agosto de 1883 e 04 de setembro de 1884, Barão de Javari, *op.cit.*, p. 441 e 436; e *Gazeta de Notícias*, 04 de outubro de 1881, p. 1.

¹⁰⁹⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 488; AN_002_000_76, p. 933; *Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS)*, 1882, p. 23 e p. 30 e 1883, p. 28, p. 41, p. 53 e p. 56; *Gazeta da Tarde*, 07 de setembro de 1882, p. 1.

¹⁰⁹⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 272; <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/257-19/04/2017>; AN_002_000_76, p. 932; *A Constituição*, 16 de janeiro de 1883, p. 1; e *O Liberal do Pará*, 22 de novembro de 1882, p. 3.

¹⁰⁹⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 270-271; *Gazeta de Notícias*, 17 de junho de 1883, p. 2; e *Diário de Notícias*, 12 de janeiro de 1886, p. 1.

¹⁰⁹⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 167; e *O Liberal do Pará*, 17 de abril de 1883, n. 85, p. 1.

¹⁰⁹⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 183; e *Diário de Belém*, 17 de março de 1883, n. 61, p. 2.

¹⁰⁹⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 493; *Jornal do Recife*, 10 de fevereiro de 1880, p. 2; e *Jornal do Recife*, 10 de abril de 1883, p.1.

¹¹⁰⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 445; *Gazeta de Notícias*, 22 de junho de 1884, n. 174, p. 3; e *Gazeta de Notícias*, 22 de junho de 1884, p. 3.

¹¹⁰¹ Elson Luiz Rocha Monteiro, *Maçonaria, poder e sociedade no Pará na segunda metade do século XIX: 1850 -1900*. Belém: tese de doutorado, UFPA, 2014.

nobilitados por terem atuado de alguma forma para garantir a execução de tais obras e investimentos na província¹¹⁰².

Finalmente, de perfil em tudo distinto a esses outros titulados, Cândido Ribeiro Barbosa, capitalista, chefe do partido conservador em Bananal (São Paulo) e presidente da Companhia da Estrada de Ferro Bananalense, foi agraciado com o título de barão de Ribeiro Barbosa¹¹⁰³. José Luís Cardoso de Sales Filho, diplomata, cônsul geral e representante do Brasil na Grã-Bretanha, foi feito barão de Ibirá-Mirim¹¹⁰⁴. Nobilitado em atenção aos serviços militares prestados na condição de cirurgião-mor do Exército, José Ribeiro de Sousa Fontes foi agraciado barão de Sousa Fontes¹¹⁰⁵.

Da Marinha, Antônio Luís Von Hoonholtz, barão de Tefé, 3º vice-presidente do Instituto Politécnico brasileiro e antigo diretor geral da repartição hidrográfica, foi agraciado com honras de grandeza em seu título¹¹⁰⁶. Três indivíduos de perfis distintos foram agraciados, caso de Manuel Caetano de Almeida Galeão, capitalista e proprietário da Bahia, foi feito barão de Almeida Galeão¹¹⁰⁷; Bernardino de Sena Pontual, negociante pernambucano, foi agraciado em setembro de 1882 com o título de barão de Parnamirim, porém, no mês seguinte, a designação de seu título foi alterada para barão de Petrolina, já que já existia, no Império do Brasil, um barão de Parnamirim¹¹⁰⁸; e Antônio Pereira da Silveira Frade, proprietário no Pará, foi agraciado com o título de barão de Muaná¹¹⁰⁹.

¹¹⁰² <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/440/pdf> - acesso em 24/09/2018.

¹¹⁰³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 386; *Gazeta de Notícias*, 27 de fevereiro de 1884, n. 58, p. 2; e *Almanach da Provincia de São Paulo*, 1884, p. 282.

¹¹⁰⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 180-181; e *Almanak Laemmert*, 1883, p. 36.

¹¹⁰⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 485-486; Débora Cristina Carvalho Guimarães, “Um Estudo Sobre a Violência no Parto no Rio de Janeiro Oitocentista: O Caso da Princesa Isabel”, *op.cit.*; e AN_002_000_76, p. 895.

¹¹⁰⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 503-504. Em AN_002_000_76, não consta o decreto concessório de honras de grandeza, que, por sua vez, aparece registrada no jornal *Gazeta da Tarde*, 14 de março de 1883, p. 2. Era diretor geral da Repartição Hidrográfica, *Almanak Laemmert*, 1880, p. 255; 1881, p. 254; e 1885, p. 395. Era 3º vice-presidente do Instituto Politécnico brasileiro, *Almanak Laemmert*, 1884, p. 1291.

¹¹⁰⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 39; e *Correio Paulistano*, 30 de setembro de 1882, n. 7787, p. 2.

¹¹⁰⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 351; *Jornal do Comércio*, 23 de maio de 1882, p. 2; e AN_002_000_76, p.900.

¹¹⁰⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 301; e *O Paiz*, 09 de agosto de 1884, n. 34, p. 2. “Com o título de barão de Muaná foi agraciado o nosso distinto e prestimoso amigo tenente-coronel, Antonio Pereira da Silveira Frade. A distinção que acaba de ser concedida ao nosso amigo é bastante justa porque os serviços por ele prestados ao país o recomendam bastante. Cumprimentamos ao nosso amigo”, *A Constituição*, 17 de março de 1883, p. 1. Proprietário de uma olaria, *Almanak Paraense: Administração, Commercio, Industria e Estatística para o anno de 1883 (PA)*, 1883, p. 433.

Finalmente, 23 fazendeiros foram agraciados. Desses 23, doze eram do Rio de Janeiro¹¹¹⁰, cinco de Pernambuco¹¹¹¹, dois de São Paulo¹¹¹², dois de Minas Gerais¹¹¹³, um da Bahia¹¹¹⁴ e um do Maranhão¹¹¹⁵. Desses 23 fazendeiros, vamos mencionar aqueles que foram destaque na imprensa em razão do título recebido. Caso de Augusto de Sousa Brandão, fazendeiro em Cantagalo (Rio de Janeiro), que foi feito barão de Cantagalo¹¹¹⁶. No *Jornal do Comércio* de 26 de fevereiro de 1883, foi registrada a oferta deste título elogiando os feitos do barão, sem mencionar, contudo, qual tinha sido o feito específico que havia justificado esta concessão.

[...] Hoje, [...] não posso, nem devo furtar-me ao dever e dever para mim de honra e sobremodo agradável, de manifestar o alto apreço que tributo à mui justa e bem

¹¹¹⁰ Antônio Barroso Pereira, barão de Entre Rios, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 147, João Fragoso, *Barões do café, op.cit.*, p. 85-86, *Diário do Maranhão*, 26 de junho de 1880, p. 2; Francisco Pinto Duarte, fazendeiro em Tinguá, Iguazu, tornou-se barão de Tinguá, *Archivo Nobiliarchico*, p. 509, *Almanak Laemmert*, 1883, p. 370 e 510, *Gazeta da Tarde*, 07 de janeiro de 1888, n. 5, p. 1; João Quirino da Rocha Werneck tornou-se barão das Palmeiras, *Archivo Nobiliarchico*, p. 326, *Almanak Laemmert*, 1881, p. 170, *Almanak Laemmert*, 1882, p. 1826; José Antônio da Silva Freire, fazendeiro liberal em Cantagalo, foi feito barão de Dourado, *Archivo Nobiliarchico*, p. 143, *A Pátria*, 21 de dezembro de 1884, p. 2, *Almanak Laemmert*, 1880, p. 92; José Antônio de Moraes tornou-se barão de Imbé, *Archivo Nobiliarchico*, p. 187, *Almanak Laemmert*, 1880, p. 224; José Caetano Carneiro da Silva, fazendeiro em Quissamã, foi feito barão de Quissamã, *Archivo Nobiliarchico*, p. 377-378, *Almanak Industrial, Mercantil e Administrativo da Cidade e Municipio de Campos (RJ)*, 1881, p. 219; José Quirino da Rocha Werneck, fazendeiro em Vassouras, foi agraciado com o título de barão de Werneck, *Archivo Nobiliarchico*, p. 545, *Almanak Laemmert*, 1882, p. 1937; Júlio de Miranda e Silva, fazendeiro de açúcar em Campos, tornou-se barão de Miranda, *Archivo Nobiliarchico*, p. 287, *Almanak Laemmert*, 1881, p. 63; Luís de Sousa Brandão foi feito barão de Porto Novo, *Archivo Nobiliarchico*, p. 371, *O Leopoldinense*, 21 de agosto de 1881, p. 3, Luiza Coutinho Ottero, *Vila de Sapucaia: administração camarária, elites e poderes locais (1875-1888)*. Juiz de Fora (MG): dissertação de mestrado, UFJF, 2017, p. 87; Manuel Vieira Machado da Cunha, fazendeiro em Valença, foi feito barão de Aliança, *Archivo Nobiliarchico*, p. 37, *Jornal do Recife*, 07 de setembro de 1882, n. 204, p. 1, *Diário do Brasil*, 30 de agosto de 1882, n. 197, p. 3; Matias Gonçalves de Oliveira Roxo foi feito barão de Oliveira Roxo, *Archivo Nobiliarchico*, p. 320, *Diário de Notícias*, 08 de outubro de 1882, n. 226, p. 2; e Augusto de Sousa Brandão, fazendeiro em Cantagalo (Rio de Janeiro), que foi feito barão de Cantagalo, que será apresentado na sequência.

¹¹¹¹ João Luís Gonçalves Ferreira tornou-se barão de Arariba, *Archivo Nobiliarchico*, p. 55, *Jornal do Recife*, 10 de maio de 1883, p. 2; José de Sousa Leão tornou-se barão de Gurjaú, *Archivo Nobiliarchico*, p. 175, *Jornal do Recife*, 04 de abril de 1882, p. 2, *Diário de Pernambuco*, 15 de maio de 1883, p. 4; Manuel Artur de Holanda Cavalcanti de Albuquerque foi feito barão de Albuquerque, *Archivo Nobiliarchico*, p. 32; Manuel Barbosa da Silva foi feito barão do Limoeiro, *Archivo Nobiliarchico*, p. 258, *Jornal do Recife*, 03 de agosto de 1882, p. 2, *Jornal do Recife*, 31 de janeiro de 1883, p. 2; e Manuel Freire Barbosa da Silva foi feito barão de Taquaretinga, *Archivo Nobiliarchico*, p. 497, *Jornal do Recife*, 31 de janeiro de 1883, p. 2, *Jornal do Recife*, 07 de novembro de 1882, p. 2.

¹¹¹² Antônio Carlos de Arruda Botelho, barão do Pinhal, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 356, *Jornal do Comércio*, 05 de abril de 1883, p. 2; e Joaquim Policarpo de Sousa Aranha tornou-se barão de Itapura, que será discutido com mais vagar na sequência.

¹¹¹³ Luís de Sousa Monteiro de Barros foi feito barão de Monteiro de Barros, *Archivo Nobiliarchico*, p. 294, *Almanak Laemmert*, 1883, p. 444; e José Dias de Gouveia foi feito barão de Alfenas, que será discutido com mais detalhes na sequência.

¹¹¹⁴ José Freire de Carvalho foi feito barão de Pojuca, *Archivo Nobiliarchico*, p. 367. Proprietário do Engenho Central em Pojuca, em sociedade com José Antonio Saraiva, entre outros, *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA)*, 1880, p. 76, e *Relatorio dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA)*, 1882, p. 110.

¹¹¹⁵ Joaquim Raimundo Nunes Belfort foi feito barão de Santa Rosa, *Archivo Nobiliarchico*, p. 426-427.

¹¹¹⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 108.

merecida graça - de Barão de Cantagalo, com que o governo presidido pelo Exm.Sr. Visconde de Paranaguá acaba de distinguir o benemérito, verdadeiramente caridoso e digno de todas as homenagens de consideração e estima, Exc. Sr. coronel Augusto de Souza Brandão, importante fazendeiro no município de Cantagalo, onde é geralmente querido e apreciado pelas excelentes qualidades do seu nobre e generoso caráter, distinção que há muito dever-lhe-ia ter sido conferida em vista dos relevantes serviços prestados por tão distinto cavalheiro.[...] André Lino da Costa¹¹¹⁷.

Além deste texto elogiando a concessão do título a ele, um outro texto também foi publicado, no jornal *A Pátria*, enfatizando os méritos do nobilitado, porém mencionava uma ressalva importante acerca das concessões. Afirmando que, embora os "títulos nobiliários, essa moeda de distinção pública e oficial tão desacreditada entre nós, dão-se a cidadãos taes que esses títulos ficam honrados, já o dissemos e repetiremos sempre"¹¹¹⁸. Ou seja, apesar de ser uma distinção desacreditada, os méritos dos nobilitados eram tão significativos que faziam estes títulos serem uma honra; ou seja, o autor invertia a equação, não eram mais os títulos que nobilitavam o cidadão, mas o titulado é que dava nobreza à prática, uma inversão bastante eloquente frente à popularização das ofertas.

De São Paulo, Joaquim Policarpo de Sousa Aranha tornou-se barão de Itapura¹¹¹⁹, e foi mencionado no jornal *Correio Paulistano*, de tendência republicana¹¹²⁰, dias depois de ter sido agraciado.

Um ilustre liberal de Campinas acaba de ser despachado Barão de Itapura.
Ainda uma vez o ministério seguiu a boa política das compensações.
Negou-se um tabelião é verdade, mas aí está um novo barão para remunerar o partido do prejuízo que sofreu.
Nada mais justo e nada mais politicamente resolvido.
O que mais querem?
Por um tabelião um barão. Por um ofício de justiça um benefício de nobreza. Por um cartório um brasão.
A retribuição neste caso tocou os limites da generosidade.
Não vá agora o sr. dr. Felício exigir, que o ministério também compense o venerando conselheiro Ramalho, escolhendo algum liberal *cá da terra*, por exemplo o sr. Laurindo, para receber qualquer baronia que o desclassifique das coleções zoológicas aonde ele se acha por um título popular para classifica-lo nas genealogias de recente data.
Deste modo ficarão todos satisfeitos, dando-se assim honrosa e completa satisfação a província ofendida pelo ministério, como muito bem o disse na Assembleia

¹¹¹⁷ *Jornal do Comércio*, 26 de fevereiro de 1883, p. 3.

¹¹¹⁸ *A Pátria*, 08 de março de 1883, n.12, p. 2.

¹¹¹⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 220; *Correio Paulistano*, 23 de janeiro de 1883, n. 7901, p. 2; e *Correio Paulistano*, 10 de novembro de 1883, n. 8671, p. 1.

¹¹²⁰ Periódico que, após a fundação do Partido Republicano Paulista, havia se tornado seu órgão de divulgação, até que, em 1882, quando Antonio da Silva Prado assumiu a direção do periódico, sua linha abolicionista e republicana se tornaria mais evidente <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-paulistano> - acesso em 13/10/2018

Provincial o sr. dr. Felício, que de vez em quando quer fazer negaças ao governo pondo a língua de fora¹¹²¹.

Tal como citado no caso do barão de Cantagalo, o título de barão de Itapura a Joaquim Policarpo de Sousa Aranha também foi interpretado como uma moeda de troca, uma política de compensações, ainda que, aparentemente o novo nobre preferisse uma posição que lhe desse ganhos materiais. O artigo não deixava, assim, de ironizar a prática.

De Minas Gerais, José Dias de Gouveia foi feito barão de Alfenas¹¹²² e mereceu o seguinte texto publicado em *A Província de Minas*....

Barão de Alfenas

Acaba de ser agraciado com este título o nosso prezado amigo Sr. capitão José Dias de Gouvea, abastado fazendeiro na paróquia do Machadinho.

Concedendo-lhe esta distinção honorífica, o governo imperial foi apenas justo. Houve mesmo demora no reconhecimento oficial dos numerosos e importantes serviços que à causa pública tem prestado aquele venerando cidadão.

Sabemos que mais de vinte contos tem despendido o digno Sr. capitão José Dias de Gouvea, só em benefícios feitos à freguesia em que reside e que deve-lhe a maior parte dos melhoramentos que possui.

Alguns barões muito do nosso conhecimento e das últimas *fornadas* não poderiam em consciência alegar um só serviço ao país. Talvez que antes o tenham *explorado* em mais de uma opinião feliz.

Ainda bem que não pertence a este número o honrado Sr. barão de Alfenas, mineiro prestimoso e patriota, de cuja generosidade e civismo a província, especialmente o sul de Minas, muito deve esperar ainda.

A S.Exc., pois, os nossos sinceros embora extensivos desta vez ao governo imperial por ter sabido fazer justiça galardoando ao verdadeiro mérito¹¹²³.

Ainda que defendendo a honradez e merecimento do nobilitado, o jornal não se furtava a criticar o que claramente entendia como uma prática abusiva, utilizada a mancha para agraciar figuras que, a priori, não mereciam reconhecimento. Assim, ao longo dos quase onze meses em que ficou à frente do ministério, Paranaíba concedeu 53 títulos nobiliárquicos, dos quais 19 (35,84%) foram dados a fluminenses, nove (17%) a pernambucanos, quatro (7,54%) a paulistas, quatro (7,54%) a baianos, três (5,66%) a mineiros, três (5,66%) a paraenses, dois (3,77%) a rio-grandenses, um (1,88%) a maranhense e um (1,88%) a cearense, além de outros sete (13,2%) a indivíduos que exerciam cargos sem ligação significativa com alguma província. Salta aos olhos,

¹¹²¹ *Correio Paulistano*, 23 de janeiro de 1883, n. 7901, p. 2.

¹¹²² *Archivo Nobiliarchico*, p. 36. “O abaixo assinado, coletor do município de Ouro Preto, previne ao Exm. Sr. capitão José Dias de Gouvêa, morador em S. Francisco de Paulo do Machadinho, que acha-se na respectiva coletoria, desde 21 do corrente, a carta imperial, pela qual foi agraciado com o título de barão de Alfenas, para ser-lhe entregue depois de pagos os devidos direitos. Ouro Preto, 30 de Novembro de 1882 - O coletor - José Antonio Soares”, *Liberal Mineiro*, 05 de dezembro de 1882, p. 4. Fazendeiro na paróquia do Machadinho, *A província de Minas*, 16 de novembro de 1882.

¹¹²³ *A Província de Minas*, 16 de novembro de 1882, número 126, p. 1.

novamente, a significativa nobilitação de fluminenses, possivelmente, mais uma tentativa de contornar as insatisfações locais.

Como mencionado, o ministério Paranaguá apresentou demissão coletiva frente à oposição tanto de conservadores, quanto de dissidentes do próprio partido, sendo obrigado a assistir à posse de um novo ministério, em 24 de maio de 1883, presidido pelo signatário do Manifesto Republicano de 1870, Lafaiete Rodrigues Pereira¹¹²⁴, mas que, pouco depois, retornara às hostes liberais.

De início, já chama a atenção o fato de a chefia do ministério ter sido entregue a um ex-republicano, que não era a primeira opção para o cargo, mas que se revelou a opção possível depois das recusas de Saraiva, José Bonifácio (o Moço) e Sousa Dantas para ocuparem o cargo¹¹²⁵. Apesar disso, o gabinete Lafaiete Rodrigues Pereira se preocupou em manter a pauta liberal, isto é, a descentralização administrativa, o fortalecimento do Judiciário, investimentos em instrução pública e agilidade na questão servil¹¹²⁶.

Durante tal ministério, pouco mais de um ano, foram ofertados apenas 16 títulos de nobreza, número muito reduzido se comparados aos de seu antecessor, que, em onze meses de governo, ofertou 53 títulos. É possível ponderar de que maneira o lado republicano de Lafaiete Rodrigues Pereira tenha interferido na concessão de títulos de nobreza, evitando, de certa forma, as largas nobilitações como tinham sido praticadas até então. Analisaremos, agora, quem foram os nobilitados e de que maneira esses títulos repercutiram na imprensa.

Antes mesmo de ofertar seus primeiros títulos de nobreza, o que ocorreria apenas em julho de 1883, a *Revista Ilustrada*, em 16 de junho de 1883, publicou uma ácida crítica às práticas do gabinete Paranaguá no tocante aos títulos de nobreza, levantando dúvidas a respeito de sua manutenção pelo novo presidente do gabinete, Lafaiete Pereira.

Rio, 16 de junho

De Herodes para Pilatos continua empurrado o congresso de instrução.

Emquanto sua irman, a Exposição Pedagógica, navega com vento em popa a sua realização, ainda se não sabe como se fará o Congresso.

Com o credito pedido ao parlamento? Ou com o produto da venda de alguns títulos de nobreza, concedidos ‘em atenção aos relevantes serviços prestados á instrução publica?’

O Sr. Leão Velloso queria o Congresso á custa dos ricos vaidosos.

O seu sucessor, porém, prefere abrir os cofres do tesouro e d’ahi tirar o necessário a ter de abrir o cofre das graças e condecorações.

Por sua vez, a câmara reclama uma preliminar: a prerrogativa de votar ella se há ou não a necessidade d’um congresso.

¹¹²⁴ Sérgio Ferraz, *O Império Revisitado*, op.cit, p. 185.

¹¹²⁵ Sérgio Ferraz, *O Império Revisitado*, op.cit, p. 185-186.

¹¹²⁶ Sérgio Ferraz, *O Império Revisitado*, op.cit, p. 186.

Eu não compreendo nem os escrúpulos do Sr. ministro do império, nem os zelos do Sr. Andrade Figueira.

Por um lado a Constituição armou o poder com os títulos e condecorações; por outro, na votação do credito pela câmara, está incluída a sua prerrogativa de querer ou não querer o Congresso.

Receia o Sr. ministro do império, escancarando o cofre das graças do Estado, prejudicar o mercado, depreciando a fazenda, e que essa fonte de riqueza venha finalmente a secar?

Não creia.

- Haverá sempre um tolo para comprar um titulo de nobreza, dizia a Luiz XIV o seu ministro Pontchartrin.

E nenhum soberano vendeu jamais tanto titulo, tanto cargo como o rei Sol.

Uma peça interessantíssima, dizia aqui mesmo, eu, do regulamento do sello, com que o Sr. Paranaguá nos brindou á sua saída do governo.

Elle nos diz que:

Um barão paga de taxa.... 750\$

Um visconde.....1:205\$

Etc..etc., etc.

só lhe faltando dizer-nos quanto se paga para se ter o direito de pagar qualquer d'estas taxas.

Porque não completará o Sr. Lafayette este capitulo do Regulamento do sello?

Ficariamos sabendo assim todo valor que somma um comendador, um barão, um visconde....¹¹²⁷.

A *Revista Ilustrada* escancarou as negociações financeiras que envolviam a oferta e a aceitação dos títulos de nobreza, ressaltando as taxas pagas pelos nobres para registrarem seus títulos, mas questionando não saber que taxas eram pagas pelos nobres para serem incluídos nas listas de concessões em reconhecimento aos serviços prestados. Ao fazê-lo, a *Revista* obviamente desdenhava qualquer tipo de mérito associado à nobreza imperial, mas ainda indicava que tal prática podia render bons dividendos ao tesouro. Ganhava-se com o registro do título, mas também com os serviços prestados à “humanidade”¹¹²⁸.

Conhecendo as críticas feitas e ainda assim preocupado em reafirmar seu apoio à causa abolicionista, o gabinete Lafaiete ofertou três títulos de nobreza a pessoas que haviam alforriado seus escravos. Simão Dias dos Reis, fazendeiro fluminense, libertou 63 escravos e por isso foi feito barão de Simão Dias em dezembro de 1883¹¹²⁹; Antônio Moniz Barreto de Aragão, fazendeiro baiano, libertou 26 escravos, tornando-se barão de

¹¹²⁷ *Revista Ilustrada*, 1883, número 345, p. 2.

¹¹²⁸ Sobre isso, ver também Lilia Moritz Scharcwz, *As Barbas do Imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹¹²⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 426; e AN_002_000_76, p. 941.

Mataripe em janeiro de 1884¹¹³⁰; e José Maria de Almeida, também baiano, foi feito barão de Belém por ter libertado vinte escravos seus em abril de 1884¹¹³¹.

Diante desses três nomes, merece destaque a quantidade significativa de escravos alforriados por seus proprietários, números que podem ser interpretados como expressão do crescimento do movimento abolicionista, perceptível com a aprovação, em 19 de outubro de 1883, da lei que garantiu a abolição da escravidão no Ceará, na presença de José do Patrocínio e que entraria em vigor quatro meses depois, sendo a festa marcada para 25 de março de 1884, data comemorativa dos 60 anos da constituição brasileira¹¹³².

Ainda dentro das propostas do gabinete, cinco títulos foram ofertados em razão dos ditos serviços prestados e outros dois em razão da presença do imperador em Campos (Rio de Janeiro); seis deles a fluminenses. José Joaquim da Silva Freire, fazendeiro fluminense, havia iniciado a iluminação a gás no município de Santa Maria Madalena (Rio de Janeiro), inaugurada em março de 1883, angariando-lhe o título de barão de Santa Maria Madalena seis meses depois¹¹³³; Antônio Tomás Quartim, capitalista e negociante fluminense, ligado ao partido conservador, teria prestado diferentes serviços (não mencionados) que lhe renderam o título de barão de Quartim¹¹³⁴; Jerônimo José de Mesquita, barão de Mesquita, capitalista e fazendeiro no Rio de Janeiro, era protetor de diversas instituições beneficentes e por isso foi elevado a visconde com grandeza¹¹³⁵; e José Joaquim de Moraes, fazendeiro em Campos (Rio de Janeiro), foi feito barão de Guarulhos em atenção aos serviços prestados ao Estado, à Santa Casa de Misericórdia e ao Liceu de Humanidades em Campos¹¹³⁶. Com justificativa diferente, mas moradores da mesma província, José Ribeiro de Castro, barão de Santa Rita, fazendeiro fluminense, hospedou o imperador em sua casa em Campos, quando este lá esteve para assistir à inauguração da energia elétrica e, por isso, foi elevado a visconde¹¹³⁷; e Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, barão de Nova Friburgo, fazendeiro liberal fluminense, esteve

¹¹³⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 280; e AN_002_000_76, p. 942.

¹¹³¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 78; *Diário de Pernambuco*, 6 de maio de 1884, n. 104, p. 1; AN_002_000_76, p. 949; e *Titulares Baianos*, p. 7.

¹¹³² Ângela Alonso, *Flores, votos e balas*, op.cit., p. 194-212.

¹¹³³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 423; e *Jornal do Comércio*, 04 de abril de 1883, p. 2.

¹¹³⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 375-376; AN_002_000_76, p. 943; *Gazeta de Notícias*, 30 de junho de 1880, p. 3; *Gazeta de Notícias*, 11 de fevereiro de 1884, p. 1; e *Gazeta de Notícias*, 08 de dezembro de 1883, p. 1.

¹¹³⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 286; AN_002_000_76, p. 945; e *O Brasil*, 22 de março de 1884, n. 69, p. 2.

¹¹³⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 174; AN_002_000_76, p. 950; e *Diário de Pernambuco*, 27 de maio de 1884, p. 1.

¹¹³⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 480; e *Gazeta de Notícias*, 18 de junho de 1883, p. 1.

envolvido na organização da viagem do imperador para Campos e, por isso, teve seu título elevado para visconde com grandeza¹¹³⁸.

Finalmente, Joaquim José Moreira Lima, barão de Moreira Lima, fazendeiro em Lorena (São Paulo), teve seu título elevado a visconde com grandeza como recompensa por ter mandado erguer uma capela em sua cidade¹¹³⁹. As indagações da *Revista* não pareciam assim tão estranhas.

Outros dois indivíduos, integrantes do Exército imperial, foram nobilitados. Frederico Augusto de Mesquita, marechal de campo, tornou-se barão de Cacequi em atenção aos serviços militares prestados ao Império¹¹⁴⁰; e Francisco Xavier Lopes de Araújo foi feito barão de Parima em recompensa aos serviços prestados como membro da comissão que estabeleceu os limites entre o Brasil e a Venezuela¹¹⁴¹.

Também em reconhecimento aos serviços prestados ao Estado, mas com evidente distinção, Carlos Fernando Ribeiro, fazendeiro no Maranhão e vice-presidente em exercício desta província, foi feito barão de Grajaú¹¹⁴². A província do Maranhão veria, contudo, mais um de seus filhos alcançar a nobreza, Luís Antônio de Oliveira, fazendeiro no Maranhão, no município de Turiassu, que se tornou barão de Tromai¹¹⁴³.

Finalmente, na condição de representantes do Brasil na Exposição Pedagógica, Francisco Moniz Barreto de Aragão, diplomata e cônsul em Hamburgo, teve o seu título de barão de Paraguaçu elevado a visconde¹¹⁴⁴; e Marcos Antônio de Araújo e Abreu, diplomata na França, foi feito barão de Itajubá¹¹⁴⁵.

Assim, apesar do número reduzido de títulos ofertados pelo gabinete chefiado por Lafaiete Rodrigues Pereira, 16 títulos apenas ao longo de pouco mais de uma ano, é possível perceber a continuidade na maciça nobilitação de fluminenses, que tiveram o privilégio de receber sete (43,75%) títulos ofertados, seguidos por dois (12,5%) ofertados a baianos, dois (12,5%) a maranhenses, um (6,25%) a paulista e quatro (25%) a indivíduos

¹¹³⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 316; *Jornal do Comércio*, 21 de junho de 1884, p. 4; *Gazeta de Notícias*, 27 de novembro de 1883, p. 1; *Gazeta de Notícias*, 30 de junho de 1883, p. 2.

¹¹³⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 297-298; José Luiz Pasin, *Os Barões do café*, op.cit., p. 70-78; AN_002_000_76, 944; e *Gazeta de Notícias*, 20 de fevereiro de 1884, p. 2.

¹¹⁴⁰ *Gazeta do Tarde*, 14 de fevereiro de 1881; e AN_002_000_76, p. 934.

¹¹⁴¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 338-339; e AN_002_000_76, p. 948.

¹¹⁴² *Archivo Nobiliarchico*, p. 164; e AN_002_000_76, p. 947. Era 1º vice-presidente em exercício do Maranhão, *Publicador Maranhense*, 06 de março de 1884, p. 2; 26 de março de 1884, p. 2; e 05 de abril de 1884, p. 1.

¹¹⁴³ Designação registrada como Trontaí, *Archivo Nobiliarchico*, p. 516; e *O Paiz*, 05 de outubro de 1883, p. 3.

¹¹⁴⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 328; e AN_002_000_76, p. 939.

¹¹⁴⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 204; e AN_002_000_76, p. 940.

que exerciam cargos, mas não eram ligados a províncias específicas. Dessa forma, ainda que as justificativas apresentadas pelo gabinete para nobilitar aqueles indivíduos que haviam prestado serviços sejam interessantes, não podem ser superestimadas, afinal a articulação política era feita utilizando também os títulos de nobreza, ou seja, uma forma de minimizar as insatisfações enfrentadas pelos fluminenses, muitos deles próximos aos conservadores escravocratas.

Após o último título de nobreza concedido em maio de 1884, o gabinete enfrentou uma forte oposição dentro do Legislativo, surgida no início deste ano com a demissão do ministro da Guerra. Os embates contra o gabinete se intensificaram, uma moção de confiança foi apresentada e a estreita maioria que deu vitória ao ministério não foi suficiente para garantir a permanência do ministério no poder, que acabou por apresentar a demissão coletiva, sendo então substituído por Manuel Pinto de Sousa Dantas, que assumiu a presidência do gabinete em 06 de junho de 1884¹¹⁴⁶. Sousa Dantas representava a ala mais radical dos liberais e, ao apresentar o projeto de Lei dos Sexagenários, passou a ter apoio dos abolicionistas, chegando a ser chamado de “revolucionário”, por apoiadores e opositores, justamente por ter rompido com a política moderada que vigia até então¹¹⁴⁷.

A tônica deste gabinete liberal foi a discussão de medidas para acelerar a extinção da escravidão no Brasil, potencializada pela abolição no Ceará e no Rio Grande do Sul. De acordo com Joseli Maria Nunes Mendonça, o projeto apresentado previa a alforria dos escravos com mais de 60 anos, completados antes ou depois da lei, sem indenização aos seus proprietários¹¹⁴⁸. Se parte dos liberais não concordava com tais propostas, os conservadores negavam-se sequer a discutir qualquer lei que previsse a emancipação de escravos; consideravam que a questão fora resolvida em 1871, com a Lei do Ventre Livre que “naturalmente” levaria ao fim da escravidão, com a morte dos escravos existentes e o nascimento doravante apenas de ingênuos¹¹⁴⁹.

O projeto Dantas foi apresentado na Câmara dos Deputados em 15 de julho de 1884, mas foi acompanhado por uma moção de desconfiança, o que já dava mostras da oposição que o ministério enfrentaria. A votação deu vitória ao gabinete por uma pequena margem de três votos. Porém, na sessão de 28 de julho, outra moção foi posta em

¹¹⁴⁶ Sérgio Ferraz, *O Império Revisitado*, op.cit., p. 187-189.

¹¹⁴⁷ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit., p. 89.

¹¹⁴⁸ Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2008, p. 30.

¹¹⁴⁹ Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis*, op.cit., p. 30-122.

discussão e desta vez, a incompatibilidade foi vitoriosa. Dantas, então, pediu ao imperador a dissolução da Câmara. D. Pedro assentiu, mas desde que ocorresse somente em 03 de setembro, após a votação do orçamento para o ano seguinte. O decreto de dissolução da Câmara determinou que a 19ª legislatura se reuniria em 01 de março de 1885. A nova legislatura eleita tampouco era favorável ao gabinete, negando-lhe apoio e impossibilitando a aprovação de seu projeto de lei¹¹⁵⁰.

Chama a atenção, na vigência do gabinete a nobilitação de figuras que haviam alforriado seus escravos, totalizavam nove dos 23 títulos concedidos pelo ministério. Desses nove, cinco eram do Rio Grande do Sul, Leopoldo Antunes Maciel foi feito barão de São Luís, por ter alforriado 22 escravos, além de ser o presidente do Centro Abolicionista de Pelotas¹¹⁵¹; Francisco Antunes Gomes da Costa alforriou 46 escravos e foi feito barão de Arroio Grande¹¹⁵²; Felisberto Inácio da Cunha libertou 200 escravos que trabalhavam em seus estabelecimentos fabris e, por isso, foi feito barão de Correntes¹¹⁵³; Aníbal Antunes Maciel deu liberdade a mais de 50 escravos e foi feito barão de Três Serros¹¹⁵⁴; e Joaquim Luís de Lima foi feito barão de Inhanduí por ter alforriado 23 escravos¹¹⁵⁵.

Vale destacar que em 07 de setembro de 1884, data posterior à nobilitação desses rio-grandenses que alforriaram seus escravos em larga escala, o presidente do Rio Grande do Sul, José Júlio de Albuquerque Barros, declarou extinta a escravidão em Porto Alegre¹¹⁵⁶. Assim, Sousa Dantas, por meio da nobilitação, se antecipava a uma medida que já estava em discussão na província do Rio Grande do Sul. De tal forma que a expressiva nobilitação, em datas próximas, de homens de uma mesma província que alforriaram seus escravos era uma situação inédita no país e evidenciava o posicionamento sobre esse assunto do gabinete Sousa Dantas. Contudo, chama a atenção que nem o gabinete Sousa Dantas, nem seu antecessor tenham tido esse mesmo cuidado em nobilitar aqueles que alforriaram seus escravos na província cearense, que havia abolido a escravidão em março de 1884.

¹¹⁵⁰ Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis*, op.cit., p. 28-40.

¹¹⁵¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 460; AN 002_000_76, p. 951; e *A Federação*, 07 de setembro de 1884, n. 206, p. 1.

¹¹⁵² *Archivo Nobiliarchico*, p. 62; e AN 002_000_76, p. 952.

¹¹⁵³ Era do Rio Grande do Sul, pertenceu ao Partido Liberal e engajou-se no movimento abolicionista e por isso foi nobilitado, Aquiles Porto Alegre, *Homens Ilustres*, op.cit. p. 179; “Deu liberdade incondicional a duzentos escravos que possuía em seus estabelecimentos fabris pelo que recebeu o título nobiliárquico”, *Archivo Nobiliarchico*, p. 135; e AN_002_000_76, p. 953.

¹¹⁵⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 514-515; e AN_002_000_76, p. 954.

¹¹⁵⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 189; e AN_002_000_76, p. 957.

¹¹⁵⁶ Ângela Alonso, *Flores, votos e balas*, op.cit., p. 266.

Não só homens do Rio Grande do Sul que alforriaram seus escravos foram nobilitados. De São Paulo, Manuel Bernardino de Almeida Lima libertou seus, aproximadamente, 70 escravos e foi agraciado com o título de barão de Almeida Lima¹¹⁵⁷; e Bento Dias de Almeida Prado alforriou seus 105 escravos e tornou-se barão de Itaim¹¹⁵⁸. Finalmente, dois outros indivíduos foram nobilitados com essa mesma justificativa, mas frente ao baixo número de escravos alforriados, é possível supor que esses títulos foram dados na expectativa de recompensar os serviços prestados e de estimular seu apoio ao governo. De Minas Gerais, Francisco de Paula Fonseca Viana, liberal, barão do Rio das Velhas, alforriou doze escravos e foi elevado a visconde¹¹⁵⁹. E da Bahia, José Antônio de Sepúlveda e Vasconcelos, que havia alforriado dois escravos e prestado serviços à indústria do país, foi feito barão de Várzea¹¹⁶⁰.

Robert Conrad, analisando as nobilitações daqueles que alforriaram seus escravos, em 1884, afirma que

A concessão de títulos e honrarias aos senhores que libertassem seus escravos, uma medida de emergência tentada alguns meses antes, não podia satisfazer nem os proprietários de escravos nem os abolicionistas, embora o editor do *Rio News* tivesse reconhecido que, se o proprietário pudesse ser levado a libertar seus escravos pela recompensa barata de um título ou uma comenda ou de um resplandecente berloque para usar no peito, do lado esquerdo; não havia razão para esta vaidade não ser satisfeita, desde que escravos fossem libertados¹¹⁶¹.

Embora a notícia do *Rio News* seja de janeiro de 1884, antes, portanto, da ascensão de Sousa Dantas, merece destaque a percepção de que alguns proprietários de escravos poderiam ser levados a alforriar seus escravos em consequência da satisfação da vaidade de usar um título de nobreza. Apesar dessa questão, não é possível minimizar o impacto da nobilitação de indivíduos que alforriaram grande números de escravos, especialmente no Rio Grande do Sul e São Paulo.

Os outros quatorze títulos ofertados por esse gabinete foram dados àqueles que prestaram algum serviço para o Brasil. Artur Silveira da Mota, chefe de esquadra,

¹¹⁵⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 39; *Correio Paulistano*, 27 de março de 1885, n. 8579, p. 3; *Correio Paulistano*, 02 de abril de 1885, n. 8584, p. 2; AN_002_000_76, p. 966; *Diário de Pernambuco*, 02 de fevereiro de 1884, p. 1; *A Província do Espírito Santo*, 23 de fevereiro de 1884, p. 2.

¹¹⁵⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 203; AN_002_000_76, p. 971; e *Jornal do Comércio*, 21 de dezembro de 1884, p. 2.

¹¹⁵⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 404; Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881*, op.cit, p. 53; AN_002_000_76, p. 968; *A Província de Minas*, 11 de dezembro de 1884, p. 1; e *A Província de Minas*, 05 de março de 1885, p. 2.

¹¹⁶⁰ *Titulares baianos*, p. 41; *Monitor Campista*, 22 de março de 1885, n. 68, p. 2; AN_002_000_76, p. 969; *Diário de Pernambuco*, 27 de março de 1885, p. 1; e *Jornal do Recife*, 01 de dezembro de 1883, p. 1.

¹¹⁶¹ *Rio News*, 24 de janeiro de 1884, apud Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 259.

agraciado barão de Jaceguaí, em recompensa aos serviços prestados ao Estado¹¹⁶²; e César Persiani, cônsul em Gênova, tornou-se barão de Itiúba¹¹⁶³.

Com justificativas distintas, isto é, em atenção aos diferentes serviços prestados, de Pernambuco, o fazendeiro Joaquim de Sousa Leão, já barão de Campo Alegre, fez a doação de 10:000\$ para a continuação das obras da escola Senador Correia na Corte, e teve o seu título elevado para visconde¹¹⁶⁴; do Rio de Janeiro, o negociante José Antônio Moreira Filho fez o donativo em valor suficiente para a construção de uma oficina de ourivesaria no Asilo de Ensino Profissional da Sociedade Portuguesa de Beneficência, e por isso, foi feito barão de Ipanema¹¹⁶⁵; Honório de Araújo Maia, fazendeiro fluminense, foi titulado barão de Araújo Maia em atenção aos serviços prestados como representante do Brasil na Exposição de Café em São Petesburgo¹¹⁶⁶; de Minas Gerais, Gabriel Antônio de Barros, fazendeiro, contribui para a construção de uma igreja e de uma escola em Juiz de Fora, e foi nobilitado barão de São João del Rei¹¹⁶⁷; e Maria Rosa Alexandrina de Macedo, de Barbacena, foi agraciada baronesa de Maria Rosa, por ter feito a doação de 70:000\$000 para a fundação de um asilo para órfãs desvalidas em sua cidade¹¹⁶⁸.

Seguindo essa mesma justificativa, mas em quantidades mais expressivas, a província de São Paulo teve seis agraciados. Manuel de Aguiar Valim, fazendeiro em São Paulo, fez a doação de 12:000\$ para a Associação Protetora da Infância Desamparada e, por isso, foi agraciado barão de Aguiar Valim¹¹⁶⁹; Antônio Moreira de Castro Lima contribuiu para a construção do Engenho Central de Lorena e tornou-se barão de Castro e Lima¹¹⁷⁰; Antônio Carlos de Arruda Botelho (visconde do Pinhal), Estanislau José de Oliveira e Luís José de Melo e Oliveira contribuíram para a construção da Estrada de

¹¹⁶² *Archivo Nobiliarchico*, p. 229-230; e AN_002_000_958.

¹¹⁶³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 223; AN_002_000_76, p. 960; *Almanak Laemmert*, 1881, p. 129; e foi cônsul geral em Gênova por 25 anos (até a sua morte nessa cidade) e foi médico do imperador Pedro II, *Diário de Pernambuco*, 29 de janeiro de 1886, p. 2.

¹¹⁶⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 103; AN_002_000_76, p. 955; e *Correio Paulistano*, 19 de julho de 1884, p. 16.

¹¹⁶⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 193; AN_002_000_76, p. 970; *Gazeta de Notícias*, 14 de março de 1885, p. 1; e *A Folha Nova*, 30 de setembro de 1884, p. 3.

¹¹⁶⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 59-60; AN_002_000_76, p. 956; e *Gazeta de Notícias*, 15 de março de 1884, p. 1.

¹¹⁶⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 456; dono da fazenda São Gabriel, Rita de Cássia da Silva Almico, “Ilustres devedores: crédito e relações em Minas Gerais no século XIX”, *op.cit.*; AN_002_000_76, p. 962; e *O Arauto de Minas*, 14 de fevereiro de 1885, p. 1-2.

¹¹⁶⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 277; *Liberal Mineiro*, 09 de abril de 1885, n. 41, p. 3 e 26 de maio de 1885, n. 61, p. 1; AN_002_000_76, p. 973; *Liberal Mineiro*, 09 de abril de 1885, p. 3; *Liberal Mineiro*, 26 de maio de 1885, p. 1; e *A província de Minas*, 02 de abril de 1885, p. 1.

¹¹⁶⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 30; José Luiz Pasin, *Os Barões do café*, *op.cit.*, p. 29-30; AN_002_000_76, p. 959; e *Jornal do Comércio*, 24 de agosto de 1884, p. 3.

¹¹⁷⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 120; José Luiz Pasin, *Os Barões do café*, *op.cit.*, p. 65-66; AN_002_000_76, p. 961; e *Gazeta de Notícias*, 04 de novembro de 1884, n. 309, p. 3.

Ferro de São Carlos do Pinhal e foram, em fevereiro de 1855, agraciados, respectivamente, com honras de grandeza¹¹⁷¹, com o baronato de Araraquara¹¹⁷² e com o baronato de São João do Rio Claro (no mês seguinte, a designação de seu título foi alterada para barão de Melo e Oliveira)¹¹⁷³; e Antônio de Aguiar Barros, visconde de Itu, foi elevado a conde de Itu por ter doado a quantia de 100:000\$000 para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo¹¹⁷⁴.

Após onze títulos ofertados pelo gabinete Sousa Dantas, em 11 de dezembro de 1884, o jornal *O Espírito Santense* publicou o seguinte texto:

Lavoura

[...] Os homens afortunados que podem passar sem o concurso dos escravos que possuem, preferem pol-os fora de seu poder desmoralizado, assim evitam mal maior, além de que vem próximo o acabamento dessa odiosa e péssima instituição.

Outros, apesar de precisarem dos serviços, vendo-se desmoralizados entre os seus escravos, dão-lhes a liberdade com condições de serviços, esperando aproveitar-lhes a gratidão.

Outros, vendo escapar-lhes o capital empregado em escravos preferem fazer coro com o governo, libertando-os, esperando comprar com aquele capital um título de nobreza; tudo serve para salvar parte do que se julga perdido, alija-se.

D'ahi vem as publicações e elogios nos jornaes por essas forçadas liberalidades e para se recomendarem ao governo, e tornarem-se dignos da recompensa – empregos públicos e honras de títulos honoríficos, etc.

[...] *Um agricultor*¹¹⁷⁵.

O referido “agricultor” mostrava-se, assim, inconformado com a política do gabinete, que, além de tentar impor sua vontade ao Parlamento, com o devido apoio dos abolicionistas, utilizava-se ainda da nobre titulação para ver suas expectativas alcançadas. Assim, é interessante perceber uma mudança na distribuição dos títulos por província praticada pelo gabinete Dantas, que ofertou 23 títulos. Desses 23, nove (39,13%) foram dados a paulistas, cinco (21,74%) a rio-grandenses, três (13,04%) a mineiros, dois (8,69%) a fluminenses, um (4,34%) a pernambucano, um (4,34%) a baiano e dois (8,69%) a homens que exerciam algum cargo sem uma província específica. Diante desse quadro, é perceptível que a campanha abolicionista interferira na escolha das províncias tituladas, priorizando São Paulo e Rio Grande do Sul.

¹¹⁷¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 356; e AN_002_000_76, p. 963.

¹¹⁷² *Archivo Nobiliarchico*, p. 54; e AN_002_000_76, p. 964.

¹¹⁷³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 284. “Determinou-se que o dr. Luiz José de Mello e Oliveira, agraciado com o título de barão de São João do Rio Claro, passe a chamar-se barão de Melo e Oliveira”, *A Federação*, 14 de abril de 1885, n. 83, p. 1; *Jornal do Comércio*, 19 de novembro de 1884, n. 322, p. 2; e AN_002_000_76, p. 965.

¹¹⁷⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 224; AN_002_000_76, p. 967; e *Correio Paulistano*, 24 de fevereiro de 1885, p. 2.

¹¹⁷⁵ *O Espírito Santense*, 11 de dezembro de 1884, número 98, p. 3.

Contudo, apesar do empenho de Sousa Dantas em acelerar a abolição da escravidão por meio da aprovação do projeto de Lei dos Sexagenários, a questão enfrentou a oposição dos escravocratas que exigiam indenização em troca da alforria de seus escravos. De acordo com Sérgio Ferraz, Sousa Dantas trabalhou com uma Câmara de Deputados dividida em 1884, embora os liberais tivessem maioria razoável entre os deputados, e com uma Câmara ainda mais dividida em 1885, na qual os liberais perderam a maioria significativa e os republicanos obtiveram representação no Legislativo.

Sem conseguir eleger a mesa diretora da Câmara, o gabinete Dantas, em 1885, não conseguiu aprovar, na Câmara, o projeto de Lei dos Sexagenários e foi derrotado na moção de desconfiança posta em votação pelos deputados. Não obtendo aprovação do monarca para uma nova dissolução da Câmara, Dantas se viu pressionado a apresentar a demissão coletiva do ministério. Outro liberal viria lhe substituir, o conterrâneo José Antonio Saraiva que, apesar de correligionário do mesmo partido, não comungava exatamente das mesmas ideias.

O gabinete chefiado por José Antônio Saraiva ascendeu ao poder em 06 de maio de 1885 e foi o último dos gabinetes liberais que chegaram ao poder a partir de 1878. Assumiu o gabinete com uma postura mais conciliadora no tangente ao projeto dos Sexagenários, mas ainda assim não chegou a ver a lei aprovada. Permaneceu no poder por pouco mais de três meses, tempo suficiente para ofertar cinco títulos de nobreza, mas não para aprovar o projeto de alforria aos sexagenários. Pela primeira vez um cearense abolicionista seria contemplado; no caso, Antônio Cândido Antunes de Oliveira, barão de Mecejana, que havia alforriado todos os seus escravos e contribuído com a quantia de 100\$000 para a organização dos festejos para a abolição no Ceará, foi elevado a visconde¹¹⁷⁶.

Especificamente sobre a elevação do cearense a visconde de Mecejana, o *Jornal do Recife*, publicou um texto louvando a concessão desse título e os méritos desse nobilitado.

Visconde de Mecejana

O termômetro mais sensível do progresso e desenvolvimento dos povos é a justa apreciação que fazem estes do merecimento daqueles que os elevam nas asas da perfectibilidade humana. Todo povo que decai, toda sociedade que se decompõe, desconhece sempre o merecimento de seus homens ilustres.

A elevação do Exm. Barão de Mecejana a visconde do mesmo título é uma prova de que o governo do Brasil – o espírito diretor da nação – se é indulgente na punição

¹¹⁷⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 282; AN_002_000_76, p. 975; *Jornal do Recife*, 23 de março de 1884, p. 1. Tornou-se dignitário da Ordem da Rosa pelos serviços prestados à emancipação dos escravos, *Jornal do Recife*, 28 de agosto de 1884, p. 1; e *Jornal do Recife*, 12 de agosto de 1885, p. 2.

dos que se transviam do caminho do bem, é solícito em distinguir aqueles que se esforçam pelo engrandecimento da pátria.

Para ser considerado nobre nunca o ilustre visconde alegou a nobreza de sua estirpe, tornada ainda mais brilhante pelo enlaçamento de membros de sua família com membros da gloriosamente histórica família Almeida Castro, distinta e nobre sob todos os pontos de vista, dessa família cujos caracteres distintivos são a dedicação ao bem da pátria até a morte, a prodigalidade na prática da virtude e a observância dos princípios da honra em toda sua plenitude.

Se a verdadeira nobreza consiste, não em conhecer somente o bem, mas em desejá-lo e fazê-lo aos nossos semelhantes, ninguém é mais nobre que o Exm. Visconde de Mecejana. *Facta loquuntur*.

Por ocasião da guerra do Paraguai, além de outros consideráveis donativos, libertou diversos escravos o filantrópico visconde, que, tornados homens livres, seguiram para o campo de batalha, onde poderiam elevar-se tanto quanto estavam abatidos na escala da grandeza humana.

Por ocasião da seca do Ceará, além de donativos públicos, dispendeu contos de réis nessa luta horrorosa da gigantesca miséria contra a frágil vida. Sua santa filha e genro que imitavam seus exemplos, sucumbiram com resignação evangélica naquele teatro de mil dores.

Doentes de todas as moléstias rodearam-lhes a casa dia e noite, e aquelas criaturas celestes tiveram de falecer da mesma febre que, diariamente, ceifava centenas de vidas, sem nunca resolverem-se a abandonar aquele lugar, para o que lhes sobravam recursos materiais.

Trata-se presentemente de quebrar os últimos grilhões da escravidão no Brasil. O visconde de Mecejana faz parte da gloriosa falange que, armado com a espada da ordem e sob a bandeira da mais divina região, procura a igualdade de todos os brasileiros, libertou seus últimos escravos sem remuneração alguma, certo de que continuará a sustenta-los e a suas famílias como sempre fez com outros que libertou em épocas anteriores.

O governo imperial, com o título de visconde que acaba de conferir ao Exm. Sr. Antonio Antunes de Oliveira, não faz mais do que proclamar por sua vez a grandeza d'alma desse ilustre brasileiro, cuja fronte desde muito já era cingida pela coroa da verdadeira nobreza – a prática do bem –, porque o magnânimo visconde de Mecejana compreende perfeitamente que a única nobreza é a que mais nos aproxima dos espíritos que habitam além dos astros.

É dever de todo homem de bem tornar patentes e glorificar os atos de seus semelhantes e é por isso que escrevo essas linhas¹¹⁷⁷.

Quanto aos outros quatro nobilitados, merece destaque Augusto de Sousa Leão, fazendeiro em Pernambuco, liberal e vice-presidente em exercício desta província, feito barão de Caiará¹¹⁷⁸; João Francisco Vieira Braga, visconde de Piratinim, fazendeiro e

¹¹⁷⁷ *Jornal do Recife*, 12 de agosto de 1885, número 182, p. 2.

¹¹⁷⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 93-94; *A Província*, de 22 de agosto de 1878; AN_002_000_76, p. 977; *Diário de Pernambuco*, 19 de fevereiro de 1885, p.1. Em Pernambuco, houve um grande impacto por causa da aprovação da abolição no Ceará em 25 de março de 1884, o que repercutiu na eleição nesta província. Joaquim Nabuco, por exemplo, foi vitorioso na eleição, mas a Câmara impediu que ele tomasse posse. Sobre o impacto da abolição cearense em Pernambuco, consultar Maria Emília Vasconcelos dos Santos, “O 25 de março de 1884 e a luta pela libertação dos escravos em Pernambuco”, *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, nº 33.2; Maria Emília Vasconcelos dos Santos, *Os significados dos 13 de maio: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893)*. Campinas: tese de doutorado, UNICAMP, 2014; e Joaquim Nabuco, *Campanha Abolicionista no Recife (as eleições de 1884)*. Brasília: Senado Federal, 2005.

negociante conservador no Rio Grande do Sul, hospedou a princesa Isabel em sua viagem a Pelotas e foi elevado a conde¹¹⁷⁹; José da Costa Azevedo, chefe de esquadra, foi nobilitado com o título de barão de Ladário em atenção aos serviços prestados¹¹⁸⁰; Jerônimo José de Mesquita, visconde de Mesquita com grandeza, fez um valioso donativo ao Recolhimento de órfãos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, e foi elevado a conde¹¹⁸¹

De acordo com Sérgio Ferraz, por de ter ascendido ao poder com o claro objetivo de aprovar a Lei dos Sexagenários, Saraiva fez importantes concessões aos conservadores como a inclusão da indenização tão ambicionada por eles e conseguiu a aprovação da Câmara dos Deputados por ampla maioria em agosto de 1885. Porém, ao fazê-lo desgostou parte dos liberais, não se fazendo também assim tão palatável aos conservadores, encastelados no Senado. Assim, frente à dificuldade em obter aprovação na Câmara alta, Saraiva apresentou a demissão do ministério.

De acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, o imperador reuniu o presidente do Senado, barão de Cotegipe, e o presidente da Câmara dos Deputados, André Fleury, para discutir a sucessão de Saraiva. O nome cogitado era o do ministro Paranaguá, que, por fazer parte do gabinete governista, não conseguiria arregimentar apoio dos liberais dissidentes. Diante disso, Paranaguá recusou a nomeação e não aceitou indicar sucessor. Havia a expectativa de que “liberais mais liberais” como José Bonifácio, o Moço, e Afonso Celso de Assis Figueiredo, conseguissem unificar o partido na Câmara e garantir maioria. Contudo, não foi isso que aconteceu e a presidência do gabinete foi entregue ao conservador e senador barão de Cotegipe¹¹⁸².

¹¹⁷⁹ Jonas Moreira Vargas, *Entre a paróquia e a corte, op.cit.*, p. 183; *Archivo Nobiliarchico*, p. 365; *Jornal do Comércio*, 07 de fevereiro de 1885, p. 1; Veador de S.M. Imperatriz, *Jornal do Comércio*, 21 de junho de 1885, p. 2.

¹¹⁸⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 248-249; e AN_002_000_76, p. 978.

¹¹⁸¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 286; AN_002_000_76, p. 977; *Jornal do Comércio*, 13 de agosto de 1885, p. 1; fez a doação de 2:000\$ para a Associação Promotora da Instrução, *Diário de Notícias*, 29 de junho de 1885, p. 2; e fez a doação de 40:000\$ para o recolhimento das órfãs, *Diário de Notícias*, 29 de julho de 1885, p. 1.

¹¹⁸² Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas, op.cit.*, p. 166.

Capítulo 4:

Um novo uso dos títulos nobiliárquicos:

os últimos anos da monarquia e o aumento na concessão de títulos de nobreza

(1885 – 1889)

De repente, Santos viu uma expressão nova no rosto de Natividade; os olhos dela pareciam crescer, a boca entreabriu-se, a cabeça ergueu-se, a dele também, ambos deixaram a cadeira, deram dois passos e caíram nos braços um do outro, como dois namorados desesperados de amor. Um, dois, três, muitos beijos. Pedro e Paulo, espantados, estavam ao canto, de pé. O pai, quando pôde falar, disse-lhes:

— Venham beijar a mão da Senhora Baronesa de Santos.

Não entenderam logo. Natividade não sabia que fizesse; dava a mão aos filhos, ao marido, e tornava ao jornal para ler e reler que do despacho imperial da véspera o Sr. Agostinho José dos Santos fora agraciado com o título de Barão de Santos. Compreendeu tudo. O presente do dia era aquele; o ourives desta vez foi o imperador.

— Vão, vão, agora podem ir brincar, disse o pai aos filhos.

E os rapazes saíram a espalhar a notícia pela casa. Os criados ficaram felizes com a mudança dos amos. Os próprios escravos pareciam receber uma parcela da liberdade e condecoravam-se com ela: "Nhã Baronesa!" exclamavam saltando. E João puxava Maria, batendo castanholas com os dedos: "Gente, quem é esta crioula? Sou escrava de Nhã Baronesa!" Mas o imperador não foi o único ourives. Santos tirou do bolso uma caixinha, com um broche em que a coroa nova rutilava de brilhantes. Natividade agradeceu-lhe a joia e consentiu em pô-la, para que o marido a visse. Santos sentia-se autor da joia, inventor da forma e das pedras; mas deixou logo que ela a tirasse e guardasse, e pegou das gazetas, para lhe mostrar que em todas vinha a notícia, algumas com adjetivo, *conceituado* aqui, ali *distinto* etc. [Machado de Assis, *Esauí e Jacó*, p. 24]

No dia de seu aniversário, Natividade estranhou não ter recebido, como de costume, um presente de seu marido. Ele, por sua vez, ficou observando a esposa ler o jornal, inconformada com o esquecimento do marido, até que ela compreendeu o ocorrido. O marido, Agostinho José dos Santos, havia sido agraciado com o título de barão de Santos e ela, portanto, passava a ser baronesa. Esse era o seu presente de aniversário. Ainda muito orgulhoso de ter sido feito barão de seu próprio nome, algo tão criticado nos anos anteriores pela imprensa, ele mostrava como os jornais o apresentavam como sendo *conceituado* e *distinto*, algo também praticado costumeiramente pelos jornais que noticiavam esses baronatos concedidos nos últimos anos da monarquia.

Machado de Assis, sempre perspicaz na análise do Brasil oitocentista, revelou também como os próprios escravos da nova baronesa se vangloriavam deste título, como

se a eles coubesse também uma parcela de liberdade ou de distinção. A liberdade deles, como é sabido, foi conferida por força de lei, a Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, mas a eles não foram ofertados títulos, nem condecorações.

Assim, neste capítulo, analisaremos os dois eixos centrais presentes neste excerto de Machado de Assis, o alargamento do número de barões e o processo de conquista da liberdade escrava, por meio da abolição definitiva da escravidão, acompanhado pela intensificação da crise política e da derrocada do regime pelo golpe republicano de 15 de novembro de 1889.

4.1. A volta dos conservadores: os últimos anos da monarquia

Em 20 de agosto de 1885, os conservadores voltaram ao ministério. Liderados pelo barão de Cotegipe na presidência do gabinete, tinham a tarefa de dar encaminhamento às questões envolvendo a emancipação da mão de obra escrava. Conhecido por suas posições escravocratas, coube a ele dar andamento à aprovação da Lei dos Sexagenários, pouco mais de um mês de sua chegada ao ministério, em 28 de setembro de 1885. Incumbir um conservador dessa responsabilidade foi a forma encontrada para garantir que as alterações desejadas pelos conservadores fossem incluídas no projeto de lei, que passava a ser, então, bastante diferente daquele que tinha sido apresentado por Sousa Dantas e desejado pelos abolicionistas¹¹⁸³.

A Lei dos Sexagenários previa a alforria de escravos maiores de 60 anos com a indenização de seus proprietários com a prestação de serviços por cinco anos. Evidentemente que, devido às condições de vida e de trabalho a que eram submetidos, eram poucas as chances de chegarem a essa idade em condições de desfrutarem da alforria, contudo, a lei preocupava os proprietários e com razão. A Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 determinou, entre outras coisas, a matrícula dos escravos, o que incluía nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação, se fosse conhecida. Vale lembrar que, antes da aprovação do fim do tráfico de escravos em 1850, outra lei sobre este mesmo tema tinha sido aprovada em 1831, o que tornava ilegal a manutenção

¹¹⁸³ Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2008; Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2015; e, entre outros, Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

de escravos traficados da África em solo brasileiro, por isso a exigência da matrícula escrava preocupava os senhores de escravos¹¹⁸⁴.

Assim, por causa dessa exigência legal, muitos senhores registraram seus escravos com datas fraudadas para garantir a legalidade de sua propriedade, o que, em 28 de setembro de 1885, contribuiu para a alforria de muitos escravos, que, embora não tivessem a idade exigida pela lei, apresentavam essa idade na documentação¹¹⁸⁵.

De acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, o projeto de lei apresentado por Sousa Dantas foi interpretado por conservadores e por liberais dissidentes como uma ruptura em relação às medidas gradualistas e indenizatórias de emancipação escrava, colocando no centro da discussão a legitimidade da propriedade escrava. Frente a esse radicalismo, a continuidade do gabinete e a aprovação do projeto de lei foram colocadas em xeque¹¹⁸⁶.

O gabinete Dantas, como já demonstrado, foi substituído pelo também liberal José Antonio Saraiva, que tentou minimizar a polarização política criada por Dantas, formando um gabinete com apoiadores e opositores do ministério anterior¹¹⁸⁷. O projeto apresentado por Saraiva previa a libertação dos escravos aos 60 anos, mas com prestação de serviços por mais três anos ou até que completassem 65 anos, como forma de indenização a seus antigos proprietários; previa também que os escravos libertos continuariam tutelados pelos seus senhores, já que esses idosos não estariam prontos para o exercício de sua liberdade plena; retirava da matrícula escrava a naturalidade dos escravos, uma forma de revogação, na prática, da lei de 1831; e, entre outros itens, previa a repressão àqueles que incitassem fugas escravas ou acoitassem fugitivos¹¹⁸⁸.

O projeto de Saraiva desagradou profundamente os abolicionistas, justamente por ter cedido em pontos cruciais do projeto original de Sousa Dantas. Saraiva conseguiu aprovar o projeto nas três discussões na Câmara dos Deputados, mas temendo a oposição conservadora no Senado, saiu do gabinete, cargo que foi ocupado pelo barão de Cotegipe, conservador e escravocrata, a quem caberia também a elaboração do regulamento da futura Lei dos Sexagenários. O projeto final sancionado em 28 de setembro de 1885

¹¹⁸⁴ Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis*, op.cit.. A Lei de 28 de setembro de 1871 pode ser consultada em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm - acesso em 30/10/2018

¹¹⁸⁵ Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis*, op.cit.

¹¹⁸⁶ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit., p. 135.

¹¹⁸⁷ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit., p. 148-149.

¹¹⁸⁸ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit., p. 149-151; e Ângela Alonso, "O abolicionismo como movimento social", *Novos estudos CEBRAP*, nº 100, São Paulo, novembro de 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000300115 - acesso em 23/10/2018.

desagradou liberais abolicionistas, que não concordavam com as mudanças, e escravocratas, que não queriam novas leis sobre o assunto¹¹⁸⁹.

Além desta profunda alteração no teor da Lei dos Sexagenários, o gabinete Cotegipe também inverteu a política sobre o abolicionismo, passando a, segundo Ângela Alonso, prender e perseguir os abolicionistas, além de implantar uma política repressiva, que fazia com que as autoridades que não coibissem tais atitudes fossem consideradas cúmplices dos abolicionistas¹¹⁹⁰.

Além das questões envolvendo o debate e a aprovação deste projeto de lei, a década de 1880 foi acompanhada por um aumento significativo no número de revoltas escravas e no aumento de processos judiciais movidos por abolicionistas para conseguirem a alforria dos escravos. As fugas em massa, as revoltas nas fazendas, a perseguição de feitores e de proprietários só aumentavam, enquanto policiais e, especialmente, soldados e oficiais do Exército se recusavam a servir de capitães do mato capturando fugitivos. Um novo cenário social e político se desenhava e o gabinete, ainda que conservador, não poderia ficar indiferente a tudo isso¹¹⁹¹.

O barão de Cotegipe ficou à frente do ministério por quase 31 meses, durante os quais foram ofertados 80 títulos de nobreza. Esses 80 títulos foram agrupados em treze categorias distintas, elaboradas a partir do contexto em que esses títulos foram ofertados, das razões que justificaram tais concessões e da ocupação exercida por esses indivíduos. Embora pareça estranho que um conservador escravocrata da estirpe do barão de Cotegipe tenha conseguido aprovar a Lei dos Sexagenários, mais estranho é o fato de ele ter ofertado doze títulos de nobreza a homens que alforriaram escravos em diferentes momentos.

Desses doze títulos, três foram ofertados em 1885, quatro em 1886, três em 1887 e dois em 1888. Já no que se refere às províncias, quatro eram do Rio Grande do Sul, Francisco Pereira de Macedo, barão do Serro Formoso, fazendeiro, foi elevado a visconde por ter libertado todos os seus escravos, tendo inclusive merecido notícias em jornal sobre este feito¹¹⁹²; Antônio José de Azevedo Machado, negociante, foi feito barão de Azevedo

¹¹⁸⁹ Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis*, op.cit.; e Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit., p. 167-170.

¹¹⁹⁰ Ângela Alonso, “O abolicionismo como movimento social”, op.cit.

¹¹⁹¹ Maria Helena Pereira Toledo Machado, *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Edusp, 2010.

¹¹⁹² *Archivo Nobiliarchico*, p. 477; Jonas Moreira Vargas, *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre (RS): dissertação de mestrado, UFRGS, 2007, p. 1179. “Saudamos a tão prestante cidadão, a quem a causa da libertação dos escravos deve notáveis serviços. Há pouco, sendo convidado pelo Centro Abolicionista d'esta capital para auxiliar os trabalhos da abolição,

Machado, por ter libertado seus 200 escravos, também mereceu elogios por sua atitude no jornal¹¹⁹³; Joaquim da Silva Tavares, fazendeiro, foi feito barão de Santa Tecla por ter alforriado também todos os seus escravos¹¹⁹⁴; e João Pereira de Almeida, fazendeiro e negociante, foi feito barão de Nonoai por ter libertado os seus 32 escravos¹¹⁹⁵. Três eram do Rio de Janeiro, Antônio José Dias Carneiro, barão de Salto, fazendeiro e negociante, foi elevado a visconde por ter alforriado vários escravos em 1884 e 1885¹¹⁹⁶; Maria Romana Bernardes da Rocha, viúva do conde de Itamarati, havia alforriado alguns escravos em 1884 e sido elevada a marquesa¹¹⁹⁷; e Joaquim Ribeiro de Avelar, fazendeiro, foi agraciado com o título de visconde de Ubá com grandeza¹¹⁹⁸.

De São Paulo, outros três foram nobilitados. Caso de Elói Bicudo Varela Lessa, fazendeiro, membro do Partido Liberal, havia libertado todos os seus escravos em 1882 e sido agraciado com o título de barão de Lessa em 1887¹¹⁹⁹; Francisco Lopes Chaves, fazendeiro e membro do Partido Conservador, foi feito barão de Santa Branca em 1888 por ter alforriado todos os seus escravos no ano anterior; e José Ribeiro da Mota Pais, fazendeiro do Partido Liberal, foi feito barão de Mota Pais em março de 1888 por ter alforriado escravos em 1884¹²⁰⁰. Do Paraná, Bonifácio José Batista, fazendeiro e

não só s. ex. libertou todos os escravos que possuía, como conseguiu de seus amigos das Lavras quase a abolição completa dos escravos naquele município”, *A Federação*, 08 de junho de 1885, n. 128, p. 2.

¹¹⁹³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 67; e Harry Rodrigues Bellomo, *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2008, p. 225. “O Imperador, por intermédio do governo do país, agraciou com o título de barão de Azevedo Machado, o benemérito ancião comendador Antonio José de Azevedo Machado. Desprendido, por um momento, o governo de fazer política, que tem sido a infeliz mania de quase todos os governos desta terra, prestou homenagem, talvez sem o querer, a uma das grandes ideias da atualidade, representada no ilustre cidadão Azevedo Machado - a abolição. O venerando e humanitário patriota, que há muito mais de meio século ama a heroica província do Rio Grande do Sul, e a honra com o labor de seu braço, de sua inteligência e da sua vida imaculada, restituiu à liberdade cerca de 200 escravizados! Bem haja a fortuna, a quem dela assim usa. Pouco valor damos ao título nobiliário; porém, se a sua origem é devida à heroicidade, ao amor às artes, às letras ou à humanidade, aplaudimo-os e assim a instituição que os confere. [...]”, *Jornal do Comércio*, 21 de dezembro de 1885, n. 357, p. 3.

¹¹⁹⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 427; AN_002_000_76, p. 987; e *Gazeta de Notícias*, 02 de março de 1885, p. 2. “A cidade de Pelotas, imitando o grandioso exemplo da capital da província, empreendeu a tarefa de principiar por quadras e ruas a emancipação dos escravos. [...] o importante industrialista Joaquim da Silva Tavares vai libertar todos os seus escravos, alguns incondicionalmente e outros com locação de serviços”, *A Federação*, 26 de agosto de 1884, n. 196, p. 1.

¹¹⁹⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 314; AN_002_000_76, p. 995; *Gazeta de Notícias*, 19 de setembro de 1886, p. 2; e *Gazeta de Notícias*, 08 de setembro de 1885, n. 251, p. 2.

¹¹⁹⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 409; AN_002_000_76, p. 993; *Mercantil*, 13 de setembro de 1884, p. 1; *Mercantil*, 16 de dezembro de 1885, p. 1; e *Mercantil*, 17 de março de 1886, p. 2.

¹¹⁹⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 208; *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884, p. 3; e *Almanak Laemmert*, 1884, p. 530 e 1885, p. 472.

¹¹⁹⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 518; e AN_002_000_76, p. 1006.

¹¹⁹⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 256; e José Luiz Pasin, *Os Barões do café: Titulares do Império no Vale do Paraíba Paulista*. Aparecida: Vale Livros, 2001, p. 86-87.

¹²⁰⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 301; *Gazeta da Tarde*, 20 de fevereiro de 1884, p. 2; e *A Constituinte*, 14 de julho de 1880, p. 2.

capitalista do Partido Liberal, foi feito barão de Monte Carmelo por ter alforriado alguns de seus escravos em 1885¹²⁰¹. E do Pará, Zeferino Urbano da Fonseca, vice-presidente desta província, havia alforriado 19 escravos sem ônus algum, dias antes de ser agraciado barão de Gurupá¹²⁰².

Contudo, proporcionalmente ao total de títulos concedidos, o gabinete Cotegipe foi o que, em comparação aos seus dois antecessores, menos nobilitou aqueles que alforriaram escravos. Dos 23 títulos concedidos pelo gabinete Dantas, nove foram para aqueles que alforriaram escravos, ou seja, 39%; dos cinco títulos concedidos por Saraiva apenas um, isto é, 20%; e dos 80 títulos ofertados por Cotegipe apenas 12, ou seja, 15%. Contudo, é de causar, no mínimo, estranhamento em relação a essa nobilitação praticada por Cotegipe, já que ele era um contumaz defensor da escravidão e havia nobilitado com títulos elevados aqueles que libertaram seus escravos, incluindo a elevação da viúva do conde de Itamarati para marquesa e a concessão do título de visconde de Ubá com grandeza para Joaquim Ribeiro de Avelar.

O caso é especialmente revelador considerando-se a data da referida “alforria” geral e suas condições. Conforme o jornal *O Vassourense*, em notícia publicada no dia anterior à sua nobilitação:

O Sr. coronel Joaquim Ribeiro de Avellar, importante agricultor deste município, acaba de praticar um ato brilhante, segundo nos informa pessoa digna de crédito. S.s. em escritura, que lavrou, declarou que no dia 31 de dezembro de 1889, todos os seus escravos seriam livres. É preciso saber-se que possui o coronel Joaquim Ribeiro em sua fazenda 300 e tantos escravos, aptos para o trabalho, cento e tantos sexagenários e perto de 200 ingênuos. Não há qualitativo para o belo ato que acaba de praticar o ilustre proprietário da fazenda do Pau Grande¹²⁰³.

Este caso é muito interessante e sintomático do momento vivido pela província de São Paulo. De acordo com Maria Helena Machado, em fins de 1886 e início de 1887, o crescimento do movimento abolicionista e das fugas em massas dos escravos das fazendas pressionou para que os fazendeiros se vissem obrigados a alforriar seus escravos. A opção encontrada foi alforriá-los, mas não dar a eles a liberdade imediata, e sim contratos de trabalho, acompanhados de uma alforria futura. Assim, os fazendeiros, partindo da suposta lealdade dos escravos (gratos pela manumissão), acreditavam não correr o risco,

¹²⁰¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 293; *Gazeta Paranaense*, 28 de novembro de 1886, p. 3; *Correio Paulistano*, 23 de novembro de 1886, p. 1; e Alessandro Cavassin Alves, *A província do Paraná (1853-1889), a classe política, a parentela no governo*. Curitiba: tese de doutorado, UFPR, 2014, p. 381.

¹²⁰² *Archivo Nobiliarchico*, p. 175; *A Constituição*, 10 de maio de 1883, n. 108, p. 2; *O Liberal do Pará*, 26 de julho de 1885, p. 1; e *Diário de Notícias*, 05 de dezembro de 1885, p. 2.

¹²⁰³ *O Vassourense*, 13 de março de 1887, n. 11, p. 1.

ao menos imediatamente, de ver suas fazendas abandonadas pelos escravos, apoiados pela ação de movimentos abolicionistas¹²⁰⁴.

Apesar de a abolição definitiva da escravidão ter chegado antes que o visconde de Ubá com grandeza pudesse cumprir o prometido, o acordo é revelador da certeza que esses homens tinham de que nada haveria de acabar com a escravidão se não a própria passagem do tempo, que levaria esses escravos à morte, ou a própria ação deles libertando seus escravos¹²⁰⁵. Embora tenha perdido seus escravos antes do esperado, pode continuar usar o seu título de nobreza por mais algum tempo, até sua morte em novembro de 1888.

Além de nobilitar esses indivíduos, Cotegipe também ofertou 14 títulos a homens envolvidos na recepção de d. Pedro II durante sua visita à província de São Paulo no início de 1887. De acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, o ano de 1887 foi marcado por um forte crescimento no movimento abolicionista em São Paulo, com o aumento nas fugas em massas e no acionamento da justiça para a conquista da alforria. Talvez para tentar angariar apoio entre as grandes lideranças paulistas, o imperador tenha ido até essa província no ano anterior, quando ela já recebia imigrantes para serem usados no lugar da mão de obra escrava.

Desses 14 títulos, treze foram ofertados em uma única ocasião, 07 de maio de 1887. A escolha da data talvez não tenha sido aleatória. Em 10 de maio, uma das lideranças mais expressivas do Partido Conservador de São Paulo, Antonio da Silva Prado, até então ministro da Agricultura e responsável pela redação do regulamento da Lei dos Sexagenários, foi substituído na pasta por Rodrigo Augusto da Silva. Silva Prado havia se demitido do ministério por ter se convertido à causa emancipacionista em definitivo, compreendendo que não era mais possível protelar a medida¹²⁰⁶.

¹²⁰⁴ Maria Helena Pereira Toledo Machado, *O plano e o pânico*, op.cit., p. 75, e Alexandre Ferro Otsuka, *Antonio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo na década de 1880*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2015, especialmente o capítulo 1.

¹²⁰⁵ “Em 86, qualquer pessoa no Império do Brasil sabia que a escravidão estava condenada e que tinha uma sobrevida contada em anos, 11, na avaliação dos elaboradores da Lei Saraiva-Cotegipe, e, provavelmente, menos ainda, se dependesse do empenho do movimento abolicionista. Mas poucos, muito poucos poderiam imaginar que haveria condições políticas para que ela fosse extinta, sem qualquer condição e sem qualquer regulamentação em relação ao trabalho livre, apenas dois anos depois”, Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 213.

¹²⁰⁶ “Mais do que o início da ‘conversão’ do Partido Conservador de São Paulo ao emancipacionismo, a deserção de Antonio Prado significou a completa derrota moral da lei de 1885, pelo reconhecimento de sua ineficácia por parte de seu coautor e executor. Prado, que com suas emendas e regulamentos havia sido peça-chave na formulação e aplicação da lei, dois anos depois de sua promulgação deixava evidente que a expressão ‘emancipação gradual do elemento servil’ não tinha mais lastro na realidade objetiva do país, tornando-se politicamente inerte”, Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, op.cit., p. 212.

Frente a esse novo cenário, torna-se mais compreensível a maciça nobilitação dos paulistas, em 07 de maio, bem como a hierarquia dos títulos concedidos a eles. Sete tiveram seus títulos elevados. Caso de Antônio de Aguiar Barros, fazendeiro e capitalista do Partido Liberal e já conde de Itu, foi elevado a marquês de Itu¹²⁰⁷; Joaquim Egídio de Sousa Aranha, também fazendeiro e capitalista do Partido Liberal e já conde de Três Rios, foi elevado a marquês de Três Rios¹²⁰⁸; Joaquim José Moreira Lima, fazendeiro do Partido Liberal e visconde de Moreira Lima com grandeza, foi elevado a conde¹²⁰⁹; Antônio Carlos de Arruda Botelho, fazendeiro e capitalista do Partido Liberal, visconde do Pinhal com grandeza, foi elevado a conde¹²¹⁰; Antônio de Queirós Teles, presidente de província e barão de Parnaíba, foi elevado a visconde com grandeza¹²¹¹; Antônio Ferreira da Silva, negociante do Partido Conservador e visconde de Embaré, recebeu honras de grandeza em seu título¹²¹²; e José Francisco Monteiro, fazendeiro e negociante do Partido Liberal, barão de Tremembé, foi elevado a visconde¹²¹³.

Outros seis paulistas ingressaram na nobiliarquia brasileira nessa mesma ocasião por meio de um baronato. Caso de Estêvão Ribeiro de Sousa Resende, fazendeiro, feito barão de Resende¹²¹⁴; Francisco da Cunha Bueno, fazendeiro do Partido Conservador, feito barão de Itaquari e teve a designação de seu título alterada, dias depois, para Cunha Bueno¹²¹⁵; Joaquim Benedito de Queirós Teles, fazendeiro, feito barão do Japi¹²¹⁶; José de Lacerda Guimarães, fazendeiro, feito barão de Arari¹²¹⁷; Bento de Lacerda Guimarães,

¹²⁰⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 224; *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2; e *Correio Paulistano*, 23 de outubro de 1886, p. 2.

¹²⁰⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 514; *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2; e *Gazeta de Notícias*, 31 de outubro de 1886, p. 2.

¹²⁰⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 297-298; José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 70-78; e *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2.

¹²¹⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 356; *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2; e *Gazeta de Notícias*, 10 de novembro de 1886, p. 2.

¹²¹¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 339-340; e *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2.

¹²¹² *Archivo Nobiliarchico*, p. 145; *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2; e *Correio Paulistano*, 19 de novembro de 1886, p. 2.

¹²¹³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 513; José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 124-126; e *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2.

¹²¹⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 383-384.

¹²¹⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 140-141. Esse título foi substituído pelo de barão da Cunha Bueno. Partido conservador, *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2; recebeu o imperador em 1886, *Gazeta de Notícias*, 10 de novembro de 1886, p. 2; e alforriou duas escravas, em São Carlos do Pinhal (SP), *Mercantil*, 16 de dezembro de 1885, p. 1.

¹²¹⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 237-238; *Jornal da Tarde*, 22 de janeiro de 1881, p. 1; e *Jornal da Tarde*, 08 de julho de 1881, p.2.

¹²¹⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 57-58; *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2; e recebeu o imperador em viagem à província de São Paulo em 1886, *Correio Paulistano*, 05 de novembro de 1886, p. 2.

fazendeiro do Partido Liberal, feito barão de Araras¹²¹⁸; e José Guedes de Sousa, fazendeiro, feito barão de Pirapetingui¹²¹⁹.

Finalmente, o último paulista nobilitado foi Antônio de Queirós Teles, que havia sido feito visconde com grandeza em maio, e foi elevado novamente em dezembro a conde de Parnaíba¹²²⁰. Além destes 14, apenas um, Guilherme Augusto de Sousa Leite, que havia hospedado o imperador em sua fazenda no Rio de Janeiro, foi agraciado, em dois de maio de 1887, com o título de barão de Águas Claras¹²²¹.

Desses paulistas, merece destaque a concessão de dois títulos de marquês. Algo que não ocorria desde 1872 quando Rio Branco elevou os títulos de dois conselheiros de Estado para marquês de São Vicente e marquês de Sapucaí. É interessante pensar que o cenário político de 1887 deve ter sido tão diferente dos últimos quinze anos a tal ponto de o presidente do gabinete achar por bem conceder o segundo título mais elevado hierarquicamente a dois fazendeiros paulistas do Partido Liberal, membros, portanto, da oposição ao gabinete.

Além dos títulos de marquês, Cotegipe também ofertou a esses paulistas títulos de conde, de visconde com grandeza e honras de grandeza a viscondes. A hierarquia dos títulos ofertados a esses homens era distinta dos baronatos concedidos até então e que representavam a maioria dos títulos ofertados pelos últimos gabinetes. Não se pode esquecer de que, a despeito da nobreza do Segundo Reinado ser puramente honorífica e desprovida de privilégios pecuniários e fundiários, os títulos eram uma distinção e a grandeza no título dava ao nobre o privilégio de frequentar espaços próximos ao monarca.

Embora não seja possível saber exatamente de que maneira os nobres e seus contemporâneos percebiam a hierarquia dos títulos de nobreza, é possível supor que, em meio a inúmeros baronatos nas fazendas vizinhas, um conde ou um marquês ganhassem algum destaque. Caso contrário, Virgília, de Machado de Assis e da epígrafe desta tese, não pediria ao seu marido um título de marquesa.

Outro grupo de nobilitados por esse gabinete foi o de membros do Judiciário. Em um intervalo de cinco meses, entre novembro de 1886 e março de 1887, seis indivíduos

¹²¹⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 54; *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2; e recepcionou o imperador em viagem à província de São Paulo em 1886, *Correio Paulistano*, 05 de novembro de 1886, p. 2.

¹²¹⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 363; e hospedou o imperador em Mogi Mirim em 1886, *Correio Paulistano*, 27 de outubro de 1886, p. 2.

¹²²⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 339-340; e presidente de província, *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2.

¹²²¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 28; e Luiza Coutinho Ottero, *Vila de Sapucaia: administração camarária, elites e poderes locais (1875-1888)*. Juiz de Fora (MG): dissertação de mestrado, UFJF, 2017, p. 42.

foram nobilitados. Cinco deles em data muito próxima à de sua aposentadoria do Supremo Tribunal de Justiça. Caso de Manuel de Jesus Valdetaro que se tornou visconde de Valdetaro¹²²²; João José de Almeida Couto feito barão de Desterro¹²²³; Inocência Marques de Araújo Góis feito barão de Araújo Góis¹²²⁴; Caetano Vicente de Almeida feito barão de Mucuri¹²²⁵; e José Pereira da Graça feito barão de Aracati¹²²⁶. O único em atividade era João Batista Gonçalves Campos feito barão de Jari¹²²⁷.

Essa expressiva nobilitação de membros do Judiciário talvez tenha sido consequência de um dos grandes problemas enfrentados pelos conservadores, justamente a atuação dos juizes, considerados culpados pelos acontecimentos envolvendo as fugas escravas e as ações de liberdade. Vários magistrados julgavam favoravelmente as ações de liberdade, dando ganho de causa aos escravos, ao mesmo tempo que não perseguiam os abolicionistas. Assim, nobilitar membros do alto escalão do Judiciário talvez fosse uma forma de tentar cooptar os demais juizes¹²²⁸.

Outro grupo nobilitado em quantidade significativa foi o de indivíduos ligados ao Paço. Em 1886, a saúde de d. Pedro II já inspirava preocupação e por isso, passou a ser visitado com mais frequência por médicos até ser diagnosticado com diabetes. O declínio da saúde do imperador era preocupante e uma nova viagem para a Europa a fim de se tratar e de se reestabelecer foi agendada para o período entre 30 de junho de 1887 e 22 de agosto de 1888. Antes de se ausentar do país, foram ofertados seis títulos de nobreza a quatro médicos e a um preceptor dos príncipes.

Os médicos nobilitados foram José Ribeiro de Sousa Fontes, já barão de Sousa Fontes, que foi elevado a visconde¹²²⁹; Cláudio Velho da Mota Maia feito barão de Mota Maia em fevereiro de 1886 e elevado a visconde com grandeza em junho de 1887¹²³⁰;

¹²²² *Archivo Nobiliarchico*, p. 523-524; AN_002_000_76, p. 1001; e biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/presidente.asp?periodo=stj&id=308> - 14/02/2017.

¹²²³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 142; AN_002_000_76, p. 1002; e biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=333> - 18/04/2017.

¹²²⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 59; AN_002_000_76, p. 1004; e biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=329> - 18/04/2017.

¹²²⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 301; AN_002_000_76, p. 1005; e biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=320> - 19/04/2017.

¹²²⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 51; AN_002_000_76, p. 1009; e biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=319> - 05/05/2017.

¹²²⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 239; AN_002_000_76, p. 1007; e biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=336> - 17/04/2017.

¹²²⁸ Alexandre Ferro Otsuka, *Antonio Bento, op.cit.*, p. 23.

¹²²⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 485-486.

¹²³⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 300.

João Batista dos Santos, já barão de Ibituruna, recebeu honras de grandeza¹²³¹; Vicente Cândido Figueira de Saboia, agraciado barão de Saboia com grandeza¹²³²; e Albino Rodrigues de Alvarenga, feito barão de São Salvador de Campos com grandeza¹²³³. Manuel Pacheco da Silva, preceptor dos príncipes nomeado em 1872, foi feito barão de Pacheco com grandeza¹²³⁴. Finalmente, o último médico nobilitado, no início da regência da Isabel, foi João Vicente Torres Homem, feito barão de Torres Homem com grandeza¹²³⁵. Por se tratar de uma nobilitação em tudo semelhante às praticadas anteriormente, durante a presença de seu pai no país, não é possível verificar uma interferência da princesa Isabel na oferta do título.

Frente à nobilitação desses indivíduos ligados ao Paço, é possível afirmar que a razão para tais concessões era em tudo semelhante ao que fora praticado anos atrás, quando a princesa Isabel esperava um herdeiro para a monarquia. Assim, nesses dois cenários, fica evidente a preocupação em nobilitar aqueles homens que atuavam, de alguma forma, pela conservação e continuidade da monarquia, já que, em um caso, era preciso assegurar a saúde do imperador e, no outro, era preciso garantir a continuidade da monarquia, por meio de um herdeiro da princesa Isabel.

Ainda dentro de uma esfera política, indivíduos ligados à Marinha, à diplomacia e ao exercício de cargos com algum vínculo com o governo central foram nobilitados. É o caso de Leonel Martiniano de Alencar, ministro plenipotenciário na Argentina, que foi feito barão de Alencar¹²³⁶; Joaquim Marques Lisboa, já visconde de Tamandaré com grandeza, foi elevado a conde, possivelmente como uma recompensa por toda a sua trajetória, já que beirava os 80 anos de idade¹²³⁷; Joaquim Leite Ribeiro de Almeida, vice-

¹²³¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 182; médico da Imperial Câmara, examinou o imperador em Petrópolis, em 1887, *A Província de Minas*, 14 de abril de 1887, p. 1; e era inspetor geral de higiene, AN_002_000_76, p. 1030.

¹²³² *Archivo Nobiliarchico*, p. 408; Débora Cristina Carvalho Guimarães, “Um Estudo Sobre a Violência no Parto no Rio de Janeiro Oitocentista: O Caso da Princesa Isabel”, disponível em <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/historiabh/article/viewArticle/1778> - acesso em 20/03/2018; e Ângela Alonso, *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 124.

¹²³³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 461-465. Membro da comissão nomeada para elaborar o código farmacêutico, *Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império*, 1886, p. 96; e AN_002_000_76, p. 1037.

¹²³⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 323.

¹²³⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 511; e médico da Imperial Câmara, AN_002_000_76, p. 1039. “[...] Quando o Imperador adoeceu, foi nomeado médico efetivo da Câmara Imperial tendo examinado Sua Majestade mais de uma vez. Agradecido pela sua dedicação, antes de partir, Sua Majestade agraciou o conselheiro Torres Homem com o título de barão com grandeza”, *Gazeta de Notícias*, 05 de novembro de 1887, p. 1.

¹²³⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 36; e AN_002_000_76, p. 979.

¹²³⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 494-568.

presidente do Rio de Janeiro, foi agraciado barão de Ribeiro de Almeida¹²³⁸; Joaquim Elísio Pereira Marinho, barão de Guaí e deputado conservador pela Bahia, grande comerciante da Bahia e homem de grande fortuna, recebeu honras de grandeza em seu título¹²³⁹; e Antônio José Correia, fazendeiro, conservador e deputado provincial em São Paulo, foi agraciado barão do Rio Pardo¹²⁴⁰.

Tais títulos ofertados se distinguiam de modo significativo dos demais ofertados por este gabinete. Dos 80 títulos ofertados durante a permanência de Cotegipe à frente do ministério, 34 títulos não foram enquadrados em nenhuma das categorias acima, contemplando, em sua larga maioria, fazendeiros e outros indivíduos nobilitados em atenção a diferentes serviços prestados, sem que, contudo, estabelecessem vínculos com a alta política. Por estas razões, optamos por agrupá-los de acordo com suas províncias, sendo assim, 12 indivíduos ligados a São Paulo¹²⁴¹, nove ao Rio de Janeiro¹²⁴², oito a

¹²³⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 385; e vice-presidente do Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, 18 de fevereiro de 1888, p. 2.

¹²³⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 166; e Filipe Nicoletti Ribeiro, *Ruptura institucional e realinhamento político no Brasil: projetos, conflitos e compromissos entre a monarquia e república (1887-1892)*. São Paulo: qualificação de doutorado, FFLCH-USP, 2018, p. 65.

¹²⁴⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 401; *Almanach de São Paulo*, 1888, p. 24; *Correio Paulistano*, 19 de agosto de 1881, p. 2; e *Correio Paulistano*, 14 de outubro de 1885, p. 2.

¹²⁴¹ Ana Prado Fonseca tornou-se baronesa de Jundiá, *Archivo Nobiliarchico*, p. 246-247, *Correio Paulistano*, 10 de maio de 1887, n. 9207, p. 2, *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2, Vitor Marcos Gregório, “O poder da representação: a relação entre Executivo e Legislativo na política imperial em meados do século XIX”, *Almanack. Guarulhos*, n.13, p. 56-82; Antônio Salgado da Silva, barão da Palmeira, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 324-325, cafeicultor liberal, José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 99-103, *Almanach da Província de São Paulo*, 1884, p. 457; Benedita Bicudo Salgado Lessa, baronesa de Paraibuna com grandeza, foi elevada a viscondessa com grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 330, fazendeira de café, José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 104-105, *Almanach da Província de São Paulo*, 1884, p. 457; Francisco de Paula Vicente de Azevedo tornou-se barão de Bocaina, *Archivo Nobiliarchico*, p. 82-83, fazendeiro, chefe do partido conservador de Lorena, José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 61-64; Gabriel Garcia de Figueiredo tornou-se barão de Monte Santo, fazendeiro, chefe do Partido Conservador. *Archivo Nobiliarchico*, p. 296, *O Paiz*, 28 de abril de 1887, n. 935, p. 1, *Correio Paulistano*, 10 de fevereiro de 1882, p. 1, *Correio Paulistano*, 14 de outubro de 1885, p. 1, *Correio Paulistano*, 12 de dezembro de 1885, p. 2; Joaquim Celestino de Abreu Soares tornou-se barão de Paranapanema, *Archivo Nobiliarchico*, p. 336, *Correio Paulistano*, 17 de setembro de 1887, p. 1; Joaquim Ferreira de Camargo Andrade tornou-se barão de Ibitinga, *Archivo Nobiliarchico*, p.181, *Correio Paulistano*, 18 de novembro de 1885, p. 2, *Novo Almanach de São Paulo*, 1882, p. 317; Joaquim Inácio Ramalho tornou-se barão de Água Branca e, dias depois, teve seu título alterado para barão de Ramalho, *Archivo Nobiliarchico*, p. 27, *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1887, n. 133, p. 2; José Elias de Toledo Lima tornou-se barão do Descalvado, *Archivo Nobiliarchico*, p. 141-142, conservador, *Correio Paulistano*, 08 de setembro de 1887, p. 2, *A Província do Espírito Santo*, 02 de dezembro de 1884, p. 2; José Joaquim da Silveira Cintra tornou-se barão de Cintra, chefe do Partido Liberal e grande fazendeiro em Mogi-Mirim, *Archivo Nobiliarchico*, p. 131, *Correio Paulistano*, 17 de fevereiro de 1882, p.1, *Correio Paulistano*, 26 de julho de 1882, p. 2; e Vicente Ferreira de Silos Pereira tornou-se barão de Casa Branca, faleceu em Casa Branca (SP), em 07 de maio de 1887. O telegrama com a notícia do título chegou a Casa Branca horas depois do falecimento do barão de Casa Branca, de idade próxima a 80 anos, *Correio Paulistano*, 10 de maio de 1887, n. 9207, p. 2, *Archivo Nobiliarchico*, p. 116.

¹²⁴² Balduino Joaquim de Meneses tornou-se barão de Meneses, *Archivo Nobiliarchico*, p. 284-285, e AN, 002_000_76, p. 1008; Bernardino Rodrigues de Avelar, barão de Cananeia, foi elevado a visconde, negociante, *Archivo Nobiliarchico*, p. 106, *Vassourense*, 26 de setembro de 1886, p. 1; Lucas Antônio Monteiro de Barros tornou-se barão de Santa Alda, fazendeiro em Barra Mansa (RJ), *Archivo*

Minas Gerais¹²⁴³, um a Alagoas¹²⁴⁴, um à Bahia¹²⁴⁵, um ao Ceará¹²⁴⁶ e um ao Rio Grande do Sul¹²⁴⁷.

Estes números podem ser compreendidos como parte de uma política do barão de Cotegipe para tentar frear o movimento abolicionista de São Paulo, intensificado com a saída de Antonio Prado da base governista ao mesmo tempo em que procurava angariar apoio no seio da cafeicultura mineira e fluminense, prejudicadas, por exemplo, pela medida emancipacionista de seu gabinete. De acordo com Hebe Mattos, a partir de dezembro de 1887, os fazendeiros paulistas iniciaram a concessão de alforrias em massa, o que proporcionou a ruptura da “[...] solidariedade entre as três maiores províncias escravistas [São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais]”¹²⁴⁸. Pelo reduzido número de titulados que restaram das demais províncias e levando em consideração as reduzidas

Nobiliarchico, p. 410, AN_002_000_76, p. 1003; Fernando Vidal Leite Ribeiro tornou-se barão de Santa Margarida, *Archivo Nobiliarchico*, p. 422, *Jornal do Comércio*, 27 de julho de 1884, p. 3; Joaquim Antônio de Araújo e Silva, barão do Catete, recebeu honras de grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 122; Joaquim de Campos Negreiros tornou-se barão de Cruz Alta, fazendeiro, *Archivo Nobiliarchico*, p. 139, *O Leopoldinense*, 05 de novembro de 1881, p. 3; José Antônio Soares Ribeiro tornou-se barão de Inoã, fazendeiro em Maricá (RJ), *Archivo Nobiliarchico*, p. 190, AN_002_000_76, p. 985, *A Folha Nova*, 01 de dezembro de 1883, p. 2, foi membro de uma organização que reuniu fazendeiros de Itaboraí e Maricá para conter a onda abolicionista, *O Brazil*, 07 de junho de 1884, p. 2, *O Mercantil*, 21 de maio de 1884, p. 1-2; Manuel Antônio Cláudio Rimes tornou-se barão de Rimes, fazendeiro e capitalista em Santa Maria Madalena, *Archivo Nobiliarchico*, p. 386, AN_002_000_76, p. 986, *Diário do Brasil*, 11 de junho de 1884, p. 1, conservador, *Jornal do Comércio*, 05 de julho de 1882, p. 3; e Misael Vieira Machado da Cunha tornou-se barão de Rio das Flores, *Archivo Nobiliarchico*, p. 396, *Monitor Campista*, 18 de agosto de 1886, n. 190, p. 2, *O Pharol*, 04 de dezembro de 1889, n. 283, p. 1, *Diário de Notícias*, 29 de abril de 1887, n. 689, p. 1, *A Província de Minas*, 09 de julho de 1888, n. 535, p. 1.

¹²⁴³ Antônio José Gomes Bastos tornou-se barão de Catas Altas, *Archivo Nobiliarchico*, p. 121, fazendeiro liberal em Mar da Hespanha (MG), *Jornal do Comércio*, 23 de maio de 1884, p. 1, *Jornal do Comércio*, 02 de julho de 1882, p. 2, e *Jornal do Comércio*, 19 de junho de 1881, p. 3; Antônio Teodoro da Silva tornou-se barão de Alto Muriaé, *Archivo Nobiliarchico*, p. 41, AN_002_000_76, p. 984, negociante liberal e residente em Conceição do Rio Verde, *O Baependiano*, 15 de agosto de 1888, p. 3; Francisco Inácio de Andrade Goulart tornou-se barão de Mar de Espanha, fazendeiro em Mar de Hespanha (MG), *Pharol*, 09 de janeiro de 1883, p. 3; Francisco Paulo de Almeida tornou-se barão de Guaraciaba, negociante e fazendeiro, *Archivo Nobiliarchico*, p. 169, *O Arauto de Minas*, 15 de novembro de 1884, p. 4; Geraldo Augusto de Resende tornou-se barão de Retiro, *Archivo Nobiliarchico*, p. 382, fazendeiro em Juiz de Fora e conservador, *A Província de Minas*, 17 de agosto de 1887, n. 453, p. 2; José Alves da Silveira Barbosa tornou-se barão de Santa Justa, *Archivo Nobiliarchico*, p. 421, *Jornal do Comércio*, 28 de agosto de 1883, n. 239, p. 2, fazendeiro em Juiz de Fora, *A Província de Minas*, 15 de abril de 1886, p. 2; José Rodrigues da Costa tornou-se barão da Conceição, *Archivo Nobiliarchico*, p. 132, *Almanach Sul Mineiro*, 1884, p. 382, AN_002_000_76, p. 991, conservador, *Gazeta de Notícias*, 25 de janeiro de 1885, p. 3; e Marcelino de Brito Pereira de Andrade tornou-se barão de Monte Mário, fazendeiro de café em Juiz de Fora, *Archivo Nobiliarchico*, p. 297, *Diário de Pernambuco*, 22 de outubro de 1886, p. 1.

¹²⁴⁴ Jacinto Pais Moreira de Mendonça tornou-se barão de Murici, *Archivo Nobiliarchico*, p. 304, AN_002_000_76, p. 998; e *Almanak da Província de Alagoas*, 1880, p. 143.

¹²⁴⁵ Porfírio Pereira Fraga tornou-se barão de Capivari, *Archivo Nobiliarchico*, p. 110; *Titulares baianos*, p. 11-12; e AN_002_000_76, p. 994.

¹²⁴⁶ José Francisco da Silva Albano tornou-se barão de Aratanha, *Archivo Nobiliarchico*, p. 58; e *O Cearense*, 13 de outubro de 1885, p. 1.

¹²⁴⁷ Manuel José de Campos tornou-se barão de Guaíba, *Archivo Nobiliarchico*, p. 167; e *A Federação*, 30 de maio de 1888, n. 122, p. 3.

¹²⁴⁸ Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio*, op.cit., p. 217.

informações acerca desses titulados, não é possível elencar outras hipóteses para justificar a concessão desses títulos.

Finalmente, as províncias privilegiadas em termos de quantidade de títulos ofertados foram as mesmas dos gabinetes anteriores, o que é um indicativo de que as preocupações ministeriais em relação a essas elites se mantiveram as mesmas e estiveram vinculadas às mesmas questões envolvendo a cafeicultura e a mão de obra escrava. Para se ter uma visão do conjunto dos nobilitados durante a permanência de Cotegipe à frente do ministério, vale destacar que dos 80 títulos concedidos, 32 (40%) foram ofertados para São Paulo, 13 (16,25%) para o Rio de Janeiro, oito (10%) para Minas Gerais, cinco (6,25%) para o Rio Grande do Sul, dois (2,5%) para a Bahia, um (1,25%) para Alagoas, um (1,25%) para o Ceará, um (1,25%) para o Pará e um (1,25%) para o Paraná, além de 16 (20%) ofertados para indivíduos que exerciam cargos no Paço, no Judiciário e outros mais próximos ao governo imperial.

Salta aos olhos a larga nobilitação de indivíduos ligados à província paulista, números comparáveis ao praticado pelo gabinete chefiado por Manuel Pinto de Sousa Dantas, que ofertou 39,13% dos títulos de nobreza a paulistas. Frente ao crescimento do movimento emancipacionista, é possível formular a hipótese de que os dois ministérios tenham procurado angariar apoio para suas políticas nesta mesma província. Mas, se Sousa Dantas tentava estimular a prática da alforria e outras atitudes que visassem à emancipação escrava, Cotegipe procurava assegurar apoio dos paulistas ao seu gabinete para tentar minimizar a conversão de Antonio Prado, até então escravocrata, para o lado emancipacionista, desembarcando, inclusive, do ministério Cotegipe em maio de 1887.

Além da alta nobilitação dos paulistas, a larga quantidade de títulos de nobreza ofertados pelo gabinete Cotegipe, 80 no total, uma média de 2,58 títulos por mês, pode ser interpretada como uma mudança em relação aos gabinetes anteriores, já que essa quantidade de títulos só foi menor que o total ofertado pelo gabinete Rio Branco, 144 no total, uma média de 2,82 títulos por mês. Assim, a ampliação na oferta de títulos pode ter sido uma escolha política no sentido de arregimentar apoio para a permanência deste gabinete no poder, apoio para a consecução da política conservadora e, ao mesmo tempo, uma estratégia para compensar aqueles que estavam sendo prejudicados com as medidas emancipacionistas e que seriam prejudicados com a futura e eventual abolição da escravidão.

Nesse sentido, o gabinete Cotegipe pode ser compreendido como um ponto de inflexão na política de concessão de títulos de nobreza praticada até então no que se refere

à quantidade de títulos ofertados. Se a quantidade de títulos era um reflexo da crise política vivida até então, mais compreensível é o brutal aumento de títulos concedidos pelos dois gabinetes subsequentes, chefiados pelo conservador João Alfredo Correia de Oliveira e pelo liberal Afonso Celso de Assis Figueiredo.

Durante a sua permanência no gabinete, Cotegipe conseguiu assegurar a aprovação da Lei dos Sexagenários, em 28 de setembro de 1885, ao mesmo tempo em que assistiu ao fortalecimento do movimento abolicionista, com mais fugas de escravos e mais processos judiciais elaborados por advogados abolicionistas que lutavam pela alforria dos escravos, o que alimentou uma pressão significativa pela abolição da escravidão. Foi nesse período, também que a entrada de imigrantes passou a ser significativa, especialmente na província de São Paulo, com o objetivo de realizar a transição da mão de obra escrava para a livre. Finalmente, a partir de 1886, a questão da saúde do imperador tornava-se mais premente, levando-o a mais uma vez sair do país, para se reestabelecer na Europa.

A viagem do imperador significou a terceira regência da princesa Isabel, mas, desta vez, com um agravante. A doença do imperador colocava na ordem do dia a sucessão do trono e a princesa enfrentava resistências importantes, uma vez que havia se posicionado claramente a favor das ideias abolicionistas, o que, apesar de dar a ela apoio popular, a afastava das elites escravocratas do país. Ademais, era muito católica, o que inspirava preocupações acerca da maior influência da Igreja em suas decisões e em um eventual Terceiro Reinado; além das suspeitas de que seu marido, o conde d'Eu, teria mais poder do que ela no eventual governo¹²⁴⁹.

Tais resistências não se mostravam, nesse momento, suficientes para colocarem fim à monarquia, afinal os dois maiores partidos, o Liberal e o Conservador, eram monarquistas, e o Partido Republicano era ainda pouco representativo. O Partido Republicano ganharia novos adeptos (especialmente das hostes conservadoras) após a abolição da escravidão. Não necessariamente por serem simpáticos aos ideais republicanos, mas por se sentirem prejudicados com a abolição da escravidão e também receosos, a partir da ascensão de visconde de Ouro Preto, com a pauta dos liberais¹²⁵⁰.

¹²⁴⁹ Maria Luiza de Carvalho Mesquita, *O "Terceiro Reinado": Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. Vassouras (RJ): dissertação de mestrado, Universidade Severino Sombra, 2009; e Roderick Barman, *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

¹²⁵⁰ Maria Luiza de Carvalho Mesquita, *O "Terceiro Reinado"*, *op.cit.*; e Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, *op.cit.*

A terceira e última regência da princesa, que teve início em 30 de junho de 1887¹²⁵¹, foi marcada pela pressão pela abolição da escravidão e foi encerrada apenas em 22 de agosto de 1888. Como era de conhecimento de todos, o escravocrata Cotegipe era contrário à abolição imediata da escravidão e era apoiado por conservadores da estirpe de Paulino José Soares de Sousa Jr. De acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, Cotegipe chegou a elaborar um projeto de lei com 41 artigos sobre esta temática. O referido projeto, que não foi apresentado, propunha respeito ao direito à propriedade e indenização aos antigos proprietários, além de uma transição lenta e gradual desses escravos para a condição de livres. Projeto em tudo distinto ao que foi apresentado e aprovado pelo gabinete João Alfredo¹²⁵².

A saída de Antonio Prado do gabinete, em maio de 1887, tornou ainda mais evidente a impossibilidade de que alguma medida sobre este tema fosse aprovada por este gabinete. A própria regente empenhava-se pela abolição definitiva da escravidão e por essa razão entrava em conflito com o Cotegipe. Abandonando a posição de neutralidade em relação a esse tema, a princesa Isabel havia se cercado de pessoas abolicionistas, como André Rebouças e José do Patrocínio e organizado em Petrópolis, em fevereiro de 1888, a “Batalha das Flores”, para arrecadar fundos para a emancipação dos escravos no município¹²⁵³.

Tal atitude a fez entrar em conflito com Cotegipe por, pelo menos, duas vezes. Ao ter que indicar o senador pelo Rio de Janeiro, optou por alguém que fosse anti-escravocrata, portanto, contrário ao barão de Cotegipe e favorável ao movimento abolicionista como ela¹²⁵⁴. O outro conflito foi provocado pela nobilitação, em setembro de 1887, de um negro, Francisco Paulo de Almeida, filho de um português e de uma negra,

¹²⁵¹ Terceira regência da Isabel iniciada em 30 de junho de 1887 e encerrada em 22 de agosto de 1888. Viajaram com d. Pedro II, a imperatriz, o neto d. Pedro Augusto de Saxe, Mota Maia com a família, os viscondes de Carapebus, visconde de Nioac com seu filho, José Maria da Silva Paranhos (futuro barão do Rio Branco) e Seybold, que era professor do imperador. Heitor Lyra, *História de D. Pedro II (1825-1891)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977, vol. III, p. 56-64; e Susiely Alvarenga, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881: festividades, política e ciência*. Mariana (MG): dissertação de mestrado, UFOP, 2012, p. 37.

¹²⁵² Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, *op.cit.*, p. 212-216.

¹²⁵³ Maria Luiza de Carvalho Mesquita, *O “Terceiro Reinado”*, *op.cit.*, p. 104.

¹²⁵⁴ Nas palavras da regente, “Nas duas escolhas para senador pelo Rio escolhi para a primeira o Sr. Thomaz Coelho, pessoa distinta, tendo sido já ministro, excluindo o Sr. [ilegível] sobre o qual o Sr. Barão de Cotegipe fazia pesar certas suspeitas que não pude averiguar e o Andrade Figueira, cujas ideias escravocratas eram bem conhecidas e para o qual se mostrava muito propenso o Sr. Barão de Cotegipe, e para a segunda o Sr. Percival Silva, excluindo o Sr. Chaves, autor da questão militar, muito moço e tendo feito carreira por demais rápida e ainda o Sr. Andrade Figueira. A tudo isso o Sr. Barão mostrou-se cego e surdo e cada dia mais me capacitava que nada olharia. Por todos os meios desejava incutir minhas ideias, tanto empenhamento encontrando por parte do Ministério.”, AHMIP, M.199- Doc. 9030, *apud* Maria Luiza de Carvalho Mesquita, *O “Terceiro Reinado”*, *op.cit.*, p. 96.

que foi feito barão de Guaraciaba¹²⁵⁵. Talvez, com essas atitudes, a regente pretendesse provocar o seu ministro acerca da urgência de debates a respeito da abolição da escravidão, além de alterar a composição da nobreza com a inclusão de um homem negro.

Além disso, de acordo com Hebe Mattos, “entre fevereiro e março [de 1888] a quase totalidade dos fazendeiros paulistas tinha-se convertido – como os articulistas de *A Redenção* – à ideia da alforria incondicional e à defesa da abolição imediata como a única forma de restabelecer a ordem e salvar a safra de 1888”¹²⁵⁶. A ampla adesão dos paulistas à causa abolicionista contribuiu para pressionar ainda mais o barão de Cotegipe e para intensificar os atritos entre ele e a regente. Assim, de acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, já em 1888, após uma série de conversas entre a regente e o chefe de gabinete, e consciente do impasse criado, o barão de Cotegipe apresentou a demissão coletiva do gabinete e a princesa nomeou um outro conservador, João Alfredo Correia de Oliveira, para o cargo, com a missão de abolir a escravidão imediatamente. A seu favor, contava também o fato de ter sido o ministro do Império do gabinete Rio Branco quando a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 fora aprovada.

Conforme a princesa Isabel escreveu em carta de 14 de março de 1888 a seu pai, o imperador d. Pedro II, foi decisão dela a escolha de João Alfredo Correia de Oliveira para presidir o novo gabinete. Em suas palavras, “Quanto ao Ministério terão sabido pelos jornais o que houve. Os últimos tumultos muito me entristeceram. Há tempos minhas ideias divergiam das do Ministério, sentia que o governo perdia muita força moral [...] fui eu quem indicou o João Alfredo. Este foi quem escolheu os outros”¹²⁵⁷.

Quando ela redigiu esta carta, o conservador pernambucano já presidia o gabinete desde o dia 10 de março de 1888. Ele permaneceu no cargo por quase quinze meses, tempo suficiente para conceder 136 títulos de nobreza, uma média de 9,13 títulos por mês. Número sem precedentes na longa história do Segundo Reinado. O total de títulos ofertados só pode ser comparável ao total praticado pelo gabinete Rio Branco, 144 ao todo, porém a longa permanência deste gabinete no poder, pouco mais de 51 meses, produziu uma média de 2,82 títulos por mês, muito baixa se comparada à de João Alfredo.

¹²⁵⁵ Carlos Alberto Dias Ferreira, *Francisco Paulo de Almeida – barão de Guaraciaba: reflexões biográficas e contexto histórico*. Vassouras (RJ): dissertação de mestrado, Universidade Severino Sombra, 2009, p. 19.

¹²⁵⁶ Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio*, op.cit., p. 217.

¹²⁵⁷ Carta publicada na Tribuna de Petrópolis, suplemento, nº 3 de julho de 1949, p. 6, apud Manuel Correia de Andrade, *João Alfredo: o estadista da abolição*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988, p. 174.

Frente a esses números, pode-se compreender, então, que a farta nobilitação era um efeito do impacto de uma medida muito disputada à época, justamente a abolição da escravidão.

João Alfredo acedeu quase que imediatamente às pressões dos diferentes grupos e agentes políticos, como os abolicionistas, grande parte dos liberais, conservadores dissidentes, além da própria princesa Isabel, para aprovar a lei que extinguiu a escravidão no Império do Brasil. Não se pode esquecer também das pressões nas ruas, das revoltas escravas, das fugas em massa e das ações de liberdade na justiça¹²⁵⁸. Em 13 de maio de 1888, pouco mais de dois meses depois de ter assumido o cargo, a Lei Áurea foi sancionada. A rápida tramitação do projeto de lei e o reduzido número de opositores contribuíram para que João Alfredo obtivesse sucesso em sua empreitada.

De acordo com Maria Luiza de Carvalho Mesquita, a bancada apresentou ao presidente do gabinete uma versão da lei que havia sido preparada por André Rebouças. A proposta era pela libertação imediata dos escravos e pela ausência de indenização dos seus proprietários. Na Câmara dos Deputados, 89 votaram a favor e apenas nove indivíduos votaram contra, dos quais oito eram do Rio de Janeiro¹²⁵⁹. Em 11 de maio, o projeto aprovado foi para o Senado, sendo votado no dia seguinte, com apenas cinco votos contrários e discursos críticos de apenas dois senadores, o barão de Cotegipe e Paulino José Soares de Sousa Jr¹²⁶⁰.

A argumentação dos dois senadores contrários esteve centrada na garantia constitucional ao amplo direito de propriedade, situação jurídica dos escravos. Para eles, a partir do momento que o governo interferia no direito à propriedade escrava, outras propriedades poderiam sofrer interferências também, como a propriedade fundiária. De tal modo que, sob este olhar, a abolição da escravidão era um ataque severo a um direito constitucional e, mais do que isso, abria brechas para que outras medidas fossem tomadas e afetassem, de alguma forma, um direito constitucional desses indivíduos. Nas palavras de Cotegipe, no Senado, em 11 de maio, “Daqui a pouco [...] se pedirá a divisão das terras...e o estado poderá decretar a expropriação sem indenização! E, senhores, [...] a propriedade sobre a terra também não é direito natural”¹²⁶¹.

¹²⁵⁸ Consultar, entre outros, Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, *op.cit.*; e Maria Helena Machado, *O plano e o pânico*, *op.cit.*

¹²⁵⁹ Maria Luiza de Carvalho Mesquita, *O “Terceiro Reinado”*, *op.cit.*, p. 116.

¹²⁶⁰ Maria Alice Rezende de Carvalho, *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: REVAN, IUPERJ – UCAM, 1998, p. 222-223.

¹²⁶¹ Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, *op.cit.*, p. 331.

Este temor de um eventual ataque à propriedade fundiária não era infundado. Havia projetos de lei que contemplavam este tema, inclusive, com o propósito de incluir os ex-escravos após a abolição. Tal tema mereceu anotação no *Diário* de André Rebouças, de 13 de maio, segundo observações feitas por Maria Alice Rezende de Carvalho,

‘Isabel I extingue a escravidão apenas o Senado termina a terceira discussão. Ovações indescritíveis no Rio e em Petrópolis, das 6 1/2 às 10 da noite.’ [...] Para Rebouças, contudo, a questão da emancipação do trabalho estava apenas iniciando. A substância da sua luta pela ‘democracia rural brasileira’ consistia na promoção da iniciativa e da liberdade individuais pela extinção do monopólio da terra – esse, o tema constante dos seus encontros com Dom Pedro II no período compreendido entre a abolição da escravidão e a queda da monarquia, em ‘passeios higiênicos diários, ao final da tarde, na estação ferroviária de Petrópolis’¹²⁶².

Assim, é possível perceber que essas duas questões envolvendo o direito à propriedade, escrava e fundiária, tenham contribuído para o acirramento da crise política. Crise, que, como afirmamos, foi acompanhada por uma larga nobilitação. Dos 136 títulos ofertados pelo gabinete João Alfredo, 16 foram dados àqueles que haviam alforriado seus escravos. Contudo, apenas seis receberam seus títulos antes da aprovação da Lei Áurea, cinco deles do Rio de Janeiro.

Os cinco fluminenses eram Bento Carneiro da Silva, visconde de Araruama com grandeza, que foi elevado a conde por ter alforriado seus 800 escravos, dias antes de agraciado¹²⁶³; Luís Otávio de Oliveira Roxo, barão de Vargem Alegre, foi elevado a visconde por ter alforriado seus mais de 300 escravos¹²⁶⁴; Jerônimo Roberto de Mesquita foi agraciado barão de Mesquita por ter libertado seus mais de 150 escravos¹²⁶⁵; Antônio Clemente Pinto, visconde de São Clemente com grandeza, foi elevado a conde, por ter alforriados todos os seus escravos¹²⁶⁶; e Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, visconde de Nova Friburgo com grandeza, foi elevado a conde, por ter alforriado todos os seus escravos¹²⁶⁷. O único que não era do Rio de Janeiro era José Joaquim Seguns de Oliveira,

¹²⁶² Maria Alice Rezende de Carvalho, *O quinto século*, op.cit., p. 222-223.

¹²⁶³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 56-57 e 552; e *Gazeta de Notícias*, 16 de março de 1888, p. 2.

¹²⁶⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 528; *Diário de Notícias*, 21 de agosto de 1886, p. 1; e *Diário de Notícias*, 31 de março de 1888, p. 1.

¹²⁶⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 286. “Em regozijo à entrada do gabinete de 10 de março [...] alforriou seus 80 escravos e outros 90 e tantos ingênuos e septuagenários”, *Gazeta de notícias*, 22 de março de 1888, p. 2.

¹²⁶⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 437-438; e *Gazeta de Notícias*, 24 de abril de 1888, p. 1.

¹²⁶⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 316; *Jornal do Comércio*, 21 de junho de 1884, p. 4; e *Gazeta de Notícias*, 24 de abril de 1888, p. 1.

fazendeiro maranhense, que havia alforriado seus mais de 400 escravos em 1886 e foi agraciado barão de Itapari¹²⁶⁸.

Os outros dez titulados em data posterior à aprovação da Lei Áurea podem ser divididos em dois grandes grupos. O primeiro, de perfil semelhante aos já se citados, formado por quatro indivíduos que haviam alforriado seus escravos, já o segundo, formado por seis indivíduos que haviam, de alguma forma, se engajado na campanha abolicionista. Do primeiro grupo, o fazendeiro pernambucano, Florismundo Marques Lins, foi feito barão de Utinga por ter alforriado mais de 70 escravos¹²⁶⁹; Luís de Freitas Vale, do Rio Grande do Sul, havia libertado seus escravos em 1885 e foi feito barão de Ibirocaí¹²⁷⁰; Honorato Antônio de Lacerda Paim, da Bahia, havia alforriado todos os seus escravos e foi feito barão de Lacerda Paim¹²⁷¹; e José Jerônimo de Mesquita, do Rio de Janeiro, havia alforriado seus mais de 170 escravos e tornou-se barão de Bonfim¹²⁷².

Do segundo grupo, quatro eram membros da comissão agenciadora de libertação, que havia oferecido 127 cartas de alforria na presença da regente e dos ministros. João de Sousa da Fonseca Costa, barão da Penha, foi elevado a visconde com grandeza¹²⁷³; José Antônio Moreira Filho, barão de Ipanema, recebeu honras de grandeza¹²⁷⁴; João Mendes Salgado tornou-se barão de Corumbá com grandeza¹²⁷⁵; e José Francisco Bernardes tornou-se barão de São Joaquim¹²⁷⁶. Por ter atuado na campanha abolicionista o bispo

¹²⁶⁸ Milson Coutinho, *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Editora Instituto Geia, 2005, p. 387; *Archivo Nobiliarchico*, p. 214; e *Pacotilha*, 25 de fevereiro de 1888, p. 3.

¹²⁶⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 523; *Gazeta do Norte*, 12 de junho de 1888, n. 130, p. 1; e *Diário de Pernambuco*, 25 de abril de 1888, n. 95, p. 3.

¹²⁷⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 181; *A Federação*, 25 de junho de 1884, p. 2; e *Diário de Pernambuco*, 18 de março de 1885, p. 8.

¹²⁷¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 248; *Titulares baianos*, p. 21-22; e *Jornal do Recife*, 25 de abril de 1888, n. 95, p. 1.

¹²⁷² *Archivo Nobiliarchico*, p. 84-85. Em carta ao ministro da justiça, escreveu que estava dando liberdade plena aos seus 174 escravos que trabalhavam na sua fazenda Leopoldina, pensando “assim em corresponder ao pensamento humanitário do ilustre chefe do gabinete de 10 de março”, *Diário de Notícias*, 31 de março de 1888, n. 1025, p. 1.

¹²⁷³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 349. No Palácio de Cristal, em Petrópolis, foram entregues 127 cartas de liberdade, na presença da Regente e sua família, ministros e da comissão agenciadora de libertação, composta pelos barões da Penha e Ipanema, João Mendes Salgado, José Francisco Bernardes, Pandiá Calógeras, Cláudio José da Silva e José da Silva Costa, *Mercantil*, 07 de abril de 1888, n. 24, p. 2. Biografia disponível em <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/256> - 17/04/2014.

¹²⁷⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 193; e *Mercantil*, 07 de abril de 1888, n. 24, p. 2.

¹²⁷⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 135; e *Mercantil*, 07 de abril de 1888, n. 24, p. 2.

¹²⁷⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 454-455; *Jornal do Comércio*, 29 de março de 1888, p. 3; e *Mercantil*, 07 de abril de 1888, n. 24, p. 2.

José Pereira da Silva Barros foi feito conde de Santo Agostinho¹²⁷⁷; mesma razão da titulação do diplomata José Maria da Silva Paranhos, doravante barão do Rio Branco¹²⁷⁸.

O título ofertado a José da Silva Paranhos foi tema de uma carta de Joaquim Nabuco para o novo barão, lembrando, orgulhoso, da atuação do visconde do Rio Branco para a aprovação da Lei do Ventre Livre, que, agora, com a abolição da escravidão, estaria na “apoteose”.

Consulado do Brasil – Liverpool. Rio, 25 de [maio] de 1888.

Meu caro Barão,

Viva! O seu título foi uma das maiores alegrias que já tive com a abolição e muito antes do governo dar-lho ele andava em todas as bocas, o povo queria. Eu dei ao Sinfrônio o mote.

O governo deu ao filho o ilustre nome do pai que apareceu glosado n’O Paiz. Esta é uma variante pelo mesmo improvisador... 13 de Maio foi a apoteose de seu Pai. Você deve estar orgulhoso! Até o fim do ano. Sabe que podendo não deixarei de atravessar. Saudades aos nossos companheiros do Voisin, Anglais e Foyot.

Joaquim Nabuco¹²⁷⁹.

Porém, nem tudo foram flores ou títulos de nobreza para o ministério João Alfredo. A abolição da escravidão provocou uma séria cisão dentro do Partido Conservador e, talvez, para tentar amenizar as desavenças, o gabinete João Alfredo consultou, por carta escrita pelo ministro do Império, José Fernandes da Costa Pereira Jr., o senador conservador escravocrata fluminense Paulino José Soares de Sousa Jr. acerca da possibilidade de ser agraciado com o título de visconde de Uruguai, idêntico ao de seu pai.

Amigo Paulino

Confidencial

O Ministerio deseja condecorar os membros do Conselho d’Estado com títulos nobiliarchicos que correspondão á jerarchia e mérito d’esses altos funcionários.

A V. deve caber naturalmente o título de Visconde do Uruguay, como digno sucessor de seu ilustre pai.

Eu não quis porem apresentar a respectiva proposta sem que V. me dissesse, com franqueza que as nossas relações autorisão, o que mais agradável lhe poderia ser a tal respeito.

Muito lhe agradeceria si me respondesse com toda a brevidade.

Como sempre.

Coll. Amº mto aff. obrº. [Colega amigo muito afetuoso obrigado]

Costa Pereira Junior.

Rio, 4 de Junho de 1888¹²⁸⁰.

¹²⁷⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 428; abolicionista convicto, capelão mor do imperador, José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 127-128; e *A Província*, 3 de julho de 1910, n.160, p. 2.

¹²⁷⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 392-393.

¹²⁷⁹ Sonia Sales, *O menino de Massangana: Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2010, p. 105.

¹²⁸⁰ IHGB, lata 497, pasta 2 – Coleção Instituto Histórico – *Três brasileiros ilustres: Dr. José Antonio Soares de Sousa, Visconde do Uruguai e Conselheiro Paulino José Soares de Sousa*, Álvaro Paulino Soares de Sousa, 1922, p. 103.

De fato, dois dias depois, o senador respondia à carta com “toda a brevidade”.

Exmo Amigo Sr. Cons^o Costa Pereira

Respondo á carta de V.Ex. datada de 4 do corrente, recebida n'este momento, durante a sessão do Senado. Na situação afflictiva em que vejo os meos amigos e companheiros de trabalho da lavoura, em toda a Provincia do Rio de Janeiro, não posso acceitar a graça, com que V.Ex. anuncia querer distinguir-me o Governo Imperial, condecorando-me com o titulo de Visconde de Uruguay. A minha aquiescência n'esta occasião poderia até certo ponto parecer, senão importar, quebra da solidariedade que desejo manter até o fim com a aquelles cuja confiança elevou-se á posição politica que devo honrar, já por mim, já pelo que devo ao nome que recebi de meu pai.

Agradecendo a nímia attenção e bondade de consulta de V.Ex., confesso-me sempre, com particular estima e a maior consideração.

De V.Ex.

Am^o aff. e Cr^o Ob^o [amigo afetuoso e criado obrigado]

Paulino J.S. de Sousa

Senado, 6 de junho de 1888¹²⁸¹.

Considerando que o ministro do Império decidiu por bem consultar o senador antes de publicar o decreto de concessão, é possível ponderar que a negativa do senador talvez fosse a resposta esperada. E, para evitar constrangimentos futuros, optou pela consulta prévia. Ele não seria o primeiro senador e conselheiro de Estado nobilitado por causa da Lei Áurea.

Em maio de 1888, cinco senadores, dois dos quais eram também conselheiros de Estado foram nobilitados ou tiveram seus títulos elevados. Manuel Vieira Tosta, senador pela Bahia e conselheiro de Estado, visconde de Muritiba com grandeza, foi elevado a marquês de Muritiba, quando já contava quase 81 anos de idade¹²⁸²; João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, senador por Alagoas e conselheiro de Estado, teve a oportunidade de ingressar na nobiliarquia com o título de visconde de Sinimbu com grandeza, quando já contava 77 anos de idade¹²⁸³; Antônio Cândido da Cruz Machado, senador por Minas Gerais, foi feito visconde do Serro Frio com grandeza, aos 68 anos de idade¹²⁸⁴; Flávio Clementino da Silva Freire, barão de Mamanguape e senador pela Paraíba, recebeu honras de grandeza, aos 71 anos de idade¹²⁸⁵; e Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque,

¹²⁸¹ IHGB, lata 497, pasta 2 – Coleção Instituto Histórico – *Três brasileiros ilustres: Dr. José Antonio Soares de Sousa, Visconde do Uruguai e Conselheiro Paulino José Soares de Sousa*, Álvaro Paulino Soares de Sousa, 1922, p. 103.

¹²⁸² Senador nomeado em 1851 pela Bahia, *Archivo Nobiliarchico*, p. 305.

¹²⁸³ Senador nomeado em 1857 por Alagoas, *Archivo Nobiliarchico*, p. 481.

¹²⁸⁴ Senador nomeado em 1874 por Minas Gerais, *Archivo Nobiliarchico*, p. 478.

¹²⁸⁵ Senador nomeado em 1869 pela Paraíba do Norte, *Archivo Nobiliarchico*, p. 269.

senador pelo Rio Grande do Norte, tornou-se visconde de Cavalcanti com grandeza, quando ainda não contava 60 anos¹²⁸⁶.

Esses não foram os únicos senadores nobilitados. Na ocasião em que Paulino Jr. foi consultado acerca de sua titulação, outra lista de senadores para serem nobilitados era elaborada pelo ministério. Dos sete titulados em junho, seis foram nobilitados em 13 de junho de 1888, exatamente um mês após a sanção da Lei Áurea e apenas um foi nobilitado uma semana depois disso, em 20 de junho. Na primeira ocasião, cinco senadores eram também conselheiros de Estado, caso de João Lustosa da Cunha Paranaguá, já visconde de Paranaguá com grandeza, que foi elevado a marquês¹²⁸⁷; Afonso Celso de Assis Figueiredo que ingressou na nobiliarquia com o título de visconde de Ouro Preto com grandeza¹²⁸⁸; Jerônimo José Teixeira Júnior que foi feito visconde do Cruzeiro com grandeza¹²⁸⁹; Joaquim Raimundo de Lamare que foi feito visconde de Lamare com grandeza¹²⁹⁰; e José Bento da Cunha e Figueiredo que foi feito visconde do Bom Conselho com grandeza¹²⁹¹. O sexto senador nobilitado nessa ocasião foi Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, que se tornou visconde de São Luís do Maranhão com grandeza¹²⁹².

Em 20 de junho, o senador pela Bahia Luís Antônio Pereira Franco foi feito barão de Pereira Franco com grandeza¹²⁹³. Finalmente, os dois últimos senadores agraciados por este gabinete foram Domingos José Nogueira Jaguaribe que se tornou visconde de Jaguaribe com grandeza em julho de 1888,¹²⁹⁴ e Luís Antônio Vieira da Silva, conselheiro de Estado e ministro da Marinha do gabinete vigente, que foi feito visconde de Vieira da Silva com grandeza em janeiro do ano seguinte¹²⁹⁵.

Assim, diante desses nomes, é possível concluir que o gabinete João Alfredo optou pela nobilitação de integrantes do alto escalão político, ofertando a eles títulos nobiliárquicos elevados, como forma de recompensa pela contribuição dada para a aprovação da Lei Áurea. Interessante ponderar que, tal qual praticado pelo gabinete Rio

¹²⁸⁶ Senador nomeado em 1877 pelo Rio Grande do Norte, *Archivo Nobiliarchico*, p. 125.

¹²⁸⁷ Senador nomeado em 1865 pelo Piauí, *Archivo Nobiliarchico*, p. 335-336.

¹²⁸⁸ Senador nomeado em 1879 por Minas Gerais, *Archivo Nobiliarchico*, p. 322.

¹²⁸⁹ Senador nomeado em 1873 pelo Rio de Janeiro, *Archivo Nobiliarchico*, p. 139.

¹²⁹⁰ Senador nomeado em 1882 pelo Mato Grosso, *Archivo Nobiliarchico*, p. 252.

¹²⁹¹ Senador nomeado em 1869 por Pernambuco, *Archivo Nobiliarchico*, p. 83.

¹²⁹² Senador nomeado em 1865 pelo Maranhão, *Archivo Nobiliarchico*, p. 460.

¹²⁹³ Desembargador da Relação da Corte aposentado e senador nomeado em 18 de abril de 1888 pela Bahia, *Archivo Nobiliarchico*, p. 350, Barão de Javari, *op.cit.*, p. 427; e biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=115> – acesso em 20/10/2018

¹²⁹⁴ Senador nomeado em 1870 pelo Ceará, *Archivo Nobiliarchico*, p. 233.

¹²⁹⁵ Senador nomeado em 1871 pelo Maranhão e ministro da Marinha no gabinete vigente, que ofertou o título a ele, *Archivo Nobiliarchico*, p. 535; e AN_002_000_76, p. 1170.

Branco, quando da nobilitação dos conselheiros de Estado em 1872, a oferta de títulos de nobreza em ambos os casos tinha sido concretizada após a aprovação e decisão daquilo que interessava ao ministério, ou seja, a regência de Isabel com os mesmos poderes que o pai e a abolição da escravidão.

Contudo, mesmo tendo optado pela estratégia da nobilitação daqueles que apoiaram a abolição, o gabinete João Alfredo ainda teve que enfrentar a repercussão da negativa do conservador e escravocrata Paulino José Soares de Sousa Jr.. Segundo seu biógrafo, Álvaro Paulino Soares de Sousa,

A 4 de junho de 1888, sendo agraciados vários membros do Conselho de Estado, foi-lhe oferecido o titulo de visconde do Uruguai, que outrora usara seu pai (existe uma carta do Conselheiro Costa Pereira, então ministro do Império, oferecendo-lhe, em nome do governo, o titulo, e consultando-o si elle aceitava): Paulino porem recusou, declarando que não lhe convinha alegrar-se com uma distincção nobiliarchica n'aquelle momento de apprehensões e de prejuízos para os seus amigos. Appareceu pouco depois, a 18 de junho de 1888, publicada na imprensa, a sua celebre *Carta Política*, que então fez ruído e dirigida ao seu amigo o dr. Leandro Bezerra Monteiro, residente e influencia conservadora na Parahiba do Sul¹²⁹⁶.

A referida carta foi publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, como mencionado, em 18 de junho de 1888, e, apesar de longa, é esclarecedora das incertezas vividas naquele momento político.

Exm. Amigo Sr. Dr. Leandro Bezerra Monteiro – Respondo à estimada carta, em que V.Ex., ratificando a renuncia da sua candidatura à deputação geral na eleição marcada para 5 de Julho próximo vindouro, inquire se tem fundamento a suposição, ahí feita, de tencionar eu abster-me de intervir na direção do partido conservador do Rio de Janeiro, ou pelo menos de indicar d'esta vez candidatos para o preenchimento das duas vagas existentes na representação da provincia.

Devo com a costumada franqueza dizer-lhe que não tomei por emquanto a resolução de exonerar-me da responsabilidade, que me tem imposto a confiança dos nossos co-religionarios; pelo contrario antevejo a possibilidade de ser obrigado a maior atividade politica, conforme os acontecimentos justificarem, ou não, as minhas previsões. [...].

Quanto á minha abstenção nas próximas eleições do 9º e 12º districtos, é exacta a noticia que lhe deram.

Procedendo assim, não abandono os amigos, que cada mais se identificam comigo, como V.Ex. diz na sua amigável exprobração: antes são elles que parecem, alias com as maiores demonstrações de apreço pessoal, querer politicamente deixar-me em isolamento. Dos mais importantes municípios da provincia entre os quaes esse da Parahyba do Sul, chegam-me, não já somente noticias do mais profundo descontentamento, mas da parte dos chefes locais e de homens dos mais influentes, pelos haveres, famílias e posição social, declarações formaes de recusarem d'ora avante todo concurso ao andamento das instituições, emquanto tiverem estar por symbolo a monarchia. Este movimento figura-se na provincia do Rio de Janeiro e

¹²⁹⁶ IHGB, lata 497, pasta 2 – Coleção Instituto Histórico – *Três brasileiros ilustres: Dr. José Antonio Soares de Sousa, Visconde do Uruguai e Conselheiro Paulino José Soares de Sousa*, Álvaro Paulino Soares de Sousa, 1922, p. 76.

nas zonas limitrophes mais extenso e de maior alcance do que inculca a linguagem irrefletida dos ministros no seu affectado desprezo pela classe da lavoura, que no Brazil é a mais numerosa e de maior peso no Estado, já como proprietário do solo, já como factora quase única a riqueza nacional. [...]

Considere sempre, e considero ainda hoje a monarchia constitucional representativa como a fôrma de governo que pôde assegurar a integridade do império e melhor garantir com a ordem publica os direitos constitucionais do cidadão; ainda no momento em que via, sem medidas preparatórias, sem providencias concomitantes que o attenuassem, desfechar-se o golpe da desorganização do trabalho e da espoliação de uma propriedade legal sobre a classe a que pertenço [...]

Se n'estas condições não posso congregar-me com aquelles que abandonam as fileiras dos partidos constitucionais, não me sinto por outro lado com a autoridade e força precisas para conter represálias de um ressentimento, que tenho bastante calma e sobrançeria para afugentar de mim, mas que bem compreendo, eu sei o que está se passando na lavoura, que vi com os meus próprios olhos inaugurar-se a desorganização em algumas estações agrícolas, que ainda hoje tive noticia de outras inteiramente anarchisadas, ou já abandonadas sem trabalho regular, e conheço a incerteza ou a consternação em que há um mez vivem immersas famílias distinctissimas da minha província. [...]

Não se apregoa conservador o chefe do actual gabinete, que, aventurando a realeza a todos os azares da responsabilidade, declarou ainda há três dias no senado ser do maior valor histórico para a monarchia o papel por ella brilhantemente desempenhado na decretação de uma lei, que agitou inteira uma classe extensíssima da sociedade, mas que poderia ser aplaudida sem excepção por todos n'este paiz, se se tivessem acautelado interesses inapreciáveis da fortuna pública e privada por meio de medidas adequadas, tão aproveitáveis á manutenção do trabalho actual, quanto indispensáveis e protectoras para aquelles a quem o uso desordenado da inesperada liberdade está já em parte conduzindo á ociosidade, ao vicio e á miséria?

Não foi em resposta ao mais illustre e provecto dos estadistas da nossa escola politica que outro ministro, senador pelo Rio de Janeiro, ainda há pouco eleito sob a influencia preponderante da resistência, disse hontem no senado que a proposta de indemnização aos lavradores espoliados era uma afronta aos poderes públicos, como se não fosse a estes mesmos poderes que a constituição encarregou a effectividade da garantia do direito de propriedade, e como também se estivesse nas mãos de qualquer agente do executivo tolher aos senadores do Imperio a faculdade da proposição das leis e obstar ao cidadão brasileiro o exercício do direito de petição? [...]

O pedido de indemnização não é só um direito, é dever imprescindível dos proprietários espoliados. Na solidariedade, que entre si devem ter as gerações, que se sucedem como elos de uma cadeia indefinida, qual é a nacionalidade, cabe áquella que sofre as consequências da violação de algum principio essencial da ordem social ou politica, o dever de restabelecel-o em sua verdade e pureza para não se retrogradar na pratica e realidade das garantias já firmadas no modo de viver da sociedade. Aquelles que responderam agora por uma culpa de outros herdada e da qual foi, não cúmplice, mas primitivo autor o Estado, que a autorizou, animou e mais, lhe usufruiu os proveitos, incumbe manter ileso perante o Estado o principio constitucional da inviolabilidade do direito a propriedade que, uma vez postergado, deve ser tido por aniquilado e não mais poderá ser invocado senão como graças especial de quem governa. [...]

Se os lavadores, em vez de se unirem com decisão e coragem, fizerem ainda nas localidades esse jogo estreito e ridículo, em que o látigo fornecido pela autoridade anda de uma para outras mãos, sendo cada uma por seu turno flagelado, se se deixarem levar pelas graças e postos, com que nos momentos de angustia lhes acena o governo, continuarão a ser ludibriados nos seus direitos e não lhes direi senão

que terão merecido a sorte que lhes determinarem. Não há hoje quem duvide que cada povo é governado como merece. [...]

Sempre com particular affecto de V.Ex., amigo e colega obrigado. – Paulino J.S. de Souza – Rio de Janeiro, 12 de junho de 1888¹²⁹⁷.

A carta, apesar de extensa, é sintomática das incertezas trazidas pelos acontecimentos recentes do país e das decepções provocadas, segundo Paulino Jr., por escravocratas que, da noite para o dia, apoiaram a abolição e contribuíram, na sua interpretação, para a desordem do mundo da lavoura. Paulino criticava aqueles que haviam apoiado o ministério em troca de “graças e postos”, crítica contundente aos senadores nobilitados, mas também aos vários fazendeiros que, como já mencionado, tinham alforriado seus escravos às vésperas da abolição e sido então nobilitados por seus feitos, além de outros indivíduos que exerciam cargos de nomeação do governo imperial ou próximos ao governo.

Dezenove nobilitados se encaixam nessa descrição. Dez deles era vice-presidentes de província ligados ao partido conservador¹²⁹⁸; cinco eram deputados conservadores¹²⁹⁹;

¹²⁹⁷ *Gazeta de Notícias*, 18 de junho de 1888, n. 169, p. 2. [destaque nosso]

¹²⁹⁸ Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra, vice-presidente de São, foi feito barão de Jaguará, *Archivo Nobiliarchico*, p. 231, *Correio Paulistano*, 27 de dezembro de 1881, p. 1, *Correio Paulistano*, 16 de julho de 1887, p. 1; Antônio Rodrigues de Azevedo Ferreira, vice-presidente de São Paulo, foi feito barão de Santa Eulália, *Archivo Nobiliarchico*, p. 415-416, José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 68-69; Antônio Teixeira de Sousa Magalhães, vice-presidente de Minas Gerais, tornou-se barão de Camargos, *Archivo Nobiliarchico*, p. 100, *A província de Minas*, 06 de agosto de 1887, n. 447, p. 4; Clementino José Pereira Guimarães, vice-presidente do Amazonas, foi feito barão de Manaus, *Archivo Nobiliarchico*, p. 271, *Jornal do Amazonas*, 14 de novembro de 1887, n. 1456, p.1; Inácio Joaquim de Sousa Leão, vice-presidente de Pernambuco, foi feito barão de Sousa Leão, *Archivo Nobiliarchico*, p. 487, *Jornal do Recife*, 29 de junho de 1889, p. 1, *Jornal do Recife*, 20 de junho de 1889, p. 3, *Jornal do Recife*, 21 de maio de 1889, p. 1; Joaquim Barbosa de Castro, vice-presidente de Minas Gerais, tornou-se barão de Além Paraíba, *Archivo Nobiliarchico*, p. 35, *A Província de Minas*, 10 de fevereiro de 1888, p. 1; José Caetano Correia, vice-presidente do Pará, tornou-se barão de Tapajós, *Archivo Nobiliarchico*, p. 496, *Diário de Belém*, 24 de agosto de 1888, n. 190, p. 3, *Diário de Belém*, sem data, 1889, n. 13, p. 3; Manuel Gomes Ribeiro, vice-presidente de Alagoas, foi feito barão de Traipu, *Archivo Nobiliarchico*, p. 512, *Diário de Notícias*, 21 de setembro de 1885, p. 2, e biografia disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RIBEIRO,%20Manuel%20Gomes.pdf> - 06/07/2018; Miguel Rodrigues Barcelos, vice-presidente do Rio Grande do Sul, foi feito barão de Itapitocai, *Homens ilustres*, p. 191-192, *Archivo Nobiliarchico*, p. 218; e Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, vice presidente da Paraíba, tornou-se barão de Abiaí, *Archivo Nobiliarchico*, p. 25-26, *Órgão democrata*, 11 de abril de 1889, n. 15, p. 1, *Gazeta da Parahyba*, 07 de agosto de 1888, n. 75, p. 4.

¹²⁹⁹ Francisco de Caldas Lins, barão de Araçagi, deputado por Pernambuco, contrário à Lei Áurea, foi elevado a visconde do Rio Formoso, *Archivo Nobiliarchico*, p. 397, votou contra a Lei Áurea, *A Federação*, 11 de maio de 1888, p. 1, dessa lista, foi o único deputado nobilitado que votou contra a lei; Francisco Xavier Pinto Lima, deputado por Santa Catarina, foi feito barão de Pinto Lima com grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 357, Barão de Javari, *op.cit.*, p. 396; Geraldo Ribeiro de Sousa Resende, deputado por São Paulo, foi feito barão de Iporanga, *Archivo Nobiliarchico*, p. 158, Barão de Javari, *op.cit.*, p. 396, *Correio Paulistano*, 18 de junho de 1886, p. 2; Henrique Marques de Holanda Cavalcanti, deputado por Pernambuco, foi feito barão de Suassuna, *Archivo Nobiliarchico*, p. 491, Barão de Javari, *op.cit.*, p. 392, *Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul*, 1886, p. 185; e Pedro Moniz Barreto de Aragão, deputado pela Bahia, foi feito barão de Rio das Contas, *Archivo Nobiliarchico*, p. 395, Barão de Javari, *op.cit.*, p. 393, *Gazeta de Notícias*, 16 de dezembro de 1884, p. 2.

e quatro ocupavam cargos ligados ao executivo, na condição de diretores de secretarias¹³⁰⁰.

Paulino Jr. não agiu como eles, nem foi fiador da eleição de outros conservadores, afinal o próprio gabinete conservador tinha se incumbido da tarefa da abolição, afirmando, então, que os conservadores que considerava como aliados haviam repentinamente mudado de posição para obterem vantagens pessoais. Assim, o uso dos títulos de nobreza para obtenção de apoio à abolição da escravidão foi percebido pelos contemporâneos e explicitada neste longo texto por Paulino Jr.

Paulino Jr. não só não aceitou o título de nobreza ofertado, como passou a intensificar sua oposição ao gabinete, compreendendo que, uma vez que o ministério havia extinguido a propriedade escrava, outras propriedades poderiam também ser afetadas. Tanto a recusa do título de visconde de Uruguai praticado por Paulino Jr. quanto a larga nobilitação de senadores foram merecedoras de notícias publicadas no *Jornal do Comércio*, em um intervalo de apenas dois dias. Em 07 de junho de 1888, a notícia publicada era a seguinte, “Ouvimos que ao Sr. Conselheiro Paulino de Souza foi offerecido o titulo de visconde do Uruguay, a tamanha altura elevado pelo seu finado pai. Dizem-nos que S. Ex. o recusara, declarando que doloroso lhe seria aceitar semelhante graça, quando entende que precárias e pungitivas são as circunstancias da província que representa”¹³⁰¹.

Dois dias depois, o mesmo jornal publicou outra notícia, de seguinte teor,

NOTÍCIAS VARIAS

Dizão hontem que no senado que o Sr. conselheiro Affonso Celso passará a chamar-se Visconde de Ouro Preto, e o Sr. conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo Visconde do Bom Conselho. As honras de grandeza são consideradas, com razão, natural complemento dos títulos dados a senadores do Imperio e a conselheiros de Estado.

De visconde a marquez, dizão ao Sr. Paranaguá, não há senão um passo.

Nabuco de Araújo, o douto jurisconsulto de tão saudosa memoria, não desejando aceitar o titulo de visconde com grandeza, que lhe fora insistentemente offerecido pelo ministério de 7 de Março, aceitou, todavia, a grã-cruz da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo.

¹³⁰⁰ Francisco Manuel das Chagas, diretor da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, foi feito barão de Itaipu, *Archivo Nobiliarchico*, p. 203, e AN, 002_000_76, p. 1190; Joaquim Tomás do Amaral, diretor geral da secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e barão de Cabo Frio, foi elevado a visconde com grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 88-89, AN, 002_000_76, p. 1184; João José do Rosário, diretor de contabilidade do Tesouro Nacional, foi agraciado barão do Rosário, *Archivo Nobiliarchico*, p. 406, e AN, 002_000_76, p. 1188; e José Júlio de Albuquerque Barros, diretor da secretaria de negócios da Justiça, foi feito barão de Sobral, *Archivo Nobiliarchico*, p. 481-482, *Nobiliário sul-riograndense*, p. 305, e AN_002_000_76, p. 1173.

¹³⁰¹ *Jornal do Commercio*, 07 de junho de 1888, nº 158, p. 2.

Outro eminente jurisconsulto do conselho de Estado, senador do Imperio, e não há muito representante de S. M. o Imperador em questões de arbitragem, recusou agora aquella primeira mercê: - o que não embarga que aceite a segunda. Isto dizem¹³⁰².

Diante desse cenário de crise e da necessidade de angariar apoio, o gabinete João Alfredo nobilitou indivíduos de diferentes espaços políticos, como diplomatas, membros do Judiciário, das Forças Armadas, da igreja e do Paço, além de alguns indivíduos ligados à Exposição Universal de Paris. Tal atitude pode ser interpretada como um recurso utilizado pelo gabinete para recompensar aqueles que, como diplomatas¹³⁰³ e envolvidos na Exposição de Paris¹³⁰⁴, tenham atuado para melhorar a imagem do Brasil no exterior, já que, nacionalmente, a escravidão estava abolida.

Dos integrantes das Forças Armadas, nove no total, é possível perceber que não tinham sido nobilitados por alguma atuação específica, mas sim por toda a sua trajetória biográfica, já que contavam mais de 60 anos, alguns beirando, inclusive, os 80 anos. Assim, talvez o gabinete tenha optado por nobilitar lideranças expressivas da Marinha¹³⁰⁵ e do Exército¹³⁰⁶ como forma de cooptá-las e conter, naturalmente, eventuais movimentos

¹³⁰² *Jornal do Commercio*, 09 de junho de 1888, nº 160, p. 2.

¹³⁰³ Foram quatro diplomatas nobilitados. Alfredo da Rocha Faria de Nioaque estava em Bordeaux, recepcionou o imperador em viagem em 1887 e era adido de 1ª classe, quando foi agraciado barão de Nioaque, *Diário de Pernambuco*, 28 de agosto de 1887, p. 2, *Archivo Nobiliarchico*, p. 312, *Almanak Laemmert*, 1885, p. 48, e *Diário de Pernambuco*, 30 de abril de 1889, p. 1; Antonio João de Amorim foi feito barão de Casa Forte, *Archivo Nobiliarchico*, p. 116, *Jornal do Recife*, 03 de abril de 1888, p. 1; Felipe Lopes Neto, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil em Roma, foi feito barão de Lopes Neto, *Archivo Nobiliarchico*, p. 259, AN_002_000_6, p. 1068; e Tomás Fortunato de Brito, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Paris, barão de Arinos, foi elevado a visconde com grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 61, AN_002_000_76, p. 1171.

¹³⁰⁴ Dois membros da comissão para a Exposição Universal de Paris foram nobilitados, caso de Antônio Bento Dias de Melo, feito barão de Cametá, *Archivo Nobiliarchico*, p. 101, e *O Liberal do Pará*, 23 de abril de 1889, p. 2; e Antonio Emiliano de Sousa Castro, feito barão de Anajás, *Archivo Nobiliarchico*, p. 45, *Diário de Belém*, 14 de agosto de 1888, p. 3.

¹³⁰⁵ Dois integrantes da Marinha foram nobilitados. Caso de João Ribeiro de Almeida que foi feito barão de Ribeiro de Almeida, *Archivo Nobiliarchico*, p. 385, *Diário de Notícias*, 11 de fevereiro de 1889, p. 3, e era cirurgião graduado da Esquadra, *Almanak Laemmert*, 1885, p. 332; e do almirante Joaquim Marques Lisboa, conde de Tamandaré, que foi elevado a marquês aos 80 anos de idade, *Archivo Nobiliarchico*, p. 494-568.

¹³⁰⁶ Sete integrantes do Exército foram agraciados. Antônio Enéias Gustavo Galvão foi feito barão do Rio Apa, *Archivo Nobiliarchico*, p. 387, AN_002_000_76, p. 1182, e biografia disponível em <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/biografia-ministros-desde-1808/item/4653-biografia-129> - 19/04/2017; Astrogildo Pereira da Costa foi feito barão de Aceguá, *Archivo Nobiliarchico*, p. 27, *Nobiliário sul-riograndense*, p. 23, AN_002_000_76, p. 1168; Henrique de Beaurepaire Rohan tornou-se visconde de Beaurepaire Rohan com grandeza aos 76 anos de idade, *Archivo Nobiliarchico*, p. 75, e biografia disponível em <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/234> - 17/04/2017; José de Miranda da Silva Reis tornou-se barão de Miranda Reis com grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 287, e biografia disponível em <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/253> - 17/04/2017; Manuel Antônio da Fonseca Costa, visconde da Gávea com grandeza, foi elevado a marquês aos 85 anos de idade, *Archivo Nobiliarchico*, p. 157, e biografia disponível em <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/232> - 17/04/2017; Salustiano Jerônimo dos Reis foi feito

reativos à monarquia dentro das Forças Armadas. Houve também a continuação de uma prática realizada pelo gabinete anterior de nobilitação de membros do alto escalão do Judiciário¹³⁰⁷.

Finalmente, nomes mais próximos ao monarca e à princesa regente também foram agraciados, sendo dois deles membros da Igreja¹³⁰⁸ e outros oito ligados ao Paço¹³⁰⁹. Alguns eram médicos, responsáveis pelo tratamento da saúde do imperador, enquanto outros tinham, por exemplo, viajado à Europa com d. Pedro II e sua comitiva. Sobre eles, Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo, pernambucano, jornalista atuante na campanha abolicionista, diretor de *A Nação* e depois de o *Jornal do Comércio*, escreveu a seu amigo pessoal, o barão de Rio Branco¹³¹⁰ “Toda a camarilha tem sido baronizada com grandeza,

barão de Camaquã com grandeza, *Homens ilustres*, p. 60-61, AN_002_000_76, p. 1179; e Severiano Martins da Fonseca, irmão do marechal Deodoro da Fonseca, tornou-se barão de Alagoas com grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 30, AN_002_000_76, p. 1180 e biografia disponível em <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/219> - 17/04/2017.

¹³⁰⁷ Seis membros do Judiciário foram nobilitados. Henrique Pereira de Lucena, ministro do Supremo e presidente da Câmara dos Deputados, foi feito barão de Lucena com grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 261-262, Barão de Javari, *op.cit.*, p. 264, e biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=213> - 14/02/2017; João Batista Gonçalves Campos, barão de Jari, foi elevado a visconde com grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 239, biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=336> - 17/04/2017; João Evangelista de Negreiros Saião Lobato, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, foi feito visconde de Sabará com grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 407; AN_002_000_76, p. 1069 e biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=364> - 14/02/2017; João Sertório tornou-se barão de Sertório com grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 479, *Jornal do Comércio*, 11 de setembro de 1888, n. 254, p. 4; Luís Gonzaga de Brito Guerra tornou-se barão de Açú, *Archivo Nobiliarchico*, p. 63, AN_002_000_76, p. 1159, biografia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=351> - 18/04/2017; e Manuel Vieira Tosta, filho do marquês de Muritiba, foi feito barão de Muritiba com grandeza, *Archivo Nobiliarchico*, p. 306.

¹³⁰⁸ Luís Antônio dos Santos foi feito marquês de Monte Pascoal, *Archivo Nobiliarchico*, p. 295; arcebispo da Bahia, AN, 002_000_76, p. 1078; e Pedro Maria de Lacerda tornou-se conde de Santa Fé, *Archivo Nobiliarchico*, p. 416-417.

¹³⁰⁹ Albino Rodrigues de Alvarenga, barão de São Salvador de Campos com grandeza, foi elevado a visconde com grandeza, médico da Imperial Câmara, *Archivo Nobiliarchico*, p. 41-465; Antônio Dias Coelho Neto dos Reis, visconde de Carapebus com grandeza, foi elevado a conde, casado com Francisca Jacinta Nogueira da Gama, filha do conde de Baependi, dama efetiva da Imperatriz, viajou com o imperador em 1887 e 1888, *Archivo Nobiliarchico*, p. 111 e p. 555; Benjamin Franklin Ramiz Galvão tornou-se barão de Ramiz com grandeza, tutor do filho mais velho da Isabel, *A Nação*, 15 de janeiro de 1874, p.1-2; Cláudio Velho da Mota Maia, visconde da Mota Maia com grandeza, foi elevado a conde, médico particular de Pedro II, viajou com o imperador em 1887 e 1888, *Archivo Nobiliarchico*, p. 300; Franklin Américo de Meneses Dória tornou-se barão de Loreto com grandeza, casado com Amanda Paranaguá, dama da Imperatriz e filha do marquês de Paranaguá, *Archivo Nobiliarchico*, p. 260-261; Josefina da Fonseca Costa, baronesa da Fonseca Costa, foi elevada a viscondessa com grandeza, dama ao serviço da imperatriz nomeada em 1846, *Archivo Nobiliarchico*, p. 154; Manuel Antônio da Rocha Faria, visconde de Nioaque com grandeza, foi elevado a conde, viajou com o imperador em 1887 e 1888, *Archivo Nobiliarchico*, p. 310; e Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, barão de Nogueira da Gama, foi elevado a visconde com grandeza, casado com Maria Francisca Calmon da Silva Cabral, dama honorária da Imperatriz e filha da condessa de Itapagipe, *Archivo Nobiliarchico*, p. 313.

¹³¹⁰ A biografia pode ser consultada em *Cadernos do CDHH*, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano 3, n. 5. Brasília, DF: A Fundação, 2004, p. 91.

Dória, Ramiz, Salgado e outro. Tamandaré, conde no seu último aniversário, foi marquês ao cabo de meses. Tosta, barão com grandeza; dama, a senhora; marqueses, o Muritiba e o Paranaguá; viscondessa, a Suruí, Penha, Gávea, uma avalanche de mercês [...]”¹³¹¹.

A crítica feita atingia, evidentemente, os frequentadores do Paço e aqueles mais próximos à Família Imperial. Questão retomada no jornal *Novidades*, cujo redator chefe era Alcindo Guanabara, que havia, junto à ala mais emperrada dos conservadores, fundado este jornal em janeiro de 1887¹³¹². Assim, em 11 de agosto de 1888, *Novidades* publicava a seguinte crítica às nobilitações e à aprovação da Lei Áurea

A vontade da Regencia é a única lei, a que ninguém se oppõe! Junto de Sua Alteza um corrilho de nulos assume a direção do paiz, proscree os homens sérios, desterra para longe os amigos dedicados do throno, aponta-os como inimigos das instituições e atira a coroa a todas as incertezas e a todos os perigos de um desgosto geral! As classes conservadoras, as classes que são o alicerce da monarchia a que sempre foram dedicadas, uni as que a sustentavam, sorprezas diante deste desvario inesperado, retrahem-se para advertir à coroa de que essa estrada ora trilhada, é a via dolorosa que vai terminar no logar de todas as dores e de todos os tormentos. Por toda a parte a advertência veio como a expressão da lealdade devida ao throno; de todos os pontos à coroa sentiu a corrente do descontentamento avassalando pouco a pouco as instituições. O movimento republicano explodiu como a prova mais frisante do desgosto, dominou várias províncias, corporizou-se, definiu-se. A Regente, pelo seu ministério, riu de um riso triumphante e zombou desse movimento. Veio então a faina de provar que o sentimento monarchico não estava abafado e começou o diluvio dos títulos e condecorações. [...]”¹³¹³.

Novamente, os contemporâneos se manifestavam sobre a oferta de títulos nobiliárquicos, o perfil dos nobilitados e o objetivo do governo com tal atitude. E, mais do que isso, o jornal, nascido no seio dos escravocratas, unia o fim da escravidão ao fortalecimento do movimento republicano, sem que as ideias de uma República parecessem caras a eles, mas sim por serem contrários aos desmandos da princesa regente e consequentemente da monarquia.

Além desses 80 títulos citados, outros 56 foram ofertados pelo gabinete João Alfredo Correia de Oliveira a indivíduos mais distantes dos altos círculos políticos, tal como praticado pelos gabinetes antecessores, tendo como diferença significativa a larga quantidade de títulos ofertados. Para se ter uma noção de conjunto desses 56 títulos, ofertados a fazendeiros, negociantes e capitalistas, por exemplo, apresentaremos como

¹³¹¹ *Cadernos do CDHH*, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano 3, n. 5. Brasília, DF: A Fundação, 2004, carta de 30 de junho de 1888, p. 162-165.

¹³¹² Biografia de Alcindo Guanabara disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/alcindo-guanabara/biografia> - acesso em 30/10/2018

¹³¹³ *Novidades*, 11 de agosto de 1888, n. 174, p. 1.

eles foram distribuídos por província. Assim, Alagoas¹³¹⁴, Amazonas¹³¹⁵, Espírito Santo¹³¹⁶, Pará¹³¹⁷, Paraná¹³¹⁸ e Rio Grande do Norte¹³¹⁹ tiveram um título cada; Bahia

¹³¹⁴ José Antônio de Mendonça, dono de engenho Purucaba, tornou-se barão de Mundau, *Archivo Nobiliarchico*, p. 302, e *Almanak da Província de Alagoas*, 1880, p. 272.

¹³¹⁵ João Wilkens de Matos, proprietário conservador, tornou-se barão de Maraula, *Archivo Nobiliarchico*, p. 279. Foi nobilitado na mesma data em que foi nomeado diretor da Imperial Academia de Belas Artes, *Diário do Maranhão*, 11 de junho de 1888, n. 4430, p. 2; *Jornal do Recife*, 15 de maio de 1889, n. 108, p. 2; *Diário de Notícias*, 05 de dezembro de 1886, p. 1; e *Diário de Notícias*, 18 de dezembro de 1886, p. 3.

¹³¹⁶ Joaquim Antônio de Oliveira Seabra, fazendeiro e capitalista conservador, tornou-se barão de Itapemirim, *Archivo Nobiliarchico*, p. 215; *O Cachoeirano*, 27 de maio de 1888, n. 21, p. 2; *O Constitucional*, 31 de dezembro de 1886, p. 1; e *O Constitucional*, 27 de maio de 1888, n. 6, p. 2.

¹³¹⁷ Antônio Manuel Correia de Miranda tornou-se barão de Cairari, *Archivo Nobiliarchico*, p. 94; e *O Liberal do Pará*, 14 de agosto de 1888, p. 2.

¹³¹⁸ Ildefonso Pereira Correia, negociante e industrial conservador, tornou-se barão de Serro Azul, *Archivo Nobiliarchico*, p. 477; *Comercial: Publicação Hebdomadária*, 08 de janeiro de 1887, p. 2; e *Comercial: Publicação Hebdomadária*, 11 de dezembro de 1887, p. 2.

¹³¹⁹ Felipe Neri de Carvalho e Silva tornou-se barão de Serra Branca, *Archivo Nobiliarchico*, p. 475; e *Gazeta de Natal*, 25 de agosto de 1888, p. 2.

teve dois títulos¹³²⁰; Minas Gerais, nove títulos¹³²¹; Pernambuco, sete títulos¹³²²; Rio de Janeiro, 19 títulos¹³²³; Rio Grande do Sul, quatro títulos¹³²⁴; e São Paulo, nove títulos¹³²⁵.

¹³²⁰ João José de Oliveira Leite tornou-se barão de Timbó, *Archivo Nobiliarchico*, p. 508, e *Titulares baianos*, p. 40; e Paulino de Araújo Góis, fazendeiro, tornou-se barão de São Miguel, *Archivo Nobiliarchico*, p. 462, *Gazeta da Tarde*, 01 de agosto de 1888, p. 1.

¹³²¹ Antônio Belfort Ribeiro de Arantes, negociante liberal, barão de Arantes, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 53, e *Jornal do Comércio*, 16 de janeiro de 1885, p. 3; Antônio Ferreira de Brito, fazendeiro conservador, tornou-se barão da Boa Esperança, *Archivo Nobiliarchico*, p. 81, *A Ordem*, 12 de julho de 1890, n. 58, p. 2, e *O Baependyano*, 30 de setembro de 1888, n. 515, p. 3; Belisário Augusto de Oliveira Pena, fazendeiro conservador, barão de Carandaí, foi elevado a visconde em atenção aos serviços prestados para o estabelecimento do núcleo colonial em Barbacena, *Archivo Nobiliarchico*, p. 110, *A Província de Minas*, 27 de abril de 1888, n. 524, p. 1, *Gazeta de Notícias*, 17 de abril de 1888, p. 2, e *O Pharol*, 29 de novembro de 1887, p. 1; João Alves de Gouveia, fazendeiro, foi agraciado barão de Lavras, *Archivo Nobiliarchico*, p. 255, e *Almanach Sul Mineiro*, 1884, p. 193; João Cândido de Melo e Sousa, conservador, tornou-se barão de Cambuí, *Archivo Nobiliarchico*, p. 101, e *A Província de Minas*, 05 de setembro de 1888, n. 545, p. 1; João Marciano de Faria Pereira, conservador, agraciado barão de Piauí, *Archivo Nobiliarchico*, p. 366, *A União*, 16 de maio de 1888, p. 1, e *A Província de Minas*, 07 de outubro de 1886, p. 2; Joaquim Elói Mendes, fazendeiro conservador, tornou-se barão de Varginha, *Archivo Nobiliarchico*, p. 528, *Almanach Sul Mineiro*, 1884, p. 111, e *A União*, 25 de julho de 1888, n. 191, p. 1; José Resende de Carvalho, fazendeiro conservador, tornou-se barão de Conceição da Barra, *Archivo Nobiliarchico*, p. 132-133, e *A província de Minas*, 18 de julho de 1888, n. 537, p. 2 e 22 de novembro de 1888, n. 557, p. 2; e Vicente de Paula Vieira, fazendeiro conservador, tornou-se barão de Rifaina, *Archivo Nobiliarchico*, p. 386, *A Província de Minas*, 20 de fevereiro de 1886, p. 1, e *A União*, 08 de outubro de 1887, p. 1.

¹³²² Andreilino Pereira da Silva, fazendeiro conservador, tornou-se barão de Pajeú, *Archivo Nobiliarchico*, p. 324, e *Diário de Pernambuco*, 12 de outubro de 1883, p. 1; Antônio da Rocha de Holanda Cavalcanti, fazendeiro conservador, tornou-se barão de Gindai, *Archivo Nobiliarchico*, p. 160, *A província do Espírito Santo*, 23 de fevereiro de 1886, n. 1020, p. 4, e *Diário de Pernambuco*, 17 de outubro de 1885, p. 3; Gualter Martiniano de Alencar Araripe, fazendeiro conservador, tornou-se barão de Exu, *Archivo Nobiliarchico*, p. 150, *Diário de Pernambuco*, 05 de novembro de 1885, n. 253, p. 2; e *Diário de Pernambuco*, 23 de agosto de 1889, p. 3; João José Ferreira de Aguiar, magistrado, tornou-se barão de Catuama, *Archivo Nobiliarchico*, p. 123-124, e *Anais da Câmara dos Deputados*, 1889, p. 21; José Manuel de Barros Wanderley, fazendeiro conservador, tornou-se barão de Granito, *Archivo Nobiliarchico*, p. 164, *Pacotilha*, 05 de agosto de 1889, n. 184, p. 3; *Jornal do Recife*, 18 de janeiro de 1888, p. 1, e *Diário de Pernambuco*, 25 de março de 1888, p. 1; Manuel Gomes da Cunha Pedrosa, político conservador, tornou-se barão de Bonito, *Archivo Nobiliarchico*, p. 87, e https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14335/1/JA_CR_000.221.pdf - acesso em 09/07/2018; e Pedro Miliano da Silveira Lessa, fazendeiro, tornou-se barão de Gravata, *Archivo Nobiliarchico*, p. 164, *Diário de Pernambuco*, 22 de junho de 1883, p. 3, e *Jornal do Comércio*, 03 de dezembro de 1885, p. 1.

¹³²³ Ana Gregório de Miranda Pinto, fazendeira, foi feita baronesa de São Vicente de Paula, *Archivo Nobiliarchico*, p. 469, e *A Época*, 12 de abril de 1888, p. 1; Bernardina Alves Barbosa, fazendeira, baronesa de Santa Justa, foi elevada a viscondessa, *Archivo Nobiliarchico*, p. 420, e *Gazeta de Notícias*, 27 de outubro de 1885, p. 4; Carlos Américo de Sampaio Viana, inspetor da alfândega, foi feito barão de Sampaio Viana, *Archivo Nobiliarchico*, p. 409-410, e AN, 002_000_76, p. 1189; Francisco José Pacheco, barão de São Francisco em Portugal, foi agraciado com o título de visconde de São Francisco, *Archivo Nobiliarchico*, p. 442; Henrique Hermeto Carneiro Leão, fazendeiro liberal, foi agraciado barão do Paraná, *Archivo Nobiliarchico*, p. 333, e *Gazeta de Notícias*, 21 de junho de 1880, p. 1; João Batista Viana Drummond, diretor gerente da Companhia de Vila Isabel, foi feito barão de Drummond, *Archivo Nobiliarchico*, p. 144, e *Gazeta da Tarde*, 18 de agosto de 1888, p. 3; Joaquim de Matos Vieira, comissário de café, foi agraciado barão de Matos Vieira, *Archivo Nobiliarchico*, p. 280, e *O Paiz*, 10 de abril de 1886, p. 2; José Antônio de Moraes, fazendeiro conservador, barão de Imbé, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 187, *Diário de Notícias*, 19 de junho de 1888, p. 2, *Diário de Notícias*, 15 de julho de 1888, p. 2, e AN, 002_000_76, p. 1127; José Caetano Carneiro da Silva, fazendeiro conservador, barão de Quissamã, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 377-378; José Feliciano de Moraes Costa, fazendeiro, barão de Benevente, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 80, e *Almanak Laemmert*, 1875, p. 269; José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, negociante, visconde de Tocantins com grandeza, foi elevado a conde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 510, e *O Paiz*, 04 de junho de 1885, p. 3; Leocádio Gomes Franklin, fazendeiro conservador, foi agraciado barão do Val Formoso, *Archivo Nobiliarchico*, p. 523, e *Gazeta de*

Diante desses números, é notório o número de títulos ofertados à província do Rio de Janeiro. Tal número se torna ainda mais expressivo, se somarmos os oito títulos ofertados a essa província em razão da alforria dos escravos praticada por fazendeiros da província, totalizando assim, 27 títulos concedidos a fluminenses, dos quais dez eram conservadores¹³²⁶, dois eram liberais¹³²⁷, quatro exerciam cargos que garantiram sua titulação¹³²⁸, onze não tiveram suas identificações partidárias localizadas, dos quais três

Notícias, 11 de janeiro de 1888, p. 1; Lourenço Maria de Almeida Batista, médico conservador, foi agraciado barão de Miracema, *Archivo Nobiliarchico*, p. 287, *Diário de Notícias*, 22 de setembro de 1889, n. 1560, p. 2, e <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BATISTA,%20Almeida.pdf> - 06/07/2018; Luís Vidal Leite Ribeiro, capitalista, foi agraciado barão de Vidal, *Archivo Nobiliarchico*, p. 534, e *Jornal do Comércio*, 20 de fevereiro de 1889, p. 3; Manuel Carneiro da Silva, fazendeiro conservador, barão de Ururá, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 522; Manuel Dias da Cruz, comerciante, foi agraciado barão de Saúde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 472, e *Diário de Notícias*, 05 de abril de 1888, 1029, p. 3; Manuel Miguel Martins, proprietário e capitalista, tornou-se barão de Itacuruçá, *Archivo Nobiliarchico*, p. 201, *Gazeta de Notícias*, 18 de setembro de 1886, p. 1, e *Almanack Laemmert*, 1880, p. 732; Militão Máximo de Sousa, negociante, barão de Andaraí, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 45, Jonas Moreira Vargas, *Entre a paróquia e a corte, op.cit.*, p. 105-106, *Almanak Laemmert*, 1873, p. 550, e *Almanak Laemmert*, 1874, p. 234; e Militão Máximo de Sousa, capitalista, foi agraciado barão de Andaraí, *Archivo Nobiliarchico*, p. 46, e *Gazeta de Notícias*, 24 de junho de 1882, p. 3.

¹³²⁴ Antônio Cândido de Melo, conservador, foi agraciado barão de Toropi, *Archivo Nobiliarchico*, p. 510, *Nobiliário sul-riograndense*, p. 333, e *A República*, 10 de agosto de 1889, n. 30, p. 1; Boaventura José Gomes, fazendeiro, foi feito barão de Itaquatiá, *Archivo Nobiliarchico*, p. 220, e *A Federação*, 21 de maio de 1888, p. 2; Eufrásio Lopes de Araújo, negociante e barão de São José do Norte, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 456, e *Jornal do Recife*, 19 de junho de 1883, p. 1; e Joaquim José de Assunção, fazendeiro e negociante, tornou-se barão de Jarau, *Archivo Nobiliarchico*, p. 239, e *Gazeta de Notícias*, 12 de janeiro de 1881, p. 1.

¹³²⁵ Francisco Alves Cardoso, fazendeiro conservador, tornou-se barão de Itapema, *Archivo Nobiliarchico*, p. 215, e *Correio Paulistano*, 04 de setembro de 1883, p. 3; Francisco da Cunha Bueno, fazendeiro conservador, barão da Cunha Bueno, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 140-141, e *Correio Paulistano*, 18 de setembro de 1883, p. 1; Francisco de Assis Vale, capitalista conservador, tornou-se barão de Juqueri, *Archivo Nobiliarchico*, p. 241-242, *Correio Paulistano*, 18 de abril de 1888, p. 2, e *Almanach da Provincia de São Paulo*, 1888, p. 348; João Ataliba Nogueira, fazendeiro, foi agraciado barão de Ataliba Nogueira, *Archivo Nobiliarchico*, p. 64, *Correio Paulistano*, 20 de março de 1888, p. 3, e *Correio Paulistano*, 19 de novembro de 1887, p. 2; José Caetano de Lima, fazendeiro conservador, foi feito barão de Mogi-Guaçu, *Archivo Nobiliarchico*, p. 289, *Correio Paulistano*, 02 de agosto de 1881, p. 2, e *Correio Paulistano*, 06 de setembro de 1885, p. 2; José Félix Monteiro, negociante liberal, barão de Mossoró, foi elevado a visconde, *Archivo Nobiliarchico*, p. 299, José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 122-123, e *Correio Paulistano*, 13 de agosto de 1878, p. 3; José Garcia Duarte, fazendeiro conservador, tornou-se barão de Franca, *Archivo Nobiliarchico*, p. 155, e *Correio Paulistano*, 15 de junho de 1881, p. 2; Luciano José de Almeida Valim, fazendeiro conservador, foi feito barão de Almeida Valim, *Archivo Nobiliarchico*, p. 40, e José Luiz Pasin, *Os Barões do café, op.cit.*, p. 31-32; e Luís de Sousa Leite, fazendeiro conservador, foi agraciado barão de Socorro, *Archivo Nobiliarchico*, p. 482, *Correio Paulistano*, 22 de janeiro de 1881, p. 2, e *Correio Paulistano*, 25 de junho de 1882, p. 2.

¹³²⁶ Antônio Clemente Pinto, Bento Carneiro da Silva, Jerônimo Roberto de Mesquita, José Jerônimo de Mesquita, Leocádio Gomes Franklin, Lourenço Maria de Almeida Batista, Luís Otávio de Oliveira Roxo, José Antônio de Moraes, José Caetano Carneiro da Silva e Manuel Carneiro da Silva.

¹³²⁷ Bernardo Clemente Pinto Sobrinho e Henrique Hermeto Carneiro Leão.

¹³²⁸ Carlos Américo de Sampaio Viana, Francisco José Pacheco, João Batista Viana Drummond e José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho.

eram fazendeiros¹³²⁹ e oito eram capitalistas e negociantes, característica que, como se verá, se manteve no gabinete subsequente¹³³⁰.

O alto número de paulistas também merece destaque. Dos nove titulados, sete eram conservadores, o que indica a existência de questão semelhante à dos fluminenses, isto é, João Alfredo se preocupou em agraciar conservadores, como ele e como Paulino Jr., com o propósito de angariar apoio político para seu gabinete, a despeito da grave cisão que afetava o partido.

Isso, contudo, não ocorreu com as demais províncias citadas, como Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Maranhão, com um titulado cada. O total de títulos recebido pelo Rio de Janeiro só é inferior ao total de nobilitados que exerciam cargos como o de senadores, deputados, vice-presidentes, diplomatas, entre outros, que totalizaram 68 títulos.

O número de figuras mais diretamente ligadas à política é totalmente discrepante se comparado aos gabinetes anteriores, desde a ascensão de Sinimbu em 05 de janeiro de 1878, quando a larga maioria dos títulos ofertados era dedicada a indivíduos mais distantes dos círculos políticos.

Assim, frente ao cenário de crise enfrentado por João Alfredo Correia de Oliveira, desde que assumiu o ministério em 10 de março de 1888, a começar pela urgência na aprovação da abolição da escravidão e pela cisão provocada no partido conservador, além da ausência do imperador, da regência da princesa Isabel e das perspectivas de um futuro terceiro reinado cada vez mais próximo, é possível afirmar que os títulos de nobreza foram usados por João Alfredo para angariar apoio político ao seu ministério, nobilitando tanto indivíduos ligados ao alto escalão da política, quanto a figuras mais locais (especialmente do Rio de Janeiro), profundamente afetadas pela abolição da escravidão e descontentes com os rumos do partido.

Além de ofertar uma quantidade significativa de títulos nobiliárquicos, sem precedentes no Segundo Reinado, o gabinete João Alfredo também se valeu de um recurso pouco usado nos anos anteriores, isto é, a oferta de muitos títulos elevados, como o de conde e marquês, além de títulos acrescidos de grandeza, como barões e viscondes com grandeza, somando total de 47 títulos, o que corresponde a 34,3% do total de

¹³²⁹ Ana Gregório de Miranda Pinto e Bernardina Alves Barbosa.

¹³³⁰ Joaquim de Matos Vieira, José Antônio Moreira Filho, José Francisco Bernardes, Luís Vidal Leite Ribeiro, Manuel Dias da Cruz, Manuel Miguel Martins, Militão Máximo de Sousa e Militão Máximo de Sousa (filho).

nobilitações praticadas pelo ministério. Evidente que, como demonstrado, tais títulos foram concedidos a indivíduos de maior visibilidade, mas, ainda assim, é um dado interessante, afinal, os nove anos do Primeiro Reinado conheceram a oferta de 27 títulos de marquês, enquanto os 49 anos de Segundo Reinado conheceram tão somente 20¹³³¹, dos quais cinco foram concedidos por João Alfredo em um intervalo de apenas um mês (dos 15 meses em que permaneceu à frente do gabinete), já que quatro foram ofertados em 16 de maio de 1888 e um, em 13 de junho de 1888.

Contudo, apesar de ter utilizado fartamente os títulos de nobreza a seu favor, João Alfredo Correia de Oliveira não conseguiu minimizar a ação da oposição ao seu governo e da atuação da dissidência conservadora, liderada por Paulino José Soares de Sousa Jr. De acordo com Filipe Nicoletti Ribeiro, em janeiro de 1889, o gabinete sofreu com a saída do senador Vieira da Silva e do deputado Costa Pereira das pastas da Marinha e do Império, respectivamente. Ferreira Viana assumiu a pasta do Império, deixando a da Justiça para um aliado de João Alfredo, o inexperiente deputado pernambucano Francisco de Assis Rosa e Silva. A Marinha foi ocupada pelo deputado baiano barão de Guaí com grandeza. Tais mudanças no gabinete podem ser interpretadas como uma tentativa de João Alfredo de arregimentar mais apoio dos deputados das províncias do Norte, já que, nitidamente, priorizava a nomeação de deputados dessas províncias para cargos de ministro¹³³².

Em fevereiro de 1889, João Alfredo teve que enfrentar um outro abalo, provocado pela recusa de Antonio Prado, conservador que havia apoiado abolição, em aceitar o título de visconde de São Paulo. Em discurso realizado a 25 de fevereiro de 1889, respondendo à saudação do amigo e correligionário Almeida Nogueira alegou que:

Bem sabeis que nunca me seduziram os oropéis da realeza. Quisera mesmo que o Brasil pudesse ostentar a sua influência, o seu prestígio, a sua grandeza, enfim, no congresso das nações civilizadas sob o regime da mais pura democracia. Entretanto, é minha convicção profunda que somente a monarquia pode na atualidade manter a integridade da nação brasileira, que é a garantia mais segura da integridade da pátria¹³³³.

Para piorar a situação, em maio, Paulino Jr., ferrenho opositor ao gabinete, foi eleito presidente do Senado, sendo seu vice o liberal pernambucano Luiz Felipe de Sousa

¹³³¹ Incluindo aqui o título de marquês de Caxias ofertado a Luís Alves de Lima e Silva, que teve o seu marquesado elevado a duque de Caxias.

¹³³² Filipe Nicoletti Ribeiro, *Ruptura institucional e realinhamento político no Brasil*, op.cit., p. 90.

¹³³³ Manuel Correia de Andrade, *João Alfredo Correia de Oliveira: o estadista da Abolição*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, p. 223.

Leão, o principal rival de João Alfredo em sua província natal. O gabinete não teve mais sorte na Câmara dos Deputados, onde também enfrentou oposição dos dissidentes e dos opositores, dependendo de negociações, inclusive, para fazer quórum. Diante desse cenário, o presidente do gabinete pediu ao imperador a dissolução da Câmara dos Deputados e a convocação de novas eleições. Como de praxe, d. Pedro II ouviu o Conselho de Estado, que não aprovou a dissolução da Câmara, pois, na interpretação dos conselheiros, a inviabilidade do ministério se manteria¹³³⁴.

Na Câmara dos Deputados, em sessão de 15 de maio de 1889, houve o seguinte debate, iniciado pelo deputado conservador pelo Maranhão, Augusto Olímpio Gomes de Castro, que afirmou

Essa derrama de títulos e condecorações, que tem servido mais para o mercantilismo do que para recompensa de serviços prestados ao Estado.

[Ao que foi respondido pelo deputado conservador por São Paulo Duarte de Azevedo] Mercantilismo – não apoiado.

[Em seguida, Joaquim Nabuco, deputado liberal por Pernambuco, retrucou] Quando estes títulos eram comprados por escravos, ninguém protestava.

[Gomes de Castro falou] Mas que triste defesa esta! O nobre deputado conhece o dito espírituoso do imperador Vespasiano, quando o filho censurava um certo imposto, que o respeito que deve ao público não permite explicar. O imperador tirou da algibeira uma moeda e, colocando-a no nariz do filho, disse: não tem o cheiro do objeto do imposto; e por isso é tão bom como os outros. Se este dinheiro com que se compravam os títulos, era o produto do suor do escravo, este dinheiro ainda é o mesmo, e por mais sagrada que seja a fonte de riqueza para a satisfação dessas vaidades, nem por isso fica justificado o governo¹³³⁵.

Novamente, a larga e generosa oferta de títulos de nobreza era comparada a uma compra de títulos, interpretada mais como “mercantilismo” do que como “recompensa por serviços prestados”. A situação criticada, como se verá, tenderia ainda a se agravar.

Nas palavras de Filipe Nicoletti Ribeiro, “paradoxalmente, não obstante o esforço que fizeram para legitimar o cerco ao gabinete, Rui Barbosa e Paulino de Sousa estariam entre os maiores perdedores da transição política que então se realizou”¹³³⁶. O novo presidente do gabinete, após várias tentativas de nomes, para desespero dos conservadores, foi um liberal, Afonso Celso de Assis Figueiredo, o já visconde Ouro Preto com grandeza. Sua vida, contudo, não seria fácil.

¹³³⁴ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Ruptura institucional e realinhamento político no Brasil*, op.cit., p. 100 – 105.

¹³³⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 15 de maio de 1889, p. 163, e Barão de Javari, op.cit., p. 391 – 397.

¹³³⁶ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Ruptura institucional e realinhamento político no Brasil*, op.cit., p. 105.

4.2. A volta dos liberais e o fim do império

O visconde de Ouro Preto com grandeza assumiu a presidência do gabinete em 07 de junho de 1889, com a pressão de dar andamento às reformas propostas pelos liberais, que haviam se reunido no Congresso do Partido Liberal, pouco antes da ascensão do gabinete, com a participação de quase 70 indivíduos¹³³⁷. Tais reformas contemplavam, entre outras, a ampliação do direito de voto, maior autonomia das províncias, incentivo à imigração, nova legislação sobre a aquisição de terras, o fim da vitaliciedade do Senado e a eleição para presidente de província. Era evidente que tais reformas, se aprovadas, alterariam profundamente as estruturas de funcionamento da monarquia brasileira, isso, pouco depois de aprovada a abolição da escravidão¹³³⁸.

O periódico *A Tribuna Liberal* lançou em dezembro de 1888 algumas propostas que seriam debatidas no Congresso Liberal.

Na ordem política cabe a prioridade ao alargamento do voto. A massa geral dos cidadãos tem o direito de intervir no governo do Estado, que presentemente corre à sua revelia; é mister conferir o sufrágio eleitoral a todos os brasileiros que saibam ler e escrever. Esta é a base imprescindível de quaisquer outros propósitos. Sobre tais alicerces firmar-se-á segura e inabalável a reorganização dos municípios e das províncias, plenamente livres na respectiva esfera de ação, só limitada no que possa afrouxar os elos da comunhão. Essencial condição é de tão importante *desideratum* que a designação dos que exerçam, nas províncias, as atribuições executivas recaiam sobre os que elas próprias indicaram como os mais dignos e capazes de tão alta investidura¹³³⁹.

A ampliação do direito de voto – em um país em que não mais havia escravos e nem libertos (afinal desde o 13 de maio todos eram livres) – era apenas uma das medidas de cunho reformista do programa liberal, que foi apresentado como pauta do governo Ouro Preto. Ao apresentar seu programa à Câmara dos Deputados, Ouro Preto escancarou quais medidas pretendia levar adiante, tais como

Alargamento do direito de voto, mantido o alistamento vigente, e considerando-se como prova de renda legal o fato do cidadão saber ler e escrever, com as únicas restrições do exercício de uma profissão lícita e do gozo dos direitos civis e políticos. Ampliação dos distritos eleitorais. [...]
Plena autonomia dos municípios e províncias. A base dessa reforma é a eleição dos administradores municipais e a nomeação dos presidentes e vice-presidentes de província, recaindo sobre lista organizada pelo voto dos cidadãos alistados. [...]

¹³³⁷ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Ruptura institucional e realinhamento político no Brasil*, op.cit., p. 105.

¹³³⁸ Filipe Nicoletti Ribeiro, *Ruptura institucional e realinhamento político no Brasil*, op.cit., p. 108.

¹³³⁹ *Tribuna Liberal*, 01/12/1888, p. 1, apud Filipe Nicoletti Ribeiro, “Monarquia federativa e democrática: o congresso liberal de 1889 e os sentidos do reformismo nos momentos finais do império”, *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. ISSN: 2525-5649 – n°. 34.1 (2016).

Efetividade das concedidas [sic] já concedidas por lei ao direito de reunião. Liberdade de culto e seus consectários, medidas aconselhadas pela necessidade de facilitar a assimilação, na família brasileira, dos elementos estranhos provenientes da imigração, que convém fomentar na maior escala.

Temporariedade do Senado. [...] Reforma do Conselho de Estado, para constitui-lo meramente administrativo, tirando-se-lhe todo o caráter político; Liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento; Máxima redução possível dos direitos de exportação; Lei de terras que facilite a sua aquisição, respeitando o direito do proprietário; Redução de fretes e desenvolvimento dos meios de rápida comunicação, de acordo com um plano previamente assentado; Finalmente, animar e promover a criação de estabelecimentos de crédito, que proporcionem ao comércio, às indústrias e especialmente à lavoura os recursos pecuniários de que carecem¹³⁴⁰.

Mas, algumas figuras pretendiam ir ainda mais longe. De acordo com Maria Alice Rezende, André Rebouças, por exemplo, teve uma forte atuação na abolição da escravidão, mas entendia que esta medida seria apenas o primeiro passo para a liberdade da população, pretendendo implantar medidas que favorecessem o acesso à terra, colocando fim ao monopólio fundiário existente no Império do Brasil. Por ser uma figura muito próxima ao imperador, este tema era presença constante em seus encontros com o monarca. Para Rebouças, essa discussão era vista como elemento central para a emancipação social¹³⁴¹.

Não é difícil de compreender o desespero dos conservadores frente a essas propostas liberais, que alteravam profundamente as estruturas de funcionamento da monarquia conhecidas até então. Não se propunha alterar apenas uma característica, mas sim transformar a monarquia de modo que ela incluísse mais os cidadãos e tivesse algumas de suas instituições tradicionais, como o Senado vitalício e o Conselho de Estado, alteradas, atendendo, de fato, a demandas há muito defendidas pelos liberais. Ao que tudo indicava, o temor conservador de que a abolição da escravidão tivesse sido o primeiro passo para transformações profundas na ordem monárquica e na questão da propriedade parecia se concretizar.

Talvez por isso, Paulino José Soares de Sousa redigiu uma longa carta, apresentando seus temores em relação a esse novo cenário. Era preciso resistir ao que estava acontecendo e frear essas transformações. Em suas palavras,

[...] Acautelando a desorganização iminente, o partido conservador procurou na defesa do direito à indenização o meio de manter nas classes laboriosas a esperança de verem atendidos importantes interesses acintosamente postergados, ao passo que o partido liberal tentava levantar sympathias nas províncias com a promessa de

¹³⁴⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, 11 de junho de 1889, p. 139-154, *apud* Filipe Nicoletti Ribeiro, “Monarquia federativa e democrática: o congresso liberal de 1889 e os sentidos do reformismo nos momentos finais do império”, *op.cit.*

¹³⁴¹ Maria Alice Rezende de Carvalho, *O quinto século*, *op.cit.*, p. 220 – 228.

franquezas e concessões políticas mais ou menos atentatórias da autoridade constitucional do poder central. A coincidência da apresentação positiva deste plano com a recente mudança de situação política e consecutiva inversão das posições officiaes, repentinamente transferidas em todo o império de um para o outro partido, trouxe logo grande proselytismo ás ideias de federação, mais ou menos caracterizada, em cujo triumpho viram as províncias o meio de se resguardarem das perturbações determinadas pelas reacções partidárias subitamente originadas do acto inesperado de uma única vontade.

A electividade dos presidentes de província e outras ideias suscitadas no congresso liberal acharam adesões explicáveis nos próprios adversários do partido que com elles acabava de alcançar a confiança da coroa.

Não se formula no meu espírito o modo pratico de cooperação eficiente do presidente de província electivo, quer o do programa do actual gabinete, quer o da dissidência liberal, com um poder geral, que tem por chefe o monarca hereditário.

Não posso comprehender o regimen imperial, na sua concepção constitucional, sem a attribuição do art. 165 da constituição.

Vencida, porem, com a impugnação minha, a ideia hoje tão preconizada da electividade dos presidentes de província, ou pura e simples como quer logica e francamente o voto separado do congresso liberal, ou com o temperamento illusorio do plano ministerial, será ainda na definição das attribuições, competência e autoridade dos novos presidentes e na reforma consequente das outras leis orgánicas que o partido conservador poderá pesar para preservar-se a unidade nacional e firmarem-se na nova ordem politica e administrativa os lineamentos de uma organização conveniente.

O gabinete 7 de Junho foi ao encontro do movimento radical, julgando poder apazigual-o e satisfazel-o com a cessão das mais seguras linhas de tricheiras e parecendo-lhe ser já o caso de concentrar a resistência no ultimo reduucto, a instituição monarchica, pelos defensores, desguarnecido das suas melhores fortificações.

Não creio que possa o governo prosseguir na nova câmara com semelhante plano; será arrastado ou terá de recuar, se é que o postulado não foi concessão simulada para dar tempo ao tempo até se esgotarem os recursos da inercia.

Quer n'uma, quer n'outra hypothese, a posição do gabinete será difficilima, a menos que lhe caiba a ventura, pouco invejável, de apoiar-se em uma maioria amorfa e apta para todos os feittos, prompta a dizer não quando a tenham encarregado de dizer sim, como aconteceu à ultima legislatura que votou a abolição immediata e sem clausulas, tendo sido eleita para manter na resistência o ministério 20 de Agosto. Pode acontecer que seja ainda pior, por não toleral-o a vivacidade da opinião liberal. Em todo o caso, salvo o de desvanecer-se por inesperadas derivações a agitação do espirito publico, a questão está estabelecida: foi enterreirada em opposição pelo partido ora dominante, tendo à sua frente um chefe com o valor intellectual e politico do actual presidente do conselho; pareceu de tal importância no momento ao chefe de Estado que determinou a mudança repentina da situação politica e o apelo formal á nação para pronunciar-se sobre a nova phase em que tinham entrado os negócios públicos.

A solução tem, pois, de ser dada por alguma forma ou ter se há verificado que o governo do Brazil está fora das condições do regimen representativo.

No estado actual dos espíritos, qual se me figura, a resistência formal do partido conservador poderá dar o effeito desastroso de inutilizar desde logo valiosíssima força politica, capaz de conseguir muito se não for logo arredada da arena como corpo inerte, repelida e posta fora de combate.

Assim, pois, capacitado de ter passado o ensejo de resistir adequadamente ás invasões do principio inovador, estou por minha parte resolvido a não exluil-o preliminarmente e de plano, mas a acompanhá-lo atentamente e a tomar parte no movimento para contribuir quanto em mim couber, para a sua regularização

constitucional e manter sempre vivaz a ideia conservadora, na esperança de vel-a, poderosamente, secundada, como há de ser, pelo bom senso da nação, dominando em breve os acontecimentos.

Para conseguil-o, não pouparei esforços, nem recuarei ante sacrifícios. Na dedicação e tenacidade com que tenho propugnado sempre a nossa causa política, ofereço aos meus amigos e co-religionários a segurança da prudência e energia com que espero em Deus ainda saber haver-me no meio das dificuldades que nos cercam, assim como somente na sua confiança e fidelidade poderei achar os elementos da vitória. [...]

Rio de Janeiro, 08 de Julho de 1889. Paulino J.S. de Souza¹³⁴².

Coube também ao gabinete Ouro Preto a organização das eleições para a Câmara dos Deputados que assumiria em 1890, e, para que tais reformas fossem colocadas em votação e aprovadas, era preciso que os eleitos fossem predominantemente ligados aos liberais. Para tanto, o presidente do conselho de ministros utilizou, de modo sem precedentes, ao menos no Segundo Reinado, da concessão de títulos de nobreza a seus aliados. O visconde não podia imaginar que seria o presidente do último gabinete da monarquia, tampouco que os 98 títulos de nobreza concedidos nos pouco mais de cinco meses em que esteve à frente do poder seriam os últimos títulos nobiliárquicos ofertados em terras brasileiras.

Tais números representam uma média de 19,6 títulos de nobreza por mês, números elevadíssimos, ainda mais se considerarmos a parcimônia com que os títulos tinham sido utilizados desde a Maioridade de d. Pedro II, em 1840, até ao menos 1888, quando da ascensão do gabinete João Alfredo (mas que, ainda assim, ofertara 9,13 títulos por mês). Assim, apesar de não ser possível conjecturar o que teria acontecido com o gabinete, com as reformas em pauta e com os títulos de nobreza, caso o golpe republicano de 15 de novembro de 1889 não tivesse ocorrido, fato é que Ouro Preto priorizou a nobilitação de indivíduos nos meses de julho e agosto de 1889 como forma de angariar apoio para a eleição que ocorreu em 31 de agosto de 1889.

Assim, dos 98 títulos ofertados, 69 o foram até 31 de agosto de 1889, enquanto os outros 29 títulos foram concedidos entre setembro e 13 de novembro de 1889, data do decreto do último título concedido. Além desses números muito elevados e sintomáticos do novo cenário político do Império do Brasil, chama a atenção a gigantesca nobilitação de indivíduos ligados à província do presidente do gabinete, Minas Gerais, que recebeu 32 títulos de nobreza¹³⁴³. Em seguida, aparecem São Paulo com 12 títulos; Rio de Janeiro

¹³⁴² *A Época: Órgão do partido conservador (PE)*, 08 de agosto de 1889, n. 1, p. 3.

¹³⁴³ De todos esses títulos ofertados, apenas Antônio Teixeira de Carvalho, após o decreto concessório ter sido publicado, disse, dias depois, que não aceitava o título de barão de Rio Pomba. “Notícia o Mineiro que Sr. Coronel Antonio Teixeira de Carvalho, importante capitalista de Barbacena, não aceita o titulo de barão

com 11 títulos cada; Bahia com seis títulos; Pernambuco com cinco títulos; Alagoas e Espírito Santo com quatro títulos cada; Amazonas, Piauí e Rio Grande do Sul com um cada, além de 21 títulos ofertados para homens que exerciam cargos no Senado, no Paço, na presidência e vice-presidência de província, nas Forças Armadas, entre outros, que não foram contabilizados nas províncias citadas em razão da ocupação de tais cargos.

Quanto às 21 figuras que ocupavam algum tipo de cargo de relevo, dois eram presidentes de província. Caso de Manuel Francisco Machado, liberal e presidente do Amazonas, foi feito barão de Solimões¹³⁴⁴; e João Batista dos Santos, liberal e presidente de Minas Gerais, já barão de Ibituruna com grandeza, foi elevado a visconde com grandeza¹³⁴⁵. Outros dois eram vice-presidentes da província do Piauí e também liberais, caso de Mariano Gil Castelo Branco, feito barão de Castelo Branco¹³⁴⁶; e João da Cruz e Santos, feito barão de Uruçui¹³⁴⁷.

Cinco eram figuras ligadas ao Exército, Inocêncio Veloso Pederneiras foi feito barão de Bujuru¹³⁴⁸; Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero foi agraciado barão de Forte de Coimbra¹³⁴⁹; Luís José Pereira de Carvalho tornou-se barão de São Sepé com grandeza¹³⁵⁰; Manuel de Almeida Gama Lobo de Eça recebeu honras de grandeza em seu título de barão de Batovi¹³⁵¹; e Antônio Maria Coelho tornou-se barão de Amambaí¹³⁵². Da Marinha, apenas Luís Maria Piquet foi feito barão de Santa Marta¹³⁵³. Embora não seja possível precisar as razões que justificaram as nobilitações do Exército, pode-se ponderar que talvez tenha sido uma estratégia para garantir o apoio do alto oficialato ao

do Rio Pomba com que acaba de ser agraciado pelo governo imperial”, *Diário de Minas*, 13 de agosto de 1889, n. 405, p. 1; *Liberal Mineiro*, 10 de novembro de 1886, p. 2; e *Archivo Nobiliarchico*, p. 401.

¹³⁴⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 483. Membro do Partido Liberal, assumiu a presidência do Amazonas em 01 de setembro de 1889, dados biográficos disponíveis em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO,%20Manuel%20Francisco.pdf> - 02/07/2018

¹³⁴⁵ *Archivo Nobiliarchico*, p. 182; e *A Província de Minas*, 14 de abril de 1887, p. 1. Tomou posse como presidente de Minas Gerais em junho de 1889, *A Província de Minas*, 28 de junho de 1889, p. 3; e *A Província de Minas*, 23 de julho de 1889, p. 2.

¹³⁴⁶ *Archivo Nobiliarchico*, p. 117; nomeado 6º vice-presidente do Piauí, *Jornal do Povo*, 13 de julho de 1889, p. 2; e *A Phalange*, 29 de maio de 1889, p. 4.

¹³⁴⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 522; *A Phalange*, 26 de junho de 1889, p. 4; chefe do partido liberal (juntamente com o marquês de Paranaguá), *A Reforma*, 18 de outubro de 1888, p. 4; e nomeado 5º vice-presidente do Piauí, *Jornal do Povo*, 13 de julho de 1889, p. 2.

¹³⁴⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 83; e AN_002_000_76, p. 1195.

¹³⁴⁹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 154-155; e AN_002_000_76, p. 1196.

¹³⁵⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 472; e AN_002_000_76, p. 1212.

¹³⁵¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 75; e AN_002_000_76, p. 1256.

¹³⁵² *Archivo Nobiliarchico*, p. 47; e AN_002_000_76, p. 1258.

¹³⁵³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 424; AN_002_000_76, p. 1249; e *Jornal do Recife*, 29 de agosto de 1889, p. 1.

gabinete ministerial, isto é, uma forma de contenção, inclusive, dos movimentos de descontentamento que já surgiam nos quartéis.

Três eram senadores, sendo Alfredo de Escragnolle Taunay, nomeado por Santa Catarina, feito visconde de Taunay com grandeza¹³⁵⁴; e os outros dois liberais nomeados por Minas Gerais, José Rodrigues de Lima Duarte, feito barão de Lima Duarte com grandeza¹³⁵⁵; e Inácio Antônio de Assis Martins, visconde de Assis Martins com grandeza¹³⁵⁶.

Dois eram figuras ligadas ao Paço, Vicente Cândido Figueira de Saboia, médico, barão de Saboia com grandeza, teve seu título elevado para visconde com grandeza¹³⁵⁷; e Manuel Afonso de Freitas Amorim, barão de Santa Vitória, foi elevado a visconde, talvez por ter manifestado sua intenção de doar terras e rendas a fundos para beneficiar ex-escravos¹³⁵⁸. Do Judiciário, Manuel de Jesus Valdetaro recebeu honras de grandeza em seu título de visconde de Valdetaro¹³⁵⁹; e Firmo José de Matos foi feito barão de Casalvasco¹³⁶⁰. Como diplomata, José Carlos de Almeida Areias, barão de Ourém, teve seu título elevado para visconde¹³⁶¹. Finalmente, como diretor da secretaria da Câmara dos Deputados, Jorge João Dodsworth foi feito barão de Javari¹³⁶²; como presidente da Companhia de Navegação a vapor, João Antônio Mendes Tota foi feito barão de Mendes Tota¹³⁶³; e como presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, José Mendes de Oliveira Castro foi feito barão de Oliveira Castro¹³⁶⁴.

Merece destaque que a nobilitação praticada por Ouro Preto de figuras que exerciam algum cargo foi bem reduzida se comparada à praticada pelo gabinete João Alfredo. Dos 136 títulos ofertados por João Alfredo, 68 foram dedicados a esses indivíduos, o que corresponde a 50%, enquanto apenas 21 títulos dos 98 ofertados por

¹³⁵⁴ Senador nomeado em 1886 por Santa Catarina, *Archivo Nobiliarchico*, p. 501-502.

¹³⁵⁵ Senador nomeado em 1884 por Minas Gerais, *Archivo Nobiliarchico*, p. 256-257.

¹³⁵⁶ Senador nomeado em 1884 por Minas Gerais, *Archivo Nobiliarchico*, p. 63.

¹³⁵⁷ *Archivo Nobiliarchico*, p. 408; e Débora Cristina Carvalho Guimarães, "Um Estudo Sobre a Violência no Parto no Rio de Janeiro Oitocentista: O Caso da Princesa Isabel", *op.cit.*

¹³⁵⁸ *Archivo Nobiliarchico*, p. 428. Em carta datada de 11 de agosto de 1889, a princesa Isabel reagiu positivamente à intenção do banqueiro de doar dinheiro para a fundos voltados a ex-escravos e doar terras a eles, Ana Lúcia Araújo, *Reparations for slavery and slave trade: a transnational and comparative history*. UK, USA: Bloomsbury, 2017, p. 113.

¹³⁵⁹ <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/presidente.asp?periodo=stj&id=308> - 14/02/2017

¹³⁶⁰ *Archivo Nobiliarchico*, p. 116; *Genalogia Matogrossense*, p. 230-232; e AN_002_000_76, p. 1254.

¹³⁶¹ *Archivo Nobiliarchico*, p. 320-321.

¹³⁶² *Archivo Nobiliarchico*, p. 241; e *Gazeta de Notícias*, 05 de agosto de 1889, n. 217, p. 1.

¹³⁶³ *Archivo Nobiliarchico*, p. 284; e *Jornal do Comércio*, 19 de novembro de 1889, n. 322, p. 2.

¹³⁶⁴ *Archivo Nobiliarchico*, p. 319; *Diário de Notícias*, 15 de fevereiro de 1889, p. 1; *Diário de Notícias*, 21 de julho de 1889, p. 2; e junto com outros capitalistas e negociantes, organizou um baile em homenagem à chegada do Conde d'Eu, *Diário de Notícias*, 15 de agosto de 1889, p. 1.

Ouro Preto se enquadram nesta categoria, isto é, 21,42%. Se ambos tentaram angariar apoio político com a concessão de título, miraram, contudo, em pessoas de importância ou ocupação bastante distinta. João Alfredo privilegiou aqueles mais diretamente vinculados à alta política, enquanto seu sucessor fez exatamente o contrário.

Ouro Preto claramente priorizou as localidades, ou melhor, lideranças políticas em vários dos distritos eleitorais do país como forma de obtenção de apoio para a eleição vindoura. Como se verá, ele não mediu esforços para nobilitar indivíduos da sua província, Minas Gerais, e do partido liberal, consolidando uma estratégia de uso dos títulos nobiliárquicos que não era mais a de recompensar por serviços prestados, tampouco ludibriar a crise vivida, mas sim a de garantir apoiadores para a consecução de sua política ministerial.

Dos outros 77 títulos ofertados pelo gabinete Ouro Preto, a larga maioria, 45, foi concedida a fazendeiros, sendo apenas dez dedicados àqueles que prestaram serviços ao Estado, à instrução e à humanidade. Os demais títulos foram dados a capitalistas, negociantes e a indivíduos cuja ocupação não foi localizada. A análise desses 77 títulos se torna ainda mais interessante ao cruzarmos as informações referentes às suas províncias com as vinculações partidárias.

Desses 77 títulos, 32 foram ofertados a mineiros, o que pode ser interpretado como um esforço do presidente do gabinete em agraciar indivíduos com poder de interferirem na eleição de deputados, que ocorreu em 31 de agosto de 1889, já que apenas seis desses mineiros foram nobilitados após a data da eleição. Vale lembrar, claro, que Minas Gerais continuava a ter a maior bancada no Legislativo nacional. Outra forma de perceber este empenho do gabinete em nobilitar apoiadores é a análise dos titulados por vinculação partidária.

Assim, dos 77 títulos ofertados, excetuando aqui aqueles 21 já mencionados que ocupavam algum cargo, oito eram conservadores, três eram republicanos, 46 eram liberais e 20 não tiveram suas identificações partidárias localizadas. Embora não tenhamos localizado o partido de diversos titulados, merece destaque a nobilitação de 46 liberais e de apenas oito conservadores, sendo três deles de São Paulo. A respeito desses fazendeiros conservadores paulistas, não se pode esquecer de que a saída de Antonio Prado do gabinete Cotegipe em 1887 havia alterado profundamente a dinâmica partidária nesta província, já que vários fazendeiros conservadores passaram a antecipar a alforria de seus escravos com a assinatura de contratos de trabalho e outros passaram a integrar o partido republicano.

Dos outros cinco conservadores, um era da Bahia, um do Espírito Santo, dois de Minas Gerais e um do Rio de Janeiro. À exceção do baiano, que era negociante e tinha sido deputado e um grande apoiador do gabinete João Alfredo, outros três eram fazendeiros e apenas um de Minas Gerais não teve a sua ocupação localizada. Frente a esse reduzido número de conservadores nobilitados e das poucas informações obtidas sobre eles, excetuando o baiano elevado a visconde de Guai com grandeza, não é possível afirmar qual era o objetivo do gabinete com essas nobilitações.

Outro dado que merece destaque é a quantidade de capitalistas e negociantes fluminenses nobilitados sem a localização de seus vínculos partidários. Essa questão já foi destacada quando analisamos os titulados durante o gabinete de João Alfredo, o que torna possível ponderar que esses homens, por deterem grandes somas de capital, tenham socorrido os gabinetes em situação de dificuldade financeira independentemente da cor política do ministério, já que um era conservador e o outro liberal.

Assim, o gabinete preferiu explicitamente nobilitar liberais, de modo a garantir que a futura Câmara dos Deputados fosse liberal e apoiasse as reformas do gabinete. Dado o elevado número de nobilitações, optamos por arrolá-las, mais a frente, em forma de tabela.

Assim, não é possível supor que os 20 indivíduos classificados como “sem partido” fossem todos ligados aos conservadores, uma vez que, frente aos dados encontrados, o gabinete procurou nobilitar indivíduos da província do presidente do gabinete, Minas Gerais, e do Partido Liberal. Tal estratégia não passou despercebida de seus contemporâneos, já que no jornal *Diário de Notícias*, cujo redator chefe era Rui Barbosa, de 30 de agosto de 1889, foi publicado o seguinte texto:

A Eleição e as Graças

A fim de que o publico possa formar juízo sobre os meios de que o governo lançou mão para atrair a si o *verdictum* das urnas, passamos a colocar as suas vistas uma simples estatística, tirada do *Diário Oficial*, e que em verdadeiro é menor do que a realidade, pois muitos d’essas nomeações não aparecem na folha do governo.

Pelas que vem publicadas, porém, pode-se avaliar quanto o cofre das graças estará estafado do trabalho eleitoral que tem tido n’estes dois meses últimos.

Eis a relação das pessoas agraciadas:

Títulos de conselho: [lista de nomes] Total: 16

Títulos de visconde com grandeza: [lista de nomes] Total: 4

Títulos de visconde: [lista de nomes] Total: 5

Títulos de barão: [lista de nomes] Total: 53

Ordem da Rosa: Grã-Cruz: [nome] Total:1

Dignitários: [lista de nomes] Total: 4

Comendadores: [lista de nomes] Total: 48

Oficiaes: [lista de nomes] Total: 14

Cavaleiros: [lista de nomes] Total: 22

Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo: Grã-Cruz: [nome] Total:1
 Cavaleiro: [nome] Total: 1
 Comendador: [lista de nomes] Total: 9
 [...]
 Em 84 dias, é muita graça!¹³⁶⁵

Diante dessa notícia, é possível perceber que não apenas os títulos de nobreza foram incorporados à estratégia para vencer a eleição, o gabinete Ouro Preto se utilizou também de títulos do conselho e ordens honoríficas para conquistar apoio nas localidades a fim de obter maioria na Câmara dos Deputados.

A tabela, a seguir, é composta por sete colunas. Na primeira delas, colocamos o *locus* do indivíduo, isto é, a província com a qual ele possuía vínculos comerciais e fundiários, na maior parte dos casos. Nas três próximas colunas, colocamos o nome, o título recebido (e se já possuía algum título anterior) e a data de concessão conforme consta nos decretos sob guarda do Arquivo Nacional. Finalmente, nas três últimas colunas, registramos a ocupação principal, a filiação partidária e a justificativa, quando foi registrada, para a concessão do título nobiliárquico. Todas as informações foram extraídas, principalmente, dos periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e em livros com dados biográficos dos titulados.

¹³⁶⁵ *Diário de Notícias*, 30 de agosto de 1889, n. 1537, p. 2.

LOCUS	NOME	TÍTULO	DATA	OCUPAÇÃO	FILIAÇÃO POLÍTICA	JUSTIFICATIVA
ALAGOAS	João Machado de Novais Melo	Barão de Piaçabuçu	05/10/1889		LIBERAL	
ALAGOAS	José Miguel de Vasconcelos	Barão de Parangaba	25/09/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
ALAGOAS	Miguel Soares Palmeira	Barão de Coruripe	19/07/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
ALAGOAS	Paulo Jacinto Tenório	Barão de Palmeira dos Índios	28/08/1889		LIBERAL	
AMAZONAS	Guilherme José Moreira	Barão de Juruá	06/07/1889	NEGOCIANTE	LIBERAL	
BAHIA	Antônio Mariani Primo	Barão de Campo Largo	19/07/1889	FAZENDEIRO		
BAHIA	Francisco Dionísio de Faria	Barão de Abadia	10/08/1889			
BAHIA	Francisco Gomes de Oliveira	Barão de Sincorá	20/07/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	

LOCUS	NOME	TÍTULO	DATA	OCUPAÇÃO	FILIAÇÃO POLÍTICA	JUSTIFICATIVA
BAHIA	Joaquim Elísio Pereira Marinho	Visconde de Guaiá com grandeza (era barão de Guaiá com grandeza)	31/10/1889	NEGOCIANTE	CONSERVADOR	SERVIÇOS À CARIDADE
BAHIA	José Egídio de Moura Albuquerque	Barão de Santo Antônio da Barra	10/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
BAHIA	Luís Antônio Simões de Meireles	Barão de Açú da Torre	13/08/1889		LIBERAL	
ESPÍRITO SANTO	Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida	Barão de Monjardim	24/08/1889		LIBERAL	
ESPÍRITO SANTO	Antônio Rodrigues da Cunha	Barão de Aimorés	24/08/1889	FAZENDEIRO	CONSERVADOR	
ESPÍRITO SANTO	João Bernardes de Sousa	Barão de Guandu	25/09/1889	FAZENDEIRO		
ESPÍRITO SANTO	Luís Siqueira da Silva Lima	Barão de Itapemirim	25/09/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
MINAS GERAIS	Alcides Rodrigues Pereira	Barão de Lamim	03/08/1889		LIBERAL	

LOCUS	NOME	TÍTULO	DATA	OCUPAÇÃO	FILIAÇÃO POLÍTICA	JUSTIFICATIVA
MINAS GERAIS	Anacleto Correia de Faria	Barão de Itapiruma	10/08/1889	FAZENDEIRO	PROVÁVEL LIBERAL	
MINAS GERAIS	Angelo de Quadros Bittencourt	Barão de Gorutuba	20/07/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
MINAS GERAIS	Antônio Dias Maciel	Barão de Araguari	10/08/1889		LIBERAL	
MINAS GERAIS	Antônio Moreira da Costa	Barão de Paraúna	06/07/1889	CAPITALISTA	LIBERAL	
MINAS GERAIS	Antônio Teixeira de Carvalho	Barão de Rio Pomba	03/08/1889	FAZENDEIRO	REPUBLICANO	
MINAS GERAIS	Antônio Teixeira Diniz	Barão de Campo Místico	24/08/1889	FAZENDEIRO/ CAPITALISTA	LIBERAL	
MINAS GERAIS	Antônio Torquato Teixeira	Barão de Ribeiro Vermelho	25/09/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
MINAS GERAIS	Carlos Batista de Castro	Barão de Itaípe	03/08/1889		LIBERAL	

LOCUS	NOME	TÍTULO	DATA	OCUPAÇÃO	FILIAÇÃO POLÍTICA	JUSTIFICATIVA
MINAS GERAIS	Carlos Gabriel de Andrade	Barão de Saramenha	03/08/1889	NEGOCIANTE	LIBERAL	
MINAS GERAIS	Cipriano de Moraes Lima	Barão de Jequitaiá	25/09/1889	FAZENDEIRO		
MINAS GERAIS	Custódio de Sousa Pinto	Barão de Ingaí	25/09/1889	FAZENDEIRO		
MINAS GERAIS	Francisco das Chagas Campos	Barão de Itapecerica	10/08/1889		LIBERAL	
MINAS GERAIS	Francisco Libânio de Sá Fortes	Barão de Ribeiro Fundo	03/08/1889	FAZENDEIRO		
MINAS GERAIS	Francisco Ribeiro Junqueira	Barão de Cristina	25/09/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
MINAS GERAIS	João Evangelista de Almeida Ramos	Barão de Santa Bárbara	03/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
MINAS GERAIS	João Gualberto Martins da Costa	Barão de São José da Lagoa	10/08/1889		REPUBLICANO	

LOCUS	NOME	TÍTULO	DATA	OCUPAÇÃO	FILIAÇÃO POLÍTICA	JUSTIFICATIVA
MINAS GERAIS	Joaquim Antônio de Sousa Rabelo	Barão de Patrocínio	10/08/1889	FAZENDEIRO	REPUBLICANO	
MINAS GERAIS	José Augusto de Resende	Barão de Rio Novo	20/08/1889	FAZENDEIRO	CONSERVADOR	
MINAS GERAIS	José Caetano Rodrigues Horta	Visconde de Itatiaia (era barão de Itatiaia)	03/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
MINAS GERAIS	José Eleutério de Sousa	Barão de São Romão	19/07/1889		LIBERAL	
MINAS GERAIS	José Joaquim de Andrade Reis	Barão de Ponte Nova	25/09/1889	FAZENDEIRO		
MINAS GERAIS	José Luciano de Sousa Guimarães	Barão de São Francisco da Glória	25/09/1889		CONSERVADOR	
MINAS GERAIS	Justo Maciel	Barão de Maciel	10/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
MINAS GERAIS	Luís Antônio de Moraes Navarro	Barão de Cabo Verde	03/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	

LOCUS	NOME	TÍTULO	DATA	OCUPAÇÃO	FILIAÇÃO POLÍTICA	JUSTIFICATIVA
MINAS GERAIS	Luís Antônio de Oliveira	Visconde de Caldas (era barão de Caldas)	10/08/1889	CAPITALISTA	LIBERAL	
MINAS GERAIS	Manuel Joaquim Cabral de Melo	Barão de São Francisco das Chagas	10/08/1889		LIBERAL	
MINAS GERAIS	Manuel Joaquim Ribeiro do Vale	Barão de Dolores de Guaxipé	03/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
MINAS GERAIS	Marcelino de Assis Tostes	Barão de São Marcelino	03/08/1889		LIBERAL	
MINAS GERAIS	Marcelino de Brito Pereira de Andrade	Visconde de Monte Mário (era barão de Monte Mário)	03/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
MINAS GERAIS	Militão Honório de Carvalho	Barão de Cajuru	20/07/1889	FAZENDEIRO/ NEGOCIANTE	LIBERAL	
MINAS GERAIS	Quintiliano Alves Ferreira	Barão de São Roberto	03/08/1889	EMPRESÁRIO		
PERNAMBUCO	Antonio Epaminondas de Barros Correia	Barão de Contendas	20/07/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	

LOCUS	NOME	TÍTULO	DATA	OCUPAÇÃO	FILIAÇÃO POLÍTICA	JUSTIFICATIVA
PERNAMBUCO	Cândido Xavier Pereira de Brito	Barão de Cimbres	20/07/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
PERNAMBUCO	Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego	Barão de Timbaúba	20/07/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
PERNAMBUCO	Francisco de Pinho Borges	Barão de Pinho Borges	20/07/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
PERNAMBUCO	Lourenço Bezerra Alves da Silva	Barão de Caxangá	20/07/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
PIAUÍ	José Lustosa da Cunha	Barão de Santa Filomena	02/10/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
RIO DE JANEIRO	Antônio Clemente Pinto	Barão de São Clemente	10/08/1889	FAZENDEIRO	CONSERVADOR	
RIO DE JANEIRO	Elias Antônio de Moraes	Barão de Duas Barras	24/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
RIO DE JANEIRO	Francisco Alves da Silva Pereira	Barão de Monte Alto	25/09/1889	FAZENDEIRO/ CAPITALISTA		

LOCUS	NOME	TÍTULO	DATA	OCUPAÇÃO	FILIAÇÃO POLÍTICA	JUSTIFICATIVA
RIO DE JANEIRO	Francisco de Figueiredo	Conde de Figueiredo (era visconde de Figueiredo)	31/10/1889	CAPITALISTA		SERVIÇOS À CARIDADE
RIO DE JANEIRO	Joaquim José do Rosário	Barão de São Francisco de Paula	31/10/1889	NEGOCIANTE		SERVIÇOS À SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
RIO DE JANEIRO	José João Martins de Pinho	Barão de Alto Mearim	20/07/1889	CAPITALISTA		AUXÍLIO À LAVOURA
RIO DE JANEIRO	Luís Manuel Monteiro	Barão de Santa Eugênia	30/10/1889	NEGOCIANTE		SERVIÇOS PRESTADOS AO ESTADO
RIO DE JANEIRO	Manuel de Salgado Zenha	Barão de Salgado Zenha	20/07/1889	CAPITALISTA		
RIO DE JANEIRO	Manuel Miguel Martins	Honras de grandeza em seu baronato (era barão de Itacuruçá)	31/10/1889	CAPITALISTA		SERVIÇOS À SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
RIO DE JANEIRO	Maria Cândida Rooke	Condessa de Andaraí (era visconde de Andaraí com grandeza, consorte)	31/10/1889			SERVIÇOS À SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

LOCUS	NOME	TÍTULO	DATA	OCUPAÇÃO	FILIAÇÃO POLÍTICA	JUSTIFICATIVA
RIO DE JANEIRO	Pedro Afonso Franco	Barão de Pedro Afonso	31/08/1889	MÉDICO		
RIO GRANDE DO SUL	Pedro Pereira de Escobar	Barão de São Lucas	24/08/1889	FAZENDEIRO		
SÃO PAULO	Antônio de Barros Ferraz	Barão de Piracicamirim	25/09/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
SÃO PAULO	Davi Lopes da Silva Ramos	Barão de Jambeiro	20/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
SÃO PAULO	Elias Dias de Novais	Barão de Novais	13/11/1889	CAPITALISTA		
SÃO PAULO	Geraldo Ribeiro de Sousa Resende	Barão de Geraldo de Resende (era barão de Iporanga)	06/09/1889	FAZENDEIRO	CONSERVADOR	
SÃO PAULO	Joaquim Pinto de Araújo Cintra	Barão de Campinas	13/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
SÃO PAULO	Jordão Pereira de Barros	Barão de Pereira de Barros	20/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	

LOCUS	NOME	TÍTULO	DATA	OCUPAÇÃO	FILIAÇÃO POLÍTICA	JUSTIFICATIVA
SÃO PAULO	José Emídio de Almeida Cardia	Barão de Avanhandava	25/09/1889	FAZENDEIRO	CONSERVADOR	
SÃO PAULO	José Luís Borges	Barão de Dourados	13/08/1889	FAZENDEIRO		
SÃO PAULO	Licínio Lopes Chaves	Barão de Jacareí	20/08/1889	NEGOCIANTE	LIBERAL	
SÃO PAULO	Manuel Carlos Aranha	Barão de Anhumas	25/09/1889	FAZENDEIRO	PROVÁVEL CONSERVADOR	
SÃO PAULO	Manuel Gomes Vieira	Barão de Pedra Negra	20/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	
SÃO PAULO	Mariano José de Oliveira e Costa	Barão de Pouso Frio	20/08/1889	FAZENDEIRO	LIBERAL	

Fontes: *Archivo Nobiliarchico*; *ABC das Alagoas*; *Nobiliário sul-riograndense*; *17º Districto*, 09 de novembro de 1885; *17º districto*, 12 de julho de 1885; *A Actualidade*, 25 de setembro de 1880; *A Actualidade*, 06 de julho de 1881; *A Actualidade*, 23 de julho de 1881; *A Constituinte*, 21 de fevereiro de 1880; *A Folha da Vitória*, 19 de setembro de 1889; *A Província de Minas*, 24 de julho de 1880; *A Província de Minas*, 21 de fevereiro de 1884; *A Província de Minas*, 08 de agosto de 1888; *A Província de Minas*, 07 de agosto de 1889; *A Província de Minas*, 17 de agosto de 1889; *A Província de Minas*, 24 de agosto de 1889; *A Província do Espírito Santo*, 27 de agosto de 1889; *A União*, 11 de abril de 1888; *A União*, 10 de outubro de 1888; *A Verdade*, 20 de setembro de 1888; *Almanach Administrativo, Historico, Estatistico e Mercantil da Provincia do Amazonas*, 1884; *Almanach da Comarca de Amparo*, 1889; *Almanach da Província de São*

Paulo: Administrativo, Comercial e Industrial, 1888; *Almanach Sul Mineiro*, 1884; *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco*, 1881; *Almanak da Província de Alagoas*, 1880; *Amazonas*, 01 de fevereiro de 1880; *Arauto de Minas*, 24 de abril de 1887; *Arauto de Minas*, 25 de agosto de 1889; *Cidade do Rio de Janeiro*, 01 de julho de 1889; *Cidade do Rio*, 10 de julho de 1889; *Correio Paulistano*, 12 de novembro de 1882; *Correio Paulistano*, 13 de agosto de 1885; *Correio Paulistano*, 18 de dezembro de 1887; *Correio Paulistano*, 18 de junho de 1886; *Correio Paulistano*, 27 de novembro de 1887; *Correio Paulistano*, 4 de fevereiro de 1888; *Diário da Bahia*, 04 de julho de 1889; *Diário de Minas*, 13 de agosto de 1889; *Diário de Minas*, 22 de julho de 1889; *Diário de Minas*, 28 de julho de 1889; *Diário de Notícias*, 22 de dezembro de 1887; *Diário de Notícias*, 30 de agosto de 1889; *Diário de Pernambuco*, 05 de abril de 1883; *Diário de Pernambuco*, 31 de março de 1885; *Gazeta da Bahia*, 14 de maio de 1881; *Gazeta de Notícias*, 02 de fevereiro de 1880; *Gazeta de Notícias*, 05 de novembro de 1889; *Gazeta de Notícias*, 11 de agosto de 1889; *Gazeta de Notícias*, 14 de julho de 1882; *Gazeta de Notícias*, 20 de setembro de 1889; *Gazeta de Notícias*, 24 de Novembro de 1888; *Gazeta de Notícias*, 26 de outubro de 1889; *Gazeta de Notícias*, 31 de agosto de 1889; *Jornal da Tarde*, 10 de julho de 1880; *Jornal do Comércio*, 04 de fevereiro de 1884; *Jornal do Comércio*, 07 de junho de 1884; *Jornal do Comércio*, 23 de maio de 1884; *Jornal do Comércio*, 27 de agosto de 1886; *Jornal do Comércio*, 29 de julho de 1881; *Jornal do Recife*, 03 de novembro de 1883; *Jornal do Recife*, 04 de abril de 1882; *Jornal do Recife*, 06 de junho de 1883; *Jornal do Recife*, 17 de janeiro de 1882; *Jornal do Recife*, 8 de dezembro de 1886; *O Baependiano*, 12 de abril de 1887; *O Cachoeirano*, 1 de setembro de 1889; *O Cachoeirano*, 27 de outubro de 1889; *O Espírito Santense*, 24 de abril de 1889; *O Fluminense*, 27 de setembro de 1889; *O Larangeirense*, 22 de janeiro de 1888; *O Liberal Mineiro*, 04 de agosto de 1886; *O Liberal Mineiro*, 16 de novembro de 1884; *O Liberal Mineiro*, 17 de novembro de 1883; *O Liberal Mineiro*, 24 de novembro de 1882; *O Liberal Mineiro: órgão do partido liberal*, 03 de julho de 1886; *O Orbe*, 23 de abril de 1884; *O Paiz*, 14 de julho de 1889; *O Paiz*, 23 de novembro de 1887; *Pharol*, 18 de junho de 1886; e *Revista de Estradas de Ferro*, 30 de novembro de 1887.

Ao que tudo indica, a estratégia foi bem-sucedida, ainda que, obviamente, outras tantas razões expliquem a vitória. Tal Câmara, que em 12 de novembro de 1889 já estava reunida para as sessões preparatórias¹³⁶⁶, contava com uma larga maioria de liberais, o que já era um indicativo de que assim que os trabalhos fossem abertos, os projetos reformistas seriam colocados na pauta e em votação.

Contudo, frente ao cenário profundamente reformista que se desenhava nos últimos meses de 1889, um novo alinhamento de forças emergiu disposto a frear as pautas liberais, mesmo que, para isso, fosse necessária uma mudança de regime. E foi justamente isso que aconteceu. O alinhamento de forças conservadoras, afastadas do poder há anos e reagindo contra as mudanças na monarquia, incluindo a abolição da escravidão, conseguiu depor o ministério e o monarca, em 15 de novembro de 1889, afastando, quase que para sempre, a concretização das medidas liberais que entrariam em pauta pouco depois¹³⁶⁷.

Dois dias antes de ser deposto, o gabinete Ouro Preto ainda teve a oportunidade de ofertar seus dois últimos títulos de nobreza, um indicativo de que ou bem não havia ainda a previsão de que o gabinete fosse deposto, ou então pensava-se que descontentes poderiam ser contidos. Os dois últimos titulados foram José Mendes de Oliveira Castro, negociante e capitalista do Rio de Janeiro, agraciado barão de Oliveira Castro; e Elias Dias de Novais, capitalista de São Paulo, agraciado barão de Novais. Este último, contudo, quando foi ao Tesouro efetuar o pagamento devido, teve seu título impugnado, graças ao advento da República, sendo então comumente chamado de “o último barão”, apelido de que não gostava¹³⁶⁸.

Terminava, assim, a única monarquia do continente americano. A Família Imperial, como é sabido, foi exilada, logo após o golpe, porém a nobreza criada por ela permaneceu em solo brasileiro, utilizando os títulos nobiliárquicos que tinham sido ofertados a ela durante a monarquia. A instalação da República e aprovação da nova constituição extinguiram os títulos e condecorações, mas nada fizeram com os títulos já existentes, nem com os nobres, muitos dos quais foram incorporados à nova ordem política.

¹³⁶⁶ *O Paiz*, 12 de novembro de 1889, n. 1862, p. 1.

¹³⁶⁷ Sobre o fim da monarquia e a transição para a república, consultar, entre outros, Filipe Nicoletti Ribeiro, *Império das incertezas*, *op.cit.*, e *Ruptura institucional e realinhamento político no Brasil*, *op.cit.*

¹³⁶⁸ *Correio da Manhã*, 08 de setembro de 1940, p. 19.

Considerações finais

Todos nós sabemos que essa nobreza com que o império mascarou os seus servidores, não empanará jamais o brilho da Republica; quando muito, ella servirá para atestar por muito tempo como a monarchia viveu deslocada na America.

Salvo os títulos honrosos por serviços feitos á pátria, os que ahi andam representam quase sempre dinheiro arrancado das senzalas e as negociatas de politicagem da roça.

Foi com tal barganha vergonhosa que o império encheu o paiz dessa espécie de *barões e comendadores*, que tornou-se uma curiosidade nacional.

O ministro da agricultura timbra em conservar-se barão; pois que seja barão á vontade. Fique, porém, sabendo o presidente da Republica que está consentindo dentro de seu governo um attentado diário contra a Constituição e que com esse desrespeito de seus secretários, pela fundamental do paiz, S. Ex. ensina aos seus concidadãos praticas de desobediência, que não são elementos para a ordem. [*Jornal do Recife*, 02 de abril de 1891, número 72, p. 2]

Henrique Pereira de Lucena, ministro da Agricultura, do governo republicano teimava em assinar barão de Lucena, título recebido em 16 de maio de 1888 durante o gabinete João Alfredo Correia de Oliveira, sendo a regente do Império a princesa Isabel. Tal prática, de acordo com o redator do *Jornal do Recife*, já deveria ter sido extinta.

Em 15 de novembro de 1889, um golpe militar depôs o imperador Pedro II, deportou a Família Imperial para a Europa e inaugurou a República brasileira. Como se pode depreender da epígrafe, nem tudo mudou da noite para o dia. A ânsia por frear as reformas com vistas a atender às novas demandas sociais, em tramitação no Legislativo em 1889, esta se viu rapidamente atendida, quanto à nova constituição do país, os cidadãos esperariam 15 meses, já a discussão sobre os títulos de nobreza persistiria ainda mais tempo.

Mesmo depois da República, o barão de Lucena, ministro, continuava a assinar decretos com o título de barão. Um dos grandes diplomatas dos primeiros anos do século XX, o barão do Rio Branco, era mencionado pelo seu título nobiliárquico e não pelo seu nome, José Maria da Silva Paranhos. O fazendeiro baiano Cícero Dantas Martins foi eleito deputado pela Bahia para o Congresso Nacional em 1890 e a notícia da eleição, publicada no jornal *A República – órgão do partido republicano*, era a seguinte “Bahia. Estão eleitos deputados ao Congresso Nacional, por este Estado o dr. Dionísio Cerqueira e o barão de Jeremoabo”¹³⁶⁹.

¹³⁶⁹ *A República – órgão do partido republicano*, 05 de outubro de 1890, p.1.

Dez anos depois da proclamação da República, Cícero Dantas Martins continuava a ser o barão de Jeremoabo, já que o jornal *Diário de Pernambuco* afirmava “realizou-se uma reunião do partido constitucional, convocada e presidida pelo Dr. Figueiras, secretariado pelo Dr. Reis Magalhães e pelo Barão de Jeremoabo”¹³⁷⁰. Esses exemplos, embora pontuais, são reveladores da continuidade de uma prática monárquica – o uso dos títulos de nobreza – em um novo cenário, em que os títulos nobiliárquicos haviam sido abolidos¹³⁷¹.

Assim, como a epígrafe revela, os políticos da antiga ordem monárquica foram incorporados ou até mesmo permaneceram nessa nova ordem republicana, sem se desfazerem do privilégio de assinarem não seus nomes, mas seus títulos. Tal atitude, apesar de incomodar o redator do *Jornal do Recife*, parecia não causar embaraços para o ministro da agricultura, nem para o presidente da República, que parecia não ver problemas em ter seu país representado no exterior pelo barão do Rio Branco, ter o barão de Lucena como ministro ou o barão de Jeremoabo como deputado.

Esse não foi, infelizmente, o único paradoxo nascido no seio da República brasileira. As aspirações de alguns republicanos de que o novo governo alargaria direitos civis e superaria os atrasos da monarquia se esfumaram em poucos anos. Assim, a República, nascente em 15 de novembro de 1889 e regulamentada em 24 de fevereiro de 1891 com a primeira constituição republicana, extinguiu a oferta de títulos nobiliárquicos, mas não alterou o uso dos títulos pelos nobres, tampouco impediu que essas pessoas usassem seus títulos quando estivessem no exercício de cargos ligados ao governo republicano.

Como escrevi anteriormente, a nobreza em solo americano, inaugurou-se quando da chegada do príncipe regente d. João, no Brasil, em 1808. D. João, necessitando do apoio dos portugueses d’aquém e d’além mar, optou pela nobilitação desses indivíduos, ofertando tanto títulos novos, quanto confirmando títulos já possuídos pela família do titulado, uma prática característica do Antigo Regime. Também ofertou títulos a crianças, uma forma de assegurar o apoio de sua família, sem, necessariamente, reconhecer serviços prestados por pessoas de tão pouca idade. Finalmente, em menor quantidade,

¹³⁷⁰ *Diário de Pernambuco*, 02 de maio de 1899, p. 2.

¹³⁷¹ De acordo com o segundo parágrafo da seção 2, “Declaração de Direitos”, “Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégio de nascimento, desconhece foros de nobreza, e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho”. Constituição de 24 de fevereiro de 1891, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html> - acesso em 24/10/2018

apenas seis “brasileiros” tiveram a oportunidade de serem agraciados com o título de barão, o mais baixo da escala nobiliárquica. Assim, ao ofertar esses títulos, d. João procurou assegurar apoio para a manutenção do Império português, recompensando aqueles que haviam atuado para isso e aqueles que haviam contribuído para sua permanência no Rio de Janeiro. Finalmente, houve a concessão de mercês pecuniárias juntamente com os títulos mais elevados, privilégio característico do Antigo Regime¹³⁷².

Assim, se a manutenção do Império português foi a tônica do Período Joanino (1808-1821), a preocupação central de d. Pedro I, em seu reinado (1822-1831), foi justamente a consecução de sua política e a obtenção de apoio em meio ao mais alto escalão para governar e conter os dissabores promovidos pela oposição. Pedro I, ao nobilitar maciçamente os conselheiros de Estado, autores da Constituição de 1824 e parcela significativa do Senado nomeado por ele em 1826, fez uso dessa estratégia para frear os questionamentos que surgiriam na Câmara dos Deputados. Assim, para esse grupo de nobilitados, d. Pedro I concedeu títulos elevados, muitos chegaram a marqueses com o recebimento do assentamento pago pelo Conselho da Fazenda, de tal forma que d. Pedro I não apenas tinha aliados no Conselho de Estado e no Senado, mas também havia assegurado um rendimento financeiro a eles, o que, certamente, contribuiu ainda mais para o estreitamento do vínculo político entre eles¹³⁷³.

Tal prática de Pedro I foi bastante criticada pelos contemporâneos, que, tão logo a abdicação do imperador se concretizou em 07 de abril de 1831, passaram a debater na Câmara dos Deputados sobre a manutenção da nobreza no Império do Brasil, quais seriam os poderes atribuídos aos regentes e se eles poderiam ofertar títulos de nobreza. O eixo principal da reclamação dos deputados era justamente o uso que d. Pedro I tinha feito dos títulos de nobreza. Assim, pouco mais de dois meses depois da saída de d. Pedro I, foi aprovada a Lei de 14 de junho de 1831, que limitou o poder dos regentes, tirando das mãos deles a prerrogativa de conceder títulos nobiliárquicos, mas não aboliu os títulos de nobreza. Na sequência, o Tesouro Nacional foi organizado, eliminando, assim, o

¹³⁷² Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH, 2013, capítulo 1.

¹³⁷³ Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, capítulo 2; e Marina Garcia de Oliveira e Monica Duarte Dantas, “A “malaventurada escolha”: d. Pedro I e a nomeação dos senadores em 1826. Estratégias políticas na formação do Legislativo brasileiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, v. 472, p. 77-116, 2016.

Conselho da Fazenda, e consequentemente o assentamento pago aos marqueses; e os morgados e bens vinculados, outra característica do Antigo Regime, foram extintos¹³⁷⁴.

Após a ausência de concessão de títulos durante o Período Regencial, em dois de dezembro de 1840 foram concedidos os dois primeiros títulos de nobreza do Segundo Reinado. Assim, entre essa data e 13 de novembro de 1889 (data da oferta do último título) foram concedidos 1138 títulos. Mas, ao longo desses 49 anos, o número de nobilitações variou imensamente, como também as quantidades de títulos em termos de hierarquia, as características dos nobilitados e, claro, as conjunturas específicas de nobilitação.

Assim, enquanto o reinado de d. Pedro I teve como característica central a oferta de títulos de marquês a políticos do alto escalão, que ocupavam assentos no Senado e no Conselho de Estado, o reinado de Pedro II foi caracterizado pela ampla oferta de títulos de barão a pessoas distantes do centro político. Por outro lado, ao longo do Segundo Reinado, os títulos foram utilizados com diferentes propósitos.

No intervalo entre a Maioridade, em 1840, e o fim da Conciliação, em maio de 1857, os títulos foram ofertados, prioritariamente, a fazendeiros e indivíduos ligados às suas localidades, muitos dos quais haviam recebido o monarca durante sua viagem pela província fluminense. Uma estratégia para aproximar o imperador da população, ao mesmo tempo em que agraciava seus apoiadores. Foram nobilitados também indivíduos envolvidos na repressão à Revolta Liberal de 1842 e na Praieira em 1848, uma recompensa aos serviços prestados. Nesse primeiro período, a grande inflexão foi a política da Conciliação chefiada por Honório Hermeto Carneiro Leão, quando ele nobilitou senadores em larga quantidade, como forma de obtenção de apoio para a aprovação das reformas eleitoral e judiciária, na época, em tramitação no Legislativo.

O período subsequente, entre maio de 1857 e março de 1871, foi marcado por diferentes episódios, como a crise econômica que culminou na Quebra do Souto, a viagem do imperador pelas províncias do Norte, a formação e queda da Liga Progressista e a Guerra do Paraguai. Tais episódios promoveram alterações importantes tanto no que se refere ao perfil dos agraciados, quanto às justificativas para essas nobilitações. Desse modo, como consequência da viagem ao Norte do país, d. Pedro II nobilitou as elites das províncias visitadas como forma de afagar os ânimos exaltados por causa da crise

¹³⁷⁴ Marina Garcia de Oliveira, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros*, capítulo 3.

econômica; e, como consequência da guerra, houve um alargamento no número de integrantes do Exército e da Marinha nobilitados, muitos deles com títulos elevados.

O terceiro período, entre a ascensão de Rio Branco em março de 1871 e a ascensão de Coteigipe, em maio de 1885, foi marcado pelos debates acerca da emancipação escrava, contemplando a Lei do Ventre Livre, aprovada em 28 de setembro de 1871, e os debates sobre o projeto de Lei dos Sexagenários. Consequência desses debates, a questão da mão de obra era preocupação urgente dos grandes proprietários e, na tentativa de encontrar soluções, foram organizados os congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Recife. Além disso, o gabinete Rio Branco foi marcado pela preocupação em modernizar o país, investindo, por exemplo, na instrução pública; e à medida que a década de 1880 avançava, o movimento abolicionista crescia e com ele, crescia também o descontentamento dos proprietários de escravos.

Frente a esse cenário, houve um alargamento no número de títulos de nobreza, muitos deles ofertados a indivíduos distantes do alto escalão da política que ou estavam sendo afetados pela crise na mão de obra ou haviam contribuído para a realização das modernizações propostas por Rio Branco. Além destes indivíduos nobilitados, foram agraciados, especialmente pelo gabinete Sousa Dantas, aqueles que alforriaram seus escravos, uma forma de apoiar o ministério vigente e de recompensar a atitude tomada.

Finalmente, o último período, entre a ascensão de Coteigipe e o fim da monarquia, foi marcado pela abolição da escravidão, com a aprovação da Lei Áurea, pelo acirramento na pauta liberal e pela cisão no Partido Conservador. Nesse novo cenário, houve a maciça oferta de títulos nobiliárquicos tanto para aqueles que haviam alforriado seus escravos, quanto para apoiadores do gabinete João Alfredo Correia de Oliveira, incluindo os senadores nobilitados, que haviam apoiado a tramitação e votação a Lei Áurea, quanto, no caso do gabinete do visconde de Ouro Preto, para aqueles que poderiam interferir na eleição de agosto de 1889 para a nova Câmara dos Deputados.

Com esse novo uso dos títulos, especialmente os dois últimos gabinetes procuraram angariar apoio para a execução de suas pautas. A Câmara dos Deputados eleita em agosto de 1889 seria liberal o bastante para levar adiante as propostas reformistas desejadas pelos liberais, contudo, o golpe republicano de 15 de novembro de 1889 interrompeu o andamento das reformas, aboliu os títulos de nobreza, mas nada fez

com os nobres do Império do Brasil. Mesmo sem poder ofertar novos títulos de nobreza, a República conviveria bem com essa herança da monarquia¹³⁷⁵.

Assim, analisando o Segundo Reinado como um todo, é possível perceber que houve uma contínua nobilitação de fazendeiros e de outras pessoas afastadas dos círculos centrais de poder, porém, como demonstrado, os objetivos variaram bastante de um gabinete a outro. Outra continuidade foi a concessão de baronatos, a larga maioria dos títulos ofertados entre 1840 e 1889, isto é, 762 baronatos de um total de 1138 títulos; ainda assim, houve importantes variações de um período ao outro. Paralelamente, títulos mais elevados foram ofertados com bastante parcimônia, destinados a indivíduos já nobilitados e que, portanto, tiveram seus títulos elevados, e também a pessoas de larga trajetória e, muitas vezes, já idosos.

Contudo, embora os títulos de marquês tenham sido ofertados a pessoas de trajetórias amplamente conhecidas, fica claro que a importância da carreira de um indivíduo não lhe garantia, necessariamente, sequer um condado. Como visto, políticos e ministros do Supremo Tribunal de Justiça, quando de sua aposentadoria, receberam apenas títulos de barão, quando muito acrescidos de honras de grandeza. Assim, se, em 1841, Francisco de Lima e Silva ficou descontente com o título de barão da Barra Grande que lhe foi ofertado, declinando a honraria, por considera-la inferior a todos os serviços que havia prestado, em 1886, era mais aceitável e, talvez, mais compreensível, que um ministro do Supremo Tribunal de Justiça, como João José de Almeida Couto se tornasse barão de Desterro ao se aposentar.

Tais exemplos, e os tantos outros analisados ao longo da tese, revelam uma mudança no significado do título de nobreza para os contemporâneos. O que, anteriormente, fora motivo de indignação passava a ser a regra geral, do mesmo modo que a recusa de título de Lima e Silva, antes uma exceção, passou a ser mais comum e praticada por homens como José Antonio Saraiva e Paulino José Soares de Sousa Jr.; a nobreza, ao mesmo tempo em que incorporava um número cada vez maior de pessoas, não era mais ambicionada por todos, muito embora Saraiva, Paulino filho e outros tenham apresentado razões particulares e distintas para justificar a negativa.

Finalmente, ao contrário do Período Joanino (1808-1821) e do Primeiro Reinado (1822-1831), quiçá em razão em razão dos poucos anos em comparação ao longo

¹³⁷⁵ Lilia Schwarcz já havia chamado a atenção para a manutenção do uso dos títulos de nobreza na República. Consultar *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 194-195.

Segundo Reinado (1840-1889), é possível perceber uma nobreza mais heterogênea do que homogênea, criada para se adequar às diferentes necessidades surgidas no reinado de Pedro II e que possuía, entre os próprios titulados, características muito distintas, de tal forma que coube a cada um dos gabinetes ministeriais lidar com as diferentes conjunturas políticas e usar do recurso da nobilitação a seu favor, para angariar apoio, recompensar serviços prestados, ou mesmo acalmar os súditos.

Fontes consultadas:**Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)**

DL. 270.48 – Coleção Saraiva – Cartas de Zacarias de Góes e Vasconcelos a Saraiva (1864-1870).

Lata 272, pasta 42 – Coleção Conselheiro Saraiva – Cartas de Sousa Dantas a Saraiva (1882-1885).

Lata 272, pasta 36 – Coleção Conselheiro Saraiva – Cartas de Sousa Dantas a Saraiva (1876).

Lata 272, pasta 39 – Coleção Conselheiro Saraiva – Cartas de Sousa Dantas a Saraiva (1880).

DL. 427.9 – Coleção Ouro Preto – Cartas e Avisos a Ouro Preto (1888).

DL. 427.5 – Coleção Ouro Preto – Cartas e Avisos a Ouro Preto (1879).

DL. 273.37 – Coleção Conselheiro Saraiva – Cartas do Conselheiro P. Leão Veloso a Saraiva (1884-1889).

Lata 186, pastas 23 e 24 – Coleção Boulanger.

DL. 363.34 – Coleção Senador Nabuco – Cartas de André Augusto de Pádua Fleury a Nabuco de Araújo (1864-1877).

Lata 364, pasta 86 – Coleção Senador Nabuco – Cartas de Albino José Barbosa de Oliveira a Nabuco de Araújo (1872-1873).

Lata 674, pasta 54 – Coleção Nabuco – Carta de Concessão da Grã-Cruz de Cristo a Nabuco (30/10/1872).

DL. 365.8 – Coleção Senador Nabuco – Cartas de José Maria da Silva Paranhos a Nabuco de Araújo (1855-1871).

Lata 273, pasta 31 – Coleção Conselheiro Saraiva – Cartas de Francisco Sodré a Saraiva (1878-1880).

DL. 365.9 – Coleção Senador Nabuco – Cartas, ofícios, avisos e bilhetes verbais de Paranhos a Nabuco de Araújo (1872-1875).

DL. 269.14 – Coleção Conselheiro Saraiva – Cartas de Nabuco de Araújo a Saraiva (1866-1878).

DL. 365.4 – Coleção Senador Nabuco – Cartas de João Lustosa da Cunha Paranaguá a Nabuco de Araújo (1865-1875).

Lata 375, pasta 3 – Coleção Senador Nabuco – Consultas e pareceres do Conselheiro Nabuco (1868-1877).

DL. 377.48 – Coleção Senador Nabuco – Recortes de jornal relativos ao Conselheiro Nabuco de Araújo.

DL. 366.26 – Coleção Senador Nabuco – Cartas de Zacarias de Góes e Vasconcelos a Nabuco (1865-1877).

Lata 497, pasta 2 – Coleção Instituto Histórico – “Três brasileiros ilustres: Dr. José Antônio Soares de Sousa, Visconde do Uruguai e Conselheiro Paulino José Soares de Sousa” – Álvaro Paulino Soares de Sousa – 1922.

Lata 361, pasta 25 - Coleção Senador Nabuco – Recortes de jornal a respeito da concessão da grã-cruz ao Conselheiro Nabuco de Araújo (“A Nação”, 16 e 17/10/1872).

Lata 361, pasta 55 – Coleção Senador Nabuco – Correspondência familiar – cartas dirigidas a Nabuco.

Lata 361, pasta 56 – Coleção Senador Nabuco – Correspondência familiar – cartas dirigidas à esposa de Nabuco, D. Ana Benigna Barreto Nabuco de Araújo.

Lata 481, pasta 23 – Coleção Instituto Histórico – Cartas do Barão de Cotegipe a João Alfredo.

Lata 752, pasta 76 – Coleção Leão Teixeira – Cartas endereçadas a Jerônimo José Teixeira Júnior (1870-1887) (Copiadas da coleção doada ao Arquivo Nacional).

DL. 395.76 – Coleção IHGB – Bilhetes e cartas de José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) a Dr. Custódio Cardoso Fontes – RJ, 1872 e sem data.

Lata 565, pasta 109 – Coleção IHGB – Decreto (cópia) de concessão de títulos nobiliárquicos – RJ, 15/10/1872.

Lata 445, pasta 60 – Coleção Instituto Histórico – Caderno com conselhos políticos de d. Pedro II para princesa Isabel, 1871.

Lata 146, pasta 19 – Coleção Ourém – Biografia de Limpo de Abreu.

Lata 269, doc.4 – Cartas de Abaeté a Saraiva (1859).

DL. 362.1 – Coleção Senador Nabuco – Cartas de Abete a Nabuco de Araújo (1854-1876).

Lata 272, pasta 2 – Coleção Saraiva – Cartas de Cotegipe a Saraiva.

DL. 270.37 – Coleção IHGB – Cartas de Sinimbu a Saraiva (1870-1879).

DL. 271.48 – Coleção IHGB – Cartas de José Cesário de Faria Alvim a Saraiva (1878/1881/1890/1894).

Lata 272, pasta 41 – Coleção Conselheiro Saraiva – Palavras ditas a respeito de Saraiva por S. M. o Imperador, d. Pedro II a Sousa Dantas. RJ, 02/07/1880.

Lata 546, pasta 42 – Coleção Araújo Pinho – Notas avulsas do Dr. João Ferreira de Araújo Pinho. Junto cópia de um ofício do barão de Cotegipe ao Conselheiro Manuel Francisco Correia.

DL. 1.2 – Arquivo Titulares do Império – Visconde de Abaeté.

DL. 8.4 – Coleção IHGB – Cotegipe.

DL. 363.2 – Coleção Senador Nabuco – Cartas de Sousa Dantas a Nabuco.

Lata 363, pasta 5 – Coleção Senador Nabuco – Cartas de Sousa Dantas a Nabuco (1865-1872).

DL. 364.54 – Coleção Senador Nabuco – Cartas do barão Homem de Mello a Nabuco (1866-1878).

DL. 144.7 – Coleção Ourém – Biografia de Francisco de Lima e Silva.

Lata 4, pasta 10 – Coleção Instituto Histórico – Francisco de Lima e Silva.

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

Série Interior:

*IJJ1 121 – Código do Fundo A6 – Minutas de avisos e ofícios (3ª Diretoria do Ministério do Império) – janeiro a junho de 1876.

+IJJ1 122 – Código do Fundo A6 – Minutas de avisos e ofícios (3ª Diretoria do Ministério do Império) – julho a dezembro de 1876.

*IJJ1 659 – Código do Fundo A6 – Minutas de avisos e ofícios (3ª Diretoria do Ministério do Império) – janeiro a junho de 1879.

+IJJ1 811 – Código do Fundo A6 – Minutas de avisos e ofícios (3ª Diretoria do Ministério do Império) – julho e agosto de 1879.

+IJJ1 813 – Código do Fundo A6 – Minutas de avisos e ofícios (3ª Diretoria do Ministério do Império) – agosto a outubro de 1879.

*IJJ1 660 – Código do Fundo A6 – Minutas de avisos e ofícios (3ª Diretoria do Ministério do Império) – novembro e dezembro de 1879.

+IJJ1 809 – Código do Fundo A6 – Minutas de avisos e ofícios (3ª Diretoria do Ministério do Império) – 1º trimestre de 1888.

*IJJ1 680 – Código do Fundo A6 – Minutas de avisos e ofícios (3ª Diretoria do Ministério do Império) – 2º trimestre de 1888.

*IJJ1 681 – Código do Fundo A6 – Minutas de avisos e ofícios (3ª Diretoria do Ministério do Império) – 3º trimestre de 1888.

+IJJ1 384 – Código do Fundo A6 – Livro de registro de avisos e ofícios expedidos pelo Ministério do Império – 25/01/1872 a junho de 1872.

+IJJ1 383 – Código do Fundo A6 – Livro de registro de avisos e ofícios expedidos pelo Ministério do Império – julho a dezembro de 1872.

+IJJ1 219 – Código do Fundo A6 – Livro de registro de documentos expedidos pelo Ministério do Império para diversos destinatários– 09/12/1879 a 20/10/1880.

+IJJ1 379 – Código do Fundo A6 – Livro de registro de avisos e ofícios da 1ª seção do Ministério do Império, assinados por João Alfredo Correia de Oliveira – 1872.

+IJJ1 387 – Código do Fundo A6 – Livro de registro de avisos e ofícios da 2ª seção do Ministério do Império – setembro a dezembro de 1872.

+IJJ1 432 – Código do Fundo A6 – Livro de registro de avisos e ofícios da 2ª seção do Ministério do Império – janeiro a agosto de 1872.

+IJJ1 55 – Código do Fundo A6 – Livro de registro de diversos documentos expedidos pelo Ministério do Império – 01/05/1872 a 14/10/1872.

+IJJ1 56 – Código do Fundo A6 – Livro de registro de diversos documentos expedidos pelo Ministério do Império – 16/10/1872 a 03/03/1873.

+IJJ1 150 – Código do Fundo A6 – Relação do registro de cartas e decretos expedidos concedendo as distinções – Secretaria de Estado dos Negócios do Império – Diário da 2ª seção – 30/10/1868 a 30/01/1873. (Não há a transcrição das cartas, nem dos decretos)

+IJJ1 54 – Código do Fundo A6 – Livro de registro de diversos documentos expedidos pelo Ministério do Império – 30/01/1872 a 01/05/1872.

+IJJ1 217 – Código do Fundo A6 – Livro de registro de entrada de correspondência destinada, salvo raras exceções, ao monarca. 17/07/1879 a 31/12/1879.

+IJJ1 218 – Código do Fundo A6 – Livro de registro de correspondência enviada pelo Ministério do Império para diversos destinatários e sobre assuntos variados. 14/03/1879 a 06/12/1879.

+IJJ8 5 – Código do Fundo A6 – Livro com cartas de concessão de medalhas, principalmente da 1ª e 2ª classe, desde 1867 a 1895.

+IJJ1 156 – Gabinete do Ministro - Livro de Corte 37 – abril de 1841 a 22/10/1841

+IJJ1 157 – Gabinete do Ministro - Livro de Corte 38 – 1841-1842.

+IJJ1 795 – Gabinete de Ministro

+IJJ1 648 – Gabinete de Ministro

+IJJ1 645 – Gabinete de Ministro

Fundo 37 – Fundo Graças Honoríficas

Francisco de Lima e Silva – GH-S – Caixa 10-S

Francisco de Lima e Silva – VII-83

Antônio Paulino Limpo de Abreu – II-32

Antônio Paulino Limpo de Abreu – GH-A

João Maurício Wanderley – GH-W

João Maurício Wanderley – VIII-51

João Alfredo Correia de Oliveira – GH-O – Caixa 2-O

Manuel Pinto de Sousa Dantas – GH-D-D-3

Fundo Ministério do Império

Código 309 – Registro do Gabinete de Sua Excelência

Fundo Diversos códigos da antiga SDH

Código 551, vol.1 – Correspondência de Caxias.

Fundo QN

Itens documentais – notação 72.3 (antigo código 657) – Testamento de José Bonifácio.

Fundo Francisco de Lima e Silva (QN)

Mapoteca item 7 (antigo código 718) – Decretos e cartas patentes referentes ao marechal Francisco de Lima e Silva e ao capitão Carlos Miguel de Lima e Silva.

Fundo 53 - Decretos Gerais – Graças Honoríficas – registros de decretos

Código 15, volume 15.

Código 528, volume 4.

Microfilme 002_000_76 – Decretos de Títulos de Nobreza – 1808 a 1889

Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos (Rio de Janeiro)

64, 02, 006 nº37 – Coleção Tobias Monteiro – Cartas de Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho a Tobias Monteiro – 1919.

63, 04, 004 nº069 – Notas de Tobias Monteiro sobre política imperial brasileira.

63, 05, 002 nº336 – Notas de Tobias Monteiro sobre a correspondência de Paulino de Sousa Jr.

63, 04, 005 nº139 – Correspondência de Aureliano Coutinho – 07 de setembro de 1841 e 03 de novembro de 1842.

63, 04, 005 nº183 – Notas sobre a abolição e João Alfredo.

63, 3, 5 nº78 – Cartas de Cotegipe ao Barão de Penedo – 05 de outubro de 1885.

64, 02, 001 nº047 – Carta de Paulo Martins (Visconde de Almeida) a Paulo Barbosa. Munique, 04 de janeiro de 1860.

63, 3, 6 nº51 – Carta de Pedro de Araújo Lima a Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Uruguai)

63, 4, 1 nº51 – Apontamentos feitos por Paulino José Soares de Sousa Jr. Sobre a organização do ministério de 1888.

63, 4, 2 nº110 – Cartas do Visconde do Uruguai a seu filho, Paulino José Soares de Sousa Jr. – 14 /07/1856 a 13/01/1857.

63, 05, 006 nº031 – Cartas do Visconde do Uruguai a seu filho, Paulino José Soares de Sousa Jr. – 19 /07/1852 a 30/01/1863.

64, 01, 001 nº034 – Carta de João Lustosa da Cunha Paranaguá ao Barão Homem de Mello – 29 /01/1902.

64, 01, 001 nº031 – Carta de Saraiva ao Barão Homem de Mello – 01 /06/1878 a 04/08/1880.

63, 4, 02 nº117 – Memórias do Visconde de Sepetiba

63, 04, 002 nº118 – Biografia do Visconde de Sepetiba

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

17º Districto (1885)

A Actualidade (1861 - 1881)

A Actualidade. Jornal político, litterario e noticioso (1860)

A Actualidade: órgão do partido liberal (1880)

A Constituição (1880 - 1883)

A Constituinte (1880)

A Época (1888)

A Epocha: Órgão do partido conservador (PE) (1889)

A Federação (1884 - 1888)

A Folha da Vitória (1889)

A Folha Nova (1883 - 1884)

A Instrucção Publica: publicação hebdomadária (1872 - 1873)

A Nação (1872 - 1874)

A Ordem (1890)

A Phalange (1889)

A Pátria (1857 - 1884)

- A Província de Minas Gerais* (1880 - 1889)
- A Província do Espírito Santo* (1884 - 1889)
- A Província do Paraná* (1877)
- A Província* (1874 – 1910)
- A Reforma* (1870 - 1888)
- A Reforma: órgão democrático* (1873)
- A República* (1889)
- A República: propriedade do Club Republicano* (1872)
- A União* (1850 - 1888)
- A União: órgão do Partido Conservador* (MG) (1888)
- A Verdade* (1888)
- Almanach Administrativo, Historico, Estatistico e Mercantil da Provincia do Amazonas* (1884)
- Almanach da Comarca de Amparo* (1889)
- Almanach da Província de São Paulo: Administrativo, Comercial e Industrial* (1884 – 1888)
- Almanach Sul Mineiro* (1874 - 1884)
- Almanack Administrativo, Civil e Industrial* (RJ) (1870 – 1873)
- Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola de Pernambuco* (1881)
- Almanack da Província de Alagoas* (1874 - 1880)
- Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais* (1874)
- Almanak Administrativo, Comercial e Industrial da Bahia*, (1854 – 1872)
- Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola* (PE) (1875)
- Almanak da Bahia* (1854 – 1860)
- Almanak da Província do Ceará* (1873)
- Almanak de São Paulo* (1873 - 1883)
- Almanak Industrial, Mercantil e Administrativo da Cidade e Municipio de Campos* (RJ) (1881)
- Almanak Laemmert* (1844 – 1885)
- Almanak Paraense: Administração, Commercio, Industria e Estatistica para o anno de 1883* (PA) (1883)
- Amazonas* (1880)
- Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro* (1874)
- Anais da Câmara dos Deputados*

Anais do Senado do Império do Brasil

Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul (1886)

Anuario Politico, Historico e Estatistico do Brazil (1847)

Brasil. Ministério do Império: Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio (1886)

Cidade do Rio de Janeiro (1889)

Comercial: Publicação Hebdomadária (1887)

Constituição (1875 - 1883)

Correio da Bahia (1878)

Correio da Manhã (1940)

Correio da Tarde (1848 – 1856)

Correio da Victoria (1849)

Correio Mercantil (1847 – 1867)

Correio Paulistano (1854 - 1888)

Correio Sergipense (1851 - 1860)

Cruzeiro (1878)

Dezenove de Dezembro (1878 – 1880)

Diário da Bahia (1889)

Diário de Belém (1876 – 1889)

Diário de Minas (1867 – 1889)

Diário de Notícias (1871 – 1889)

Diário de Pernambuco (1850 – 1891)

Diário de São Paulo (1867 – 1877)

Diário do Brasil (1882 - 1884)

Diário do Maranhão (1880 – 1888)

Diário do Povo (1867)

Diário do Rio de Janeiro (1842 – 1969)

Diário Novo (1846 – 1848)

Folhinha de Almanak (1859)

Gazeta da Bahia (1881)

Gazeta da Parahyba (1888)

Gazeta da Tarde (1881 – 1888)

Gazeta de Campinas (1872 – 1875)

Gazeta de Natal (1888)

Gazeta de Notícias (1876 – 1889)

Gazeta do Norte (1888)

Gazeta Oficial do Império do Brasil (1847)

Gazeta Paranaense (1886)

Globo (1876)

Jornal da Noite (1881)

Jornal da Tarde (1879 – 1881)

Jornal do Amazonas (1887)

Jornal do Comércio (1840 – 1889)

Jornal do Pará (1871)

Jornal do Povo (1889)

Jornal do Recife (1859 - 1891)

Noticiador de Minas: órgão conservador (1871 – 1872)

Novidades (1888)

Novo Almanach de São Paulo (1882)

Novo e Completo Índice Cronológico da História do Brasil (1873)

O Apóstolo (1881)

O Arauto de Minas (1884 - 1889)

O Auxiliador da Industria Nacional: Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ) (1879)

O Baependyano (1884 - 1888)

O Brasil (1848)

O Brazil (1884)

O Cachoeirano (1888 - 1889)

O Cearense (1848 – 1885)

O Conservador (1870 – 1871)

O Constitucional (1853 - 1888)

O Despertador, 05 de outubro de 1875

O Espirito Santense (1870 – 1889)

O Fluminense (1881 – 1889)

O Globo (1875 – 1882)

O Larangeirense (1888)

O Leopoldinense (1881)

O Liberal do Pará (1882 – 1889)

O Liberal Mineiro (1882 – 1886)

O Liberal Pernambucano (1853 – 1854)

O Lidador (1848)

O Mequetrefe (1876)

O Mercantil (1882 - 1888)

O Monitor Campista, (1877 – 1886)

O Monitor (1877)

O Observador (1849 – 1853)

O Orbe (1884)

O Paiz (1883 – 1889)

O Paranaense (1878 – 1880)

O Pharol (1876 – 1889)

O Piauí (1873)

O Publicador Paulistano (1857)

O Trabalho (1881)

O Vassourense (1882 - 1887)

O Velho Brazil (1853 – 1854)

O vinte e nove de setembro (1851)

Órgão democrata (1889)

Pacotilha (1888 - 1889)

Pedro II (1868 – 1872)

Publicador Maranhense (1846 – 1884)

Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Exm. Sr. Conde de Baependy, Presidente da Província, na sessão de instalação em 10 de abril de 1869

Relatório do ministério da Guerra (1866)

Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) (1882 – 1883)

Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), (1880 – 1882)

Revista Ilustrada (1881 – 1883)

Revista de Estradas de Ferro (1887)

The Rio News (1882)

Tribuna Liberal (1888)

Verdade (1887)

Arquivo Histórico do Museu Imperial (Petrópolis – Rio de Janeiro)

Maço 103, doc.5064 – Carta de Francisco de Lima e Silva a d. Pedro II, datada de 24/12/1841.

Maço 103, doc.5034 – Carta de Paulo Barbosa a d. Pedro II, datada de 15/01/1841.

Maço 103, doc.5043 - Carta de Paulo Barbosa a d. Pedro II, datada de 02/06/1841.

Maço 175, doc.8044 – Carta de J.Tito Nabuco de Araújo ao Visconde do Bom Retiro, datada 30/12/1876.

Maço 175, doc.7972 – Carta de d. Pedro II à princesa Isabel, regente do Império, datada de 25/03/1876.

Maço 164, doc. 7584 – Comunicado de João Alfredo a d. Pedro II, datado de 25/07/1872.

Maço 22, doc.788 – Cat.B – Carta de J.Tito Nabuco de Araújo a d. Pedro II.

Maço 198, doc. 9026 – Comunicados de João Alfredo a d. Pedro II, datados de 1888.

Maço 198, doc. 8971 – Diversas assinaturas parabenizando a princesa Isabel pela assinatura da Lei Áurea.

Maço 23, doc. 836 – Cat.B – Carta de José Tomás Nabuco de Araújo a d. Pedro II (sem data).

Maço 25, doc. 907 – Cartas do Barão de Cotegipe a d. Pedro II (sem data)

Maço 36, doc. 1056 – Diários de d. Pedro II de 01/07/1887 a 26/04/1888.

XLI – 72 – Carta da princesa Isabel a João Alfredo, datada de 13/08/1888.

XLI – 3-17 – Carta da princesa Isabel para d. Pedro II, datada de 20/10/1872.

XLI – 3-26 – Cartas da princesa Isabel para d. Pedro II, datada do ano de 1876.

XLI – 5.05 – Cartas da princesa Isabel para a Condessa de Barral, datada de 14/05/1876.

XLI – 5.15 – Cartas da princesa Isabel para a Condessa de Barral, datada de 22/02/1888.

XLI – 63 – Cartas da princesa Isabel para João Alfredo, datada de 09/01/1911.

Arquivo C-33 – 1ª Gaveta – Ofícios do Ministério dos Negócios do Império, 1872.

Arquivo C-33 – 1ª Gaveta – Ofícios do Ministério dos Negócios do Império, 1888.

XLII – 73 – Carta do Conde d’Eu a Manuel de Sousa Dantas, datada de 28/12/1881.

Maço 184, doc.8376 – Cartas de Saraiva sobre a reforma eleitoral, datadas de 1880.

Maço 184, doc.8376A – Cartas de Saraiva a D. Pedro II, datadas de 1880.

Maço 27, doc. 969 – Cat.B – Comunicado de Limpo de Abreu a d. Pedro II (sem data).

Maço 100, doc.4941 – Carta de Francisco de Lima e Silva a d. Pedro II (sem data).

Diários de d. Pedro II, 43 vol.

Bibliografia:

- ACCIOLI, Nilma Teixeira, *José Gonçalves da Silva à Nação brasileira: o tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – Biblioteca Nacional, 2011.
- ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros, “Aspectos do baronato sergipano”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, N° 33, 2000-2002.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe, “Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães”. *Novos Estudos. CEBRAP*, n. 23, março de 1989, pp.-7-13.
- ALFREDO, João, *Minha meninice & outros ensaios*. Recife/Brasília: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana/ CNPq, Comissão de Eventos Históricos, 1988.
- ALMEIDA, Carla Beatriz de, *O Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado (1849-1855): um pouco de homens, outro pouco de instituição*. Juiz de Fora: dissertação de mestrado, UFJF, 2013.
- ALMEIDA, Tito Franco de, *O conselheiro José Francisco Furtado. Biographia e estudo de História Política Contemporanea*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1867.
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva, “Ilustres devedores: crédito e relações em Minas Gerais no século XIX”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- ALONSO, Ângela, *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____, *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____, *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____, “O abolicionismo como movimento social”, *Novos estudos CEBRAP*, n° 100, São Paulo, novembro de 2014.
Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000300115 – acesso em 23/10/2018.
- ALVARENGA, Susiely, *As viagens de d. Pedro II à província de Minas Gerais em 1881: festividades, política e ciência*. Mariana (MG): dissertação de mestrado, UFOP, 2012.
- ALVES, Alessandro Cavassin, *A província do Paraná (1853-1889), a classe política, a parentela no governo*. Curitiba: tese de doutorado, UFPR, 2014.
- ANDRADE, Manuel Correia de, *João Alfredo, o estadista da abolição*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.
- ANDRADE, Priscilla Rampin de, *Um cronista na tribuna: Joaquim Manuel de Macedo, imprensa e política na consolidação do Estado-nacional brasileiro*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2011.
- ARARIPE, Tristão de Alencar e LEAL, Aurelino, *O Golpe Parlamentar da Maioridade*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- ARAÚJO, Ana Lúcia, *Reparations for slavery and slave trade: a transnational and compartive history*. UK, USA: Bloomsbury, 2017.
- ASSIS, Machado de Assis, *Esau e Jacó in Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000030.pdf> - acesso em 10/09/2018
- _____, *Memórias póstumas de Brás Cubas in Obra Completa*. vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em

- <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000215.pdf> - acesso em 02/11/2018.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig, “‘Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador’. Liberalismo popular e o idéário da Balaiada no Maranhão”, in Monica Duarte Dantas (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- Atas do Conselho de Estado*. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp
- AUBERT, Pedro Gustavo, *Entre as ideias e a ação: o visconde do Uruguai, o direito e a política na consolidação do Estado Nacional (1850-1866)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2011.
- _____, “Fazermo-nos fortes, importantes e conhecidos”: o Visconde do Uruguai e o direito das gentes na América (1849-1865). São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2016.
- AZEVEDO, Denio S., “O barão de Maruim e o processo de mudança da capital”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 38, 2009, pp. 155-165.
- AZEVEDO, Elciene, *Orfeu da Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, *Memórias histórico-genealógicas dos titulares do Ceará*. Disponível em <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/ceara-titulares-cearenses-I.pdf> - acesso em 20/03/2018
- BARATA, Manuel de Mello Cardoso, “Notas biographicas do Almirante Luiz da Cunha Moreira (visconde de Cabo Frio)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 83, 1918, pp. 71-90.
- BARBOSA, Silvana Mota, “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860” in José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.), *Repensando o Brasil dos Oitocentos: Cidadania, Política e Liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 293-324.
- _____, “O Conselho de Ministros no Império do Brasil” in *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 13, nº 01, 2007, p. 52-62.
- _____, “‘Panfletos vendidos como canela’: anotações em torno do debate políticos nos anos 1860” in José Murilo de Carvalho (org.), *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 153-183.
- _____, *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Campinas: tese de doutorado, UNICAMP, 2001.
- BARICKMAN, B. J., *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARMAN, Roderick, *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- _____, *Citizen Emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. California: Stanford University Press, 1999.
- _____, *Imperador cidadão*. São Paulo: UNESP, 2012.
- _____, “Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial”, in *Mensário do Arquivo Nacional*. Ano 4 – Nº 6 – 1973. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

- _____, *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de, *ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. Brasília: Senado Federal, 2005, 2 vol.
- BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo, *De imigrante a visconde: a trajetória de Joaquim Antonio Ferreira*. Rio de Janeiro: XII Encontro Regional de História, ANPUH-RJ, 2006.
- BELLOMO, Harry Rodrigues, *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2008.
- BENTIVOGLIO, Júlio, *Os negócios do Império: A política econômica brasileira no início do Segundo Reinado (1840-1860)*. Catalão: São João: UFG – Campus Catalão, 2007.
- BERLINK, Eudoro, *Caxias: apontamentos para a história militar do Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: F. Briguier e Cia, 1934.
- BESOUCHET, Lúcia, *José Maria Paranhos: Visconde do Rio Branco – ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Brasília: INL, 1985.
- BETHELL, Leslie, *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib, “O lugar na política: Estevão Ribeiro de Resende, marquês de Valença”, in Cecília Helena de Salles Oliveira, Maria Lígia Coelho Prado e Maria de Lourdes Monaco Janotti (orgs), *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, pp. 81-97.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, 7 vol.
- BOCCIA, Ana Maria Mathias e MALERBI, Eneida Maria, “O contrabando de escravos para São Paulo”, *Revista de História*, ano XXVIII, vol. LVI, nº 112, outubro/dezembro, 1977.
- BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto, *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, vol.VIII.
- BRASILIENSE, Américo, *Os programas dos partidos e o 2º império*. São Paulo, 1878.
- BULCÃO SOBRINHO, Antônio, *Titulares Baianos*, 1946.
- CADENA, Paulo Henrique Fontes, *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1802-1844)*. Recife: dissertação de mestrado, UFPE, 2011.
- Cadernos do CDHH*, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano 3, n. 5. Brasília, DF: A Fundação, 2004.
- CAMPOS, Padre Joaquim Pinto de, *Vida do grande cidadão brasileiro. Luiz Alves de Lima e Silva. Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- CARNEIRO, Edison, *A insurreição Praieira (1848-1849)*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.
- CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de, *O barão de Jeremoabo e a política de seu tempo: trajetória de um líder conservador na Bahia*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.
- CARVALHO, Ednilson Albino de, “A Fábrica de Pólvora do Coxipó: processos de construção e produção”, in Fernando Tadeu de Miranda e Maria Adenir Peraro (org.), *Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra*. Cuiabá (MT): Entrelinhas, Ed. UFMT, 2012.

- CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____, *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____, “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove”, Working Paper number 87. Centre of Brazilian Studies, University of Oxford, 2007.
- _____, (org.), *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, 2002. (Coleção Formadores do Brasil).
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de, *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: REVAN, IUPERJ – UCAM, 1998.
- CARVALHO, Mario Teixeira de, *Nobiliário Sul Rio-grandense*. Porto Alegre: Renascença, Edigal, 2011.
- CARVALHO, Marcus e CÂMARA, Bruno, “A Insurreição Praieira”. *Almanack Braziliense*, nº 08, novembro de 2008, p. 05-38.
- CASADEI, Thalita de Oliveira, “Concessão de Graças Honoríficas e Títulos de Nobreza Sugeridos a D. Pedro II, após sua viagem à Região Central Fluminense, em 1848”. *Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. Comissão de Genealogia e Heráldica*. Brasília, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1984, p. 11-54.
- _____, *D. Pedro II na planície Goitacá. As viagens do imperador ao norte da Província do Rio de Janeiro*, 1985.
- CASTRO, Paulo Pereira de, “A experiência republicana”, in Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2: O Brasil Monárquico, vol. 2, Dispersão e Unidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- _____, “A Reação Monárquica”, in Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 4: Dispersão e Unidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 579 - 615.
- _____, “Política e Administração de 1840 a 1848” in Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2: O Brasil Monárquico, vol. 2, Dispersão e Unidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- Catálogo descritivo e seletivo dos processos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 2014.
- CHALHOUB, Sidney, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CONRAD, Robert Edgar, *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____, *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- Congresso Agrícola do Recife*. Recife, 1878. Recife: CEPA/PE, 1978. Edição facsimilar.
- Congresso Agrícola*. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro em 1878. Introdução de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- Constituição Política do Império do Brasil de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- Correspondência entre D. Pedro II e barão do Rio Branco (Apresentação de Miguel do Rio Branco)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da, *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

- COSTA, Lenira Lima da, *A Lei do Ventre Livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888*. Recife (PE): dissertação de mestrado, UFPE, 2007.
- COSTA, Milene Ribas da, *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2006.
- COSTA, Wilma Peres, *A Espada de Dâmocles*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora UNICAMP, 1996.
- COUTINHO, Mílson, *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005.
- CRUZ, Ana Paula Batista da Silva, “Pós Abolição no Recôncavo”. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/anapaulasilvacruz.pdf> - acesso em 26/03/2018.
- CRUZ, Fábio Santiago Santa, *Em busca da Conciliação: ideias políticas no Parlamento do Império do Brasil (1831-1855)*. Brasília: tese de doutorado, UNB, 2008.
- CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores: Arquivo Nacional, 1966.
- _____, *Figuras e Fatos da Nobreza Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministérios da Justiça, Arquivo Nacional, 1975.
- _____, *O parlamento e a nobreza brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- DABAT, Christine Rufino e PERES, Victor Hugo, “O Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura – IIPA, 1859-1871: o malogro de um projeto inovador de parceria público-privado”. *Rev. Bras. Inov.*, Campinas (SP), 14 (1), p. 217-240, janeiro/junho, 2015.
- DANTAS, Monica Duarte, *O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841: debates legislativos e influências estrangeiras na disputa pela implementação de diferentes modelos de organização do Estado*. Relatório de pesquisa, CNPq, 2016.
- _____, “O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)”. Conferência apresentada junto ao IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito – Autonomia do direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade, São Paulo, Faculdade de Direito/ USP, 2009 (versão para discussão).
- _____, *Fronteiras Movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos (relações sociais na Bahia do século XIX)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2007.
- _____, *Revoltas, Motins e Revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- _____ e COSTA, Vivian Chieragati, “O ‘pomposo nome de liberdade do cidadão’: tentativas de arregimentação e coerção da mão-de-obra livre no Império do Brasil”. *Estudos Avançados*, vol. 30, nº 87, São Paulo, Maio/Agosto, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200029 – acesso em 12/10/2018.
- DAVID, Onildo Reis, *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-56*. Bahia: dissertação de mestrado, UFBA, 1993.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel, *O banguê nas alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional*. Maceió: EDUFAL, 2006.
- DOLHNIKOFF, Miriam, *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- _____, *Relatório Científico de Pesquisa*, 2015.

- DORATIOTO, Francisco, *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____, *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DOURADO, Maria Teresa Garritano, “A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades”, in Fernando Tadeu de Miranda e Borges e Maria Adenir Peraro, (org.), *Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra*. Cuiabá (MT): Entrelinhas, Ed. UFMT, 2012.
- EISENBERG, Peter, *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Paz e Terra, 1977.
- ELIAS, Norbert, *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- ESTEFANES, Bruno Fabris, *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1846)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2010.
- _____, *Conciliar o Império: O marquês do Paraná e a política imperial, 1842-1856*. São Paulo: Annablume, 2013.
- _____, *A experiência progressista: partidos, eleições e política pós-Conciliação no Império do Brasil (1859-1868). Relatório de Qualificação – doutorado*. São Paulo: FFLCH-USP, 2015.
- _____, *A Muralha de Bronze: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2017.
- FAORO, Raymundo, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FERRAZ, Paula Ribeiro, *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Juiz de Fora: dissertação de mestrado, UFJF, 2013.
- FERRAZ, Sérgio Eduardo, *O Império revisitado: instabilidade ministerial, câmara dos deputados e Poder Moderador (1840 – 1889)*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH – USP, 2012.
- FERREIRA, Carlos Alberto Dias, *Francisco Paulo de Almeida – barão de Guaraciaba: reflexões biográficas e contexto histórico*. Vassouras (RJ): dissertação de mestrado, Universidade Severino Sombra, 2009.
- FERREIRA, Gabriela Nunes, *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia, *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, FAPESP, 2001.
- FLORENTINO, Manolo, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORES, Moacyr, *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1978.
- FONSECA, Álvaro Monteiro Mariz, *A nobreza perde a majestade(?): o direito de nobreza na cultura jurídico-política do Brasil Imperial*. Belo Horizonte (MG): trabalho de conclusão de curso, UFMG, 2018.
- FONTANA, Laura Roberta, *José Maria da Silva Paranhos: reflexões sobre o Estado imperial*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UNIRIO, 2013.
- FRAGOSO, João, *Barões do café e sistema agrário escravista. Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

- FRANCO, Sebastião Pimentel, “Pânico e terror: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856). *Almanack*. Guarulhos, nº 07, p. 117-136, 1º semestre de 2014.
- GANDIA, Leonardo dos Reis, *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842 – 1852)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH – USP, 2015.
- GENOVEZ, Patrícia Falco, “A viagem enquanto forma de poder: a viagem de Pedro II e a inauguração da rodovia União e Indústria, em 1861”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 5, 1998, pp. 161-180.
- _____, “Os cargos no Paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado”. *Métis: história e cultura*, v. 01, nº 01, jan./jun. 2002, p. 215-237.
- GOMES, Amanda Barlavento, “O Barão Traficante e as redes sociais do tráfico: Francisco Antônio de Oliveira, 1820 – 1855”. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/congresso/index.php/E-L/7/paper/viewFile/149/67> - acesso em 11/06/2016
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822 – 1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GRAHAM, Sandra, “O Motim do Vintém e a cultura política no Rio de Janeiro em 1880”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, nº 20, março-agosto/1991.
- GREGÓRIO, Vitor Marcos, “A criação da província do Paraná: uma agenda de pesquisa”. Maringá (PR): IV Congresso Internacional de História, 2009, p. 3035-3045.
- _____, *Dividindo as províncias do império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH – USP, 2012.
- _____, “O poder da representação: a relação entre Executivo e Legislativo na política imperial em meados do século XIX”, *Almanack*. Guarulhos, n.13, p. 56-82.
- GUAZZELLI, César Augusto Barcellos, “Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos”, in Monica Duarte Dantas (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- _____, *O horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, 1998.
- GUIMARÃES, Débora Cristina Carvalho, “Um Estudo Sobre a Violência no Parto no Rio de Janeiro Oitocentista: O Caso da Princesa Isabel”, disponível em <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/historiab/article/viewArticle/1778> - acesso em 20/03/2018.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo: Annablume, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Capítulos da História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____, *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 1: O Processo de Emancipação. São Paulo: DIFEL, 1982.
- _____, “O barão de Iguape”, in idem, *O livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____, *O Brasil Monárquico*, vol.7: Do Império à República. (História Geral da Civilização Brasileira, t.2; v.7.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- HÖRNER, Erik, *Até os limites da política: A “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Alameda, 2014.

- _____, “A tribuna em praça pública: debate político na imprensa periódica paulistana (1838-1842)” in Cecília Helena de Salles Oliveira, Maria Lígia Coelho Prado, Maria de Lourdes Monaco Janotti (org), *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, pp. 101-113.
- JARNAGIN, Laura, “The role and structure of the Brazilian Imperial Nobility in society and politics”, in *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXIX. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, p.99-157.
- JAVARI, Barão de, *Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.
- KODAMA, Kaori, “Geografia da cólera: a corte e seus arredores durante a epidemia de 1855”. *Anais da ANPUH*, 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299346108_ARQUIVO_Geogradiadacolera.pdf - acesso em 04/10/2017.
- LACOMBE, Américo Jacobina, *O Mordomo do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- LACOMBE, Lourenço Luis, *História Administrativa do Brasil. Organização e Administração do Ministério do Império*. Coord. de Vicente Tapajós. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.
- LAGO, Laurênio, *Conselheiro de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar – Ministros do Supremos Tribunal Militar*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia, *Da escravidão ao trabalho livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879*. Campinas (SP): Papyrus, 1988.
- LEÃO, Michele de, “A Lei Saraiva (1881) – Introdução do voto direto no Brasil e exclusão dos analfabetos do direito de voto: progresso ou retrocesso?”, disponível em <https://gravatai.ulbra.tcche.br/jornal/index.php/revistaampliar/article/view/29> - acesso em 30/09/2018
- LIMA, Glauber Guedes Ferreira de, *As elites açucareiras em Pernambuco: Um estudo sobre a heterogeneidade da açucarocracia pernambucana nas duas últimas décadas do Império*. Brasília: dissertação de mestrado, UNB, 2007.
- LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa, *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: Política e Escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Niterói (RJ): dissertação de mestrado, UFF, 2010.
- LUZ, Estevão de Melo Marcondes, *Um Legislador nas Gerais: vida e obra do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)*. Franca (SP): dissertação de mestrado, UNESP, 2008.
- LYRA, Heitor, *História de D. Pedro II (1825-1891)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977, 3 vol.
- MACEDO, Joaquim Manuel de, *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876, vol. 01.
- MACHADO, Maria Helena, *O Plano e o Pânico: os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 2010.
- _____, “‘Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas imediatas’: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MAGALHÃES, Bruno de Almeida, *O visconde de Abaeté*. Editora Nacional, 1939.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo, *Três panfletários do Segundo Reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto, 86)

- MARINHO, José Antonio, *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- MARSON, Izabel Andrade, *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira, *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFRJ/IFCS, 2005.
- _____, “Das racionalidades da História: o Império do Brasil em perspectiva teórica”. *Almanack*. Guarulhos, nº 04, 2º semestre de 2012, p. 53-61.
- MATTOS, Hebe Maria, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.
- _____, “Laços de família e direitos no final da escravidão”, in Luis Felipe Alencastro (org.), *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- _____, “Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MATTOS, Ilmar, *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOSO, Kátia de Queirós, *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- MEDRADO, Landulfo, *Os cortejos e a viagem do imperador. Ensaio político sobre a situação*. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1860.
- MELLO, Evaldo Cabral de, *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MELLO MATTOS, Luiz José de Carvalho e, *Páginas d’história constitucional do Brasil, 1840-1848*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Editor, 1870.
- Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia da Bahia* coligidas e publicadas por P. de S. Rio de Janeiro: Typographia Industria Nacional de Cotrim e Campos, 1867.
- Memórias da viagem de Suas Magestades Imperiaes á Provincia de Pernambuco* coligidas e publicadas por P. de S. Rio de Janeiro: Typographia Industria Nacional de Cotrim e Campos, 1867.
- MENDES, Olga Maria Castrillon, “Taunay e a Guerra da Tríplice Aliança: entre o olhar ético e estético”, in Fernando Tadeu de Miranda e Maria Adenir Peraro (org.), *Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra*. Cuiabá (MT): Entrelinhas, Ed. UFMT, 2012.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- MESQUITA, José de, *Genealogia matogrossense*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1992.
- MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho, *O “Terceiro Reinado”: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. Vassouras (RJ): dissertação de mestrado, Universidade Severino Sombra, 2009.
- MIRANDA, Fernando Tadeu de e PERARO, Maria Adenir (org.), *Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra*. Cuiabá (MT): Entrelinhas, Ed. UFMT, 2012.
- MONTEIRO, Elson Luiz Rocha, *Maçonaria, poder e sociedade no Pará na segunda metade do século XIX: 1850 -1900*. Belém: tese de doutorado, UFPA, 2014.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003.

- _____, “O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Revista Almanack Braziliense*, nº 2, São Paulo, novembro de 2005.
- MORAES, Eugênio Vilhena de, *O Duque de Ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.
- MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso, *Uma família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)*. Niterói (RJ): dissertação de mestrado, UFF, 2005.
- MOREL, Marco, *As transformações dos espaços públicos*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOSHER, Jeffrey C., *Political Struggle, Ideology, and State Building. Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850*. Nebraska: University of Nebraska, 2008.
- MOTTA SOBRINHO, Alves, *A civilização do café (1820 – 1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de, *O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002.
- _____, (org.), *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Secretaria do Estado da Cultura, 1998.
- NABUCO, Joaquim, *Campanha Abolicionista no Recife (as eleições de 1884)*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- _____, *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2 vol.
- NEEDELL, Jeffrey, *The Party of Order*. California: Stanford University Press, 2006.
- NEVES, Lúcia, “Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821 – 1860), in José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org), *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____, *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.
- _____, “Estado e Política na Independência”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____, *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c.1808-1810)*. São Paulo: Alameda, 2008.
- NEVES, Victor Hugo Baptista, *O divisor de águas da política imperial: D. Pedro II, a conciliação e o marquês do Paraná (1853 – 1856)*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UERJ, 2010.
- Notícia dos Senadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- OLIVEIRA, Marina Garcia de, *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH, 2013.
- _____, e DANTAS, Monica Duarte, “A “malaventurada escolha”: d. Pedro I e a nomeação dos senadores em 1826. Estratégias políticas na formação do Legislativo brasileiro”. *Revista do IHGB. Rio de Janeiro*, a. 177, n. 472, jul./set. 2016, pp. 77-116.
- OLIVEIRA, Marcelo Souza, “Memórias de uma senhora de engenho: lembranças e esquecimentos nos longos serões do campo de Anna Ribeiro”. *Patrimônio e Memória*. UNESP, FCLAs, CEDAP, v.4, n.1, 2008. Disponível em <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/42/484> - acesso em 02/06/2018.

- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru, SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.
- OTTERO, Luiza Coutinho, *Vila de Sapucaia: administração camarária, elites e poderes locais (1875-1888)*. Juiz de Fora (MG): dissertação de mestrado, UFJF, 2017.
- OTSUKA, Alexandre Ferro, *Antonio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo na década de 1880*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2015.
- PANG, Eul-Soo, *In pursuit of honor and power. Noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1988.
- _____, *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana; alguns aspectos da sua história, 1875-1891*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979.
- PARRON, Tâmis, *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826 – 1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PASIN, José Luiz, *Os Barões do café: Titulares do Império no Vale do Paraíba Paulista*. Aparecida: Vale Livros, 2001.
- PEDRO II, *Viagens pelo Brasil: Bahia, Sergipe, Alagoas, 1859-1860*. Prefácio e notas Lourenço Luís Lacombe. Rio de Janeiro: Bom texto, Letras e Expressões, 2003.
- PENA, Eduardo Spiller, *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.
- PEREIRA, Aline Pinto, *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFF, 2012.
- PEREIRA, Lafayette Rodrigues, *Cartas ao Irmão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- PICCOLO, Helga I. Landgraf, *O Parlamento Nacional e a Revolução Farroupilha*. Estudos Leopoldenses, ano XXI, nº 88, 1985.
- PINHEIRO, Fábio, “Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809- 1830”. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A078.pdf
- PINHO, José Wanderley, *Cartas do imperador d. Pedro II ao barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- _____, *Cotegipe e seu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- _____, *História de um engenho do Recôncavo, Matoim-Novo Caboto-Freguesia, 1552-1944*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.
- _____, *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1959, 3ª ed.
- PINTO, Clarice de Paula Ferreira, “O imperador reina, governa e administra”: o visconde de Uruguai e a construção do Estado imperial (1836-1843. Niterói (RJ): dissertação de mestrado, UFF, 2014.
- PIRES, João Ricardo Ferreira, *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881)*. Belo Horizonte (MG): dissertação de mestrado, UFMG, 2007.
- PIRES, Mário Jorge, *Sobrados e Barões da velha São Paulo*. Barueri (SP): Manole, 2006.

- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo, *História Administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Guerra no Império*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986.
- PORTO, José da Costa, *O marquês de Olinda e seu tempo*. Recife: Governo de Pernambuco Conselho Estadual de Cultura, 1974.
- PORTO ALEGRE, Aquiles, *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul: ERUS, s/d.
- RHEINGANTZ, Carlos, *Titulares do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.
- RESENDE, Joelito de Oliveira, *As origens do ensino da agronomia no Império e suas repercussões no Brasil*. Disponível em https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/HISTRIA_DO_ENSINO_AGR%C3%8DCOLA_NO_BRASIL.pdf – acesso em 04/10/2017
- RIBEIRO, Filipe Nicoletti, *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais do Império (1868-1889)*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2015.
- _____, “Monarquia federativa e democrática: o congresso liberal de 1889 e os sentidos do reformismo nos momentos finais do império”, *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. ISSN: 2525-5649 – n°. 34.1 (2016).
- _____, *Ruptura institucional e realinhamento político no Brasil: projetos, conflitos e compromissos entre a monarquia e república (1887-1892)*. São Paulo: qualificação de doutorado, FFLCH-USP, 2018.
- ROAHNY, Lucas, *A Liga Progressista e a Construção do Estado Imperial, 1860-1868*. Curitiba (PR): monografia de graduação, UFPR, 2013.
- ROCHA, Levy, *Viagem de d. Pedro II ao Espírito Santo*. Espírito Santo: Secretaria da Cultura, Arquivo Público, 2008.
- RODRIGUES, Jaime, *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800 – 1850)*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, CECULT, 2000.
- ROMÃO, João Evangelista, *Além dos jardins: história e genealogia de Jardim de Angicos/RN*. Rio Grande do Norte: s/n, 2006.
- SABA, Roberto, *As vozes da nação: a atividade peticionária e a política no início do Segundo Reinado*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2012.
- _____, “O Libelo do Povo: um incêndio em terras saquaremas”. *Em tempo de histórias*. Publicação do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília – PPH-HIS, nº14, Brasília, jan/jun. 2009.
- SÁEZ, Hernán Enrique Lara, *O Tonel das Danaides: um estudo sobre o debate do meio circulante no Brasil entre os anos de 1850 a 1866 nas principais instâncias decisórias*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH-USP, 2013.
- SALES, Sonia, *O menino de Massangana: Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2010.
- SALLES, Ricardo, “As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____, *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz, “Uma análise regional sobre as crises de 1857 e 1860: os efeitos na província da Bahia”. *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE* - Ano XVIII – V. 3 - N. 35 - Dezembro de 2016 - Salvador, BA.
- SANT’ANNA, Susan Brodhage e MIZUTA, Celina Midori Murasse, “A instrução pública primária no Brasil Imperial: 1850-1889”, disponível em

- <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/117/pdf> - acesso em 03/10/2018
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. dos, *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos, “O 25 de março de 1884 e a luta pela libertação dos escravos em Pernambuco”, *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, nº 33.2.
- _____, *Os significados dos 13 de maio: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893)*. Campinas: tese de doutorado, UNICAMP, 2014.
- SARAIVA, Luiz Fernando, *O Império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Niterói (RJ): tese de doutorado, UFF, 2008.
- SCHWARCZ, Lília Moritz, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Eduardo, *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Brasília: INL, 1984.
- SILVA, Firmino Rodrigues, *A dissolução do gabinete de 5 de maio, ou, A facção áulica*. Rio de Janeiro: F. R. de Paiva, 1901.
- SILVA, João Manoel Pereira da, *Memórias do meu tempo: 1840-1886*. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.
- SILVA, Lyana Maria Martins da, *Reforma Gorada: Lei do Terço e a representação das minorias nas eleições de 1876 em Pernambuco*. Recife: dissertação de mestrado, UFPE, 2014.
- SILVA, Marcelo Werner da, CRUZ, Ana Carolina Soares, CUNHA, Marianna Rocha Antunes da, “A implantação ferroviária no Estado do Rio de Janeiro: 1854 – 1900”. Disponível em: http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST04/ST04.2_Marcelo_Werner_da_Silva.pdf - acesso em 13/06/2016.
- SISSON, S.A., *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. Coleção Brasil 500 anos, 2 vol.
- SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de, *Quadro chronologico das Peças mais importantes sobre a Revolução da Província de Minas Gerais em 1842*. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B.X.P. de Sousa, 1844.
- SOUSA, Octavio Tarquínio de, *Três Golpes de Estado*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- SOUZA, Adriana Barreto, “Conselho Supremo Militar e de Justiça e a interiorização de uma cultura jurídica de Antigo Regime no Rio de Janeiro (1808-1831). *Antíteses*, vol. 7, núm. 14, julho-dezembro, 2014, pp. 301-323.
- _____, *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____, “Um edifício gótico entre instituições modernas. O debate parlamentar sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça (1822-1860)”. *Acervo*, vol. 25, nº 2, julho-dezembro, 2012, pp. 59-77.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares, *O Sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- SOVERAL, Manoel Abranches de, “Argollo. Uma família brasileira de 1500. Subsídios para a sua genealogia, para a dos Lobo de Souza e para a dos Góis”. Disponível em <http://www.soveral.info/mas/Argollo.htm> - acesso em 22/06/2016.
- SPALDING, Walter, *A epopéia farroupilha*. Biblioteca do Exército – Editora, 1963.

- _____, *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentada*. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL, 1980.
- STEIN, Stanley, *Vassouras: Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- TASINAFIO, Célio Ricardo, *Complicando o que parece simples: a inversão partidária de 1868 in* Cecília Helena de Salles Oliveira, Maria Lígia Coelho Prado, Maria de Lourdes Monaco Janotti (org), *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, pp. 115-130.
- TAUNAY, Afonso de E., *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, 8 vol.
- _____, *Pequena História do café no Brasil (1727 – 1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.
- _____, *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- TORRES, João Camillo de Oliveira, *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.
- TOURINHO, Maria Antonieta de Campos, *A Instrução Agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Bahia: dissertação de mestrado, UFBA, 1982.
- UBERTI, Hermes Gilber, *A benção que se pede e a benção que se dá: redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914)*. São Leopoldo (RS): dissertação de mestrado, UNISINO, 2011.
- URBINATTI, Inoã Pierre Carvalho, *Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871 – 1889): uma análise de seu sentido político e social*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UERJ, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo (org), *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VARGAS, Jonas Moreira, *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado, 2007.
- VAS, Braz Batista, “O Conde d’Eu e a Guerra do Paraguai: algumas considerações historiográficas”. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008
- _____, “Guerra do Paraguai: a saída de Caxias, a indicação do Conde d’Eu e suas repercussões (1868-1870)”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.
- VASCONCELLOS, Barão de e Barão Smith de Vasconcellos, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII.
- VASCONCELOS, Francisco de, *A nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, s/d.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897, 4 vol.
- VIANA, Sonia Bayao Rodrigues, *Engenho central de Quissamã: 1877/78-1904*. São Paulo: tese de doutorado, FFLCH – USP, 1981.
- WHATELY, Maria Celina, *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
- ZUQUETE, Afonso (org.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Edições Zairol, 2000, 3 vol.